# Portugal Telecom

## Relatório Anual Consolidado 2012

# Portugal Telecom


01 Enquadramento macroeconómico 4
02 Aspectos regulamentares 20
03 Perfil estratégico 28
04 Investigação e desenvolvimento 40
05 Análise dos resultados consolidados 57
06 Evolução dos negócios 71
07 Recursos humanos 87
08 PT no mercado de capitais 90
09 Principais eventos 98
10 Principais riscos e incertezas 103
11 Perspetivas futuras 111
12 Declaração do Conselho de Administração 113
13 Atividades dos administradores não executivos 115

Demonstrações financeiras consolidadas
Relatório e parecer da Comissão de Auditoria
Certificação legal das contas consolidadas
Relatório de auditoria

Relatório do governo e da sociedade
Glossário
Conselho de Administração
Indicadores-chave
Informação adicional aos acionistas


As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

# Portugal Telecom

## Telecomunicações em Portugal

| Segmentos de cliente | | Receitas (Milhões de euros) |
|---|---|---|
| Residencial | | 712 |
| Pessoal | > PT Comunicações 100% | 688 |
| Empresas | > TMN 100% | 896 |
| Outros | | 405 |
| *Total* | | *2.701* |

## Telecomunicações no Brasil

| Segmentos de cliente | | Receitas (Milhões reais, 100%) |
|---|---|---|
| Residencial | | 9.974 |
| Pessoal | > Oi 23,3%[a] | 9.102 |
| Empresas | | 8.510 |
| Outros | | 556 |
| *Total* | | *28.142* |

(a) Os resultados da Oi são consolidados proporcionalmente na PT com base na posição económica de 25,6% na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

## Outros negócios de telecomunicações

| | | | Receitas (Milhões de euros, 100%) |
|---|---|---|---|
| Unitel 25% [a][b] | > Angola | > Móvel | 1.590 |
| CTM 28% [b] [c] | > Macau | > Fixo, móvel | 480 |
| MTC 34% [a] | > Namibia | > Móvel | 180 |
| CVT 40% [a] | > Cabo Verde | > Fixo, móvel | 76 |
| Timor Telecom 41% | > Timor Leste | > Fixo, móvel | 58 |
| CST 51% [a] | > São Tomé e Príncipe | > Fixo, móvel | 12 |

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.
(c) Em 13 janeiro de 2013, a PT anunciou ter celebrado um acordo definitivo para a venda da sua participação na CTM à Citic Telecom International Holdings Limited.

## Outros negócios

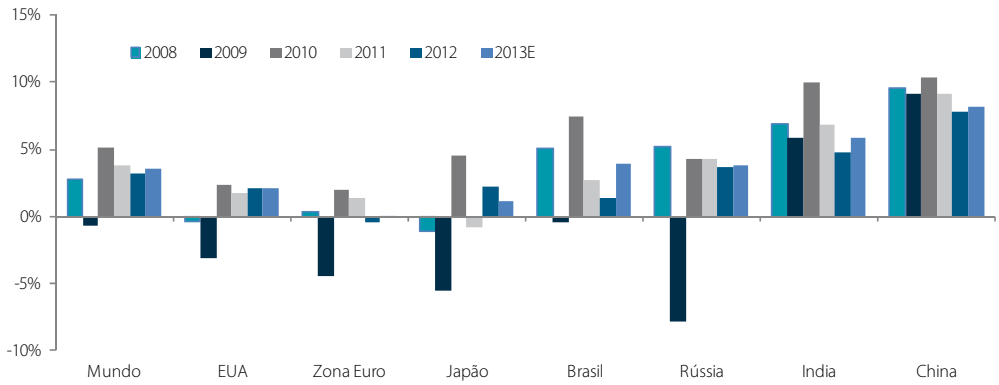
Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

# 01
# Enquadramento macroeconómico

## 1. Contexto económico internacional

O ano de 2012 foi caracterizado por uma desaceleração económica global e pela contração do PIB na Zona Euro, em resultado: (1) de políticas fiscais restritivas e da desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas; (2) da menor procura na China e receios de ocorrência de um "hard landing", e (3) da incerteza associada à crise da dívida soberana na Zona Euro. No 1S12, os juros implícitos das obrigações soberanas dos países do sul da Europa atingiram novos máximos devido ao alastramento da crise financeira a outras economias da região, não obstante a redução visível dos riscos enfrentados pela Zona Euro. A Grécia reduziu a sua dívida em mais de 100 mil milhões de euros através da troca das suas obrigações detidas por privados por novas obrigações, com maturidades mais longas e menos de metade do valor nominal, o que abriu o caminho para a aprovação final pelos ministros da Zona Euro do mais recente pacote de resgate para o país, no montante de 130 mil milhões de euros. Em junho, em resposta a problemas crescentes, Espanha concordou com um programa de apoio à reestruturação do seu setor bancário, com financiamento de até 100 mil milhões de euros. Em Itália, o enfoque esteve na inesperada renúncia do primeiro-ministro italiano, Mario Monti, depois de ver o apoio do Governo retirado. A estabilização dos mercados financeiros foi visível no 2S12, o que se traduziu na diminuição dos spreads da dívida soberana das economias periféricas europeias face à Alemanha.

**Crescimento do PIB (%)**



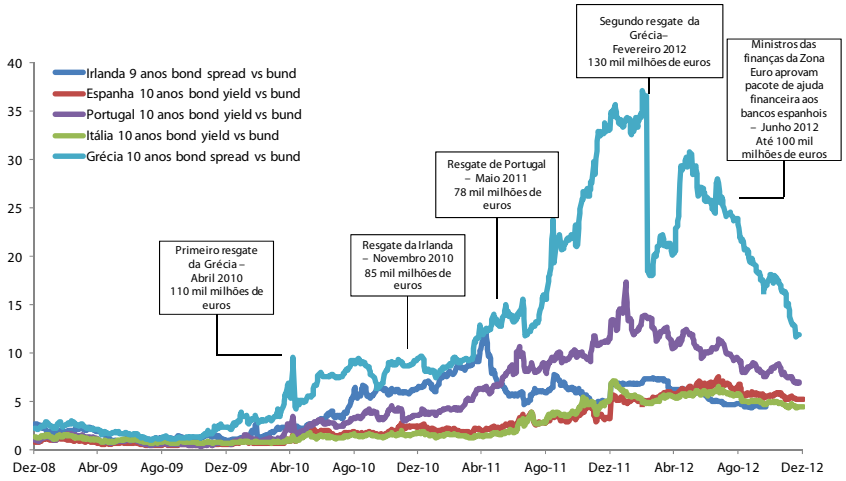

Fonte: World Economic Outlook, FMI, outubro 2012

A redução dos riscos enfrentados pela Zona Euro, visível a partir do 2S12, pode ser explicada pelas várias políticas adoptadas pelos líderes europeus e pelo Banco Central Europeu (BCE), nomeadamente através: (1) das duas operações de cedência de liquidez a longo prazo (LTRO) realizadas pelo BCE, com o objetivo de fornecer excesso de liquidez à região; (2) da introdução do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que presta assistência financeira aos membros da Zona Euro com dificuldades financeiras, funcionando como um sistema de segurança permanente para a Zona Euro com uma capacidade máxima de 500 mil milhões de euros; (3) da decisão do BCE de cortar a taxa de referência para 0,75%, o nível mais baixo de sempre, e de cortar a taxa de juro da facilidade permanente de depósito para zero; (4) da manutenção do programa de compra de obrigações pelo BCE, o que ajudou a manter as necessidades de financiamento do sector bancário, e (5) da proposta de um mecanismo único

de supervisão bancária, construída em torno do BCE, que irá supervisionar todos os bancos da Zona Euro em 2014 a fim de fortalecer a região e tornar o setor financeiro menos vulnerável a crises.

**Spreads das Yields dos Títulos de Dívida Pública vs. Alemanha – Economias selecionadas**

(Pontos base)

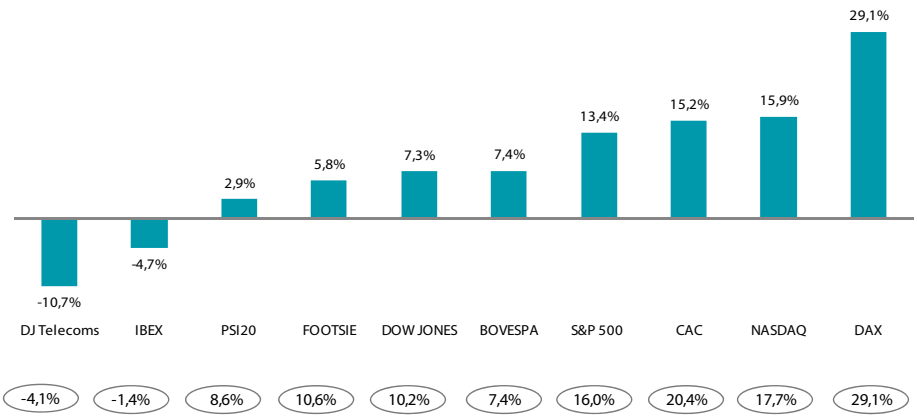



Fonte: Bloomberg

Os índices acionistas do sul da Europa foram pressionados no 1S12 devido aos rumores de um resgate financeiro a Espanha. Estes receios foram alimentados pelo défice orçamental de 2011 de Espanha que atingiu 8,5% do PIB, 2,5 pp acima da meta de 6% definida pelo Eurogrupo, e pelas crescentes necessidades de capital das suas instituições financeiras. Não obstante, as condições nos mercados financeiros globais melhoraram significativamente desde julho de 2012, refletindo o progresso considerável na melhoria da sustentabilidade fiscal e nos mecanismos de apoio mútuo da União Europeia, levando os índices acionistas europeus, particularmente dos países europeus de maior dimensão, a mostrar ganhos significativos: PSI20: +2,9%, Footsie: +5,8%, CAC40: +15,2% e DAX: +29,1%. Os mercados acionistas norte-americanos mantiveram o forte desempenho, beneficiando de uma política monetária mais expansionista pela Reserva Federal (FED) e de melhores perspetivas para a economia dos EUA: Dow Jones: +7,3%, SPX: +13,4%, e Nasdaq: +15,9%. Na China e no Brasil, a implementação de mais cortes da taxa de juro pelo Banco Central do Brasil e o crescimento económico mais lento mas ainda robusto da China, resultou na valorização dos mercados acionistas: Shanghai Composite +3,17% e Bovespa +7,4%.

# 01 Enquadramento macroeconómico

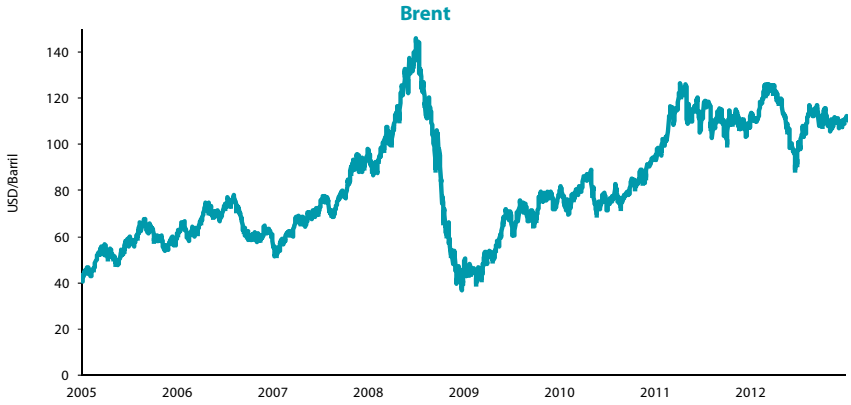
**Desempenho dos principais índices bolsistas em 2012**




Fonte: Bloomberg

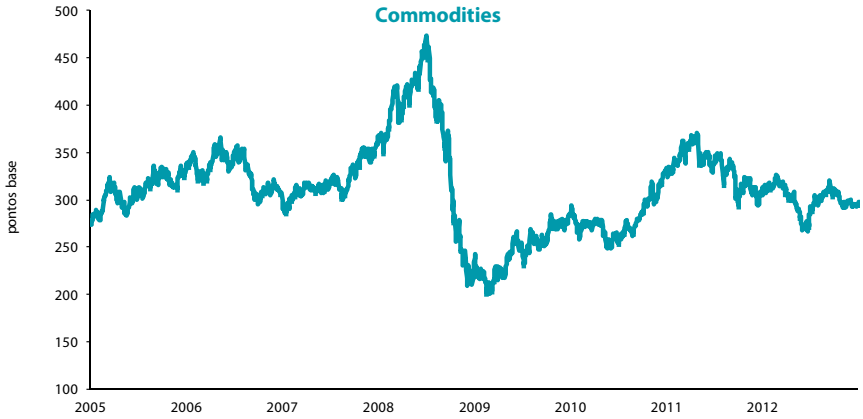
O preço do petróleo (Brent) por barril caiu entre o 1T12 e o 2T12, de 123,8 dólares para 97 dólares, recuperando no 2S12 para fechar 2012 nos 111,9 dólares, tendo aumentado cerca de 4% quando comparado com o preço observado no final de 2011.

**Brent**




Fonte: Bloomberg

# 01 Enquadramento macroeconómico



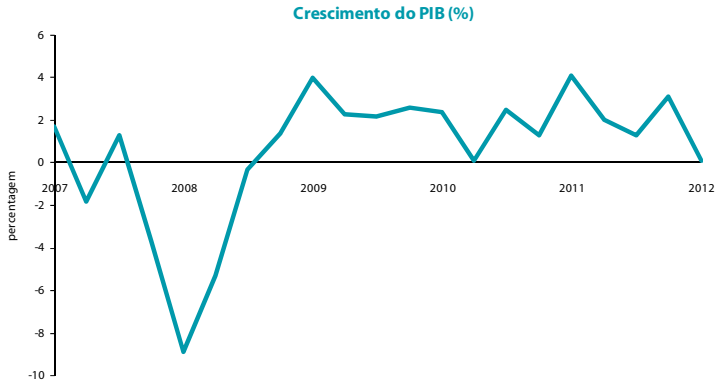

Fonte: Bloomberg

## 1.1 Estados Unidos da América

Em 2012, o PIB dos EUA cresceu 2,2%, acelerando de um crescimento de 1,8% registado em 2011, embora o comportamento da atividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. Depois de um crescimento muito robusto no último trimestre de 2011, a actividade registou um abrandamento no 1S12, seguido de um crescimento mais forte no 3T12 e desacelerou no final do ano. O consumo privado cresceu moderadamente. O investimento produtivo revelou-se fraco, refletindo a elevada incerteza relativamente ao quadro fiscal e baixos níveis de confiança dos empresários. A crise da Zona Euro levou as exportações dos EUA a perder força no 2S12, após um forte desempenho no 1S12, contribuindo para a valorização do dólar face ao euro e a valorização dos títulos do Tesouro, considerado como um ativo de refúgio no 1S12. Esses efeitos foram revertidos no 2S12 devido à estabilidade na Zona Euro após o forte compromisso do BCE para defender o euro, o que resultou na valorização do euro e limitou os ganhos no mercado de taxa fixa.

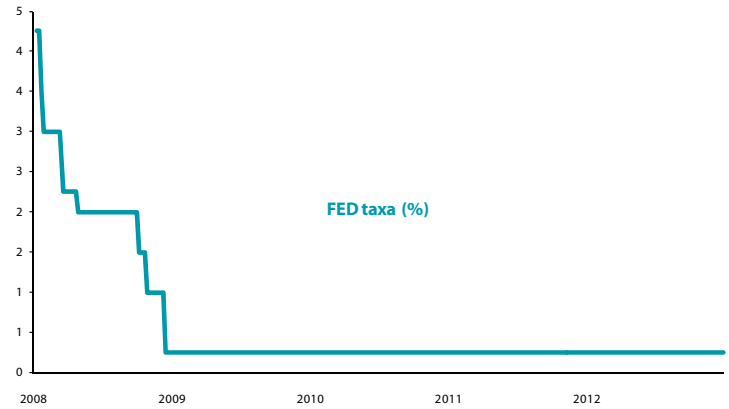
O mercado de trabalho continuou a mostrar sinais de melhoria, com uma redução da taxa de desemprego para 7,8% em 2012 face a 8,5% registada em 2011. Outro aspecto positivo na economia em 2012 derivou do mercado imobiliário que começou a mostrar sinais de uma recuperação. Os preços das habitações, as vendas de casas novas e existentes e a confiança empresarial no setor registrou uma trajetória ascendente.

# 01 Enquadramento macroeconómico




Fonte: Bloomberg

A inflação anual encerrou o ano em 2,1%, abaixo dos 3,2% registados em 2011 e acima da meta de 2% fixada pela autoridade monetária dos EUA, embora com uma tendência claramente descendente desde 2011. Neste contexto, a Reserva Federal (FED) estendeu Operação Twist até ao final de 2012, aumentando o prazo médio de vencimento dos activos detidos no seu balanço e anunciou, em setembro de 2012, o terceiro programa de *quantitative easing* (QE3), ao abrigo do qual foram comprados 40 mil milhões de dólares em obrigações garantidas por créditos hipotecários numa base mensal e comprometendo-se a manter as taxas de juro próximas de zero enquanto a taxa de desemprego estiver acima de 6,5%, desde que a inflação não suba acima de 2,5%. Finalmente, em dezembro, com o fim da Operação Twist, o FED reforçou o programa de compra de ativos, pretendendo adquirir 45 mil milhões de dólares em títulos do Tesouro de longo prazo. No fim do ano, o Senado norte-americano aprovou uma lei, sobre a tributação dos rendimentos anuais cima de 400 mil dólares para pessoas singulares e 450 mil dólares para casais, destinada a afastar o país do "abismo fiscal", evitando potencialmente uma situação perigosa para a recuperação económica do país e impedindo uma temida reação negativa dos mercados acionistas.



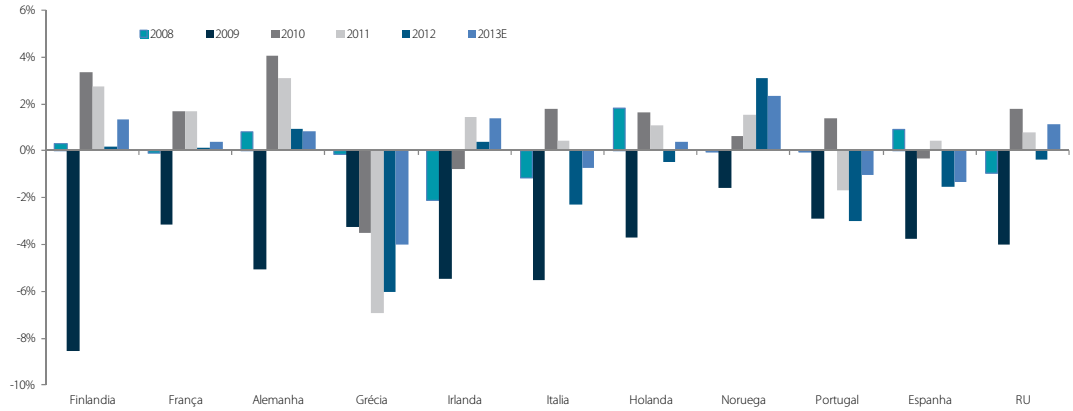

Fonte: Bloomberg

# 01 Enquadramento macroeconómico

## 1.2. União Económica e Monetária – Zona Euro

A Zona Euro entrou novamente em recessão em 2012. No 4T12, o PIB da Zona Euro contraiu 0,60% face ao trimestre anterior registando a queda trimestral mais drástica da economia nos últimos quatro anos. Em 2012, o PIB contraiu 0,4%, tendo desacelerado face ao crescimento de 1,4% registrado em 2011 à medida que a região foi enfrentando fortes adversidades, incluindo fraca procura externa, desalavancagem dos bancos europeus e seca no verão. Os países europeus responderam ao aumento da crise da dívida soberana em 2012 com uma combinação de resgates financeiros, política monetária expansionista e medidas de austeridade sem precedentes que tiveram um grande impacto na população e na economia europeia. A taxa de desemprego aumentou ao longo de 2012 situando-se nos 11,7% em dezembro, o seu máximo histórico, enquanto o setor dos serviços se manteve fraco e a produção industrial caiu pelo décimo segundo mês consecutivo em dezembro de 2012. O mês de dezembro foi marcado pelo aumento das tensões políticas em Itália e pela aprovação dos primeiros passos na criação de uma supervisão bancária única em 2014.

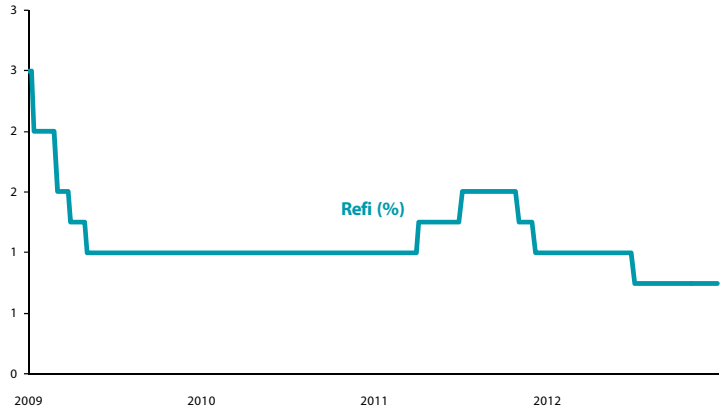
**Crescimento do PIB (%)**




Fonte: World Economic Outlook, FMI, outubro 2012

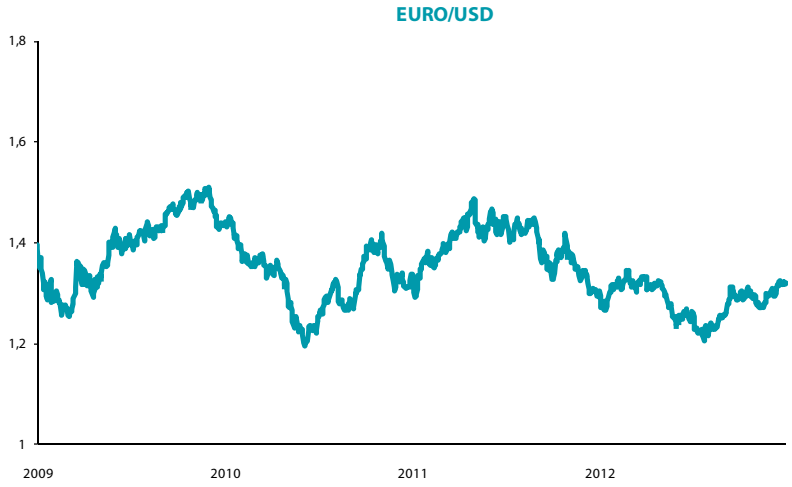
Apesar de um crescimento lento, a taxa de inflação anual situou-se em 2,5% (2,2% registado em dezembro de 2012), refletindo principalmente o aumento dos preços da energia e da alimentação. Esta redução da taxa de inflação anual foi possível não obstante a decisão do BCE de diminuir a taxa de juro de referência em julho para o mínimo histórico de 0,75%, taxa que deixou inalterada em dezembro devido ao aumento dos preços da energia, a impostos crescentes e ao facto da inflação ter diminuido de 2,5% para 2,2% em novembro. Em dezembro, o BCE reduziu a sua estimativa de crescimento da economia da evolução da Zona Euro para 2013, prevendo uma contração ainda mais acentuada num cenário de elevado desemprego. De acordo com a média da nova estimativa, a Zona Euro irá contrair 0,3% em 2013, o que contrasta com o crescimento de 0,5% previsto anteriormente. Adicionalmente, num cenário de falta de confiança dos agentes económicos e baixa liquidez no mercado interbancário, o BCE também implementou medidas não convencionais, incluindo: (1) injeções de liquidez no sistema bancário; (2) aquisição de títulos de dívida soberana no mercado secundário, particularmente das economias periféricas, e (3) a suspensão da aplicação do limite mínimo de notação de crédito para a elegibilidade dos títulos de dívida soberana portuguesa como colateral nas operações de financiamento, bem como da Grécia e da Irlanda. Como resultado dessas medidas, no final de julho, a Irlanda foi capaz de realizar duas

operações de venda de dívida com maturidades de 5 e 8 anos, em simultâneo com uma operação para trocar maturidades mais curtas por prazos mais longos e, em outubro, Portugal apresentou uma operação semelhante de troca de dívida pública com vencimento em setembro de 2013 por títulos com vencimento em outubro de 2015, no valor de de 3,8 mil milhões de euros. Este foi um importante passo inicial para o retorno destes países aos mercados de crédito.




Fonte: Bloomberg

Embora tenha atingido o mínimo de um ano a 24 de julho de 2012, em 1,209 Euro/USD, o Euro valorizou face ao dólar em 2012, impulsionado pelo discurso de Mario Draghi onde reiterou que o Banco Central Europeu (BCE) irá fazer o que for preciso para preservar a Zona Euro. Em 2012, o euro valorizou 1,8% face ao dólar, para 1,319 Euro/USD.



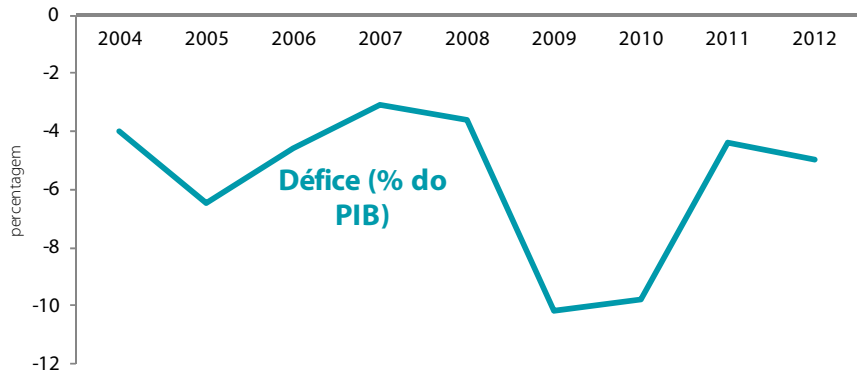

Fonte: Bloomberg

## 2. Actividade económica nas principais geografias onde a PT está presente

### 2.1. Portugal

A situação económica de Portugal em 2012 foi caracterizada, principalmente, pela implementação do programa de ajustamento económico e financeiro. Portugal está a ser visto como um país comprometido com o programa de ajustamento em curso. Em paralelo com o apoio do BCE, este está a traduzir-se num declínio visível dos juros implícitos das obrigações de dívida pública levando os mercados de dívida a abrir novamente para as empresas não financeiras e para os bancos. No entanto, as restrições financeiras impostas à economia portuguesa em resultado da crise da dívida soberana e da necessidade de desalavancagem permaneceram em 2012. A desalavancagem em curso no setor privado financeiro e não-financeiro, em conjunto com uma política fiscal fortemente restritiva e o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuiram para uma contracção do PIB real de 3,2%, com quedas significativas do consumo e investimento e aumento dos níveis de desemprego, que atingiu cerca de 16% da população activa. A queda acentuada do rendimento disponível refletiu-se nos gastos das famílias, que caíram 5,6%. O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente alta, pressionada pelo aumento dos impostos indiretos. As exportações mantiveram um desempenho positivo em 2012, apesar de uma tendência de desaceleração, com crescimento de 3,3%, em termos reais.

Na sequência das eleições em junho de 2011, o novo governo português tem vindo a implementar as medidas acordadas com a União Europeia / Comissão Europeia (UE / CE), com o Banco Central Europeu (BCE) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) como parte do pacote de apoio financeiro no montante de 78 mil milhões de euros. Este programa de ajustamento financeiro começou a ser implementado em maio de 2011, tendo sido já objeto de seis[1] avaliações favoráveis por parte das entidades supra mencionadas. De acordo com o FMI, o programa está no caminho certo, apesar de fortes adversidades. O défice orçamental de Portugal foi revisto em alta para 5% do PIB em 2012 (face a 4,5%), para 4,5% do PIB em 2013 (face a 3%) e para 2,5% do PIB em 2014 (face a 2,3%). A flexibilização das metas orçamentais veio com o anúncio pelo Governo português de novas medidas de austeridade para 2012 e 2013, que incluem um imposto sobre as mais-valias e um aumento da taxa média do imposto sobre o rendimento, bem como um aumento na contribuição da segurança social dos trabalhadores. Apesar dos desafios para cumprir os objectivos do défice, o compromisso de consolidação orçamental tem sido muito evidente, tendo-se refletido num corte de 15 mil milhões de euros na despesa primária em 2011-2012.




Fonte: Ministério das finanças

[1] A sexta revisão trimestral do programa económico de Portugal por parte da CE, BCE e FMI ocorreu entre 12 e 19 de novembro.

O défice do governo caiu de 9,8% do PIB em 2010 para 5,0% do PIB em 2012, apesar do desvio significativo da receita em comparação com os valores orçamentados, beneficiando dos recursos recebidos com a privatização da ANA (Aeroportos de Portugal) e do grande esforço para reduzir as despesas do governo, principalmente nos gastos com bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Não obstante, as receitas fiscais registaram uma evolução negativa em 2012, resultante principalmente de mudanças na conjuntura económica, que se refletiram em particular no consumo e nas importações. A dívida pública também manteve uma tendência ascendente, atingindo 120,6% do PIB, 13 pontos percentuais acima do registado em 2011.

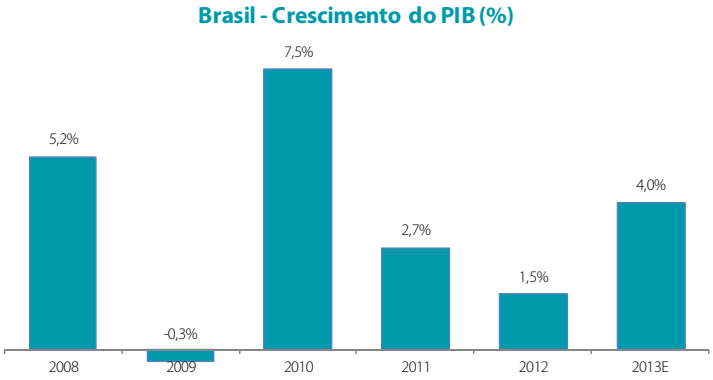
| Taxas de cresc. real (%), except. quando indicado. | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PIB | 1,6 | 0,8 | 1,4 | 2,4 | 0,0 | -2,9 | 1,9 | -1,6 | -3,2 |
| Consumo Privado | 2,7 | 1,7 | 1,8 | 2,5 | 1,3 | -2,3 | 2,5 | -3,8 | -5,6 |
| Consumo Público | 2,4 | 3,4 | -0,6 | 0,5 | 0,3 | 4,7 | 0,1 | -4,3 | -4,4 |
| Investimento | 3,7 | -0,9 | -0,6 | 2,1 | -0,1 | -13,3 | 1,4 | -13,8 | -13,7 |
| Exportações | 4,1 | 0,2 | 11,6 | 7,5 | -0,1 | -10,9 | 10,2 | 7,2 | 3,3 |
| Importações | 7,6 | 2,3 | 7,2 | 5,5 | 2,3 | -10,0 | 8 | -5,9 | -6,9 |
| Inflação (IPC) | 2,4 | 2,3 | 3,1 | 2,5 | 2,6 | -0,8 | 1,4 | 3,7 | 2,8 |
| Saldo Orçamental (% do PIB)* | -4 | -6,5 | -4,6 | -3,1 | -3,6 | -10,2 | -9,8 | -4,4 | -5,0 |
| Dívida Pública (% do PIB) | 61,9 | 67,7 | 69,4 | 68,4 | 71,7 | 83,2 | 93,5 | 108 | 120,6 |
| Desemprego (% da população activa) | 6,7 | 7,6 | 7,7 | 8,0 | 7,6 | 9,5 | 10,8 | 12,7 | 15,7 |
| Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB) | -6,5 | -8,8 | -9,5 | -8,9 | -11,1 | -10,1 | -8,3 | -5,1 | 0,4 |

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research. * Em 2011 e 2012 assume o efeito da integração dos fundos de pensões da banca.

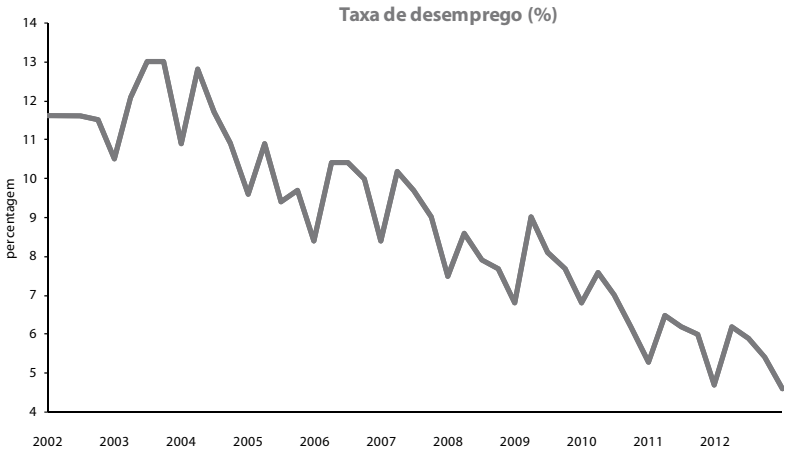
## 2.2. Brasil

Em 2012, a economia brasileira apresentou uma desaceleração do crescimento para 1,5%, acompanhando o fraco desempenho do investimento, que registou uma evolução negativa. Um fator crítico neste desempenho foram as limitações de ordem estrutural que desencorajaram o investimento, levando o Governo a começar a fazer concessões ao setor privado para aliviar estas limitações, ajudando a promover a confiança das empresas e o processo de revitalização do investimento. Por outro lado, a taxa de câmbio tem contribuído positivamente para o desempenho da economia, uma vez que a intervenção do Ministério das Finanças e do Banco Central do Brasil (BCB) para manter a taxa de câmbio entre 2,0 e 2,1 BRL/USD foi responsável pela estabilização registrada face ao dólar desde maio do ano passado. A redução no ritmo de expansão em 2012 levou o Governo a mudar o enfoque da sua política económica, passando a privilegiar medidas orientadas para a recuperação do investimento nos próximos anos. Em dezembro, o Governo e o Banco Central deram três passos para reduzir os controlos sobre os fluxos cambiais, nomeadamente através de: (1) facilitar o financiamento para o setor exportador; (2) prorrogar as isenções de impostos para emissões de dívida de empresas estrangeiras, e (3) reduzir os montantes obrigatórios a depositar junto do Banco Central nas posições curtas em dólares. Em 2012, o Brasil continuou a apresentar condições favoráveis no mercado de trabalho, registrando a menor taxa de desemprego média anual histórica de 5,5% da população ativa.

# 01 Enquadramento macroeconómico



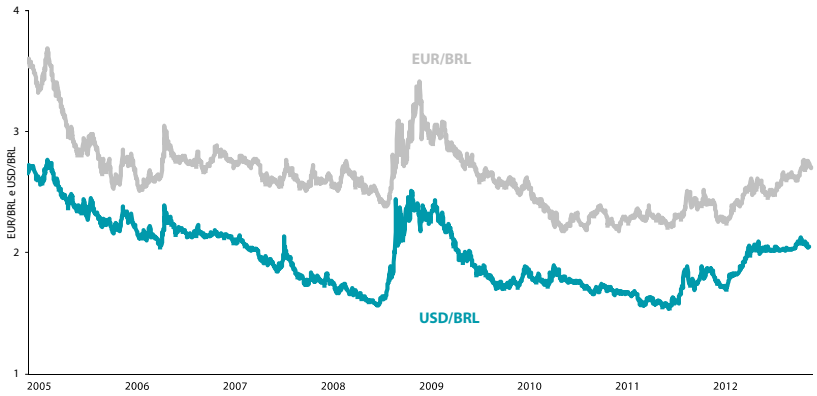

Fonte: World Economic Outlook, FMI




Fonte: Bloomberg

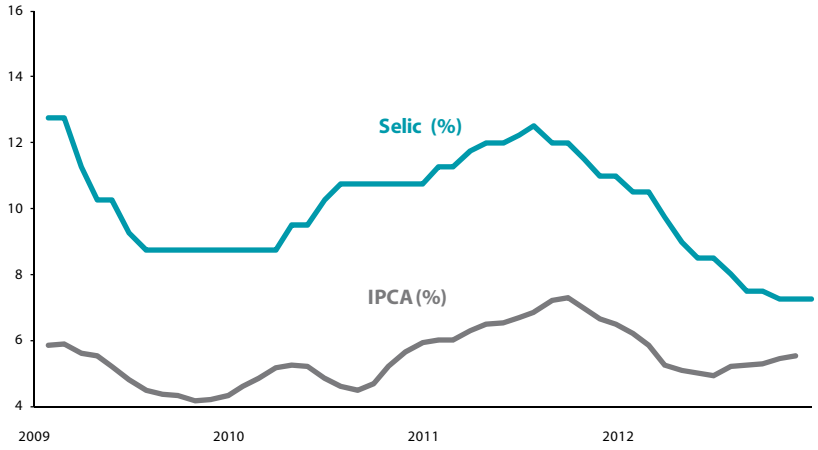
As pressões inflacionárias, que já estavam presentes em 2011, mantiveram-se ao longo de 2012 levando o índice de preços no consumidor a superar o objetivo pelo terceiro ano consecutivo, tendo atingido uma inflação média anual de 5,4%, registando um aumento anual de 5,8% no final do ano. O superávit primário caiu de 3,1% do PIB para cerca de 2,4% do PIB, levando o Banco Central do Brasil a reverter a política monetária restritiva, em setembro de 2012, após sete cortes na taxa de juro de referência, o que se traduziu numa diminuição da taxa Selic de 11% para 7,25%.

# 01 Enquadramento macroeconómico




Fonte: Bloomberg

2012 foi um ano de grandes mudanças na política económica interna, com o entendimento de que a desaceleração económica observada em 2012 deve ser atribuída a obstáculos à ampliação da capacidade produtiva do país. A procura interna foi robusta mas não conseguiu ser acompanhada pela oferta agregada. Estas alterações de política poderão vir a ter consequências positivas no futuro




Fonte: Bloomberg

## 2.3. África

As economias africanas, que tinham recuperado rapidamente após a desaceleração causada pela recessão global, foram prejudicadas no ano passado pelas insurreições em alguns países árabes. Com a recuperação das economias do norte de África e a melhoria sustentada em outras regiões, o crescimento no continente deverá ter acelerado para 4,5% em 2012. A África Subsariana deve continuar a registar um forte crescimento no curto prazo, com perspectivas regionais diferentes que refletem diferentes exposições das economias a choques externos. Os riscos externos permanecem elevados. A forte recuperação do investimento estrangeiro, com a exceção dos países do norte de África, estimulou os fluxos externos. O apetite das economias emergentes da Ásia e América Latina pelos recursos naturais provocou um forte aumento dos preços das commodities internacionais, que sustentaram o investimento relacionado com recursos naturais em África. Os preços deverão manter-se em níveis favoráveis para os exportadores africanos, não obstante os riscos negativos, tais como o aumento da inflação e as oscilações das cotações das commodities

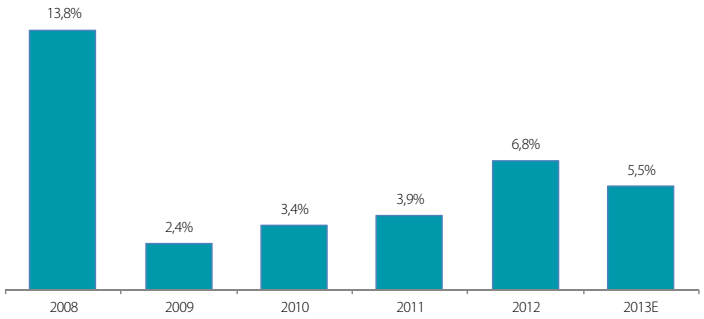
### 2.3.1. Angola

Em 2012, a economia angolana continuou a evoluir a um ritmo considerável, estimando-se que tenha crescido 6,8% em 2012, impulsionada principalmente pelo crescimento do setor petrolífero (com Angola a consolidar a sua posição como o segundo maior produtor de petróleo em África), pelo início do projeto de gás natural liquefeito (GNL) no valor de nove mil milhões de dólares e também por um desempenho cada vez melhor dos sectores não-petrolíferos. A política monetária adotada pelas autoridades angolanas foi apoiada por um ritmo de crescimento favorável dos preços, levando o Banco Nacional de Angola (BNA) a cortar a taxa de juro para 10,3%. As pressões inflacion deverão cair para 9,0% em 2012.

Com a conclusão do *Stand-By Arrangement*, com o objetivo de aumentar a disciplina fiscal e monetária, reformar o sistema cambial, melhorar a gestão financeira pública, criar um sistema bancário sólido e aumentar a transparência fiscal, o FMI continuou a acompanhar a economia angolana e confirmou o bom desempenho e progresso da mesma. O balanço do FMI foi positivo, mostrando a recuperação das reservas externas liquidas para níveis equilibrados, a redução da inflação, a estabilização das taxas de juro e a obtenção de um cenário de estabilidade cambial. Em paralelo, o FMI destacou os progressos significativos em termos de transparência das contas públicas.

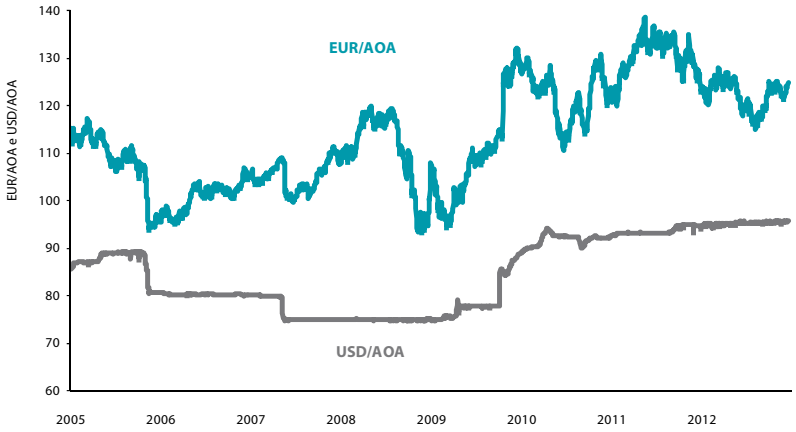
As autoridades angolanas apresentaram o novo Fundo Soberano de Angola (FDSEA), com um capital inicial de cinco mil milhões de dólares, que servirá, principalmente, para investir em infraestruturas para promover a indústria hoteleira, água, agricultura e abastecimento elétrico e de comunicações, a fim de criar condições para atrair investimento estrangeiro.

**Angola - Crescimento do PIB (%)**




Fonte: World Economic Outlook, FMI

O Kwanza manteve uma tendência de depreciação ligeira face ao dólar inferior a 2%, com a taxa de câmbio a situar-se em USD 1: AOA 95,82 no final de 2012. De acordo com a alteração da Lei Cambial, os bancos nacionais serão obrigados a deter um mínimo de 80% do seu capital em kwanzas até o final de 2012. Angola pretende criar o seu primeiro mercado de obrigações em 2013, que será supervisionado pela Comissão para o Mercado de Capitais de Angola, preparando o caminho para um mercado acionista nos próximos dois anos.



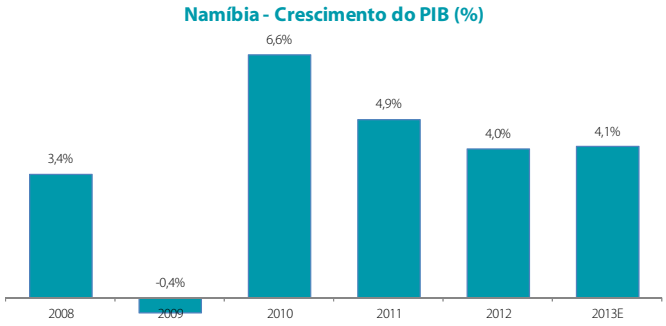

Fonte: Bloomberg

## 2.3.2. Namíbia

A economia da Namíbia deverá crescer 4,0%[2] em 2012, impulsionada por uma forte recuperação do setor primário, nomeadamente dos minerais. O setor industrial também deverá registar um forte crescimento devido ao aumento da produção de bebidas. A taxa de inflação aumentou para cerca de 6%, impulsionada pelos preços dos alimentos

2 Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2012

e combustível, refletindo o impacto do elevado preço do petróleo e a desvalorização significativa do rand Sul-africano causada pelo défice da conta corrente e fortes tensões laborais na África do Sul.




Fonte: World Economic Outlook, FMI

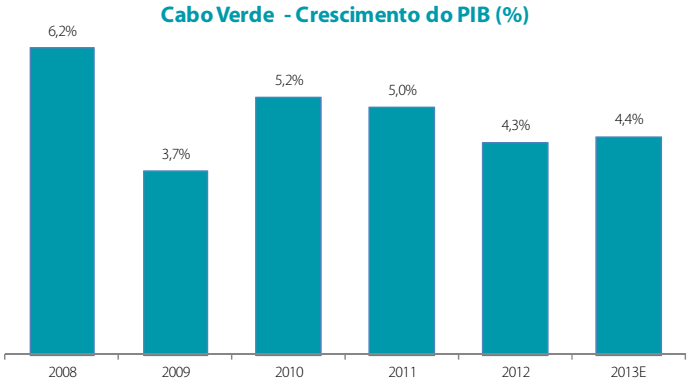
O Governo lançou uma importante iniciativa fiscal de três anos, em 2011/12, para aliviar limitações ao nível de infraestruturas e aumentar a criação de emprego. O programa temporário do governo direcionado ao emprego e crescimento económico levou a um aumento no investimento em desenvolvimento no ano passado, o que vai exigir enfoque no plano fiscal do governo de médio prazo para obter um superávit fiscal em 2014/2015.

O FMI referiu que a perspetiva económica parece promissora, apesar de enfrentar potenciais riscos, tais como um clima externo frágil que apresenta riscos para a procura e preços das commodities e pressões crescentes sobre os preços de serviços não transacionáveis. Uma maior deterioração das economias da Zona Euro poderá ter efeitos negativos significativos na economia da Namíbia através das ligações comerciais, já que grande parte das exportações da Namíbia são destinadas à Europa. No entanto, os bancos comerciais, na sua maioria filiais de bancos sul-Africanos, estão bem capitalizados e com lucros, tendo pouca exposição direta à crise financeira na Europa.

### 2.3.3. Cabo Verde

Em 2012, o crescimento de Cabo Verde abrandou devido à frágil situação económica na Zona Euro e à fraca procura interna. As entradas de turistas e emigrantes estão a sustentar o desempenho económico de Cabo Verde apesar da redução significativa do investimento direto estrangeiro. De modo geral, a coordenação da política macroeconómica foi reforçada com a política fiscal, ajustada no decorrer de 2012 para apoiar a política monetária mais restritiva do Banco de Cabo Verde (BCV) desde final de 2011.

O crescimento do PIB deverá ter abrandado para cerca de 4,3% em 2012 (face a 5,0% em 2011), refletindo o ambiente externo negativo, devido à situação económica e financeira adversa e ainda por resolver da Europa, não obstante o impacto positivo da procura interna suportada por um maior investimento público. A inflação permaneceu controlada, caindo para 2,3% em 2012 (final do período, diminuindo face aos 3,6% registados em 2011).

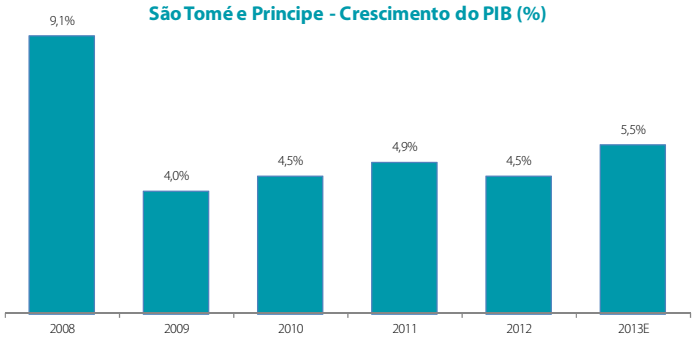



Fonte: World Economic Outlook, FMI

As condições monetárias tornaram-se mais rígidas após o segundo semestre de 2011, quando o BCV adotou uma política monetária mais restritiva, nomeadamente com: (1) o aumento das necessidades de reservas; (2) o reinício das operações de *open market* para absorver o escudo cabeverdiano, e (3) o aumento da intervenção nas taxas de juro. A taxa de câmbio do escudo caboverdiano está indexada ao Euro.

### 2.3.3. São Tomé e Príncipe

A economia de São Tomé e Príncipe está a recuperar gradualmente depois de uma forte desaceleração em 2009, que refletiu uma queda do investimento direto estrangeiro como resultado da crise financeira global. O crescimento do PIB para 2012 é estimado em cerca de 4,5%, com os projetos financiados no exterior a ajudar o desenvolvimento das atividades de construção, comércio, turismo e agricultura. Esta dinâmica de crescimento deverá aumentar à medida que continuem as perfurações exploratórias de petróleo. As autoridades públicas estimam que a produção de petróleo irá começar em 2015. A taxa de câmbio está indexada ao euro desde janeiro de 2010.



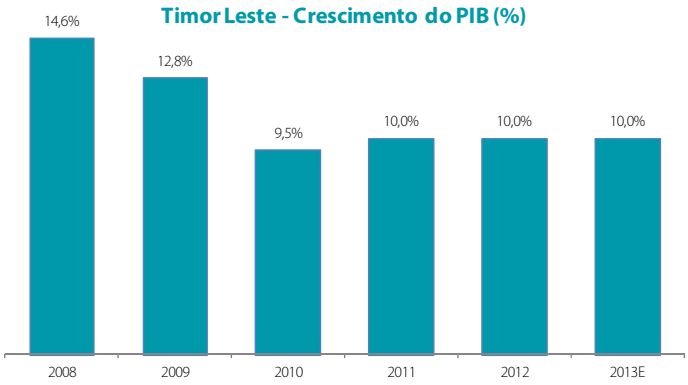

Fonte: World Economic Outlook, FMI

## 2.4. Outras geografias

### 2.4.1. Timor-Leste

Em 2012, estima-se que o crescimento tenha permanecido forte em cerca de 10%, suportado pela despesa pública. A inflação em Díli manteve-se elevada, tendo diminuído ligeiramente para 12,0% em 2012, devido aos elevados preços dos produtos alimentares, à desvalorização do dólar e à forte procura devido ao aumento da despesa pública.

O governo lançou o "Plano de Desenvolvimento Estratégico ", com o objetivo de transformar Timor-Leste num país com rendimentos acima da média em 2030, aumentando o investimento público para melhorar as infraestruturas do país. Esses compromissos, juntamente com a meta de atingir um crescimento económico elevado, alinham Timor-Leste com o objetivo da Ásia e Pacífico de obter crescimento económico. Dada a dinâmica procura pelo petróleo e aumento dos preços, a perspectiva para o crescimento econômico e redução da pobreza é promissora.




Fonte: World Economic Outlook, FMI

# 02
# Aspectos regulamentares

## Portugal

**Portabilidade.** Em resultado da transposição, em setembro de 2011, do novo quadro regulamentar para o setor das comunicações eletrónicas, em 28 de outubro de 2011, e na sequência de uma consulta pública a ANACOM adotou, em 1 de março de 2012, uma decisão relativa a alterações ao Regulamento da Portabilidade. As principais alterações referem-se à obrigação de as empresas que prestam serviços telefónicos fixos e móveis garantirem a implementação da portabilidade em um dia útil e ao reforço dos direitos dos assinantes em matéria de portabilidade.

O novo Regulamento da Portabilidade entrou em vigor em 13 de setembro de 2012.

**Televisão Digital Terrestre.** A PT Comunicações prosseguiu a sua atuação no âmbito da TDT, tendo cumprido todas as obrigações de cobertura que lhe estão impostas na licença atribuída e tendo concluído com sucesso o processo de alteração de canal, em cumprimento da deliberação de 4 de abril de 2011, em que a ANACOM aprovou a decisão final relativa à substituição do canal 67 (838-846MHz) consignado à PT Comunicações para o território continental, pelo canal 56 (750-758MHz) no âmbito do serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre (TDT).

A PT Comunicações continua a aguardar, a fixação dos critérios, em Portaria do Governo, com vista ao ressarcimento dos custos incorridos no aludido processo de alteração de canais do MUX A.

Em 24 de março de 2011, a ANACOM deliberou sobre a atribuição de subsídios à aquisição de equipamento TDT por parte de cidadãos com necessidades especiais, grupos populacionais mais desfavorecidos e instituições de comprovada valia social, estando a PT Comunicações a atribuir os subsídios em cumprimento da citada deliberação, que após duas prorrogações, estará em vigor até ao dia 26 de abril de 2013.

Em 31 março de 2011, a ANACOM aprovou o Plano de Promoção e Informação a cumprir pela PT Comunicações, no âmbito da TDT, tendo a empresa realizado as vagas da campanha televisiva a que se encontrava vinculada, tendo terminado a campanha, em novembro de 2011, à qual se seguiu a campanha televisiva protagonizada pela ANACOM e que terminou por altura do *switch-off*.

Em 7 de abril de 2011, a ANACOM deliberou sobre a definição do procedimento de comparticipação de instalações e equipamentos nas zonas abrangidas por meios de cobertura complementar (DTH) no âmbito da TDT, com vista a garantir a igualdade de acesso à TDT por parte das populações cobertas por TDT e por DTH. Também quanto a esta deliberação, a PT Comunicações está a cumprir escrupulosamente as determinações da ANACOM, estando esta deliberação, também após duas prorrogações, em vigor até ao dia 26 de abril de 2013.

Em 23 de março de 2012, o ICP-ANACOM aprovou a criação e a implementação de um subsídio adicional de instalação para a receção televisiva digital, destinada aos beneficiários do programa de subsidiação, em concreto

famílias cujo requerente tenha 65 anos ou mais e se encontrem em situação de isolamento social, por razões conjunturais ou estruturais. Esta deliberação vigora, também, até ao dia 26 de abril de 2013.

O switch-off ficou concluído no dia 26 de abril de 2012.

**Ofertas Grossistas Reguladas.** Em 28 de março de 2012, a ANACOM aprovou a decisão final sobre os procedimentos a cumprir na aferição da qualidade de serviço das ofertas grossistas reguladas, cujo projeto de decisão tinha sido notificado à Comissão Europeia (CE), ao Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC) e às autoridades reguladoras nacionais dos restantes Estados-Membros da União Europeia. Esta decisão impôs à PT Comunicações a alteração das várias ofertas de referência que têm associados prazos de reparação de avarias (ORALL, ORCA, ORCE, Rede ADSL PT, ORLA), no prazo de 30 dias úteis, após a notificação da decisão final do ICP-ANACOM, em conformidade com diversos requisitos.

**Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) e Oferta de Referência de Circuitos Ethernet (ORCE).** A ANACOM aprovou, em 14 de junho de 2012, a decisão final sobre as alterações à oferta de referência de circuitos alugados (ORCA) e à oferta de referência de circuitos Ethernet (ORCE).

O respetivo projeto de decisão tinha sido aprovado a 30 de abril de 2012, para notificação à Comissão Europeia (CE), ao Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC) e às autoridades reguladoras nacionais dos restantes Estados-Membros da União Europeia. A Comissão Europeia pronunciou-se manifestando não ter comentários.

A PT impugnou judicialmente esta decisão, em 2 de novembro de 2012, uma vez que considerou existir um conjunto de ilegalidades.

**Mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais.** Em 30 de abril de 2012, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a especificação da obrigação de controlo de preços nos mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais, encerrando o processo iniciado em abril de 2011, com o lançamento da respetiva consulta pública.

Nesta decisão foi aprovado o modelo de custeio para a terminação móvel e foram determinados os preços máximos a aplicar pelos três operadores móveis designados como detentores de poder de mercado significativo (PMS), de acordo com o seguinte:

- Em 7 de maio de 2012: 2,77 cêntimos de euro por minuto;
- Em 30 de junho de 2012: 2,27 cêntimos de euro por minuto;
- Em 30 de setembro de 2012: 1,77 cêntimos de euro por minuto;
- Em 31 de Dezembro de 2012. 1,27 cêntimos de euro por minuto.

Preços com faturação ao segundo a partir do primeiro segundo e independentes da origem da chamada.

**Consulta dos Mercados 4 e 5.** Em 6 de fevereiro de 2012, a ANACOM aprovou o projeto de decisão relativo à definição dos mercados grossistas de acesso à infraestrutura de rede num local fixo (MR4/2007) e de acesso em

banda larga (MR5/2007), à avaliação de poder de mercado significativo (PMS) e à imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações regulamentares.

Em linha com a decisão de 2009, a ANACOM propõe neste SPD manter o âmbito nacional do MR4 e a segmentação geográfica do MR5, dividido entre Áreas Não Competitivas e Áreas Competitivas (estas últimas não reguladas), continuando a PT com PMS no MR4 e MR5-NC.

No âmbito das obrigações de acesso no mercado grossista de acesso à rede, além da obrigação de acesso desagregado ao lacete e sublacete local em cobre e de acesso a condutas e postes a nível nacional, a ANACOM pretende impor a obrigação de acesso virtual à fibra ótica (bitstream avançado), mas com diferenciação geográfica na sua aplicação: esta obrigação não seria aplicável em 17 concelhos onde se considera haver condições para os outros operadores investirem em fibra.

De acordo com o SPD a PT ficará também obrigada a demonstrar à ANACOM que a diferença entre os seus preços retalhistas e os preços das ofertas grossistas disponibilizadas aos outros operadores não configura uma situação de compressão de margens.

A consulta prolongou-se até ao dia 5 de abril de 2012, não sendo ainda conhecidas as conclusões finais alcançadas pelo Regulador.

**Espetro Radioelétrico.** A ANACOM aprovou, em 6 de janeiro de 2012, o relatório final do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz, 2,6 GHz (leilão multifaixa).

O leilão multifaixa alcançou um montante final de 372 milhões de euros, distribuídos por cada um dos licitantes vencedores do seguinte modo: 113 milhões de euros (Optimus), 113 milhões de euros (TMN) e 146 milhões de euros (Vodafone), tendo sido atribuídos os respetivos direitos de utilização aos concorrentes vencedores no dia 9 de março de 2012.

Em fevereiro de 2012, a WRC 2012 adoptou a Resolução N.º 232 (WRC-12) relativa à atribuição da faixa dos 700 MHz aos serviços móveis. Trata-se da primeira atribuição que permite a utilização harmonizada a nível mundial. Vai ter implicações profundas a nível europeu, em especial na Radiodifusão Televisiva e nas redes e Serviços Móveis.

Em março de 2012, foi publicada a Decisão N.º 242/2012/EU do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o primeiro programa plurianual da política do espectro radioeléctrico. Este primeiro programa está focado na identificação de novas faixas de espectro necessárias à prestação de serviços de comunicações electrónica de banda larga e no estabelecimento dos critérios e metodologia de constituição de um inventário europeu do espectro. A Comissão está já a preparar as primeiras medidas de execução.

**Sistema de Contabilidade Analítica (SCA).** Em 29 de fevereiro de 2012 a PT Comunicações solicitou à ANACOM a revisão da taxa de custo de capital a considerar no modelo de custeio regulatório da empresa, para o exercício de 2011. O valor dessa taxa era de 11,0%, solicitando a PT Comunicações a sua alteração para 14,78%. Em 30 de agosto de 2012, a ANACOM aprovou a decisão final sobre este tema, fixando a taxa de custo de capital da PT Comunicações para o exercício de 2011 em 11,7%.

# 02 Aspectos regulamentares

Em 2 de janeiro de 2012, a ANACOM aprovou o relatório da audiência prévia à auditoria aos resultados do SCA de 2006 e emitiu a respetiva declaração de conformidade, estabelecendo um conjunto de determinações e recomendações, visando a melhoria do SCA.

Em 27 de Abril de 2012, a ANACOM adjudicou a uma entidade independente, a realização da auditoria aos resultados do sistema de contabilidade analítica (SCA) da PT Comunicações para os exercícios de 2008 e 2009. Em 23 de outubro de 2012 o Regulador comunicou ter adjudicado a uma entidade independente o processo de revisão do SCA da PT Comunicações e a realização das auditorias aos resultados referentes aos exercícios de 2010, 2011 e 2012. Ambos os processos de auditoria ainda se encontram em curso.

Em 2 de novembro de 2012, a ANACOM enviou à PT Comunicações, em processo de audiência prévia, o relatório de auditoria ao SCA 2007, a respetiva declaração de conformidade e um conjunto de determinações e recomendações com vista ao aperfeiçoamento do SCA, tendo proferido a decisão final em 18 de janeiro de 2013.

**Compensação pelas margens de exploração negativas dos serviços obrigatórios.** Nos termos do Contrato de Concessão, a PT Comunicações tem o direito de ser diretamente compensada pelo Estado pelas margens de exploração negativas decorrentes da prestação obrigatória do serviço fixo de telex, serviço fixo comutado de transmissão de dados, serviço telegráfico, serviço de difusão e de distribuição de sinal de telecomunicações de difusão e serviço móvel marítimo.

Em 27 de agosto de 2012, a Inspeção-Geral de Finanças produziu um relatório sobre a compensação destas margens de exploração negativas relativas ao ano de 2006, no qual declara que o cálculo do valor da compensação deve ser apurado calculando a margem agregada dos vários serviços obrigatórios (e não serviço a serviço, como foi prática até aqui), em prejuízo da PT Comunicações, tendo esta impugnado a decisão.

**Liquidação e cobrança da taxa de atividade.** Em 27 de abril de 2012, a ANACOM procedeu à retificação do valor das taxas devidas à PT Comunicações pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas referente ao ano de 2011, após o apuramento dos custos administrativos reais e revisão do valor das provisões para esse ano. Na sequência destas correções, houve lugar aos correspondentes reembolsos aos operadores.

Em 26 de novembro de 2012, a ANACOM fixou a percentagem contributiva (aplicável no caso da PT Comunicações) em 0,5538%.

**Tarifário do Serviço Universal.** Em 25 de novembro de 2011, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário residencial do serviço telefónico num local fixo, no âmbito do serviço universal, apresentada pela PT Comunicações a 4 de novembro de 2011. Os preços em causa entraram em vigor a 1 de janeiro de 2012.

Em 25 de novembro de 2011, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário aplicável às comunicações originadas na rede da PT Comunicações e com destino à rede dos OPS, apresentada pela PT Comunicações a 18 de novembro 2011. Os preços em causa entraram em vigor a 1 de janeiro de 2012.

# 02 Aspectos regulamentares

**Custos Líquidos do Serviço Universal.** Em 12 de julho de 2012 foi adjudicada a uma entidade independente a realização das auditorias aos CLSU respeitantes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009. O processo ainda não se encontra concluído.

Em 12 de outubro de 2012 a ANACOM tomou a decisão final sobre a concretização do conceito de custos de acesso anormalmente elevados no âmbito da metodologia a aplicar no cálculo dos CLSU, determinando que sejam para o efeito considerados os custos dos clientes que se situam no último terço de clientes com custos de acesso mais elevados.

Em 23 de outubro de 2012 o Regulador comunicou ter adjudicado a uma entidade independente a realização das auditorias aos CLSU dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, processo que se encontra, também, a decorrer.

Em 31 de outubro de 2012 a PT Comunicações submeteu à ANACOM os cálculos realtivos ao CLSU, para o ano de 2011.

**Designação do(s) Prestador(es) do Serviço Universal.** Em 14 de fevereiro de 2012, a ANACOM tomou uma decisão final no âmbito da consulta Pública sobre o processo de designação do(s) prestador(es) do Serviço Universal (SU) (que decorreu no final de 2011), tendo emitido as suas recomendações para o Governo.

Por meio da Portaria 318/2012, de 12 de outubro, os Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego lançaram três concursos para a seleção da(s) empresa(s) a designar para a prestação do SU, destinados a selecionar uma ou várias empresas com quem o Estado português contratará o fornecimento (em qualquer ponto do território nacional, a todos os utilizadores independentemente da sua localização geográfica):

- Da ligação a uma rede de comunicações pública num local fixo e da prestação de serviços telefónicos acessíveis ao público através dessa ligação;
- Da oferta de postos públicos; e da
- Disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas.

A adjudicação das prestações de ligação a uma rede de comunicações pública num local fixo e serviços telefónicos acessíveis ao público e de oferta de postos públicos terá como o critério o preço mais baixo. Cada uma destas prestações encontra-se dividida em três Zonas Geográficas: Norte, Centro, Sul e Ilhas.

Para a seleção da empresa responsável pela prestação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço informativo, considerar-se-á a mais elevada remuneração a pagar ao Estado. Esta prestação terá um âmbito nacional.

O período de prestação para cada um dos serviços foi fixado em 5 anos, num quadro de neutralidade tecnológica.

Em 28 de novembro de 2012 terminou o prazo de apresentação de candidaturas aos concursos, para efeitos de pré-qualificação. Entre 27 de dezembro de 2012 e 3 de janeiro de 2013 decorreu o processo de audiência prévia aos interessados sobre o relatório preliminar de qualificação. O relatório final foi publicado em 2 de fevereiro de 2013, com os seguintes resultados:

- PT Comunicações, Optimus, Zon e Vodafone qualificados para o concurso 1 e 2;
- PT Comunicações, Vodafone e Plurimarketing qualificados para o concurso 3.

De acordo com o calendário estabelecido, os resultados finais dos concursos deverão ser conhecidos até 28 de junho 2013.

**Lei do Financiamento do Serviço Universal.** Em 23 de agosto foi publicada a Lei n.º 35/2012 que procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal.

**Consumidor.** Em 27 de outubro de 2011, a ANACOM aprovou o projeto de decisão sobre os procedimentos exigíveis para a cessação de contratos, total ou parcialmente, por iniciativa dos assinantes, relativos à oferta de redes públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

Em 29 de março de 2012, a ANACOM aprovou a sua decisão final, tendo deliberado impor aos operadores a obrigação de implementar as medidas determinadas pela ANACOM e de alterar as respetivas condições de oferta de serviços e os seus contratos no prazo de 90 dias úteis contados da deliberação final. De acordo com esta deliberação, as empresas de comunicações eletrónicas devem explicitar: (i) o conteúdo obrigatório da declaração do assinante; (ii) os documentos a apresentar com a declaração; e (iii) os suportes, meios e contactos disponíveis para a apresentação da declaração.

**Segurança das redes.** Em 22 de dezembro de 2011, a ANACOM aprovou o sentido provável de decisão (SPD) sobre as circunstâncias, formato e procedimentos aplicáveis à comunicação das violações de segurança ou das perdas de integridade com impacte significativo no funcionamento das redes e ou serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público. Este SPD contempla ainda as condições em que a ANACOM considera existir um interesse público na divulgação dessa informação ao público, assim como do seu conteúdo, meios e prazos.

Ainda não existe decisão final da ANACOM, pese embora tenha ocorrido um conjunto de interações entre a ANACOM, o Grupo PT e a APRITEL com o objetivo de endereçar esta matéria.

***Cloud Computing.*** Em 27 de setembro de 2012, a Comissão Europeia publicou uma comunicação intitulada "Unleashing the Potential of Cloud Computing in Europe", no contexto da prossecução dos objetivos da Agenda Digital. De acordo com a referida comunicação, a CE visa permitir e facilitar uma rápida adoção da *cloud computing* por todos os setores de atividade, na medida em que tal pode permitir a redução de custos de IT, aumento de produtividade, emprego e crescimento.

Na sua comunicação, a CE identifica um conjunto de medidas que, na sua opinião, são essenciais para, por um lado, promover a *cloud computing* e, por outro, garantir os direitos dos utilizadores, tendo, neste contexto, identificado 3 ações chave a promover:

- Tentar harmonizar "standards" na prestação destes serviços
- Adoção de termos e cláusulas contratuais seguros e equilibrados
- Estabelecer uma parceria europeia para a "nuvem" para fomentar a inovação e crescimento no setor público

# 02 Aspectos regulamentares

Em 12 de dezembro de 2012, a Direção-Geral de Justiça da CE organizou um *workshop* dedicado aos contratos relativos à prestação de serviços de *cloud computing* e que tinha como objetivo principal explorar a visão e experiências dos vários *stakeholders* com a CE sobre os modelos contratuais aplicáveis à prestação destes serviços. Foram analisados os possíveis desenvolvimentos deste mercado, questões relativas ao modelo contratual adotado pelas empresas que prestam tais serviços, impacto económico destas questões e possíveis ações a adotar ao nível europeu.

A CE considerou que o workshop constitui um passo inaugural para delimitar o mandato que pretende conferir ao *Expert Group* que irá ser constituído em 2013 para analisar as várias questões que tais serviços suscitam, sendo expectável que tal grupo venha a emitir orientações/recomendações referentes a cláusulas e termos contratuais a implementar no contexto da oferta de serviços de *cloud computing* medidas a adotar para aumentar a confiança de clientes e utilizadores (em particular no que se refere a garantias de segurança da informação e proteção de dados pessoais), medidas adequadas a garantir maior certeza jurídica na relação entre prestadores, clientes e utilizadores e como garantir que as medidas adotadas são adequadas no sentido de não prejudicar a prestação de tais serviços.

**Lei do Cinema.** Foi publicada, em 6 de setembro de 2012, a Lei n.º 55/2012, que estabelece os princípios de acção do Estado no fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais, comummente designada como Lei do Cinema.

A Lei do Cinema prevê:

- A obrigação de pagamento de uma taxa anual de 3,5 euros por cada subscrição de acesso a serviços de televisão; anualmente a taxa aumentará 10%, em relação ao valor do ano anterior, até ao máximo de 5 euros. O valor anual da taxa é calculado com base no número médio de subscrições existentes no ano civil anterior, apurado de acordo com a informação constante dos relatórios trimestrais publicados pela ANACOM;
- A obrigação de participação na produção cinematográfica e audiovisual será assegurada através do investimento anual em obras cinematográficas nacionais, em montante a definir anualmente, através de diploma próprio, mas em percentagem não inferior ao equivalente a 1% das receitas provenientes das atividades de serviços audiovisuais a pedido;
- A obrigação de criação de uma área dedicada às obras nacionais, onde sejam disponibilizadas todas as obras apoiadas e, bem assim, outras obras de produção nacional, mediante solicitação dos respetivos distribuidores ou dos titulares de direitos, para efeitos de aluguer ou venda das obras, em condições que atribuam aos titulares de direitos sobre as mesmas uma percentagem não inferior a 50% das receitas obtidas.

**Roaming.** O Regulamento (UE) N.º 531/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2012, relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União ("Roaming III") entrou em vigor a 1 de julho de 2012.

O Roaming III abarca um período de 10 anos, entre 1 de julho de 2012 e 30 de junho de 2022, e é mais abrangente do que as duas anteriores versões do Regulamento.

Para além de *price caps* (sujeitos a *glide path)* nas comunicações retalhistas de voz e SMS e dados, e a nível grossista nas comunicações de voz, SMS e dados, esta versão do regulamento traz as seguintes novidades:

- Extensão das medidas de transparência e salvaguarda *(bill-shock)* para o cliente para além do espaço intra-UE;
- Aplicação de um *price cap* a nível retalhista na comunicações de dados em roaming, a partir de 1 de Julho de 2012;
- No âmbito do acesso grossista, os operadores ficam obrigados a atender todos os pedidos razoáveis a partir de 1 de julho de 2012, devendo ser publicada uma oferta de referência a 1 de janeiro de 2013;
- Desagregação dos serviços de roaming a nível retalhista a partir de 1 de julho de 2014.

***Net Neutrality.*** O debate sobre a *Net Neutrality* continuou intenso ao longo de 2012, ano em que a Comissão Europeia e o BEREC promoveram diversas iniciativas, incluindo consultas públicas e pedidos de informação aos operadores. Foram ainda publicadas *guidelines* e relatórios sobre o tema.

**Informação Estatística.** Em 30 de agosto de 2012, a ANACOM aprovou a decisão final sobre novos indicadores estatísticos a remeter trimestralmente a esta Autoridade pelos prestadores de serviços móveis, relacionados com comunicações *machine-to-machine* (M2M) e banda larga móvel.

**Consulta pública da CE sobre redução dos custos de *roll-out* de NGA.** Entre 27 de abril de 2012 e 20 de julho de 2012 decorreu uma Consulta Pública da CE sobre o tema da redução dos custos de *roll-out* de NGA, com destaque para a necessidade de mais coordenação, informação e transparência entre os diversos *stakeholders*.

De acordo com a CE, 80% dos custos de investimento em redes NGA estão relacionados com a construção civil de infraestruturas, como a abertura de valas e colocação de condutas, e até 30% destes custos devem-se a ineficiências. A CE considera que as ARNs e os Estados-Membros podem atuar a este nível tornando obrigatória a partilha de infraestruturas, incluindo as infraestruturas das empresas de *utilities*.

A CE publicou o relatório desta consulta pública em 22 de novembro de 2012.

**Projeto de Recomendação da CE sobre Não discriminação e Custeio de NGA.** Em 5 de dezembro de 2012, a CE enviou ao BEREC o Projeto de Recomendação sobre a obrigação de não discriminação e modelos de custeio, no âmbito das NGA.

Genericamente, o Projeto concretiza a ideia veiculada pela Comissária Kroes em julho de 2012, de que a orientação dos preços para os custos nas NGA pode ser flexibilizada em determinadas circunstâncias, em contrapartida de um controlo mais apertado da não discriminação a nível grossista.

Prevê-se que o BEREC emita a sua opinião sobre este projeto de Recomendação em Março de 2013. A CE deverá tomar a opinião do BEREC na máxima conta e submeter o projeto para aprovação no Conselho de Ministros. A CE pretende a adoção final da Recomendação em meados de julho de 2013.

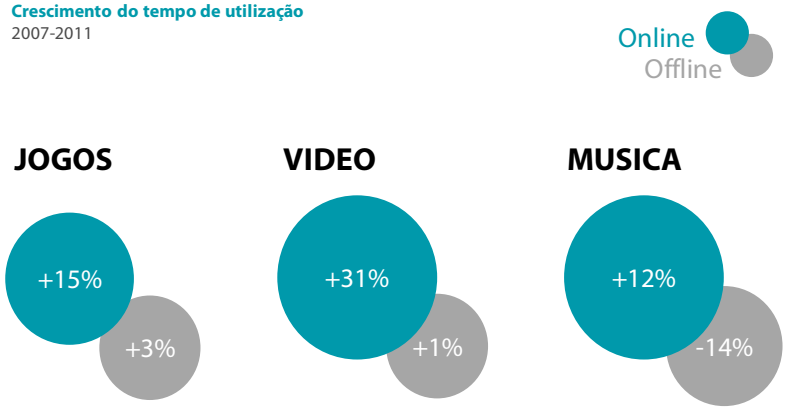
# 03
# Perfil estratégico

## Contexto de negócio: tendências dos consumidores e empresas conduzem a escassez da rede

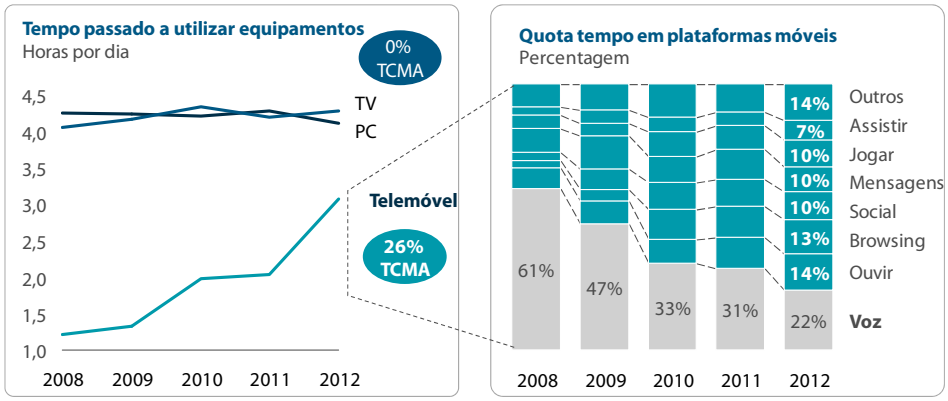
### Setor global das telecomunicações

Alteração dos hábitos dos consumidores. O aparecimento de novos equipamentos e de redes mais rápidas em conjunto com a proliferação de novos players inovadores no mercado das telecomunicações, media e tecnologia estão a criar novas necessidades e a alterar os hábitos de consumo. Os consumidores pretendem ter conteúdos digitais, uma experiência de mobilidade e acesso aos seus dados em qualquer lugar. Os conteúdos são cada vez mais digitais, com o tempo de utilização de conteúdos digitais a aumentar mais do que conteúdos offline, nomeadamente jogos, vídeo e música. A mobilidade tornou-se uma realidade, dado que os consumidores têm cada vez mais equipamentos pessoais e passam cada vez mais tempo o seu tempo online utilizando estes equipamentos, principalmente para serviços de dados. Esta procura por acesso a dados e conteúdos em qualquer lugar entre vários equipamentos está a abrir o caminho para novos serviços cloud para o segmento de consumo, onde os utilizadores podem ter os seus conteúdos pessoais virtualizados e disponíveis em qualquer equipamento em qualquer lugar.

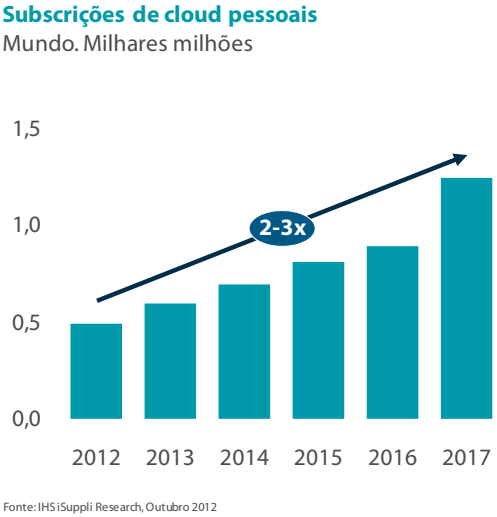
**Crescimento do tempo de utilização**
2007-2011




Fonte: PwC




Fonte: iConsumer US

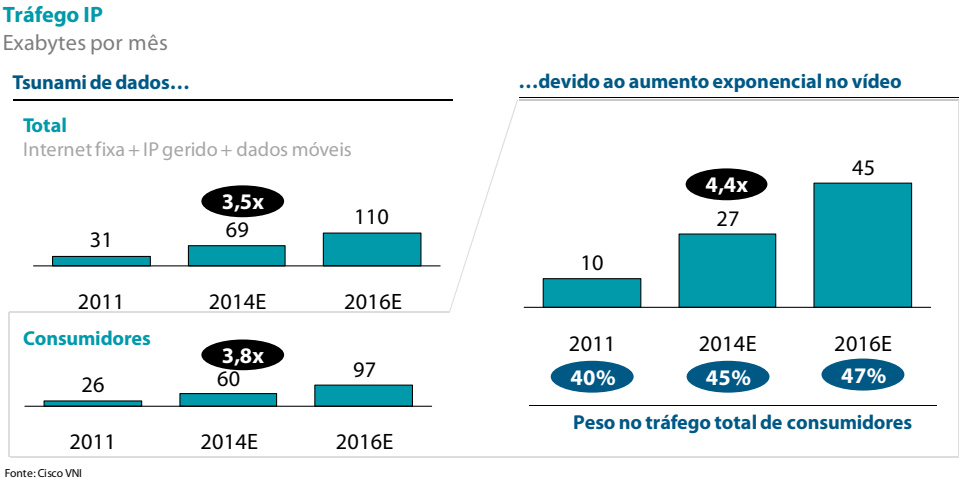



Fonte: IHS iSuppli Research, Outubro 2012

Ao mesmo tempo que os consumidores preferem os conteúdos digitais, as empresas também precisam de transformar o seu modelo de negócio para se adaptarem aos novos hábitos de consumo. À medida que as empresas passam pela sua transformação digital, tornam-se cada vez mais dependentes das tecnologias de informação e procuram soluções mais eficazes e eficientes. Os operadores de telecomunicações necessitam de abordar estas novas necessidades com a oferta de soluções integradas, incluindo comunicações, redes e tecnologias de informação e pela oferta flexível, escalável e segura de serviços cloud.

O investimento na rede é crucial. A cada vez maior digitalização dos consumidores e empresas está a conduzir a um aumento da utilização de serviços de consumo elevado de dados. Este aumento está a gerar um ´tsunami´ de dados que está a inundar as redes de comunicações em todo o planeta, particularmente as redes móveis conduzido pelo crescimento exponencial do consumo de vídeo em mobilidade. Este novo paradigma de escassez

de redes coloca um prémio significativo nos investimentos na rede, enquanto os operadores se esforçam para melhorar a experiência do cliente para clientes cada vez mais exigentes.



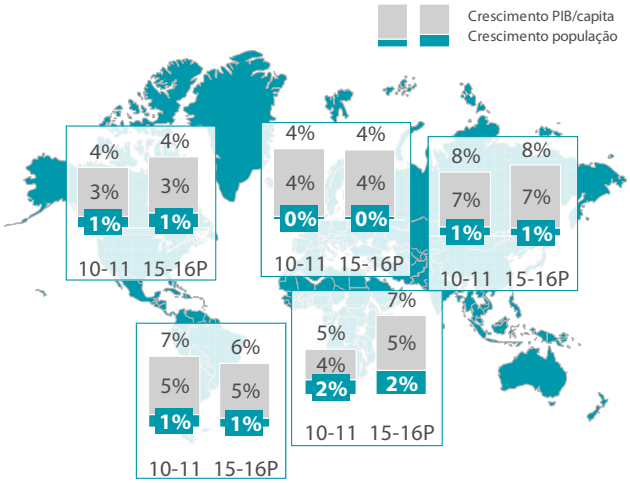

Fonte: Cisco VNI

Proliferação de novas tecnologias de acesso. O desenvolvimento de novas tecnologias e redes de acesso continua a ser uma tendência primordial, com os operadores a anunciarem os seus planos, testes e investimentos em Redes de Nova geração (RNG), nomeadamente fibra até casa do cliente (FTTH), no negócio fixo, e Long term Evolution (4G-LTE), no negócio móvel. Ambas as tecnologias oferecem maiores velocidades, menores latências e maior fiabilidade. FTTH melhora a experiência do cliente ao fornecer uma velocidade maior e garantida, simetria de download e upload e menor latência. Além disso, o investimento em fibra suporta uma melhor rede móvel, com ligações de alta qualidade de fibra entre as bases móveis. Esta tecnologia 4G-LTE é também crucial para oferecer uma experiência sem barreiras de conectividade em qualquer lugar, abordando assim a necessidade cada vez maior de mobilidade com conectividade de qualidade. Tanto a FTTH como o 4G-LTE melhoram dramaticamente a eficiência das transmissões de dados, permitindo assim uma significativa redução de custos para os operadores.

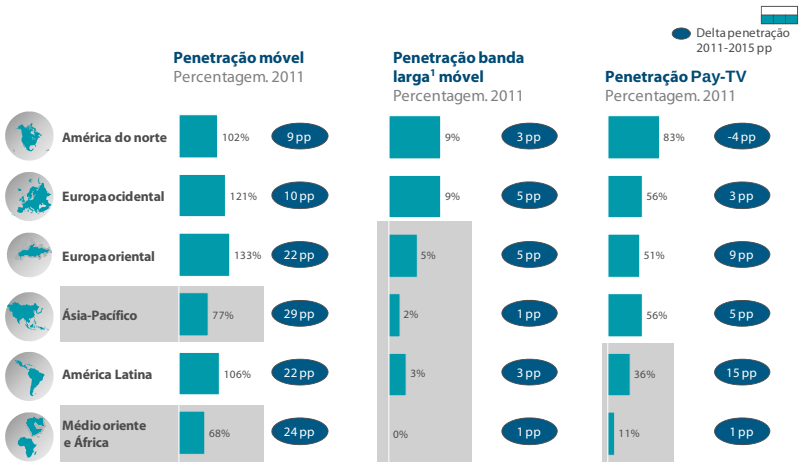
Contexto desafiante em mercados maduros. Ao mesmo tempo que os operadores estão empenhados em lidar com os investimentos na rede, o setor está a enfrentar um aumento concorrencial significativo em mercados maduros, tanto nas comunicações fixas como móveis. No mercado de rede fixa, as Telcos tradicionais estão a ser ameaçadas tanto por operadores de cabo como móveis. As empresas de cabo estão a apostar significativamente no DOCSIS 3,0, uma tecnologia de acesso de nova geração que permite aos operadores de cabo competir com soluções de fibra. Apenas na Europa, é esperado que o número de casas com DOCSIS 3,0 cresça 44% anualmente até 2015. Por outro lado, o 4G-LTE está a ser implementado a um nível global, e a sua alta velocidade e menor latência poderão criar uma oportunidade para os operadores móveis concorrerem na área residencial.

No mercado móvel, a concorrência está também a aumentar, muito devido ao facto de os reguladores estarem a pressionar para uma queda agressiva das taxas de terminação, onde é esperado que atinjam os 1,9 cêntimos de euro por minuto na Europa no curto prazo. Estes níveis abrem a oportunidade para ofertas agressivas por operadores (*attackers*), incluindo ofertas conjuntas de baixo preço para todas as redes que diluem as externalidades do operador incumbente. Estas ofertas estão a ser lançadas em vários países e estão a ter bastante popularidade.

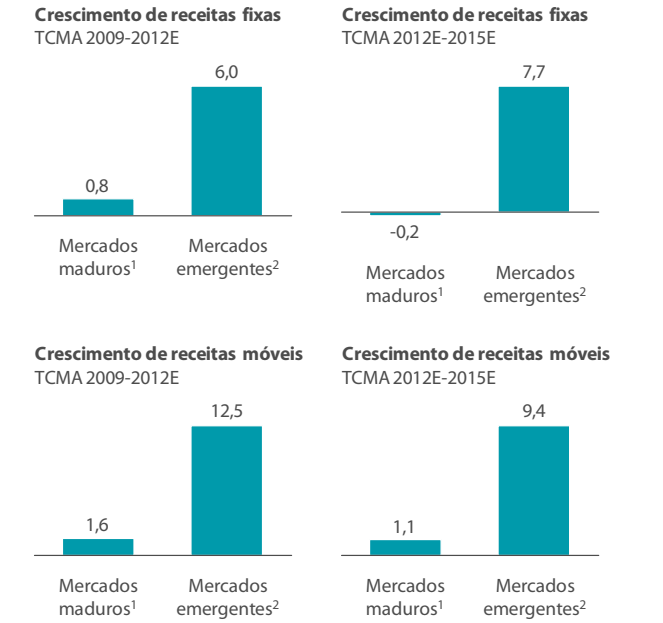
Mercados emergentes continuam a ser atrativos como motor de crescimento. Os mercados emergentes continuam a atrair os operadores de telecomunicações, dado que continuam a ser fontes de crescimento e escala. Simultaneamente o crescimento da população e do PIB per capita está a levar ao aparecimento de novos consumidores na classe média e média-alta. Esta nova procura tem um potencial inexplorado nos serviços tracionais de telecomunicações, com a penetração da maior parte dos serviços ainda sem ter atingido os níveis dos mercados maduros. De facto, os mercados emergentes representam uma parte significativa do crescimento no setor, tendo crescido mais rápidamente do que os mercados maduros (TCMA 2009-2012 das receitas no negócio fixo e móvel de 6,0% e 12,5% respetivamente nos mercados emergentes versus 0,8% e 1,6% em mercados maduros respetivamente). É esperado que esta tendência persista no médio prazo (TCMA 2012-2015 das receitas no negócio fixo e móvel de 7,7% e 9,4% respetivamente nos mercados emergentes versus -0,2% e 1,1% em mercados maduros respetivamente).




Fonte: Viewswire, MGI, Canback




1 Ligações 3G e 4G
Fonte: Yankee Group; WCIS




1 Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, França, Alemanha, Hong Kong, Hungria, Itália, Japão, Coreia, Holanda, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Arábia Saudita, Singapura, Eslováquia, África do Sul, Espanha, Suíça, Turquia, Ucrânia, Emirado Árabes Unidos, Inglaterra
2 China, Egipto, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Tailândia, Vietname

Novas fronteiras concorrenciais globais. O setor das telecomunicações irá continuar a expandir-se mas de uma forma bastante sobreposta com players de setores adjacentes, como fabricantes de equipamentos, fornecedores internet e empresas de média. Estes players estão a tirar partido das maiores velocidades de acesso que irão permitir o aparecimento de serviços baseados em *cloud*. É esperado que os operadores de telecomunicações mantenham o tradicional acesso a serviços e a faturação aos utilizadores que acedem a este infindável número de serviços, como música (*iTunes*), vídeo (*Youtube*), fotos (*Facebook, Picasa, Flick*), aplicações (*Google, App Store*) e retalho (*Amazon, Ebay*). Estes concorrentes adjacentes estão a ser capazes de construir marcas muito fortes. Como exemplo, no mercado de fabricantes de equipamentos, a Apple a Samsung representam cerca de 50% do total das receitas globais, a aumentarem de apenas 16% em 2007. A expansão destas novas fronteiras concorrenciais está a criar uma pressão adicional para os operadores de telecomunicações, mas também oportunidades significativas. De facto entre 2011 e 2012 globalmente houve mais de 300 negócios em que operadores de telecomunicações adquiriram players em setores adjacentes, tais como fornecedores de serviços *cloud*, empresas de *internet* ou produtores de *software*.

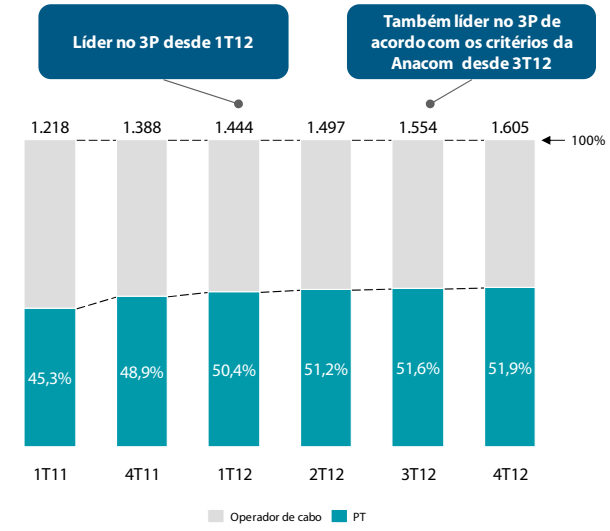
## Contexto do setor das telecomunicações em Portugal

Ofertas integradas estão a abrir o caminho para a convergência. O Mercado Português de telecomunicações tem vindo a mudar com as ofertas de triple-play a ganharem força no mercado de rede fixa. Em Portugal existem 1,8 milhões de clientes *triple-play*, os quais representam 57% do total de subscrições de televisão por subscrição. O sucesso do *triple-play* é impulsionado pelo valor intrínseco da televisão por subscrição como alternativa de entretenimento atrativa e pelos conteúdos diferenciadores que as *set-top-boxes* permitem. A transformação para um mercado baseado em *triple-play* iniciou-se em 2008 e continuou até 2012 com a consolidação da presença dos

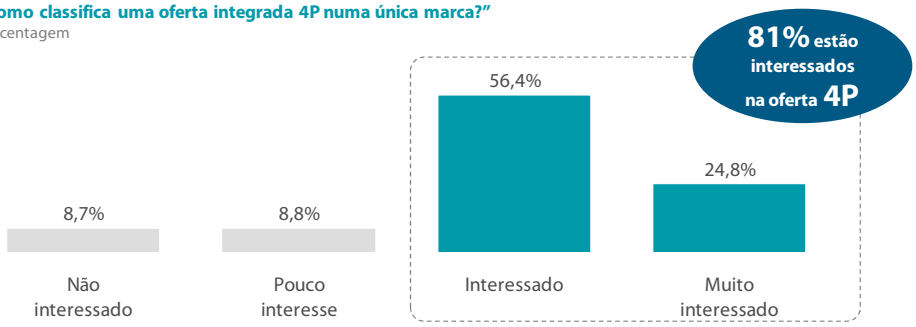
operadores de cabo no segmento voz e dos operadores de telecomunicações no segmento de Televisão. Em resultado da persistência e do investimento direcionado para a televisão por subscrição e para ofertas agregadas, a PT tem melhorado significativamente a sua dinâmica nos serviços de voz e dados, conseguindo alcançar a liderança no *triple-play*.

Em resposta a uma forte interesse em ofertas quadruple-play, a PT melhorou as suas ofertas conjuntas ao introduzir uma oferta convergente quadruple-play com televisão, banda larga, voz fixa e voz móvel, tornando-se no único player nacional a fornecer uma oferta convergente com a mesma fatura, apoio ao cliente e pontos de contacto comerciais.

**A quota de mercado da PT no 3P vs. maior concorrente**
%. Portugal




**"Como classifica uma oferta integrada 4P numa única marca?"**
Percentagem

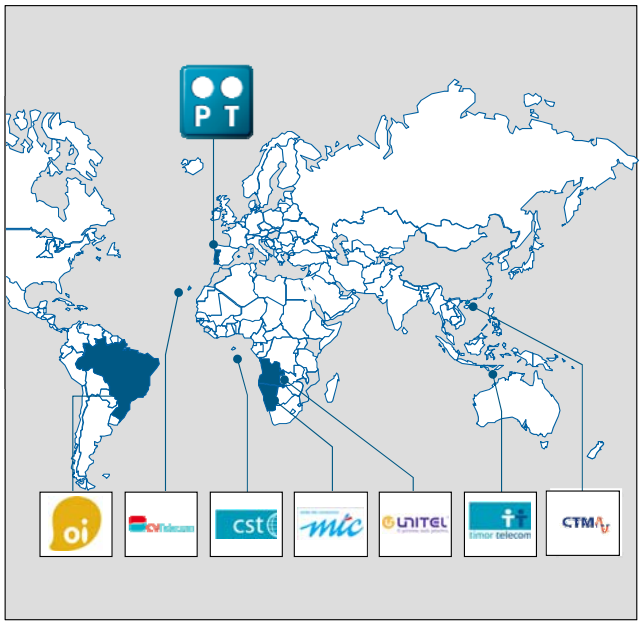



Fonte: MyBrand Estudo de mercado do Grupo PT, Novembro 2011 (N=1671)

Ambiente concorrencial. É esperado que o ambiente concorrencial no mercado das telecomunicações em Portugal se altere significativamente, com a anunciada consolidação do maior operador de cabo com o terceiro maior operador móvel, criando assim um novo operador integrado em Portugal. Esta transação irá aumentar ainda mais o enfoque em ofertas conjuntas, passando de *triple-play* para *quadruple-play*, dado que os dois operadores integrados irão alavancar a sua oferta na força de serem operadores integrados de telecomunicações e no forte interesse dos consumidores em ofertas conjuntas que lhes irão trazer simplicidade, conveniência e poupança.

## Posicionamento da PT: Uma empresa geograficamente diversificada, inovadora e orientada para o cliente

A PT é um operador internacional focado em três regiões geográficas principais, Portugal, Brasil e África. Adicionalmente, a PT também tem investimentos na Ásia nomeadamente em Timor Leste e em Macau, à data de 31 de dezembro de 2012. A PT tem mais de 100 milhões de clientes em todo o mundo e gera 58,4% das suas receitas[3] fora de Portugal, incluindo um contributo de 53,3% do Brasil.




No mercado português, a PT é uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes com uma colaboração funcional entre si para garantir a melhor experiencia ao cliente. A PT tem como prioridade a criação de valor em todos os segmentos de clientes, alavancado nos seus ativos únicos.

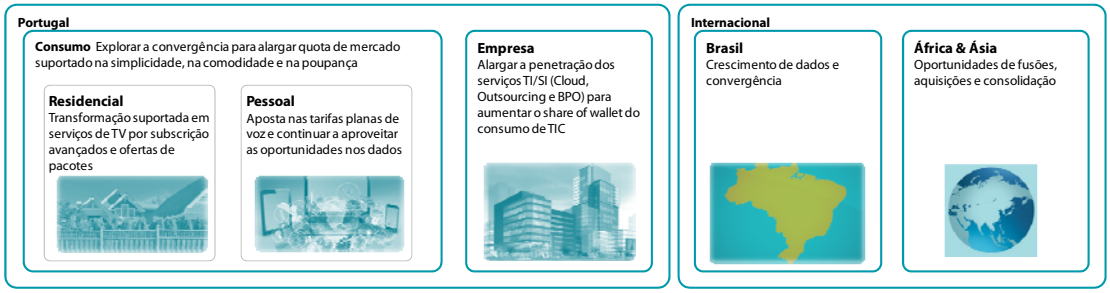
A principal prioridade da PT no mercado *business-to-consumer* será explorar a convergência para aumentar a sua quota de Mercado baseada na simplicidade, comodidade e relação qualidade/preço. Ao mesmo tempo que a

[3] 2012

convergência é uma prioridade do lado dos segmentos de consumo, a PT irá continuar a empenhar-se na conclusão da transformação do seu negócio de consumo em cada segmento em particular. No segmento residencial através de ofertas conjuntas alavancadas no serviço avançado de televisão por subscrição que permitiu já atingir a inflexão da tendência histórica negativa do negócio de rede fixa e a liderança em *triple-play*. No segmento pessoal, a PT irá continuar a caminhar para uma estrutura de tarifários mais simplificada e irá continuar a explorar a oportunidade nos dados.

No mercado *business-to-business*, a principal prioridade da PT é aumentar a penetração de serviços TI/SI (*cloud*, *outsourcing e BPO*), aumentando assim a relevância da sua relação com os clientes empresariais. Para alcançar este objetivo, a PT desenvolveu e implementou uma abordagem em três níveis para o Mercado B2B: (1) clientes Residencial+, com uma oferta baseada na convergência de voz e banda larga; (2) clientes *Connected+*, com acesso principalmente a serviços de conectividade multi-colaborador, incluindo soluções de mobilidade para colaboradores itinerantes, e soluções simples de *software*, e (3) clientes *Integrated+*, com acesso a um extenso leque de serviços tecnológicos e de telecomunicações, tais como comunicações unificadas, *outsourcing* de serviços TIC, integração de aplicações, M2M e soluções especificas TI/SI, *Outsourcing* de processos de negócio e consultoria de TI. A principal funcionalidade neste último segmento é fornecer uma abordagem *end-to-end* aos clientes, dando apoio à sua transformação de TI.

Ao nível internacional, a PT está focada na melhoria do desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os segmentos de negócio. A expansão das operações internacionais a várias geografias é um dos catalisadores mais importantes da criação de valor no setor das telecomunicações e a PT construiu um importante portfolio de operações internacionais.




Objetivos estratégicos. A PT continua comprometida com uma disciplina estratégica operacional, financeira e de custos, visando o enfoque no desenvolvimento dos seus recursos nos seus principais negócios e geografias, Portugal, Brasil e Africa. A PT estabeleceu cinco novos objetivos de médio-prazo: (1) crescer em escala; (2) aumentar a contribuição internacional; (3) liderar o Mercado de consumidores na convergência e o mercado de empresas em TIC; (4) Top tier no setor em tecnologia, experiência do cliente e eficiência operacional e (5) ser uma operadora de referência em sustentabilidade.

## Operações em Portugal

Residencial: Remodelar a experiência de TV. A PT tem alavancado na capacidade das suas redes de nova geração de forma a fornecer uma experiência de TV diferenciada e sofisticada com uma estratégia assente em conteúdos exclusivos e multi-ecrã passiveis de aceder no PC, TV e smartphones. O Meo, serviço de televisão por subscrição da

PT, oferece uma experiência de cliente diferenciada através de (1) uma experiência não linear com *video-on-demand*, pause e *restart-TV*, (2) um ecossistema completo para aplicações na televisão (Facebook, jogos, música, Kids e Sapo); (3) funcionalidades interativas que adicionam profundidade sobre os canais e conteúdos e (4) conteúdos gerados pelo utilizador com o Meo Kanal, um serviço de criação de canais que foi pioneiro no efeito rede na televisão. A diferenciação do Meo não é limitada aos clientes de fibra, dado que a PT também investiu num serviço *premium* de satélite, com o atual serviço de DTH a ter na sua oferta oito canais HD, gravação digital, *video-on-demand* e aplicações interativas. O desempenho do segmento residencial tem sido assente no sucesso da oferta *triple-play* que atingiu a liderança de quota de mercado suportado pela sua proposta de valor diferenciada.

Pessoal: Impulsionar o crescimento através dos dados móveis e da convergência. A estratégia do segmento pessoal é focada em dois fatores principais: (1) aumentar a utilização de dados móveis, com um forte impulso para a adoção de smartphones, a promoção de aplicações de valor acrescentado e o desenvolvimento de ofertas conjuntas de dados para todas as necessidades dos consumidores, e (2) tarifários de voz segmentados, simples e fáceis de escolher, os quais reforçam a proposta de valor do póspago e pretendem bloquear o efeito *"on-net"* através de melhores tarifários pré-pagos e com estratégias especificas por segmento.

Os *smartphones* impulsionam a retenção, maior utilização de dados e maiores ARPUs e a TMN está a alavancar nas parcerias e fornecedores chave que tem para fornecer os seus clientes uma ampla oferta de smartphones, incluindo modelos de marca própria desenhado de acordo com as preferências dos consumidores Portugueses. A TMN está também a alavancar em competências que detém internamente, nomeadamente com a marca Sapo, para o desenvolvimento de aplicações que podem gerar novas fontes de receita enquanto contribui também para aumentar o valor dos dados móveis. Adicionalmente a TMN continua focada em desenhar novos tarifários, como o "e", um tarifário prépago inovador, ou o tarifário póspago "Unlimited", os quais são simples e personalizáveis e visam catalisar o *upselling* de internet e manter os clientes de alto valor, alterando o enfoque na competição no preço.

Consumo: Explorar a convergência para aumentar a quota de mercado baseada na simplicidade, comodidade e relação qualidade/preço. A PT está a alavancar a sua posição de liderança em todos os segmentos de consumo para ir ao encontro da procura dos consumidores por (1) simplicidade, uma só rede móvel para falar grátis e sem barreiras para todas as redes em Portugal; (2) comodidade, uma só marca para voz, internet e TV dentro e fora de casa, com um só ponto de contato comercial e de apoio ao cliente fixo e móvel, uma só fatura com todos os serviços e com maior previsibilidade nos gastos, mantendo os serviços nucleares na fatura e (3) poupança, a concentração de serviços na marca Meo permite à PT transferir economias de escala obtidas para os seus clientes, permitindo assim poupanças imediatas para as famílias Portuguesas.

Empresas: Aumentar a penetração de serviços TI/SI, nomeadamente *cloud, outsourcing* e *BPO*. Através dos investimentos em infraestrutura e convergência telecomunicações-TI, a PT pretende desenvolver e comercializar soluções integradas avançadas para o segmento PMEs e grandes empresas que visam a promoção da penetração de serviços TI/SI e *BPO*, aumentando assim a fidelização e o *share of wallet* do cliente. A PT irá também alavancar no seu novo *data centre* de nova geração para o desenvolvimento de ofertas *cloud* diferenciadas para empresas, em estreita cooperação com os seus parceiros líderes na indústria.

Reforçar a liderança em todos os segmentos de mercado onde a PT opera. Com o lançamento do serviço de televisão por subscrição em 2008, a PT foi capaz de inverter a tendência histórica do seu negócio residencial, tornando-se um caso de sucesso único na Europa. De facto a transformação de um negócio com receitas em queda num negócio sustentável e em crescimento e que atingiu a liderança no *triple-play* é um caso único na

europa. Para continuar esta trajetória de inovação e reforçar a sua liderança em todos os segmentos a PT lançou recentemente a sua oferta *quadruple-play*. Esta oferta alavanca nas capacidades únicas da PT para corresponder a cada vez maior necessidade dos indivíduos para comunicações e serviços de dados sem barreiras e em múltiplos equipamentos e localizações. O $M_4O$, a oferta *quadruple-play* da PT, fornece os clientes com simplicidade, comodidade e poupança, permitindo ao cliente integrar todos os serviços de telecomunicações sob apenas uma fatura sem surpresas e apenas uma rede de apoio ao cliente e apoio comercial.

Sobressair na experiência do cliente. Num contexto de grandes alterações de mercado e incerteza económica, perceber e abordar as necessidades do cliente através do seu ciclo de vida com uma execução perfeita é um fator de sucesso. Perceber e exceder estas necessidades do cliente tem sido sempre uma preocupação chave para a PT e na qual continuamos a melhorar a nossa habilidade para sobressair no serviço ao cliente com várias iniciativas, nomeadamente a integração dos nossos sistemas de TI e o lançamento de um portal *web* de *self-care*, tornado fácil para o cliente gerir o seu perfil, contratos, faturas e produtos.

## Operações internacionais

Maximizar o valor estratégico dos ativos internacionais da PT, reforçando o enfoque no Brasil e África Subsariana. Dada a dimensão da PT, as perspetivas de crescimento e a sua posição inicial, o mercado Brasileiro continua a ser uma prioridade. África irá continuar a ser uma importante fonte de crescimento, onde a PT irá reforçar parcerias, bem como explorar oportunidades de investimento que criem valor.

Brasil: Crescimento de dados e convergência. No Brasil, através do seu investimento na parceria com a Oi, a PT irá focar-se em alavancar na sua experiência de sucesso no desenvolvimento de soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas para clientes empresariais, nas ofertas convergentes fixo-móvel, banda larga móvel, televisão por subscrição e serviços *triple-play* para contribuir, de forma significativa, para a melhoria do desempenho operacional e financeiro da Oi, considerando a sua forte presença no mercado Brasileiro e potencial de crescimento futuro.

África e Ásia: Oportunidades de fusões, aquisições e consolidação. A PT continua a estar concentrada na melhoria da eficiência das suas operações internacionais através da partilha das melhores práticas entre todas as suas subsidiárias, bem como através do aumento da proximidade com os gestores de topo da PT a todas as operações de maneira a estar a par de todos os desenvolvimentos em cada geografia.

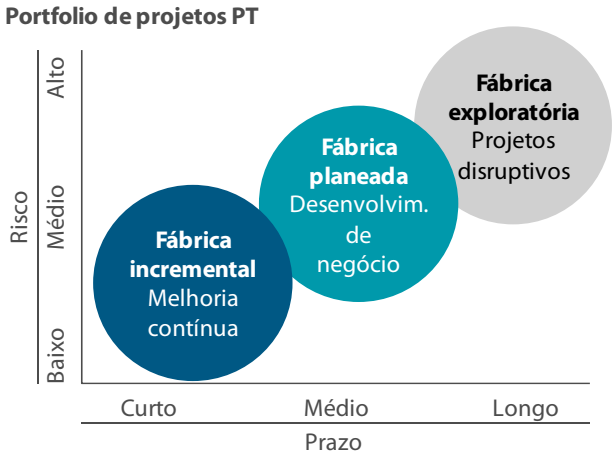
Enfoque na excelência operacional e comercial em todos os ativos, assegurando a partilha das melhores práticas. Ao reforçar a excelência operacional e comercial em todas as operações, promovendo a partilha das melhores práticas em todos os seus negócios, a PT terá a capacidade de aproveitar plenamente o potencial de cada operação, tendo em conta o estado de desenvolvimento do mercado, em todos os segmentos, bem como a sua posição competitiva.

## Enfoque na inovação e execução

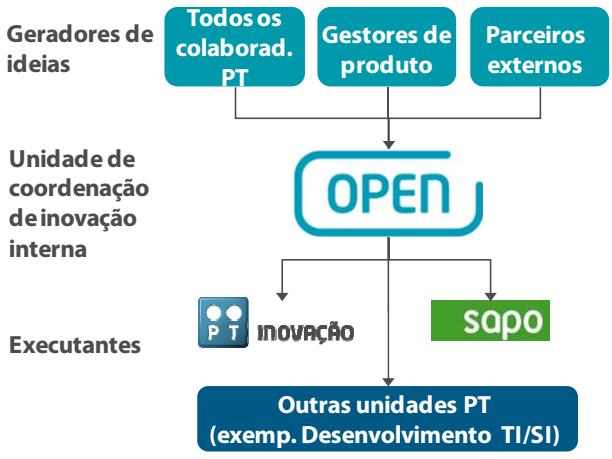
Inovação: Abordagem estruturada e parcerias. Nos recentes anos, o claro enfoque na inovação tem estado no centro dos projetos e investimentos da PT, visando antecipar tendências futuras de tecnologia e de consumo, melhorando assim a capacidade da empresa de ter soluções inovadoras para o mercado. A PT desenvolveu uma

abordagem estruturada para a promoção de uma cultura de inovação em toda a empresa com o objetivo de estabelecer um portfolio equilibrado de projetos. A PT está constantemente a rever a sua alocação de capital, pessoal e difusão do conhecimento na organização em 3 horizontes temporais e níveis de risco: (1) inovação incremental (negócios de rotina, baixo risco e otimizações de curto-prazo); (2) inovação planeada (desenvolvimentos de negócio a médio prazo e desenvolvimentos de risco médio), e (3) inovação exploratória (projetos estruturais, de longo-prazo e, por isso, de risco mais elevado). Para desenvolver uma estratégia vencedora de mercado e reduzir os riscos de investimento a PT trabalha com uma ampla rede de parceiros em empresas de tecnologias de ponta, em Portugal e no estrangeiro.

**Abordagem estruturada para a inovação**




**Unidade dedicada para garantir o envolvimento de toda a organização**




Execução: Redes de nova geração. A PT está e irá continuar a estar na liderança da implementação da rede de fibra em Portugal e na Europa, tendo já 1,6 milhões de casas passadas com FTTH, um total de 890 mil km de fibra, 46%

da população e aproximadamente 74% do PIB, colocando assim Portugal como o país com maior penetração de FTTH na Europa, com 46% de casas passadas, uma iniciativa reconhecida pelo FTTH Council Europe como o melhor "Deployment and Operation of FTTH networks". A PT pretende alavancar no seu investimento em FTTH não apenas para fornecer serviços de dados e vídeo avançados de alta velocidade aos seus clientes empresariais e residenciais, mas também para ligar as estações base da TMN com fibra, de maneira a proporcionar velocidades mais altas de download e upload aos clientes de dados TMN (92% dos sites TMN estão já ligados com fibra e 100% dos sites com 4G-LTE utilizam tecnologia IP/Ethernet). De facto os serviços 4G-LTE foram lançados em março de 2012 com a rede 4G-LTE disponível para 20% da população em Portugal desde o início. A PT aumentou a sua cobertura para 80% da população em abril de 2012 e para 90% no final de 2012. Por fim, a PT também alavanca a maior rede Wifi em Portugal, que foi recentemente aumentada para 200 mil hotspots em todo o país, permitindo um offload automático da rede móvel para a rede fixa, o que melhora a mobilidade do cliente através de uma autenticação automática e transferência entre hotspots. A PT desenvolveu uma rede fixa e móvel sobre IP, que suporta níveis de serviço diferenciados e uma gestão avançada do tráfego (oportunidade para otimização dos investimentos em capacidade), permitindo mais disponibilidade e flexibilidade e aumentar a eficiência dos custos.

Uma organização integrada e orientada para o cliente. A PT abandonou uma estrutura empresarial organizada entre plataformas fixo e móvel, e alterou em 2011 a sua estrutura para se centrar nas necessidades específicas de cada segmento, implementando uma nova organização com quatro segmentos de cliente: Residencial, Pessoal, Empresas, e Wholesale. O processo de reorganização focou-se também em atingir uma empresa mais limpa com uma eficiência operacional superior, em que foram eliminados vários níveis processos de decisão e com o número de diretores a ser reduzido.

Sobressair na experiência do cliente. A PT está a implementar a extensão do seu programa de transformação que irá permitir uma visão integrada dos pontos de contacto do cliente, que foi suportada por uma plataforma comum de TI. A PT agora tem lojas convergentes, um único portal de self-care, que permite ao cliente gerir todos os seus serviços PT através de apenas um log in, e uma visão 360º do cliente com o novo sistema de CRM. As equipas de manutenção, venda e call centres têm uma gestão integrada e os seus processos foram revistos para que possam ter operações mais integradas. Está também a ser implementado um programa de TI que irá permitir a transformação do negócio e o aumento da eficiência.

# 04
# Investigação e desenvolvimento

A PT foi classificada como a segunda operadora de telecomunicações europeia que mais investiu em Investigação, Desenvolvimento e Inovação, em percentagem de receitas, e sexta a nível mundial, segundo o "*The 2012 EU Industrial R&D Investment Scoreboard*".

A clara aposta na inovação, antecipando tendências de consumo e de evolução tecnológica, que tem marcado os projetos e investimentos da PT nos últimos anos, revelou-se decisiva para poder lançar soluções disruptivas no mercado. Como resposta à alteração dos hábitos dos consumidores, a empresa orientou a sua oferta no sentido da mobilidade, digitalização e virtualização de conteúdos e serviços. Adicionalmente, e alinhado com o posicionamento da PT, as novas ofertas também apostam na eficiência, na sustentabilidade e na redução da pegada ambiental.

A inovação é desde sempre uma caraterística da empresa, mas ainda mais acentuada pela mudança cultural e de mentalidades vivida na empresa nos últimos anos. A metodologia de gestão de inovação que está em vigor, enquadrada pelo Programa OPEN, estimula a adoção de uma cultura de inovação por toda a empresa, maximizando o potencial criativo e inovador de todos os colaboradores. No âmbito deste programa a gestão das iniciativas é feita de forma a garantir a diversificação na alocação de capital, o controlo e acompanhamento sistemático de resultados, e de acordo com o respetivo horizonte temporal: (1) Inovação Incremental – medidas de curto prazo de melhoria contínua; (2) Inovação Planeada – desenvolvimento do *roadmap* tecnológico e de oferta de produtos e serviços a médio prazo; e (3) Inovação Exploratória – análise e acompanhamento das principais tendências tecnológicas para traçar o rumo do setor.

Esta visão reflete-se em projetos e iniciativas de IDI, que representaram em 2012 um investimento de cerca de 167 milhões de euros, e das quais destacamos:

### Infraestrutura tecnológica

- Continuada aposta nas Redes de Nova Geração, incluindo o desenvolvimento e consolidação da maior rede FTTH do país – 46% das casas portuguesas estão passadas por esta rede. Foi também em 2012 que a PT procedeu ao lançamento oficial do 4G/LTE, tendo sido o primeiro operador a chegar ao mercado com produtos baseados em tecnologia 4G/LTE.
- Construção do 6º maior *Data Centre* do Mundo que ocupará mais de 75.500 m2 e terá capacidade para mais de 50 mil servidores com 30 Pbytes.

### Soluções para o Mercado de Consumo

- Foram desenvolvidos serviços multiplataforma que potenciam a mobilidade, dos quais são exemplos o MEO GO!, uma aplicação que permite ver conteúdos multimédia em todos os ecrãs e *on-the-go*, e o *Cloud* PT, a nova oferta de *personal cloud* para o mercado de consumo.
- Lançamento do serviço MEO Kanal, um serviço inovador a nível mundial que permite que aos clientes MEO a partilha de conteúdos (i.e. fotos, vídeos e músicas) através de um canal pessoal na televisão.
- Continuada aposta na disponibilização de *smartphones*, incluindo equipamentos de marca própria a preços competitivos (p. ex. TMN A15).

# 04 Investigação e desenvolvimento

### Soluções para o Mercado Empresarial

> Na área de soluções TI/SI avançadas, que têm como base a aposta da PT nos serviços Cloud, foi reforçada a oferta de serviços disponibilizadas no SmartCloudPT, quer com soluções desenvolvidas internamente, quer através de parcerias.

> Concretizou-se em 2012 o lançamento da plataforma SmartM2MPT (http://www.smartm2mpt.pt) bem como a disponibilização de soluções verticais *Machine-to-Machine*, incluindo gestão de frotas, localização de ativos, gestão de conectividade, gestão de iluminação pública e *smart metering*.

> Continuação do programa plurianual de transformação organizativa e operacional, com o intuito de concretizar ganhos de eficiência nos processos e aumentar a qualidade de serviço (p.ex. Click - nova ferramenta de gestão field force).

> Implementação de iniciativas na área da sustentabilidade ambiental, dando assim continuidade aos objetivos de redução da pegada ecológica da empresa, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de uma Green Offer (p.ex. monitorização de consumos energéticos através da solução MEO Energy).

> No campo da inovação exploratória, as unidades internas de I&D desenvolveram projetos nas áreas de inovação identificadas como estratégicas, tendo sido o seu esforço reconhecido pelos principais programas de financiamento, nacionais e internacionais (QREN, FP7). Reforçou-se ainda a aposta na criação de um ecossistema de inovação, tendo a PT colaborado em diversas iniciativas com parceiros desde fornecedores e outros operadores de telecomunicações a universidades e institutos de investigação.

### Technology and Innovation Conference

Em outubro 2012 realizou-se em Lisboa a *Technology and Innovation Conference* da PT. Este evento constituiu uma oportunidade para conhecer o CEO e a sua equipa, e saber como a PT está a alavancar os seus investimentos em tecnologias de ponta, nas redes de nova geração e em *roadmaps* de produtos para os segmentos empresarial e de consumo.

O evento contou com:

- Apresentações temáticas pela equipa de gestão da empresa;
- Smart City: demonstrações de soluções inovadoras, distribuídas por áreas temáticas - Casa, Educação, Saúde, Empresas e Serviços Púbicos;
- Apresentações por um conjunto de empresas portuguesas que comercializam soluções tecnológicas inovadoras.

Estiveram presentes em Lisboa investidores institucionais representando mais de mil milhões de dólares em ativos, cerca de 80 participantes de mercado e 56 jornalistas de todo o mundo. O evento também foi aberto aos funcionários da PT e ao público em geral, tendo atingindo um total de 5200 visitantes.

# 04 Investigação e desenvolvimento

## A. Inovação Incremental

A PT quer explorar o potencial inovador de todos os colaboradores e, desta forma, desafia-os continuamente a participarem na construção inovadora da empresa em várias áreas. Através do Mercado de Ideias todos os colaboradores são incentivados a colaborar nos desafios da Gestão. Em 2012 mais de 2 500 colaboradores participaram ativamente, contribuindo com 2 437 ideias. Esta ferramenta de gestão de contributos inovadores funciona de forma simples: o colaborador submete ideias, que são discutidas abertamente por todos os restantes colaboradores, numa plataforma *online* através de um sistema de comentários e investimentos para aprovação ou reprovação da ideia (*wisdom of crowds*). As ideias aprovadas e que sejam posteriormente consideradas como mais-valias para o funcionamento e atividade da empresa, seguem para implementação. Os autores dessas ideias são reconhecidos e as suas ideias anunciadas nos meios de comunicação interna da organização.

No cômputo global, desde o início do Mercado de Ideias, mais de 7 000 ideias foram validadas resultando na implementação de 273 ações de inovação, tendo sido as principais áreas contempladas (em percentagem do total de projetos implementados) as seguintes:

- Melhoria da experiência do cliente (22%);
- Novos produtos e serviços (20%);
- Nova cultura e comportamentos organizacionais (16%);
- Redução de custos (11%).

### *OPEN AWARDS*

No final de cada ano, a equipa de inovação da PT reúne os projetos mais inovadores do ano, que de alguma forma se destacaram pelos seus resultados positivos. Estes projetos são apresentados e votados por toda a organização e aos projetos vencedores é atribuído pela Comissão Executiva um "*OPEN Award*", no maior evento corporativo do ano, como forma de reconhecimento público da excelência do trabalho realizado.

## B. Inovação Planeada

Com base na evolução das tendências do mercado, é revisto periodicamente o *roadmap* de inovação, envolvendo as diferentes direções técnicas, operacionais e de negócio da PT. A visão de médio prazo integrada dos diferentes segmentos de negócio permite um planeamento claro e potencia sinergias que se traduzem em soluções inovadoras e ganhos de competitividade para a empresa.

### *1. Produtos e Serviços*

#### a) Soluções para o Mercado de Consumo

Ao longo dos anos, a PT tem vindo a apostar no desenvolvimento de soluções inovadoras e competitivas, criando assim as condições necessárias para consolidar a sua posição nos diferentes mercados em que atua. Através do lançamento de ofertas adaptadas às diferentes necessidades dos seus consumidores, a PT garante um maior nível de fidelização dos seus clientes atuais, potenciando ainda a captação de novos clientes através

da promoção de soluções que fomentam um maior envolvimento e proximidade entre os consumidores e os produtos e serviços da empresa.

### *Serviços MEO*

Considerado por muitos como um caso de sucesso a nível mundial, o serviço de IPTV do MEO atingiu em 2012, e passados apenas 4 anos desde o seu lançamento, a liderança no mercado nacional no que diz respeito ao *triple-play* (i.e. serviço de televisão, telefone fixo e acesso a internet). Este sucesso é consequência da estratégia adotada pela PT, baseada na disponibilização de soluções diferenciadoras, que potenciam uma maior interatividade e melhorias na experiência de utilização por parte dos clientes.

Em 2012, a PT manteve a aposta no desenvolvimento de aplicações específicas que permitem o acesso por parte dos utilizadores a uma experiência de utilização única e totalmente interativa, tanto ao nível de conteúdos não lineares (p.ex. MEO Local, Óscares 2012, Toca a Mexer, Morangos com Açúcar e Ídolos), como ao nível do desenvolvimento de interatividade sobre emissão linear. Deste último, é importante destacar a aposta em soluções de publicidade interativa sobre a emissão, permitindo ao utilizador aceder a conteúdos e informação adicionais sobre o que está a assistir (p. ex. Continente, Warner e Nokia Lumia 800 da TMN). Destaque também para o lançamento de canais exclusivos com forte enfoque na interatividade, como o Secret Story 3, TVI Ficção e Bola TV. Por último, foi ainda lançado durante o ano de 2012, em parceria com a Impresa, o canal SIC Notícias Interativo, o primeiro canal de notícias nacional totalmente interativo.

Em 2012 foi lançado o MEO Kanal, um serviço que permite aos clientes MEO partilharem conteúdos multimédia (i.e. fotos, vídeos e músicas) através de um canal pessoal na televisão. Este canal pode ser partilhado com os familiares e amigos mediante a introdução de um código ou com toda a comunidade de clientes MEO.

Foram ainda integradas no MEO Interativo soluções inovadoras, como o MEO Energy que permite ao consumidor monitorizar em tempo real o consumo energético da sua casa, ter acesso a recomendações sobre qual o tarifário que melhor se adequa ao perfil de consumo da família, bem como receber sugestões sobre como reduzir o seu consumo e atingir poupanças significativas. Também a aplicação SAPO Voucher, até então apenas disponível através de acesso web, foi introduzida no leque de *widgets* disponíveis na TV garantindo desta forma um método simples e rápido de aquisição de ofertas através da televisão.

### *Serviços multiplataforma*

Por forma a garantir que as soluções da PT acompanham as grandes tendências do mercado, nomeadamente o crescente consumo de conteúdos *on-the-go*, o MEO deu seguimento à sua estratégia de distribuição de conteúdos multiplataforma, através da introdução de novas funcionalidades no serviço MEO GO!, como a possibilidade de realizar o download de conteúdos *video-on-demand*, para posterior visualização em modo offline e sem ser necessário ligação à internet.

Tirando partido do investimento realizado na infraestrutura de alojamento de dados, foi lançado um serviço de *personal cloud*, a CloudPT, um serviço que oferece 16 GB de alojamento de ficheiros. Numa fase inicial este serviço foi disponibilizado mediante convite, tendo sido distribuídos mais de 100 mil convites no primeiro mês.

Atualmente, a CloudPT encontra-se disponível através de um site (www.cloudpt.pt) e de aplicações específicas para PC (Windows, Mac, Linux e extensão Firefox) e para *devices* móveis (iOS e Android).

***Soluções móveis***

Para garantir a disponibilização de uma oferta diversificada, a PT continuou a desenvolver produtos e serviços móveis, quer internamente, quer através do reforço das parcerias tecnológicas estabelecidas com alguns dos *players* de referência a nível internacional. Durante o ano de 2012, destacou-se o lançamento de telemóveis de marca própria (p.ex. TMN A15) e a extensão da oferta de telemóveis e tablets topo de gama, como o iPhone 5, Samsung Galaxy S III e Galaxy Note II, Nokia 808 e HTC Windows Phone 8X (marcando o lançamento do novo sistema operativo da Microsoft).

Foram ainda desenvolvidas novas soluções móveis, das quais destacamos:

- Oferta banda larga 4G/LTE: com cerca de 90% do território com cobertura 4G/LTE no final do ano de 2012, a PT apostou forte na promoção de serviços de acesso a internet de alta velocidade, através da disponibilização de *pens* de acesso a banda larga do MEO e TMN.
- MultiSIM 4G/LTE: oferta de acesso a internet móvel 4G/LTE que permite ao utilizador usufruir de um plafond partilhável, tirar partido do uso de vários equipamentos (p.ex. smartphone, tablet ou PC). Com esta oferta, a PT facilita a mobilidade dos clientes, fornecendo uma solução inovadora, económica e cómoda;
- TMN *Wallet*: piloto de um serviço de pagamentos móveis que conta com todos os colaboradores da PT. No âmbito deste piloto, é possível efetuar pagamentos em vários estabelecimentos comerciais utilizando o telemóvel, através de diferentes tecnologias (NFC, QR Codes, SMS e USSD).
- *Mobile Parking*: serviço que permite a realização, por parte dos consumidores, do pagamento do estacionamento através do telemóvel. Este serviço foi inicialmente implementado no Município de Sintra, estando a ser alargado a outros municípios.

## b) Soluções para o Mercado Empresarial

***Serviços e soluções TI/SI***

Dado o contexto económico atual, e alavancando o investimento realizado na infraestrutura de rede e em ofertas de *cloud computing*, a PT tem vindo a reforçar a sua presença estratégica enquanto entidade promotora de soluções que potenciam a eficiência e produtividade dos seus clientes empresariais. Desta forma, a empresa deu continuidade à aposta na integração de soluções no *portfolio* de serviços SmartCloudPT, tanto ao nível de soluções desenvolvidas internamente, (p.ex. solução de servidores privados e mail corporativo), como também na disponibilização de serviços prestados por parceiros de negócio (p.ex. GuestCentric, Microsoft Office 365). Todos os serviços SmartCloudPT são customizados de acordo com as necessidades dos clientes empresariais, possibilitando uma redução significativa dos seus custos totais, uma vez que as soluções são comercializadas em modelo *pay-as-you-grow*, potenciando assim reduções de custos com TIs.

No âmbito da oferta SmartCloudPT, destaca-se ainda a creditação da PT enquanto *SAP Cloud Partner*, que veio possibilitar a disponibilização de soluções SAP a custos reduzidos e totalmente adaptadas às necessidades dos

clientes empresariais. Com o lançamento desta nova oferta, a plataforma *SmartCloudPT* torna-se a primeira e única plataforma a obter esta creditação no mercado ibérico.

### *Soluções Setoriais*

Durante o ano de 2012, a PT reforçou a sua presença no setor da Saúde, tendo apostado no desenvolvimento de soluções inovadoras para implementação em *players* nacionais de maior relevância. Neste sentido, foram dados passos importantes para o desenvolvimento da nova versão da solução de telemedicina, Medigraf, permitindo a realização de consultas e diagnósticos remotos e a partilha de exames, visualização e manipulação de imagens médicas, bem como a comunicação entre vários profissionais em simultâneo.

Para além deste serviço, assistiu-se à revisão do âmbito das soluções de gestão de doença crónica com os primeiros passos para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão da Doença Crónica, SIGDC. Esta solução informática garante uma visão de continuidade e de integração das patologias, alavancada na informação de diferentes prestadores de cuidados de saúde, unidades de saúde e os próprios utentes, potenciando a racionalização de custos e maior enfoque na medicina preventiva. Adicionalmente, e no âmbito da candidatura ao programa de financiamento nacional QREN, a PT integrou o projeto Tele-R, que consiste no desenvolvimento de uma plataforma de reabilitação cognitiva assistida por computador, contemplando os clusters de reabilitação, reeducação e reintegração.

A PT tem vindo a reforçar o seu apoio na área da Educação, através da aposta no desenvolvimento de soluções que visam melhorar a eficácia do sistema de ensino nacional. A oferta na área da Educação visa, então, melhorar a comunicação entre os *stakeholders* (Escolas, estudantes e encarregados de educação) e neste sentido, foi implementado durante o ano de 2012, em parceria com a Universidade de Aveiro, a plataforma SAPO Campus em diversas escolas do país, dotando os estabelecimentos de ensino de uma plataforma simples onde os estudantes podem ter acesso a conteúdos escolares e partilhar os seus próprios conteúdos com a restante comunidade de ensino. No total esta plataforma já se encontra implementada em 14 entidades escolares, representando 49 escolas nacionais.

Adicionalmente, a PT continuou a expandir a sua rede FTTH, sendo de destacar que atualmente cerca de 40% das escolas nacionais têm acesso à maior rede de fibra ótica.

No que diz respeito ao desenvolvimento de ofertas para a Administração do Estado, a PT apostou na implementação de soluções inovadoras junto de vários organismos públicos, com o objetivo de aproximar os mesmos dos cidadãos. A título exemplificativo, destaca-se o desenvolvimento de um widget integrado no MEO Interativo para o Município de Santarém, garantindo assim um canal multiplataforma de comunicação com os cidadãos, uma vez que é possível aceder aos conteúdos através de computador e telemóvel.

No que respeita ao apoio prestado às PMEs portuguesas, de destacar o lançamento, em parceria com a Microsoft e com o Ministério da Economia e do Emprego, da iniciativa PME Digital, que visa incrementar a produtividade e competitividade das empresas portuguesas, por via da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com destaque para as soluções disponíveis na plataforma SmartCloudPT. Foram igualmente lançadas ofertas integradas que visam satisfazer as necessidades específicas de determinados sectores económicos, nomeadamente a indústria do turismo, através da oferta OfficeBox Hotelaria e Turismo.

***Machine-to-Machine***

No seguimento da estratégia adotada em anos anteriores, foi lançada a gama de serviços SmartM2MPT, a marca da PT para as soluções *Machine-to-Machine*. Os serviços lançados abrangem a conectividade gerida (i.e. gestão e supervisão em tempo real de todas as comunicações com as máquinas e equipamentos), os serviços de monitorização de equipamentos (p.ex. gestão de iluminação pública), a medição em tempo real dos consumos de eletricidade e água, e soluções de localização de ativos através de georreferenciação (p.ex. gestão de frotas). Com a promoção destas soluções junto do tecido empresarial português, a PT contribui, de forma positiva, para a evolução dos modelos de negócio das organizações e para o aumento da eficiência das empresas.

## C. Sustentabilidade ambiental

Nos últimos anos, a PT tem vindo a reorientar a sua oferta comercial para a sustentabilidade, através do desenvolvimento de produtos e serviços mais amigos do ambiente (*green offer*), dos quais se destacam os seguintes:

- *MEO Energy*: sendo o consumo de energia uma questão cada vez mais importante para as famílias e empresas, quer pelo seu custo, quer pela respetiva pegada de carbono, a PT desenvolveu o *Meo Energy*, uma solução que permite ao cliente gerir de forma funcional os seus consumos de energia, visualizando-os em tempo real na televisão. Estima-se que, com o *Meo Energy*, um consumidor médio consiga reduzir 20% a 40% o seu consumo energético.
- Recuperação e reutilização de equipamentos: a racionalização de consumo de materiais, entre os quais o de equipamentos, é um dos objetivos prosseguidos pela PT na busca de uma maior sustentabilidade ambiental. Nesse sentido foi criado, em parceria com a Cisco, um processo de recuperação e reutilização de *set-top-boxes* e equipamentos *Home Gateway*, que contribuiu para a diminuição de desperdícios, redução de custos para a empresa e clientes e redução da pegada ambiental.
- Embalagens amigas do ambiente: a PT desenvolveu embalagens ecológicas, com vista a melhorar a sustentabilidade do ciclo de vida dos seus produtos. Estas embalagens são feitas de materiais reciclados e recicláveis, e contêm informação sobre o correto encaminhamento do equipamento (p. ex. telemóvel, bateria) no fim da sua vida útil.
- Oferta *Cloud*: a opção pelos serviços *Cloud* da PT promove a sustentabilidade ambiental pois permite aos clientes reduzir o investimento em equipamentos informáticos. Ao adquirir estes recursos como serviços à medida das suas necessidades, os clientes realizam ganhos de eficiência e uma redução do impacto ambiental.

## *2. Infraestrutura Tecnológica*

Todos os serviços desenvolvidos e comercializados pela PT estão suportados por infraestruturas de vanguarda que potenciam uma melhor qualidade no acesso a estes serviços e, consequentemente, uma experiência de utilização rica e diferenciadora. Desta forma, e alinhado com o cumprimento dos objetivos estratégicos para o ano de 2012, a PT reforçou o seu investimento na melhoria da sua infraestrutura tecnológica.

# 04 Investigação e desenvolvimento

## a) Infraestrutura de Rede

Na rede fixa, a PT reforçou o seu investimento na rede de fibra ótica (FTTH), contando já com 1,6 milhões de casas com acesso a esta tecnologia, o que representa cerca de 46% da população portuguesa e aproximadamente 74% do Produto Interno Bruto. O investimento que tem vindo a ser realizado nesta área permitiu à PT alargar a sua rede para outras entidades além dos consumidores residenciais, sendo de destacar que mais de 40% das escolas nacionais já têm acesso a FTTH, bem como cerca de 40% das empresas.

Na rede móvel, assistiu-se ao lançamento e *roll-out* da tecnologia 4G/LTE como a principal aposta da empresa no que diz respeito a investimento em infraestrutura de vanguarda. A PT atingiu, no final de 2012, níveis de cobertura de 90% da população do território nacional, sendo a rede 4G/LTE da TMN uma referência em termos de qualidade. Por forma a reforçar a capacidade de dados móveis e a melhoria da qualidade de rede, a PT garantiu a cobertura de mais de 92% das estações base móveis com fibra.

Por último, foram dados passos importantes no que diz respeito à convergência e otimização das redes fixas e móveis:

- Gestão unificada de todas as redes com evolução para *all-IP*;
- Plataformas de serviço transversais e integradas;
- Acesso unificado dos clientes aos seus serviços de forma *seamless* usando rede fixa, móvel e *Wi-Fi*;
- Expansão das ligações a 100 Gbps nos principais nós da rede, tecnologia na qual a PT foi um dos operadores pioneiros;
- Adaptação de todas as redes para o protocolo IPv6 (em fase de conclusão).

## *b) Data Centres*

Para dar suporte aos seus objetivos estratégicos, em 2012 a PT apostou na construção do Data Centre PT na Covilhã que será um dos maiores do mundo, estando prevista a sua entrada em funcionamento no final do primeiro semestre de 2013. O novo Data Centre PT ocupará mais de 75.500 m2 e terá capacidade para mais de 50 mil servidores com 30 Pbytes, e estará ligada à rede *backbone* da PT (100 Gbps), possibilitando a exportação de capacidade de armazenamento de dados e de serviços tecnológicos para o estrangeiro. Este projeto representa um forte contributo da PT para o desenvolvimento económico de Portugal e vai permitir a criação de centenas de postos de trabalho diretos e indiretos.

Do ponto de vista da sustentabilidade e eficiência energética o Data Centre PT também será uma referência mundial. Além de se diferenciar pelos seus elevados níveis de eficiência, com poupanças de 144 mil toneladas de CO2 e de 40% no consumo de energia, o *Data Centre* PT contempla a utilização de sistemas de refrigeração ambientalmente responsáveis (*free cooling*) e aproveitamento de energia solar.

Com este investimento, a PT passará a dispor de uma plataforma de desenvolvimento de serviços de tecnologia e telecomunicações ímpares, reforçando a sua oferta e disponibilizando mais e melhores serviços aos seus clientes.

### 3. *Eficiência Operacional*

Continuando a sua aposta na eficiência e excelência operacional, foram desenvolvidas várias iniciativas com impatos positivos ao nível dos processos de negócio, da gestão dos recursos da empresa e da relação com o cliente. Estas iniciativas assentam numa arquitetura de sistemas com quatro princípios base: utilização de *standards*, dados de referência, orientação para serviços (SOA) e modelos canónicos. Desta forma, conseguiu-se acelerar a implementação de novos processos e de alterações aos mesmos.

Dos principais projetos nesta área que produziram resultados em 2012, destacam-se os seguintes:

- Projeto CRM ONE: em 2012, prosseguiu a implementação faseada da solução de CRM única para as empresas do Grupo PT do território nacional (PT Comunicações e TMN), permitindo alcançar melhorias na qualidade do serviço prestado, otimizar a eficiência operacional nas relações estabelecidas com clientes, intensificar o enfoque comercial dos colaboradores, melhorar as capacidades das equipas de vendas (*cross-selling*, captação e fidelização dos clientes) e harmonizar processos de negócio;

- *Login* PT: o objetivo do projeto *Login* PT é melhorar a experiência do cliente dotando-o de um acesso comum e simplificado aos serviços e produtos PT através de várias aplicações e em múltiplas plataformas (televisão, internet, *smartphones, tablets* e PCs).

- *Click Software*: este projeto dotou a gestão operacional da *Field Force* de uma ferramenta que permite a distribuição de tarefas aos técnicos e a monitorização das atividades no terreno. Os técnicos conseguem efetuar testes à linha remotamente e em tempo real, tornando-os mais autónomos. A distribuição/roteamento automático implica uma menor intervenção humana e possibilita um agendamento mais preciso das atividades. Com recurso ao GPS é possível otimizar a rota efetuada pelos técnicos ao longo do dia. Os impactos positivos estão visíveis a vários níveis, entre os quais uma redução no tempos de viagem dos técnicos, o melhor controlo dos compromissos, redução de custos e maior satisfação dos clientes.

- Unificação de faturação de Telefone e *Internet*: no âmbito da sua política de convergência de recursos TIC e de simplificação de processos, em 2012 a PT unificou a faturação dos serviços telefone fixo e *internet*. Desta forma foi possível passar a emitir uma fatura única com todos os serviços fixos, reduzindo os custos de faturação e facilitando a vida dos clientes.

## D. Inovação Exploratória

A antecipação de comportamentos é estratégica para qualquer negócio atual, em especial num sector de investimento intensivo e com um ritmo de evolução muito acelerado. Neste contexto a inovação exploratória assume um papel fundamental para se atingirem os elevados padrões de competitividade necessários para o sucesso e sustentabilidade do negócio, garantindo a liderança do mercado a longo prazo. Para além das competências desenvolvidas internamente nesta área, a PT faz parte de um ecossistema de inovação, contando com parceiros estratégicos, desde fornecedores e outros operadores, a universidades e instituições de investigação.

# 04 Investigação e desenvolvimento

### *1. Inovação exploratória impulsionada por unidades internas*

Os projetos que envolvem inovação exploratória são maioritariamente desenvolvidos pela PT Inovação, com enfoque na otimização da infraestrutura tecnológica, plataformas OSS/BSS e tecnologias para o desenvolvimento de aplicações e serviços, e pelo SAPO (portal de internet da PT), que se encontra orientado para o desenvolvimento e integração de *software* e aplicações multi-plataforma.

Os diversos projetos de inovação exploratória da PT têm vindo a ser reconhecidos e suportados por vários programas de financiamento, nacionais e internacionais, reduzindo desta forma o risco associado a investimentos onde o retorno se apresenta como incerto, dados os alargados horizontes temporais. Neste âmbito, em 2012, foram vários os projetos enquadrados em programas como o QREN, o CIP e o FP7 da Comissão Europeia, num leque bastante alargado de áreas de investigação, como Saúde, *Cloud Services e Cloud Networking*, *Smart Cities*, *Machine-to-Machine, Gestão de Rede (e.g. Mobilidade e off-load)*, Eficiência Energética e Gestão de Identidades, Privacidade e Segurança.

### a) PT Inovação

Durante o ano de 2012, a PT Inovação trabalhou diversas áreas de conhecimento exploratórias, sendo de destacar:

- Desenvolvimento de uma ferramenta para investigação em planeamento e otimização de redes radio LTE;
- Desenho de uma solução cognitiva para utilização dos TVWS (*TV White Spaces*) no LTE. Avaliação dos ganhos de qualidade na utilização dos TVWS num cenário real;
- Avaliação de desempenho de um algoritmo energeticamente eficiente para *handover* macro-femto de acesso híbrido em ambientes urbanos com grande densidade de *Access Points*;
- Implementação e avaliação de desempenho de uma solução de localização indoor baseada em WiFi;
- Desenho e experimentação de técnicas de virtualização de rede e de "rede a pedido" (NaaS - *Network as a Service*);
- Desenvolvimento e demonstração de soluções integradas de *Cloud Networking* (*Cloud* + Rede), com base em tecnologias OpenNebula e IP/MPLS VPN, em cenários multi-domínio; implementação dos respetivos portais de administrador e cliente;
- Desenho e implementação de uma solução integrada para gestão de recursos e serviços de *Cloud Computing* em ambientes IaaS (*Infrastructure as a Service*) com os sistemas de suporte às operações (OSSs);
- Desenho e implementação de uma plataforma (*Cloud Service Broker* – CSB) para recomendação e execução de serviços em ambientes Cloud PaaS (*Platform as a Service*);
- Desenho e implementação de um portal integrado de serviços *Cloud*, incluindo as componentes de IaaS, PaaS e NaaS;
- Desenho e prototipagem de mecanismo de controlo de admissão no componente 3GPP PCRF para ambientes LTE/EPC com auxílio de métricas e indicadores provenientes da rede;
- Desenho e prototipagem de servidor de políticas para auxílio aos processos de descoberta e seleção de redes de acesso (ANDSF) em ambientes 4G/LTE/LTE/EPC/Wi-Fi;
- Desenho e prototipagem de serviços de gestão de conetividade e *off-load* de rede em ambientes heterogéneos (e.g. Windows, OSX, Android);

- Estudo e prototipagem de tecnologia de deteção coerente de baixo custo aplicável a redes óticas de acesso e de transporte e técnicas de processamento adaptativo de sinal para compensação digital em redes óticas;
- Prototipagem de um sistema de simplificação de autenticação, através de dispositivos móveis, no cenário de acesso em quiosques;
- Estudo e especificação de casos de uso e métricas a recolher para deteção automática de fraudes e acessos indevidos em sistemas de gestão de acessos;
- Desenho, prototipagem e experimentação de um sistema de *Keystroke Dynamics* para deteção de fraudes no acesso a sistemas;
- Desenho, desenvolvimento e empacotamento de uma *framework* de processamento de mensagens segura (SEF);
- Experimentação e prototipagem de aplicação *mobile* de realidade aumentada baseada em *Computer Vision* num contexto de *mobile worker*;
- Desenvolvimento e teste de cenário de *Mobile Aumented Reality Gaming* aplicado a um grande evento corporativo de *team building*;
- Exploração de novos conceitos de interação na área da síntese de expressões faciais;
- Experimentação e prototipagem de aplicações de convergência *mobile – IPTV*, explorando interação em *tablet* ou *smartphone* e visualização na TV;
- Experimentação e prototipagem no domínio de *machine learning* aplicado a assistente pessoal móvel;
- Experimentação e prototipagem com tecnologias web emergentes: HTML5, NoSQL, *server side JavaScript*;
- Participação em iniciativas e projetos nas áreas da *future internet*, *Smart Cities* e M2M, Privacidade e Segurança e *Cloud*.

Vários destes projetos foram enquadrados em programas de colaboração internacional, desenvolvidos fundamentalmente ao longo de quatro linhas de intervenção:

> No contexto dos projetos promovidos pela União Europeia no âmbito dos seus "Programas Quadro" FP7 e CIP, com um envolvimento num total de 12 projetos, sendo estes:

- FIVER – Desenvolvimento uma arquitetura para a rede de acesso baseada em FTTH. Oferta de serviços *quintuple-play*: IP data (GbE), voz (LTE femtocell), HDTV (UWB), LAN (WiMAX), e *home security/control* (WiMAX);
- COGEU – Análise de novas abordagens para exploração de TV White Spaces (TVWS). Avaliação dos ganhos obtidos pelo 3G/LTE com o uso dos TVWS (e.g. capacidade);
- C2POWER – Melhoria da eficiência energética em redes celulares através da cooperação entre RATs;
- ALICANTE – Criação de um ecossistema avançado para distribuição e adaptação de conteúdos digitais multimédia em ambientes heterogéneos;
- SAIL – Desenvolvimento do conceito de *Cloud Networking*, visando a gestão e o controlo integrados de recursos de TI e de rede, e demonstração através de protótipos;
- MEDIEVAL – Definição de uma nova arquitetura de mobilidade orientada para serviços multimédia;

- SOCIETIES – Expansão do conhecimento/conceito de PSS para *Community Smart Spaces* (CSS). Criação, organização, gestão e comunicação entre comunidades de utilizadores através da utilização de *Community Smart Spaces* (CSS);
- Cloud4SOA – Desenvolvimento de mecanismos de interoperabilidade para as infraestruturas de *Cloud Computing*. Desenvolvimento de um piloto para integrar um *Service Delivery Framework* (SDF) num ambiente de *Cloud Computing*;
- VOICES – Melhoramento do acesso a conteúdos e serviços em países em desenvolvimento. Pilotos em África na área de saúde, agricultura e reflorestação;
- SEMIRAMIS – Desenho e teste de uma infraestrutura de segurança, autenticação, autorização, partilha e gestão de informação privada no espaço Europeu, envolvendo entidades públicas e privadas;
- WHERE2 – Desenho, desenvolvimento e avaliação de técnicas de localização do terminal móvel em ambientes *indoor* com precisão idêntica à disponibilizada pelo GPS *outdoor*, bem como de soluções e mecanismos que tirem partido da localização *indoor* na disponibilização de novos serviços ou na otimização de processos intrínsecos das redes de acesso móveis;
- IoT - Pretende desenvolver um ambiente de criação e aprovisionamento de serviços para o novo mundo da "Internet das Coisas" na área da saúde. Para acelerar a introdução dinâmica e eficiente destes serviços (IoT) é necessário que a arquitetura do ambiente de criação de serviços forneça: orquestração, i.e. composição de serviços baseada em componentes IoT reutilizáveis *self-management* para automatizar a configuração e testes dos serviços IoT e abstração da heterogeneidade tecnológica para assegurar interoperabilidade.

> No programa de estudos estratégicos em telecomunicações do EURESCOM (p.ex. Projeto P2252 - *Telco strategic positioning options regarding WebRTC).*
> Nos programas Celtic-Plus e ITEA 2 do EUREKA, através do projeto *GreenT – Green Terminals for Next Generation Wireless Systems* e do envolvimento na proposta CarCoDE – *Platform for Smart Car to Car Content Delivery*.
> No programa QREN através dos projetos *AAL4ALL - Padrão de Cuidados Primários para Serviços AAL (Ambient Assisted Living), GreenT - Green Terminals for Next Generation Wireless Systems* e *APOLLO.*

Em termos de propriedade intelectual, a PT Inovação efetuou um pedido provisório de patente e converteu dois pedidos provisórios em pedidos definitivos, sendo um deles pedido internacional de patente (PCT):

> Pedido provisório de patente (PPP):
  – "Dispositivo com proteção tripolar a inserir no ponto de fronteira e que agrega em simultâneo a malha RC".
> Conversão de pedidos provisórios de patente em definitivos:
  – "Método de Equalização Não-Linear do Canal Ótico no Domínio da Frequência" que tem como co-requerente a Universidade de Aveiro; requerida a extensão da proteção via PCT.
  – "Filtro Seletivo de Canais de Televisão Integrado num terminal de fibra ótica".

Foi ainda concedido o pedido de patente nacional nº 104925 "Cobertura MBMS".

### b) SAPO

O SAPO assume um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de soluções inovadoras, potenciando assim o fornecimento de produtos e serviços pioneiros no mercado e estendendo esta filosofia a toda a empresa. Atualmente o SAPO emprega mais de 200 pessoas no desenvolvimento de atividades de I&D.

As atividades de I&D do SAPO nos últimos anos têm sido focadas em novas soluções *multi-device* e multi-plataforma, na geração de comunidades *online*, na criação e partilha de conteúdos e no desenvolvimento das plataformas de publicidade *online*.

## *2. Ecossistema de Parcerias em Investigação e Desenvolvimento*

A abordagem da PT à inovação exploratória carateriza-se pela colaboração e trabalho em rede, concretizado pelo estabelecimento de parcerias com outras empresas e instituições de referência a nível nacional e internacional. Esta rede de parceiros constitui assim um ecossistema de inovação exploratória e permite à PT ter acesso a tecnologia de vanguarda e criar soluções para os vários mercados onde opera.

As parcerias que definem este ecossistema reúnem competências diferentes e complementares e dividem-se em: (a) parcerias tecnológicas; (b) parcerias estratégicas; (c) parcerias com universidades e com institutos de investigação.

### a) Parcerias Tecnológicas

O estabelecimento de parcerias com fornecedores, líderes mundiais na sua área, tem sido um dos pilares da estratégia de inovação da PT nos últimos anos. Por exemplo, no âmbito da estratégia de implementação das redes da nova geração (FTTH, LTE), estabeleceram-se parcerias com empresas como a Corning, a Cisco e a Huawei. Estas parcerias deram origem a contratos de fornecimento e ao desenvolvimento conjunto de soluções adaptadas ao mercado português. Na área dos equipamentos, em 2012 mantiveram-se parcerias com fornecedores de referência tais como a Samsung e a ZTE.

Foi também em 2012 que a PT celebrou uma importante parceria com a SAP para a disponibilização de serviços inovadores para SAP HANA através da plataforma SmartCloudPT. Também no âmbito das soluções empresariais, a PT e a Microsoft lançaram em 2012 uma oferta ajustada às necessidades das pequenas, médias e microempresas, contribuindo assim para o aumento da competitividade do tecido empresarial português.

### b) Parcerias estratégicas com Operadores de Telecomunicações

Na sequência de ações anteriores, a PT tem continuado a estabelecer parcerias com operadores de referência no setor, visando a colaboração em projetos e a partilha de melhores práticas. Neste âmbito, a PT e a Singtel, operador líder em Singapura, mantiveram uma participação conjunta em iniciativas para a partilha de conhecimento, *benchmarks* e boas práticas, ao nível operacional e comercial.

### c) Parcerias com Universidades e Institutos de Investigação

A PT tem vindo a trabalhar com universidades, tanto nacionais como internacionais, lançando diversas iniciativas conjuntas de natureza exploratória. Um exemplo neste âmbito é a parceria com a Carnegie-Mellon Portugal, em que a PT participa como parceiro industrial de referência. Desta parceria resultam projetos exploratórios como os exemplos que se seguem:

- **SENODS** (*Cyber-Physical Systems Technologies for Energy-Optimized Data Centres*) – alinhado com a estratégia de sustentabilidade da PT, este projeto tem como finalidade o desenvolvimento de uma solução para a monitorização das condições ambientais de Data Center. Em 2012 ocorreu uma atualização da arquitetura da solução, permitindo uma superior otimização dos custos de implementação e operação da plataforma, bem como um desenvolvimento detalhado da interface homem-máquina para utilização da solução pelos diversos stakeholders finais e em multi-plataforma (PC, telemóvel, tablet). Estas otimizações foram alvo de pilotos simplificados para análise de impactos, encontrando-se agora em preparação o piloto final em ambiente e escala reais, englobando a totalidade dos componentes da solução, a realizar no início de 2013 no Data Center da PT.
- **NeTS** (*Next Generation Network Operations and Management*) – este projeto está a investigar e desenvolver tecnologia de gestão de redes IPTV que permitirá melhorar o desempenho e a fiabilidade destas redes. Após uma fase inicial de modelização de dados da rede de acesso utilizando técnicas paramétricas (HMM, modelos escondidos de Markov), não paramétricas (entropias de Shannon e Rényi), e de *clustering* de dados evolutivos, foi mais recentemente: 1) estudada a deteção e classificação de anomalias na rede de acesso, e 2) desenvolvida a primeira fase de um protótipo de sumarização e análise da rede de acesso. Para além da componente de acesso, o NeTS tem-se debruçado sobre outras componentes das redes IPTV, endereçando questões relacionadas com a voz e o *spam* sobre VoIP, com o *video on demand* (o seu escalonamento e estratégia de disseminação), e com a modelização e previsão de anomalias em MPLS e BGP.
- **TRONE** *(Trustworthy and Resilient Operations in a Network Environment)* - desenvolvido o primeiro protótipo do *framework* de recolha de eventos tolerante a intrusões, que será implementado na rede PT para aumento da resiliência dos sistemas de segurança de produção e consumo de eventos. Foi também desenvolvido o primeiro modelo de deteção de falhas para ambientes virtuais com a finalidade de detetar em tempo real alterações no funcionamento dos sistemas, redes e serviços baseados em ambientes virtualizados com vista a impedir a proliferação de ataques com influência massiva na generalidade dos clientes e serviços implementados.

Ao nível nacional, a PT tem colaborado com um número crescente de Universidades portuguesas, tendo em 2012 explorado iniciativas com as Universidades de Aveiro, Porto, Coimbra, Beira Interior, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, e Lisboa – IST. Foi ainda desenvolvida uma iniciativa com a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, Moçambique.

Com o intuito de dinamizar projetos inovadores que possam vir a criar soluções tecnológicas e apoiar estratégias de negócio, a PT tem procurado estabelecer parcerias com os Institutos de Investigação de referência em Portugal. Neste campo foram desenvolvidas iniciativas com várias instituições - tais como o INESC (Porto e Coimbra), Instituto das Telecomunicações e o Instituto Pedro Nunes – em áreas como a otimização e eficiência das redes, o armazenamento de dados em ambiente *Cloud*, o desenvolvimento de novos serviços *Cloud* e soluções avançadas de entretenimento.

Do conjunto alargado de projetos desenvolvidas em parceria com Universidades e Institutos de Investigação ao longo do ano de 2012, destacam-se os seguintes:

- **AC2DC -** exploração de estruturas de dados multidimensionais mantidas em ambientes de *data warehousing* suportados por nuvens computacionais;
- **Business Box -** conceção e desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às necessidades de comunicação e processamento de informação inerentes à gestão corrente de uma PME no contexto Africano;
- **Cloud9 -** estudo de arquitetura de SaaS existentes, standards, APIs, e implementação de tecnologia de OSSaaS, usando infraestruturas de computação disponíveis;
- **Compensação Digital Adaptativa -** técnicas de deteção coerente de baixo custo aplicáveis a redes óticas de acesso e de transporte e técnicas de processamento adaptativo de sinal para compensação digital em redes óticas;
- **Face Express -** desenvolvimento de ferramentas para ensinar às crianças como reconhecer emoções através das expressões faciais;
- **HappyHour.SAPO -** desenvolvimento de um sistema inovador que permitirá aos estabelecimentos comerciais, de uma forma simples e em tempo real, implementar políticas de marketing e divulgar os seus produtos a potenciais clientes que se encontrem nas proximidades;
- **Multipass v2 -** identificar, definir e implementar cenários e serviços na área da tecnologia de gestão de identidade digital, tornando os equipamentos móveis em "carteiras" ou "passes" digitais, que permitam o acesso a uma panóplia de serviços integrados;
- **REACTION -** jornalismo computacional com o uso de tecnologia de recuperação, extração e agregação de informação para integração e organização de notícias mediante a análise de conteúdos disponíveis online;
- **Sapo Campus -** ferramenta de comunicação social para ser utilizada em contexto de ensino e também em contexto empresarial, baseada na produção e agregação de conteúdos gerados pelo utilizador;
- **SmartServ -** tecnologias para serviços de recomendação no IPTV e evolução do Guia Eletrónico de Programação (EPG);
- **Vídeo Interativo de Comunicação -** vídeos interativos que permitem manipular individualmente os objetos multimédia que os compõem, possibilitando a interação com esses objetos para definir diferentes fluxos de reprodução e interação, de forma a proporcionar uma comunicação personalizada.

Com o intuito de promover uma aproximação entre a indústria e as universidades, é ainda de destacar o projeto SAPO Labs, que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento de projetos inovadores na área da tecnologia, com ambiente de incubação de *StartUps*.

### *3. Inovação em Operações Internacionais*

Em 2012 a PT consolidou a sua posição de operador de telecomunicações verdadeiramente global ao ligar 100 milhões de clientes provenientes de quarto continente. Através das suas operações internacionais, a PT promove a cultura de inovação nas mais variadas geografias.

# 04 Investigação e desenvolvimento

A PT Inovação tem sido embaixadora privilegiada desta cultura de inovação, pois tem pólos tecnológicos em vários países africanos e no Brasil, além de fornecer soluções inovadoras a clientes internacionais fora do Grupo PT.

Nas operações internacionais que a PT detém, destacam-se as seguintes iniciativas inovadoras:

> Oi: a Oi mantém práticas de inovação muito semelhantes à PT (replicação do modelo de fábricas de inovação do OPEN na INOVA OI), pelo que a interação entre as duas empresas nessa área tem sido muito frutífera, resultando em parcerias em áreas como a *cloud*, *smart cities* e TV. A PT Inovação Brasil estreitou a sua parceria com a Oi e mais projetos de cooperação entre as duas empresas estão em *roadmap*.

> Unitel (Angola): expansão e melhoria das redes de nova geração não só em Luanda como em várias províncias de Angola. Foi também lançado o canal "emprego" no Portal SAPO Angola, respondendo às necessidades cada vez maiores de um país emergente.

> MTC (Namíbia): em 2012 foi lançada a oferta 4G/LTE na Namíbia, a primeira oferta convergente de 4G/LTE em África, e manteve-se a aposta em campanhas inovadoras nos serviços de dados, destacando-se o serviço de internet *Netman*. Em resultado desta aposta, a MTC alcançou elevados níveis de receitas de serviços de dados, dos mais elevados do continente africano. Na voz destaque para o continuado sucesso da oferta *Aweh Aweh*, com condições preferenciais para os clientes, e a oferta T38, com preços por minuto e prazos de validade de recarga reduzidos. No final do ano, a entrada em funcionamento do cabo submarino WACCS potenciará as ligações internacionais. Adicionalmente desenvolveram-se projetos de fornecimento de energia às BTS através de energias alternativas (energia solar).

> CVT (Cabo Verde): Em 2012 foi lançada uma nova oferta 3G, baseada em condições comerciais muito favoráveis. Nos negócios fixo e móvel foram introduzidas diversas inovações ao nível de produtos e serviços, com o objetivo de fidelizar a relação com os clientes, como por exemplo: (1) *Powa Swag*, oferta dirigida ao segmento jovem, (2) *Tokspera* - waiting ring, (3) *Stika-m-saldo – airtime credit*, (4) *Da$aldo - Top Up* Internacional, (5) *Grilo ao segundo All net* - plano de preços *all net* com faturação ao segundo, (6) Bla bla bla – vouchers internacionais. Seguindo o sucesso da Fatura eletrónica implementada pela PT em Portugal, a CVT também continua a fornecer informação de faturação via e-mail. No final do ano entrou em funcionamento um novo Cabo Submarino Internacional (WACCS) em cujo consórcio participou a CVT e que potenciará no futuro a conectividade do país, a par com o investimento realizado no fecho do anel de fibra ótica inter-ilhas, alavancado por tecnologia IPMPLS e piloto de FTTH/GPON. Todos estes projetos colocam a infraestrutura de telecomunicações num patamar de desenvolvimento muito acima dos seus pares regionais e muito bem, quando comparada com geografias de referência.

> CST (São Tomé e Príncipe): em 2012 foi lançada a oferta 3G. Por forma reforçar a estratégia de crescimento da base de clientes e o seu desenvolvimento, foram lançados diversos tarifários e campanhas, como por exemplo o "*Fla Só*", um tarifário família e amigos.
Na área da sustentabilidade, mantiveram-se os projetos de fornecimento de energia às estações remotas através de formas alternativas de geração de eletricidade (vento e sol), e iniciativas de apoio à Educação com oferta de computadores e Internet às Escolas, tendo-se dado início a um programa para criação de melhores condições nas mesmas, intervindo com pinturas naquelas que se apresentam mais degradadas.

> CTM (Macau): reforço da oferta de dados, investimento na expansão e melhoria das redes 2G e 3G e construção de ligações de fibra ótica (FTTH) nos principais clientes empresariais.

> TT (Timor Leste): continuação do desenvolvimento da infraestrutura e oferta de serviços 3G, mantendo a aposta em planos de preços e campanhas inovadores tais como: TT Amigos (familia e amigos), Toke Livre

(tarifário sem recargas obrigatórias), e Kredit Lai (empréstimo de recarga por um dia). Lançaram-se diversos centros comunitários de acesso à internet, em particular nas zonas mais remotas. Deu-se ainda continuidade ao projeto de fornecimento de energia às estações base através de energia solar.

# 05
# Análise dos resultados consolidados

## Demonstração dos resultados

| Demonstração dos resultados consolidados [1] | | | Milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| **Receitas operacionais** | **6.598,8** | **6.146,8** | **7,4%** |
| Portugal [2] | 2.700,5 | 2.892,0 | (6,6%) |
| Residencial | 711,7 | 682,3 | 4,3% |
| Pessoal | 688,1 | 768,4 | (10,4%) |
| Empresas | 896,0 | 982,1 | (8,8%) |
| Serviços a prestadores, outros e eliminações | 404,7 | 459,2 | (11,9%) |
| Brasil • Oi | 3.042,1 | 2.412,1 | 26,1% |
| Outros e eliminações | 856,2 | 842,7 | 1,6% |
| **Custos operacionais [3]** | **4.330,1** | **3.958,9** | **9,4%** |
| Custos com pessoal | 1.102,4 | 1.020,5 | 8,0% |
| Custos diretos dos serviços prestados | 1.092,4 | 1.012,3 | 7,9% |
| Custos comerciais | 568,5 | 517,7 | 9,8% |
| Outros custos operacionais | 1.566,9 | 1.408,4 | 11,2% |
| **EBITDA [4]** | **2.268,7** | **2.188,0** | **3,7%** |
| Custos com benefícios de reforma (PRBs) | 58,3 | 58,5 | (0,4%) |
| Amortizações | 1.390,6 | 1.325,6 | 4,9% |
| **Resultado operacional [5]** | **819,8** | **803,9** | **2,0%** |
| **Outros custos (receitas)** | **(39,4)** | **59,9** | **n.s.** |
| Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos | 2,1 | 36,4 | (94,3%) |
| Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado | (32,7) | (9,2) | 256,2% |
| Outros custos (ganhos) líquidos | (8,7) | 32,6 | n.s. |
| **Resultado antes de resultados fin. e impostos** | **859,2** | **744,0** | **15,5%** |
| **Custos (ganhos) financeiros** | **385,9** | **212,9** | **81,3%** |
| Juros suportados (obtidos) líquidos | 498,8 | 297,1 | 67,9% |
| Perdas (ganhos) em empresas associadas | (209,7) | (209,2) | 0,2% |
| Outros custos (ganhos) financeiros líquidos | 96,8 | 125,0 | (22,6%) |
| **Resultado antes de impostos** | **473,2** | **531,1** | **(10,9%)** |
| Imposto sobre o rendimento | (147,6) | (108,2) | 36,4% |
| **Resultado antes de interesses não controladores** | **325,6** | **422,9** | **(23,0%)** |
| Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores | (95,3) | (83,8) | 13,8% |
| **Resultado líquido consolidado** | **230,3** | **339,1** | **(32,1%)** |

**(1)** No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados destas empresas a partir de 1 de abril de 2011. **(2)** As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a TMN. Esta rubrica inclui o impacto da redução nas taxas de terminação móvel (MTR) reguladas. **(3)** Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. **(4)** EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. **(5)** Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

## Receitas operacionais consolidadas

Em 2012, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 452 milhões de euros para 6.599 milhões de euros (+7,4% face a 2011). Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destas empresas foram consolidados proporcionalmente

apenas a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir dessa data, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 802 milhões de euros, e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (279 milhões de euros), as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído apenas 1,2% em 2012, para 5.942 milhões de euros. Esta diminuição resultou do decréscimo nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (191 milhões de euros), não obstante uma maior contribuição da Oi (83 milhões de euros) e o crescimento nas receitas dos outros negócios internacionais, nomeadamente da MTC na Namíbia (21 milhões de euros), da Timor Telecom em Timor Leste (9 milhões de euros) e da Contax no Brasil (8 milhões de euros).

Em 2012, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 6,6% face a 2011 para 2.701 milhões de euros, devido principalmente: (1) ao decréscimo nas receitas do segmento Empresas (86 milhões de euros, -8,8% face a 2011), refletindo a situação económica adversa, penalizando as PME's e levando a administração pública e as grandes empresas a um forte enfoque em corte de custos, não obstante a melhoria da tendência verificada nos últimos trimestres (1T12: -9,8% face ao 1T11; 2T12: -8,8% face ao 2T11; 3T12: -8,4% face ao 3T11 e 4T12: -8,1% face ao 4T11) em resultado do progresso significativo do desempenho das grandes empresas devido a aumentos de quota de mercado e *share of wallet*; (2) ao decréscimo nas receitas do segmento Pessoal (80 milhões de euros, -10,4% face a 2011), em resultado de menores receitas de cliente (56 milhões de euros, -9,1% face a 2011), as quais refletem condições económicas adversas e um ambiente competitivo agressivo, nomeadamente na voz e na banda larga móvel, e de menores receitas de interligação (20 milhões de euros, -29,3% face a 2011) no seguimento da descida regulada das tarifas, e (3) ao decréscimo nas outras receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (54 milhões de euros, -11,9% face a 2011), incluindo as receitas de oferta grossista (*wholesale*), em resultado: (i) de menores receitas oriundas de acessos e tráfego (31 milhões de euros), refletindo menores preços que resultam de decisões regulatórias adversas e menor volume à medida que os operadores constroem as suas redes; (ii) de uma diminuição das receitas de postos públicos (3 milhões de euros), e (iii) de menores receitas no negócio de listas telefónicas (11 milhões de euros). O impacto total direto da regulação nas receitas ascendeu a 36 milhões de euros em 2012, incluindo o impacto da diminuição das MTRs (27 milhões de euros), tendo diminuído de 3,50 cêntimos de euro para 2,77 cêntimos de euro a partir de 7 de maio de 2012, para 2,27 cêntimos de euro a partir de 30 de junho de 2012, para 1,77 cêntimos de euro a partir de 30 de setembro de 2012 e para 1,27 cêntimos de euro a partir de 31 de dezembro de 2012 e a redução dos preços de roaming de oferta grossista (*wholesale*) e retalho (7 milhões de euros). Excluindo o impacto da regulação, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal teriam decrescido 5,4% face a 2011. Os efeitos negativos acima referidos foram parcialmente compensados pelo aumento de 4,3% nas receitas do segmento Residencial, de 682 milhões de euros em 2011 para 712 milhões de euros em 2012. Este sólido crescimento foi impulsionado pelo forte desempenho da oferta *triple-play* do MEO (voz, banda larga e TV por subscrição), altamente diferenciada e também mais resiliente face a condições económicas adversas. Em 2012, as receitas não voz em Portugal representaram 51,2% das receitas de serviço, tendo aumentado 5,0pp face ao mesmo período do ano anterior. #

Em 2012, as receitas da Oi ascenderam a 3.042 milhões de euros (7.631 milhões de reais), o que compara com 2.412 milhões de euros (5.612 milhões de reais) em 2011. Este aumento reflete o efeito da consolidação proporcional no 1T12 (788 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (241 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para as receitas operacionais consolidadas da PT em 2012 teria aumentado 83 milhões de euros. Este desempenho reflete: (1) um aumento das receitas do segmento de Mobilidade Pessoal, incluindo um aumento das vendas e das outras receitas operacionais, refletindo a estratégia da Oi de alargar a sua presença no mercado móvel, mais focada nos segmentos póspago e

de maior rendimento fortalecendo assim a presença da Oi no mercado de aparelhos móveis e aumentando a penetração de dados e de serviços de valor acrescentado, e (2) o crescimento observado no segmento Empresas da Oi, refletindo o crescimento da banda larga fixa e móvel e dos dados móveis. Estes efeitos foram parcialmente compensados por menores receitas no segmento Residencial, principalmente devido à perda de linhas e não obstante a diminuição do nível de churn e a contribuição positiva das receitas de banda larga e de TV por subscrição. As receitas da Oi foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi, que consolida integralmente a Oi.

As outras receitas, incluindo as eliminações intragrupo, aumentaram 1,6% em 2012 face a 2011, para 856 milhões de euros, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (148 milhões de euros), negócio que foi consolidado proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11 (134 milhões de euros), negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (38 milhões de euros), as outras receitas teriam aumentado em 37 milhões de euros (+5,3% face a 2011), refletindo aumentos de 20,4% e 13,0% em 2012 face a 2011 nas receitas da Timor Telecom e da MTC, respetivamente.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 58,4% em 2012, enquanto o Brasil representou 53,3%.

## Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 371 milhões de euros (+9,4%) para 4.330 milhões de euros em 2012, face a 3.959 milhões de euros em 2011. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e subsequentemente integrado na Contax em resultado da troca do investimento da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 562 milhões de euros, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 5,0% face a 2011 (190 milhões de euros), essencialmente em resultado de: (1) uma redução de 5,5% nos negócios de telecomunicações em Portugal (87 milhões de euros), refletindo uma política de corte de custos e menores custos diretos em resultado da diminuição nas receitas operacionais; e (2) uma menor contribuição da Oi (93 milhões de euros), refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (169 milhões de euros), o qual mais do que compensou aumentos nos fornecimentos e serviços externos, custos com o pessoal e custos comerciais.

Os custos com pessoal aumentaram 82 milhões de euros (+8,0%) para 1.102 milhões de euros em 2012, face a 1.020 milhões de euros em 2011. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 84 milhões de euros, os custos com o pessoal teriam diminuído 0,3% face a 2011 (2 milhões de euros), refletindo (1) uma redução de 4,2% nos negócios de telecomunicações em Portugal (11 milhões de euros), explicada por menores

remunerações variáveis em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de restruturação implementado no quarto trimestre de 2011, e (2) uma menor contribuição da Contax, incluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma maior contribuição da Oi (22 milhões de euros), em resultado do aumento do número de empregados e de uma reorganização para criar novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. A. Os custos com pessoal representaram 16,7% das receitas operacionais consolidadas em 2012.

Os custos diretos aumentaram 80 milhões de euros em 2012 (+7,9%) para 1.092 milhões de euros, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 177 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 9,6% face a 2011 (97 milhões de euros), essencialmente devido a: (1) uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (23 milhões de euros), em resultado de menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas Tarifas de Terminação Móvel reguladas e pela diminuição nos custos de interligação de roaming, e também menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas, sendo que a redução nestes custos foi mais do que compensada pelo aumento nos custos associados ao trafego internacional e nos custos de programação, estes últimos refletindo o contínuo crescimento da base de clientes e o investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO; e (2) uma menor contribuição da Oi (63 milhões de euros), refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (50 milhões de euros) e também uma redução nos custos de interligação explicada por menores tarifas VU-M. Os custos diretos representaram 16,6% das receitas operacionais consolidadas nos 2012.

Os custos comerciais, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, aumentaram 51 milhões de euros face a 2011 (+9,8%) para 568 milhões de euros em 2012, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 39 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam aumentado 2,2% face a 2011 (12 milhões de euros), devido principalmente a uma maior contribuição da Oi (19 milhões de euros), refletindo aumentos nos custos das mercadorias vendidas e nos custos com comissões, explicados por uma atividade comercial mais intensa em 2012 traduzida, nomeadamente, em maiores vendas, e não obstante o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. Este efeito, bem como uma maior contribuição dos negócios internacionais, nomeadamente em Africa, foram parcialmente compensados por uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (26 milhões de euros), explicada por: (1) menores custos das mercadorias vendidos devido a menores vendas de equipamentos, menores subsídios e um menor custo médio por aparelho em resultado de contratos favoráveis celebrados com fornecedores chave; (2) menores custos com comissões, o que representou uma sólida performance por ter sido alcançada num contexto de contínuo crescimento da base de clientes, o que se traduziu numa menor taxa de desligamento, e (3) menores despesas com marketing e publicidade, refletindo o enfoque na eficiência dos custos. Os custos comerciais representaram 8,6% das receitas operacionais consolidadas em 2012.

Os outros custos operacionais, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 158 milhões de euros em 2012 para 1.567 milhões de euros, face a 1.408 milhões de euros em 2011, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 261 milhões de euros, os outros custos operacionais teriam diminuído 7,5% face a 2011 (103 milhões de euros), basicamente devido a: (1) uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (27 milhões de euros), refletindo

essencialmente menores despesas com manutenção e reparação, serviços de suporte e outros serviços externos, os quais beneficiaram da implementação da rede FTTH da Portugal Telecom e de um extenso programa de transformação de *filed force*; e (2) uma menor contribuição da Oi (71 milhões de euros), refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (80 milhões de euros) e menores provisões para cobranças duvidosas e contingências, efeitos que mais do que compensaram o aumento nos custos com serviços externos e impostos indiretos.

## EBITDA

Em 2012, o EBITDA aumentou 81 milhões de euros para 2.269 milhões de euros (+3,7% face a 2011). Este aumento está relacionado com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destas empresas foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir dessa data. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação (240 milhões de euros) e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (77 milhões de euros), o EBITDA teria decrescido 3,8% face a 2011. O desempenho do EBITDA no período foi impactado por uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (105 milhões de euros), em consequência da diminuição das receitas (191 milhões de euros) e não obstante a redução de 5,5% face a 2011 nos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs, a qual reflete o enfoque contínuo na redução de custos e na melhoria na margem bruta do segmento Residencial. Este desempenho foi parcialmente compensado por maiores contribuições: (1) da Oi (6 milhões de euros), e (2) das outras operações internacionais, nomeadamente da MTC (6 milhões de euros) e Timor Telecom (6 milhões de euros).

| EBITDA por segmento de negócio [1] | | | Milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| Portugal | 1.200,7 | 1.305,5 | (8,0%) |
| Brasil • Oi | 909,0 | 747,6 | 21,6% |
| Outros | 159,0 | 134,9 | 17,9% |
| **EBITDA** | **2.268,7** | **2.188,0** | **3,7%** |
| Margem EBITDA (%) [2] | 34,4 | 35,6 | (1,2pp) |

**(1)** EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. **(2)** Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 1.201 milhões de euros em 2012 (-8,0% face a 2011), equivalente a uma margem de 44,5%. O desempenho do EBITDA resultou da diminuição das receitas de serviço (194 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional. As receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 171 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 105 milhões de euros, refletindo o forte enfoque na redução de custos e na rentabilidade das operações. Os custos operacionais diminuíram 5,5% em 2012 face a 2011 devido: (1) ao facto do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica o que se traduz numa melhor margem bruta no serviço de TV por subscrição; (2) aos menores custos de tráfego na TMN, refletindo a redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas e menores custos de interligação em roaming também devido a decisões regulatórias; (3) à implementação da rede de FTTH e 4G-LTE, cuja qualidade de serviço superior implica menor suporte ao cliente e menores custos com manutenção de rede; (4) aos menores custos comerciais, incluindo comissões e marketing e publicidade, e (5) aos menores custos com pessoal, refletindo o impacto da reorganização implementada no 4T11, um menor nível de remunerações variáveis e extraordinárias e também maiores níveis de eficiência em certos processos internos. Estas diminuições favoráveis nos custos

operacionais foram parcialmente compensadas por um aumento das provisões, reflexo da situação económica em todos os segmentos.

Em 2012, o EBITDA da Oi ascendeu a 909 milhões de euros (2.280 milhões de reais), o que compara com 748 milhões de euros (1.739 milhões de reais) em 2011. Este aumento reflete o efeito da consolidação proporcional no 1T12 (227 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (72 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, o EBITDA teria registado um aumento de 6 milhões de euros face ao mesmo período do ano passado, explicado principalmente pelo crescimento das receitas referido anteriormente, parcialmente compensado por maiores custos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal, refletindo os esforços com o processo de revitalização da Oi. O EBITDA da Oi foi proporcionalmente consolidado a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi, que consolida integralmente a Oi.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 17,9% em 2012 face a 2011 (24 milhões de euros), para 159 milhões de euros, principalmente devido: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (14 milhões de euros), e (2) ao sólido crescimento da Timor Telecom e da MTC, de 21,8% e 7,5% face a 2011, respetivamente.

Os negócios internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 50,4% do EBITDA consolidado da PT em 2012. Os negócios no Brasil representaram 43,0% do EBITDA nesse período e os negócios africanos, consolidados integralmente, representaram 6,0%.

## Resultado Líquido

Os custos com benefícios de reforma permaneceram estáveis nos 58 milhões de euros em 2012, apesar do impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12 (1,5 milhões de euros).

As amortizações aumentaram para 1.391 milhões de euros em 2012 face a 1.326 milhões de euros em 2011, refletindo principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 161 milhões de euros, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, no montante de 8 milhões de euros. Excluindo este efeito e a desvalorização do real brasileiro face ao euro, as amortizações teriam diminuído 2,9% em 2012 (38 milhões de euros), devido a menores contributos dos negócios de telecomunicações em Portugal (22 milhões de euros), nomeadamente em resultado da substituição de equipamentos de rede 2G da TMN por equipamentos já adaptados para a rede 4G-LTE, o que levou a uma aceleração da amortização dos equipamentos 2G no 1S11, até 30 de junho de 2011.

Os custos com o programa de redução de efetivos diminuíram para 2 milhões de euros em 2012, face a 36 milhões de euros em 2011, refletindo a reorganização realizada no final de 2011.

As mais valias na alienação de ativos fixos aumentaram para 33 milhões de euros em 2012, face a 9 milhões em 2011, refletindo principalmente mais valias registadas pela Oi no 4T12, no valor de 30 milhões de euros, relacionadas com a venda de torres móveis.

Os outros custos (ganhos) líquidos registaram um ganho de 9 milhões de euros em 2012 face a um custo de 33 milhões de euros em 2011, refletindo principalmente um ganho registado em 2012 relativo à compensação líquida estimada a receber pela PT por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do

Acordo de Concessão, efeito parcialmente compensado por certas provisões e ajustamentos não recorrentes também registados em 2012 e pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 499 milhões de euros em 2012 o que compara com 297 milhões de euros registados em 2011, refletindo principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12, no montante de 66 milhões de euros . Excluindo este efeito, as despesas com juros líquidos teriam ascendido a 433 milhões de euros em 2012, um aumento de 135 milhões de euros face a 2011, em resultado: (1) dos juros obtidos no 1T11, no montante de 51 milhões de euros, relativamente aos depósitos em reais que foram utilizados para pagar os investimentos estratégicos na Oi e na Contax em 28 de março de 2011; (2) de uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (44 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média, parcialmente compensado pelo efeito da desvalorização do real brasileiro face ao euro, e (3) dos juros obtidos, em 2011 no montante de 33 milhões de euros relacionados com o montante a receber da Telefónica relativo à transação da Vivo. O custo médio da dívida líquida, excluindo a consolidação proporcional da Oi e Contax, foi de 4,4% em 2012 face a 3,3% em 2011, um aumento explicado principalmente pelo ganho com juros registado em 2011 referente à conta a receber da Telefónica relativa à transação da Vivo, enquanto o custo médio da dívida bruta situou-se nos 4,5% em 2012, o que compara com 4,3% em 2011.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 210 milhões de euros em 2012, o que compara com 209 milhões de euros em 2011. Em 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relativo à alienação da participação na UOL, pelo montante total de 156 milhões de euros. Excluindo este efeito, os ganhos em empresas associadas teriam aumentado de 172 milhões de euros em 2011 para 210 milhões de euros em 2012.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, diminuíram de 125 milhões de euros em 2011 para 97 milhões de euros em 2012, refletindo principalmente: (1) maiores perdas cambiais líquidas em 2011 nos negócios em Portugal e na Oi, devido ao impacto da desvalorização significativa do dólar face ao euro sobre os ativos denominados em dólares e ao impacto da desvalorização do dólar face ao real brasileiro na dívida líquida da Oi denominada em dólares, respetivamente, e (2) uma redução nas outras despesas financeiras líquidas da Oi, relativas principalmente a impostos financeiros e certos serviços bancários. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12 (15 milhões de euros) foi compensado pelos impostos suportados no Brasil em 2011 relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

O imposto sobre o rendimento aumentou para 148 milhões de euros em 2012, face a 108 milhões de euros em 2011, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 31,2% e de 20,4%, respetivamente. Este aumento reflete principalmente: (1) o impacto do aumento da taxa máxima de imposto aplicável em Portugal, de 29,0% para 31,5%; (2) maiores ganhos não tributáveis em 2011 com juros obtidos e empresas associadas, e (3) menores ganhos resultantes de ajustamentos nos impostos sobre o rendimento em anos anteriores. Excluindo os juros e ganhos em empresas associadas não tributáveis e os ajustamentos em impostos sobre o rendimento de anos anteriores, a taxa efetiva de imposto teria aumentado de 25,3% em 2011 para 28,4% em 2012, refletindo principalmente o aumento da taxa máxima de imposto aplicável em Portugal, explicada anteriormente.

Os lucros atribuíveis a interesses não controladores ascenderam a 95 milhões de euros em 2012, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (3 milhões de euros). Excluindo este efeito, os lucros atribuíveis a interesses não controladores teriam ascendido a 91 milhões de euros em 2012, um aumento de

7 milhões de euros face aos 84 milhões de euros registados em 2011, refletindo maiores lucros atribuíveis a interesses não controladores dos negócios em África (10 milhões de euros) e da Contax (4 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por menores lucros atribuíveis a interesses não controladores da Oi (7 milhões de euros) em resultado da conclusão do processo de simplificação societária em março de 2012.

O resultado líquido ascendeu a 230 milhões de euros em 2012, face a 339 milhões de euros em 2011. Esta diminuição é explicada principalmente por: (1) um ganho de 38 milhões de euros registado em 2011 relacionado com a conclusão do processo de venda da participação na UOL, e (2) um aumento nos juros suportados relacionado, maioritariamente, com o aumento da dívida líquida média da Oi e com o ganho de 51 milhões de euros registado em 2011 relativo aos juros dos depósitos em reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi e na Contax em 28 de março de 2011.

## Remuneração Acionista

A PT anuncia que o seu Conselho de Administração irá propor o pagamento de um dividendo relativo ao exercício de 2012 no montante total de 0,325 euros por ação. Esta proposta está sujeita à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas e é feita no contexto da política de remuneração acionista aprovada pelo Conselho de Administração da PT para os anos fiscais de 2012 a 2014 e comunicada ao mercado em 27 de junho de 2012, a qual inclui um dividendo em numerário anual de 0,325 euros por ação. Para informação completa sobre a política de remuneração acionista deverá ser consultado o comunicado referido.

## Capex

O capex ascendeu a 1.317 milhões de euros em 2012, equivalente a 20,0% das receitas, face a 1.224 milhões de euros em 2011. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 117 milhões de euros, o capex teria diminuido 2,0% em 2012. Esta diminuição foi resultado da redução do capex nos negócios de telecomunicações em Portugal (92 milhões de euros, -14,1% face a 2011), o qual ascendeu a 555 milhões de euros em 2012 tendo continuado a ser direcionado para investimentos em tecnologias de última geração, nomeadamente FTTH e 4G-LTE. A redução do capex nos negócios de telecomunicações em Portugal foi parcialmente compensada: (1) pelo aumento do capex da Oi (65 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados em 2012 para expandir a cobertura 2G e 3G e aumentar a velocidade e a capilaridade de banda larga, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro, e (2) pela maior contribuição de alguns negócios internacionais, nomeadamente da MTC (18 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados no cabo submarino em África, na fibra ótica e na rede 4G.

| Capex por segmento de negócio | | | Milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| Portugal | 555,5 | 647,0 | (14,1%) |
| Brasil • Oi [1] | 629,6 | 444,3 | 41,7% |
| Outros | 131,7 | 132,5 | (0,6%) |
| **Capex total** | **1.316,8** | **1.223,8** | **7,6%** |
| Capex em % das receitas operacionais | 20,0 | 19,9 | 0,0pp |

**(1)** O capex da Oi exclui a aquisição das licenças 4G em 2012 pelo valor total de 400 milhões de reais, equivalente a 41 milhões de euros consolidados proporcionalmente pela PT.

Em 2012, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 14,1% face a 2011, para 555 milhões de euros. O desempenho do capex refletiu o forte investimento realizado nos últimos anos, nomeadamente no período 2008-2011, na implementação da rede FTTH, na modernização da rede 2G já adaptada para 4G-LTE e no reforço da cobertura e capacidade da rede 3G e 3,5G, levando agora a uma diminuição do capex em tecnologia, não obstante o investimento na implementação da rede 4G-LTE.

Em 2012, o capex da Oi ascendeu a 630 milhões de euros (1.579 milhões de reais), o que compara com 444 milhões de euros em 2011 (1.034 milhões de reais). Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12 (121 milhões de euros), efeito parcialmente compensado pela desvalorização do real brasileiro face ao euro (50 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para o capex consolidado da PT teria aumentado 114 milhões de euros em 2012, quando comparado com 2011, devido principalmente aos investimentos realizados em 2012 na expansão da cobertura da rede 2G e 3G e no aumento da velocidade e expansão da rede de banda larga.

Em 2012, o capex dos outros negócios manteve-se estável em 132 milhões de euros, explicado pelo aumento do capex na MTC (18 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados no cabo submarino em África, fibra ótica e na rede 4G, parcialmente compensado pela diminuição do capex nos negócios de contact centre no Brasil, incluindo a Contax e a contribuição da Dedic / GPTI no 1S11 (9 milhões de euros) e também pela diminuição do capex na Timor Telecom (5 milhões de euros).

## Cash Flow

O cash flow operacional decresceu para 875 milhões de euros em 2012, face a 1.185 milhões de euros em 2011. Excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e Contax no 1T12 (34 milhões de euros), o cash flow operacional teria ascendido a 840 milhões de euros em 2012 e a diminuição é explicada, principalmente: (1) pela diminuição do EBITDA menos Capex (127 milhões de euros), refletindo principalmente uma redução de 131 milhões de euros na Oi; (2) pelo aumento do investimento em fundo de maneio (143 milhões de euros), refletindo a redução não recorrente do ciclo de pagamentos a certos fornecedores realizada no 4T10 na sequência da transação da Vivo, que conduziu a uma redução dos pagamentos a fornecedores no 1T11, e (3) pela diminuição das provisões e ajustamentos (88 milhões de euros), os quais representam itens não monetários incluídos no EBITDA e cuja redução resulta principalmente da Oi.

| Free cash flow [1] | | | Milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
| EBITDA menos Capex | 951,9 | 964,2 | (1,3%) |
| Itens não monetários | 105,6 | 141,6 | (25,4%) |
| Variação do fundo de maneio | (182,2) | 79,2 | n.s. |
| **Cash flow operacional** | **875,3** | **1.185,0** | **(26,1%)** |
| Juros | (470,9) | (260,6) | 80,7% |
| Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos | (37,2) | (23,1) | 61,1% |
| Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros | (160,5) | (175,2) | (8,4%) |
| Impostos sobre o rendimento | (155,7) | (163,5) | (4,8%) |
| Dividendos recebidos | 76,2 | 146,9 | (48,2%) |
| Alienações (aquisições) de invest. financeiros, líquidas [2] | 0,0 | 123,4 | n.s. |
| Outros movimentos [3] | (381,7) | (300,2) | 27,1% |
| **Free cash flow** | **(254,5)** | **532,8** | **n.s.** |

**(1)** O free cash flow exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros no 1T11) e o recebimento da terceira e última prestação relativa à transação da Vivo (2.000 milhões de euros no 4T11). **(2)** Esta rubrica inclui a alienação da participação na UOL no 1T11, no montante de 156 milhões de euros, parcialmente compensada pela aquisição de um investimento na Allus no 2T11, pelo montante de 44 milhões de euros. **(3)** O aumento nesta rubrica reflete, principalmente, os pagamentos de determinadas ações judiciais na Oi no 1T12, parcialmente compensados por impostos financeiros incorridos no 1T11 relacionados com o investimento estratégico na Oi.

Em 2012, o free cash flow consolidado foi negativo em 255 milhões de euros enquanto o free cash flow excluindo a consolidação proporcional da Oi e Contax foi positivo em 251 milhões de euros (191 milhões de euros no 2S12). Em 2011, ajustado pelos pagamentos relativos à aquisição dos investimentos da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros) e pelo recebimento, no 4T11, da terceira e última prestação relativa à transação da Vivo (2.000 milhões de euros), o free cash flow consolidado ascendeu a 533 milhões de euros. Esta redução de 787 milhões de euros é explicada, principalmente, por: (1) um menor cash flow operacional (310 milhões de euros), tal como referido acima; (2) um recebimento de 156 milhões de euros no 1T11 relativo à alienação da participação na UOL; (3) uma diminuição nos dividendos recebidos da Unitel (50 milhões de euros em 2012, o que compara com 126 milhões de euros em 2011); (4) um aumento nos pagamentos relacionados com ações judiciais (46 milhões de euros), relativos principalmente à consolidação proporcional da Oi, e (5) um aumento de 210 milhões de euros nos juros pagos, refletindo uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (53 milhões de euros), incluindo a sua consolidação proporcional no 1T12 (10 milhões de euros), e um aumento nas operações em Portugal relacionado, principalmente, com os juros recebidos no 1T11 relativos aos depósitos bancários em reais brasileiros utilizados para o pagamento dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela aquisição de um investimento na Allus realizada pela Contax em abril de 2011 (44 milhões de euros).

## Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores e ajustada pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, ascendeu a 4.565 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

A dívida líquida consolidada ascendeu a 7.711 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, o que compara com 6.613 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 1.098 milhões de euros que reflete: (1) o free cash flow negativo gerado no período (255 milhões de euros); (2) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (557 milhões de euros, correspondentes ao dividendo de 65 cêntimos de euro por ação referente ao ano fiscal de 2011) e pelas suas subsidiárias a acionistas não controladores (99 milhões de euros); (3) os montantes pagos pela Oi aos acionistas não controladores relacionados com a conclusão do processo de simplificação societária (296

milhões de euros); (4) o pagamento efetuado pela TMN, em janeiro de 2012, respeitante à licença LTE (83 milhões de euros), e (5) a aquisição pela Oi de ações próprias da PT (23 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro, que resultou numa diminuição da dívida líquida de 232 milhões de euros.

| Variação da dívida líquida | Milhões de euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Dívida líquida (balanço inicial)** | **6.612,8** | **2.099,8** |
| Free cash flow (a subtrair) | (254,5) | 532,8 |
| Recebimentos relacionados com a transação da Vivo | 0,0 | (2.000,0) |
| Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax | 0,0 | 3.727,6 |
| Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira | (231,5) | (43,4) |
| Dividendos pagos pela PT | 556,7 | 1.118,0 |
| Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax) | 0,0 | 2.052,5 |
| Simplificação societária da Oi | 296,1 | 0,0 |
| Aquisição de ações próprias pela Oi | 23,2 | 86,8 |
| Outros [1] | 199,4 | 104,4 |
| **Dívida líquida (balanço final)** | **7.711,2** | **6.612,8** |
| Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) [2] | 194,5 | 226,1 |
| **Dívida líquida ajustada (balanço final)** | **7.516,7** | **6.386,7** |
| Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair) | 2.951,6 | 2.318,9 |
| **Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)** | **4.565,1** | **4.067,9** |
| Variação da dívida líquida | 1.098,4 | 4.513,0 |
| Variação da dívida líquida (%) | 16,6% | 214,9% |

**(1)** Esta rubrica incluí principalmente o pagamento relativo à licença LTE em Portugal no 1T12 e os dividendos pagos pelas participadas da PT a acionistas não controladores. **(2)** Esta rubrica corresponde aos créditos fiscais decorrentes dos montantes pagos ao Estado português em dezembro de 2011 e 2012 no âmbito da transferência das obrigações não financiadas dos planos de pensões regulamentares os quais foram ajustadas no 4T12 para refletir certos créditos fiscais utilizados no período.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta consolidada ascendia a 11.099 milhões de euros, dos quais 84,6% era de médio e longo prazo e 3.723 milhões de euros respeitam ao impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores. Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, a dívida bruta ascendeu a 7.375 milhões de euros, dos quais 81,1% era de médio e longo prazo e 81,8% vencia juros a taxas fixas.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de disponibilidades acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito disponíveis com tomada firme, totalizou 3.016 milhões de euros no final de dezembro de 2012, dos quais 400 milhões de euros correspondem a linhas de papel comercial e linhas de crédito não utilizadas.

Em 2012, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 4,4%, o que compara com 3,3% em 2011, ajustado pelo ganho de 51 milhões de euros com os juros dos depósitos bancários relacionados com o investimento estratégico na Oi. O custo da dívida bruta foi de 4,5% em 2012, o que compara com 4,3% em 2011. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida da PT, excluindo a Oi e a Contax, tinha uma maturidade de 5,6 anos.

## Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 503 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 399 milhões de euros, face a 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 730 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos mensalmente, diretamente pela PT, aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, o total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal ascendia a 834 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 625 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes. Adicionalmente, a PT consolidou proporcionalmente as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Oi no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

| Responsabilidades com benefícios de reforma | Milhões de euros | |
|---|---|---|
| | **31 dezembro 2012** | **31 dezembro 2011** |
| Responsabilidades com pensões | 127,3 | 121,6 |
| Responsabilidades com cuidados de saúde | 375,4 | 352,6 |
| **Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)** | **502,7** | **474,1** |
| Valor de mercado dos fundos [1] | (399,4) | (344,7) |
| **Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde** | **103,3** | **129,4** |
| Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados | 730,4 | 782,5 |
| **Responsabilidades não financiadas brutas** | **833,7** | **911,9** |
| **Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal** | **625,3** | **683,9** |
| Responsabilidades não financiadas brutas da Oi | 72,7 | 61,7 |
| Ganhos com serviços passados não reconhecidos | 15,0 | 16,8 |
| **Provisão para benefícios de reforma** | **921,4** | **990,4** # |

**(1)** O aumento no valor de mercado dos fundos resultou principalmente da rentabilidade positiva de 25% nos ativos sob gestão, o que mais do que compensou os pagamentos de benefícios realizados pelos fundos.

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 78 milhões de euros em 2012 para 834 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, principalmente em resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 160 milhões de euros, parcialmente compensados pelo reconhecimento de custos com benefícios de reforma e perdas atuariais líquidas nos montantes de 31 milhões de euros e 50 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades não financiadas brutas da Oi aumentaram de 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, devido às perdas atuariais líquidas registadas no período, no montante de 23 milhões de euros, o que mais do que compensou as contribuições de 10 milhões de euros realizadas em janeiro de 2012 para cobertura do défice do plano de pensões BrTPREV.

| Variação nas responsabilidades não financiadas brutas | | Milhões de euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial) | 973,7 | 948,6 |
| Alteração do perímetro de consolidação | 0,0 | 52,5 |
| Custos com benefícios de reforma (PRBs) [1] | 37,5 | 34,9 |
| Custos com o programa de redução de efectivos | 2,4 | 36,4 |
| Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões [2] | (11,7) | (1,3) |
| Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros | (160,5) | (175,2) |
| Perdas (ganhos) atuariais líquidos | 73,0 | 80,5 |
| Ajustamentos de conversão cambial | (7,9) | (2,9) |
| Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final) | 906,5 | 973,7 |

**(1)** Em 2012 e 2011, esta rubrica exclui os custos com o serviço anual dos empregados no ativo cujas responsabilidades foram transferidas para o Estado Português, nos montantes de 22,3 milhões de euros e 25,1 milhões de euros, respetivamente. **(2)** Em 2012, esta rubrica inclui essencialmente contribuições para os fundos de pensões realizadas pela Oi (10,4 milhões de euros) e reembolsos líquidos de despesas de saúde pagas relativamente aos planos de saúde das operações em Portugal (1,8 milhões de euros). Em 2011, esta rubrica inclui reembolsos líquidos de despesas de saúde pagas no valor de 5,3 milhões de euros e pagamentos por rescisão contratual no valor de 3,8 milhões de euros.

## Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2012, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 2.293 milhões de euros, uma diminuição de 535 milhões de euros em 2012. Esta diminuição é explicada principalmente: (1) pelo dividendo de 43,5 cêntimos de euro por ação pago em maio de 2012 (372 milhões de euros), correspondente ao segundo pagamento do dividendo fiscal de 2011 (65 cêntimos de euro por ação), no seguimento do pagamento do dividendo intercalar de 21,5 cêntimos de euro por ação anunciado em dezembro de 2011 e pago em janeiro de 2012; (2) pelos ajustamentos de conversão cambial negativos registados no período (376 milhões de euros), relacionados principalmente com a desvalorização do real brasileiro face ao euro, e (3) pelas perdas atuariais líquidas reconhecidas no período (53 milhões de euros, líquidos do efeito fiscal). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo resultado líquido gerado no período de 230 milhões de euros e pelo ganho registado diretamente no capital próprio decorrente da conclusão do processo de simplificação societária do grupo Oi.

| Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores) | Milhões de euros |
|---|---|
| | 2012 |
| **Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)** | **2.828,1** |
| Resultado líquido | 230,3 |
| Ajustamentos de conversão cambial líquidos | (376,5) |
| Divindendos pagos pela PT | (371,9) |
| Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal | (52,7) |
| Outros [1] | 36,1 |
| **Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)** | **2.293,4** |
| **Variação no capital próprio antes de interesses não controladores** | **(534,7)** |
| **Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)** | **(18,9%)** |

**(1)** Esta rubrica inclui principalmente um ganho registado diretamente no capital próprio em resultado da conclusão do processo de simplificação societária do grupo Oi#

## Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo decresceu de 23,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 20,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, refletindo principalmente: (1) o reembolso do Eurobond de 1,3 mil milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005 e os 454 milhões de euros pagos ao Estado português relativos à transferência do fundo de pensões em dezembro de 2010; (2) o impacto da desvalorização do real brasileiro face

ao euro (1,3 mil milhões de euros); (3) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (0,6 mil milhões de euros), correspondente ao dividendo de 65 cêntimos de euro por ação relativo ao ano fiscal de 2011, e (4) o montante pago pela Oi aos interesses não controladores decorrente da conclusão do processo de simplificação societária do Grupo Oi (0,3 mil milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas obrigações emitidas em julho e outubro de 2012 nos montantes de 400 milhões de euros e 750 milhões de euros, respetivamente.

O total do passivo diminuiu de 19,4 mil milhões de euros para 17,2 mil milhões de euros, refletindo principalmente a redução da dívida bruta levada a cabo em 2012, conforme mencionado acima, e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (0,8 mil milhões de euros).

| Demonstração da posição financeira consolidada | | Milhões de euros |
|---|---|---|
| | **31 dezembro 2012** | **31 dezembro 2011 reexpresso** |
| Disponibilidades e títulos negociáveis | 3.387,3 | 5.668,1 |
| Contas a receber | 2.012,1 | 1.936,3 |
| Existências | 141,5 | 133,5 |
| Depósitos judiciais | 1.150,3 | 1.084,1 |
| Investimentos financeiros | 427,7 | 556,3 |
| Ativos intangíveis | 5.089,5 | 5.629,8 |
| Ativos tangíveis | 6.018,9 | 6.228,6 |
| Ativos com planos de benefícios de reforma | 11,4 | 13,6 |
| Outros ativos | 559,5 | 579,5 |
| Impostos diferidos e custos diferidos | 1.297,5 | 1.346,5 |
| **Total do ativo** | **20.095,7** | **23.176,4** |
| Contas a pagar | 1.263,2 | 1.446,2 |
| Dívida bruta | 11.098,5 | 12.281,0 |
| Responsabilidades com planos de benefícios de reforma | 932,8 | 1.004,1 |
| Outros passivos | 2.680,2 | 3.337,9 |
| Impostos diferidos e proveitos diferidos | 1.266,9 | 1.365,1 |
| **Total do passivo** | **17.241,7** | **19.434,2** |
| Capital, excluindo interesses não controladores | 2.293,4 | 2.828,1 |
| Interesses não controladores | 560,7 | 914,1 |
| **Total do capital próprio** | **2.854,0** | **3.742,2** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | **20.095,7** | **23.176,4** |

# 06
# Evolução dos negócios

## Negócios de Telecomunicações em Portugal

Em 2012, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento consistente da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentar 5,4% face a 2011 para 5.052 mil (com adições líquidas 257 mil) os clientes móveis a aumentarem 2,1% face a 2011 para 7.598 mil (154 mil adições líquidas em 2012, com os clientes próspagos a atingir 91 mil adições líquidas e os clientes prépagos a atingir 63 mil adições líquidas).

| Dados operacionais • Portugal | | | |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 5.052 | 4.795 | 5,4% |
| PSTN/RDIS | 2.604 | 2.648 | (1,6%) |
| Clientes de banda larga | 1.225 | 1.105 | 10,8% |
| Clientes de TV | 1.223 | 1.042 | 17,4% |
| Clientes móveis ('000) | 7.598 | 7.444 | 2,1% |
| Póspagos | 2.469 | 2.378 | 3,8% |
| Prépagos | 5.129 | 5.066 | 1,2% |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 257 | 268 | (4,2%) |
| PSTN/RDIS | (43) | (48) | 9,5% |
| Clientes de banda larga | 119 | 104 | 14,7% |
| Clientes de TV | 181 | 212 | (14,6%) |
| Clientes móveis ('000) | 154 | 24 | n.s. |
| Póspagos | 91 | 87 | 4,8% |
| Prépagos | 63 | (63) | 200,5% |
| Dados em % das receitas de serviço (%) | 32,6 | 27,7 | 4,9pp |

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do MEO, o serviço de TV por subscrição da PT, com a base de clientes de TV por subscrição a crescer 17,4% em 2012 face a 2011 para 1.223 mil (181 mil adições líquidas em 2012), confirmando o contínuo sucesso e atratividade do MEO no mercado português, mesmo num contexto económico adverso e num mercado com elevada penetração de TV por subscrição. Esta performance da TV por subscrição impulsionou o sólido crescimento dos clientes de banda larga fixa, os quais aumentaram 10,8% em 2012 face a 2011 para 1.225 mil (119 mil adições líquidas em 2012). Os clientes triple-play da PT (voz, banda larga e TV por subscrição) aumentaram 22,6% face a 2011, atingindo os 833 mil clientes (153 mil adições líquidas em 2012). O sucesso do MEO é alcançado através de uma proposta de valor muito diferenciada, sustentada num serviço de TV por subscrição não linear, que oferece uma experiência multiscreen única com canais em direto, video on demand, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos.

Em 2012, os clientes móveis beneficiaram do desempenho dos clientes prépagos, que aumentaram 1,2% face a 2011 (63 mil adições líquidas em 2012), beneficiando por sua vez do crescimento dos planos tarifários "Moche" e "e". Com efeito, os planos tarifários "e nunca mais acaba", que atingiram os 952 mil clientes em 2012, tal como os novos planos tarifários "Moche" (+29,8% em 2012 face a 2011, atingindo 1.632 mil clientes), continuaram a

apresentar tendências de crescimento sólidas. Os clientes póspagos aumentaram 3,8% em 2012 face a 2011 com 91 mil adições líquidas, refletindo o melhor desempenho do segmento Empresas.

## Residencial

Os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) do segmento Residencial aumentaram 8,0% em 2012 face a 2011, atingindo 3.841 mil, com os acessos de TV por subscrição e banda larga a representarem 56,0% do total de acessos de retalho em 31 de dezembro de 2012. Em 2012, as adições líquidas de retalho atingiram 284 mil, impulsionadas pelo crescimento do MEO, o serviço de TV por subscrição da PT (+16,7% face a 2011 para 1.135 mil clientes), que contribuiu com 162 mil adições líquidas, enquanto a banda larga fixa atingiu 1.015 mil clientes com 104 mil adições líquidas, refletindo o crescimento contínuo das ofertas *triple-play*. O crescimento contínuo e sustentado da TV por subscrição e banda larga fixa no segmento Residencial é ainda mais notável tendo em consideração o contexto económico adverso e a elevada penetração de TV por subscrição. As linhas de voz fixa residenciais (linhas PSTN/RDIS) registaram 18 mil adições líquidas, crescendo 1,1% em 2012 face a 2011 para 1.692 mil clientes, refletindo também o impacto positivo das ofertas de *triple-play* que continuam a suportar a inversão da tendência operacional do negócio fixo e não obstante as ofertas comerciais agressivas por parte do principal concorrente. Em resultado deste sucesso, o ARPU residencial aumentou 2,8% em 2012 face a 2011, para 31,6 euros, não obstante o ambiente económico desafiante, pressionando os serviços mais expostos ao ambiente económico, tais como canais *premium* e temáticos, *video on demand* e outros serviços de valor acrescentado.

**Dados operacionais • Segmento Residencial**

| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 3.841 | 3.557 | 8,0% |
| PSTN/RDIS | 1.692 | 1.674 | 1,1% |
| Clientes de banda larga | 1.015 | 911 | 11,4% |
| Clientes de TV | 1.135 | 972 | 16,7% |
| Clientes únicos | 1.881 | 1.881 | (0,0%) |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 284 | 300 | (5,3%) |
| PSTN/RDIS | 18 | 1 | n.s. |
| Clientes de banda larga | 104 | 102 | 2,5% |
| Clientes de TV | 162 | 198 | (17,8%) |
| ARPU (euros) | 31,6 | 30,8 | 2,8% |
| Receitas não-voz em % das receitas (%) | 63,4 | 58,5 | 4,9pp |

O sólido crescimento dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do MEO, o serviço inovador de TV por subscrição da PT que já se transformou numa experiência *multiscreen* única, com canais em direto, *video on demand*, aluguer de jogos e músicas, disponível em todos os ecrãs.

O MEO apresenta uma proposta de conteúdos muito diferenciadora, com mais de 160 canais, incluindo canais de conteúdos exclusivos, de alta definição e 3D. Em 2012, o MEO reforçou a sua ampla oferta com o lançamento de 19 canais e diversas aplicações interativas, incluindo sete canais em alta definição e três canais exclusivos: (1) "A Bola TV", em parceria com o "Jornal a Bola", um dos principais jornais desportivos diários; (2) "TVI Ficção", um canal de entretenimento produzido pela "TVI", canal aberto líder da televisão portuguesa, com ficção nacional produzida pelo estúdio de produção da TVI, e (3) o canal interativo "TVI Secret Story 3", o quarto canal mais visto no MEO no último trimestre e cuja aplicação obteve 16,6 milhões de visitas. Todos estes canais estão disponíveis em

multiscreen (múltiplos ecrãns), incluíndo não só TV mas também PC, smartphone e *tablet,* através do serviço MEO GO!. O MEO continuará a inovar e um novo canal exclusivo será incluído na sua grelha, o "Correio da Manhã TV", em parceria com a Cofina, proprietária de vários jornais e revistas em Portugal, incluíndo o jornal tabloide mais lido em Portugal, o "Correio da Manhã ". A oferta de conteúdos do MEO inclui também milhares de filmes *VoD* e a sua oferta de conteúdos é enriquecida com interatividade sobre programas âncora (exemplo do Ídolos, Casa dos Segredos, Peso Pesado).

O MEO oferece ainda aplicações interativas avançadas e customizadas, através de múltiplos *widgets* disponíveis através do "botão azul" do controle remoto do MEO e que abrangem categorias variadas, tais como: (1) Notícias, incluindo uma aplicação de notícias personalizada, desenvolvida em parceria com a RTP, e a aplicação Sapo Kiosk, com as capas diárias de todos os jornais e revistas nacionais e vários internacionais; (2) Desportos, incluindo uma aplicação de futebol, uma de surf e aplicações de canais desportivos específicos, tais como a aplicação do canal BenficaTV e a aplicação do canal SportTV; (3) Música, incluindo o MusicBox, um serviço de música *multiscreen*, o MEO Radios, uma aplicação de rádio, e o MEO Karaoke, uma aplicação que permite aos clientes MEO subscrever e cantar um alargado catálogo de músicas nacionais e internacionais; (4) Kids, incluindo um portal infantil que abrange todas as idades e onde as crianças podem aceder a canais, conteúdos *video on demand*, *clips* de música, *karaoke*, jogos e conteúdos educacionais customizados; (5) Serviços de Conveniência, incluindo aplicações para meteorologia, trânsito e farmácias, e (6) Conteúdo Pessoal, incluindo uma aplicação de arquivo *online* de fotos. Em 2012, o MEO lançou oito novas aplicações através do "botão azul", incluindo a aplicação Sapo Voucher, a primeira aplicação de TV interativa que permite a realização de transações financeiras e a interação com anúncios televisivos.

Inserida na estratégia de forte diferenciação de conteúdos através da interatividade, que o MEO tem vindo a desenvolver, em 2012 lançou oito novas aplicações interativas sobre canais lineares através do "botão vermelho", foi apresentando uma nova aplicação interativa com conteúdos alusivos a uma das séries juvenis com maior sucesso da televisão portuguesa, "Morangos com Açúcar", em parceria com a TVI. Esta aplicação, não só permite aos fãs da série o acesso a serviços e conteúdos exclusivos, como também permite a possibilidade de compra de episódios em antestreia por 0,90 euros. Em julho de 2012, o MEO anunciou a transformação do canal de notícias de TV por subscrição mais visto em Portugal, SIC Notícias. Em resultado de uma forte parceria tecnológica e de conteúdos entre a PT e a Impresa, um grande grupo de media português que detém várias publicações de imprensa e a SIC, em canal aberto, assim como vários canais SIC pagos, o MEO lançou o canal SIC Notícias reformulado, relançando-o como um canal totalmente interativo, em exclusivo para os clientes MEO. Estas aplicações serão disponibilizadas em múltiplos ecrãs, incluindo TV, computador, tablet e *smartphone*.

O MEO continuou a inovar em 2012, dando vida aos dois outros botões coloridos do controle remoto, o "botão verde" e o "botão amarelo". No "botão verde" o MEO lançou o "MEO Kanal", um serviço que traz, finalmente, toda a experiência associada às redes sociais para a TV e assim criando um verdadeiro efeito de redes sociais num serviço de TV por subscrição, permitindo aos clientes a produção, edição e partilha de conteúdos multimédia na TV, no seu próprio canal de TV. No "botão amarelo" o MEO lançou o "MEO Get MEO" que aproveita a sua vasta base de clientes para angariar novos clientes. Adicionalmente, em janeiro de 2013, o MEO lançou a funcionalidade de gravação automática, que permite aos clientes assistir a programas que foram transmitidos nos últimos sete dias. Esta funcionalidade baseia-se na capacidade de gravação na rede (*network* PVR) do MEO e após subscrição, está disponível gratuitamente.

Em janeiro de 2013, de acordo com a estratégia da PT para o segmento residencial e pessoal que consiste na aposta da convergência fixo-móvel e de serviços, a PT apresentou o novo MEO, o qual inclui o reposicionamento

da marca e o lançamento do primeiro serviço *quad-play*, verdadeiramente convergente fixo-móvel incluindo TV, internet, telefone e telemóvel – o M4O. Seguindo as tendências da convergência - oferta de TV, *internet*, telefone fixo e telemóvel sob a mesma marca - o MEO vai assumir um novo posicionamento, passando de uma oferta de *triple-play* assente na oferta de uma nova experiência de TV para se tornar uma marca que oferece um pacote de serviços integrados de telecomunicações e entretenimento. O M4O oferece 85 canais de TV, velocidade garantida de 100 Mbps, voz ilimitada e dois a quatro cartões móveis incluindo chamadas e SMS ilimitadas para todas as redes fixas e móveis, alavancado nas redes 3G e 4G-LTE da PT. O novo MEO assenta o seu posicionamento em três conceitos: (1) simplicidade, como uma só rede móvel para falar grátis e sem barreiras para todas as redes em Portugal; (2) conveniência, como uma só marca para voz, *internet* e TV dentro e fora de casa, em mobilidade, com um só ponto de contato comercial e de apoio ao cliente, e (3) poupança, com a concentração de serviços na marca MEO a permitir à PT transferir as economias de escala obtidas para os seus clientes permitindo assim poupanças imediatas. O pacote M4O do MEO, alavancado na convergência de serviços da PT, permite uma experiência de cliente única que é refletida: (1) na faturação, através de uma fatura e valor único para todo o lar, permitindo total controlo de custos; (2) no *self-care*, com um portal *online* de *self-care* integrado para todos os produtos e serviços; (3) no CRM, permitindo uma visão integrada do cliente, e (4) nas vendas, dando aos clientes PT uma experiência integrada online e nas lojas. A oferta M4O permite às famílias terem acesso a mais serviços e de qualidade superior, por uma mensalidade de 79,99 euros, incluindo dois cartões *SIM*.

As receitas de serviço do segmento Residencial atingiram 700 milhões de euros em 2012, um aumento de 4,5% face a 2011. No 4T12 (+4.9% face ao 4T11), apresenta uma aceleração quando comparado com o 3T12 (+4,3% face ao 3T11). A taxa de crescimento das receitas de serviço observada no 4T12 foi a mais elevada dos últimos 6 trimestres. Este desempenho notável foi alcançado num contexto de elevado sucesso da oferta *triple-play* do MEO (voz, banda larga e TV por subscrição), beneficiando do esforço incansável para transformar a oferta residencial da PT de um legado de voz fixa para uma base de clientes *triple-play*. Em 2012, as receitas operacionais do segmento Residencial aumentaram 4,3% face a 2011, para 712 milhões de euros.

A oferta MEO é altamente diferenciadora, mais competitiva e mais imune a condições económicas menos favoráveis, continuando assim a apresentar resultados sólidos. Em resultado deste sucesso, o peso dos serviços não voz no segmento Residencial atingiu 63,4% das receitas em 2012 (+4,9pp face a 2011) e o peso das receitas de tarifas planas atingiu 87,2% (+2,1pp face a 2011).

## Pessoal

Em 2012, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e de banda larga, aumentou 1,5% face a 2011, invertendo a tendência no 4T12 face aos últimos 5 trimestres (3T12: -1,1%; 2T12: -1,1%; 1T12: -0,9%; 4T11: -0,5%; 3T11: 0,0%). Em 2012, os clientes móveis do segmento Pessoal registaram 92 mil adições líquidas, alavancadas pelo sólido desempenho dos clientes prépagos (62 mil adições líquidas) e póspagos (30 mil adições líquidas em 2012) da TMN, sustentado: (1) no forte desempenho dos planos tarifários "e nunca mais acaba"; (2) no posicionamento dos planos tarifários "Moche", e (3) no sucesso comercial dos planos tarifários "Unlimited". Os planos de tarifas planas representavam 22,9% da base de clientes móveis do segmento Pessoal em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 2,9pp face a 2011.

| Dados operacionais • Segmento Pessoal | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Clientes móveis ('000) | 6.024 | 5.932 | 1,5% |
| Póspagos | 1.093 | 1.064 | 2,8% |
| Prépagos | 4.931 | 4.868 | 1,3% |
| Adições líquidas ('000) | 92 | (31) | n.s. |
| Póspagos | 30 | 42 | (30,2%) |
| Prépagos | 62 | (73) | 185,2% |
| MOU (minutos) | 93 | 89 | 5,0% |
| ARPU (euros) | 8,7 | 9,7 | (10,8%) |
| Cliente | 8,0 | 8,7 | (8,8%) |
| Interligação | 0,7 | 1,0 | (29,1%) |
| SARC (euros) | 27,9 | 27,8 | 0,1% |
| Dados em % das receitas de serviço (%) | 33,2 | 30,9 | 2,4pp |

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportada por uma rede de elevada qualidade que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para ir de encontro à necessidade cada vez maior de largura de banda por parte dos clientes e fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados, desenhados para integrar planos ilimitados, direcionados aos segmentos póspagos de maior valor e, no segmento prépago, para evitar a migração para planos tarifários de menor valor através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta de smartphones distinta, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 *smartphones*, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para usar em mobilidade (TV móvel – MEO GO!; aluguer de músicas – Music Box; aplicação de navegação – TMN *Drive*, e Cloud PT, que oferece 16Gb de espaço de armazenamento grátis), e (3) ofertas de banda larga móvel competitivas de até 150Mbps de velocidade, em 4G-LTE, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional *WiFi* da PT, a rede líder do mercado. A estratégia *WiFi* da PT inclui a autenticação automática do cliente, suportada no cartão SIM (EAP-SIM), com configuração padrão do terminal ou *over-the-air*, e transferência automática de tráfego 3G / 4G-LTE para WiFi sempre que o equipamento tem cobertura *WiFi*. Desta forma, o serviço *WiFi* é um claro complemento da cobertura 3G e 4G-LTE a nível de tráfego de dados, aumentando assim a mobilidade e a satisfação do cliente e, em último caso, a sua fidelidade.

Em março de 2012, a PT anunciou a sua estratégia de 4G-LTE através do lançamento de uma oferta de banda larga móvel que altera estruturalmente o mercado. Atualmente, a oferta 4G-LTE da PT permite: (1) velocidades de até 150Mbps; (2) o acesso a canais de TV em direto, através do MEOGo!, e ao serviço de música, através do MusicBox, e (3) MultiSIM, que permite a partilha de tráfego entre vários dispositivos, incluindo o computador, através de uma placa móvel, o *tablet* e o *smartphone*. À data de lançamento, o serviço 4G-LTE da PT estava disponível para 20% da população portuguesa e foi alargada para 90% da população no final de 2012. A PT está a comercializar os seus serviços de banda larga móvel 4G-LTE através das marcas TMN 4G e MEO 4G, com o objetivo de alavancar nos vários atributos e pontos fortes de cada marca. As ofertas comerciais têm velocidades desde 50Mbps a 150Mbps e preços de retalho mensais que começam em 34,99 euros, com um desconto de 50% por um período de 4 meses num programa de fidelização de 24 meses para os primeiros clientes, e incluem ainda o serviço MusicBox gratuito. Os clientes de TMN 4G e MEO 4G que também sejam clientes MEO têm acesso gratuito a 50 canais de TV em direto através do serviço MEOGo!. De outra forma, o serviço MEOGo! tem um preço de retalho mensal de 7,99 euros. Ainda em março de 2012, como parte do enfoque estratégico em inovação, a TMN anunciou um novo serviço de pagamento móvel, sob a marca "TMN Wallet", que permite aos clientes pagar pequenas compras através de um dos seguintes meios: (1) SMS; (2) USSD; (3) NFC - Near Field Communication, e (4) código QR. Este serviço está

disponível para todos os tipos de telefones móveis, incluindo smartphones, e encontra-se atualmente em período experimental.

Em janeiro de 2013, na sequência do lançamento da oferta *quadruple-play* da MEO, a TMN reposicionou os seus planos tarifários de dados e voz. No segmento póspago, os planos tarifários "unlimited" têm quatro tarifários distintos: (1) "unlimited S", que oferece 600MB de *internet* no telemóvel ("internetnotelemóvel") e acesso *wifi* ilimitado acrescido de 100 minutos ou SMS para todas as redes, por 15,9 euros por mês; (2) "unimited M", que oferece 1GB de *internet* no telemóvel e acesso *wifi* ilimitado acrescido de chamadas *on-net* ilimitadas e 120 minutos ou SMS para todas as outras redes, por 29,9 euros por mês; (3) "unlimited L", que oferece 1GB de internet no telemóvel e acesso wifi ilimitado acrescido de chamadas e SMS ilimitadas para todas as redes, por 39,9 euros por mês, e (4) "unlimited XL", que oferece 5GB de *internet* no telemóvel e acesso *wifi* ilimitado acrescido de chamadas e SMS ilimitadas para todas as redes, por 69,9 euros por mês. Todos estes tarifários incluem o MusicBox, que de outra forma tem um preço que varia entre 4,99 e 6,99 euros por mês, dependendo se é ou não cliente TMN. No segmento prépago, a TMN alargou a versão diária do plano tarifário "e nunca mais acaba" para incluir chamadas e SMS ilimitadas para TMN e redes fixas permitindo converter os 20 euros da mensalidade em chamadas e SMS para as outras redes. Este plano tarifário também inclui videochamadas para a TMN e pode ser configurado com uma opção de 500MB de internet no telemóvel por 25 euros por mês. A TMN também alargou a oferta "Moche", para clientes abaixo dos 25 anos, incluindo 1GB de *internet* no telemóvel na mensalidade ou em carregamentos acima de 11 euros. Os planos tarifários "Moche" também incluem SMS para todas as redes, dando assim mais liberdade aos seus clientes quando comparado com outros planos tribais. Estas mudanças na estrutura tarifária da TMN surgiram em resposta a movimentos tarifários no mercado e foram destinadas a assegurar que a TMN continua a ser a melhor compra no mercado.

Em 2012, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 9,1% face a 2011, para 561 milhões de euros. No 4T12 (-9.1% face ao 4T11) as receitas de cliente apresentaram uma melhoria quando comparado com o 3T12 (-11,2% face ao 3T11), o que é uma tendência notável considerando a situação económica desafiante. As recargas mensais diminuíram 5,8% em 2012 face a 2011 tendo permanecido voláteis durante o ano. Adicionalmente, a contínua agressividade ao nível dos preços, tanto em voz como em banda larga móvel, continua a pressionar os preços de retalho e o ARPU de cliente. As receitas de cliente refletem também uma quebra de receitas proveniente dos serviços de banda larga móvel, num contexto de elevada popularidade da banda larga fixa, de concorrência nos preços e de migração para planos tarifários de menor valor, não obstante o forte crescimento das receitas de "internetnotelemóvel" sustentadas no aumento da penetração de *smartphones*. Em 2012, as receitas de interligação diminuíram 29,3% face a 2011 para 48 milhões de euros, o que também contribuiu para a diminuição de 11,1% das receitas de serviço em 2012 face a 2011. Como referido anteriormente, as MTRs diminuíram de 3,5 cêntimos de euro no início de 2012 para 1,27 cêntimos de euro em 31 de dezembro de 2012. O ARPU do segmento Pessoal foi de 8,7 euros (-10,8% face a 2011) e o ARPU de cliente foi de 8,0 euros (-8.8% face a 2011). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 33,2% em 2012 (+2,4pp face a 2011), refletindo o sólido desempenho dos serviços de dados móvel "internetnotelemóvel".

Como referido anteriormente, em janeiro de 2013 a PT lançou o $M_4O$, o primeiro serviço *quadruple-play*, verdadeiramente convergente fixo-móvel incluindo TV, internet, telefone e telemóvel com voz e SMS ilimitados para todas as redes móveis. Este novo serviço convergente quadruple-play está ancorado na oferta única de triple-*play* do MEO e é dirigida para diferenciar ainda mais os serviços móveis oferecidos no segmento Pessoal, afastando-se assim da concorrência de preços.

# 06 Evolução dos negócios

## Empresas

O segmento Empresas (segmento B2B – business to business) inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas para mais do que a conetividade, aproveitando oportunidades no setor das TIC, sustentadas em soluções avançadas para empresas e em investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e à virtualização.

Em 2012, a PT desenvolveu e implementou uma abordagem de três níveis para o mercado B2B centrada em serviços de valor acrescentado: (1) Residencial+, que coloca à disposição das *micro* empresas soluções de voz e banda larga fixa e móvel; (2) Connected+, que fornece conectividade multi-empregado para pequenas e médias empresas, incluindo soluções de mobilidade para os funcionários itinerantes, e soluções simplificadas de *software*, e (3) Integrated+, que fornece comunicações unificadas, outsourcing de serviços de TIC, integração de aplicações, M2M e soluções específicos de TI/SI, *outsourcing* de processos de negócios (BPO) e consultoria de TI, incluindo abordagem *end-to-end* aos clientes, apoiando a transformação das suas TI através de consultoria de negócios, com o objetivo de alargar os serviços prestados a empresas ao vídeo, *multiscreen* e serviços convergentes altamente diferenciados. Serviços de *cloud*, incluindo IaaS, SaaS e PaaS, estão disponíveis para os três níveis definidos, alavancando em parcerias estratégicas para acelerar o acesso a tecnologias de ponta e estão hospedados no centro de dados da PT na Covilhã. Adicionalmente, a PT fornece soluções verticais numa base de *pay-per-use* desenhadas para empresas e/ou setores específicos.

No segmento de B2B, a PT disponibiliza uma vasta gama de soluções integradas e verticais. A PT continua a comercializar o Office-box para as PME, que permite soluções integradas com uma fatura única e numa lógica de preço por posto de trabalho respondendo às necessidades de comunicação de voz e de dados deste segmento: (1) de conectividade: voz e banda larga fixa e móvel; (2) de dispositivos: computadores, telefones fixos e móveis, routers e switches, e (3) de mobilidade: soluções de cloud incluindo domínios personalizados, contas de correio eletrónico, hospedagem de sites e software opcional. As soluções verticais dentro do Office-box incluem: (1) clínicas, proporcionando o acesso ao *software* Alert; (2) restaurantes, que oferece acesso ao *software* WinREST e ao MEO, e (3) hotéis, incluindo o acesso ao *software* de marketing e sistema de reserva online Guestcentric e ao Newhotel, um *software* de gestão completo. Para grandes empresas, a PT disponibiliza: (1) soluções integradas que permitem responder às necessidades de conectividade e de TI, customizadas e com gestor de conta dedicado, e (2) oferta integrada de comunicações unificada sem requisito de capex por empregado incluindo tarifa plana de voz, equipamento para o cliente e um conjunto completo de funcionalidades colaborativas. A oferta de *cloud* da PT, segura e inovadora, disponibiliza uma gama alargada de serviços, incluindo: (1) serviços de *web* como *webhosting, instant website*, hospedagem de base de dados e correio eletrónico; (2) serviços de segurança, que inclui segurança de *e-mail, backup* remoto, videovigilância e *clean pipes*; (3) recursos de TI, incluindo *desktop* remoto, servidores públicos e privados, SAP HANA e disco virtual, e (4) aplicações, como o *Microsoft Office 365, o Invoice Xpress, PHC Business FX* e *easy report*. Esta oferta *end-to-end* foi desenvolvida com recurso a parcerias estratégicas permitindo assim à PT para alavancar suas capacidades tecnológicas e de integração nos principais mercados onde opera, nomeadamente Portugal, Brasil e África.

As capacidades de TI e outsourcing de processos de negócios para clientes corporativos são alavancados na PT-SI, que fornece um serviço de TIC integrado e capacidade de outsourcing de TI/SI, e na PT PRO, que permite a oferta de BPO e serviços partilhados.

Como resultado desta estratégia abrangente, em 2012, a PT continuou a transformar seu negócio, através da oferta de novos serviços e da expansão das fronteiras dos seus mercados, tendência já observada nos resultados de 2012: (1) nas PME o peso dos serviços não-voz na receita aumentou de 32% em 2011 para 35% em 2012 (41% para 49% nas grandes empresas) e as receitas provenientes de clientes convergentes aumentaram para 57% no mesmo período (77% para empresas connected+), e (2) nas grandes empresas o peso de serviços não-voz esteve praticamente estável em 67% e as receitas de serviços de valor acrescentado, incluindo o *outsourcing*, os *managed services*, TI/SI, *BPO* e *cloud*, aumentou 5pp para 25%.

Em 2012, as PMEs continuaram a ser afetadas pela crise económica e por dificuldades no acesso ao financiamento, uma tendência que continua a levar a um aumento nos processos de falência. O contexto do segmento das grandes empresas foi marcado pelo enfoque contínuo de redução de custos, penalizando os volumes.

Em 2012, os clientes fixos de retalho do segmento Empresas atingiram 1.019 mil, tendo diminuído 68 mil clientes. Esse desempenho refletiu, principalmente, 101 mil desligamentos líquidos de linhas fixas, o que resultou: (1) da migração de grandes empresas dos serviços PSTN / RDIS clássicos para serviços de VoIP, que requerem menos linhas por cliente, (2) do nível de insolvências no segmento das PMEs, e (3) da migração fixo-móvel. As adições líquidas de banda larga e de TV por subscrição aumentaram ligeiramente, como resultado do upselling de serviços adicionais para as PMEs.

**Dados operacionais • Segmento Empresas**

| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 1.019 | 1.087 | (6,3%) |
| PSTN/RDIS | 725 | 826 | (12,3%) |
| Clientes de banda larga | 207 | 193 | 7,7% |
| Clientes de TV | 86 | 68 | 26,9% |
| RGU de retalho por acesso | 1,41 | 1,32 | 6,8% |
| Clientes móveis ('000) | 1.514 | 1.445 | 4,8% |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | (68) | (30) | (131,3%) |
| PSTN/RDIS | (101) | (46) | (119,3%) |
| Clientes de banda larga | 15 | 2 | n.s. |
| Clientes de TV | 18 | 14 | 27,8% |
| Clientes móveis ('000) | 69 | 56 | 23,5% |
| ARPU (euros) | 23,8 | 25,8 | (7,7%) |
| Receitas não-voz em % das receitas (%) | 50,3 | 46,4 | 3,8pp |

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 8,8% face ao período homólogo, para 896 milhões de euros em 2012, demonstrando uma melhoria sequencial ao longo do ano (4T12: -8,1% face ao 4T11; 3T12:-8,4% face ao 3T11; 2T12: -8,8% face ao 2T11 e 1T12: -9,8% face ao 1T11). O desempenho das receitas no segmento de Empresas também tem sido penalizado pela conjuntura económica, nomeadamente: (1) pelas iniciativas da administração pública relacionadas com corte de custos e redução significativa nos investimentos em novos projetos; (2) pelas iniciativas de redução de custos das grandes empresas, e (3) pelas pequenas e médias empresas, que tinham um comportamento resiliente em 2011, estão agora mais penalizadas pelo contexto económico e financeiro. Não obstante o cenário económico, a PT manteve uma sólida liderança tanto nas grandes empresas como nas PMEs, ancorada nos seus produtos e serviços diferenciados para ambos os segmentos de mercado acima referidos, permitindo à PT ganhar quota de mercado no segmento corporativo. Com efeito, em 2012 a PT ganhou

importantes projetos e clientes, o que deve traduzir no desempenho da receita em 2013. Em 2012, os serviços não-voz representaram 50,3% das receitas de retalho do segmento Empresas, aumentando 3,8pp face ao ano anterior.

## Desempenho financeiro consolidado em Portugal

Em 2012, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiram 191 milhões de euros (-6,6% face ao ano anterior) para 2.701 milhões de euros. Esse desempenho refletiu a queda de receita nos segmentos Empresas e Pessoal (86 milhões de euros e 80 milhões de euros, respectivamente), num contexto económico difícil, e menores receitas grossistas e outros negócios, incluindo eliminações intragrupo (54 milhões de euros), o que mais do que compensou a crescimento de 4,3% em 2012 face a 2011 no segmento Residencial (29 milhões de euros). As receitas grossistas, de outros negócios e eliminações decresceram para 405 milhões de euros (-11,9% face a 2011), principalmente como resultado de menores receitas associadas a: (1) postos públicos; (2) negócio de directorias; (3) circuitos alugados e acessos, incluindo preços mais baixos resultantes de decisões regulatórias adversas e menores volumes dado que os outros operadores continuam a construir redes, e (4) terminação de tráfego nacional e internacional, devido a menores volumes em certos serviços especiais geográficos e não-geográficos e terminações de tráfego indiretas.

Em 2012, as receitas em Portugal foram também penalizadas por movimentos de regulação adversos (36 milhões de euros), incluindo menores MTRs (27 milhões de euros) e *roaming* (3 milhão de euros). Excluindo os efeitos relacionados com a regulação, as receitas teriam diminuído 5,4% face ao período homólogo.

Num contexto de pressão nas receitas nos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas para controlar os custos e as iniciativas de transformação que estão a ser implementadas permitem à PT reduzir custos e manter um sólido desempenho a nível da margem EBITDA.

Em 2012, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações e PRBs diminuíram 5,5% face a 2011 (87 milhões de euros), para 1.500 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 4,2% face a 2011 (11 milhões de euros), para 242 milhões de euros, em resultado da reorganização implementada no 4T11, um menor nível de remunerações variáveis e extraordinárias e também maiores níveis de eficiência em certos processos internos. Os custos diretos diminuíram 4,8% em 2012 face a 2011 (23 milhões de euros), para 457 milhões de euros, refletindo principalmente menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTRs e menores custos de interligação em *roaming* (20 milhões de euros), e menores custos associados ao negócio de listas telefónicas (9 milhões de euros). Estas reduções foram parcialmente compensadas por custos mais elevados associados ao aumento do tráfego internacional (9 milhões de euros) e por maiores custos de programação (+2,1% face a 2011 para 123 milhões de euros em 2012) devido ao constante crescimento da base de clientes e ao investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO. Apesar deste investimento, os custos de programação por cliente diminuíram 17,7% face a 2011. Os custos diretos associados às soluções de TI/SI e outsourcing apenas cresceram 5 milhões de euros, num contexto de aumento do peso destes serviços nas receitas. Os custos comerciais diminuíram 8,2% em 2012 face a 2011 (26 milhões de euros), para 292 milhões de euros, refletindo: (1) menores custos com marketing e publicidade (12 milhões de euros), refletindo um forte enfoque na eficiência; (2) menores comissões (10 milhões de euros), o que se traduziu num desempenho sólido dado que foi obtido num contexto de contínuo crescimento de clientes refletindo assim menor churn, e (3) menores custos menores custos das mercadorias vendidas (4 milhões de euros), devido a menores vendas de equipamentos, subsídios mais baixos e menor custo médio dos terminais como resultado de contratos favoráveis estabelecidos com fornecedores chave. O bom desempenho em termos de churn é especialmente visível nos clientes de TV, não só porque os clientes de fibra têm menor *churn* do que os clientes ADSL e de satélite mas

também porque o churn tem vindo a diminuir em todas as tecnologias. As outras despesas operacionais diminuíram 5,0% em 2012 face a 2011, para 509 milhões de euros, devido a menores custos com manutenção e reparação, no seguimento da implementação da rede FTTH da PT, e menores custos com serviços de suporte. Os benefícios estruturais ao nível dos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e 4G-LTE e da transformação extensiva no programa de *field force* continuam a ser visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura.

Em 2012, o EBITDA em Portugal ascendeu a 1.201 milhões de euros (-8,0% face a 2011), com uma margem sólida de 44,5% (-0,7pp face a 2011). O desempenho do EBITDA refletiu principalmente a diminuição das receitas de serviço (194 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 171 milhões de euros, enquanto o EBITDA apenas diminuiu 105 milhões de euros, em resultado de menores custos operacionais que resultam de medidas de contexto, mas também do facto de que as novas tecnologias são mais eficientes.

| **Informação financeira • op. de telecomunicações portuguesas** | | | **Milhões de euros** |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| **Receitas operacionais** | **2.700,5** | **2.892,0** | **(6,6%)** |
| Residencial | 711,7 | 682,3 | 4,3% |
| Receitas de serviço | 700,1 | 670,2 | 4,5% |
| Vendas e outras receitas | 11,5 | 12,0 | (4,4%) |
| Pessoal | 688,1 | 768,4 | (10,4%) |
| Receitas de serviço | 609,3 | 685,4 | (11,1%) |
| Receitas de cliente | 561,4 | 617,7 | (9,1%) |
| Receitas de interligação | 47,9 | 67,7 | (29,3%) |
| Vendas e outras receitas | 78,8 | 83,0 | (5,0%) |
| Empresas | 896,0 | 982,1 | (8,8%) |
| Serviços a prestadores, outros e eliminações | 404,7 | 459,2 | (11,9%) |
| **Custos operacionais** | **1.499,8** | **1.586,5** | **(5,5%)** |
| Custos com pessoal | 241,8 | 252,5 | (4,2%) |
| Custos directos dos serviços prestados | 457,1 | 480,3 | (4,8%) |
| Custos comerciais | 292,2 | 318,3 | (8,2%) |
| Outros custos operacionais | 508,7 | 535,4 | (5,0%) |
| **EBITDA** [(1)] | **1.200,7** | **1.305,5** | **(8,0%)** |
| Custos com benefícios de reforma (PRBs) | 51,8 | 53,9 | (3,9%) |
| Amortizações | 681,2 | 703,2 | (3,1%) |
| **Resultado operacional** [(2)] | **467,8** | **548,4** | **(14,7%)** |
| Margem EBITDA [(3)] | 44,5% | 45,1% | (0,7pp) |
| Capex | 555,5 | 647,0 | (14,1%) |
| Capex em % das receitas operacionais | 20,6% | 22,4% | (1,8pp) |
| EBITDA menos Capex | 645,3 | 658,5 | (2,0%) |

**(1)** EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. **(2)** Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. **(3)** Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

Em 2012, o capex foi de 555 milhões de euros, refletindo um crescimento significativo da base de clientes, nomeadamente no *triple-play*. O capex de cliente atingiu 180 milhões de euros em 2012 (-2,5% face a 2011), representando 32% do capex total em Portugal. O decrescimo do capex de cliente foi registado em particular no 2S12 (3T12: -12,3% face ao 3T11e 4T12: -23,5% face ao 4T11) na medida em que no 1S12 se observou um forte crescimento da base de clientes num contexto mais favorável. A diminuição do capex de cliente reflete: (1) uma redução dos custos unitários dos equipamentos; (2) menores adições líquidas de clientes, e (3) menor *churn* nos

serviços de TV por subscrição e de banda larga. Em 2012 o capex de infraestrutura diminuiu 27,0% face a 2011, para 266 milhões de euros (-42,2% no 4T12 face ao 4T11 para 89 milhões de euros), em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nomeadamente no período 2008-2011, na implementação da rede de fibra, na modernização da rede 2G já preparada para 4G-LTE, e no reforço da cobertura e capacidade das redes 3G e 3,5G, levando agora a uma diminuição do capex em tecnologia, não obstante o investimento na implementação da rede 4G-LTE. Em 2012, o capex excluindo o capex de cliente e o capex de infraestrutura foi de 109 milhões de euros (+12,1% face a 2011) refletindo essencialmente o investimento na construção do data centre da PT na Covilhã.

Em 2012, o EBITDA menos capex diminuiu 2,0% face a 2011 para 645 milhões de euros. No futuro, particularmente em 2013, o capex no negócio de telecomunicações em Portugal irá continuar a diminuir à medida em que o desenvolvimento da das redes FTTH e 4G-LTE fique concluído e apesar do investimento no data centre. O capex no negócio de telecomunicações em Portugal deverá diminuir mais de 50 milhões de euros em 2013, quando comparado com 2012.

## Negócios Internacionais

### Oi

A Oi reorganizou as suas unidades de negócios, tendo como objetivo alterar a visão por produtos para uma visão por clientes, tendo definido três segmentos de cliente principais com as seguintes prioridades: (1) Residencial: alavancar na maior base de clientes residenciais do Brasil; (2) Mobilidade Pessoal: melhorar a competitividade para expandir a quota de mercado, e (3) Empresarial / PMEs: enfoque em manter a posição de liderança no segmento e entrar em novos mercados. Como parte da reorganização, a empresa implementou também uma estratégia comercial mais ativa, incluindo a criação de estruturas comerciais regionais e reestruturou a sua rede de distribuição e reforçou os investimentos em rede, tecnologia e inovação.

| Dados operacionais • Oi | | | |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| **Residencial (RGUs '000)** | **18.337** | **17.810** | **3,0%** |
| Linhas fixas | 12.478 | 13.046 | (4,4%) |
| Clientes de Banda larga fixa | 5.102 | 4.412 | 15,6% |
| Clientes de TV por subscrição | 757 | 351 | 115,7% |
| ARPU (R$) | 69,2 | 65,0 | 6,2% |
| **Mobilidade Pessoal** | **46.305** | **43.264** | **7,0%** |
| Clientes prépago | 39.832 | 37.978 | 4,9% |
| Clientes póspago + Oi controle | 6.472 | 5.285 | 22,5% |
| **Empresas** | **8.971** | **7.848** | **14,3%** |
| Linhas fixas | 5.422 | 5.083 | 6,7% |
| Clientes de Banda larga | 594 | 523 | 13,6% |
| Clientes móveis | 2.955 | 2.242 | 31,8% |
| **Outros** | **727** | **771** | **(5,7%)** |
| **RGUs ('000)** | **74.339** | **69.693** | **6,7%** |

# 06 Evolução dos negócios

Em 2012, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 74.339 mil, um aumento de 6,7% face a 2011, incluindo: (1) 18.337 mil RGUs residenciais (+3,0% face a 2011); (2) 46.305 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentou 7,0% face a 2011, e (3) 8.971 mil RGUs do segmento Empresas, um aumento de 14,3% face a 2011.

Em 2012, no segmento Residencial, a Oi apresentou uma desaceleração contínua na tendência de perda de linhas (1T12: -7,8% face ao 1T11; 2T12: -6,2% face ao 2T11; 3T12: -5,0% face ao 3T11, e 4T12: -4,4% face ao 4T11), um crescimento sólido da banda larga fixa (+15,6% face a 2011 para 5.102 mil) e uma aceleração do crescimento da TV por subscrição, que atingiu 757 mil (+115,7% face a 2011). Este desempenho continua a confirmar a inversão da tendência histórica da rede fixa, sustentada pelo fortalecimento das ofertas convergentes e pelo aumento das velocidades de banda larga, o que reforça a fidelização dos clientes da rede fixa, levando ao crescimento do ARPU residencial. A penetração da banda larga e da TV por subscrição nas linhas fixas do segmento Residencial alcançou 40,9% e 6,1% (aumentando 7,1pp e 3,4pp em 2012, respetivamente). A velocidade média da banda larga da base de clientes residenciais da Oi era de 3,1Mbps em 31 de dezembro de 2012, o que compara com 2,5 Mbps em 31 de dezembro de 2011, refletindo que 31,0% (+7pp face a 2011) e 14,0% (+3pp face a 2011) dos clientes de banda larga da Oi têm já velocidades acima dos 5 Mbps e 10 Mbps, respetivamente.

Durante 2012, a Oi continuou a investir na sua oferta de TV por subscrição, que é central para a sua estratégia, com o objetivo de aumentar o número de unidades geradoras de receita (RGUs) por cada cliente único na medida em que aumenta a fidelização dos clientes. Como referido anteriormente, os clientes de TV aumentaram 115.7% para 757 mil, em 31 de dezembro de 2012 e 6,0% (+3,3 pp face ao ano anterior) dos clientes do segmento Residencial da Oi já subscrevem TV por subscrição. O foco na convergência, *double e triple-play* levou a um aumento de 6,8pp, para 53,4%, do peso de clientes únicos da Oi que subscrevem mais de um serviço. É importante realçar que em 2012 a Oi duplicou a percentagem da base de clientes com contratos de fidelização para 60%. Isso reflete não só as adições brutas para a base de clientes da Oi, mas também a migração de clientes existentes para estes planos tarifários que se traduz na redução do *churn*. O ARPU no segmento Residencial aumentou 6,2% em 2012.

Em 2012, as receitas do segmento Residencial da Oi diminuiram 5,0% face a 2011 para 9.974 milhões de reais, demonstrando uma forte melhoria ao longo do ano (4T12: +2.1% face ao 4T11; 3T12: -3,8% face ao 3T11; 2T12: -7,6% face a 2T11 e 1T12: -11,5% face ao 1T11), devido à contribuição positiva das receitas dos serviços de banda larga e de TV por subscrição em conjunto com a redução significativa do churn das linhas fixas. Este desempenho é explicado por uma oferta mais abrangente que, através de ofertas convergentes, reforçou a fidelidade dos clientes da rede fixa, levando ao aumento do ARPU do segmento residencial (+6,2% face a 2011).

No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 46.305 (+7,0% face a 2011) com adições líquidas de 3.041 mil em 2012. A Oi continuou focada no crescimento no segmento de alto valor e no segmento póspago, no aumento da penetração de dados e serviços de valor acrescentado e no aumento da rentabilidade do segmento prépago. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes póspagos aumentaram 22,5% em 2012 face a 2011, atingindo 6.472 mil clientes, com 1.187 mil adições líquidas em 2012. O peso dos clientes póspagos no segmento de Mobilidade Pessoal aumentou para 14,0% em 31 de dezembro de 2012 (+1,8pp face ao período homólogo). Este desempenho é explicado, principalmente, pelo aumento das vendas, alavancandas em ofertas redesenhadas e simplificadas e numa maior capilaridade dos canais de retalho e pelo menor churn, alcançado através de uma melhor adequação dos planos tarifários às necessidades dos clientes do aumento do peso de clientes com contratos de fidelização. Os planos principais são: (1) Oi Conta, que oferece serviços ilimitados de voz fixa e on-net, internet no telemóvel, SMS e acesso WiFi; (2) Oi smartphone, que oferece todos os serviços do Oi

Conta com um desconto para a aquisição de um telemóvel; (3) Oi Conta Total, um serviço quadruple-play, que combina voz móvel e banda larga bem como serviços triple-play.

Os clientes prépagos ascenderam a 39.832 mil em 2012, um aumento de 4,9% face a 2011, representando 86,0% da base de clientes do segmento Mobilidade Pessoal da Oi. Este desempenho foi sustentado pelo enfoque da estratégia da Oi em aumentar a rentabilidade da base de clientes, com a Oi a observar um crescimento consistente das recargas mensais, acima do crescimento das receitas. Em 2012, a Oi continuou a expandir a rede de retalho através do aumento da capilaridade dos pontos de venda e do aumento dos pontos de recarga e distribuição de cartões SIM, trazendo assim maior comodidade e proximidade aos seus clientes. Em novembro de 2012, a Oi lançou a internet móvel pré-paga para tablets e computadores e acesso de banda larga móvel para computadores, permitindo diversas opções de carregamento: diária, semanal e mensal, com duas capacidades diferentes.

Em 2012, as receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi ascenderam a 9.102 milhões de reais, tendo aumentado 11,1% face a 2011. As receitas de serviço da Oi aumentaram 9,0% face a 2011 para 6.276 milhões de reais, suportadas por: (1) maiores receitas de mensalidades devido ao aumento da base de clientes póspagos; (2) aumento das receitas de tráfego, suportado pelo aumento dos clientes prépagos, e (3) maiores receitas de SMS e de dados e serviços de valor acrescentado, em linha com a forte expansão dos serviços 3G.

Os clientes do segmento Empresas da Oi ascenderam a 8.971 mil em 2012, um aumento de 14,3% face a 2011, impulsionado pelo aumento dos clientes fixos (+6,7% face a 2011), de banda larga fixa (+13,6% face a 2011) e móveis (+31,8% face a 2011). O crescimento de clientes no segmento Empresas foi sustentado pelo crescimento de dados e pela expansão do portfólio de serviços de valor acrescentado. Estas iniciativas estão alinhadas com a estratégia de aumentar o enfoque neste segmento, alavancando na penetração móvel e no reforço da sua oferta de TI. Para o segmento de grandes empresas, a Oi apresentou o portal da Oi Smart Cloud que funcionará como uma loja virtual para empresas que queiram obter infraestrutura como um serviço e para obterem mais informação sobre produtos de data centre e infraestrutura.

Em 2012, as receitas do segmento Empresas da Oi aumentaram 0,5% face a 2011 para 8.510 milhões de reais. Este crescimento foi sustentado pelo aumento das receitas com assinaturas mensais e de serviços de voz avançada, pelo crescimento da base de clientes póspagos também ligado a maior utilização de dados no telemóvel e serviços de valor acrescentado e serviços de TI.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 49.259 mil (+8,2% face a 2011), com 3.753 mil adições líquidas em 2012 e 25,2 milhões de adições brutas. Em 2012, a Oi esteve focada em crescer no segmento de alto valor, através do aumento do alcance dos seus canais de retalho, da simplificação dos seus planos tarifários, do lançamento de campanhas de *smartphones* e da intensificação das campanhas de *marketing*. Como resultado, a Oi foi a única operadora no mercado brasileiro com a quota de póspagos a crescer de forma significativa (+2,8pp face ao ano anterior para 15,8%).

As iniciativas para reforçar os canais de distribuição, tais como o aumento de lojas próprias, mudanças no modelo de comissões e aumento da formação dos agentes de vendas, contribuíram também para sustentar o desempenho operacional em todos os segmentos nos últimos trimestres. Em 2012, a Oi ampliou a sua cobertura 3G para 73% da população urbana brasileira, estando presente em 692 municípios (+ 420 municípios e 30 milhões

de pessoas em 2012).

| Receitas consolidadas pro-forma [1] • Oi | Milhões de reais, 100% | | |
|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
| **Residencial** | **9.974** | **10.501** | **(5,0%)** |
| **Mobilidade pessoal** | **9.102** | **8.190** | **11,1%** |
| Serviços | 6.276 | 5.757 | 9,0% |
| Uso de rede | 2.337 | 2.398 | (2,5%) |
| Material de revenda | 489 | 36 | n.s. |
| **Empresas** | **8.510** | **8.470** | **0,5%** |
| **Outros serviços** | **556** | **746** | **(25,5%)** |
| **Receita líquida proforma** | **28.142** | **27.907** | **0,8%** |

**(1)** Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

Em 2012, as receitas líquidas consolidadas pro-forma da Oi, como divulgadas pela Oi, aumentaram 0,8% face a 2011, para 28.142 milhões de reais, um crescimento impulsionado principalmente pelo segmento de Mobilidade Pessoal.

| Demonstração dos resultados pro-forma [1] • Oi | Milhões de reais, 100% | | |
|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
| **Receita líquida pro-forma** | **28.142** | **27.907** | **0,8%** |
| **Custos operacionais pro-forma** | **19.340** | **19.141** | **1,0%** |
| Interligação | 4.414 | 4.651 | (5,1%) |
| Custos com pessoal | 2.016 | 1.884 | 7,0% |
| Materiais | 156 | 191 | (18,3%) |
| Custo das mercadorias vendidas | 542 | 232 | 133,6% |
| Serviços de terceiros | 8.236 | 7.607 | 8,3% |
| Publicidade e propaganda | 475 | 559 | (15,0%) |
| Alugueres e seguros | 1.813 | 1.658 | 9,3% |
| Provisão para cobrança duvidosa | 595 | 826 | (28,0%) |
| Outras desp. (rec.) operac. | 1.092 | 1.532 | (28,7%) |
| **EBITDA pro-forma** | **8.801** | **8.766** | **0,4%** |
| Margem EBITDA | 31,3% | 31,4% | (0,1pp) |

**(1)** Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

Em 2012, o EBITDA, como reportado pela Oi, manteve-se estável em 8.801 milhões de reais, incluindo 0.2 mil milhões de reais relativos a ganhos não recorrentes que foram reclassificados abaixo de EBITDA nas contas da PT. A margem EBITDA foi de 31,3%. Os custos operacionais aumentaram 1,0% para 19.340 milhões de reais, em resultado de aumentos em: (1) serviços de terceiros (+8,3% face a 2011), principalmente devido ao aumento das vendas, dos custos com conteúdos relacionados com o serviço de TV por subscrição e a maiores custos de logística relacionados com a nova estratégia de marketing de equipamentos; (2) custo das mercadorias vendidas (+133,6% face a 2011), explicado pelo retorno da Oi ao mercado de equipamentos, em linha com a sua estratégia de se focar no segmento de elevado valor, e (3) custos com pessoal (+7,0% face a 2011), em resultado do aumento do número de colaboradores e da reorganização para criar novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional. Adicionalmente, o EBITDA também reflete a diminuição dos custos

de interligação (-5,1% face a 2011 para 4.414 milhões de reais), redução dos custos de marketing (-15,0% face a 2011 para 475 milhões de reais), menores provisões para cobranças duvidosas (-28,0% face a 2011 para 595 milhões de reais) e redução nos outros custos operacionais (-28,7% face a 2011 para 1.092 milhões de reais). O desempenho dos outros custos operacionais foi positivamente impactada pelo ganho obtido com a alienação não reversível da empresa subsidiária detentora de aproximadamente 1.200 torres móveis pelo valor de 516 milhões de reais. Esta operação está em linha com a estratégia da Oi de simplificar o seu balanço através da monetização de ativos não estratégicos, permitindo assim uma maior concentração nas operação core da empresa.

## Outros ativos internacionais

Em 2012, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 22,8% face a 2011, para 547 milhões de euros, e aumentaram o EBITDA em 22,1% face a 2011, para 263 milhões de euros, em resultado do sólido desempenho operacional e financeiro da maioria dos ativos internacionais da PT, não obstante um elevado nível de penetração em alguns mercados, e também de efeitos cambiais positivos.

| **Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais [1]** | | | **Milhões de euros** |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| **Receitas operacionais** | **547,1** | **445,7** | **22,8%** |
| **EBITDA [2]** | **263,3** | **215,6** | **22,1%** |
| Amortizações | 57,8 | 47,5 | 21,7% |
| **Resultado operacional [3]** | **205,5** | **168,1** | **22,3%** |
| Margem EBITDA [4] | 48,1% | 48,4% | (0,2pp) |

**(1)** Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. **(2)** EBITDA = resultado operacional + amortizações. **(3)** Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. **(4)** Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

| **Destaques dos principais ativos em África e na Ásia (2012) [1]** | | | | | | | **Milhões (financeiros)** | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Posição** | **Rec. local** | **Δ11/12** | **EBITDA local** | **Δ11/12** | **Margem** | **Rec. euro** | **EBITDA euro** |
| Unitel, Angola [2] [4] | 25,00% | 2.043 | 14,5% | 1.186 | 18,1% | 58,1% | 1.590 | 923 |
| MTC, Namíbia [3] [4] | 34,00% | 1.901 | 18,2% | 904 | 12,4% | 47,5% | 180 | 86 |
| CVT, Cabo Verde [3] [4] | 40,00% | 8.336 | (9,6%) | 4.114 | (5,3%) | 49,4% | 76 | 37 |
| CST, S.Tomé e Princípe [3] [4] | 51,00% | 293.723 | 0,4% | 73.061 | 3,5% | 24,9% | 12 | 3 |
| CTM, Macau [2] | 28,00% | 4.922 | 23,7% | 1.359 | 3,5% | 27,6% | 480 | 132 |
| Timor Telecom, Timor-Leste [3] | 41,12% | 75 | 12,4% | 42 | 12,4% | 55,8% | 58 | 32 |

**(1)** Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. **(2)** Método de equivalência patrimonial. **(3)** Método de consolidação integral. **(4)** Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Em 2012, as receitas e o EBITDA da Unitel, em dólares americanos, aumentaram 14,5% para 2.043 milhões de dólares e 18,1% para 1.186 milhões de dólares, face a 2011. Em 2012, a Unitel apresentou um forte desempenho operacional e financeiro, suportado por campanhas bem sucedidas cujo objetivo foi a promoção da utilização do serviço de voz e o aumento da penetração da banda larga móvel. A Unitel lançou também diversas iniciativas destinadas a reforçar os canais de distribuição e melhorar a qualidade da sua rede.

Em 2012, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 18,2% e 12,4% face a 2011, atingindo 1.901 milhões de dólares namibianos e 904 milhões de dólares namibianos, respetivamente. Em 2012, a margem EBITDA foi de 47,5%. As receitas de dados representaram 22,9% das receitas de serviço, uma das mais elevadas do continente africano. Em 2012, a MTC centrou a sua atividade comercial e de *marketing*: (1) no lançamento de serviços 4G; (2)

no desenvolvimento de campanhas para promover a utilização de serviços, e (3) em impulsionar o crescimento dos clientes de banda larga, sob a marca Netman. O aumento do capex da MTC em 2012 reflete os investimentos no cabo submarino em África, na fibra ótica e na rede 4G, que se traduzirá em crescimento futuro.

Em 2012, as receitas da CVT diminuíram 9,6% face a 2011 para 8.336 milhões de escudos cabo-verdianos e o EBITDA dimimuíu 5,3% face a 2011 para 4.114 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 49,4%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC 12). Excluindo estes efeitos, as receitas teriam diminuído 1,4% face a 2011 enquanto o EBITDA teria diminuído 3,4% face ao mesmo período. As receitas e o EBITDA foram principalmente impactados pelo efeito adverso das receitas grossistas (-11,2% face a 2011). Em 2012, as receitas móveis e fixas foram impactadas positivamente pelo crescimento das receitas de dados. Durante 2012, a CVT lançou várias ofertas comerciais, tanto no móvel como no fixo, destinadas a promover a utilização e fidelidade dos clientes, incluindo: (1) novas ofertas de banda larga suportadas em serviços 3G; (2) Powa Swag – um tarifário para os mais jovens; (3) Grilo ao Segundo – um novo tarifário *all-net*, e (4) *vouchers* internacionais. Os clientes de banda larga e de IPTV representavam 27,8% e 9,8% da base de clientes de rede fixa, respetivamente.

Em 2012, as receitas e o EBITDA da CST aumentaram 0,4% e 3,5% face a 2011, para 293.723 milhões de dobras são-tomenses e para 73.061 milhões de dobras são-tomenses, respetivamente. A margem EBITDA foi de 24,9%. Em 2012, a CST lançou o seu serviço 3G. Em 2012, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 72% de penetração (+3pp face a 2011).

Em 2012, as receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 23,7% e 3,5% face a 2011, para 4.922 milhões de patacas e para 1.359 milhões de patacas, respetivamente. A margem EBITDA foi de 27,6%. O crescimento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos. As receitas de dados representavam 26,1% das receitas de serviço móvel. Em 2012, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração de smartphones e de banda larga móvel.

Em 2012, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom situaram-se em 75 milhões de dólares (+12,4% face a 2011) e 42 milhões de dólares (+12,4% face a 2011), respetivamente. A margem EBITDA manteve-se estável em 55,8%. Em 31 de dezembro de 2012, a Timor Telecom atingiu 629 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 16,8% das receitas de serviço móvel. Em 2012, a Timor Telecom lançou novos planos de preços com tarifas mais competitivas e diversas campanhas para estimular o serviço de voz e de dados, com resultados positivos nos níveis de utilização e na geração de receitas, tendo também reforçado a sua rede de distribuição.

# 07
# Recursos humanos

| Dados de colaboradores | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Número de colaboradores** | **2012** | **2011** | **y.o.y** | **y.o.y %** |
| Portugal | 11.359 | 11.180 | 179 | 1,6% |
| Telecomunicações | 7.637 | 7.535 | 102 | 1,4% |
| Outros negócios | 3.722 | 3.645 | 77 | 2,1% |
| Brasil | 57.177 | 59.621 | (2.444) | -4,1% |
| Telecomunicações - Oi | 9.412 | 7.892 | 1.520 | 19,3% |
| Outros negócios | 47.765 | 51.729 | (3.964) | -7,7% |
| Outras áreas geográficas | 1.567 | 1.546 | 21 | 1,4% |
| **Colaboradores do Grupo** | **70.103** | **72.347** | **(2.244)** | **-3,1%** |
| | | | | |
| **Custo médio anual por colaborador (Euro)** [1] | | | | |
| Portugal | 33.648 | 34.096 | | (1,3%) |
| Telecomunicações | 31.913 | 34.375 | | (7,2%) |
| Brasil | 11.689 | 11.757 | | (0,6%) |
| Telecomunicações - Oi | 28.677 | 28.277 | | 1,4% |
| **Grupo** | **15.407** | **15.419** | | **(0,1%)** |

(1) Em 2011 o custo médio annual por empregado no Brasil foi anualizado.

Em 31 dezembro de 2012, o número de colaboradores da PT diminuiu 3,1% face a 2011 para 70.103, dos quais 16,2% estavam nos negócios em Portugal. O número total de colaboradores diminuiu 2.244, refletindo principalmente a diminuição de 2.444 colaboradores no Brasil.

Em 2012, o custo médio anual por colaborador na PT manteve-se estável face a 2011 em 15.407 euros.

## Negócios em Portugal

Nos negócios em Portugal, o número total de colaboradores aumentou 1,6% face a 2011 para 11.359, em resultado da retenção de jovens talentos (estagiários), equipas operacionais e comerciais.

Em 2012, o custo médio anual por colaborador no negócio de telecomunicações em Portugal diminuiu 7.2% face a 2011 para 31.913 euros, em resultado da reorganização implementada no 4T11, um menor nível de remunerações variáveis e extraordinárias e também maiores níveis de eficiência em certos processos internos.

Com o objetivo de renovação dos seus colaboradores, a PT tem um processo de recrutamento estruturado para jovens talentos - Estagiários - os melhores alunos das melhores universidades portuguesas – e equipas operacionais e comerciais.

# 07 Recursos humanos

Em 2012, foram integrados 100 alunos no programa de Trainees e 270 colaboradores nas equipas operacionais e comerciais. Este é um programa de dois anos que envolve cerca de 50 departamentos da empresa e tem um acompanhamento muito próximo da Comissão Executiva.

Focalizando-se nos talentos internos, a PT reforçou os programas de retenção, em duas perspectivas:

- Desenvolvimento de futuros líderes;
- Retenção de know-how específico.

Durante 2012, o programa foi implementado para 1.000 colaboradores de alto potencial, de diferentes categorias na carreira. As ações de desenvolvimento serão definidas e implementadas durante 2013.

Relativamente ao desenvolvimento de competências de liderança, durante 2012 a PT desenvolveu um programa de formação para diretores de segunda e terceira linha, no seguimento do realizado em 2011. Esta iniciativa envolveu 60 colaboradores com responsabilidades importantes dentro do grupo e o principal objetivo foi fortalecer a cultura da equipa sobre temas como a liderança, a inovação e a mudança.

Nos últimos três anos, a formação académica dos funcionários evoluiu para um nível de formação mais avançado.

## Oi

Em 31 de dezembro de 2012, o número total de colaboradores da Oi aumentou 19,3% face ao final de 2011 para 9.412, em resultado de abertura de canais de vendas próprios e implementação do BPO (Business Process Outsourcing).

Em 2012, o custo médio anual por colaborador da Oi aumentou 1,4% para 28.677 euros, devido às justificações acima mencionadas.

O objetivo principal é motivar diariamente a equipa para fazer o seu melhor, contribuindo para atingir os objetivos definida pela Oi. A Gestão de Carreiras da Oi, cujas ferramentas principais são o processo de recrutamento interno e uma estratégia para o desenvolvimento profissional, que, além de orientar o auto-conhecimento e desenvolvimento, mostra o caminho para um bom plano de carreira.

Os programas de desenvolvimento são dirigidos para diversos públicos e abrangem todos os colaboradores. Neste contexto, há programas para o desenvolvimento de competências técnicas, liderança, programas de e-learning, formação de contrato, formação pontual, educação continuada e cursos on-line de Inglês. Estes programas corporativos são elaborados para todos os níveis hierárquicos.

Foram desenvolvidos esforços especiais, incluindo o desenvolvimento de competências técnicas e ações para promover a educação continuada. Em 2012, o número total de horas de formação, que abrange essas áreas, totalizou 300.407 horas.

Os programas de formação, incluido o desenvolvimento de competências técnicas e a atualização tecnológica das equipas operacionais, inclui programas de e-learning que tatalizaram 48.186 horas de formação.

A Oi tem uma estratégia de desenvolvimento contínuo da equipa de gestão: a "Academia de Liderança". Esta

iniciativa visa promover e consolidar a cultura focada nos serviços, aplicando uma metodologia de aprendizagem para gerir equipas, numa base diária, e implementar atitudes que impulsionem o crescimento. Além disso, a Oi iniciou o programa de "Liderança para Novos Gestores", onde todos os gestores recebem formação sobre o papel na empresa, desenvolvem aspetos comportamentais para gestão de equipas e também como aplicá-los nos procedimentos da empresa.

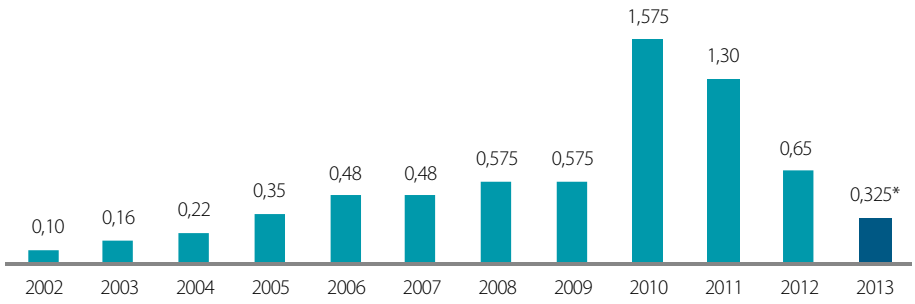
# 08
# PT no mercado de capitais

## Remuneração acionista

Em 2012, a PT distribuiu 557 milhões de euros aos seus acionistas, repartidos da seguinte forma:

- Dividendo intercalar ordinário relativo ao ano fiscal de 2011 no montante de 21,5 cêntimos de euro por ação, anunciado em 15 dezembro de 2011 e pago em 4 de janeiro de 2012; e,
- Dividendo ordinário relativo ao ano fiscal de 2011 no montante de 43,5 cêntimos de euro por ação, pago em 25 de maio de 2012.

**Dividendos anuais por ação – Dividendos pagos**




* sujeito à aprovação da Assembleia Geral Anual de Acionistas

Em 27 de junho de 2012, a PT anunciou uma nova política de remuneração acionista para os anos fiscais de 2012 a 2014, que inclui um dividendo em numerário anual de 0,325 euros por ação e um programa de recompra de ações próprias de 200 milhões de euros para o período de três anos, equivalente a um adicional de 0,225 euros por cada ação em circulação.

Em 31 de Dezembro de 2012 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha para efeitos contabilísticos: 41.483.905 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de equity swaps na PT SGPS, S.A., e (2) 20.843.905 ações próprias detidas através da participação de 23,3% nas 89.651.205 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 31 de dezembro de 2012, o número total de ações em circulação da PT era 855.028.595. O total de ações emitidas era 896.512.500.

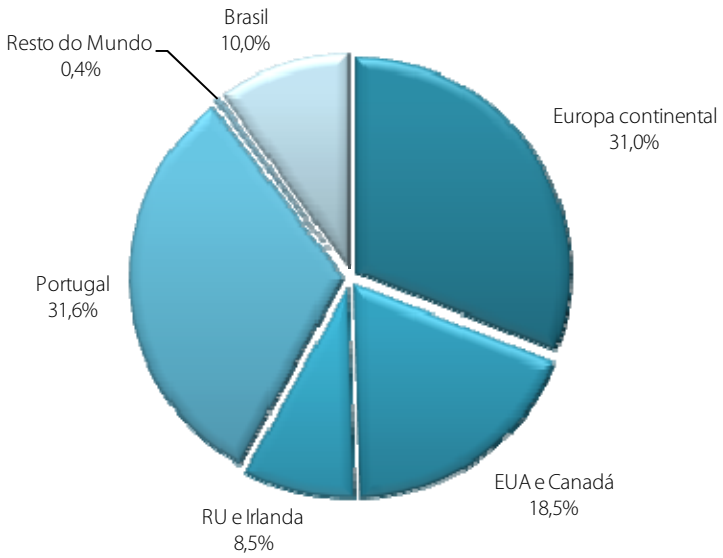
## Estrutura acionista

No final de 2012, as participações dos accionistas qualificados representavam mais de 60% do capital social da PT, conforme se segue:

| Entidades | Nº de Ações | % do capital | % dos direitos de voto |
|---|---|---|---|
| Grupo Espirito Santo | 90.268.306 | 10,07% | 10,07% |
| RS Holding, SGPS, S.A. | 90.111.159 | 10,05% | 10,05% |
| Telemar Norte Leste, SA | 89.651.205 | 10,00% | 10,00% |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos | 56.909.791 | 6,35% | 6,35% |
| Norges Bank | 44.442.888 | 4,96% | 4,96% |
| UBS AG | 42.024.498 | 4,69% | 4,69% |
| Grupo Visabeira | 23.642.885 | 2,64% | 2,64% |
| BlackRock Inc. | 21.025.118 | 2,35% | 2,35% |
| Controlinveste Comunicações | 20.419.325 | 2,28% | 2,28% |
| Grupo Barclays [1] | 19.525.168 | 2,18% | 2,18% |
| Wellington Management Company | 18.409.822 | 2,05% | 2,05% |
| Ontario Teachers' Pension Plan Board | 18.000.000 | 2,01% | 2,01% |

(1) No dia 28 de janeiro de 2013, a PT divulgou ainda que o Barclays Plc detinha uma posição económica longa inferior a 2% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

A PT tem uma estrutura acionista diversificada, com cerca de dois terços do seu capital social detido por acionistas estrangeiros, essencialmente repartidos entre a Europa e América do Norte (EUA e Canadá), que representam 31,0% e 18,5%, respectivamente da base acionista. O mercado Português representa cerca de 31,6% da base acionista.



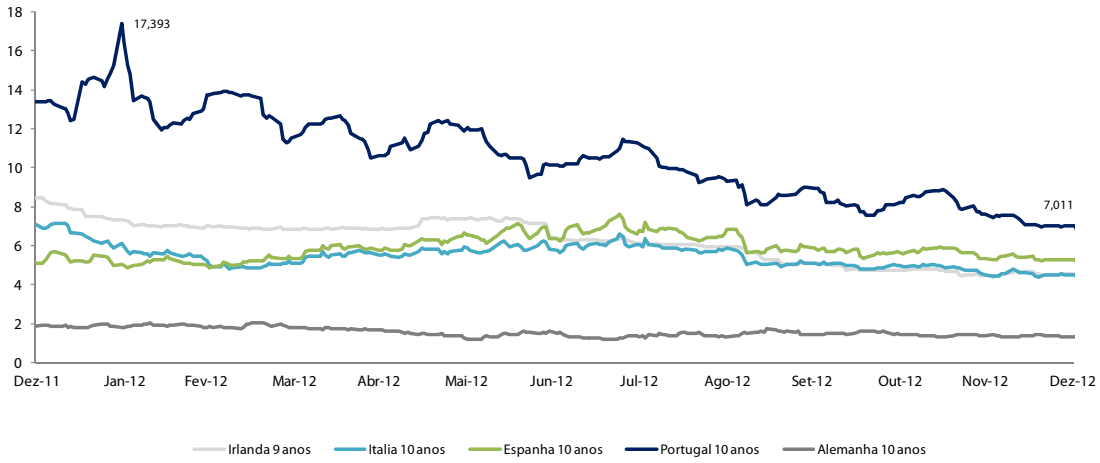
# 08 PT no mercado de capitais

## Performance bolsista

O ano de 2012 foi caracterizado por uma desaceleração económica global. Na Zona Euro, a incerteza associada à crise da dívida soberana foi o fator chave no desempenho negativo do mercado em 2012, afetando também o setor de telecomunicações, que obteve um desempenho inferior aos mercados em geral. A incerteza gerou clima de grande instabilidade nos mercados financeiros, que resultou num aumento da aversão ao risco.

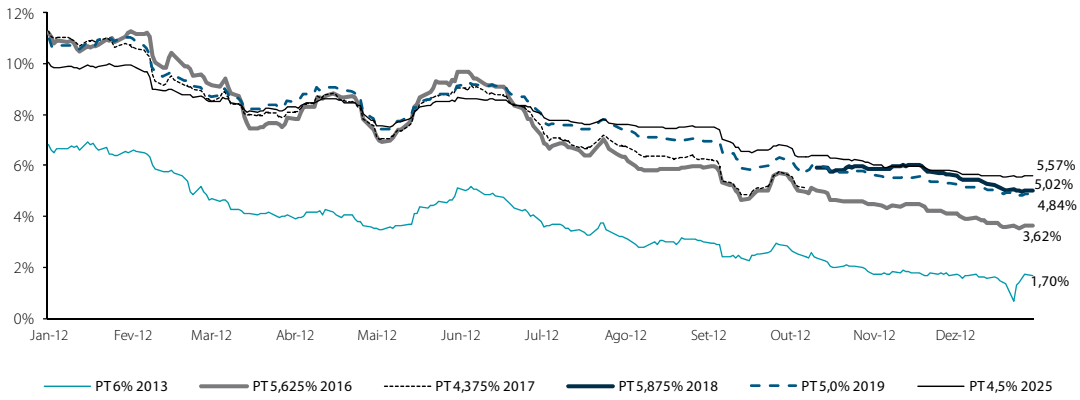
No primeiro semestre de 2012, as rentabilidades das obrigações soberanas dos países do sul da Europa atingiram novos picos devido ao alastramento da crise financeira para outras economias da região, apesar de ter sido visível uma redução dos riscos enfrentados pela Zona Euro. A redução dos riscos enfrentados pela Zona euro, visíveis a partir do segundo semestre de 2012, pode ser explicada pelas várias políticas adoptadas pelos líderes europeus e pelo Banco Central Europeu.

**Yields das Obrigações soberanas - Economias selecionadas**




| Obrigações 10 anos | Preço (Euro) | Máximo | Mínimo | Desempenho (%) |
|---|---|---|---|---|
| Portugal | 7,011 | 17,393 | 6,934 | -47,5 |
| Espanha | 5,265 | 7,621 | 4,85 | 3,5 |
| Itália | 4,497 | 7,159 | 4,394 | -36,7 |
| Irlanda | 4,525 | 8,481 | 4,399 | -46,3 |
| Alemanha | 1,316 | 2,056 | 1,167 | -28,0 |

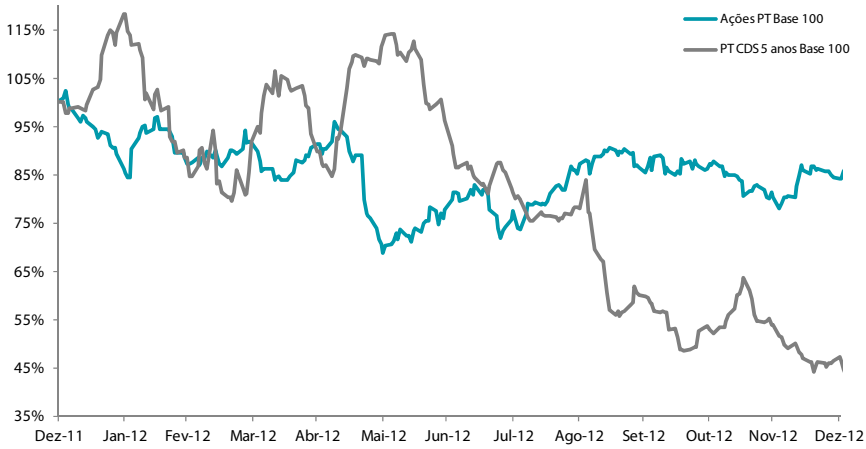
**Yields das obrigações da PT - Desempenho em 2012**




Fonte: Bloomberg

Neste contexto adverso de volatilidade do mercado, durante 2012 as acções da PT também foram penalizados pela evolução dos CDS, mostrando uma melhoria no segundo semestre.

**Preço ação PT vs. PT CDS (5 anos)**

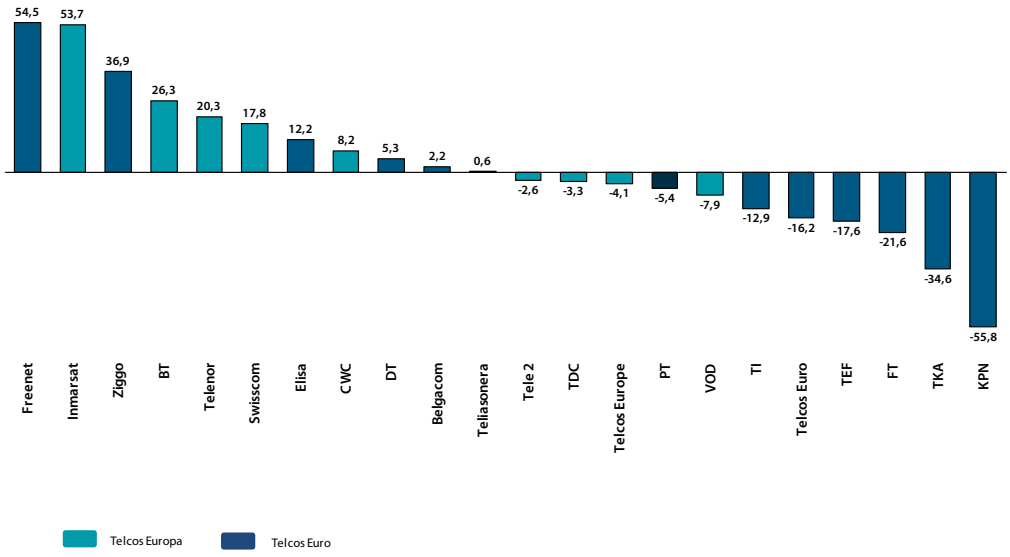



Fonte: Bloomberg

# 08 PT no mercado de capitais

Em termos de retorno total para os acionistas em 2012 a PT situou-se nos -5,4%, o que compara com -4,1% e -16,2% registados pelos índices DJ Stoxx Telecom Europa (SXKP) e DJ Stoxx Telecom Euro (SXKE), respetivamente. Em 2012, a PT superou o desempenho do DJ Stoxx Telecom Euro.

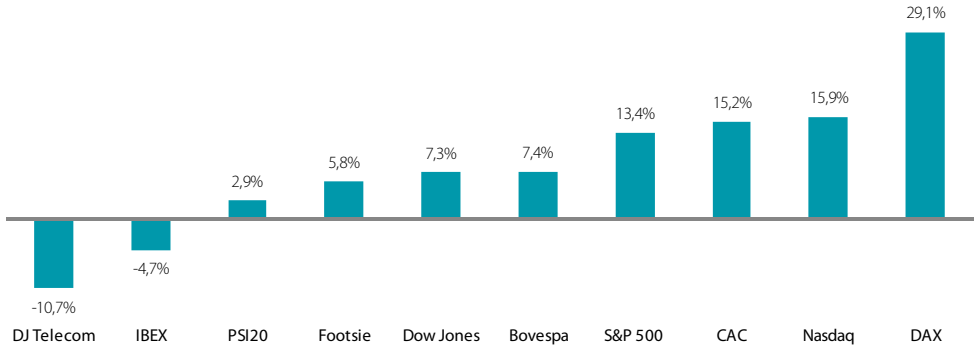
**Retorno acionista total - 2012**




Fonte: Bloomberg

Em 2012, entre os principais mercados financeiros, o DAX registou o melhor desempenho (+29,1%), seguido pelo NASDAQ (+15,9%) e pelo CAC (+15,2%). O PSI-20 registou um aumento de 2,9%, um dos piores desempenhos na Europa, refletindo a crise financeira e a debilidade da economia portuguesa.

**Evolução dos principais índices bolsistas em 2012**




Fonte: Bloomberg

## Desempenho obrigacionista

No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT em 2012 continuou a ser a sua capacidade de manter fortes posições competitivas nos negócios fixo e móvel em Portugal e nas suas operações internacionais. Em 2012, a PT continuou a investir significativamente em redes e infraestruturas avançadas e na transformação do seu modelo de negócio com base nos dados e em *triple-play*. Contudo, o capex em Portugal diminuiu 14.1% em 2012 e a PT continuou a implementar iniciativas de redução de custos.

Em 2012, a PT manteve uma sólida liquidez, evidenciada pelo valor significativo das disponibilidades e por uma dívida que se vence ao longo de um período alargado, dada a maturidade média de aproximadamente 6 anos (em 31 de Dezembro de 2012), a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada pelas disponibilidades em linhas de crédito e de papel comercial com tomada firme.

### Rating

Em 2012, a Fitch confirmou a notação de risco de longo prazo da PT em BBB, com *outlook* negativo. A Fitch não aplica qualquer correlação direta ou linear entre a notação de risco soberano e de empresas de países da zona Euro com situação financeira sob pressão. A notação de risco atribuída pela Fitch à República Portuguesa é BB+.

Em sentido diverso, de acordo com a metodologia da Moody's e da Standard & Poor's (S&P), a notação de risco das empresas é condicionada diretamente pela notação de risco soberano.

Em 21 de Janeiro de 2012, a S&P procedeu à descida da notação de risco de longo prazo da PT, de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, depois de ter anunciado a redução da notação de risco da República Portuguesa para BB, com *outlook* negativo, em 13 de Janeiro de 2012. Em 11 de Fevereiro de 2013, a notação de risco de longo prazo da PT foi objeto de descida pela S&P para BB, com *outlook* negativo.

Em 13 de Fevereiro de 2012, a Moody's anunciou a redução da notação de risco da República Portuguesa para Ba3, com outlook negativo, e, em 13 de abril de 2012, procedeu à descida da notação de risco de longo prazo da PT, de Ba1 para Ba2, com outlook negativo.

### Obrigações

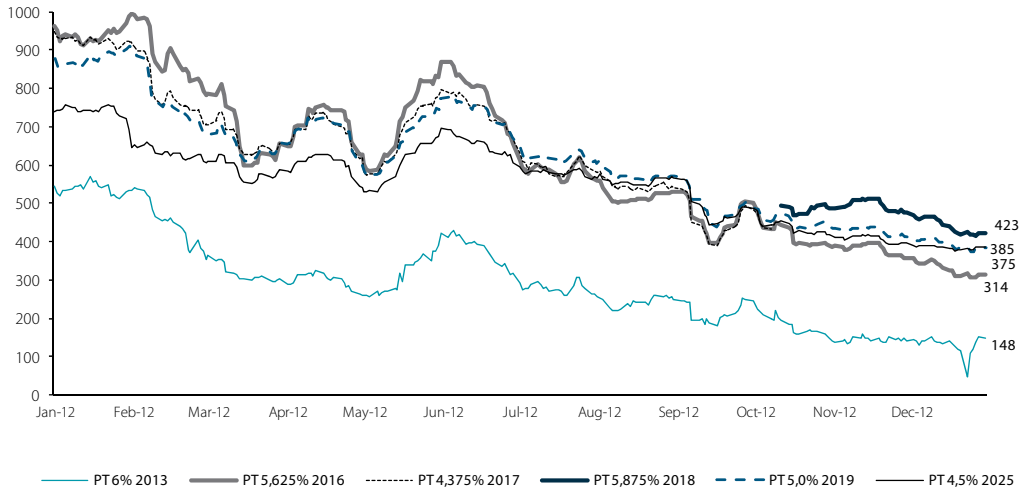
Em 26 de Julho de 2012, a PT emitiu obrigações, no montante de 400 milhões de euros, através de uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), no mercado português, destinada ao público em geral, no âmbito do *Euro Medium Term Note Programme* ("EMTN"). Estas obrigações têm uma maturidade de quatro anos e vencem juros a uma taxa fixa de 6,25% ao ano, pagos semestralmente.

Em 17 de Outubro de 2012, a PT, através da sua subsidiária Portugal Telecom International Finance BV, emitiu uma *Eurobond* no âmbito do EMTN, no montante de 750 milhões de euros, com maturidade de 5,5 anos e taxa anual de cupão de 5,875%.

Em 2012, a evolução dos *spreads* das Eurobonds da PT foi significativamente influenciada pela percepção do mercado quanto ao risco de crédito soberano de Portugal e à situação financeira e política da zona euro, que afectou a percepção do risco de crédito das empresas, em especial daquelas que estão expostas a países com dificuldades financeiras. Até final de Maio, os *spreads* das obrigações da PT oscilaram significativamente, mas sem

uma tendência definida, tendo registado uma descida substancial a partir de Junho. Em qualquer dos casos, os *spreads* de crédito da PT mantiveram-se significativamente abaixo dos *spreads* das obrigações da República Portuguesa, dada a própria solidez financeira da PT e a sua exposição muito relevante a diferentes mercados geográficos.

**Spreads das obrigações da PT - Desempenhoem 2012**
**(pontos base)**




Fonte: Bloomberg

Dado que o valor da opção de conversão incluída nas obrigações permutáveis por ações da PT, emitidas em Agosto de 2007, se manteve aproximadamente nulo em 2012, o preço destas obrigações evoluiu essencialmente de acordo com a curva de crédito da PT no prazo relevante, beneficiando da descida gradual das taxas de juro de mercado e dos *spreads* de crédito da PT a partir de Junho. O preço de mercado daquelas obrigações atingiu um valor mínimo de 82% em Janeiro e um máximo de 102% em Dezembro. Em 22 de Maio de 2012, o preço de conversão foi ajustado para 8,91 euros, de acordo com os termos e condições das obrigações.

## Atividades de relação com investidores

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus acionistas e a outros membros da comunidade financeira internacional.

Durante o ano de 2012, a PT participou em diversos eventos com investidores, nomeadamente roadshows, apresentações a analistas e investidores, reuniões e *conference calls*, bem como conferências para investidores na Europa e nos E.U.A..

Em 2012, a PT realizou sete *roadshows* na Europa e EUA, e participou em nove conferências com investidores, incluindo uma conferência direcionada para investimento de responsabilidade social. Adicionalmente, a PT realizou mais de 450 reuniões e *conference calls* com analistas e investidores.

# 08 PT no mercado de capitais

Em outubro 2012, a PT realizou em Lisboa a "*Technology and Innovation Conference*" que incluiu apresentações temáticas pela equipa de gestão da empresa; demonstrações de soluções inovadoras, distribuídas por áreas temáticas e apresentações por um conjunto de parceiros tecnológicos portugueses. Este evento constituiu uma oportunidade para conhecer a equipa de gestão da PT, e saber como a PT está a alavancar os seus investimentos em tecnologias de ponta, nas redes de nova geração e em *roadmaps* de produtos para os segmentos empresarial e de consumo.

Estiveram presentes em Lisboa investidores institucionais representando mais de mil milhões de dólares em ativos e mais de 80 participantes do mercado de capitais. O evento também foi aberto aos colaboradores da PT e ao público em geral, tendo atingindo um total de 5.200 visitantes.

# 09
# Principais eventos

## Eventos do ano

### Remuneração acionista

30.março.12 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração propôs um dividendo relativo ao exercício de 2011 no montante total de 0,65 Euros por ação. Tendo em consideração o pagamento de 0,215 Euros por ação, efetuado em janeiro de 2012, a título de antecipação de resultados, a cada ação emitida deveria ser pago o montante de 0,435 Euros. Esta proposta estava sujeita à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

27.abril.12 | Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 27 de abril de 2012, os acionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2011, no montante de 342.259.821 euros, e de reservas no valor de 232.522.984,50 euros constantes na rubrica de resultados transitados, nos seguintes termos:

- pagamento aos Acionistas, adicional ao montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em dezembro de 2011, de um montante global de 389.982.937,50 euros, correspondendo a 0,435 euros por ação relativamente ao número total de ações emitidas. Deste modo, e tomando em consideração o montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em dezembro de 2011 e pago em janeiro de 2012, foi aprovado pelos Acionistas que o valor total a pagar relativamente ao exercício de 2011 fosse fixado em 582.733.125 euros, correspondendo a um valor unitário de 0,65 euros por ação.

27.junho.12 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconómico atual e das condições dos mercados financeiros, decidiu adotar uma estratégia financeira mais prudente, de forma a reforçar a flexibilidade financeira da Empresa, através de uma maior redução da dívida e da extensão das maturidades. O Conselho de Administração aprovou:

- para os anos fiscais de 2012 a 2014, uma política de remuneração acionista que inclui um dividendo em numerário anual de 0,325 euros por ação e um programa de recompra de ações próprias de 200 milhões de euros para o período de três anos, equivalente a um adicional de 0,225 euros por cada ação em circulação.

### Órgãos Sociais

29.fevereiro.12 | A PT anunciou que Jorge Humberto Correia Tomé renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

27.abril.12 | A PT anunciou que Zeinal Bava foi nomeado para o cargo de Presidente da Comissão Executiva ("Presidente Executivo") e que Luís Pacheco de Melo foi nomeado para o cargo de Administrador Financeiro, para o

triénio 2012/2014, na reunião do seu Conselho de Administração, no seguimento da Assembleia Geral Anual de Acionistas, em que também foi nomeada a Comissão Executiva.

## Dívida

21.janeiro.12 | A S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-3 para B.

13.abril.12 | A Moody's anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT e o da sua subsidiária PT International Finance B.V., diminuindo o *rating* de longo prazo de Ba1 para Ba2. O *outlook* manteve-se negativo.

23.maio.12 | A PT informou que o preço de conversão e o nível de referência do dividendo das Obrigações 750.000.000 euros 4,125% da PT International Finance B.V. com maturidade em 2014 (ISIN XS0309600848, Common code 030960084) e permutáveis em ações da PT foram alterados de acordo com a Condition 6.2(c)(i) das Obrigações.

No seguimento da data de "ex-dividend" da segunda componente do dividendo relativo ao ano fiscal de 2011, no montante de 0,435 euros por ação, e a partir de 22 de maio de 2012, o preço de conversão é 8,91 euros e o nível de referência do dividendo ("threshold amount") é 0,4414 euros. Assim, cada detentor de uma Obrigação com valor nominal de 50.000 euros terá direito a receber 5.611 ações da Portugal Telecom SGPS, S.A. após o exercício dos Direitos de Conversão, conforme os Termos e Condições das Obrigações.

27.junho.12 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconómico atual e das condições dos mercados financeiros, decidiu adotar uma estratégia financeira mais prudente, de forma a reforçar a flexibilidade financeira da Empresa, através de uma maior redução da dívida e da extensão das maturidades. O Conselho de Administração aprovou:

- lançamento no mercado português, destinada ao público em geral, de uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), denominada "Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016". As obrigações têm um prazo de quatro anos, vencendo juros a uma taxa de juro fixa de 6,25% (Taxa Anual Nominal Bruta) ao ano, pagos semestralmente. O montante inicial da oferta foi de 250 milhões de euros, o qual poderia ser aumentado pela emitente durante o período da oferta.

29.junho.12 | A PT anunciou a renegociação da sua mais relevante linha de crédito tendo estendido a sua maturidade de março de 2014 para julho de 2016. Esta linha de crédito passou a ter um montante de 800 milhões de euros.

13.julho.12 | A PT anunciou que decidiu aumentar o montante máximo original do Valor Nominal Agregado da emissão de *Notes* à taxa de 6,25% (Taxa Anual Nominal Bruta) ao ano, realizada ao abrigo do €7.500.000.000 Euro *Medium Term Note Programme*, para 400 milhões de euros, de acordo com a possibilidade prevista no ponto 4 das Condições Finais da emissão.

24.julho.12 | A PT anunciou que a procura global da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), denominada "Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016" atingiu o montante final de 490 milhões euros. A procura pelas

obrigações da PT superou a oferta final em 22,5% e foi aproximadamente o dobro (96% superior) da oferta originalmente anunciada. A liquidação ocorreu em 26 de julho de 2012.

10.outubro.12 | A PT anunciou que reforçou a sua flexibilidade financeira através da emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 750 milhões de Euros com uma maturidade de 5,5 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. O cupão da emissão agora colocada será de 5,875%.

## Meo

4.junho.12 | A PT anunciou que o Meo, o seu serviço de televisão por subscrição, alcançou a liderança no mercado triple-play (clientes que subscrevem os serviços de voz fixa, banda larga fixa e televisão por subscrição através do mesmo operador) em menos de quatro anos após o lançamento nacional do serviço, em Abril de 2008.

17.dezembro.12 | A PT anunciou que alcançou cem milhões de clientes, o que representa um marco estratégico na empresa.

## Grupo Oi

27.fevereiro.12 | A PT informou que nas assembleias gerais das empresas que constituem o grupo Oi, foi aprovada a simplificação societária da Oi. Tal aprovação leva a que a estrutura societária à data constituída pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e Brasil Telecom S.A. ("BRT") seja integrada apenas na BRT, a qual será redenominada Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais). Estas ações serão transacionadas na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR.

Em consequência da aprovação referida, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A., passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R$6.816.467.847,01, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

5.abril.12 | A PT informou que a simplificação societária da Oi foi concluída com sucesso, tendo integrado a estrutura societária constituída pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e Brasil Telecom S.A. ("BRT") na BRT, que foi redenominada Oi S.A. ("Oi"). A nova empresa passa a ter apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais). As novas ações passarão a transacionar na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR, a partir de 9 de abril de 2012. A posição económica da PT na Oi, direta e indireta, é 23,26%. A PT detém uma participação direta na Oi de 15,55%.

17.abril.12 | A PT anunciou que a Oi S.A. divulgou a sua política de dividendos para o período 2012-2015 (exercícios fiscais de 2011-2014). A política de dividendos aprovada consiste no pagamento de um dividendo de 2,0 mil milhões de reais em relação a cada um dos anos fiscais de 2011 a 2014. A política de dividendos inclui ainda o pagamento de um dividendo intercalar de 50% do dividendo total em cada ano. Esta política de dividendos está sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da Companhia e ao ambiente regulatório e legal aplicável. A política de dividendos está ainda condicionada à observação de um rácio de dívida líquida para EBITDA máximo de 3,0x, incluindo o dividendo a ser pago para efeitos deste cálculo. De acordo com esta política de dividendos, a PT irá receber cerca de 128 milhões de euros relativos à sua posição direta na Oi S.A. (posição

acionista de 15,5%). Em 2012 a PT irá receber adicionalmente cerca de 64 milhões de euros relativos ao pagamento do dividendo intercalar.

### Sport TV

20.dezembro.12 | A PT informou que chegou a acordo sobre um conjunto de transações no final das quais a PT deterá uma participação de 25% de uma *joint-venture* composta pelas atuais Sport TV Portugal S.A. ("Sport TV"), Sportinveste Multimédia SGPS, S.A. ("SIMM") e P.P. TV - Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. ("PPTV") contribuindo com a sua participação de 50% na SIMM e investindo um montante líquido de até 21 milhões de euros via aumento de capital. Após este conjunto de transações, a Sport TV, entidade que incorporará a PPTV e a SIMM, será detida por três acionistas: Sportinveste SGPS S.A. (Sportinveste) (50%), PT (25%) e ZON MULTIMÉDIA - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA ("Zon") (25%).

## Eventos subsequentes

### Meo

11.janeiro.13 | A PT apresentou o novo MEO, o qual inclui o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço *quadruple play*, verdadeiramente convergente fixo-móvel incluindo TV, *internet*, telefone e telemóvel – o M4O.

### CTM

13.janeiro.13 | A PT anunciou ter celebrado um acordo definitivo para a venda da sua participação minoritária detida na Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A,R.L. (CTM), que representa 28% do capital da CTM, à Citic Telecom International Holdings Limited (CITIC Telecom). A PT vai receber um encaixe no montante total de 411,6 milhões de dólares, sujeito a certos ajustamentos.

### Comissão Europeia

23.janeiro.13 | A PT tomou conhecimento de que a Comissão Europeia adotou uma decisão condenando a empresa, conjuntamente com a Telefónica, S.A. (Telefónica), por alegada violação do artigo 101 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, traduzida num suposto compromisso de não concorrência com incidência no mercado ibérico incluído no acordo de 28 de julho de 2010 relativo à aquisição pela Telefónica da participação da PT na operadora brasileira Vivo. À PT foi aplicada uma coima de 12.290.000 de euros.

A referida decisão encerrou uma investigação iniciada em janeiro de 2011 na qual a Comissão teve oportunidade de analisar o relacionamento entre ambas as empresas desde 1996, não tendo aparentemente encontrado outras razões de crítica.

Até à data a PT não tinha sido formalmente notificada da decisão da Comissão Europeia. Não obstante, a PT considera a sanção tornada pública injustificada e inadequada a qualquer eventual desvalor da sua conduta. A PT ponderará a interposição de recurso de anulação para o Tribunal de Justiça da União Europeia logo que tenha a oportunidade de analisar o teor integral da referida decisão e dos seus fundamentos.

## Oi

27.janeiro.13 | A PT informou que no âmbito da sua parceria estratégica e do acordo de cooperação anunciado em Julho de 2010, a PT, a Oi S.A. e os acionistas controladores da Oi S.A. analisam regularmente propostas que possam contribuir para uma melhoria operacional e do modelo de governo da Oi, de forma a extrair sinergias adicionais, particularmente nas áreas de engenharia, rede, tecnologia, inovação e serviços. Contrariamente às recentes especulações dos jornais, não existem planos que contemplem a compra de controle ou a realização de uma oferta pela Oi por parte da PT.

## Dívida

11.fevereiro.13 | A S&P anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT, diminuindo o rating de longo prazo de BB+ para BB, com outlook negativo, e mantendo o rating de curto prazo em B.

# 10
# Principais riscos e incertezas

A PT definiu como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos que possam afetar as suas operações e a execução do plano e objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração. Estes mecanismos assentam num modelo de gestão de risco integrada e transversal, que entre outros, procura assegurar a implementação de boas práticas de *Corporate Governance* e a transparência na comunicação com o mercado e os Acionistas.

Como abordagem estruturada e sistematizada, a gestão de risco está integrada com o processo de planeamento estratégico e de gestão operacional da Sociedade, dependendo do compromisso de todos os colaboradores na adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação dos riscos.

A Gestão de Riscos é promovida pela Comissão Executiva em articulação com as equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas, ameaças e oportunidades que possam afetar a prossecução do plano e objetivos estratégicos. Importa igualmente referir que todo este processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por Administradores não executivos independentes.

Decorrentes do processo de gestão dos riscos que possam afetar adversamente a atividade da PT destacam-se os seguintes:

| **Riscos Relevantes** | | |
|---|---|---|
| **Riscos da Envolvente** | **Regulação** | A PT está sujeita ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou ações das entidades reguladoras nacionais, comunitárias ou internacionais que possam originar pressões competitivas crescentes e afetar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio.<br>A gestão do risco de regulação está entregue à Direção de Regulação, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao setor com impacto para a PT, sendo a estratégia de gestão de cada fonte de risco articulada com as diversas áreas operacionais.<br><br>No âmbito do acompanhamento dos vários riscos e oportunidades relacionados com a regulação, realçamos os seguintes temas: i) Redes de Nova Geração; ii) Segurança das redes e comunicações; iii) Ofertas retalhistas e tarifários; iv) Ofertas de referência grossistas; v)Serviço Universal; vi) Espectro radioelétrico; vii) Mercados relevantes de Banda Larga; viii) Regulamento de *roaming ;* e ix) Dividendo Digital.<br><br>Para maior detalhe sobre aspetos regulatórios que poderão impactar a atividade da PT, consultar capitulo sobre Enquadramento Regulatório no Relatório e Contas. |

# 10 Principais riscos e incertezas

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | **Concorrência** | Existe a possibilidade de uma redução das receitas da PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou de novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços convergentes; (ii) políticas de marketing e vendas agressivas; (iii) introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos; (v) fusão e consolidação de operadores (vi) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.<br><br>No mercado Português, a PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o cliente focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes:<br><br>(1) Residencial: aumento dos clientes de retalho impulsionado pelo desempenho do Meo, o serviço de televisão por subscrição da PT que apresenta uma proposta de valor muito diferenciada, oferecendo uma experiência multiscreen única: mais de 150 canais em direto, incluindo conteúdos exclusivos, em alta definição e 3D; video on demand; aluguer de jogos e músicas; encontrando-se disponível em vários equipamentos dentro e fora de casa. Esta oferta privilegia a interatividade com o cliente e inclui customização da oferta multimédia através de widgets ao nível de notícias, desporto, serviços de conveniência entre outro, e que podem ser parametrizados de forma pessoal pelos clientes e contribuindo para a sua fidelização.<br><br>Em Janeiro de 2013, a PT lançou novo MEO, o qual inclui o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço quadruple play, verdadeiramente convergente fixo-móvel incluindo TV, internet, telefone e telemóvel – o M4O. Tal como referido na Conferência de Tecnologia e Inovação da PT, realizada em outubro em Lisboa, tendo presente as tendências de consumo dos seus clientes, a estratégia da PT para o segmento residencial e pessoal consiste na aposta na convergência fixo-móvel e de serviços, voz, internet e TV.<br><br>A proposta de valor da PT assenta numa estratégia de convergência para o segmento de consumo, através do MEO, e da oferta M4O, e da TMN, e numa estratégia de cloud, ancorada na sua abrangente rede de data centres, no segmento de empresas e negócios. Este lançamento reforça o posicionamento da PT como o operador, em Portugal, com uma oferta verdadeiramente integrada e convergente<br><br>(2)Pessoal: serviços inovadores e com valor acrescentado para o cliente, disponíveis em mobilidade (TV móvel, aluguer de musicas, agregador de redes sociais), suportados por um portfólio abrangente de smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e por ofertas de banda larga móvel competitivas até 150Mbps em 4G/LTE. Estas ofertas permitem a transferência automática de tráfego 3G/4G LTE para a Rede PT Wifi, de forma transparente para o cliente (tecnologia EAP-SIM) aumentando a cobertura e capacidade de mobilidade do cliente e contribuindo para a sua satisfação.<br><br>(3) PME e Segmento Empresarial: aumentar a base de receitas para além da conetividade, aproveitando oportunidades no setor das TIC com base em soluções avançadas para empresas e nos investimentos em centros |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | de dados de desempenho superior efetuados pela PT, adequando a oferta à cada vez maior procura de largura de banda e virtualização.<br>A proposta de valor da PT para este segmento, encontra-se sustentada em 4 pilares: i) maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais, incluindo serviços adicionais de convergência fixo-móvel suportados em fibra, e que permitem agregar de VPN, gestão de LANs e serviços de vídeo; ii) Transformação das TI suporta por uma difusão acelerada do *cloud computing*, permitindo aos clientes reduções significativas de custos; iii) Especialização e capitalização de economias de escala com enfoque no *outsourcing* e *BPO*; iv) Introduzir uma perspetiva de parceria e consultadoria de negócio que capture para os clientes as mais validas da oferta PT, alargando o leque dos serviços prestados.<br><br>Durante o ano de 2012 o portfólio de P&S da empresa foi reforçado através do lançamento de soluções inovadoras e convergentes, alicerçadas numa infraestrutura tecnológica de última geração ao nível das Redes Fixa, Móveis e *Data Centre*. Este fato permite colocar a empresa numa posição privilegiada para responder de forma proativa aos desafios colocados ao nível da concorrência, antecipando potenciais alterações que se possam vir a verificar a curto/médio prazo com os principais operadores concorrentes.<br><br>A nível internacional, a PT continuará focada no desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no setor das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais.<br><br>De realçar que estas ações são complementadas por um *benchmark* constante da PT face à atividade da concorrência e outros *players* relevantes da indústria, de modo a assegurar a liderança e excelência da oferta aos seus clientes. |
| | **Inovação** | Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, a PT está sujeita ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas.<br><br>A aposta em inovação continua a ser uma prioridade para a PT dado o seu papel-chave na prossecução de um crescimento sustentado, em particular num contexto económico difícil, que obriga a uma maior competitividade na oferta de produtos e serviços e, simultaneamente, a uma maior eficiência no seu desenvolvimento e entrega ao mercado.<br><br>A PT é historicamente uma das empresas portuguesas com um maior volume de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Nesta área, a PT detém ativos estratégicos que lhe permitem assegurar a concretização de projetos inovadores, nos quais se incluem:<br>• PT Inovação: empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, |

# 10 Principais riscos e incertezas

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | quer no mercado internacional.<br>• Programa de Desenvolvimento e inovação OPEN: Com o objetivo de implementar de práticas sistematizadas de pesquisa e processamento de informação, com o envolvimento de toda a organização., para a concretização de projetos inovadores.<br>• Planeamento estratégico das infraestruturas de rede e do *rollout* de novas tecnologias, envolvendo a elaboração de relatórios e análises periódicas da evolução, normalização, adoção de novas tecnologias pelo setor, incluindo a realização de *benckmarks* internacionais.<br>• Parcerias estratégicas com fornecedores ao nível tecnológico, equipamentos e conteúdos.<br><br>Neste âmbito, de realçar ainda a realização da *"Technology & Innovation Conference"*, em Outubro de 2012, na qual foi apresentada a investidores internacionais, a forma como a PT está a alavancar o investimento realizado em tecnologias e redes "*state of the art*", bem como o *roadmap* de inovação previsto para os segmentos B2C e B2B. Este evento incluiu para além de apresentação da equipa de gestão da PT e demonstrações das soluções mais inovadores da empresa, a participação parceiros tecnológicos estratégicos.<br><br>Para maior detalhe sobre as iniciativas e ações desenvolvidas neste âmbito, consultar capitulo sobre Investigação e Desenvolvimento do Relatório e Contas |
| | **Envolvente económica** | A crise financeira internacional poderá prolongar a recessão ao nível da economia portuguesa e mundial e atrasar a retoma, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços, e consequentemente ao nível da performance operacional e financeira da PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da PT. A equipa de gestão atua proactivamente na identificação de ameaças e oportunidades ao nível da indústria, sector e geografias onde está presente, de modo a diversificar o portfolio de ativos e consequentemente assegurar crescimento e rentabilidade do negócio. |
| **Riscos Financeiros** | **Cambial** | A PT detém investimentos financeiros em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o euro, nomeadamente no Brasil e em alguns países africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao euro afetam a conversão dos resultados atribuídos à PT e deste modo os resultados e situação patrimonial da PT. Adicionalmente, a PT está igualmente exposta ao risco de taxa câmbio decorrente de dívida denominada em moeda diferente do Euro.<br><br>A Sociedade não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento financeiro; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o seu efetivo recebimento.<br><br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas. |

# 10 Principais riscos e incertezas

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | **Taxas de Juro** | Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com dívida contratada a taxa de juro variável.<br><br>O crescimento da incerteza e volatilidade dos mercados financeiros em geral, e os prémios de risco nos mercados, aumentaram significativamente. A instabilidade dos mercados financeiros e a flutuação da taxa de juro da dívida Soberana Portuguesa potenciam a materialização deste fator de risco. Nesse sentido, as condições atuais dos mercados financeiros poderão afetar negativamente a capacidade de acesso a capital, por parte da PT, e do qual necessita para suportar o seu crescimento e as suas estratégias, e para gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direção de Finanças Corporativa.<br><br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas. |
| | A PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efetuada após a análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras dos diferentes cenários.<br><br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas. | |
| | **Crédito** | O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A PT está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.<br><br>O risco de crédito nas operações está relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade do saldo a receber de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; iii) realizar a análise de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e iv) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.<br><br>Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a politica da PT é de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas, tendo em consideração o respetivo *rating* de crédito. |

# 10 Principais riscos e incertezas

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | **Liquidez** | Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfazerem as necessidades existentes como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e financiamento, para investimento, para remuneração acionista e reembolso de dívida.<br>De modo a mitigar o risco, a PT procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais. Adicionalmente, a estrutura de capital da PT é gerida de forma assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno acionista. O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital, considerando os riscos associados a cada uma das classes de capital.<br><br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas. |
| **Riscos das Operações** | **Capacidade Infraestrutura** | A capacidade e disponibilidade das infra estruturas de rede são aspetos fundamentais para que o Grupo PT assegure a continuidade das operações críticas em termos de prestação de serviço ao cliente dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos nossos clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, o Grupo PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco não só ao nível da disponibilidade da infra-estrutura, bem como no aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos seus clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infra estruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição do Grupo PT à ocorrência de avarias e incidentes.<br><br>Neste âmbito são realizadas as seguintes ações de acompanhamento e mitigação do risco, incluindo:<br>• Securização da rede *core* de telecomunicações;<br>• Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha;<br>• Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias;<br>• Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (*Quality of Service*) e QoE (*Quality of End user Experience*) definidos;<br>• Investimento em redes de nova geração e acções de manutenção preventiva;<br>• Investimento em sistemas de informação de suporte à atividade das equipas técnicas.<br>• Investimento em Datacenter de modo a assegurar a resiliência e capacidade da infraestrutura.<br><br>Neste âmbito destacamos o reforço da resiliência dos processos e operações que suportam os serviços Core do Grupo PT, face a incidentes e desastres, coordenado pelo Gabinete de continuidade de negócio, atuando a dois níveis:<br>• **Prevenção**: Preparação da resposta para reduzir o impacto de incidentes nos processos críticos que suportam os |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | serviços;<br>• **Resposta e Recuperação**: Suportado por planos de continuidade de negócio e *Disaster Recovery* para acelerar a recuperação dos processos críticos.<br><br>De realçar ainda em 2012, o lançamento da oferta 4G LTE do grupo com uma cobertura prevista superior a 90% da população, e que permite velocidades de dados na ordem dos 150Mbps. |
| | **Parcerias estratégicas** | A estratégia de crescimento a nível nacional e internacional está assente num conjunto de alianças e parcerias que afetam de modo positivo a capacidade de competir da Sociedade. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.<br><br>Estas alianças não se encontram limitadas a uma única área, e incluem como parceiros: i) fornecedores de tecnologia; ii) fornecedores associados à construção de infraestrutura; iii) especialistas em I&D; iv) fornecedores de equipamentos terminais; e v) fornecedores de conteúdos, entre outros. |
| | **Ambiental** | A prossecução de uma adequada politica ambiental tem sido uma preocupação da PT, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na: (i) responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados; (ii) responsabilidades perante governos ou terceiros pelo custo de remoção de resíduos acrescido de eventuais indemnizações.<br>Neste âmbito o Grupo PT tem reforçado os princípios e ações de gestão ambiental, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: i) Consumos de recursos; ii) Produção e encaminhamento de resíduos; iii) Emissões atmosféricas; iv) Ruído e campos eletromagnéticos; v) Modelo sustentável de seleção e contratação de fornecedores,e v) Campanhas de sensibilização e formação.<br><br>De realçar igualmente que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas, internas e externas sendo também efetuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias a implementar. |
| | **Obtenção e Retenção de talento** | A capacidade da empresa obter e reter talento é um vetor essencial para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a PT atua tanto a nível nacional como internacional. Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direção de Recursos Humanos, que atua;<br>• No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos necessários para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro do Grupo PT;<br>• Na identificação dos elementos-chave do Grupo PT para, depois, implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão. |

# 10 Principais riscos e incertezas

Informação adicional sobre o Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco encontra-se disponível no Relatório do Governo da Sociedade que é parte integrante deste Relatório e Contas Anual.

# 11
# Perspetivas futuras

A PT continuará a ser uma empresa orientada para o crescimento, com o objetivo de explorar ao máximo o potencial do seu portfolio de ativos, tirando vantagem das oportunidades futuras e existentes no mercado das telecomunicações, multimédia, *cloud* e serviços de TI. A PT pretende continuar a aproveitar as oportunidades de convergência, ao integrar serviços de dados e voz com novos e sofisticados serviços multimédia e de TI, apoiado no investimento da PT em redes de nova geração, nomeadamente FTTH e 4G-LTE, e em soluções de *cloud computing*. A PT continuará a beneficiar do potencial de crescimento do mercado brasileiro e a explorar oportunidades em mercados de elevado crescimento onde a PT tem vantagens competitivas.

Após a reestruturação do seu negócio em Portugal em segmentos de clientes, a PT irá continuar a concentrar o seu esforço no desenvolvimento fixo-móvel, em produtos convergentes de TI-telecoms, *cloud* e multimédia e em ofertas de serviços integrados, com o objetivo de adquirir novos clientes, aumentando a fidelização e diminuíndo os custos com retenção de clientes, aumentando a quota de mercado e o *share-of-wallet*. A PT irá continuar a investir na transformação da oferta do segmento residencial, com o objetivo de transformar oferta de telefone fixo em oferta *triple-play*, que são mais competitivas e mais resistente a condições económicas adversas, devido às suas características distintas e diferenciadoras, personalizadas para responder às necessidades dos clientes. No segmento pessoal, a PT irá continuar a contribuir para aumentar a penetração dos *smartphones*, para desenvolver novos serviços e planos de preços, e diferenciar ainda mais a sua oferta móvel, afastando-se da competição de preços nos serviços indiferenciados, beneficiando da liderança na implementação do 4G-LTE no mercado Português. A PT vai intensificar os seus esforços para integrar ainda mais os seus serviços nos segmentos pessoal e residencial, oferecendo sinergias adicionais numa oferta integrada *quadruple-play* para o mercado consumidor, numa experiência única para o cliente.

No segmento empresas, a PT irá continuar a fornecer soluções avançadas *one-stop-shop* de TI / SI com foco em BPO e na comercialização de soluções *machine-to-machine*, suportadas por soluções de tecnologia de ponta para empresas e investimentos em data centre para dar resposta à procura de serviços com maior banda e virtualização. Estas ofertas alavancam o investimento da PT em soluções FTTH e 4G-LTE e *cloud computing*, permitindo a oferta de serviços baseados em *cloud*, em parceria com fornecedores de *software* e *hardware*. Adicionalmente, a PT irá continuar a investir na inovação e na investigação e desenvolvimento com o objetivo de melhorar os seus serviços com novas e diferenciadoras funcionalidades, personalizáveis, com conteúdos feitos à medida para ir de encontro às necessidades do cliente. A PT irá continuar a alavancar nas suas parcerias com fornecedores de maneira a reduzir o *time-to-market* e a diferenciar, ainda mais, a sua proposta de valor para os seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver ainda mais plataformas e redes *core* mais eficientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, com o objetivo de oferecer maior banda aos seus clientes e serviços *cloud*. Adicionalmente, a PT irá continuar a pautar a sua estrutura de custos pelo aumento de produtividade e engenharia de processos de negócio.

A PT irá continuar a ser um operador geograficamente diversificado, com o objectivo de oferecer aos seus acionistas um perfil com menos risco, com reduzida dependência de apenas um mercado e um melhor perfil de crescimento. No Brasil, no seguimento da parceria estratégica estabelecida com a Oi, que inclui a aquisição pela PT de uma posição de controlo conjunto na Oi, a PT pretende explorar mais o potencial de crescimento dos ativos da Oi, alavancando na evolução demográfica favorável do Brasil, nas perspetivas de crescimento económico e no

# 11 Perspetivas futuras

aumento do potencial de penetração de serviços de telecomunicações, em particular na banda larga fixa e móvel, na TV e em alavancar na convergência fixo-móvel. Adicionalmente, a PT pretende também aumentar a sua exposição aos mercados Africanos de grande crescimento, retirando vantagem das parcerias que detém, no seu portfolio de ativos existente e considerando seletivamente oportunidades de criação de valor. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus ativos, com o objetivo de assegurar uma posição competitiva sustentável em todos os mercados, beneficiando da escala em termos de acesso a tecnologia e inovação.

A PT irá continuar a operar num ambiente bastante concorrencial e regulado, que colocará riscos e ameaças aos negócios existentes, colocando a rentabilidade dos seus ativos sob pressão, nomeadamente a descida acentuada das taxas de terminação móveis, bem como a queda dos preços do roaming. A PT irá também continuar as suas operações num contexto de instabilidade económica Europeia, em particular em Portugal, o que irá criar desafios financeiros e económicos adicionais e barreiras ao desenvolvimento dos seus negócios.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão de todos os cidadãos dos países onde tem as suas operações. A PT tem, também, o objetivo de ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável, implementando políticas e desenvolvendo práticas com o objectivo de respeitar a sociedade e o ambiente no seu todo.

A PT tem como objetivo proporcionar um pacote de remuneração atractivo ao acionista, no contexto do setor, juntamente com a melhoria das perspetivas de crescimento, alavancada na exposição internacional em economias de alto crescimento e no potencial de otimização do seu portfolio.

# 12 Declaração do Conselho de Administração

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal às contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2012 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;

- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Lisboa, 14 de março de 2013

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração

Zeinal Bava, Presidente da Comissão Executiva

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador executivo

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires, Administrador não-executivo

Carlos Alves Duarte, Administrador executivo

Fernando Magalhães Portella, Administrador não-executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares, Administrador não-executivo

Gerald Stephen McGowan, Administrador não-executivo

# 12 Declaração do Conselho de Administração

João Manuel de Mello Franco, Administrador não-executivo

João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Administrador não-executivo

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Administrador não-executivo

José Guilherme Xavier de Basto, Administrador não-executivo

José Pedro Cabral dos Santos, Administrador não-executivo

Luís Pacheco de Melo, Administrador executivo

Manuel Rosa da Silva, Administrador executivo

Maria Helena Nazaré, Administrador não-executivo

Mário João de Matos Gomes, Administrador não-executivo

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador não-executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador não-executivo

Otávio Marques de Azevedo, Administrador não-executivo

Paulo José Lopes Varela, Administrador não-executivo

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, Administrador executivo

Rafael Luís Mora Funes, Administrador não-executivo

Shakhaf Wine, Administrador executivo

# 13
# Atividades dos Administradores não executivos

De acordo com o Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, aprovado a 3 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da PT reafirmou o compromisso de conferir aos seus membros não executivos uma efetiva capacidade de acompanhar, avaliar e supervisionar a gestão executiva da Sociedade.

Durante o ano de 2012, os administradores não executivos da PT puderam desenvolver as suas funções, de forma efetiva e sem que se tenham deparado com constrangimentos de qualquer índole. Neste sentido, destacam-se as seguintes atividades:

> Para além do exercício das respectivas competências não delegadas na Comissão Executiva, os administradores não executivos da PT desempenharam a sua função de supervisão da atuação da gestão executiva, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 8 do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1 de Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração. Com efeito, ao abrigo daquelas regras, a delegação de poderes na Comissão Executiva não exclui o dever legal de vigilância geral dos administradores não executivos;

> Tal como previsto nos Artigos Quinto e Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, os administradores não executivos da PT exerceram, ainda, a sua função de supervisão no seio das comissões internas deste órgão, isto é:

- No âmbito da Comissão de Governo Societário, exclusivamente constituída por administradores não executivos e cujos poderes e atividades em 2012 se encontram descritos no capítulo II, ponto II.3. do Relatório de Governo da Sociedade;
- No âmbito da Comissão de Avaliação, maioritariamente constituída por administradores não executivos e cujos poderes e atividades em 2012 se encontram descritos no capítulo II, ponto II.3. do Relatório de Governo da Sociedade.

O efetivo exercício das funções pelos administradores não executivos da PT foi também potenciado pelo papel assumido pelo presidente do Conselho de Administração, o qual, desde 28 de março de 2008, assumiu exclusivamente as funções de *chairman*, deixando de exercer funções executivas.

Este papel de *active leadership* assumido pelo *chairman* encontra-se, aliás, vertido no Artigo Quarto do Regulamento do Conselho de Administração e tem-se concretizado pelas seguintes vias:

> Acompanhamento da atuação da Comissão Executiva no sentido de manter o Conselho de Administração informado sobre o desempenho das competências delegadas naquela Comissão;
> Contributo para o efetivo desempenho das funções e deveres dos administradores não executivos, assegurando os mecanismos necessários para que estes pudessem tomar decisões de forma independente e esclarecida, em particular na sua competência de coordenação das reuniões do Conselho de Administração;
> Dinamização dos trabalhos das comissões especializadas do Conselho de Administração, a qual resulta reforçada pelo fato de o *chairman* assumir as funções de Presidente da Comissão de Governo Societário e da Comissão de Avaliação.

# 13 Atividades dos Administradores não executivos

Durante o ano de 2012, os administradores não executivos da PT puderam desempenhar as referidas funções e atividades, em particular, através das seguintes práticas:

- Apresentações detalhadas realizadas pela Comissão Executiva, nas reuniões do Conselho de Administração, dos aspectos considerados relevantes da atividade desenvolvida, facultando aos administradores não executivos as informações adicionais solicitadas e potenciando um debate aprofundado e profícuo sobre a atividade da empresa (em especial, relativamente a decisões estratégicas);
- Envio pelo Presidente da Comissão Executiva ao Presidente do Conselho de Administração das convocatórias e as atas das suas reuniões;
- Presença assídua dos administradores não executivos nas reuniões do Conselho de Administração, tendo sido realizado um número alargado de reuniões deste órgão (16 reuniões durante o ano de 2012), assim como reuniões informais e apresentações com os administradores não executivos, destinadas ao esclarecimento e discussão sobre temas específicos relacionados com a informação financeira e os negócios da Sociedade;
- Intervenção no processo de tomada de decisão sobre determinadas transações com partes relacionadas, designadamente: (i) a realização de transações de valor superior a 100.000 euros está dependente de parecer prévio da Comissão de Auditoria; e (ii) as transações com acionistas de valor superior a 1.000.000 euros estão sujeitas a aprovação do Conselho de Administração;
- Obtenção, conjunta ou isoladamente, por parte dos administradores não executivos, de informação necessária ou conveniente ao exercício das suas funções por solicitação ao Presidente do Conselho de Administração e/ou ao Presidente da Comissão Executiva, permitindo-se, deste modo, que a resposta seja prestada em tempo útil e de forma adequada;
- Sem prejuízo dos casos de reconhecida urgência, a convocação das reuniões do Conselho de Administração é feita com uma antecedência mínima de 5 dias e a ordem de trabalhos e documentação de suporte às deliberações são disponibilizadas com uma antecedência mínima de 3 dias.

Para além destas atividades, importa referir que, tendo a Sociedade escolhido o modelo anglo-saxónico, o seu órgão de fiscalização é uma Comissão de Auditoria constituída exclusivamente por Administradores não executivos, que, no exercício das suas funções legais, estatutárias e regulamentares melhor descritas no capítulo II.3. ponto B) do Relatório de Governo da Sociedade, apresenta o resultado da sua atividade em relatórios e pareceres autónomos, entre os quais o relatório de atividade fiscalizadora e os pareceres sobre o relatório e contas, individuais e consolidados, emitidos em cada ano.

# Portugal Telecom

# Demonstrações Financeiras Consolidadas 2012

## PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

euros

| | Notas | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS** | | | |
| Prestações de serviços | 6 | 6.193.964.346 | 5.859.286.893 |
| Vendas | 6 | 198.666.864 | 141.455.409 |
| Outras receitas | 6 | 206.173.628 | 146.102.419 |
| | 6 | **6.598.804.838** | **6.146.844.721** |
| **CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)** | | | |
| Custos com o pessoal | 8 | 1.102.367.005 | 1.020.475.455 |
| Custos diretos dos serviços prestados | 9 | 1.092.366.255 | 1.012.274.450 |
| Custo das mercadorias vendidas | 10 | 183.068.741 | 169.875.122 |
| Marketing e publicidade | | 124.445.803 | 131.118.820 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas | 11 | 1.475.205.400 | 1.281.382.721 |
| Impostos indiretos | 13 | 247.031.379 | 187.460.760 |
| Provisões e ajustamentos | 42 | 105.578.423 | 156.264.110 |
| Amortizações | 36 e 37 | 1.390.645.957 | 1.325.584.609 |
| Custos com benefícios de reforma | 14 | 58.309.755 | 58.527.048 |
| Custos com redução de efetivos | 14 | 2.077.178 | 36.429.874 |
| Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos | 37 | (32.734.901) | (9.190.969) |
| Outros custos (ganhos), líquidos | 15 | (8.708.170) | 32.632.583 |
| | | **5.739.652.825** | **5.402.834.583** |
| **Resultado antes de resultados financeiros e impostos** | | **859.152.013** | **744.010.138** |
| **CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS** | | | |
| Juros suportados, líquidos | 16 | 498.835.624 | 297.114.673 |
| Perdas com variações cambiais, líquidas | 17 | 2.246.163 | 18.146.031 |
| Perdas (ganhos) em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas | 18 | 3.875.511 | (577.737) |
| Ganhos em empresas participadas, líquidos | 33 | (209.674.551) | (209.183.860) |
| Outras despesas financeiras, líquidas | 19 | 90.647.087 | 107.402.475 |
| | | **385.929.834** | **212.901.582** |
| **Resultado antes de impostos** | | **473.222.179** | **531.108.556** |
| Imposto sobre o rendimento | 20 | 147.604.824 | 108.196.813 |
| **RESULTADO LÍQUIDO** | | **325.617.355** | **422.911.743** |
| Atribuível a interesses não controladores | 21 | 95.344.319 | 83.782.511 |
| **Atribuível a acionistas da Portugal Telecom** | 23 | **230.273.036** | **339.129.232** |
| **Resultado líquido por ação** | | | |
| Básico | 23 | 0,27 | 0,39 |
| Diluído | 23 | 0,27 | 0,39 |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

euros

| | Notas | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|
| **Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio** | | | |
| Ajustamentos de conversão cambial | | | |
| Conversão de operações em moeda estrangeira (i) | | (423.171.787) | (289.332.587) |
| Transferências para resultados (ii) | | - | (37.794.036) |
| Benefícios de reforma | | | |
| Perdas atuariais, líquidas | 14 | (73.048.609) | (80.537.620) |
| Efeito fiscal | 20 | 20.338.120 | 20.934.533 |
| Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros | | | |
| Variações no valor de mercado | 45 | 20.580.027 | 24.494.061 |
| Transferências para resultados | 45 | 5.153.992 | (25.863.984) |
| Efeito fiscal | 20 | (8.370.403) | 958.275 |
| Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii) | | (26.575.608) | (24.055.124) |
| | | **(485.094.268)** | **(411.196.482)** |
| **Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio** | | | |
| Reservas de reavaliação | | | |
| Reavaliação de imóveis e da rede de condutas | 37 | - | (126.167.561) |
| Efeito fiscal | 20 | - | 31.541.890 |
| | | **-** | **(94.625.671)** |
| **Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital próprio** | | **(485.094.268)** | **(505.822.153)** |
| **Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados** | | **325.617.355** | **422.911.743** |
| **Total dos resultados reconhecidos** | | **(159.476.913)** | **(82.910.410)** |
| Atribuível a interesses não controladores | | 41.386.647 | 30.370.142 |
| **Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom** | | **(200.863.560)** | **(113.280.552)** |

(i) As perdas registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax.

(ii) Em 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL que foi reclassificado para a demonstração dos resultados (Nota 33) na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011.

(iii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui custos nos montantes de 6 milhões de euros e 18 milhões de euros, respetivamente, ambos relativos ao efeito fiscal sobre os dividendos recebidos pela Portugal Telecom no âmbito de contratos de equity swap sobre ações próprias e pela Telemar Norte Leste relativamente ao seu investimento na Portugal Telecom. Adicionalmente, em 2012, esta rubrica inclui uma perda de 14 milhões de euros correspondente ao impacto do reconhecimento pelo justo valor de um empréstimo concedido por uma empresa associada a um terceiro.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

### 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

euros

| | Notas | 2012 | 2011 Reexpresso (Nota 2) |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **Ativo corrente** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 2.507.099.156 | 4.930.012.396 |
| Investimentos de curto prazo | 24 | 880.194.809 | 738.112.198 |
| Contas a receber - clientes | 25 | 1.518.550.466 | 1.580.334.752 |
| Contas a receber - outros | 26 | 470.271.206 | 332.635.396 |
| Existências | 27 | 141.514.547 | 133.506.967 |
| Impostos a recuperar | 28 | 409.174.905 | 374.500.400 |
| Custos diferidos | 29 | 96.759.592 | 73.584.328 |
| Depósitos judiciais | 30 | 199.547.504 | 229.321.275 |
| Outros ativos correntes | 31 | 3.194.935 | 41.028.329 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 32 | 62.634.567 | - |
| **Total do ativo corrente** | | **6.288.941.687** | **8.433.036.041** |
| **Ativo não corrente** | | | |
| Contas a receber - clientes | | 380.879 | 1.225.001 |
| Contas a receber - outros | 26 | 22.916.932 | 22.096.000 |
| Impostos a recuperar | 28 | 66.971.235 | 56.406.992 |
| Investimentos em empresas participadas | 33 | 408.274.726 | 533.444.415 |
| Outros investimentos | 34 | 19.413.515 | 22.884.590 |
| Goodwill | 35 | 1.449.387.000 | 1.503.189.189 |
| Ativos intangíveis | 36 | 3.640.126.087 | 4.126.609.728 |
| Ativos tangíveis | 37 | 6.018.873.354 | 6.228.622.568 |
| Benefícios de reforma | 14 | 11.415.335 | 13.620.935 |
| Ativos por impostos diferidos | 20 | 1.184.140.639 | 1.247.784.040 |
| Depósitos judiciais | 30 | 950.726.173 | 854.761.888 |
| Outros ativos não correntes | 31 | 34.175.455 | 132.710.054 |
| **Total do ativo não corrente** | | **13.806.801.330** | **14.743.355.400** |
| **Total do ativo** | | **20.095.743.017** | **23.176.391.441** |
| **PASSIVO** | | | |
| **Passivo corrente** | | | |
| Dívida de curto prazo | 38 | 1.712.752.887 | 3.291.558.305 |
| Contas a pagar | 39 | 1.117.189.049 | 1.244.239.461 |
| Acréscimos de custos | 40 | 792.816.394 | 922.779.134 |
| Proveitos diferidos | 41 | 337.279.573 | 299.352.137 |
| Impostos a pagar | 28 | 445.632.973 | 411.776.877 |
| Provisões | 42 | 271.559.380 | 312.159.078 |
| Outros passivos correntes | 43 | 94.223.535 | 359.660.738 |
| **Total do passivo corrente** | | **4.771.453.791** | **6.841.525.730** |
| **Passivo não corrente** | | | |
| Dívida de médio e longo prazo | 38 | 9.385.752.988 | 8.989.400.331 |
| Contas a pagar | 39 | 146.054.007 | 201.956.296 |
| Impostos a pagar | 28 | 312.630.917 | 314.374.825 |
| Provisões | 42 | 510.340.404 | 628.849.066 |
| Benefícios de reforma | 14 | 932.835.606 | 1.004.065.628 |
| Passivos por impostos diferidos | 20 | 922.009.795 | 1.052.457.228 |
| Outros passivos não correntes | 43 | 260.621.195 | 401.589.580 |
| **Total do passivo não corrente** | | **12.470.244.912** | **12.592.692.954** |
| **Total do passivo** | | **17.241.698.703** | **19.434.218.684** |
| **CAPITAL PRÓPRIO** | | | |
| Capital social | 44 | 26.895.375 | 26.895.375 |
| Ações próprias | 44 | (337.520.916) | (326.382.864) |
| Reserva legal | 44 | 6.773.139 | 6.773.139 |
| Reserva de ações próprias | 44 | 6.970.320 | 6.970.320 |
| Reserva de reavaliação | 44 | 524.724.045 | 556.543.594 |
| Outras reservas e resultados acumulados | 44 | 2.065.524.601 | 2.557.270.220 |
| **Capital próprio excluindo interesses não controladores** | | **2.293.366.564** | **2.828.069.784** |
| Interesses não controladores | 21 | 560.677.750 | 914.102.973 |
| **Total do capital próprio** | | **2.854.044.314** | **3.742.172.757** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | | **20.095.743.017** | **23.176.391.441** |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2012

euros

| | Capital social | Ações próprias | Reserva legal | Reserva de ações próprias | Reserva de reavaliação | Outras reservas e resultados acumulados | Capital próprio, excluindo interesses não controladores | Interesses não controladores | Total do capital próprio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2010** | **26.895.375** | **(178.071.827)** | **6.773.139** | **6.970.320** | **693.283.402** | **3.836.598.153** | **4.392.448.562** | **216.696.573** | **4.609.145.135** |
| Dividendos (Notas 22 e 44.5) | - | - | - | - | - | (1.117.987.321) | (1.117.987.321) | (54.718.768) | (1.172.706.089) |
| Dividendos antecipados (Notas 22 e 44.5) | | | | | | (184.799.868) | (184.799.868) | - | (184.799.868) |
| Alterações no perímetro de consolidação | - | - | - | - | - | - | - | 808.102.414 | 808.102.414 |
| Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 44.2) | - | (148.311.037) | - | - | - | - | (148.311.037) | - | (148.311.037) |
| Bonificação e resgate de ações da Brasil Telecom (Nota 1) | - | - | - | - | - | - | - | (86.347.388) | (86.347.388) |
| Reavaliação de ativos tangíveis (Nota 44.5) | - | - | - | - | (94.625.671) | - | (94.625.671) | - | (94.625.671) |
| Realização de reserva de reavaliação | - | - | - | - | (42.114.137) | 42.114.137 | - | - | - |
| Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio | - | - | - | - | - | (357.784.113) | (357.784.113) | (53.412.369) | (411.196.482) |
| Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados | - | - | - | - | - | 339.129.232 | 339.129.232 | 83.782.511 | 422.911.743 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2011** | **26.895.375** | **(326.382.864)** | **6.773.139** | **6.970.320** | **556.543.594** | **2.557.270.220** | **2.828.069.784** | **914.102.973** | **3.742.172.757** |
| Dividendos (Notas 22 e 44.5) | - | - | - | - | - | (371.937.439) | (371.937.439) | (103.118.022) | (475.055.461) |
| Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital | - | - | - | - | - | - | - | (19.817.232) | (19.817.232) |
| Reestruturação societária na Oi (Notas 1 e 44) | - | 12.060.381 | - | - | - | 49.235.831 | 61.296.212 | (271.876.616) | (210.580.404) |
| Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 44.2) | - | (23.198.433) | - | - | - | - | (23.198.433) | - | (23.198.433) |
| Realização de reserva de reavaliação | - | - | - | - | (31.819.549) | 31.819.549 | - | - | - |
| Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio | - | - | - | - | - | (431.136.596) | (431.136.596) | (53.957.672) | (485.094.268) |
| Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados | - | - | - | - | - | 230.273.036 | 230.273.036 | 95.344.319 | 325.617.355 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2012** | **26.895.375** | **(337.520.916)** | **6.773.139** | **6.970.320** | **524.724.045** | **2.065.524.601** | **2.293.366.564** | **560.677.750** | **2.854.044.314** |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

euros

| | Notas | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS (Nota 47.a)** | | | |
| Recebimentos de clientes | | 8.346.301.510 | 7.653.745.672 |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.579.536.743) | (3.071.030.520) |
| Pagamentos ao pessoal | | (1.111.039.110) | (1.052.530.685) |
| Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento | 47.b | (155.766.302) | (164.560.300) |
| Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos | 14 | (197.666.333) | (198.223.997) |
| Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros | 47.c | (1.728.169.403) | (1.392.247.645) |
| **Fluxos das atividades operacionais (1)** | | **1.574.123.619** | **1.775.152.525** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 47.d | 409.230.930 | 97.492.590 |
| Investimentos financeiros | 47.e | 2.555.061 | 170.819.847 |
| Ativos tangíveis e intangíveis | 47.f | 88.772.853 | 10.761.447 |
| Juros e proveitos similares | 47.g | 217.115.072 | 339.561.933 |
| Dividendos | 47.h | 76.279.817 | 147.209.113 |
| Outras atividades de investimento | 47.i | 5.220.627 | 40.530.444 |
| | | **799.174.360** | **806.375.374** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 47.d | (549.279.356) | (301.661.547) |
| Investimentos financeiros | 47.j | (5.176.694) | (2.265.668.045) |
| Ativos tangíveis e intangíveis | 47.k | (1.510.375.356) | (1.217.277.754) |
| Outras atividades de investimento | 47.j | (1.658.574) | (30.996.476) |
| | | **(2.066.489.980)** | **(3.815.603.822)** |
| **Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas** | | **(1.267.315.620)** | **(3.009.228.448)** |
| **Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas** | 47.l | **-** | **2.000.000.000** |
| **Fluxos das atividades de investimento (2)** | | **(1.267.315.620)** | **(1.009.228.448)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | 47.m | 5.478.403.138 | 7.333.257.840 |
| Subsídios | | 4.478.027 | 1.062.132 |
| Outras atividades de financiamento | | - | 897.290 |
| | | **5.482.881.165** | **7.335.217.262** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | 47.m | (6.391.633.542) | (5.878.028.282) |
| Juros e custos similares | 47.g | (752.171.827) | (647.706.534) |
| Dividendos | 47.n | (642.871.535) | (1.206.055.463) |
| Aquisição de ações próprias | 47.o | (23.198.433) | (86.819.821) |
| Outras atividades de financiamento | 47.p | (319.709.949) | (56.906.153) |
| | | **(8.129.585.286)** | **(7.875.516.253)** |
| **Fluxos das atividades de financiamento (3)** | | **(2.646.704.121)** | **(540.298.991)** |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 4.930.012.396 | 4.764.732.734 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (2.339.896.122) | 225.625.086 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | (83.017.118) | (60.345.424) |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | 47.q | **2.507.099.156** | **4.930.012.396** |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

# Portugal Telecom, SGPS, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## Em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

## 1. Nota introdutória

### a) Empresa-mãe

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom" ou "Empresa") operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

A Portugal Telecom foi constituída em 23 de junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A., Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S.A. ("TLP") e Teledifusora de Portugal, S.A. ("TDP"), com referência a 1 de janeiro de 1994. Em resultado do processo de privatização iniciado em 1 de junho de 1995 e terminado em 4 de dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por acionistas privados. Por escritura pública realizada em 12 de dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objeto social para sociedade gestora de participações sociais.

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom de 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos Estatutos da Empresa que eliminou os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A, normalmente denominados "*golden share*" (Nota 44.1).

As ações da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Stock Exchange e na NYSE – New York Stock Exchange.

### b) Atividade

O Grupo opera essencialmente nos setores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

#### Portugal

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efetuada pela PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex ("Rede Básica"). Adicionalmente, a PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por subscrição, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, e serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas. Adicionalmente, no seguimento da fusão da PT Prime – Soluções Empresariais de

Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Prime") concluída em 2011, a PT Comunicações também presta serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN") através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 por um período inicial de 15 anos e renovada em 2007 até 16 de março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais ("UMTS"), cuja licença foi obtida em 19 de dezembro de 2000 por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos. Em dezembro de 2011, a TMN adquiriu a licença móvel de quarta geração ("licença 4G"), através da qual presta serviços desde 2012 através da tecnologia *Long Term Evolution* ("LTE"), a qual representa uma evolução da tecnologia GSM, que permite níveis mais elevados de largura de banda e velocidade. Esta licença foi concedida por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos.

Em janeiro de 2013, a Portugal Telecom lançou o primeiro serviço *quadruple play*, através da marca M4O, o que representa uma convergência do serviço fixo-móvel incluindo serviços de televisão, internet, telefone fixo e telemóvel.

## Brasil

No Brasil, desde março de 2011, a Portugal Telecom presta serviços de telecomunicações através do Grupo Oi e presta serviços corporativos e de *contact centre* através da Contax, S.A. ("Contax") e das suas subsidiárias.

A Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul em termos de número de clientes ativos, fornecendo atualmente estes serviços através da Oi, S.A. e das suas subsidiárias (Anexo II), como segue:

- A Telemar Norte Leste (100% detida pela Oi, S.A.) presta serviços fixos de telecomunicações na Região I do Brasil;
- A TNL PCS, S.A. (100% detida pela Telemar Norte Leste) presta serviços móveis de telecomunicações nas Regiões I e III do Brasil;
- A Oi, S.A. (antiga Brasil Telecom) presta serviços fixos de telecomunicações na Região II do Brasil;
- A 14 Brasil Telecom Celular, S.A. (100% detida pela Oi, S.A.) presta serviços móveis de telecomunicações na Região II do Brasil; e
- Outras empresas holding e instrumentais prestam serviços de gestão de rede, serviços de gestão de tráfego, serviços financeiros, serviços relacionados com sistemas de pagamento e de crédito e serviços de *call centre* e *telemarketing*.

A Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação direta e indireta de 25,3% na Telemar Norte leste ("Telemar") por um montante total de 8.256 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 3.647 milhões de euros (Nota 2.b), através (1) da subscrição de aumentos de capital realizados em 28 de março de 2011 pela Telemar Participações, S.A. ("Telemar Participações"), o atual acionista controlador do Grupo Oi, pela Tele Norte Leste Participações, S.A. ("TNL"), a empresa-mãe do Grupo Oi àquela data, e pela Telemar, e (2) da aquisição de uma participação de 35% na AG Telecom Participações, S.A. ("AG") e na LF Tel, S.A. ("LF"), os dois principais acionistas da Telemar Participações. Esta transação foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado em 28 de julho de 2010 entre a Portugal Telecom, a AG e a LF, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi.

Os termos dos acordos de acionistas celebrados entre a Portugal Telecom, a AG e a LF contêm mecanismos de votação unânime pelos seus representantes no Conselho de Administração da Telemar Participações, no que concerne a decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas que afetam a atividade do Grupo Oi. Consequentemente, de acordo com os termos da IAS 31 *Participações em Empreendimentos Conjuntos* ("IAS 31"), a Empresa concluiu que partilha contratualmente o controlo da Telemar

Participações e que esta empresa é portanto uma entidade controlada conjuntamente. Não obstante a opção incluída na IAS 31 que permite a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Portugal Telecom, em linha com a política contabilística aplicada em anos anteriores, optou por utilizar o método de consolidação proporcional para reconhecer nas contas consolidadas o seu investimento na entidade controlada conjuntamente Telemar Participações, a qual por sua vez controla o Grupo Oi. No âmbito do processo de aquisição do investimento na Oi, a Portugal Telecom ficou com uma participação direta e indireta de 25,6% na Telemar Participações, sendo essa a participação considerada na consolidação proporcional desta empresa e de todas as suas controladas.

O objetivo da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar as melhores práticas, obter economias de escala, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em África, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas.

No âmbito desta parceria estratégia, estava prevista a aquisição pela Oi de até 10% do capital social da Portugal Telecom. Até 31 de dezembro de 2012, a Oi adquiriu 89.651.205 ações da Portugal Telecom, representativas de 10,0% do capital social. A participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira e ascendia a 159 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (Nota 44.2).

A Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em *contact centres* no Brasil. Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação direta (16,2%) e indireta (25,8% através da AG e da LF) de 42,0% na CTX por um montante de 181 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 80 milhões de euros (Nota 2.b), resultando numa participação indireta de 14,1% na Contax. A CTX, que controla e consolida integralmente a Contax, é consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Portugal Telecom no âmbito dos acordos de acionistas celebrados.

O último passo da operação de aquisição da Contax consistiu na aquisição da Dedic/GPTI (o prestador de *Business Process Outsourcing* da Portugal Telecom) pela Contax, que foi concluído em 1 de julho de 2011, em resultado de os Conselhos de Administração e as Assembleias de Acionistas da Dedic, da CTX e da Contax terem aprovado as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax pelo montante total de 49,7 milhões de Reais Brasileiros (22 milhões de euros). Em resultado destas operações, a participação direta e indireta da Portugal Telecom na CTX e na Contax aumentou de 42,0% para 44,4% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente, e a Dedic/GPTI tornou-se uma subsidiária integral da Contax, pelo que os seus ativos, passivos e resultados foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, em conjunto com a Contax. Adicionalmente, foi registado um *goodwill* total de 28 milhões de euros (Nota 35) correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos pela Portugal Telecom e pela Contax.

Em abril de 2011, dando seguimento à sua estratégia de internacionalização, a Contax concluiu a aquisição de 100% da Allus Global BPO Centre ("Allus") pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (Nota 2.b). Consequentemente, os resultados da Contax, os quais são consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, incluem a consolidação integral dos resultados da Allus desde 1 de maio de 2011. A Allus é uma das maiores empresas prestadoras de serviços de *contact centre* na América Latina, com operações na Argentina, Colômbia e Perú e atividades comerciais nos Estados Unidos da América e Espanha. Com esta aquisição, a Contax deu um importante passo para se tornar num dos mais

completos prestadores globais de BPO (*Business Process Outsourcing*), dedicado a apoiar os seus clientes em toda a cadeia de relacionamento com os consumidores.

Em 27 de fevereiro de 2012, as assembleias gerais de acionistas da TNL, Telemar, Coari Participações ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("Brasil Telecom") aprovaram uma reorganização societária do Grupo Oi (a "Reorganização Societária"), no seguimento da qual a anterior estrutura societária composta pela TNL, Telemar, Coari e Brasil Telecom foi integrada na Brasil Telecom, a qual foi redenominada Oi, S.A. e passou a ser a única empresa do grupo cotada nos mercados de capitais do Brasil e dos Estados Unidos da América. Esta Reorganização Societária consistiu:

- Na incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
- Na fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir e tornando-se a Telemar subsidiária integral da Brasil Telecom;
- Na fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
- Numa bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, foram resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que foi refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu em 2011 este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu anterior acionista controlador Coari Participações (49,3%), o qual era integralmente detido pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos seus anteriores acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores nos montantes de 86 milhões de euros (Nota 21) à data da deliberação e de 81 milhões de euros a 31 de dezembro de 2011, os quais foram classificados na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 43).

Em 9 de abril de 2012, no âmbito da Reorganização Societária acima explicada, a Oi, S.A. pagou um montante total de 2,0 mil milhões de Reais Brasileiros (Nota 47.p) relativamente ao exercício dos direitos de recesso pelos acionistas que o solicitaram. Também em 9 de abril de 2012, no âmbito da bonificação em ações resgatáveis da Brasil Telecom acima mencionada, a Oi, S.A. pagou aos seus anteriores acionistas não controladores antes das fusões um montante total de 762 milhões de Reais Brasileiros (Nota 47.p).

Após a conclusão da Reorganização Societária, a participação da Portugal Telecom no capital da Oi, S.A. era detida através de: (1) uma participação de 17,70% detida pela Telemar Participações, a qual se manteve como acionista controlador do Grupo Oi, com 56,43% dos direitos de voto da Oi, S.A.; (2) uma participação de 15,54% detida pela Portugal Telecom através da sua subsidiária integral Bratel Brasil, S.A.; e (3) duas participações de 4,54% detidas pela AG Telecom Participações, S.A. e pela LF Tel, S.A.. Consequentemente, a nova participação efetiva detida pela Portugal Telecom no Grupo Oi, o qual inclui atualmente 100% da Telemar e da Brasil Telecom e antes da reorganização incluía 100% da Telemar e 49,3% da Brasil Telecom, diminuiu da participação direta e indireta de 25,31% anteriormente detida na Telemar para uma participação direta e indireta de 23,25% na Oi, S.A. após a Reorganização Societária do Grupo Oi. A participação direta e indireta da Portugal Telecom na Telemar Participações (25,62%) não sofreu qualquer alteração em resultado deste processo pelo que a Portugal Telecom continua a consolidar proporcionalmente o Grupo Oi com base nesta percentagem.

No âmbito da Reorganização Societária acima mencionada, a Portugal Telecom registou um ganho diretamente no capital próprio (antes de interesses não controladores) no montante de 61 milhões de euros, o qual reflete (1) um ganho de 252 milhões de euros correspondente à redução no valor contabilístico dos interesses não controladores, explicado essencialmente por uma maior diferença entre o justo valor e o valor contabilístico da Telemar, em comparação com essa mesma diferença aplicável à Brasil Telecom, e (2) uma perda de 191 milhões de euros correspondente ao montante pago pela Oi de 2,0 mil milhões de Reais Brasileiros relativamente ao exercício dos direitos de recesso (211 milhões de euros), líquido do efeito em interesses não

controladores (19 milhões de euros). Este ganho líquido de 61.296.212 euros inclui um montante de 12.060.380 euros reconhecido na rubrica "Ações próprias" (Nota 44.2) e um montante de 49.235.831 euros reconhecido na rubrica "Outras reservas e resultados acumulados" (Nota 44.5). Tendo em conta que esta reestruturação não envolveu a aquisição ou perda de controlo por qualquer das empresas envolvidas, uma vez que a Telemar Participações se manteve como acionista controlador e a Portugal Telecom manteve a sua posição de controlo conjunto sobre o Grupo Oi, esta transação foi reconhecida como uma transação de capital, com a redução nos interesses não controladores a ser registada como um ganho diretamente no capital próprio.

Não obstante a Reorganização Societária do Grupo Oi, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 incluem os resultados e fluxos de caixa de todas as Empresas Oi desde 1 de janeiro de 2012.

### África

Em África, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Africatel Holding BV ("Africatel"). O Grupo presta serviços em Angola, principalmente através da empresa associada Unitel, e na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited ("MTC"), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique ("LTM"), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL ("CST").

### Ásia

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Timor Telecom e da Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL ("CTM"). Em 13 de janeiro de 2013, a Portugal Telecom celebrou um acordo definitivo para a alienação da sua participação de 28% no capital da CTM à Citic Telecom International Holdings Limited (CITIC Telecom), pelo que este investimento foi classificado como um ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2012 (Notas 32 e 50). Esta transação, a qual se encontra sujeita à satisfação de um conjunto de condições precedentes, permitirá à Portugal Telecom receber um montante total de 411,6 milhões de dólares, sujeito a certos ajustes de *cash flow*.

## 2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de março de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, por esta ser a moeda funcional da Portugal Telecom e de uma parte significativa das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q.

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, aprovadas pela União Europeia (UE). No caso da Portugal Telecom, não existem diferenças entre as IFRS adotadas pela União Europeia em 31 de dezembro de 2012 e as IFRS publicadas pelo *International Accounting Standards Board* em vigor à mesma data.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

## a) Princípios de consolidação

### Empresas controladas (Anexo I)

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa e obteve a maioria dos benefícios e riscos económicos. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respetivamente, na rubrica "Interesses não controladores" (Nota 21).

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício. Os interesses de acionistas não controladores são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na Demonstração Consolidada dos Resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respetivamente.

As transações e saldos entre empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transações entre empresas do Grupo são igualmente anuladas, no processo de consolidação.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

### Empresas controladas conjuntamente (Anexo II)

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

De acordo com o método de consolidação proporcional, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas são integrados, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

Os ativos, passivos e passivos contingentes em empresas controladas conjuntamente são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, entidades controladas conjuntamente de acordo com a IAS 31, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente os ativos e passivos da Oi e da Contax a partir de 31 de março de 2011 e os seus resultados e fluxos de caixa desde 1 de abril de 2011.

## Empresas associadas (Anexo III)

Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, ajustado, quando aplicável, para respeitar as políticas contabilísticas da Portugal Telecom. De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de resultados financeiros na rubrica "Ganhos em empresas participadas, líquidos" (Nota 33), e pelo valor correspondente à participação nas outras alterações no capital próprio dessas mesmas empresas associadas, por contrapartida de ganhos e perdas registados diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros, no momento em que são atribuídos.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas associadas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

## Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente ou associada, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 *Concentrações Empresariais (*"IFRS 3"). Atendendo à exceção prevista na IFRS 1 *Primeira Adoção das IFRS*, o Grupo aplicou as disposições da IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2004 foram mantidos com base no valor contabilístico dessas operações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

O *goodwill* relativo a empresas subsidiárias e entidades controladas conjuntamente é incluído na rubrica "*Goodwill*" (Nota 35), não sendo amortizado, mas sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados do período e

não é suscetível de reversão posterior. O *goodwill* relativo a empresas associadas é incluído na rubrica "Investimentos em empresas participadas" (Nota 33). Estes investimentos são também sujeitos a testes de imparidade.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

## b) Alterações ocorridas no Grupo

### Aquisições

Em 2011, no seguimento da aquisição das participações diretas e indiretas na Telemar e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, como mencionado acima, a Portugal Telecom efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através destas combinações de negócios. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Portugal Telecom obteve toda a informação necessária para concluir o cálculo final do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito destas operações e, em resultado das alterações efetuadas à alocação do preço de compra registada em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira àquela data foi reexpressa de modo a refletir essas alterações como se as mesmas tivessem sido reconhecidas na data de aquisição (Nota 4.2).

O detalhe dos ativos líquidos da Telemar (25,6%), da Contax (42,0%) e dos seus acionistas controladores, os quais foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom, e do *goodwill* apurado no âmbito destas transações é como segue:

| | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | Valor contabilístico | Ajustes a valor de mercado (i) | Valor de mercado |
| **Ativos** | **9.275** | **1.555** | **10.830** |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 47.j) | 1.504 | - | 1.504 |
| Investimentos financeiros de curto prazo | 192 | - | 192 |
| Contas a receber correntes | 767 | - | 767 |
| Impostos a recuperar correntes | 300 | - | 300 |
| Depósitos judiciais correntes (Nota 30) | 208 | - | 208 |
| Goodwill (Nota 35) | 18 | - | 18 |
| Ativos intangíveis (Nota 36) | 2.012 | 1.527 | 3.539 |
| Ativos tangíveis (Nota 37) | 2.632 | - | 2.632 |
| Impostos diferidos (Nota 20) | 658 | 28 | 686 |
| Depósitos judiciais não correntes (Nota 30) | 776 | - | 776 |
| Benefícios de reforma (Nota 14) | 11 | - | 11 |
| Outros (ii) | 197 | - | 197 |
| **Passivos** | **6.756** | **764** | **7.520** |
| Dívida de curto prazo | 656 | - | 656 |
| Contas a pagar correntes | 303 | - | 303 |
| Acréscimos de custos correntes | 367 | - | 367 |
| Impostos a pagar correntes | 318 | - | 318 |
| Provisões correntes (Nota 42) | 213 | - | 213 |
| Dívida de médio e longo prazo | 3.092 | - | 3.092 |
| Impostos a pagar não correntes (iii) | 312 | - | 312 |
| Provisões não correntes (Nota 42) | 594 | 83 | 677 |
| Benefícios de reforma (Nota 14) | 63 | - | 63 |
| Impostos diferidos (Nota 20) | 353 | 519 | 873 |
| Outros (iv) | 484 | 161 | 645 |
| **Ativos líquidos adquiridos** | **2.519** | **792** | **3.310** |
| Interesses não controladores (Nota 21) | 710 | 106 | 815 |
| **Ativos líquidos adquiridos atribuíveis a acionistas da Portugal Telecom** | **1.809** | **686** | **2.495** |
| Ações próprias adquiridas (Nota 44.2) (v) | 61 | - | 61 |
| **Sub-total com base na taxa de câmbio em vigor em 31 de março de 2011 (vi)** | **1.870** | **686** | **2.557** |
| **Sub-total com base na taxa de câmbio considerada no preço de aquisição (vi** | **1.905** | **699** | **2.604** |
| Goodwill (Nota 35) (vii) | | | 1.123 |
| **Preço de aquisição (Nota 47.j)** | | | **3.728** |

(i) A natureza dos ajustamentos a valor de mercado encontra-se descrita abaixo em maior detalhe.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente custos diferidos e impostos a recuperar não correntes.

(iii) Os impostos a pagar não correntes referem-se a programas de pagamento parcelar de impostos federais em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscreveram uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social.

(iv) Esta rubrica inclui essencialmente (1) dividendos a pagar, os quais estão classificados na rubrica "Outros passivos correntes" da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, (2) contas a pagar não correntes, nomeadamente relacionadas com licenças a pagar à Anatel, e (3) proveitos diferidos.

(v) Em 31 de março de 2011, a Oi tinha uma participação de 3,1% na Portugal Telecom. Este investimento, adquirido no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1), foi registado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom.

(vi) No seguimento da conclusão do processo de aquisição dos investimentos na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o justo valor dos ativos líquidos adquiridos pela primeira vez em 31 de março de 2011, com base na taxa de câmbio Euro/Real naquela data, a qual difere da taxa de câmbio Euro/Real implícita nas transferências de fundos de Portugal para o Brasil para o pagamento do preço de aquisição. O impacto da diferença entre estas taxas de câmbio foi reconhecido diretamente no capital próprio e incluído na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

(vii) Nas combinações de negócios, é usual existir uma parcela do custo de aquisição que não é possível atribuir em termos contabilísticos ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, sendo portanto reconhecida como *goodwill*. No caso da aquisição da Oi e da Contax, este *goodwill* está relacionado com

diversos elementos, os quais não podem ser individualmente quantificados de forma fiável e isolados uns dos outros, incluindo sinergias decorrentes de poupanças de custos, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado estabelecida.

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Na determinação do justo valor dos ativos adquiridos, para além de diversas outras considerações, foi tida em conta a informação de peritos. Os ajustamentos a valor de mercado efetuados no âmbito deste processo estão relacionados essencialmente com: (1) licenças móveis detidas pela TNL PCS, S.A. ("TCL PCS") para as regiões I e III e pela 14 Brasil Telecom Celular, S.A. ("Brasil Telecom Celular") para a Região II, as quais serão amortizadas até 2038, ano em que termina o final do primeiro período de renovação destas licenças; (2) concessões de rede fixa detidas pela Telemar Norte Leste para a Região I e pela Oi, S.A. (anterior Brasil Telecom) para a Região II, as quais serão amortizadas até 2025, o final do período inicial destas concessões; (3) listas de clientes das operações móveis da Oi e da Contax, as quais serão amortizadas, linearmente, com base no prazo médio estimado de retenção de clientes em cada negócio; e (4) o justo valor dos passivos contingentes da Oi relativos a obrigações contratuais e a contingências cíveis, laborais e fiscais. O detalhe destes ajustamentos a valor de mercado é como segue:

| | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | Oi | Contax | Total |
| **Valor contabilístico** | **1.797** | **11** | **1.809** |
| **Ajustamentos a valor de mercado:** | | | |
| Ativos intangíveis | | | |
| Licenças móveis e concessões de rede fixa | 1.191 | - | **1.191** |
| Listas de clientes | 171 | 165 | **336** |
| Passivos contingentes e obrigações contratuais | (244) | - | **(244)** |
| Efeito fiscal | (435) | (56) | **(491)** |
| Interesses não controladores | (33) | (73) | **(106)** |
| | **650** | **36** | **686** |
| **Ações próprias adquiridas** | **61** | **-** | **61** |
| **Valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos com base na taxa de câmbio em 31 de março de 2011** | **2.509** | **48** | **2.557** |
| **Valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos com base na taxa de câmbio considerada no preço de aquisição** | **2.555** | **49** | **2.604** |
| Goodwill (Nota 35) | 1.092 | 31 | **1.123** |
| **Preço de compra (Notas 1 e 47.j)** | **3.647** | **80** | **3.728** |

Para um melhor entendimento das variações ocorridas na Demonstração Consolidada dos Resultados, a qual em 2012 inclui a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores desde 1 de janeiro, enquanto em 2011 inclui essa contribuição apenas a partir de 1 de abril, a tabela abaixo apresenta informação sobre a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de março de 2012:

| Demonstração dos Resultados (i) | milhões de euros |
|---|---|
| | 1T12 |
| **RECEITAS (Nota 6)** | **936** |
| **CUSTOS, DESPESAS E PERDAS** | |
| Custos com o pessoal (Nota 8) | 188 |
| Custos diretos (Nota 9) | 177 |
| Custo das mercadorias vendidas | 6 |
| Marketing e publicidade | 13 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11) | 221 |
| Impostos indiretos (Nota 13) | 52 |
| Provisões e ajustamentos | 37 |
| Amortizações | 161 |
| Custos com benefícios de reforma | 1 |
| Perdas com a alienação de ativos fixos, líquidas | 1 |
| Outros custos, líquidos | 4 |
| **Resultado antes de resultados financeiros e impostos** | **74** |
| Juros suportados, líquidos (Nota 16) | 66 |
| Outros custos financeiros, líquidos | 15 |
| **Resultado antes de impostos** | **(7)** |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 20) | (13) |
| **Resultado líquido (antes de interesses não controladores)** | **6** |
| Resultados atribuíveis a interesses não controladores | 3 |
| **Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom** | **2** |

(i) Embora as demonstrações financeiras estatutárias da Oi, SA de 31 de dezembro de 2012 incluam doze meses dos resultados da antiga Brasil Telecom (agora Oi, S.A.) e apenas dez meses dos resultados da Telemar e da TNL desde 1 de março de 2012 (data a partir da qual estas empresas foram integradas na nova Oi, S.A), no seguimento da aprovação da Reorganização Societária em 27 de fevereiro de 2012, a Demonstração dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2012 apresentada na tabela acima e a Demonstração Consolidada dos Resultados da Portugal Telecom para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012 incluem os resultados de todas as empresas do Grupo Oi desde 1 de janeiro de 2012. A Demonstração dos Resultados apresentada na tabela acima inclui também os resultados da Contax e dos acionistas controladores. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Oi e da Contax foram ajustadas por forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos adotados pela Portugal Telecom, incluindo o efeito da amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito do processo de alocação do preço de compra.

A contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi negativa em 4 milhões de euros e em 32 milhões de euros, respetivamente. Essas contribuições divergem do resultado líquido constante das demonstrações financeiras preparadas por essas entidades, essencialmente pelo impacto do reconhecimento em resultados dos ajustamentos a valor de mercado acima descritos. O detalhe da referida contribuição é como segue:

| Demonstração dos Resultados | milhões de euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **RECEITAS (Nota 6)** | **3.515** | **2.768** |
| **CUSTOS, DESPESAS E PERDAS** | | |
| Custos com o pessoal | 687 | 505 |
| Custos diretos | 635 | 521 |
| Custo das mercadorias vendidas | 45 | 32 |
| Marketing e publicidade | 52 | 48 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas | 833 | 597 |
| Impostos indiretos | 203 | 146 |
| Provisões e ajustamentos | 82 | 135 |
| Amortizações | 625 | 545 |
| Custos com benefícios de reforma | 6 | 5 |
| Outros custos, líquidos | (15) | 2 |
| **Resultado antes de resultados financeiros e impostos** | **360** | **231** |
| Juros suportados, líquidos | 286 | 175 |
| Outros custos financeiros, líquidos | 47 | 70 |
| **Resultado antes de impostos** | **27** | **(15)** |
| Imposto sobre o rendimento | 20 | 7 |
| **Resultado líquido (antes de interesses não controladores)** | **7** | **(22)** |
| Resultados atribuíveis a interesses não controladores | 11 | 10 |
| **Prejuízo atribuível a acionistas da Portugal Telecom** | **(4)** | **(32)** |

Caso a Oi e a Contax tivessem sido consolidadas proporcionalmente desde 1 de janeiro de 2011, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não controladores da Portugal Telecom, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, seriam como segue:

| | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|
| | **Valores reportados** | **Efeito da Oi e da Contax** | **Informação pro-forma** |
| Receitas operacionais | 6.147 | 890 | 7.037 |
| Resultado líquido (antes de interesses não controladores) | 423 | (75) | 348 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para a Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom e o *goodwill* gerado em resultado da aquisição dos investimentos nestas empresas são como segue:

| | milhões de euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 518 | 1.288 |
| Investimentos de curto prazo | 254 | 275 |
| Contas a receber correntes | 794 | 798 |
| Impostos a recuperar correntes | 337 | 287 |
| Depósitos judiciais correntes | 200 | 229 |
| Goodwill | 66 | 75 |
| Ativos intangíveis | 2.883 | 3.326 |
| Ativos tangíveis | 2.440 | 2.573 |
| Benefícios de reforma | 10 | 12 |
| Impostos diferidos | 612 | 653 |
| Depósitos judiciais não correntes | 951 | 855 |
| Outros | 212 | 172 |
| **Total do activo** | **9.275** | **10.542** |
| Dívida de curto prazo | 317 | 601 |
| Contas a pagar correntes | 458 | 362 |
| Acréscimos de custos correntes | 303 | 361 |
| Impostos a pagar correntes | 363 | 338 |
| Provisões correntes | 174 | 220 |
| Dívida de médio e longo prazo | 3.406 | 3.281 |
| Impostos a pagar não correntes | 313 | 311 |
| Provisões não correntes | 507 | 619 |
| Benefícios de reforma | 83 | 74 |
| Impostos diferidos | 645 | 776 |
| Outros | 356 | 631 |
| **Total do passivo** | **6.924** | **7.574** |
| **Interesses não controladores** | **344** | **694** |
| **Ativos líquidos** | **2.007** | **2.275** |
| **Goodwill gerado na aquisição da Oi e da Contax** | **958** | **1.075** |
| **Total** | **2.965** | **3.350** |

Em abril de 2011, tal como mencionado acima, a Contax adquiriu um investimento na Allus pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1), ou seja 103 milhões de Reais Brasileiros correspondentes à percentagem da participação consolidada proporcionalmente pela Portugal Telecom. Este investimento foi consolidado proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 30 de abril de 2011. O justo valor dos ativos líquidos consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011 e o *goodwill* apurado em resultado desta transação são como segue:

| | milhões | |
|---|---|---|
| | Reais Brasileiros | euros |
| **Ativos** | **94** | **40** |
| Ativos correntes (i) | 41 | 18 |
| Ativos intangíveis (Nota 36) | 31 | 13 |
| Ativos tangíveis (Nota 37) | 16 | 7 |
| Outros | 5 | 2 |
| **Passivos** | **59** | **25** |
| Passivos correntes | 46 | 19 |
| Dívida de médio e longo prazo | 13 | 5 |
| Outros | 1 | 0 |
| **Ativos líquidos adquiridos** | **35** | **15** |
| Goodwill (Nota 35) | 68 | 29 |
| **Preço de aquisição (Nota 47.j)** | **103** | **44** |

(i) Esta rubrica inclui caixa e equivalentes de caixa no montante de 2 milhões de euros, os quais foram incluídos na Demonstração dos Fluxos de Caixa na rubrica "Recebimentos provenientes de investimentos financeiros" (Nota 47.j).

### Outras transações societárias

Conforme explicado na Nota 1, em 1 de julho de 2011, os Conselhos de Administração e as Assembleias Gerais de Acionistas da Dedic, da Contax e da CTX aprovaram as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax por um montante de 49,7 milhões de Reais Brasileiros. Todas estas operações foram reconhecidas a justo valor, incluindo a permuta dos investimentos na Dedic e na GPTI por um investimento na Contax, a qual foi registada com base no valor de mercado atribuído nos termos da troca. Em resultado destas operações, foi apurado um *goodwill* total de 28 milhões de euros (Nota 35), correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos adquiridos pela Portugal Telecom e pela Contax. Este *goodwill* representa as sinergias decorrentes da integração destas empresas, uma vez que ambas atuam no negócio de *call center*.

Em resultado destas operações, as participações diretas e indiretas da Portugal Telecom na CTX e na Contax foram aumentadas de 42,0% para 44,4% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente, e a Dedic/GPTI tornou-se uma subsidiária integral da Contax. Consequentemente, os ativos, passivos e resultados da Dedic/GPTI foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, em conjunto com a Contax, enquanto até essa data foram consolidados integralmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom. O detalhe dos ativos e passivos da Dedic/GPTI que foram consolidados integralmente em 30 de junho de 2011, os quais foram subsequentemente integrados na Contax e, com base na participação efetiva de 44,4% na CTX, consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, é como segue:

| | milhões de euros |
|---|---|
| | **30 jun 2011** |
| **Ativos** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 |
| Contas a receber | 74 |
| Goodwill (relacionado com a aquisição da GPTI em 2010) | 54 |
| Ativos intangíveis (Nota 36) | 16 |
| Ativos tangíveis (Nota 37) | 46 |
| Ativos por impostos diferidos (Nota 20) | 22 |
| Outros | 8 |
| | **223** |
| **Passivos** | |
| Dívida bruta | 21 |
| Contas a pagar | 19 |
| Acréscimos de custos | 19 |
| Impostos a pagar | 12 |
| Provisões | 9 |
| | **79** |

Com exceção das operações acima mencionadas, não ocorreram quaisquer outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

## 3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

### Principais políticas contabilísticas

### a) Classificação da Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira são classificados como correntes. Os passivos são também classificados como correntes quando são liquidados a menos de um ano, ou quando não

existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação para um período de pelo menos 12 meses após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

## b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas por motivos de obsolescência tecnológica ou baixa rotação.

## c) Ativos tangíveis

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística de valorização dos imóveis e da rede de condutas, deixando de utilizar o modelo do custo e passando a adotar o modelo de reavaliação, uma vez que entende que este último reflete de uma melhor forma o valor económico destas classes de ativos, tendo em conta a natureza dos ativos reavaliados, os quais não estão sujeitos a obsolescência tecnológica. O incremento de valor dos ativos tangíveis resultante destas reservas de reavaliação, não distribuíveis, está a ser amortizado de acordo com o critério utilizado na amortização dos bens reavaliados. A Portugal Telecom adotou uma política de revisão do montante reavaliado de três em três anos.

Os restantes ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do ativo; (2) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e requalificação do local (Notas 3.g e 43). Decorrente da exceção prevista na IFRS 1, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis em exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2004, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. O período de amortização dos ativos tangíveis é revisto anualmente e ajustado sempre que necessário de modo a refletir as vidas úteis estimadas. As taxas de amortização usadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos |
|---|---|
| Edifícios e outras construções | 3 - 50 |
| Equipamento básico | |
| Instalações e equipamento de rede | 7 - 40 |
| Rede de condutas | 40 |
| Equipamento terminal | 3 - 10 |
| Cabos submarinos | 15 - 20 |
| Estações, equipamento e instalações de satélites | 5 - 7 |
| Outros equipamentos de telecomunicações | 4 - 10 |
| Outro equipamento básico | 4 - 20 |
| Equipamento de transporte | 4 - 8 |
| Ferramentas e utensílios | 4 - 8 |
| Equipamento administrativo | 3 - 10 |
| Outros ativos tangíveis | 4 - 8 |

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, bem como as perdas por imparidade, são reconhecidas como uma dedução ao valor do ativo respetivo por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como

custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos ativos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ganhos e perdas nas alienações de ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica "Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos".

## d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem basicamente a aquisição da Rede Básica detida pela PT Comunicações, licenças e concessões de telecomunicações, detidas essencialmente pela Oi e TMN, e licenças de utilização de *software*.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período estimado de vida útil ou, se inferior, o período dos contratos (incluindo os períodos de renovação adicionais se aplicável), como segue:

| | |
|---|---|
| Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações | Período da concessão (até 2025) |
| Licenças e concessões de telecomunicações: | |
| - Licença UMTS detida pela TMN | Período da licença com período de renovação (até 2030) |
| - Licença LTE detida pela TMN | Período da licença com período de renovação (até 2041) |
| - Concessões fixas da Oi (detidas pela Telemar e Oi, S.A.) | Período da concessão (até 2025) |
| - Licenças móveis da Oi (detidas pela TNL PCS e Brasil Telecom Celular) | Período da licença com período de renovação (até 2038) |
| Direitos de aquisição de capacidade de satélite | Período do contrato (até 2015) |
| Licenças de utilização de *software* | 3 - 6 anos |
| Outros ativos intangíveis | 3 - 8 anos |

O período de renovação das licenças depende basicamente de as empresas cumprirem determinados objetivos e obrigações pré-definidos nos acordos através das quais essas licenças foram inicialmente atribuídas.

## e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, incluídas na rubrica "Outros investimentos" (Nota 34), compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da atividade corrente dos negócios (exploração, serviços prestados ou vendas).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas (método de quotas constantes) e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se referem.

As propriedades de investimento são amortizadas durante o período de vida expectável pelo método de quotas constantes (Nota 3.c).

## f) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

As empresas do Grupo efetuam testes de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Os ativos tangíveis registados de acordo com o modelo de reavaliação são periodicamente mensurados. Qualquer perda por imparidade nestes ativos é reconhecida como uma diminuição à reserva de reavaliação reconhecida inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores no montante da reserva de reavaliação inicial são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados.

## g) Provisões, passivos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação possa ser estimado com razoabilidade. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a probabilidade de uma saída de recursos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado e formalizado para a reestruturação e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões são atualizadas na Demostração Consolidada da Posição Financeira, considerando a melhor estimativa obtida pelos órgãos de gestão.

As obrigações para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas a partir do mês em que os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c e 43). O montante da obrigação reconhecida corresponde ao respetivo valor presente, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica "Juros suportados, líquidos".

## h) Responsabilidades com pensões e complementos de pensão

No âmbito dos planos de benefícios definidos, a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI") são responsáveis por pagar complementos de pensão a alguns dos seus empregados. Para financiar estas obrigações, foram constituídos vários fundos pela PT Comunicações (Nota 14.1.1).

A Oi, S.A. e as suas subsidiárias patrocinam planos privados de pensões e outros benefícios de reforma para os seus empregados, os quais são geridos por duas fundações e incluem planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida (Nota 14.2).

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima mencionados, o Grupo obtém periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o "Método da Unidade de Crédito Projetada". O Grupo decidiu adotar o tratamento alternativo previsto na IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica "Custos com benefícios de reforma", quando obtidos ou incorridos, e aqueles relativos a direitos não vencidos são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores, na maioria dos casos, na data de reforma. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos, quando incorridos, na rubrica "Custos com redução de efetivos".

As responsabilidades reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos e dos ganhos ou perdas com serviços passados ainda não reconhecidos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

As contribuições efetuadas no âmbito dos planos de contribuição definida são determinadas com base em cálculos atuariais, quando aplicável, e são registadas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

## i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respetivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a idade da reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. Este Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde ("PT ACS"), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 14.1.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações").

A Oi, S.A. e as suas subsidiárias gerem um plano de benefícios definidos destinado a prestar assistência médica a reformados e pensionistas.

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento dos referidos cuidados de saúde após a data de reforma, o Grupo obtém periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o "Método da Unidade de Crédito

Projetada". O Grupo decidiu adotar o tratamento alternativo previsto na IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre os dados reais e esses mesmos pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica "Custos com benefícios de reforma", quando obtidos ou incorridos. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos não vencidos são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma). Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos quando incorridos na rubrica "Custos com redução de efetivos".

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos do fundo constituído e dos ganhos ou perdas de serviços passados ainda não reconhecidos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

## j) Pré-reforma e suspensões do contrato de trabalho

No âmbito dos programas de pré-reforma ou suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira um passivo correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma. O respetivo custo é registado na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica "Custos com redução de efetivos" (Nota 14.1.3).

## k) Subsídios

Os subsídios governamentais concedidos pelo Estado Português e pela União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração para formação de colaboradores são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos. Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são deduzidos ao valor dos respetivos ativos (Nota 3.c).

## l) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

**(i) Contas a receber (Notas 25 e 26)**

Contas a receber, empréstimos atribuídos e outras contas a receber que tenham pagamentos fixos ou definidos e que não se encontrem cotados em mercados ativos são classificados como valores a receber ou empréstimos atribuídos.

As contas a receber não têm implícitos juros, sendo apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas, calculadas essencialmente com base (a) na antiguidade do saldo a receber e (b) no perfil de crédito do devedor específico.

**(ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transação e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido de custos de emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor atual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em ações, por parte do detentor da obrigação, reconhecido diretamente no capital próprio. À data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

**(iii) Empréstimos bancários (Nota 38)**

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respetivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os juros e outros encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, bem como prémios pagos antecipadamente, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

**(iv) Contas a pagar (Nota 39)**

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**(v) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Nota 45)**

As atividades do Grupo estão essencialmente expostas a riscos financeiros decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura daqueles riscos financeiros, sujeitos a análise económica detalhada e aprovação por parte da Comissão Executiva.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respetivo justo valor na data de cada Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

**Contabilidade de cobertura**

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39. Atualmente, para efeitos contabilísticos, a Portugal Telecom classifica os seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura de justo valor e de fluxos de caixa.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do exercício.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de fluxos de caixa são registadas diretamente no capital próprio, na sua componente efetiva, e em resultados financeiros, na sua

componente não efetiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

Os instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como "derivados detidos para negociação" e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício em que ocorrem.

**(vi) Ações próprias (Nota 44)**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica "Ações próprias", e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em "Resultados acumulados".

Os *equity swaps* sobre ações próprias que incluam uma opção de exercício físico executável pela PT, são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida da redução de capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de ações próprias, na data de celebração do contrato.

As ações da Portugal Telecom adquiridas por alguma das suas empresas afiliadas são reconhecidas em ações próprias ao custo de aquisição de acordo com a percentagem de participação da Empresa na entidade que adquiriu essas ações.

**(vii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (Nota 24)**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui também depósitos de clientes e outras entidades que ainda não foram compensados. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de "Dívida de curto prazo", quando aplicável.

Os investimentos de curto prazo compreendem investimentos efetuados com o objetivo de gerar rendimento, razão pela qual não foram classificados como equivalentes de caixa.

**(viii) Operações de "*Qualified Technological Equipment*"**

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de "*Qualified Technological Equipment*" ("QTE"), pelas quais alienou a determinados investidores um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, esses investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantinha legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um *sale and lease-back*, pelo que os equipamentos continuavam registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, dado o Grupo ter obtido a maioria dos benefícios económicos gerados por estas entidades no decorrer das suas atividades e, consequentemente, ter estado exposto ao risco resultante das atividades dessas entidades. Assim, a Portugal Telecom registou um ativo corrente e não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 31) e um passivo corrente e não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 43).

## m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão de obra e transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis são objeto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos tangíveis desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de que os ativos tangíveis venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na Demonstração Consolidada dos Resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os custos incorridos são contabilizados na Demonstração Consolidada dos Resultados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

## n) Locações (a empresa como locatária)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais (Nota 12). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 38). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 12).

## o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é reconhecido de acordo com o preconizado pela IAS 12 *Impostos sobre o Rendimento* ("IAS 12"), sendo composto por imposto corrente e imposto diferido.

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (atualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que a Portugal Telecom participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Portugal Telecom, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no

mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente ao capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

## p) Rédito

As receitas da atividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e faturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não faturados a clientes ou não faturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efetuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de aluguer de equipamento terminal são registadas como locação operacional no período a que respeitam, como receitas operacionais.

As receitas dos serviços de *Internet Service Provider* ("ISP") resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas dos serviços de televisão por subscrição e de telecomunicações móveis resultam essencialmente de e são reconhecidas como segue:

| Natureza da receita | Rubrica | Momento do Reconhecimento |
|---|---|---|
| Assinatura mensal pela utilização do serviço | Prestação de serviços | No momento da prestação do serviço |
| Aluguer de equipamento | Prestação de serviços | No período do aluguer |
| Utilização da rede | Prestações de serviços | No mês da prestação do serviço |
| Tráfego de interligação | Prestações de serviços | No mês da prestação do serviço |
| *Roaming* | Prestações de serviços | No mês da prestação do serviço |
| Cartões pré-pagos | Prestações de serviços | No momento da prestação do serviço |
| Banda larga móvel | Prestações de serviços | No momento da prestação do serviço |
| Equipamentos terminais e acessórios | Vendas de mercadorias | No momento da venda |
| Penalidades impostas aos clientes | Outras receitas | No momento do recebimento |

As receitas provenientes da venda de produtos ou serviços compostos são imputadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respetivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

O Grupo opera programas de fidelização para alguns dos seus clientes, ao abrigo dos quais, em função do consumo, os clientes têm direito a pontos de fidelização que podem ser trocados por equipamentos, acessórios e descontos em subsequentes aquisições de serviços de telecomunicações. A Portugal Telecom contabiliza estas transações como transações contendo

múltiplos elementos, pelo que o montante recebido inicialmente é alocado entre a receita relativa ao tráfego consumido e os pontos que o cliente obteve. Desta forma, a receita diferida é reconhecida quando os pontos são consumidos ou perdem a validade.

## q) Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio da data da transação. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o *goodwill*, e em itens monetários que constituam extensão do investimento e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos diretamente no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- Taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", e são apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. De acordo com o IAS 21, quando ocorre uma redução do investimento da Portugal Telecom numa entidade estrangeira, através da venda ou reembolso de capital, o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial é transferido para a Demonstração Consolidada de Resultados, de forma proporcional à redução ocorrida no investimento.

O Grupo optou por utilizar a exceção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição, contabilizado na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" em 1 de janeiro de 2004, para a rubrica de "Resultados transitados". A partir de 1 de janeiro de 2004, o Grupo começou a registar diretamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados apenas na data da alienação dos respetivos investimentos financeiros ou quando se verifica o reembolso do investimento efetuado.

## r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo quando incorridos. O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um ativo, nos casos em que o período de construção dos ativos tangíveis e intangíveis é relativamente curto.

## s) Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e

equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica "Dívida de curto prazo".

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamentos de dividendos.

### t) Eventos subsequentes (Nota 50)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data da referida demonstração são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS, o Conselho de Administração da Portugal Telecom utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e noutros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

**(a)** **Benefícios de reforma** – O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos atuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 14. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

**(b)** **Análise de imparidade do *goodwill*** – A Portugal Telecom testa anualmente o *goodwill* com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa. Os principais pressupostos utilizados na análise de imparidade do *goodwill* estão descritos na Nota 35.

**(c)** **Valorização e vida útil de ativos intangíveis e tangíveis** – A Portugal Telecom utiliza diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos. A Portugal Telecom também utilizou estimativas para determinar a vida útil dos seus ativos tangíveis (Nota 3.c).

**(d)** **Reconhecimento de provisões e ajustamentos** – A Portugal Telecom é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetuou um julgamento para determinar o reconhecimento de

eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 49). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

**(e)** **Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros** – A Portugal Telecom escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não existem valores cotados em mercados ativos encontram-se divulgados na Nota 45.3.

**(f)** **Determinação do valor de mercado dos ativos reavaliados** – A Portugal Telecom utiliza o modelo da reavaliação para mensurar o valor contabilístico de determinadas classes de ativos tangíveis. Para determinar o valor reavaliado desses ativos, a Empresa utilizou o método do custo de reposição no caso da rede de condutas e o valor de mercado no caso dos imóveis. Estes métodos implicaram a utilização de determinados pressupostos relativos ao custo de construção das condutas e de indicadores específicos relacionados com o mercado imobiliário, conforme explicado em maior detalhe na Nota 37.

**(g)** **Impostos diferidos** – O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são significativamente diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, a empresa reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. A Empresa analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e reconhece uma perda por imparidade sempre que seja provável que esses ativos não sejam realizáveis, com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais. Estes cálculos requerem o uso de estimativas e pressupostos, sendo que a aplicação de diferentes estimativas e pressupostos poderia resultar no reconhecimento de uma provisão para redução do valor recuperável de todo ou parte significativa dos ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

# 4. Alterações de políticas e estimativas

## 4.1 Políticas contabilisticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2012, as seguintes normas, normas revistas ou interpretações aprovadas pela União Europeia ficaram efetivas, apesar de a sua adoção não ter tido impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*

As seguintes normas, normas revistas ou interpretações emitidas pelo IASB já foram adotadas pela União Europeia, sendo a sua aplicação apenas requerida em exercícios subsequentes:

- Em outubro de 2010, o IASB emitiu alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, as quais vêm aumentar os requisitos de divulgação para transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Estas alterações têm como objetivo dar maior transparência acerca dos riscos a que uma entidade está exposta quando transfere um ativo financeiro mas retém algum nível de exposição continuada a esse mesmo ativo. Estas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em junho de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras,* as quais vêm requerer divulgações adicionais sob os itens que compõem a Demonstração do Rendimento Integral para que estes itens sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que posteriormente não são reclassificados para o resultado líquido; e (b) itens posteriormente reclassificáveis para o resultado líquido. Estas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em junho de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 19 *Benefícios aos Empregados*, as quais incluem essencialmente: (i) a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo "método do corredor"; (ii) a simplificação da apresentação das alterações nos ativos e passivos resultantes de planos de benefícios definidos, incluindo remensurações a serem apresentadas na Demonstração do Rendimento Integral, separando-as das alterações que podem ser vistas como o resultado das operações do dia-a-dia da empresa; (iii) melhorias nos requisitos de divulgação para planos de benefícios definidos, de forma a prestar melhor informação acerca das características desses planos e dos riscos a que as entidades estão expostas quando participam nos mesmos; e (iv) a alteração no cálculo do rendimento esperado dos ativos, o qual passa a ser calculado com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades em vez de na taxa de rentabilidade de longo-prazo anteriormente aplicada. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma revista, os quais se traduzirão pelo menos em menores ganhos com a rendibilidade esperada dos ativos, sendo no entanto de salientar que a Portugal Telecom já reconhece os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio;
- Em dezembro de 2010, o IASB emitiu alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*, as quais vêm excecionar as entidades que estão a adotar as IFRS pela primeira vez de terem de reconstruir transações ocorridas antes da data de transição para IFRS e disponibilizam orientações sobre a forma como as entidades que anteriormente estavam a atuar numa economia hiperinflacionária podem retomar a apresentação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS fazê-lo pela primeira vez. Estas alterações à IFRS 1 são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, não sendo aplicáveis à Portugal Telecom;
- Em dezembro de 2010, o IASB emitiu alterações à IAS 12 *Imposto sobre o Rendimento*, as quais vêm criar uma exceção ao princípio geral da IAS 12 de que os ativos e passivos por impostos diferidos devem refletir as consequências fiscais decorrentes da forma como a entidade espera recuperar o valor contabilístico do ativo. Especificamente, em resultado destas alterações, as propriedades de investimento que são mensuradas ao abrigo do modelo de revalorização de acordo com a IAS 40 *Propriedades de Investimento*, devem-se presumir como sendo recuperáveis através da venda para efeitos de mensuração dos impostos diferidos, a não ser que essa presunção seja rebatida em determinadas circunstâncias. Estas

alterações à IAS 12 são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, de acordo com a data definida pela União Europeia, não sendo aplicáveis à Portugal Telecom;

- Em dezembro de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, as quais veem definir os requisitos de divulgação relativamente à compensação de ativos e passivos financeiros;
- Em maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, a qual estabelece os princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10, com base nos princípios existentes, identifica o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma empresa deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Esta norma disponibiliza igualmente orientações para determinar a existência de controlo nas situações em que tal é complicado. A IFRS 10 substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 *Consolidação* e na IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais*. A Empresa está a analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, de acordo com a data definida pela União Europeia;
- Em maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, a qual classifica os empreendimentos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como *joint ventures* (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requere a utilização do método de equivalência patrimonial nas *joint ventures*, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma, que vem substituir a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC 13 *Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias dos Ventures,* é aplicável em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, de acordo com a data definida pela União Europeia. Com a adoção desta nova norma, a Portugal Telecom deixará de consolidar proporcionalmente os seus investimentos em entidades controladas conjuntamente, incluindo essencialmente a Oi e a Contax;
- Em maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, a qual é aplicável a entidades com participação em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas, e vem estabelecer os objetivos de divulgação e especificar o nível mínimo de informações a divulgar pela entidade para cumprir com esses objetivos. De acordo com esta norma, uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados às participações financeiras em outras entidades e os efeitos das mesmas nas suas demonstrações financeiras. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, de acordo com a data definida pela União Europeia;
- Na sequência das alterações supra mencionadas, as normas IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* e IAS 28 *Investimentos em Associadas* foram revistas em conformidade. Estas alterações também são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014;
- Em maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, a qual procura estabelecer uma fonte única de orientação para a mensuração a valor de mercado de acordo com as IFRS. O valor de mercado é definido como o "preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração". A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

O IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações que ainda não foram adotadas pela União Europeia e cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB ocorre, na maioria dos casos, apenas em exercícios subsequentes:

- Em 31 outubro de 2012, o IASB emitiu alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais se aplicam a uma classe específica de negócio que designou por Entidades de Investimento. O IASB utiliza a terminologia entidade de investimento para se referir a uma entidade cuja atividade é o investimento em fundos apenas para obter valorização de capital, retorno de investimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente mensurar a performance dos seus investimentos numa base de justo valor. Estas entidades podem incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento. Estas alterações permitem uma exceção aos requisitos de consolidação do IFRS 10 e exigem que as entidades de investimento avaliem as suas subsidiárias ao justo valor, através de ganhos e perdas, em vez de consolidar essas mesmas entidades. Estas alterações têm aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2014;
- Em junho de 2012, o IASB emitiu *Demonstrações Financeiras Consolidadas, Empreendimentos Conjuntos e Divulgação de Interesses em Outras Entidades: Guia de Transição* (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12). Estas alterações clarificam as orientações de transição incluídas na IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas* e também incluem exceções adicionais de transição nas IFRS 10, IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* e IFRS 12 *Divulgação de Interesses em Outras Entidades*, limitando o requisito de disponibilizar informação comparativa ajustada apenas para um período comparativo. Adicionalmente, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, estas alterações irão remover o requisito de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à adoção inicial da IFRS 12;
- Em março 2012, o IASB emitiu alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS* relacionadas com os financiamentos obtidos de entidades governamentais a taxas inferiores às praticadas no mercado, dispensando as empresas em processo de adoção pela primeira vez das IFRS da aplicação retrospetiva integral das IFRS na contabilização destes financiamentos na data de transição. Estas alterações, as quais têm aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2013, não são aplicáveis à Portugal Telecom;
- Em novembro de 2009, o IASB emitiu a IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, a qual introduz novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. Subsequentemente, em outubro de 2010, a IFRS 9 foi alterada de modo a incluir os requisitos para a classificação e mensuração de passivos financeiros e para o desreconhecimento dos mesmos. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015; e
- Em dezembro de 2011, o IASB emitiu alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, as quais vêm introduzir novos requisitos de divulgação destinados a facilitar a compreensão dos efeitos ou potenciais efeitos na posição financeira da empresa decorrentes da compensação de ativos e passivos financeiros, aumentando os requisitos de divulgação para transações envolvendo transferências de ativos financeiros.

## 4.2 Alterações de estimativas

Conforme referido no Relatório Anual de 2011 da Portugal Telecom, no seguimento da identificação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, a alocação do preço de compra destas concentrações empresariais registada em 31 de dezembro de 2011 estava sujeita a alterações até ao final do período de um ano desde a data de aquisição, conforme previsto na IFRS 3 *Concentrações Empresariais*. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Portugal Telecom obteve toda a informação necessária para concluir o cálculo final do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito destas operações e, em resultado das alterações efetuadas à alocação do preço de compra registada em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira àquela data foi reexpressa, de modo a refletir essas alterações como se as mesmas tivessem sido reconhecidas na data de aquisição. Neste âmbito, a Portugal

Telecom concluiu a valorização dos passivos contingentes, tendo reconhecido um montante total de 233 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, correspondente ao justo valor dos passivos contingentes relativos a obrigações contratuais e a contingências cíveis, laborais e fiscais. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom reviu a vida útil de alguns ativos tangíveis dos negócios de telecomunicações em Portugal, incluindo essencialmente determinados equipamentos de transmissão, o que resultou numa redução dos custos com amortizações no montante de 19 milhões de euros em 2012. Os impactos da reexpressão na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

| | | | Euro |
|---|---|---|---|
| | **Demonstração refletindo a alocação preliminar do preço de compra** | **Impactos das alterações à alocação preliminar do preço de compra** | **Demonstração reexpressa refletindo a alocação final do preço de compra** |
| **ATIVO** | | | |
| **Ativo corrente** | **8.433.036.041** | **-** | **8.433.036.041** |
| **Ativo não corrente** | | | |
| Goodwill | 1.297.490.731 | 205.698.458 | 1.503.189.189 |
| Ativos intangíveis | 4.126.609.728 | - | 4.126.609.728 |
| Ativos tangíveis | 6.228.622.568 | - | 6.228.622.568 |
| Ativos por impostos diferidos | 1.220.882.009 | 26.902.031 | 1.247.784.040 |
| Outros ativos não correntes | 1.637.149.875 | - | 1.637.149.875 |
| **Total do ativo não corrente** | **14.510.754.911** | **232.600.489** | **14.743.355.400** |
| **Total do ativo** | **22.943.790.952** | **232.600.489** | **23.176.391.441** |
| **PASSIVO** | | | |
| **Passivo corrente** | | | |
| Provisões | 282.487.720 | 29.671.358 | 312.159.078 |
| Outros passivos correntes | 6.529.366.652 | - | 6.529.366.652 |
| **Total do passivo corrente** | **6.811.854.372** | **29.671.358** | **6.841.525.730** |
| **Passivo não corrente** | | | |
| Provisões | 579.396.803 | 49.452.263 | 628.849.066 |
| Outros passivos não correntes | 247.479.376 | 154.110.204 | 401.589.580 |
| Outros | 11.562.254.308 | - | 11.562.254.308 |
| **Total do passivo não corrente** | **12.389.130.487** | **203.562.467** | **12.592.692.954** |
| **Total do passivo** | **19.200.984.859** | **233.233.825** | **19.434.218.684** |
| **CAPITAL PRÓPRIO** | | | |
| **Capital próprio excluindo interesses não controladores** | **2.828.069.784** | **-** | **2.828.069.784** |
| Interesses não controladores | 914.736.309 | (633.336) | 914.102.973 |
| **Total do capital próprio** | **3.742.806.093** | **(633.336)** | **3.742.172.757** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | **22.943.790.952** | **232.600.489** | **23.176.391.441** |

## 5. Cotações utilizadas para conversão de transações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

| Moeda | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Coroa dinamarquesa | 7,46100 | 7,4342 |
| Coroa norueguesa | 7,34830 | 7,7540 |
| Coroa sueca | 8,5820 | 8,9120 |
| Dirham marroquino | 11,1526 | 11,0952 |
| Dobra de São Tomé e Príncipe | 24.500,0 | 24.500,0 |
| Dólar australiano | 1,27120 | 1,2723 |
| Dólar canadiano | 1,31370 | 1,3215 |
| Dólar namibiano | 11,17270 | 10,4830 |
| Dólar de Hong Kong | 10,22600 | 10,0510 |
| Dólar dos EUA | 1,3194 | 1,2939 |
| Escudo de Cabo Verde | 110,2650 | 110,2650 |
| Forint húngaro | 292,3000 | 314,5800 |
| Franco CFA | 655,9570 | 655,9570 |
| Franco suíço | 1,2072 | 1,2156 |
| Iene japonês | 113,6100 | 100,2000 |
| Libra esterlina | 0,8161 | 0,8353 |
| Metical de Moçambique | 39,2400 | 34,9600 |
| Pataca de Macau | 10,5328 | 10,3525 |
| Peso argentino | 6,4879 | 5,5683 |
| Pula do Botsuana | 10,2717 | 9,6704 |
| Rand da África Sul | 11,1727 | 10,4830 |
| Real do Brasil | 2,7036 | 2,4159 |
| Xelim queniano | 113,6003 | 109,9168 |
| Xelim ugandês | 3.549,2 | 3.208,9 |
| Yuan Renmimbi da China | 8,2207 | 8,1588 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

| Moeda | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Dirham marroquino | 11,1061 | 11,2677 |
| Dólar namibiano | 10,5511 | 10,0970 |
| Dobra de São Tomé e Príncipe | 24.500,0 | 24.500,0 |
| Dólar dos EUA | 1,2848 | 1,3920 |
| Escudo de Cabo Verde | 110,2650 | 110,2650 |
| Forint húngaro | 289,2500 | 279,3700 |
| Franco CFA | 655,9570 | 655,9570 |
| Franco suíço | 1,2053 | 1,2326 |
| Metical de Moçambique | 36,3700 | 40,5400 |
| Pataca de Macau | 10,2645 | 11,1619 |
| Peso argentino | 5,8869 | 5,7591 |
| Pula do Botsuana | 9,8156 | 9,5133 |
| Real do Brasil | 2,5084 | 2,3265 |
| Xelim queniano | 109,3349 | 122,8537 |
| Xelim ugandês | 3.250,3 | 3.501,2 |
| Yuan Renmimbi da China | 8,1052 | 8,9960 |

## 6. Receitas operacionais

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Telecomunicações em Portugal (Nota 7.a)(i)** | **2.676.916.113** | **2.868.688.041** |
| Prestações de serviços (Nota 3.p) | 2.532.665.557 | 2.726.419.561 |
| Vendas | 107.428.368 | 115.138.271 |
| Outras receitas | 36.822.188 | 27.130.209 |
| **Telecomunicações no Brasil - Oi (Nota 7.b)(ii)** | **3.037.905.715** | **2.409.199.493** |
| Prestações de serviços (Nota 3.p) | 2.817.121.891 | 2.297.480.556 |
| Vendas | 56.920.290 | 12.028.870 |
| Outras receitas | 163.863.534 | 99.690.067 |
| **Outros negócios (iii)** | **883.983.010** | **868.957.187** |
| Prestações de serviços | 844.176.898 | 835.386.776 |
| Vendas | 34.318.206 | 14.288.268 |
| Outras receitas | 5.487.906 | 19.282.143 |
| | **6.598.804.838** | **6.146.844.721** |

(i) As informações sobre o desempenho deste segmento operacional, incluindo explicações para a evolução das receitas operacionais, estão descritas na Nota 7.a).

(ii) Como mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011. As informações sobre o desempenho deste segmento operacional, incluindo explicações para a evolução das receitas operacionais, estão descritas na Nota 7.b).

(iii) O aumento de 15 milhões de euros na contribuição dos outros negócios para as receitas consolidadas é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 (148 milhões de euros), uma vez que esta empresa foi consolidada proporcionalmente apenas a partir 1 de abril de 2011, parcialmente compensado pela contribuição do negócio da Dedic/GPT no primeiro semestre de 2011 (134 milhões de euros), uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax desde então, no seguimento da conclusão da troca do investimento detido pela Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação adicional na Contax (Nota 2.b). Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, a contribuição dos outros negócios para as receitas consolidadas teria permanecido estável, com a melhoria nas receitas dos negócios na Timor Telecom e na MTC a ser compensada pelo menor contributo da Contax, uma vez que o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro mais do que compensou um crescimento numa base de moeda constante, essencialmente devido ao efeito positivo da consolidação da Allus e da Dedic/GPTI a partir de 1 de maio e 1 de julho de 2011, respetivamente.

O rédito é reconhecido de acordo com os princípios referidos na Nota 3.p). As prestações de serviços incluem receitas provenientes essencialmente de (1) serviços de telecomunicações fixas e internacionais, incluindo receitas de faturação e interligação, (2) serviços de televisão por subscrição, incluindo a assinatura mensal e o aluguer de equipamentos, (3) serviços de telecomunicações móveis, incluindo o uso de rede, tarifas de interligação, *roaming*, cartões pré-pagos e banda larga sem fios, e (4) publicidade em listas telefónicas. As vendas correspondem essencialmente à alienação de equipamento terminal, incluindo telefones fixos, *modems*, boxes de TV e equipamento terminal móvel. As outras receitas incluem principalmente receitas de publicidades nos portais, benefícios com as penalidades contratuais impostas aos clientes, aluguer de equipamentos e outras infra- estruturas e receitas resultantes de projetos de consultoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as receitas operacionais por mercado geográfico são conforme segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Portugal | 2.745.121.320 | 2.932.085.657 |
| Brasil (i) | 3.515.235.497 | 2.901.881.154 |
| Outros | 338.448.021 | 312.877.910 |
| | **6.598.804.838** | **6.146.844.721** |

(i) Esta rubrica inclui receitas da Oi e da Contax nos montantes totais de 3.515 milhões de euros em 2012 e 2.768 milhões de euros em 2011 (Nota 2.b), um aumento de 747 milhões de euros que reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional do primeiro trimestre de 2012, no montante de 936 milhões de euros (Nota 2.b), parcialmente compensado pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro. Adicionalmente, em 2011, esta rubrica inclui 134 milhões de euros correspondentes ao impacto da consolidação integral do negócio da Dedic/GPTI até 30 de junho de 2011, data a partir da qual este negócio foi integrado na Contax.

## 7. Composição do resultado líquido por segmentos de negócio

Os segmentos operacionais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 com base na forma como o Conselho de Administração revê e avalia a performance dos negócios do Grupo, são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

O segmento operacional denominado "Telecomunicações em Portugal" inclui a rede fixa e a TMN.

O segmento operacional denominado "Telecomunicações no Brasil – Oi" inclui a Oi, S.A., empresa mãe do Grupo Oi, a Telemar Norte Leste e as subsidiárias de ambas as empresas. A Portugal Telecom divulga a Oi como um segmento operacional, uma vez que a gestão da Empresa revê e avalia a sua performance periodicamente. Os resultados deste segmento foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.

Além dos segmentos atrás mencionados, o Grupo tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas do Grupo: (1) Contax, que presta serviços em regime de *outsourcing* e de *call centre*; (2) MTC, Cabo Verde Telecom e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis, e (3) algumas empresas Portuguesas que prestam serviços de suporte ao negócio, nomeadamente a PT - Sistemas de Informação, Portugal Telecom Inovação, PT Pro Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados e PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação.

### a) Telecomunicações em Portugal

A informação financeira deste segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **RECEITAS (i)** | | |
| Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6) | 2.532.665.557 | 2.726.419.561 |
| Prestações de serviços - intragrupo | 13.237.131 | 13.549.575 |
| Vendas - clientes externos (Nota 6) | 107.428.368 | 115.138.271 |
| Vendas - intragrupo | 1.687.799 | 1.137.761 |
| Outras receitas - clientes externos (Nota 6) | 36.822.188 | 27.130.209 |
| Outras receitas - intragrupo | 8.662.045 | 8.623.453 |
| | **2.700.503.088** | **2.891.998.830** |
| **CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)** | | |
| Custos com o pessoal (Nota 8) | 241.778.227 | 252.457.557 |
| Custos diretos dos serviços prestados (Nota 9) | 457.091.120 | 480.297.290 |
| Custos comerciais (ii) | 292.158.529 | 318.304.226 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11) (iii) | 508.734.534 | 535.438.223 |
| Amortizações (iv) | 681.159.324 | 703.169.318 |
| Custos com benefícios de reforma | 51.796.911 | 53.917.498 |
| Custos com redução de efetivos | 867.969 | 34.003.038 |
| Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos | (3.525.138) | (556.261) |
| Outros custos (ganhos), líquidos (v) | (23.494.632) | 16.613.077 |
| | **2.206.566.844** | **2.393.643.966** |
| **Resultado antes de resultados financeiros e impostos** | **493.936.244** | **498.354.864** |

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição das receitas por segmento de cliente é conforme segue:

| | Milhões de euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Residencial | 712 | 682 |
| Pessoal | 688 | 768 |
| Empresas | 896 | 982 |
| Serviços a operadores, outros e eliminações | 405 | 459 |
| | **2.701** | **2.892** |

A redução nas receitas é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (86 milhões de euros), impactadas por pressão tanto no preço como no consumo, quer ao nível das PME's quer das grandes empresas, por um corte significativo de custos na administração pública e pela ausência de novos projetos nas empresas de maior dimensão; (2) uma redução nas receitas do segmento de cliente Pessoal (80 milhões de euros), em resultado de menores receitas de cliente (56 milhões de euros), as quais refletem condições económicas adversas e pressão ao nível do preço, menores receitas de interligação, no seguimento da redução nas Tarifas de Terminação Móvel ("MTR's"), e diminuição nas vendas; e (3) uma redução nas receitas do segmento de cliente Wholesale e outros (54 milhões de euros), em resultado de menores receitas de tráfego e circuitos alugados, do declínio no negócio de postos públicos e de menores receitas provenientes do negócio de listas telefónicas (11 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residenciais (29 milhões de euros), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas no sucesso das ofertas double e triple play do Meo.

(ii) Esta rubrica inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade. A redução ocorrida em 2012 é explicada por: (1) menores custos das mercadorias vendidos devido a menores vendas de equipamentos, menores subsídios e um menor custo médio por aparelho em resultado de contratos favoráveis celebrados com fornecedores chave; (2) menores custos com comissões, o que representou uma sólida performance por ter sido alcançada num contexto de contínuo crescimento da base de clientes, o que se traduzir numa menor taxa de desligamento, e (3) menores despesas com marketing e publicidade, refletindo o enfoque na eficiência dos custos.

(iii) Esta rubrica inclui custos com fornecimentos e serviços externos, provisões, impostos indiretos e outros custos.

(iv) A redução nos custos com amortizações está relacionada essencialmente com a troca de equipamentos 2G na TMN por equipamentos habilitados para usar a tecnologia LTE (4G), o que resultou numa aceleração das amortizações dos equipamentos 2G até 30 de junho de 2011, e com o impacto da revisão das vidas úteis de determinados ativos tangíveis ocorrida em 2012.

(v) Os outros ganhos em 2012, conforme mencionado na Nota 15, incluem a compensação líquida estimada a receber pela PT Comunicações do Estado Português por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão, o que explica a variação nesta rubrica face a 2011.

Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio diminuíram de 647 milhões de euros em 2011 para 555 milhões de euros em 2012. Esta evolução reflete: (1) menores investimentos com novos clientes essencialmente devido a uma redução nos custos unitários dos equipamentos, menores adições líquidas de clientes e uma menor taxa de desligamento nos serviços de TV por subscrição e de banda larga; e (2) menores investimentos em infraestrutura em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nomeadamente no período 2008-2011, na implementação da rede de fibra, na modernização da rede 2G já preparada para 4G-LTE e no reforço da cobertura e capacidade das redes 3G e 3,5G, não obstante o investimento na implementação da rede 4G-LTE em 2012. Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no negócio de telecomunicações em Portugal foi direcionado para investimentos em tecnologias de última geração, nomeadamente FTTH e 4G/LTE. Além dos investimentos acima mencionados, este segmento de negócio incorreu em investimentos não recorrentes no montante total de 136 milhões de euros em 2011, conforme mencionado nas Notas 36 e 37.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de empregados afetos a este segmento era de 7.637 e 7.535, respetivamente.

## b) Telecomunicações no Brasil – Oi

A informação financeira deste segmento reportável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e para o período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011, os quais foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom (considerando a percentagem de 25,6% detida na Telemar Participações), é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **RECEITAS** | | |
| Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6) | 2.817.121.891 | 2.297.480.556 |
| Vendas - clientes externos (Nota 6) | 56.920.290 | 12.028.870 |
| Outras receitas - clientes externos (Nota 6) | 163.863.534 | 99.690.067 |
| Outras receitas - intragrupo | 4.181.473 | 2.917.385 |
| | **3.042.087.188** | **2.412.116.878** |
| **CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)** | | |
| Custos com o pessoal | 248.684.844 | 163.243.344 |
| Custos diretos dos serviços prestados | 630.173.022 | 517.527.789 |
| Custos comerciais | 240.284.522 | 174.426.926 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas | 1.013.972.714 | 809.288.452 |
| Amortizações | 578.210.753 | 512.203.623 |
| Custos com benefícios de reforma, líquidos | 6.438.817 | 4.516.002 |
| Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidas | (29.877.164) | (8.711.820) |
| Outros custos, líquidos | 11.364.037 | 10.136.238 |
| | **2.699.251.545** | **2.182.630.554** |
| **Resultado antes de resultados financeiros e impostos** | **342.835.643** | **229.486.324** |

Tal como mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, o que explica o aumento em todas as rubricas em 2012 face a 2011, efeito que foi parcialmente compensado pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro em 2012.

As receitas da Oi ascenderam a 3.042 milhões de euros em 2012, o que compara com 2.412 no período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011. Este aumento de 630 milhões de euros reflete essencialmente o efeito da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (788 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro (241 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para as receitas operacionais consolidadas da Portugal Telecom em 2012 teria registado, um aumento de 83 milhões de euros face a 2011, em resultado essencialmente de um aumento das vendas e das outras receitas operacionais (86 milhões de euros), parcialmente compensado por uma redução nos serviços prestados (3 milhões de euros). O aumento nas vendas reflete a estratégia da Oi de alargar a sua presença no mercado móvel, mais focada nos segmentos de maior rendimento, fortalecendo assim a sua presença no mercado de aparelhos móveis. A redução na prestação de serviços é essencialmente explicada (1) por menores receitas no segmento Residencial, principalmente devido à perda de linhas e não obstante a contribuição positiva das receitas de banda larga e de TV por subscrição nos últimos trimestres, parcialmente compensadas (2) por um aumento nas receitas do segmento de Mobilidade Pessoal, em resultado do enfoque no crescimento do segmento pós-pago, de maiores receitas de tráfego e de um aumento nos serviços 3G.

Igualmente ajustado pelos impactos da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 e da depreciação do Real brasileiro face ao Euro durante 2012, o resultado antes de resultados financeiros e impostos da Oi teria aumentado essencialmente em resultado de: (1) uma redução nas provisões e ajustamentos, refletindo menores provisões para contingências e menores ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa; e (2) um aumento nas vendas líquidas e nas outas receitas operacionais. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) um aumento nos custos com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente devido ao aumento das vendas, dos custos com conteúdos relacionados com o serviço de TV por subscrição e a maiores custos de logística relacionados com a nova estratégia de marketing de equipamentos; (2) maiores custos com pessoal em resultado do aumento no número de empregados e de uma reestruturação organizacional, incluindo novas estruturas

comerciais regionais de modo a melhorar a performance operacional em cada região; e (3) um ganho registado no terceiro trimestre de 2011 relacionado com um reembolso a receber da Sistel relacionado com o excesso de financiamento de um plano de benefícios de reforma.

Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio aumentaram de 444 milhões de euros no período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011 para 630 milhões de euros em 2012. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (121 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro (50 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis consolidados da Portugal Telecom teria aumentado em 114 milhões de euros, devido principalmente aos investimentos realizados em 2012 na expansão da cobertura da rede 2G e 3G e no aumento da velocidade e expansão da rede de banda larga. Além dos investimentos acima mencionados, este segmento de negócio incorreu em investimentos não recorrentes relacionados com a aquisição de licenças 4G em junho de 2012, no montante total de 41 milhões de euros, conforme mencionado na Nota 36.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de empregados afetos a este segmento era de 9.412 e de 7.892, respetivamente (considerando a percentagem de 25,6% utilizada na consolidação proporcional) .

## c) Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre as receitas dos segmentos reportáveis e o total das receitas consolidadas é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Receitas relativas aos segmentos reportados | 5.742.590.276 | 5.304.115.708 |
| Receitas relativas a outras operações (i) | 1.485.091.326 | 1.441.145.339 |
| Eliminação de receitas intragrupo (i) | (628.876.764) | (598.416.326) |
| **Total das receitas consolidadas** | **6.598.804.838** | **6.146.844.721** |

(i) Como supra mencionando, os outros negócios incluem essencialmente as empresas Contax, MTC, Cabo Verde Telecom, Timor Telecom e algumas empresas Portuguesas de suporte ao negócio, as quais são monitorizadas pela gestão numa base individual. O aumento nesta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está relacionado essencialmente com (1) o impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012, a qual foi consolidada proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, e (2) a melhoria na performance da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo do negócio Dedic/GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax. O elevado nível de eliminações em 2012, quando comparado com 2011, é explicado pela eliminação dos serviços de call centre e outros serviços corporativos prestados pela Contax à Oi, uma vez que estas empresas foram consolidadas proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos reportáveis e o resultado líquido consolidado é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais: | | |
| Telecomunicações em Portugal | 493.936.244 | 498.354.864 |
| Telecomunicações no Brasil - Oi | 342.835.643 | 229.486.324 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outros negócios (i) | 22.380.126 | 16.168.950 |
| **Resultado antes de resultados financeiros e impostos consolidado** | **859.152.013** | **744.010.138** |
| Ganhos (perdas) financeiros: | | |
| Juros suportados, líquidos (Nota 16) | (498.835.624) | (297.114.673) |
| Perdas com variações cambiais, líquidas (Nota 17) | (2.246.163) | (18.146.031) |
| Perdas (ganhos) em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas (Nota 18) | (3.875.511) | 577.737 |
| Ganhos em empresas participadas, líquidos (Nota 33) | 209.674.551 | 209.183.860 |
| Outras despesas financeiras, líquidas (Nota 19) | (90.647.087) | (107.402.475) |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 20) | (147.604.824) | (108.196.813) |
| **Resultado líquido** | **325.617.355** | **422.911.743** |

(i) A melhoria nesta rubrica é explicada essencialmente (1) pela melhoria nos resultados de algumas operações internacionais, nomeadamente a MTC e a Timor Telecom, e (2) pelo impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012, uma vez que esta empresa foi consolidada apenas a partir de 1 de abril de 2011.

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

| | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **2012** |
| | **Total do ativo** | **Total do passivo** | **Ativos tangíveis (Nota 37)** | **Ativos intangíveis (Nota 36)** | **Investimento em ativos tangíveis e intangíveis (iii)** |
| Portugal (i) | 8.377.834.205 | 9.897.518.716 | 3.409.453.244 | 641.345.418 | 572.229.726 |
| Brasil (ii) | 10.480.552.976 | 7.081.825.656 | 2.439.961.486 | 2.882.541.630 | 655.358.875 |
| Outros | 1.237.355.836 | 262.354.331 | 169.458.624 | 116.239.039 | 89.239.535 |
| | **20.095.743.017** | **17.241.698.703** | **6.018.873.354** | **3.640.126.087** | **1.316.828.136** |

| | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **2011** |
| | **Total do ativo** | **Total do passivo** | **Ativos tangíveis (Nota 37)** | **Ativos intangíveis (Nota 36)** | **Investimento em ativos tangíveis e intangíveis (iii)** |
| Portugal (i) | 10.332.630.890 | 11.656.558.167 | 3.498.585.410 | 686.876.860 | 660.819.438 |
| Brasil (ii) | 11.736.577.629 | 7.571.197.343 | 2.572.891.593 | 3.325.891.061 | 482.918.619 |
| Outros | 1.107.182.922 | 206.463.174 | 157.145.565 | 113.841.807 | 80.083.124 |
| | **23.176.391.441** | **19.434.218.684** | **6.228.622.568** | **4.126.609.728** | **1.223.821.181** |

(i) O decréscimo no total do ativo e no total do passivo das operações em Portugal é explicado essencialmente pelo reembolso do Eurobond de 1.300 milhões de euros emitido em março de 2005.

(ii) A redução na contribuição do Brasil para todas as rubricas de balanço é basicamente explicada pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

(iii) O total dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui investimentos em ativos tangíveis nos montantes de 1.139 milhões de euros e 1.049 milhões de euros (Nota 37), respetivamente, e investimentos em ativos intangíveis nos montantes de 178 milhões de euros e 175 milhões de euros (Nota 36), respetivamente. Adicionalmente, para além destes montantes, o Grupo efetuou em diversos investimentos não recorrentes em ativos tangíveis e intangíveis, tal como descrito nas Notas 36 e 37.

## 8. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Remunerações | 878.493.245 | 771.408.966 |
| Encargos sociais | 170.266.849 | 174.072.680 |
| Cuidados de saúde com empregados no ativo | 29.857.350 | 24.768.398 |
| Formação | 2.563.829 | 6.098.169 |
| Outros (i) | 21.185.732 | 44.127.242 |
| | **1.102.367.005** | **1.020.475.455** |

(i) Esta rubrica inclui essencialmente custos registados pela Oi e pela Contax relacionados com despesas de transporte, seleção de pessoal e recrutamento.

O aumento nos custos consolidados com o pessoal é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (188 milhões de euros – Nota 2.b), uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011, uma vez que este negócio foi integrado na Contax a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 84 milhões de euros, os custos com o pessoal teriam diminuído 2 milhões de euros, refletindo essencialmente (1) uma menor contribuição do segmento "Telecomunicações em Portugal" (11 milhões de euros – Nota 7.a), explicada por menores remunerações variáveis em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de restruturação implementado no quarto trimestre de 2011 e (2) uma menor contribuição da Contax, explicada fundamentalmente pela redução no número de empregados e pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma maior contribuição da Oi (22 milhões de euros), em resultado do aumento no número de empregados e de uma reorganização para criar novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

## 9. Custos diretos dos serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Custos com telecomunicações (i) | 816.617.956 | 729.640.282 |
| Custos de programação (ii) | 123.391.025 | 120.025.530 |
| Alugueres (i) | 53.007.512 | 45.352.281 |
| Listas telefónicas (iii) | 28.561.952 | 38.194.685 |
| Outros (iv) | 70.787.810 | 79.061.672 |
| | **1.092.366.255** | **1.012.274.450** |

(i) Em 2012 e 2011, estas rubricas incluem custos relacionados com contratos de locação operacional nos montantes totais de 108.395.327 euros e 92.317.816 euros, respetivamente (Nota 12).

(ii) Esta rubrica refere-se basicamente aos custos de programação incorridos pelo negócio de televisão por subscrição em Portugal, em resultado do contínuo crescimento destes serviços e não obstante a redução do custo por cliente, à medida que o serviço de TV por subscrição vai atingido massa crítica.

(iii) A redução nesta rubrica está diretamente relacionada com o declínio do negócio da publicação de listas telefónicas.

(iv) Esta rubrica inclui principalmente custos com conteúdos móveis e o aumento ocorrido em 2012 é explicado essencialmente pela impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012.

O aumento de 80 milhões de euros no total dos custos diretos consolidados é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante de 177 milhões de euros (Nota 2.b). Excluindo este efeito, os custos diretos consolidados teriam diminuído 97 milhões de euros em 2012, essencialmente devido a: (1) uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (23 milhões de euros – Nota7.a), em resultado de menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas Tarifas de Terminação Móvel reguladas, menores custos de interligação de *roaming* e menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas, efeitos que mais do que compensaram o aumento nos custos de programação, em resultado do contínuo crescimento dos clientes e não obstante a redução do custo por cliente, à medida que o serviço de TV por subscrição vai atingido massa crítica; e (2) uma menor contribuição da Oi (63 milhões de euros), refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (50 milhões de euros) e também uma redução nos custos de interligação explicada por menores tarifas VU-M.

## 10. Custo das mercadorias vendidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Custo das mercadorias vendidas | 187.843.504 | 175.720.765 |
| Aumentos nos ajustamentos para existências (Nota 42) | 5.751.812 | 3.532.983 |
| Reduções nos ajustamentos para existências (Nota 42) | (10.526.575) | (9.378.626) |
| | **183.068.741** | **169.875.122** |

O aumento de 13 milhões de euros no custo das mercadorias vendidas está relacionado essencialmente com uma maior contribuição da Oi (12 milhões de euros), explicada pelo impacto da consolidação proporcional do primeiro trimestre de 2012 (6 milhões de euros) e por uma atividade comercial mais intensa, traduzida nomeadamente em maiores vendas, e não obstante o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro (3 milhões de euros).

## 11. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Manutenção e reparação | 380.434.863 | 347.252.300 |
| Serviços de suporte | 243.818.396 | 237.489.708 |
| Comissões | 260.953.962 | 216.666.335 |
| Trabalhos especializados | 221.928.843 | 198.757.611 |
| Eletricidade | 128.723.893 | 110.842.723 |
| Locação operacional (Nota 12) | 90.432.578 | 75.518.065 |
| Outros | 148.912.865 | 94.855.979 |
| | **1.475.205.400** | **1.281.382.721** |

O aumento de 194 milhões de euros no total dos custos com fornecimentos e serviços externos é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante de 221 milhões de euros (Nota 2.b), o qual foi parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011, no montante de 30 milhões de euros. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 192 milhões de euros, os custos com fornecimentos e serviços externos teriam aumentado 2 milhões de euros, em resultado de (1) uma maior contribuição da Oi, refletindo essencialmente maiores despesas com serviços externos e com comissões, não obstante o impacto

da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro, a qual foi parcialmente compensada por (2) uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal, refletindo essencialmente menores despesas com manutenção e reparação, serviços de suporte e outros serviços externos, os quais beneficiaram da implementação da rede FTTH da Portugal Telecom, de um extenso programa de transformação de *field force* e de diversas iniciativas de redução de custos (Nota 7.a).

## 12. Locação operacional

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Custos diretos dos serviços prestados (Nota 9) | 108.395.327 | 92.317.816 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11) (i) | 90.432.578 | 75.518.065 |
| | **198.827.905** | **167.835.881** |

(i) Esta rubrica respeita essencialmente a custos com o aluguer de imóveis e de equipamento de transporte.

Em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional não canceláveis têm a seguinte maturidade:

| | euros |
|---|---|
| 2013 | 43.947.242 |
| 2014 | 26.556.083 |
| 2015 | 20.010.461 |
| 2016 | 17.210.121 |
| 2017 | 15.698.401 |
| 2018 e anos seguintes | 44.040.850 |
| | **167.463.158** |

## 13. Impostos indiretos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Taxas de utilização de espectro (i) | 101.892.879 | 81.019.498 |
| Outros (ii) | 145.138.500 | 106.441.262 |
| | **247.031.379** | **187.460.760** |

(i) Esta rubrica inclui essencialmente taxas de utilização de espectro das operações de serviço móvel da Oi e da TMN.

(ii) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente a consolidação proporcional da Oi no primeiro trimestre de 2012 e inclui basicamente impostos diretos relacionados com os fundos "FUST" (fundo para melhorar o acesso generalizado aos serviços de telecomunicações) e "FUNTEL" (Fundo de Telecomunicações Nacionais), despesas com imposto sobre o valor acrescentado, taxas de concessão e outros impostos municipais, federais e estatais no Brasil.

O aumento de 60 milhões de euros nos impostos indiretos consolidados é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante total de 52 milhões de euros (Nota 2.b), e, excluindo este efeito, por um aumento na Oi, no montante de 4 milhões de euros, refletindo maiores taxas Fistel e outros impostos indiretos, e não obstante o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

# 14. Custos com benefícios de reforma

## 14.1. Operações em Portugal

Conforme referido na Nota 3, a PT Comunicações e a PT SI patrocinam planos de benefícios definidos ao abrigo dos quais garantem o pagamento de complementos de pensões de reforma a empregados reformados e ativos, o pagamento de cuidados de saúde a empregados reformados e familiares elegíveis e o pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma.

Os estudos atuariais dos planos de benefícios definidos da Portugal Telecom relativos às operações em Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, foram elaborados com base no "Método da Unidade de Crédito Projetada" e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

| | 2012 | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| **Pressupostos financeiros** | | | |
| Taxa de desconto para responsabilidades com: | | | |
| Complementos de pensões | 3,00% | 4,75% | 4,75% |
| Salários de suspensos e pré-reformados | 2,00% | 3,75% | 3,75% |
| Cuidados de saúde | 4,00% | 4,75% | 4,75% |
| Taxa de crescimento salarial para responsabilidades com: | | | |
| Complementos de pensões e cuidados de saúde | 1,75% | 1,75% | 1,75% |
| Salários de suspensos e pré-reformados | 0% - 1,75% (i) | 0% - 1,75% (i) | 1,75% |
| Taxa de crescimento das pensões | Indexado a PIB | Indexado a PIB | Indexado a PIB |
| Fator de sustentabilidade | Aplicável | Aplicável | Não Aplicável |
| Taxa de inflação | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de crescimento dos custos com saúde | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| Taxa de rendimento dos fundos | 6,00% | 6,00% | 6,00% |
| **Pressupostos demográficos** | | | |
| Tábuas de mortalidade para os beneficiários ativos: | | | |
| Homens | PA (90)m - ajustada | AM (92) | AM (92) |
| Mulheres | PA (90)f - ajustada | AF (92) | AF (92) |
| Tábuas de mortalidade para os beneficiários não ativos: | | | |
| Homens | PA (90)m - ajustada | PA (90)m ajustada | PA (90)m ajustada |
| Mulheres | PA (90)f - ajustada | PA (90)f ajustada | PA (90)f ajustada |
| Tabela de Invalidez (Swiss Reinsurance Company) | 25% | 25% | 25% |
| Empregados ativos com cônjuges inscritos no plano | 35% | 35% | 35% |
| Rotatividade dos empregados | Nula | Nula | Nula |

(i) Para os salários a pagar entre 2013 e 2017, a taxa de crescimento salarial varia entre 0% e 1% em função do valor do salário. A partir de 2018, a taxa de crescimento salarial será de 1,75% para todas as situações.

As alterações nos pressupostos atuariais refletem essencialmente alterações ocorridas nas condições de mercado.

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações da zona Euro de elevado *rating* à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades com complementos de pensões, salários e cuidados de saúde (entre 4 e 15 anos).

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de ativos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de ativos (definida de acordo com a maturidade espectável das responsabilidades) e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo e o fator de sustentabilidade foi estabelecido em linha com informação do Governo Português.

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização atuarial, sendo estas tabelas ajustadas periodicamente de modo a refletir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes nos planos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o impacto total das alterações nos pressupostos atuariais correspondeu a uma perda líquida de 136.624.616 euros e a um ganho líquido de 19.426.453 euros (Nota 14.6), respetivamente, e foi reconhecido diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O impacto de um aumento de 25bp na taxa de desconto atuarial utilizada corresponderia a uma diminuição das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, enquanto o impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com cuidados de saúde corresponderia a um aumento (diminuição) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 71 milhões de euros (58 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2012.

O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de rendibilidade de longo prazo dos ativos dos fundos levaria a uma diminuição (aumento) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em, aproximadamente, 3 milhões de euros, decorrente do aumento (diminuição) da rentabilidade esperada dos ativos dos fundos. O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com cuidados de saúde levaria a um aumento (diminuição) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em, aproximadamente, 4 milhões de euros (3 milhões de euros).

### 14.1.1. Pensões de reforma e complementos de pensões

Conforme referido na Nota 3.h, a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de complementos de pensões de reforma a empregados reformados ou ainda no ativo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos atuariais, são como segue:

a) Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. ("Marconi", uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi um complemento de pensões ("Fundo Complementar Marconi"). Adicionalmente, a PT Comunicações contribui para o "Fundo de Melhoria Marconi" com 1,55% dos salários pagos a esses empregados, o qual por sua vez é responsável pelo pagamento do referido complemento de pensão.

b) Os reformados e empregados oriundos dos TLP e TDP, contratados antes de 23 de junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento da pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social.

c) No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos seus anos de serviço.

Os empregados contratados pela PT Comunicações ou por alguma das suas empresas predecessoras após as datas acima indicadas não têm direito a estes benefícios, dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estavam abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os planos da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 19.879 e 19.624 beneficiários, respetivamente, dos quais cerca de 63% e 64% já não se encontram no ativo, respetivamente.

De acordo com os estudos atuariais, as responsabilidades projetadas com complementos de pensões e o valor de mercado dos fundos de pensões em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Valor actual das responsabilidades projetadas | 127.330.646 | 121.564.812 |
| Valor de mercado dos fundos | (99.529.441) | (98.480.548) |
| **Valor actual das responsabilidades não financiadas** | **27.801.205** | **23.084.264** |
| Ganhos com serviços passados (i) | 3.583.825 | 4.541.608 |
| **Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)** | **31.385.030** | **27.625.872** |

(i) Esta rubrica está relacionada com ganhos com serviços passados resultantes das alterações nos benefícios dos planos de complementos de pensões relacionadas com direitos não vencidos. Este montante será reconhecido em resultados durante o período estimado ao longo do qual esses benefícios serão usufruídos pelos empregados (9 anos).

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas com complementos de pensões foi como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial das responsabilidades projetadas** | **121.564.812** | **129.890.253** |
| Pagamentos de benefícios e contribuições | | |
| Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.4) | (983.643) | (1.109.982) |
| Benefícios pagos pelos fundos | (9.392.359) | (9.692.964) |
| Custos com benefícios de reforma | | |
| Custo com o serviço do exercício | 459.098 | 484.444 |
| Custo financeiro do exercício | 5.364.577 | 5.741.453 |
| Custos com redução de efetivos | 83.981 | 10.245 |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidos | 10.029.807 | (3.758.637) |
| Transferências entre planos (Nota 14.1.3) | 204.373 | - |
| **Saldo final das responsabilidades projetadas** | **127.330.646** | **121.564.812** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição do valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões era como segue:

| | | | | euros |
|---|---|---|---|---|
| | **2012** | | **2011** | |
| | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** |
| Ações | 19.922.371 | 20,0% | 19.994.550 | 20,3% |
| Obrigações | 60.201.161 | 60,5% | 58.907.519 | 59,8% |
| Imobiliário (i) | 2.545.908 | 2,6% | 2.713.542 | 2,8% |
| Disponibilidades, contas a receber e outros ativos | 16.860.001 | 16,9% | 16.864.937 | 17,1% |
| | **99.529.441** | **100,0%** | **98.480.548** | **100,0%** |

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no seguimento da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, a Portugal Telecom adquiriu aos fundos de pensões imóveis que estavam anteriormente arrendados a empresas do Grupo, os quais foram reconhecidos na rubrica "Ativos fixos tangíveis" pelo montante de 3 milhões de euros (Notas 37).

A Portugal Telecom está igualmente exposta ao risco de alterações no justo valor dos ativos dos fundos associados aos planos de benefícios de reforma definidos. O principal propósito da política de investimento é a manutenção do capital através de cinco princípios base: (1) diversificação; (2) imputação estratégica estável dos ativos e balanceamento disciplinado; (3) menor exposição a flutuações de moeda; (4) instrumentos especializados para cada classe de ativos; e (5) controlo de custos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões foi como segue:

| | euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial dos ativos dos fundos de pensões** | **98.480.548** | **109.335.604** |
| Rendimento real dos fundos | 9.341.252 | (2.812.092) |
| Pagamento de benefícios | (9.392.359) | (9.692.964) |
| Contribuições efetuadas pela Empresa (Nota 14.4) | 1.100.000 | 1.650.000 |
| **Saldo final dos ativos dos fundos de pensões** | **99.529.441** | **98.480.548** |

A composição do custo líquido com complementos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

| | euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Custo com o serviço do exercício | 459.098 | 484.444 |
| Custo financeiro do exercício | 5.364.577 | 5.741.453 |
| Rendimento estimado dos fundos | (5.633.800) | (6.278.854) |
| Amortização de ganhos com serviços passados (i) | (662.156) | (664.094) |
| **Custo corrente (Nota 14.5)** | **(472.281)** | **(717.051)** |
| Custos com redução de efetivos | 83.981 | 10.245 |
| Ganhos com serviços passados (amortização extraordinária) | (295.627) | (12.281) |
| **Custo com redução de efetivos (Nota 14.5)** | **(211.646)** | **(2.036)** |
| **Custo total com complementos de pensões** | **(683.927)** | **(719.087)** |

(i) Em 2012 e 2011, esta rubrica corresponde à amortização anual dos ganhos com serviços passados diferidos em anos anteriores.

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente no capital próprio, e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento nas perdas atuariais acumuladas líquidas, foi como segue:

| | euros | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial** | **122.034.192** | **116.701.883** |
| Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6) | 17.533.583 | (374.801) |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6): | | |
| Relacionados com as responsabilidades (i) | (7.503.776) | (3.383.836) |
| Relacionados com os ativos dos fundos | (3.707.452) | 9.090.946 |
| **Saldo final** | **128.356.547** | **122.034.192** |

(i) As diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente de informação atualizada relativa aos beneficiários.

## 14.1.2. Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i, a PT Comunicações patrocina o pagamento de cuidados de saúde aos seus empregados ativos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respetivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é assegurada pela PT-ACS, a qual foi constituída com o único objetivo de proceder à gestão corrente dos Planos de Saúde.

Estes Planos de Saúde patrocinados pela PT Comunicações abrangem todos os empregados contratados pela PT Comunicações até 31 de dezembro de 2000 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por estes planos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os Planos de Saúde da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 24.011 e 24.401 beneficiários relativos a empregados ativos e reformados, dos quais aproximadamente 76% eram não ativos em ambos os anos. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estes planos abrangiam ainda 10.853 e 11.036 beneficiários que são familiares dos empregados ativos e reformados.

O financiamento dos Planos de Saúde é composto pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT-ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constituiu um fundo autónomo para o efeito.

Com base nos estudos atuariais, as responsabilidades projetadas com cuidados de saúde, o valor atual do fundo autónomo e os ganhos com serviços passados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Valor atual das responsabilidades projetadas | 375.360.964 | 352.564.459 |
| Valor de mercado do fundo autónomo | (299.865.329) | (246.214.842) |
| **Valor atual das responsabilidades não financiadas** | **75.495.635** | **106.349.617** |
| Ganhos com serviços passados (i) | 11.370.881 | 12.222.435 |
| **Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)** | **86.866.516** | **118.572.052** |

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações relativas aos benefícios do Plano de Saúde ocorridas em 2006 que ainda não se encontram vencidos, o qual foi diferido e será reconhecido em resultados durante o período estimado em que esses benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor atual das responsabilidades projetadas foi como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial das responsabilidades projetadas** | **352.564.459** | **342.490.660** |
| Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.4) | (19.000.416) | (17.964.841) |
| Custos com benefícios de reforma | | |
| Custo com o serviço do exercício | 3.051.844 | 3.042.635 |
| Custo financeiro do exercício | 16.358.642 | 15.871.525 |
| Custos com redução de efetivos | (167.331) | 186.854 |
| Perdas atuariais, líquidas | 22.553.766 | 8.937.626 |
| **Saldo final das responsabilidades projetadas** | **375.360.964** | **352.564.459** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição do justo valor do fundo autónomo afeto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde era como segue:

| | | | | euros |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | 2011 | |
| | Valor | % | Valor | % |
| Ações (i) | 75.277.597 | 25,1% | 41.289.896 | 16,8% |
| Obrigações (ii) | 88.178.641 | 29,4% | 89.155.632 | 36,2% |
| Disponibilidades, contas a receber e outros ativos (iii) | 136.409.091 | 45,5% | 115.769.314 | 47,0% |
| | **299.865.329** | **100,0%** | **246.214.842** | **100,0%** |

(i) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica corresponde a investimentos em ações do Banco Espírito Santo (Nota 48).

(ii) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui investimentos em obrigações da Portugal Telecom nos montantes de 66 milhões de euros (Nota 48) e 56 milhões de euros (Nota 48), respetivamente.

(iii) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui essencialmente investimentos nos fundos de capital de risco "Ongoing International Capital Markets" e "Ongoing International Private Equity" nos montantes totais de 104 milhões de euros e 79 milhões de euros, respetivamente, os quais são geridos pela Global Investment Opportunities SICAV, antiga Ongoing International SICAV (Nota 48).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor de mercado dos ativos deste fundo foi como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Saldo inicial dos ativos do fundo** | **246.214.842** | **338.810.084** |
| Rendimento real dos fundos (i) | 74.473.916 | (69.303.386) |
| Reembolsos (Nota 14.4) (ii) | (20.823.429) | (23.291.856) |
| **Saldo final dos ativos do fundo** | **299.865.329** | **246.214.842** |

(i) Em 2012, o desempenho dos ativos dos fundos de pensões foi afetado pelo aumento do justo valor dos investimentos em ações e outros ativos, enquanto em 2011 o desempenho foi significativamente afetado pela redução no justo valor dos investimentos em ações e obrigações.

(ii) Esta rubrica corresponde aos reembolsos de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações por conta da PT ACS.

A composição do custo (ganho) com cuidados de saúde nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Custo com o serviço do exercício | 3.051.844 | 3.042.635 |
| Custo financeiro do exercício | 16.358.642 | 15.871.525 |
| Rendimento estimado dos fundos | (14.284.623) | (19.827.477) |
| Ganhos com serviços passados | (857.553) | (858.263) |
| **Custo (ganho) corrente (Nota 14.5)** | **4.268.310** | **(1.771.580)** |
| (Ganhos) custos com redução de efetivos | (167.331) | 186.854 |
| Custos (ganhos) com serviços passados (amortização extraordinária) | 5.999 | (6.302) |
| **Ganho (custo) com redução de efetivos (Nota 14.5)** | **(161.332)** | **180.552** |
| **Custo (ganho) com cuidados de saúde** | **4.106.978** | **(1.591.028)** |

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento no valor acumulado das perdas atuariais líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Saldo inicial** | **317.763.855** | **219.695.366** |
| Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6) | 37.479.958 | - |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais assumidos (Nota 14.6): | | |
| Relacionadas com as responsabilidades | (14.926.192) | 8.937.626 |
| Relacionadas com os ativos do fundo | (60.189.293) | 89.130.863 |
| **Saldo final** | **280.128.328** | **317.763.855** |

## 14.1.3. Salários

Conforme referido na Nota 3.j, a Portugal Telecom é responsável pelo pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados, até à idade da reforma, em resultado de acordos entre ambas as partes. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existiam 5.453 e 5.779 empregados suspensos e pré-reformados, respetivamente.

Estas responsabilidades não estão sujeitas a qualquer requisito legal de financiamento, pelo que o pagamento mensal dos salários é efetuado diretamente pela PT Comunicações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor atual das responsabilidades projetadas é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial das responsabilidades projetadas** | **782.498.256** | **924.324.397** |
| Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.4) | (159.517.770) | (174.044.745) |
| Custo financeiro do exercício (Nota 14.5) | 25.737.595 | 31.387.011 |
| Custos com redução de efetivos (Nota 14.5) | 527.010 | 32.434.698 |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidos | 81.396.729 | (31.603.105) |
| Transferências entre planos (Nota 14.1.1) | (204.373) | - |
| **Saldo final das responsabilidades projetadas (Nota 14.3)** | **730.437.447** | **782.498.256** |

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento no valor acumulado das perdas atuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial** | **83.497.476** | **115.100.581** |
| Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6) | 81.611.075 | (19.051.652) |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6) | (214.346) | (12.551.453) |
| **Saldo final** | **164.894.205** | **83.497.476** |

## 14.2. Operações no Brasil – Oi

Na sequência da aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011 (Nota 1), a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma do Grupo Oi, as quais ascendiam a 52 milhões de euros a 31 de março de 2011, incluindo um passivo de 63 milhões de euros (Nota 2.b) e um ativo de 11 milhões de euros (Nota 2.b). A Oi, S.A. e as suas subsidiárias patrocinam planos de benefícios de reforma para os seus empregados que tenham optado por fazer parte dos mesmos e para os participantes assistidos. A tabela abaixo discrimina os planos de reforma existentes em 31 de dezembro de 2012 e as suas principais características:

| Plano de benefícios de reforma | Benefícios | Gestor (i) | Tipo | Características |
|---|---|---|---|---|
| BrTPREV | Complemento de pensão | FATL | Contribuições definidas e benefícios definidos | Neste plano, o qual incorporou o Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, as contribuições determinadas com base em estudos atuariais, obedecem ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário, conforme a idade do participante. Opcionalmente, o participante pode fazer contribuições adicionais para o plano, as quais podem ser estabelecidas por cada participante em até 22% do seu salário, mas sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco. |
| PBS-TELEMAR | Complemento de pensão | FATL | Benefícios definidos | Plano fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev. Aproximadamente 96% dos antigos participantes migraram para o TelemarPrev. A contribuição dos participantes ativos corresponde ao somatório de: (1) percentagem de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (2) 1% incidente sobre a parcela do salário que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (3) 11% incidente sobre a parcela do salário que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização. |
| TCSPREV | Complemento de pensão | FATL | Contribuições definidas e benefícios definidos | As contribuições são determinadas com base em estudos atuariais, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. As contribuições obrigatórias são creditadas em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente, cada participante pode efetuar contribuições adicionais para o plano de até 22% do seu salário, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco. |
| TelemarPrev | Complemento de pensão e benefícios programáveis (rendas) | FATL | Benefícios definidos | A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (1) básica - equivalente a 2% do salário e (2) padrão - equivalente a 3% sobre a diferença positiva entre o salário e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentagem que represente múltiplos de 0,5% do salário, e por prazo não inferior a seis meses. Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário. O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias realizadas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização. |
| PBS-A | Complemento de pensão | SISTEL | Benefícios definidos | Contribuições dependem da existência de um défice acumulado. |
| PBS-TNCP | Complemento de pensão e assistência médica | SISTEL | Benefícios definidos | Contribuições correspondem a 5,4% do salário dos empregados que participam no plano. O benefício de reforma é determinado pela diferença entre 90% do salário médio nos últimos 36 meses, ajustado pela inflação, e o benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). |
| CELPREV | Complemento de pensão e assistência médica | SISTEL | Benefícios definidos | Os participantes podem efetuar três tipos de contribuição: (1) regular, entre 0% e 2% do salário; (2) regular adicional, entre 0% e 6% da parcela do salário que excede a Unidade Referência do Plano; e (3) voluntária, uma percentagem do salário escolhida livremente pelo participante. Os patrocinadores também podem efetuar quatro tipos de contribuição: (1) regular, idêntica à contribuição do empregado; (2) regular adicional, idêntica à contribuição do empregado; (3) não recorrente, determinada livremente em termos de valor e frequência; e (4) especial, aplicável apenas a alguns empregados que aderiram ao plano num determinado período temporal. |
| PAMEC | Assistência médica | Oi, S.A. | Benefícios definidos | As contribuições foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Oi,S.A., não há património constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida na Demonstração da Posição Financeira. |

(i) Os planos de benefícios de reforma da Oi são geridos por duas fundações: Fundação Atlântico de Seguridade Social ("FATL") e Fundação Sistel de Seguridade Social ("SISTEL"). A FATL é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo a gestão e administração dos planos de benefícios de reforma para os empregados que são patrocinados por este fundo. SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, constituída em 1977, e tem por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios semelhantes ou complementares aos da segurança social, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da Sistel.

Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos acordos celebrados com as referidas fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. Os planos de benefício definido patrocinados não preveem novas adesões por serem planos fechados. As contribuições dos participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Os estudos atuariais dos planos de benefícios definidos da Oi, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram elaborados com base no "Método da Unidade de Crédito Projetada" e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

| | 2012 | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| **Pressupostos financeiros** | | | |
| Taxa de desconto | | | |
| Planos FATL | 8,89% | 10,35% | 10,77% |
| Planos SISTEL | | | |
| PBS-A | 8,89% | 10,35% | 10,77% |
| PBS-TNCP/CELPREV | 8,89% | 10,35% | 11,40% |
| PAMEC | 8,89% | 10,35% | 10,70% |
| Taxa de crescimento salarial | | | |
| Planos FATL | | | |
| TelemarPrev | Entre 4,50% e 14,95% | Entre 4,50% e 14,95% | Entre 4,52% e 9,73% |
| Outros planos FATL | 8,68% | 9,31% | 7,95% |
| Planos SISTEL | | | |
| PBS-TNCP | 8,64% | 9,31% | 4,50% |
| CELPREV | 6,59% | 9,31% | 6,59% |
| PBS-A/PAMEC | N/A | N/A | N/A |
| Taxa nominal de crescimento de beneficios | 4,50% | 4,50% | 4,50% |
| Taxa de inflação | 4,50% | 4,50% | 4,50% |
| Taxa de crescimento dos custos com saúde | 7,64% | 7,64% | 7,64% |
| Taxa de rendimento dos fundos | | | |
| Planos FATL | 9,52% | 11,50% | 10,95% |
| Planos SISTEL | Entre 10% e 11% | Entre 11% e 12% | Entre 9% e 11% |
| **Pressupostos demográficos** | | | |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua de entrada em invalidez | Zimmermann Nichzugs | Zimmermann Nichzugs | Zimmermann Nichzugs |
| Tábua de mortalidade de inválidos | Winklevoss | Winklevoss | Winklevoss |
| Taxa de rotatividade | | | |
| TelemarPrev | 1.21% a 11.69% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado | 5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado | 5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado |
| CELPREV | Nula a partir dos 55 anos e para o benefício saldado | 1.5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado | 1.5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado |
| BrTPREV-FA/TCSPREV | 6% p.a. | 5,5% p.a. | 15% p.a. |
| PBS-Telemar/PBS-A/PBS-TNCP/PAMEC | Nula | Nula | Nula |

As alterações nos pressupostos atuariais refletem essencialmente alterações ocorridas nas condições de mercado.

As taxas de desconto utilizadas nos planos de benefícios de reforma da Oi foram definidas com base nas obrigações do Estado Brasileiro.

A taxa de rendimento dos fundos foi calculada com base na média ponderada das taxas de rendibilidade de cada categoria de ativos incluídos nos fundos de pensões. Esta média ponderada é calculada tendo por base a alocação esperada a longo prazo dos ativos dos fundos entre cada categoria de ativos, tendo por base a política de investimento dos fundos e a estimativa dos ativos dos fundos que serão utilizados para liquidar as obrigações com benefícios de reforma.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida por cada empresa responsável por benefícios de reforma.

Os pressupostos demográficos considerados pelo Grupo Oi têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização atuarial, as quais são ajustadas periodicamente de modo a refletir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes nos planos.

Baseado nos estudos atuariais, as obrigações dos planos de benefícios de reforma acima mencionados e o justo valor dos respetivos fundos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram como segue:

| | | | | | | | | | euros 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
| Valor atual das responsabilidades projetadas | 214.391.682 | 26.285.464 | 54.181.044 | 309.559.851 | 404.593.457 | 2.707.233 | 12.118 | 462.142 | **1.012.192.991** |
| Valor de mercado dos fundos | (132.340.051) | (30.652.232) | (146.221.042) | (334.200.981) | (636.563.553) | (5.050.487) | (183.128) | - | **(1.285.211.474)** |
| **Valor atual das responsabilidades não financiadas** | **82.051.631** | **(4.366.768)** | **(92.039.998)** | **(24.641.130)** | **(231.970.096)** | **(2.343.254)** | **(171.010)** | **462.142** | **(273.018.483)** |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) (i) | - | 4.366.768 | 82.458.742 | 24.641.130 | 231.768.857 | 2.343.254 | 171.010 | - | **345.749.761** |
| **Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)** | **82.051.631** | **-** | **(9.581.256)** | **-** | **(201.239)** | **-** | **-** | **462.142** | **72.731.278** |

| | | | | | | | | | euros 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
| Valor atual das responsabilidades projetadas | 202.010.902 | 24.409.836 | 50.032.035 | 278.010.495 | 388.132.308 | 2.441.082 | 16.659 | 394.495 | **945.447.812** |
| Valor de mercado dos fundos | (128.724.504) | (31.396.498) | (145.950.411) | (339.944.072) | (605.422.867) | (4.248.949) | (175.733) | - | **(1.255.863.034)** |
| **Valor atual das responsabilidades não financiadas** | **73.286.398** | **(6.986.662)** | **(95.918.376)** | **(61.933.577)** | **(217.290.559)** | **(1.807.867)** | **(159.074)** | **394.495** | **(310.415.222)** |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) (i) | - | 6.986.662 | 83.985.996 | 61.933.577 | 217.290.559 | 1.807.867 | 159.074 | - | **372.163.735** |
| **Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)** | **73.286.398** | **-** | **(11.932.380)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **394.495** | **61.748.513** |

(i) Esta rubrica está relacionada com planos que apresentam uma posição excedentária, a qual não pode ser reconhecida como ativo uma vez que não existe autorização expressa para compensar esse excedente com contribuições patronais futuras, conforme previsto na IFRIC 14 e no parágrafo 58(b) da IAS 19. O ativo reconhecido no plano TCSPREV respeita (1) a contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que saíram do plano e (2) a parte do *superavit* do plano atribuído à patrocinadora.

Durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o movimento nas responsabilidades projetadas com benefícios de reforma foi como segue:

| | | | | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
| **Responsabilidades projetadas em 31 de março de 2011** | **198.864.031** | **23.699.167** | **47.990.234** | **262.924.761** | **387.582.750** | **2.331.494** | **19.790** | **396.590** | **923.808.817** |
| Custos com pensões | | | | | | | | | |
| Custo com o serviço do exercício | 149.239 | 15.138 | 95.844 | 463.882 | - | 2.122 | 595 | (2) | **726.818** |
| Custo financeiro do exercício | 14.895.943 | 1.778.481 | 3.621.013 | 19.837.829 | 28.955.771 | 175.549 | 1.459 | 42.057 | **69.308.102** |
| Pagamentos de benefícios e contribuições | | | | | | | | | |
| Benefícios pagos pelos fundos | (17.078.275) | (1.693.161) | (3.197.242) | (18.173.116) | (34.484.190) | (160.510) | - | (4.405) | **(74.790.899)** |
| Contribuições dos empregados | 5.869 | 7.842 | - | - | - | 3.052 | 578 | - | **17.341** |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidos | 14.706.122 | 1.751.224 | 3.871.750 | 25.979.568 | 24.441.180 | 203.922 | (4.947) | (21.057) | **70.927.762** |
| Ajustamentos de conversão cambial | (9.532.027) | (1.148.855) | (2.349.564) | (13.022.429) | (18.363.203) | (114.547) | (816) | (18.688) | **(44.550.129)** |
| **Responsabilidades projetadas em 31 de dezembro de 2011** | **202.010.902** | **24.409.836** | **50.032.035** | **278.010.495** | **388.132.308** | **2.441.082** | **16.659** | **394.495** | **945.447.812** |
| Custos com pensões | | | | | | | | | |
| Custo com o serviço do exercício | 247.340 | 18.542 | 178.788 | 1.129.554 | - | 4.534 | 745 | - | **1.579.503** |
| Custo financeiro do exercício | 19.330.720 | 2.343.989 | 4.840.066 | 26.854.571 | 37.075.133 | 235.045 | 1.587 | 38.561 | **90.719.672** |
| Pagamentos de benefícios e contribuições | | | | | | | | | |
| Benefícios pagos pelos fundos | (15.665.879) | (1.657.052) | (3.244.475) | (23.950.124) | (32.810.196) | (164.481) | - | (13.767) | **(77.505.974)** |
| Contribuições dos empregados | - | 5.109 | - | - | - | 3.763 | 407 | - | **9.279** |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidos | 32.601.618 | 4.110.676 | 8.435.905 | 61.856.789 | 57.993.884 | 487.981 | (5.723) | 93.364 | **165.574.494** |
| Ajustamentos de conversão cambial | (24.133.019) | (2.945.636) | (6.061.275) | (34.341.434) | (45.797.672) | (300.691) | (1.557) | (50.511) | **(113.631.795)** |
| **Responsabilidades projetadas em 31 de dezembro de 2012** | **214.391.682** | **26.285.464** | **54.181.044** | **309.559.851** | **404.593.457** | **2.707.233** | **12.118** | **462.142** | **1.012.192.991** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição dos ativos dos fundos de pensões era como segue:

| | | | | | | | | | Euro 2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL | % |
| Rendimento variável | 15.219.106 | 3.525.007 | 16.815.420 | 38.433.113 | 127.312.711 | 757.573 | 36.626 | - | **202.099.556** | **16%** |
| Rendimento fixo | 115.003.503 | 26.636.788 | 127.066.085 | 290.420.651 | 445.594.487 | 4.191.904 | 139.178 | - | **1.009.052.596** | **79%** |
| Imóveis | 1.455.741 | 337.175 | 1.608.431 | 3.676.211 | 50.925.084 | - | - | - | **58.002.642** | **5%** |
| Outros | 661.701 | 153.262 | 731.106 | 1.671.006 | 12.731.271 | 101.010 | 7.324 | - | **16.056.680** | **1%** |
| **Total** | **132.340.051** | **30.652.232** | **146.221.042** | **334.200.981** | **636.563.553** | **5.050.487** | **183.128** | **-** | **1.285.211.474** | **100%** |

| | | | | | | | | | Euro 2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL | % |
| Rendimento variável | 20.595.921 | 5.023.440 | 23.352.066 | 54.391.051 | 121.084.573 | 509.874 | 35.147 | - | **224.992.072** | **18%** |
| Rendimento fixo | 104.266.848 | 25.431.163 | 118.219.833 | 275.354.697 | 454.067.150 | 3.526.627 | 130.043 | - | **980.996.361** | **78%** |
| Imóveis | 2.574.490 | 627.930 | 2.919.008 | 6.798.881 | 24.216.915 | - | - | - | **37.137.224** | **3%** |
| Outros | 1.287.245 | 313.965 | 1.459.504 | 3.399.443 | 6.054.229 | 212.448 | 10.543 | - | **12.737.377** | **1%** |
| **Total** | **128.724.504** | **31.396.498** | **145.950.411** | **339.944.072** | **605.422.867** | **4.248.949** | **175.733** | **-** | **1.255.863.034** | **100%** |

Durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o movimento nos ativos dos fundos foi como segue:

euros

| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos dos fundos de pensões em 31 de março de 2011** | **136.146.520** | **31.098.221** | **141.735.085** | **334.425.762** | **648.877.297** | **4.573.962** | **155.171** | **1.103** | **1.297.013.121** |
| Rendimento real dos fundos | 15.807.245 | 3.456.790 | 14.282.549 | 39.729.944 | 20.067.613 | 34.359 | 27.390 | - | **93.405.890** |
| Pagamento de benefícios | (17.078.275) | (1.693.161) | (3.197.242) | (18.173.116) | (34.484.190) | (160.510) | - | (4.405) | **(74.790.899)** |
| Contribuições efetuadas pela Empresa (Nota 14.4) | 980 | 9.970 | (485) | - | - | 2.056 | 728 | 3.312 | **16.561** |
| Contribuições dos empregados | 5.869 | 7.842 | - | - | - | 3.052 | 578 | - | **17.341** |
| Ajustamentos de conversão cambial | (6.157.835) | (1.483.164) | (6.869.496) | (16.038.518) | (29.037.853) | (203.970) | (8.134) | (10) | **(59.798.980)** |
| **Ativos dos fundos de pensões em 31 de dezembro de 2011** | **128.724.504** | **31.396.498** | **145.950.411** | **339.944.072** | **605.422.867** | **4.248.949** | **175.733** | **-** | **1.255.863.034** |
| Rendimento real dos fundos | 24.641.119 | 4.441.305 | 20.275.894 | 56.749.872 | 135.812.954 | 1.509.677 | 27.257 | - | **243.458.078** |
| Pagamento de benefícios | (15.665.879) | (1.657.052) | (3.244.475) | (23.950.124) | (32.810.196) | (164.481) | - | (13.767) | **(77.505.974)** |
| Contribuições efetuadas pela Empresa (Nota 14.4) | 9.685.672 | 9.464 | - | - | - | 2.285 | 462 | 13.767 | **9.711.650** |
| Contribuições dos empregados | - | 5.109 | - | - | - | 3.763 | 407 | - | **9.279** |
| Ajustamentos de conversão cambial | (15.045.365) | (3.543.092) | (16.760.788) | (38.542.839) | (71.862.072) | (549.706) | (20.731) | - | **(146.324.593)** |
| **Ativos dos fundos de pensões em 31 de dezembro de 2012** | **132.340.051** | **30.652.232** | **146.221.042** | **334.200.981** | **636.563.553** | **5.050.487** | **183.128** | **-** | **1.285.211.474** |

A composição do custo líquido com pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e no período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

euros

2012

| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo com o serviço do exercício | 247.340 | 18.542 | 178.788 | 1.129.554 | - | 4.534 | 745 | - | **1.579.503** |
| Custo financeiro do exercício | 19.330.720 | 2.343.989 | 4.840.066 | 26.854.571 | 37.075.133 | 235.045 | 1.587 | 38.561 | **90.719.672** |
| Rendimento estimado dos fundos | (13.957.722) | (3.379.038) | (15.981.138) | (36.692.364) | (73.380.567) | (506.063) | (21.738) | - | **(143.918.630)** |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) | - | 1.025.970 | 11.176.737 | 8.708.239 | 36.088.534 | 268.770 | 19.868 | - | **57.288.118** |
| Outros custos (Nota 14.4) | 770.155 | - | - | - | - | - | - | - | **770.155** |
| **Custo corrente total com pensões (Nota 14.5)** | **6.390.493** | **9.463** | **214.453** | **-** | **(216.900)** | **2.286** | **462** | **38.561** | **6.438.818** |

euros

2011

| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo com o serviço do exercício | 149.239 | 15.138 | 95.844 | 463.882 | - | 2.122 | 595 | (2) | **726.818** |
| Custo financeiro do exercício | 14.895.943 | 1.778.481 | 3.621.013 | 19.837.829 | 28.955.771 | 175.549 | 1.459 | 42.057 | **69.308.102** |
| Rendimento estimado dos fundos | (9.862.110) | (2.395.117) | (11.099.201) | (25.841.047) | (53.064.198) | (368.399) | (13.133) | - | **(102.643.205)** |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) | - | 611.467 | 5.530.763 | 5.539.336 | 24.108.427 | 192.783 | 11.808 | - | **35.994.584** |
| Outros custos (Nota 14.4) | 1.129.704 | - | - | - | - | - | - | - | **1.129.704** |
| **Custo corrente total com pensões (Nota 14.5)** | **6.312.776** | **9.969** | **(1.851.581)** | **-** | **-** | **2.055** | **729** | **42.055** | **4.516.003** |

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração nos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o movimento no valor acumulado das perdas atuariais líquidas foi como segue:

euros

| | BrTPREV | PBS-Telemar | TCSPREV | TelemarPrev | PBS-A | PBS-TNCP | CELPREV | PAMEC | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2011** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6) | (6.915.269) | (706.590) | (467.975) | (9.492.747) | (10.372.383) | (30.800) | 11.256 | 49.105 | **(27.925.403)** |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6): | | | | | | | | | |
| Relacionados com as responsabilidades | 21.621.391 | 2.457.814 | 4.339.725 | 35.472.315 | 34.813.563 | 234.722 | (16.203) | (70.162) | **98.853.165** |
| Relacionados com os ativos dos fundos | (5.945.136) | (1.061.673) | (3.183.349) | (13.888.896) | 32.996.585 | 334.039 | (14.257) | - | **9.237.313** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2011** | **8.760.986** | **689.551** | **688.401** | **12.090.672** | **57.437.765** | **537.961** | **(19.204)** | **(21.057)** | **80.165.075** |
| Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6) | (2.696.410) | (279.816) | (470.005) | (11.736.389) | (4.859.967) | (68.802) | 3.583 | (161) | **(20.107.967)** |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6): | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Relacionados com as responsabilidades | 35.298.029 | 4.390.492 | 8.905.910 | 73.593.178 | 62.853.851 | 556.783 | (9.306) | 93.525 | **185.682.462** |
| Relacionados com os ativos dos fundos | (10.683.398) | (1.062.267) | (4.294.756) | (20.057.508) | (62.432.387) | (1.003.613) | (5.519) | - | **(99.539.448)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2012** | **30.679.207** | **3.737.960** | **4.829.550** | **53.889.953** | **52.999.262** | **22.329** | **(30.446)** | **72.307** | **146.200.122** |

## 14.3. Responsabilidades com planos de benefícios de reforma

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012 nas responsabilidades líquidas com benefícios de reforma foram como segue:

euros

| | Operações em Portugal | | | | Operações no Brasil | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pensões e complementos de reforma (Nota 14.1.1) | Cuidados de saúde (Nota 14.1.2) | Salários de suspensos e pré-reformados (Nota 14.1.3) | Sub-total | Pensões e complementos de reforma (Nota 14.2) | Cuidados de saúde (Nota 14.2) | Sub-total | Total |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2010** | **25.772.632** | **16.767.576** | **924.324.397** | **966.864.605** | **-** | **-** | **-** | **966.864.605** |
| Alterações no perímetro de consolidação (Nota 2.b) | - | - | - | - | 52.083.050 | 406.094 | 52.489.144 | 52.489.144 |
| Custo (ganho) do exercício (Nota 14.5) | (717.051) | (1.771.580) | 31.387.011 | 28.898.380 | 4.473.948 | 42.055 | 4.516.003 | 33.414.383 |
| Custos com redução de efetivos (Nota 14.5) | (2.036) | 180.552 | 32.434.698 | 32.613.214 | - | - | - | 32.613.214 |
| Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.4) | (2.759.982) | 5.327.015 | (174.044.745) | (171.477.712) | (1.142.953) | (3.312) | (1.146.265) | (172.623.977) |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidos (Nota 14.6) | 5.332.309 | 98.068.489 | (31.603.105) | 71.797.693 | 8.760.984 | (21.057) | 8.739.927 | 80.537.620 |
| Ajustamentos de conversão cambial | - | - | - | - | (2.821.011) | (29.285) | (2.850.296) | (2.850.296) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2011** | **27.625.872** | **118.572.052** | **782.498.256** | **928.696.180** | **61.354.018** | **394.495** | **61.748.513** | **990.444.693** |
| Transferências entre planos | 204.373 | - | (204.373) | - | - | - | - | - |
| Custo (ganho) do exercício (Nota 14.5) | (472.281) | 4.268.310 | 25.737.595 | 29.533.624 | 6.400.257 | 38.561 | 6.438.818 | 35.972.442 |
| Custos com redução de efetivos (Nota 14.5) | (211.646) | (161.332) | 527.010 | 154.032 | - | - | - | 154.032 |
| Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.4) | (2.083.643) | 1.823.013 | (159.517.770) | (159.778.400) | (10.468.038) | (13.767) | (10.481.805) | (170.260.205) |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidos (Nota 14.6) | 6.322.355 | (37.635.527) | 81.396.729 | 50.083.557 | 22.965.052 | | 22.965.052 | 73.048.609 |
| Ajustamentos de conversão cambial | - | - | - | - | (7.982.153) | 42.853 | (7.939.300) | (7.939.300) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2012** | **31.385.030** | **86.866.516** | **730.437.447** | **848.688.993** | **72.269.136** | **462.142** | **72.731.278** | **921.420.271** |

Alguns planos de pensões e de cuidados de saúde apresentam posições excedentárias pelo que os mesmos foram apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles fundos com posição deficitária. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor líquido das responsabilidades com planos de pensões e saúde foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

euros

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| **Planos com uma situação deficitária** | | |
| Pensões | 115.069.501 | 102.600.825 |
| Cuidados de saúde | 87.328.658 | 118.966.547 |
| Salários de pré-reformados e suspensos | 730.437.447 | 782.498.256 |
| | **932.835.606** | **1.004.065.628** |
| **Planos com uma situação excedentária** | | |
| Pensões | (11.415.335) | (13.620.935) |
| | **921.420.271** | **990.444.693** |

## 14.4. Fluxos de caixa com planos de benefícios de reforma

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os pagamentos e contribuições respeitantes a benefícios de reforma foram como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Operações em Portugal** | | |
| **Pensões** | | |
| Contribuições para os fundos (Nota 14.1.1) | 1.100.000 | 1.650.000 |
| Pagamentos de prémios a pré-reformados e suspensos (Nota 14.1.1) | 983.643 | 1.109.982 |
| **Sub total (Nota 14.3)** | **2.083.643** | **2.759.982** |
| **Cuidados de saúde** | | |
| Reembolsos (Nota 14.1.2) | (20.823.429) | (23.291.856) |
| Pagamentos de despesas com cuidados de saúde (Nota 14.1.2) | 19.000.416 | 17.964.841 |
| **Sub total (Nota 14.3)** | **(1.823.013)** | **(5.327.015)** |
| **Outros pagamentos** | | |
| Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos (Notas 14.1.3 e 14.3) | 159.517.770 | 174.044.745 |
| Pagamento por cessação de contrato de trabalho (Nota 14.5) | 1.923.146 | 3.816.660 |
| Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i) | 25.482.982 | 21.783.360 |
| **Sub total** | **186.923.898** | **199.644.765** |
| **Operações no Brasil** | | |
| Contribuições para os fundos - pensões (Nota 14.2) | 9.697.883 | 13.249 |
| Contribuições para os fundos - cuidados de saúde (Nota 14.2) | 13.767 | 3.312 |
| Outros pagamentos (Nota 14.2) | 770.155 | 1.129.704 |
| **Sub total (Nota 14.3)** | **10.481.805** | **1.146.265** |
| | **197.666.333** | **198.223.997** |

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

## 14.5. Custos com planos de benefícios de reforma

Os custos com planos de benefícios de reforma e com redução de efetivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram com segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Custos com benefícios de reforma** | | |
| **Operações em Portugal** | | |
| Pensões (Notas 14.1.1 e 14.3) | (472.281) | (717.051) |
| Cuidados de saúde (Notas 14.1.2 e 14.3) | 4.268.310 | (1.771.580) |
| Salários (Notas 14.1.3 e 14.3) | 25.737.595 | 31.387.011 |
| Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i) | 22.337.313 | 25.112.665 |
| **Sub-total** | **51.870.937** | **54.011.045** |
| **Oi** | | |
| Pensões (Notas 14.2 e 14.3) | 6.400.257 | 4.473.948 |
| Cuidados de saúde (Notas 14.2 e 14.3) | 38.561 | 42.055 |
| **Sub-total** | **6.438.818** | **4.516.003** |
| **Total de custos com benefícios de reforma** | **58.309.755** | **58.527.048** |
| **Custos com redução de efetivos** | | |
| Pensões (Notas 14.1.1 e 14.3) | (211.646) | (2.036) |
| Cuidados de saúde (Notas 14.1.2 e 14.3) | (161.332) | 180.552 |
| Salários (Notas 14.1.3 e 14.3) | 527.010 | 32.434.698 |
| Pagamentos por cessação de contratos de trabalho (Nota 14.4) | 1.923.146 | 3.816.660 |
| | **2.077.178** | **36.429.874** |

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição fixa paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual dos empregados ativos e suspensos que tinham direito a pensão no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa que foram transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

## 14.6. Perdas (ganhos) atuariais líquidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as perdas (ganhos) atuariais líquidos registados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral foram como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Operações em Portugal** | | |
| **Alterações nos pressupostos atuariais** | | |
| Pensões (Nota 14.1.1) | 17.533.583 | (374.801) |
| Cuidados de saúde (Nota 14.1.2) | 37.479.958 | - |
| Salários (Nota 14.1.3) | 81.611.075 | (19.051.652) |
| **Sub-total** | **136.624.616** | **(19.426.453)** |
| **Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais** | | |
| Pensões (Nota 14.1.1) | (11.211.228) | 5.707.110 |
| Cuidados de saúde (Nota 14.1.2) | (75.115.485) | 98.068.489 |
| Salários (Nota 14.1.3) | (214.346) | (12.551.453) |
| **Sub-total** | **(86.541.059)** | **91.224.146** |
| **Sub-total das operações em Portugal** | **50.083.557** | **71.797.693** |
| **Operações no Brasil** | | |
| Alterações nos pressupostos atuariais (Nota 14.2) | (20.107.967) | (27.925.403) |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.2) | 86.143.014 | 108.090.478 |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) | (43.069.995) | (71.425.148) |
| **Sub-total** | **22.965.052** | **8.739.927** |
| **Total (Notas 14.3 e 44.5)** | **73.048.609** | **80.537.620** |

Relativamente às operações em Portugal, as perdas e ganhos atuariais líquidos decorrentes de alterações nos pressupostos atuariais estão relacionados com as alterações nos pressupostos atuariais financeiros e demográficos detalhados na Nota 14.1, conforme segue:

– As perdas atuariais reconhecidas em 2012, no montante de 137 milhões de euros, incluem essencialmente os impactos decorrentes (1) da suspensão do regime de reforma antecipada (perda de 39 milhões de euros), de forma permanente para os empregados abrangidos pelo regime da CGA ou apenas durante o período de assistência financeira a Portugal para os restantes empregados, (2) da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades com complementos de pensões, cuidados de saúde e salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados (perda de 102 milhões de euros), conforme detalhado na Nota 14.1, e (3) da alteração nas tábuas de mortalidade para os beneficiários ativos;

– Os ganhos atuariais reconhecidos em 2011, no montante de 19 milhões de euros, correspondem ao impacto da redução na taxa de crescimento salarial utilizada na determinação das responsabilidades com salários pagos a empregados suspensos e pré-reformados.

O detalhe dos ganhos e perdas atuariais decorrentes das diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais, relativo a planos de pensões das operações em Portugal, é como segue:

– Os ganhos atuariais reconhecidas em 2012, no montante de 87 milhões de euros, incluem (1) um ganho de 64 milhões de euros relacionado com a diferença entre a rendibilidade real (+25,2%) e a rendibilidade esperada (+6,0%) dos ativos dos fundos, e (2) um ganho de 23 milhões de euros relativo à diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades projetadas, nomeadamente os pressupostos relacionados com as taxas de crescimento dos salários, dos custos com pensões e dos cuidados de saúde;

– As perdas atuariais reconhecidas em 2011, no montante de 91 milhões de euros, incluem (1) uma perda de 98 milhões de euros relacionada com a diferença entre a rendibilidade real (-16,6%) e a rendibilidade esperada (+6,0%) dos ativos dos fundos, e (2) um ganho de 7 milhões de euros relativo à diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades projetadas.

As perdas atuariais líquidas reconhecidas pela Oi ascenderam a 23 milhões de euros em 2012 e incluem (1) um ganho atuarial de 20 milhões de euros relativo às alterações nos pressupostos atuariais descritos na Nota 14.2, refletindo essencialmente a diminuição nas taxas de crescimento salarial em todos os planos, (2) uma perda atuarial no montante de 86 milhões de euros decorrente da diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais, e (3) um ganho atuarial de 43 milhões de euros, correspondente ao efeito do limite ao reconhecimento de posições excedentárias nos planos (IFRIC 14). As perdas atuariais líquidas reconhecidas pela Oi no período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011, no montante de 9 milhões de euros, incluem (1) um ganho atuarial de 28 milhões de euros relativo às alterações nos pressupostos atuariais descritos na Nota 14.2, refletindo essencialmente o aumento na rendibilidade esperada dos ativos dos fundos, (2) uma perda atuarial no montante de 108 milhões de euros decorrente da diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais, e (3) um ganho atuarial de 71 milhões de euros, correspondente ao efeito do limite ao reconhecimento de posições excedentárias nos planos (IFRIC 14).

## 14.7. Outras divulgações

As tabelas abaixo apresentam o valor atual das responsabilidades projetadas, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas atuariais líquidos. O detalhe desta informação em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010, 2009 e 2008 e nos exercícios findos nessas datas é como segue:

| | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2009** | **2008** |
| Valor atual das responsabilidades projetadas (i) | 2.245.322.048 | 2.202.075.339 | 1.396.705.310 | 3.836.915.409 | 3.941.510.416 |
| Valor de mercado dos fundos (i) | (1.684.606.244) | (1.600.558.424) | (448.145.688) | (2.369.524.484) | (2.131.646.536) |
| **Responsabilidades não financiadas líquidas** | **560.715.804** | **601.516.915** | **948.559.622** | **1.467.390.925** | **1.809.863.880** |
| Ganhos com serviços passados | 14.954.706 | 16.764.043 | 18.304.983 | 23.362.000 | 25.430.000 |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) | 345.749.761 | 372.163.735 | - | - | - |
| **Responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas** | **921.420.271** | **990.444.693** | **966.864.605** | **1.490.752.925** | **1.835.293.880** |

(i) O aumento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi desde 31 de março de 2011. O decréscimo ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está relacionado basicamente com a transferência de determinados planos de pensões de reforma para o Estado Português

| | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2009** | **2008** |
| Alterações nos pressupostos atuariais | 116.516.649 | (47.351.856) | 441.787.345 | (1.660.464) | (232.309.178) |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais: | | | | | |
| Relacionadas com as responsabilidades projetadas | 163.038.148 | 91.855.501 | (67.472.319) | 15.523.139 | 26.821.855 |
| Relacionadas com os ativos dos planos | (163.436.193) | 107.459.123 | 76.359.880 | (178.636.090) | 800.296.495 |
| Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) | (43.069.995) | (71.425.148) | - | - | - |
| **Total das perdas (ganhos) atuariais** | **73.048.609** | **80.537.620** | **450.674.906** | **(164.773.415)** | **594.809.172** |

## 15. Outros custos (ganhos), líquidos

Os outros ganhos líquidos ascenderam a 9 milhões de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o que compara com outros custos de 33 milhões de euros em 2011. A variação de 41 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente um ganho registado em 2012 relativo à compensação líquida estimada a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão, conforme previsto na Lei nº 66/XII, efeito parcialmente compensado por ajustamentos não recorrentes para determinados ativos também registados em 2012.

## 16. Juros suportados, líquidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica compõe-se da seguinte forma:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Juros suportados** | | |
| Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros | 699.182.559 | 638.252.740 |
| Outros | 4.131.553 | 1.186.218 |
| **Juros obtidos** | | |
| Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros | (195.575.577) | (335.443.333) |
| Outros | (8.902.911) | (6.880.952) |
| | **498.835.624** | **297.114.673** |

O aumento nos juros suportados líquidos é explicado essencialmente (1) pelo impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2012, no montante de 66 milhões de euros (Nota 2.b), uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, (2) por um ganho de 51 milhões de euros correspondente aos juros obtidos no primeiro trimestre de 2011 relativos aos depósitos em Reais Brasileiros que foram utilizados para pagar o investimento estratégico na Oi em 28 de março de 2011, e (3) por uma maior contribuição da Oi excluindo o efeito da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012, refletindo essencialmente o impacto do aumento na sua dívida líquida média em resultado dos dividendos pagos em maio e agosto de 2012 e dos montantes pagos aos acionistas não controladores em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, efeito que foi parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

## 17. Perdas com variações cambiais, líquidas

As perdas com variações cambiais líquidas ascenderam a 2 milhões de euros em 2012, face a 18 milhões de euros em 2011, refletindo essencialmente (1) uma menor contribuição da Oi (15 milhões de euros), explicada maioritariamente por perdas reconhecidas em 2011 em resultado do impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Dólar na dívida bruta da Oi denominada em dólares que não estava coberta por derivados de taxa de câmbio ou por aplicações de tesouraria, uma vez que a exposição da Oi ao Dólar é significativamente menor em 2012, e (2) menores perdas cambiais líquidas nas operações em Portugal, devido ao impacto da desvalorização significativa do Dólar face ao Euro em 2011 sobre ativos denominados em Dólares.

## 18. Perdas (ganhos) em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Instrumentos financeiros derivados (Nota 45) | 3.838.959 | (586.752) |
| Investimentos em imóveis | 309.915 | 308.619 |
| Outros, líquidos | (273.363) | (299.604) |
| | **3.875.511** | **(577.737)** |

## 19. Outros custos financeiros, líquidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Comissões e outros serviços bancários (i) | 64.394.299 | 60.734.765 |
| Outros (ii) | 26.252.788 | 46.667.710 |
| | **90.647.087** | **107.402.475** |

(i) O aumento desta rubrica é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante de 8 milhões de euros, efeito parcialmente compensado por um menor nível de comissões bancárias nas operações em Portugal.

(ii) A diminuição nesta rubrica reflete essencialmente impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 com a transferência de fundos para o investimento da Portugal Telecom na Oi (14 milhões de euros). Em 2011, esta rubrica inclui igualmente um ganho no montante de 2 milhões de euros (Nota 38.2), correspondente à diferença entre o valor nominal e o preço de aquisição de obrigações próprias adquiridas durante o ano 2011.

## 20. Impostos e taxas

Na sequência de uma alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2011, aplicável para os anos de 2012 e 2013, a Empresa será tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, a qual será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e de (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 10,0 milhões de euros (7,5 milhões de euros a partir de 1 de janeiro de 2013, após uma alteração ocorrida na legislação fiscal Portuguesa em dezembro de 2012) e de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 10,0 milhões de euros (7,5 milhões de euros a partir de 1 de janeiro de 2013), resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%, face a uma taxa de 29,0% que era aplicável durante o ano de 2011.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

As subsidiárias localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa nominal de 34%.

De acordo com a legislação Portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. No Brasil, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012, considerando as provisões reconhecidas pela Empresa (Nota 42).

## 20.1. Impostos diferidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos foram como segue:

euros

| | Saldo 31 dez 2011 | Aumentos e reduções: Resultado líquido | Aumentos e reduções: Outras reservas e resultados acumulados (i) | Ajustamentos de conversão cambial (ii) | Transferências e outros movimentos | Saldo 31 dez 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos por impostos diferidos** | | | | | | |
| Benefícios de reforma | 434.931.428 | (137.838.201) | 20.338.120 | (3.130.481) | - | 314.300.866 |
| Prejuízos fiscais reportáveis (iii) | 307.314.690 | 133.166.519 | - | (24.348.426) | - | 416.132.783 |
| Provisões e ajustamentos | 408.650.655 | (4.102.964) | - | (34.821.491) | (9.145.055) | 360.581.145 |
| Instrumentos financeiros | 4.154.468 | 6.494.175 | (8.370.403) | 1.240 | (12.005) | 2.267.475 |
| Outros | 92.732.799 | 6.340.155 | 1.047.001 | (11.809.620) | 2.548.035 | 90.858.370 |
| | **1.247.784.040** | **4.059.684** | **13.014.718** | **(74.108.778)** | **(6.609.025)** | **1.184.140.639** |
| **Passivos por impostos diferidos** | | | | | | |
| Ajustamentos a valor de mercado em alocações de preço de compra (iv) | 775.783.636 | (52.194.884) | - | (78.785.513) | - | 644.803.239 |
| Reavaliação de ativos fixos | 182.463.945 | (10.937.843) | - | - | - | 171.526.102 |
| Mais-valias fiscais com tributação suspensa | 1.341.723 | (288.486) | - | - | - | 1.053.237 |
| Instrumentos financeiros | 14.286.361 | 7.375.538 | - | (532.514) | - | 21.129.385 |
| Outros (v) | 78.581.563 | 13.859.553 | (2.420.197) | (1.683.419) | (4.839.668) | 83.497.832 |
| | **1.052.457.228** | **(42.186.122)** | **(2.420.197)** | **(81.001.446)** | **(4.839.668)** | **922.009.795** |
| | | **46.245.806** | **15.434.915** | **6.892.668** | **(1.769.357)** | |

(i) Os aumentos e reduções nos ativos e passivos por impostos diferidos registados através de outras reservas e resultados acumulados refletem essencialmente o efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas reconhecidas no período, no montante de 20.338.120 euros (Nota 44.5), e sobre as perdas registadas nos derivados de cobertura, no montante de 8.370.403 euros.

(ii) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

(iii) Esta rubrica corresponde aos prejuízos fiscais reportáveis da Oi (209 milhões de euros), da Portugal Telecom (194 milhões de euros) e da Contax (13 milhões de euros). Os prejuízos fiscais reportáveis da Oi e da Contax foram originados essencialmente em anos anteriores e não têm maturidade, podendo apenas ser usados com um limite de 30% da matéria coletável em cada exercício. Os prejuízos fiscais reportáveis da Portugal Telecom, os quais foram gerados em 2011 e 2012, têm uma maturidade de 4 e 5 anos, respetivamente, podendo ser usados com um limite de 75% da matéria coletável em cada exercício.

(iv) Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui essencialmente os efeitos fiscais sobre (1) ajustamentos a justo valor registados pela Oi em resultado de processos de alocação do preço de compra ocorridos em anos anteriores (226 milhões de euros) e (2) os ajustamentos a justo valor registados pela Portugal Telecom no âmbito do processo de alocação do preço de compra dos investimentos na Oi e na Contax, concluído em março de 2011 (419 milhões de euros).

(v) Os outros passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 incluem principalmente o efeito fiscal sobre dividendos atribuídos e não liquidados por empresas associadas, no montante de 59 milhões de euros.

euros

| | Saldo 31 dez 2010 | Alterações ao perímetro de consolidação (i) | Aumentos e reduções: Resultado líquido | Aumentos e reduções: Outras reservas e resultados acumulados (ii) | Alteração de taxa de imposto (iii): Resultado líquido | Alteração de taxa de imposto (iii): Outras reservas e resultados acumulados | Ajustamentos de conversão cambial (iv) | Transferências e outros movimentos | Saldo 31 dez 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos por impostos diferidos** | | | | | | | | | |
| Benefícios de reforma | 564.654.297 | 21.448.786 | (170.994.487) | 20.927.603 | 41.889 | 6.930 | (1.043.629) | (109.961) | 434.931.428 |
| Prejuízos fiscais reportáveis (v) | - | 187.473.960 | 125.252.556 | - | - | - | (8.897.134) | 3.485.308 | 307.314.690 |
| Provisões e ajustamentos | 58.844.838 | 392.230.469 | (22.455.814) | - | 3.339.208 | - | (17.257.281) | (6.050.765) | 408.650.655 |
| Instrumentos financeiros | 4.439.337 | - | (139.606) | 195.139 | (157.240) | (94.045) | - | (89.117) | 4.154.468 |
| Outros | 25.136.726 | 72.386.750 | (6.832) | 385.301 | (77.632) | - | (5.113.147) | 21.633 | 92.732.799 |
| | **653.075.198** | **673.539.965** | **(68.344.183)** | **21.508.043** | **3.146.225** | **(87.115)** | **(32.311.190)** | **(2.742.903)** | **1.247.784.040** |
| **Passivos por impostos diferidos** | | | | | | | | | |
| Ajustamentos a valor de mercado em alocações de preço de compra (vi) | - | 869.597.942 | (56.382.455) | - | - | - | (37.543.832) | 111.981 | 775.783.636 |
| Reavaliação de ativos fixos | 228.412.010 | - | (14.406.175) | (31.541.890) | - | - | - | - | 182.463.945 |
| Mais-valias fiscais com tributação suspensa | 1.622.117 | - | (280.394) | - | - | - | - | - | 1.341.723 |
| Instrumentos financeiros | 15.143.542 | - | - | - | - | (857.181) | - | - | 14.286.361 |
| Outros (vii) | 66.419.668 | 3.047.935 | 17.950.762 | 1.137.324 | 977.616 | - | (9.688.664) | (1.263.078) | 78.581.563 |
| | **311.597.337** | **872.645.877** | **(53.118.262)** | **(30.404.566)** | **977.616** | **(857.181)** | **(47.232.496)** | **(1.151.097)** | **1.052.457.228** |
| | | **(199.105.912)** | **(15.225.921)** | **51.912.609** | **2.168.609** | **770.066** | **14.921.306** | **(1.591.806)** | |

(i) As alterações no perímetro de consolidação incluem (1) o impacto da consolidação proporcional dos ativos e passivos por impostos diferidos da Oi e da Contax, nos montantes de 686 milhões de euros e 873 milhões de euros (Nota 2.b), respetivamente, totalizando um montante líquido de 187 milhões de euros, e (2) o efeito líquido de 12 milhões de euros relacionado com os ativos por impostos diferidos da Dedic/GPTI que foram consolidados integralmente até 30 de junho de 2011, no montante de 22 milhões de euros (Nota 2.b), e consolidados proporcionalmente a partir dessa data no seguimento da integração na Contax.

(ii) Os aumentos e reduções nos ativos e passivos por impostos diferidos registados por contrapartida da rubrica de outras reservas e resultados acumulados refletem essencialmente o efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas e as reservas de reavaliação reconhecidas no período, nos montantes de 20.934.533 euros (Nota 44.5) e 31.541.890 euros (Nota 44.5), respetivamente.

(iii) Esta rubrica respeita essencialmente ao impacto do aumento da taxa de imposto aplicável em Portugal para os anos de 2012 e 2013, conforme referido acima.

(iv) Os ajustamentos de conversão cambial estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro no período decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011.

(v) Esta rubrica corresponde aos prejuízos fiscais reportáveis da Oi (179 milhões de euros), da Portugal Telecom (116 milhões de euros), e da Contax (13 milhões de euros). Os prejuízos fiscais reportáveis da Oi e da Contax foram originados essencialmente em anos anteriores e não têm maturidade, podendo apenas ser

usados com um limite de 30% da matéria coletável em cada exercício. Os prejuízos fiscais reportáveis da Portugal Telecom, os quais foram gerados em 2011, podem ser usados durante os 5 anos subsequentes ao ano em que foram gerados, com um limite de 75% da matéria coletável em cada exercício.

(vi) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente os efeitos fiscais sobre (1) ajustamentos a justo valor registados pela Oi em resultado de processos de alocação do preço de compra ocorridos em anos anteriores (293 milhões de euros) e (2) os ajustamentos a justo valor registados pela Portugal Telecom no âmbito do processo de alocação do preço de compra dos investimentos na Oi e na Contax, concluído em março de 2011 (483 milhões de euros).

(vii) Os outros passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 incluem principalmente o efeito fiscal sobre dividendos atribuídos e não liquidados por empresas associadas, no montante de 49 milhões de euros.

Conforme referido na Nota 3.o), os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A Portugal Telecom entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira são recuperáveis quer através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado do Grupo previsto em orçamento para o ano 2013 e projeções de resultados para os anos subsequentes ajustadas por diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais e por determinadas operações financeiras a realizar no futuro, como através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Adicionalmente, as empresas do Grupo Oi que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, têm créditos fiscais não reconhecidos sobre prejuízos fiscais reportáveis e outras diferenças temporárias no montante total de 216 milhões de Reais Brasileiros, equivalentes a 21 milhões de euros consolidados proporcionalmente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total dos ativos por impostos diferidos incluía 620 milhões de euros e 628 milhões de euros relacionados com países estrangeiros, respetivamente, enquanto o total dos passivos por impostos diferidos incluía 677 milhões de euros e 852 milhões de euros relacionados com países estrangeiros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2012 e 20111, os ativos e passivos por impostos diferidos de países estrangeiros estavam relacionados essencialmente com a Oi e a Contax.

## 20.2. Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Resultado antes de impostos** | **473.222.179** | **531.108.556** |
| Taxa nominal de imposto | 31,5% | 29,0% |
| | **149.064.986** | **154.021.481** |
| Taxas de imposto diferenciadas (i) | (32.965.200) | (29.347.431) |
| Incentivos fiscais obtidos pela Oi | (18.412.394) | (10.817.261) |
| Diferenças permanentes (ii) | 50.663.111 | 21.049.234 |
| Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento (Nota 42) | 15.618.146 | 7.559.759 |
| Excesso de estimativa para impostos de exercícios anteriores (iii) | (16.363.825) | (32.100.361) |
| Alteração na taxa de imposto (iv) | - | (2.168.608) |
| | **147.604.824** | **108.196.813** |
| **Imposto sobre o rendimento** | | |
| Imposto corrente | 193.850.630 | 95.139.501 |
| Imposto diferido | (46.245.806) | 13.057.312 |
| | **147.604.824** | **108.196.813** |

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações no estrangeiro.

(ii) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente: (1) o impacto de maiores juros obtidos e ganhos em empresas associadas não tributáveis em 2011, basicamente relacionados com o efeito financeiro sobre a conta a receber da Telefónica no âmbito da alienação da Vivo e com o ganho reconhecido no âmbito

da alienação do investimento financeiro na UOL, respetivamente; e (2) maiores juros suportados e custos com amortizações não dedutíveis fiscalmente em determinadas empresas holding no Brasil, as quais não têm receitas.

(iii) Em 2011, em resultado de decisões judiciais favoráveis, a Portugal Telecom reconheceu uma conta a receber do Estado no montante de 13 milhões de euros correspondente à Derrama Municipal de 1,5% paga em excesso em anos anteriores.

(iv) Esta rubrica diz respeito ao impacto da alteração em 2011 da taxa nominal de imposto aplicável em Portugal. A partir de janeiro de 2012, a taxa agregada máxima subiu para 31,5% e, consequentemente, os impostos diferidos das empresas em Portugal foram ajustados em conformidade, o que resultou num ganho de 2 milhões de euros.

## 21. Interesses não controladores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, realizaram-se os seguintes movimentos nos interesses não controladores:

euros

| | Saldo 31 dez 2011 | Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital | Resultado líquido | Dividendos | Variações cambiais (i) | Outros movimentos | Saldo 31 dez 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Oi (ii) | 581.471.244 | (278.868.848) | 9.081.312 | (45.812.932) | (31.850.033) | (3.685.946) | 230.334.797 |
| Africatel (iii) | 83.863.847 | (12.825.000) | 41.562.967 | - | (4.186.066) | (4.537.776) | 103.877.972 |
| Contax | 110.401.757 | - | 1.979.108 | (9.960.000) | (6.191.559) | 1.439.301 | 97.668.607 |
| MTC | 66.642.692 | - | 22.628.517 | (21.642.369) | (4.583.105) | 224.653 | 63.270.388 |
| Cabo Verde Telecom | 41.278.588 | - | 7.373.541 | (12.279.048) | - | - | 36.373.081 |
| Timor Telecom | 12.491.211 | - | 7.761.368 | (9.018.652) | (32.093) | 403 | 11.202.237 |
| CST | 8.119.457 | - | 273.011 | - | - | - | 8.392.468 |
| TPT | 3.540.645 | - | 2.232.930 | (2.305.487) | - | (139.781) | 3.328.307 |
| LTM | 2.318.736 | - | 1.485.510 | (1.343.415) | (279.736) | - | 2.181.095 |
| Kenya Postel Directories | 1.373.998 | - | 353.478 | (418.689) | (47.951) | - | 1.260.836 |
| Previsão | 497.015 | - | (103.160) | - | - | 46 | 393.901 |
| Outras | 2.103.783 | - | 715.737 | (337.430) | (56.852) | (31.177) | 2.394.061 |
| | **914.102.973** | **(291.693.848)** | **95.344.319** | **(103.118.022)** | **(47.227.395)** | **(6.730.277)** | **560.677.750** |

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com os impactos da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro em 2012.

(ii) Os movimentos ocorridos na Oi na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" incluem essencialmente o impacto da reestruturação societária do Grupo Oi concluída em março de 2012, no montante de 272 milhões de euros (Nota 1), e um montante de 7 milhões de euros correspondente ao valor contabilístico de determinados interesses não controladores adquiridos pela Oi, S.A. pelo montante total de 4 milhões de euros (Nota 47.j), que originou um ganho de 3 milhões de euros reconhecido diretamente no capital próprio.

(iii) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores numa redução de capital efetuada por esta empresa.

euros

| | Saldo 31 dez 2010 | Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital | Resultado líquido | Dividendos | Variações cambiais (i) | Outros movimentos | Saldo 31 dez 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Oi (ii) | - | 690.725.843 | 11.708.462 | (86.347.388) | (26.904.418) | (7.711.255) | 581.471.244 |
| Africatel (iii) | 62.454.852 | (6.250.000) | 28.237.819 | - | (578.824) | - | 83.863.847 |
| Contax (ii) | - | 126.125.770 | (1.597.578) | (8.834.558) | (5.709.371) | 417.494 | 110.401.757 |
| MTC | 78.575.740 | - | 21.138.739 | (20.146.905) | (12.924.882) | - | 66.642.692 |
| Cabo Verde Telecom | 43.168.760 | - | 12.279.048 | (14.169.848) | - | 628 | 41.278.588 |
| Timor Telecom | 11.574.144 | - | 8.156.575 | (7.501.544) | 261.652 | 384 | 12.491.211 |
| CST (iv) | 2.256.337 | 5.352.320 | 510.800 | - | - | - | 8.119.457 |
| TPT | 3.425.173 | | 2.306.114 | (2.266.000) | (278.502) | 353.860 | 3.540.645 |
| LTM | 1.813.427 | - | 1.221.136 | (1.106.157) | 390.330 | - | 2.318.736 |
| Kenya Postel Directories | 1.677.597 | - | 419.995 | (693.756) | (29.838) | - | 1.373.998 |
| Previsão | 577.919 | - | (80.949) | - | - | 45 | 497.015 |
| Dedic (v) | 9.932.141 | (7.851.519) | (1.314.431) | - | (766.191) | - | - |
| Outras | 1.240.483 | - | 796.781 | - | 94.879 | (28.360) | 2.103.783 |
| | **216.696.573** | **808.102.414** | **83.782.511** | **(141.066.156)** | **(46.445.165)** | **(6.967.204)** | **914.102.973** |

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com os impactos da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro em 2011.

(ii) Os movimentos ocorridos na Oi e na Contax na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" incluem essencialmente o saldo dos interesses não controladores destas empresas em 31 de março de 2011 (Nota 2.b), data em que estes investimentos foram consolidados proporcionalmente pela primeira vez. O movimento na Oi incluído na rubrica "Dividendos", no montante de 86 milhões de euros, está relacionado com uma bonificação a pagar em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom (Nota 1).

(iii) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores numa redução de capital efetuada por esta empresa.

(iv) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores num aumento de capital efetuado por esta empresa.

(v) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a transação Contax concluída em 1 de julho de 2011 (Nota 1), no seguimento da qual esta empresa foi integrada na Contax.

## 22. Dividendos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os dividendos pagos pela Portugal Telecom foram como segue (Nota 47.n):

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Dividendo ordinário (i) | 556.737.307 | 558.993.661 |
| Dividendo extraordinário | - | 558.993.660 |
| | **556.737.307** | **1.117.987.321** |

(i) Em 2012, esta rubrica inclui 184.799.868 euros pagos em janeiro, correspondentes a um adiantamento por conta dos lucros de 2011 aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2011, e 371.937.439 euros pagos em maio.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros por ação proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, em 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.117.987.321 euros.

No Conselho de Administração da Portugal Telecom de 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o pagamento aos acionistas de um adiantamento sobre os lucros de 2011 equivalente a um dividendo de 21,5 cêntimos por ação, no montante total de 184.799.868 euros, o qual foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 43), tendo sido pago em 4 de janeiro de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos, dos quais 21,5 cêntimos por ação já tinham sido pagos em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, conforme mencionado anteriormente, e os restantes 43,5 cêntimos por ação foram pagos em 25 de maio de 2012, no montante total de 371.937.439 euros.

Os montantes acima mencionados correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, incluindo 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap* e pela participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste durante os anos de 2011 e 2012.

.

## 23. Resultados por ação

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram calculados como segue:

| | | | euros |
|---|---|---|---|
| | | 2012 | 2011 |
| Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom | (1) | 230.273.036 | 339.129.232 |
| Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto) | (2) | 30.442.820 | 30.138.517 |
| **Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído** | **(3)** | **260.715.856** | **369.267.749** |
| **Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)** | (4) | **856.659.594** | **864.161.921** |
| Efeito das obrigações convertíveis (ii) | | 82.472.694 | 74.833.069 |
| | (5) | **939.132.288** | **938.994.990** |
| **Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom** | | | |
| Básico | (1)/(4) | 0,27 | 0,39 |
| Diluído | (3)/(5) | 0,27 | 0,39 |

(i) O número médio de ações ordinárias em circulação foi calculado considerando 896.512.500 ações emitidas ajustadas (1) por 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de *equity swap*, aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) pela participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

(ii) Em 2012 e 2011, os resultados diluídos incluíam o impacto das obrigações convertíveis emitidas em agosto de 2007. A variação nesta rubrica reflete o impacto dos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis no seguimento dos dividendos pagos em junho de 2011 e em maio de 2012.

## 24. Investimentos de curto prazo

Esta rubrica consiste em aplicações financeiras de curto prazo com termos e condições previamente acordados com as instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição desta rubrica é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Títulos de dívida (i) | 517.741.612 | 376.288.223 |
| Fundos de investimento exclusivos no Brasil (ii): | | |
| Títulos públicos | 226.911.978 | 194.114.965 |
| Outros | 1.348.182 | 30.791.431 |
| Debêntures (iii) | 113.628.357 | 82.175.090 |
| Outras aplicações financeiras de curto prazo | 20.564.680 | 54.742.489 |
| | **880.194.809** | **738.112.198** |

(i) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui essencialmente títulos de divida registados na PT Finance com uma maturidade aproximada de 4 meses e que são liquidados a valor nominal acrescido de juros.

(ii) As empresas do Grupo Oi possuem aplicações financeiras em fundos de investimento exclusivos no Brasil e em países estrangeiros com o propósito de remunerar as suas disponibilidades, tendo como "*benchmark*" o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior. Todas as aplicações financeiras em que a Oi, S.A. e as suas subsidiárias investem são fundos de investimento exclusivos do Grupo Oi e o seu portfolio inclui essencialmente títulos de divida publica e depósitos a prazo. A maturidade dos investimentos incluídos nestes fundos é inferior a um ano e o seu valor contabilístico é similar ao seu valor de mercado.

(iii) Em 31 de dezembro de 2012, as *debêntures*, no montante de aproximadamente 114 milhões de euros, foram emitidas pelo Banco Santander do Brasil, S.A. e pela Dibens Leasing S.A. e foram subscritas por empresas subsidiárias da Portugal Telecom localizadas no Brasil. A maturidade destas obrigações é de aproximadamente um ano.

## 25. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Contas a receber de clientes: | | |
| Contas a receber de clientes | 1.496.786.726 | 1.543.084.044 |
| Acréscimos de proveitos (i) | 362.405.669 | 430.570.934 |
| **Sub-total** | **1.859.192.395** | **1.973.654.978** |
| Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 42) | (340.641.929) | (393.320.226) |
| | **1.518.550.466** | **1.580.334.752** |

(i) Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui proveitos de 2010 e anos anteriores ainda não faturados à Fundação das Comunicações Móveis, os quais líquidos de determinados passivos totalizam uma conta a receber líquida de aproximadamente 55 milhões de euros. O remanescente desta rubrica corresponde essencialmente a receitas registadas no ano corrente, mas que apenas serão faturadas no próximo ano.

## 26. Contas a receber – Outros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Outras contas a receber correntes:** | | |
| Contas a receber de partes relacionadas (i) | 259.720.406 | 130.877.171 |
| Adiantamentos a fornecedores | 45.846.222 | 81.858.366 |
| Juros a faturar | 21.222.354 | 25.000.067 |
| Outros (ii) | 155.770.247 | 113.106.336 |
| **Sub-total** | **482.559.229** | **350.841.940** |
| Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 42) | (12.288.023) | (18.206.544) |
| | **470.271.206** | **332.635.396** |
| **Outras contas a receber não correntes:** | | |
| Outras contas a receber não correntes | 37.730.990 | 38.993.769 |
| Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 42) | (14.814.058) | (16.897.769) |
| | **22.916.932** | **22.096.000** |

(i) Esta rubrica inclui principalmente dividendos a receber da empresa associada Unitel (Nota 48.1).

(ii) O aumento desta rubrica é explicado sobretudo pelo reconhecimento em 2012 da compensação líquida estimada a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão, conforme explicado na Nota 15.

## 27. Existências

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Mercadorias (i) | 123.312.006 | 130.220.482 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 41.935.929 | 39.112.533 |
| Produtos e trabalhos em curso | 6.561.306 | 5.674.684 |
| **Sub-total** | **171.809.241** | **175.007.699** |
| Ajustamento para depreciação de existências (Nota 42) | (30.294.694) | (41.500.732) |
| | **141.514.547** | **133.506.967** |

(i) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui essencialmente equipamentos terminais móveis e telefones fixos, *modems* (acesso à Internet por ADSL) e *TV boxes* do negócio de telecomunicações em Portugal.

## 28. Impostos a pagar e a recuperar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos destas rubricas têm a seguinte composição:

| | | | | euros |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | 2011 | |
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| **Impostos correntes** | | | | |
| Operações em Portugal | | | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 10.100.915 | 33.196.210 | 6.996.958 | 28.968.767 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas | 46.151.079 | 2.178.460 | 60.941.922 | 2.553.152 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares | - | 14.814.413 | - | 9.127.657 |
| Segurança Social | - | 9.960.410 | - | 9.972.843 |
| Outros | - | 497.322 | - | 591.375 |
| | **56.251.994** | **60.646.815** | **67.938.880** | **51.213.794** |
| Impostos em países estrangeiros | 352.922.911 | 384.986.158 | 306.561.520 | 360.563.083 |
| | **409.174.905** | **445.632.973** | **374.500.400** | **411.776.877** |
| **Impostos não correntes** | | | | |
| Impostos em países estrangeiros | **66.971.235** | **312.630.917** | **56.406.992** | **314.374.825** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição das rubricas "Impostos em países estrangeiros" é como segue:

| | | | | euros |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | 2011 | |
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| **Impostos correntes:** | | | | |
| Impostos indiretos (i) | 179.898.275 | 87.889.235 | 165.314.829 | 85.147.046 |
| Imposto sobre o rendimento | 116.084.302 | 120.089.577 | 88.810.848 | 81.578.785 |
| Programa de financimanto fiscal no Brasil (ii) | - | 9.788.325 | - | 11.505.141 |
| Outros (iii) | 56.940.334 | 167.219.021 | 52.435.843 | 182.332.111 |
| | **352.922.911** | **384.986.158** | **306.561.520** | **360.563.083** |
| **Impostos não correntes:** | | | | |
| Programa de financimanto fiscal no Brasil (ii) | - | 93.861.672 | - | 113.205.688 |
| Impostos indiretos (i) | 61.329.276 | 42.133.390 | 49.037.024 | 43.001.813 |
| Outros (iv) | 5.641.959 | 176.635.855 | 7.369.968 | 158.167.324 |
| | **66.971.235** | **312.630.917** | **56.406.992** | **314.374.825** |

(i) Os impostos indiretos respeitam essencialmente ao imposto sobre o valor acrescentado (ICMS). O saldo devedor de impostos indiretos não correntes (ICMS) resulta fundamentalmente de créditos a recuperar no âmbito de investimentos em ativos tangíveis, os quais podem ser compensados com ICMS a pagar durante um período de 48 meses, de acordo com a legislação fiscal Brasileira.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente impostos a pagar pela Oi e pela Contax relacionados com os programas de refinanciamento fiscal em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscreveram uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social. Os montantes em dívida no âmbito destes programas incluem essencialmente os impostos PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Segurança Social), impostos sobre o rendimentos, o IOF (imposto sobre operações financeiras) e o CPMF (imposto sobre transações bancárias). De acordo com os termos destes programas, as empresas pagam mensalmente os montantes em dívida, essencialmente até 2024, e podem ser excluídas destes programas no caso de não efetuarem por diversas vezes os pagamentos nas datas devidas.

(iii) Os outros impostos correntes a pagar respeitam essencialmente (1) aos impostos federais PIS e COFINS, (2) às taxas associadas aos fundos FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e FUNTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), e (3) a encargos sociais em dívida ao sistema de segurança social Brasileiro.

(iv) Os outros impostos a pagar não correntes incluem essencialmente impostos com tributação suspensa, de acordo com a legislação fiscal Brasileira.

## 29. Custos diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Juros pagos antecipadamente | 31.881.297 | 13.704.800 |
| Despesas com publicidade e propaganda pagas antecipadamente | 24.296.160 | 18.141.381 |
| Custos diretos | 7.869.918 | 4.739.472 |
| Rendas e alugueres | 7.410.581 | 7.480.934 |
| Manutenção e reparação | 3.932.889 | 6.038.091 |
| Publicação de listas telefónicas | 3.570.802 | 5.026.606 |
| Outros | 17.797.945 | 18.453.044 |
| | **96.759.592** | **73.584.328** |

## 30. Depósitos judiciais

A Oi e a Contax têm diversos litígios judiciais, incluindo contingências cíveis, laborais e fiscais (Nota 48.3), para os quais, de acordo com a legislação Brasileira, as empresas, em determinadas situações, devem constituir depósitos judiciais ou apresentar garantias financeiras junto das entidades judiciais responsáveis. Estes depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Empresa quer como provável, possível ou remota, dependendo da decisão das autoridades judiciais, e geralmente vencem juros ou são atualizados pela taxa de inflação.

Os depósitos judiciais correntes e não correntes da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente pela primeira vez em 31 de março de 2011 ascendiam a 208 milhões de euros (Nota 2.b) e 776 milhões de euros (Nota 2.b), respetivamente, totalizando 984 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os depósitos judiciais apresentavam a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Depósitos judiciais | | |
| Cíveis | 756.226.420 | 640.543.088 |
| Fiscais | 210.274.297 | 216.079.532 |
| Laborais | 182.601.589 | 196.017.480 |
| Depósitos bloqueados judicialmente | 1.171.371 | 31.443.063 |
| | **1.150.273.677** | **1.084.083.163** |
| Corrente | 199.547.504 | 229.321.275 |
| Não corrente | 950.726.173 | 854.761.888 |

## 31. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Outros ativos correntes** | | |
| Contas a receber de operações QTE (Notas 3.l.viii) e 43) | - | 37.124.881 |
| Outros | 3.194.935 | 3.903.448 |
| | **3.194.935** | **41.028.329** |
| **Outros ativos não correntes** | | |
| Contas a receber de operações QTE (Notas 3.l.viii) e 43) | - | 95.849.637 |
| Outros | 34.175.455 | 36.860.417 |
| | **34.175.455** | **132.710.054** |

Conforme explicado na Nota 3.l.viii, a Portugal Telecom celebrou em anos anteriores operações de QTE, ao abrigo das quais reconheceu na Demonstração Consolidada da Posição Financeira contas a receber e a pagar pelo mesmo montante, relativas à venda dos equipamentos e à locação financeira dos mesmos, respetivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa acordou com as outras partes envolvidas nestes acordos terminar antecipadamente as restantes operações de QTE que ainda se encontravam em aberto a 31 de dezembro de 2011, o que explica a redução nas respetivas contas a receber e a pagar. Em resultado do termo desses contratos, a Empresa não incorreu em custos significativos.

## 32. Ativos não correntes detidos para venda

A composição dos ativos não correntes detidos para venda em 31de dezembro de 2012 é como segue:

| | euros |
|---|---|
| | **2012** |
| Investimento na CTM | 47.318.899 |
| Investimento na Sportinveste Multimedia | 4.622.069 |
| Imóveis detidos pela Oi | 10.693.599 |
| | **62.634.567** |

Estes ativos encontram-se registados ao seu valor contabilístico, o qual é menor que o seu valor de mercado deduzido de custos de transação.

### a) CTM

Em 13 de janeiro de 2013, a Portugal Telecom celebrou um acordo para a alienação à CITIC Telecom (Notas 1 e 50) da participação de 28% detida pelo Grupo PT no capital da empresa associada CTM, pelo que em 31 de dezembro de 2012 este investimento foi classificado como um ativo não corrente detido para venda. O preço de venda previsto no acordo ascende a 411,6 milhões de dólares americanos, o qual está ainda sujeito a certos ajustamentos, tendo como referência uma posição líquida de caixa / divida nula e um nível normal de fundo de maneio. Em 31 de dezembro de 2012, a CTM mantinha uma posição líquida de caixa de 70 milhões de dólares e o valor contabilístico do investimento nesta empresa associada ascendia a 47 milhões de euros, como descrito na tabela acima, correspondente ao investimento financeiro registado pelo método de equivalência patrimonial.

Esta venda foi aprovada pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom e encontra-se sujeita à satisfação de um conjunto de condições precedentes, nomeadamente a conclusão com sucesso da transferência para a CITIC Telecom de uma participação adicional de 51% no capital da CTM detida pela Sable Holding Limited, uma subsidiária integralmente detida pela Cable & Wireless Communications Plc, e a aprovação de ambas as transações pelo Governo de Macau e pelas entidades governamentais e regulatórias relevantes da República Popular da China. A CITIC Telecom e a Portugal Telecom celebraram ainda um acordo de aliança estratégica em algumas áreas de colaboração no setor de telecomunicações e na identificação de oportunidades de investimento em tecnologias de informação e comunicação ("TIC"), de forma a criar valor para os seus respetivos acionistas. Em conformidade com esta aliança estratégica, a CITIC Telecom irá selecionar a Portugal Telecom como o prestador estratégico de serviços de TIC do grupo CITIC Telecom.

### b) Sportinveste Multimédia

Em 20 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom celebrou um acordo sobre um conjunto de transações no final das quais deterá uma participação de 25% de uma joint-venture composta pelas atuais Sport TV Portugal S.A. ("Sport TV"), Sportinveste Multimédia

SGPS, S.A. ("Sportinveste Multimédia") e P.P. TV - Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. ("PPTV"). A Portugal Telecom contribuirá com a sua participação de 50% na Sportinveste Multimédia e com um investimento a realizar via aumento de capital de até 21 milhões de euros. Após este conjunto de transações, a Portugal Telecom terá uma participação de 25% na Sport TV, a qual incorporará a PPTV e a Sportinveste Multimédia. Em resultado do acordo celebrado, o investimento na Sportinveste Multimédia foi classificado como ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2012, cujo valor contabilístico ascendia a 5 milhões de euros àquela data.

A Sport TV tem como atividade principal a produção de uma das mais completas ofertas de canais de desporto a nível mundial. A PPTV dedica-se à comercialização de direitos televisivos. A Sportinveste Multimédia é uma sociedade participada em partes iguais pela Portugal Telecom e pela Sportinveste SGPS, e tem por objeto a produção e exploração de conteúdos desportivos através de quaisquer plataformas multimédia. Esta transação resultará na criação de uma joint-venture que permitirá uma melhor eficiência operacional na gestão do negócio de conteúdos desportivos em diversas plataformas de distribuição, nomeadamente TV por subscrição, redes móveis e internet, a qual beneficiará todos os operadores de mercado assim como os seus clientes. Sendo o desporto um conteúdo nuclear na sua oferta nos vários segmentos de mercado, a Portugal Telecom continuará a distribuir outros conteúdos de desporto por forma a manter uma oferta diversificada e competitiva para os seus clientes.

Este conjunto de transações societárias está sujeito à aprovação das autoridades competentes, em particular da Autoridade da Concorrência, e ao cumprimento de determinadas condições contratuais por parte dos vários intervenientes, incluindo a conclusão do refinanciamento da Sport TV após a operação.

### c) Imóveis detidos pela Oi

Em 2012, o Conselho de Administração da Oi, S.A. aprovou um plano para a alienação de um conjunto de imóveis, na sequência do qual o valor contabilístico dos mesmos foi transferido para a rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", no montante de 16 milhões de euros (Nota 37.5). No final de 2012, a Oi concluiu a alienação de alguns desses imóveis pelo montante total de aproximadamente 30 milhões de euros (Nota 47.f) e cujo valor contabilístico ascendia a 5 milhões de euros, tendo diferido as respetivas mais-valias, no montante de aproximadamente 25 milhões de euros, uma vez que estas transações ainda se encontram sob inspeção e sujeitas a aprovação por parte das autoridades regulatórias. Em 31 de dezembro de 2012, a Oi detinha ainda imóveis classificados como ativos não corrente detidos para venda no montante de 11 milhões de euros, os quais prevê alienar durante o ano 2013.

## 33. Investimentos em empresas participadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Partes de capital em empresas associadas | 400.355.415 | 515.272.033 |
| Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas | 5.566.173 | 15.607.314 |
| Partes de capital em outras empresas | 2.353.138 | 2.565.068 |
| | **408.274.726** | **533.444.415** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Partes de capital em empresas associadas" tem a seguinte composição

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Unitel (i) | 392.204.436 | 378.420.947 |
| Hungaro Digitel KFT | 2.310.913 | 2.676.261 |
| INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (ii) | 2.992.788 | 2.992.788 |
| Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas") (iii) | - | 83.075.839 |
| CTM - Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL ("CTM") (iv) | - | 47.300.129 |
| Outras empresas | 5.840.066 | 3.798.857 |
| | **403.348.203** | **518.264.821** |
| Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 42) | (2.992.788) | (2.992.788) |
| | **400.355.415** | **515.272.033** |

(i) O investimento total na Unitel inclui (a) o investimento financeiro nesta empresa reconhecido de acordo com o método de equivalência patrimonial, refletindo a participação de 25% detida diretamente pela PT Ventures nesta empresa associada, nos montantes de 365.705.931 euros e 351.922.442 euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, e (b) a diferença entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos registada no momento da aquisição deste investimento, no montante de 26.498.505 euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Portugal Telecom avalia o valor recuperável deste investimento pelo menos numa base anual. O aumento no valor contabilístico deste investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é explicado essencialmente pela participação da Portugal Telecom nos resultados da Unitel (188 milhões de euros), efeito parcialmente compensado pelos dividendos atribuídos por esta empresa associada (150 milhões de euros) e pelo impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro (5 milhões de euros).

(ii) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, este investimento encontra-se integralmente ajustado.

(iii) A redução nesta rubrica reflete: (1) a transferência para a rubrica "*Goodwiil*" de um montante de 77 milhões de euros correspondente à quantia alocada a um contrato de licenças de *software* celebrado em 2012 para os negócios de telefonia fixa e listas telefónicas (Nota 36.4); e (2) o acordo celebrado com um terceiro para a alienação da participação de 25% da Portugal Telecom nesta empresa associada, a concluir até ao final de 2013, no seguimento do qual o valor contabilístico deste investimento foi reduzido para o respetivo valor recuperável em 31 de dezembro de 2012.

(iv) Tal como mencionado na Nota 32, o investimento da Portugal Telecom na CTM em 31 de dezembro de 2012, no montante de 47 milhões de euros, encontra-se classificado na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", no seguimento do acordo celebrado em janeiro de 2013 para a alienação do investimento nesta empresa associada. A variação no valor contabilístico deste investimento em 2012 reflete essencialmente a participação da Portugal Telecom nos resultados da CTM (26 milhões de euros), parcialmente compensada pelos dividendos atribuídos por esta empresa associada no montante de 24 milhões de euros (Nota 47.h).

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas atividades, nomeadamente o desenvolvimento de novos negócios, e não apresentam maturidade definida. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| INESC | 2.838.821 | 2.916.971 |
| SIRESP | 1.513.090 | 4.423.980 |
| Sportinveste Multimédia (i) | - | 32.618.668 |
| Outras empresas | 3.803.002 | 3.905.410 |
| | **8.154.913** | **43.865.029** |
| Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 42) | (2.588.740) | (2.588.741) |
| Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 42) (i) | - | (25.668.974) |
| | **5.566.173** | **15.607.314** |

(i) Em 31 de dezembro de 2012, tal como mencionado na Nota 32, o investimento total do Grupo na Sportinveste Multimédia, líquido de ajustamentos, foi transferido para a rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", no seguimento do acordo celebrado em dezembro de 2012 para a reestruturação deste investimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Partes de capital em outras empresas" tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Janela Digital | 2.048.674 | 2.176.966 |
| Outras empresas | 2.970.305 | 3.083.816 |
| **Sub-total** | **5.018.979** | **5.260.782** |
| Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 42) | (2.665.841) | (2.695.714) |
| | **2.353.138** | **2.565.068** |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Ganhos em empresas participadas, líquidos" tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Unitel | 187.681.720 | 155.711.207 |
| CTM | 26.441.001 | 23.387.431 |
| Sportinveste Multimédia | (2.327.625) | (108.645) |
| Páginas Amarelas (i) | (4.081.405) | (10.544.148) |
| UOL (ii) | - | 37.628.337 |
| Outras | 1.960.860 | 3.109.678 |
| | **209.674.551** | **209.183.860** |

(i) As perdas reconhecidas em 2012 refletem essencialmente o impacto do reconhecimento deste investimento ao respetivo valor recuperável no seguimento do acordo celebrado para a alienação do mesmo, tal como mencionado acima.

(ii) O ganho reconhecido em 2011 está relacionado com a conclusão da alienação do investimento na UOL, pelo montante total de 155.5 milhões de euros (Nota 47.e), na sequência da qual o valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial positivos relacionados com este investimento foi reclassificado para resultado líquido.

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e nos exercícios findos nessas datas são como segue:

| 2012 | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Participação direta** | **Total do ativo** | **Total do passivo** | **Capital próprio** | **Receitas operacionais** | **Resultado líquido** |
| Unitel | 25,00% | 2.065.564.651 | 602.740.927 | 1.462.823.724 | 1.590.130.760 | 750.726.880 |
| CTM | 28,00% | 268.583.983 | 99.587.915 | 168.996.068 | 479.535.442 | 94.432.146 |

| 2011 | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Participação direta** | **Total do ativo** | **Total do passivo** | **Capital próprio** | **Receitas operacionais** | **Resultado líquido** |
| Unitel | 25,00% | 2.106.272.509 | 698.582.741 | 1.407.689.768 | 1.281.826.149 | 622.844.828 |
| CTM | 28,00% | 266.166.962 | 97.237.930 | 168.929.032 | 356.470.366 | 83.526.539 |

## 34. Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas | 9.446.105 | 12.845.647 |
| Outros investimentos financeiros | 20.055.581 | 21.339.524 |
| | **29.501.686** | **34.185.171** |
| Ajustamentos a outros investimentos (Nota 42) | (9.855.412) | (11.205.872) |
| Ajustamentos a propriedades de investimento (Nota 42) | (232.759) | (94.709) |
| | **19.413.515** | **22.884.590** |

A rubrica "Propriedades de investimento" respeita, essencialmente, a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afetos à sua atividade operacional. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efetua avaliações regulares destes imóveis.

As rendas obtidas pela Portugal Telecom provenientes destes imóveis decorrem do arrendamento destes ativos, as quais ascenderam a 43.798 euros e a 80.186 euros em 2012 e 2011, respetivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os custos de amortização ascenderam a 353.713 euros e 388.806 euros, respetivamente. As rendas obtidas deduzidas dos custos de amortização estão incluídas na rubrica "Ganhos em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos".

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros investimentos financeiros, os quais para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Tagusparque | 1.296.875 | 1.296.875 |
| Seguradora Internacional de Moçambique | 617.224 | 617.224 |
| Outras empresas (i) | 18.141.482 | 19.425.425 |
| **Sub-total** | **20.055.581** | **21.339.524** |
| Ajustamentos a outros investimentos (Nota 42) | (9.855.412) | (11.205.872) |
| | **10.200.169** | **10.133.652** |

(i) Esta rubrica inclui essencialmente a consolidação proporcional (1) do custo de aquisição do investimento detido pela Telemar na empresa Hispamar Satélites S.A., e (2) de investimentos obtidos pela Oi, através de incentivos fiscais, os quais na sua maioria estão integralmente ajustados.

## 35. Goodwill

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos no goodwill foram como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Saldo inicial** | **1.503.189.189** | **416.615.158** |
| Alterações no perímetro de consolidação (i) | - | (15.384.841) |
| Aumentos (ii) | - | 1.179.514.571 |
| Ajustamentos de conversão cambial (iii) | (122.557.181) | (77.555.699) |
| Transferências e outros movimentos (iv) | 68.754.992 | - |
| **Saldo final** | **1.449.387.000** | **1.503.189.189** |

(i) As alterações no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refletem essencialmente o impacto da alteração no método de consolidação da Dedic, do método de consolidação integral para o método de consolidação proporcional, em resultado da qual a contribuição da Dedic para o goodwill consolidado diminuiu 33 milhões de euros. Este efeito foi parcialmente compensado pela consolidação proporcional do *goodwill* registado na Oi e na Contax na data de aquisição destes investimentos, no montante total de 18 milhões de euros (Nota 2.b).

(ii) Em 2011, esta rubrica inclui: (1) o *goodwill* no montante total de 1.123 milhões de euros gerado em resultado da aquisição dos investimentos na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores, incluindo 1.092 milhões de euros relativos à Oi e 31 milhões de euros relativos à Contax (Nota 2.b), (2) o *goodwill* de 29 milhões de euros (Nota 2.b) registado pela Contax em resultado da aquisição da Allus, e (3) o *goodwill* no montante total de 28 milhões de euros (Notas 1 e 2.b) reconhecido em resultado da transação da Contax finalizada em 1 de Julho de 2011.

(iii) Os ajustamentos de conversão cambial em 2012 e 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

(iv) Esta rubrica inclui essencialmente um montante de 77 milhões de euros correspondente ao valor do acordo de licenciamento de software celebrado em 2012 para os negócios de telefonia fixa e listas telefónicas, em resultado da reestruturação do investimento nas Páginas Amarelas. Em 31 de dezembro de 2011, este montante estava classificado na rubrica "Investimentos em empresas participadas" (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o *goodwill* relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Brasil e outros países da América Latina** | | |
| Telecomunicações no Brasil - Oi (i) | 922.084.363 | 1.031.337.499 |
| Serviços de call center - Contax (ii) | 101.627.468 | 118.861.685 |
| | **1.023.711.831** | **1.150.199.184** |
| **Portugal** | | |
| Telecomunicações fixas em Portugal | 347.709.568 | 270.955.133 |
| PT Sistemas de Informação | 8.956.960 | 8.956.960 |
| | **356.666.528** | **279.912.093** |
| **Outros negócios** | | |
| Telecomunicações móveis na Namíbia - MTC (iii) | 61.850.369 | 65.919.640 |
| Telecomunicações fixas e móveis em Cabo Verde - Cabo Verde Telecom | 7.124.252 | 7.124.252 |
| Outras operações internacionais | 34.020 | 34.020 |
| | **69.008.641** | **73.077.912** |
| | **1.449.387.000** | **1.503.189.189** |

(i) Esta rubrica respeita fundamentalmente ao *goodwill* gerado na aquisição do investimento total na Oi, cuja operação foi finalizada em 28 de março de 2011. A redução desta rubrica no exercício de 2012 reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente (1) o *goodwill* gerado na aquisição do investimento na Contax, finalizada em 28 de março de 2011, (2) o *goodwill* gerado em resultado das transações concluídas em 1 de julho de 2011 relativas à finalização do processo de aquisição do investimento na Contax, e (3) o *goodwill* registado em resultado dos investimentos adquiridos no grupo Allus em 2011 e na GPTI em 2010. A redução desta rubrica no exercício de 2012 reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

(iii) A variação nesta rubrica está relacionada essencialmente com o impacto da desvalorização do Dólar da Namíbia face ao Euro durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Relativamente ao *goodwill* associado à unidade geradora de caixa da rede fixa em Portugal, o qual resultou da aquisição de diversas empresas, algumas das quais foram subsequentemente incorporadas, a Empresa monitora o *goodwill* a este nível, o qual é um nível inferior ao do segmento operacional ao qual ela pertence.

Para o *goodwill* relativo a outras unidades geradoras de caixa, a Portugal Telecom também concluiu que a participação da Empresa nos ativos líquidos desses investimentos representa o nível mais baixo de ativos que geram fluxos de caixa, uma vez que esses investimentos são totalmente independentes entre si.

O total do goodwill consolidado registado pela Portugal Telecom não é dedutível para efeitos fiscais.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa. O valor recuperável foi determinado a partir do respetivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de 4 anos. As taxas de desconto aplicadas às projeções de fluxos de caixa, as quais foram determinadas tendo em consideração o risco associado a cada negócio, e as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente foram as seguintes:

| **Pressupostos** | **Telecomunicações no Brasil** | **Telecomunicações em Portugal** | **Outros negócios** |
|---|---|---|---|
| Taxa de crescimento | 4,0% - 4,5% | 1,0% - 1,5% | 0,0% a 2,5% - 0,5% a 3,0% |
| Taxa de desconto | 9,5% - 10,5% | 8,9% - 9,9% | 8,9% a 10,9% - 9,9% a 12,9% |

O valor recuperável de cada unidade geradora de caixa foi determinado para os valores mínimos e máximos incluídos na tabela acima e a gestão da Empresa concluiu que em 31 de dezembro de 2012 o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo *goodwill*, não excedia o respetivo valor recuperável.

## 36. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis foram como segue:

euros

| | Saldo 31 dez 2011 | Aumentos | Ajustamentos de conversão cambial | Transferências e outros movimentos | Saldo 31 dez 2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 5.820.951.207 | 143.567.897 | (465.106.834) | 31.712.621 | 5.531.124.891 |
| Outros ativos intangíveis | 179.996.161 | 50.064.284 | (17.139.645) | (13.037.089) | 199.883.711 |
| Ativos intangíveis em curso | 57.720.100 | 24.868.682 | (3.733.807) | (38.090.195) | 40.764.780 |
| | **6.058.667.468** | **218.500.863** | **(485.980.286)** | **(19.414.663)** | **5.771.773.382** |
| **Amortizações acumuladas** | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1.795.966.087 | 334.362.613 | (127.696.231) | (11.939.938) | 1.990.692.531 |
| Outros ativos intangíveis | 136.091.653 | 20.318.012 | (12.703.588) | (2.751.313) | 140.954.764 |
| | **1.932.057.740** | **354.680.625** | **(140.399.819)** | **(14.691.251)** | **2.131.647.295** |
| | **4.126.609.728** | **(136.179.762)** | **(345.580.467)** | **(4.723.412)** | **3.640.126.087** |

euros

| | Saldo 31 dez 2010 | Alterações no perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos de conversão cambial | Transferências e outros movimentos | Saldo 31 dez 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1.327.613.702 | 4.417.311.747 | 265.822.111 | (212.484.160) | 22.687.807 | 5.820.951.207 |
| Outros ativos intangíveis | 29.827.068 | 126.899.457 | 19.191.339 | (6.135.160) | 10.213.457 | 179.996.161 |
| Ativos intangíveis em curso | 26.081.876 | 17.777 | 26.306.338 | 424.735 | 4.889.374 | 57.720.100 |
| | **1.383.522.646** | **4.544.228.981** | **311.319.788** | **(218.194.585)** | **37.790.638** | **6.058.667.468** |
| **Amortizações acumuladas** | | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 669.237.948 | 870.917.665 | 308.722.312 | (50.824.112) | (2.087.726) | 1.795.966.087 |
| Outros ativos intangíveis | 19.207.272 | 100.355.172 | 6.152.397 | (4.593.357) | 14.970.169 | 136.091.653 |
| | **688.445.220** | **971.272.837** | **314.874.709** | **(55.417.469)** | **12.882.443** | **1.932.057.740** |
| | **695.077.426** | **3.572.956.144** | **(3.554.921)** | **(162.777.116)** | **24.908.195** | **4.126.609.728** |

## 36.1 Alterações no perímetro de consolidação

As alterações no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 3.573 milhões de euros, incluem principalmente:

- Os ativos intangíveis da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no montante total de 3.539 milhões de euros (Nota 2.b), incluindo o valor contabilístico desses ativos (2.012 milhões de euros) e os ajustamentos a valor de mercado reconhecidos no âmbito do processo de alocação do preço de compra destes investimentos (1.527 milhões);
- Os ativos intangíveis do Grupo Allus consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011, no montante de 13 milhões de euros (Nota 2.b);
- O impacto da transação da Contax (Nota 1), finalizada em 1 de julho de 2011, correspondente a uma redução líquida dos ativos intangíveis no montante de 9 milhões de euros, incluindo: (1) os ativos intangíveis da Dedic/GPTI que deixaram de ser consolidados integralmente a partir de 30 de junho de 2011, no montante de 16 milhões de euros (Nota 2.b); e (2) a consolidação proporcional destes mesmos ativos na Contax, com base na participação efetiva da Portugal Telecom na CTX de 44,4%; e
- O impacto do aumento na percentagem de consolidação proporcional da Contax, de 42,0% para 44,4%.

## 36.2 Aumentos

O detalhe dos aumentos nos ativos intangíveis é o seguinte:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Valor de custo** | | |
| Investimentos em ativos intangíveis (Nota 7.c) | 177.670.325 | 175.242.533 |
| Licença 4G adquirida pela Oi (Nota 7.b) (i) | 40.830.538 | - |
| Licença 4G adquirida pela TMN (ii) | - | 106.492.862 |
| Compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença TDT (iii) | - | 23.595.179 |
| Compromissos assumidos pela Cabo Verde Telecom no âmbito da licença 3G (iv) | - | 5.989.214 |
| | **218.500.863** | **311.319.788** |
| **Amortizações acumuladas** | 354.680.625 | 314.874.709 |
| | **(136.179.762)** | **(3.554.921)** |

(i) Esta rubrica corresponde à aquisição de licenças 4G/LTE pela Oi em junho de 2012 por um montante total de 400 milhões de Reais Brasileiros, equivalentes a 41 milhões de euros consolidados proporcionalmente.

(ii) Em relação ao leilão de espectro da rede móvel conduzido pelo regulador português de telecomunicações ICP – ANACOM em 2011, a TMN submeteu a melhor proposta em todos os blocos que estavam em leilão, acabando por vencer e obter o espectro em três frequências de banda, pelo montante total de 113 milhões de euros, reforçando o seu compromisso com a tecnologia LTE. A TMN reforçou deste modo as suas capacidades de dados móveis e a qualidade da sua rede, com o objetivo de liderar o desenvolvimento dos serviços 4G. Consequentemente, a TMN reconheceu um ativo intangível no montante de 106 milhões de euros, correspondente ao valor presente das prestações a pagar à Anacom (Nota 39) no montante total de 113 milhões de euros.

(iii) Esta rubrica corresponde ao valor presente dos compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença de TDT.

(iv) Em 2011, a Cabo Verde Telecom reconheceu como ativo intangível os compromissos assumidos no âmbito da licença 3G, no montante de 6 milhões de euros.

## 36.3 Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2012 e 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real face ao Euro.

## 36.4 Outras situações relativas a ativos intangíveis

O valor líquido contabilístico da rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui essencialmente os seguintes montantes:

- 2.426 milhões de euros e 2.800 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos a licenças obtidas pelo Grupo Oi, incluindo licenças de rede móvel e concessões de rede fixa, as quais foram ajustadas a valor de mercado em resultado da alocação do preço de compra do investimento na Oi (Nota 2.b);
- 360 milhões de euros e 378 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos às licenças 3G e 4G obtidas pela TMN em 2000 e 2011, respetivamente, correspondendo a um valor bruto de 500 milhões de euros líquido de amortizações acumuladas de 140 milhões de euros. O valor bruto inclui essencialmente:
  - (i) 133 milhões de euros relativos à licença UMTS adquirida em 2000;
  - (ii) 242 milhões de euros capitalizados em 2007, no seguimento do compromisso assumido em 2000 pela TMN e pelos outros operadores móveis de efetuar contribuições para a sociedade da informação durante o período de duração da licença, e 11,5 milhões de euros capitalizados em 2009 relativos a compromissos adicionais nos termos da licença de UMTS. À data da atribuição da licença não era possível determinar de forma fiável o modo como esses compromissos iriam ser realizados, pelo que a Portugal Telecom não registou qualquer ativo e responsabilidade naquela data; e
  - (iii) 106 milhões de euros relativos à licença de 4G adquirida pela TMN em 2011.
- 214 milhões de euros e 282 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos ao valor contabilístico das listas de clientes das operações móveis da OI e das operações da Contax, as quais foram reconhecidas a justo valor em 31 de março de 2011 em resultado da alocação do preço de compra dos investimentos adquiridos pela Portugal Telecom na Oi e na Contax (Nota 2.b);

– 185 milhões de euros e 201 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos à aquisição da propriedade plena da Rede Básica ao Estado Português, incluindo um valor bruto capitalizado em 2002 no montante de 339 milhões de euros;
– 184 milhões de euros e 189 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos a licenças de *software*;
– 29 milhões de euros e 34 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos ao custo incorrido com contratos de fidelização com clientes de serviços móveis pós-pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos de aluguer, correspondente a um período de 2 anos;
– 23 milhões de euros e 24 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos aos compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença TDT; e
– 16 milhões de euros e 25 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relativos a contratos celebrados pela PT Comunicações em 2007 e 2009 para a aquisição de capacidade de satélite até 2015, os quais foram registados como locação financeira.

Em 2012, a Portugal Telecom investiu aproximadamente 167 milhões de euros em Investigação, Desenvolvimento e Inovação, incluindo 41 milhões de euros registados como despesa e 126 milhões de euros que foram capitalizados.

## 37. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

euros

| | Saldo 31 dez 2011 | Alterações no perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos de conversão cambial | Transferências e outros movimentos | Saldo 31 dez 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor de custo** | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 205.234.976 | - | 744.559 | (2.489.765) | (1.728.510) | 201.761.260 |
| Edifícios e outras construções | 1.679.141.703 | 604.699 | 34.187.907 | (87.199.060) | (37.899.982) | 1.588.835.267 |
| Equipamento básico | 18.903.416.390 | 2.997.334 | 603.699.910 | (999.073.301) | 48.060.505 | 18.559.100.838 |
| Equipamento de transporte | 77.027.502 | 71.479 | 13.801.167 | (424.301) | (8.609.474) | 81.866.373 |
| Ferramentas e utensílios | 42.324.635 | - | 895.206 | (2.289.795) | (143.810) | 40.786.236 |
| Equipamento administrativo | 1.404.395.186 | - | 45.885.774 | (26.817.333) | 50.845.393 | 1.474.309.020 |
| Outros ativos tangíveis | 111.025.105 | 214.812 | 2.301.270 | (6.699.651) | 9.343.446 | 116.184.982 |
| Ativos tangíveis em curso | 590.898.297 | - | 437.642.018 | (61.742.405) | (364.997.640) | 601.800.270 |
| Adiantamentos por conta de ativos tangíveis | 511.125 | - | - | - | 51.536 | 562.661 |
| | **23.013.974.919** | **3.888.324** | **1.139.157.811** | **(1.186.735.611)** | **(305.078.536)** | **22.665.206.907** |
| **Amortizações acumuladas** | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 9.819.238 | - | - | - | (86.569) | 9.732.669 |
| Edifícios e outras construções | 794.881.171 | 503.007 | 82.380.716 | (54.291.804) | (41.951.806) | 781.521.284 |
| Equipamento básico | 14.599.712.818 | 1.140.013 | 826.022.711 | (816.391.234) | (229.431.537) | 14.381.052.771 |
| Equipamento de transporte | 52.788.916 | 71.479 | 11.149.563 | (325.805) | (6.842.860) | 56.841.293 |
| Ferramentas e utensílios | 40.792.425 | - | 1.810.996 | (2.265.311) | (1.195.285) | 39.142.825 |
| Equipamento administrativo | 1.198.101.842 | - | 111.860.466 | (20.524.722) | (307.885) | 1.289.129.701 |
| Outros ativos tangíveis | 89.255.941 | 208.553 | 2.740.880 | (4.923.317) | 1.630.953 | 88.913.010 |
| | **16.785.352.351** | **1.923.052** | **1.035.965.332** | **(898.722.193)** | **(278.184.989)** | **16.646.333.553** |
| | **6.228.622.568** | **1.965.272** | **103.192.479** | **(288.013.418)** | **(26.893.547)** | **6.018.873.354** |

| | | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo 31 dez 2010 | Alterações no perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos de conversão cambial | Reavaliações | Transferências e outros movimentos | Saldo 31 dez 2011 |
| **Valor de custo** | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 165.045.024 | 24.349.296 | 893.328 | (1.109.337) | 15.801.253 | 255.412 | 205.234.976 |
| Edifícios e outras construções | 805.355.545 | 804.527.730 | 23.517.972 | (38.869.709) | 47.403.756 | 37.206.409 | 1.679.141.703 |
| Equipamento básico | 10.121.678.306 | 9.332.678.930 | 575.648.209 | (459.113.213) | (189.372.570) | (478.103.272) | 18.903.416.390 |
| Equipamento de transporte | 80.951.949 | 2.263.347 | 5.731.504 | 26.868 | - | (11.946.166) | 77.027.502 |
| Ferramentas e utensílios | 25.519.009 | 16.729.624 | 1.305.704 | (1.107.190) | - | (122.512) | 42.324.635 |
| Equipamento administrativo | 1.062.445.429 | 239.569.398 | 62.920.050 | (11.691.179) | - | 51.151.488 | 1.404.395.186 |
| Outros ativos tangíveis | 54.284.090 | 56.622.812 | 1.663.473 | (2.858.675) | - | 1.313.405 | 111.025.105 |
| Ativos tangíveis em curso | 221.423.967 | 300.664.624 | 383.261.356 | (21.835.757) | - | (292.615.893) | 590.898.297 |
| Adiantamentos por conta de ativos tangíveis | 511.125 | - | - | - | - | - | 511.125 |
| | **12.537.214.444** | **10.777.405.761** | **1.054.941.596** | **(536.558.192)** | **(126.167.561)** | **(692.861.129)** | **23.013.974.919** |
| **Amortizações acumuladas** | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 9.493.330 | - | - | - | - | 325.908 | 9.819.238 |
| Edifícios e outras construções | 253.764.177 | 443.683.578 | 91.819.029 | (22.497.072) | - | 28.111.459 | 794.881.171 |
| Equipamento básico | 7.352.076.475 | 7.466.017.366 | 799.225.548 | (362.412.819) | - | (655.193.752) | 14.599.712.818 |
| Equipamento de transporte | 47.552.684 | 2.211.982 | 11.197.945 | (29.032) | - | (8.144.663) | 52.788.916 |
| Ferramentas e utensílios | 20.460.427 | 20.188.058 | 2.261.848 | (1.035.684) | - | (1.082.224) | 40.792.425 |
| Equipamento administrativo | 934.775.304 | 178.432.717 | 101.454.885 | (8.726.606) | - | (7.834.458) | 1.198.101.842 |
| Outros ativos tangíveis | 44.478.633 | 45.435.144 | 4.750.645 | (2.180.847) | - | (3.227.634) | 89.255.941 |
| | **8.662.601.030** | **8.155.968.845** | **1.010.709.900** | **(396.882.060)** | **-** | **(647.045.364)** | **16.785.352.351** |
| | **3.874.613.414** | **2.621.436.916** | **44.231.696** | **(139.676.132)** | **(126.167.561)** | **(45.815.765)** | **6.228.622.568** |

## 37.1 Alterações no perímetro de consolidação

As alterações no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 2.621 milhões de euros, incluem principalmente:

- Os ativos tangíveis da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no total de 2.632 milhões de euros (Nota 2.b);
- Os ativos tangíveis do Grupo Allus consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011, no montante de 7 milhões de euros (Nota 2.b);
- O impacto da transação da Contax (Nota 1), finalizada em 1 de julho de 2011, correspondente a uma redução líquida dos ativos tangíveis no montante de 26 milhões de euros, relacionada com: (1) os ativos tangíveis da Dedic/GPTI que foram consolidados integralmente em 30 de junho de 2011, no montante de 46 milhões de euros (Nota 2.b); e (2) a consolidação proporcional destes mesmos ativos tangíveis na Contax, com base na participação efetiva de 44,4%, da Portugal Telecom na CTX; e
- O impacto do aumento na percentagem de consolidação proporcional da Contax, de 42,0% para 44,4%.

## 37.2 Aumentos

O detalhe dos aumentos nos ativos tangíveis é o seguinte:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Valor de custo** | | |
| Investimentos em ativos tangíveis (Nota 7.c) (i) | 1.139.157.811 | 1.048.578.648 |
| Aquisição de imóveis aos fundos de pensões (Nota 14.1.1) (ii) | - | 3.403.556 |
| Data Center | - | 2.959.392 |
| | **1.139.157.811** | **1.054.941.596** |
| **Amortizações acumuladas** | 1.035.965.332 | 1.010.709.900 |
| | **103.192.479** | **44.231.696** |

(i) O investimento em ativos tangíveis está relacionado essencialmente com equipamento de rede, incluindo investimentos para a melhoria da qualidade da rede, o aumento da velocidade de banda larga e capacidade de dados e instalação de equipamento terminal. Para informação mais detalhada sobre os investimentos realizados em ativos tangíveis em cada segmento de negócio, consulte a Nota 7.

(ii) Conforme mencionado na Nota 14.1.1, em 2011, a PT Comunicações adquiriu um último imóvel pelo montante de 3 milhões de euros, no âmbito do processo de transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões concluída em dezembro de 2010.

## 37.3 Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2012 e 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

## 37.4 Reavaliações

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística relativa à valorização dos imóveis e da rede de condutas, passando do modelo do custo para o modelo de reavaliação (Nota 3). As reavaliações dos imóveis e da rede de condutas foram reconhecidas a 30 de Junho e 30 de Setembro de 2008 e resultaram na reavaliação desses ativos pelos montantes de 208.268.320 euros e 866.764.702 euros, respetivamente, correspondente a um montante total de 1.075.033.022 euros reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A determinação do valor de mercado dos imóveis foi efetuada por uma entidade independente e baseou-se essencialmente: (i) em preços disponíveis num mercado ativo ou determinados a partir de transações recentes ocorridas no mercado; (ii) no método da rentabilidade para imóveis comerciais e administrativos; e (iii) no custo de adquirir ou produzir um imóvel semelhante com a mesma utilização para os edifícios técnicos. Na aplicação da primeira metodologia, em 2008, os principais pressupostos utilizados foram a taxa de desconto (média de 8%) e a renda mensal por metro quadrado (média de 6 euros).

A determinação do valor de mercado da rede de condutas foi efetuada internamente com base no método do custo de reposição. O processo de valorização baseou-se essencialmente: (i) em preços correntes de materiais e trabalhos de construção relativos à instalação das condutas no subsolo; (ii) na natureza do tipo de solo e pavimento onde as condutas estão instaladas, situação que tem impacto nos custos de construção; (iii) em custos internos diretamente atribuíveis à construção da rede de condutas; (iv) num fator de depreciação, de forma a garantir que o custo de reposição é consistente com a vida útil remanescente dos ativos reavaliados; e (v) num fator tecnológico, o qual reflete as alterações tecnológicas ocorridas, nomeadamente relacionadas com os tipos de condutas que já deixaram de existir e foram substituídas por outras. Genericamente, os preços de materiais e dos trabalhos de construção, juntamente com outros pressupostos de natureza qualitativa mencionados acima, resultaram numa valorização da rede de condutas em 2008 que reflete um custo médio por metro de conduta entre 58 euros e 119 euros, em função da zona geográfica onde a rede de condutas está instalada.

De acordo com a política contabilística do Grupo de reavaliar estes ativos de três em três anos, a Portugal Telecom realizou uma nova reavaliação dos seus ativos imobiliários e da rede de condutas em 2011, utilizando as metodologias acima descritas. Estas reavaliações foram realizadas com efeitos a 31 de dezembro de 2011 e resultaram numa diminuição líquida dos ativos tangíveis no montante de 131.418.994 milhões de euros, dos quais 126.167.561 euros foram reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral (Nota 44.5) na rubrica "Reserva de reavaliação", e 5.251.433 euros foram reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica "Amortizações". Estes impactos repartem-se entre os imóveis e a rede de condutas da seguinte forma:

- Redução do valor contabilístico da rede de condutas no montante de 189.372.570 euros, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral a deduzir às reservas de reavaliação existentes para esses ativos, sendo esta diminuição explicada basicamente pela redução no custo de construção e por melhorias tecnológicas, conduzindo a uma redução do custo médio por metro de conduta para entre 42 euros e 70 euros, dependendo da localização geográfica da conduta; e

- Aumento líquido do valor contabilístico dos imóveis, no montante de 57.953.576 euros, que inclui um ganho de 63.205.008 euros registado na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral e uma perda de 5.251.432 euros registada na Demonstração Consolidada dos Resultados. O aumento no valor contabilístico dos imóveis reconhecido em resultado desta reavaliação reflete essencialmente o impacto dos custos com amortizações registados ao longo dos últimos três anos, uma vez que a renda mensal por metro quadrado dos imóveis reavaliados tanto em 2008 como em 2011 se manteve relativamente estável nos 6 euros, apesar de a renda mensal por metro quadrado de todos os imóveis ter aumentado para aproximadamente 7 euros, em resultado de imóveis adquiridos entre os anos acima referidos.

A amortização do acréscimo de valor resultante da reserva de reavaliação dos imóveis e da rede de condutas ascendeu a aproximadamente 10 milhões de euros e 32 milhões de euros no exercício de 2012, respetivamente, e a aproximadamente 11 milhões de euros e 45 milhões de euros no exercício de 2011, respetivamente. Consequentemente, se estes ativos estivessem reconhecidos de acordo com o modelo do custo, o valor contabilístico em 31 de dezembro de 2012 dos imóveis e da rede de condutas seria mais baixo em, aproximadamente, 179 milhões de euros e 498 milhões de euros, respetivamente, correspondente a 135 milhões de euros e 373 milhões de euros líquidos de efeito fiscal, respetivamente.

## 37.5 Outras situações relativas a ativos tangíveis

Em 2012, a Oi, S.A. celebrou um acordo de venda definitiva de infraestruturas de torres de telecomunicações móveis por um montante total de aproximadamente 50 milhões de euros (Nota 47.f), cujo valor contabilístico ascendia a aproximadamente 20 milhões de euros, correspondentes aos montantes consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom. Consequentemente, foram apuradas mais-valias de aproximadamente 30 milhões de euros, as quais foram registadas na rubrica " Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos", a qual apresenta um valor consolidado de 33 milhões de euros em 2012.

Tal como mencionado na Nota 32, o Conselho de Administração da Oi, S.A. aprovou um plano para a alienação de um conjunto de imóveis, cujo valor contabilístico ascendia a 16 milhões de euros, na sequência do qual os mesmos foram transferidos para a rubrica "Ativos não correntes detidos para venda".

Relativamente aos ativos tangíveis, são ainda de referir as seguintes situações:

– O equipamento básico inclui essencialmente instalações e equipamento de rede, incluindo a rede de condutas, equipamento de comutação, equipamento terminal e cabos submarinos;
– Os ativos tangíveis em curso correspondem essencialmente a equipamentos de rede de telecomunicações e são registados durante o período de instalação desses equipamentos, que normalmente dura de 2 a 3 meses, o que explica os valores significativos registados nesta rubrica, embora com maturidades reduzidas;
– A Portugal Telecom reconheceu trabalhos para a própria empresa em ativos tangíveis nos montantes de 102 milhões de euros e 107 milhões de euros em 2012 e 2011, respetivamente;
– A PT Comunicações, nos termos do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, possui ativos tangíveis afetos à Concessão nos montantes de 1.765 milhões de euros e 1.995 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente;
– A PT Comunicações tem ativos tangíveis localizados no estrangeiro nos montantes de 15 milhões de euros e 19 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, dos quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos; e
– A PT Comunicações tem ativos tangíveis instalados em propriedade alheia ou em propriedade pública nos montantes de 8 milhões de euros e 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, e tem ainda ativos que não se encontram registados no seu nome no montante de 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

## 38. Dívida

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

| | | | | euros |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | 2011 | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Empréstimos por obrigações convertíveis | - | 732.944.410 | - | 723.363.242 |
| Empréstimos por obrigações não convertíveis | 1.079.735.369 | 5.800.296.695 | 1.562.012.437 | 5.381.422.200 |
| Empréstimos bancários | | | | |
| Empréstimos externos | 337.093.482 | 2.548.878.805 | 413.084.942 | 2.735.410.287 |
| Empréstimos internos | 2.753.090 | 108.765.906 | 355.699 | - |
| Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias | 73.210.081 | - | 93.767.521 | - |
| Papel comercial | 175.750.000 | - | 554.000.000 | - |
| Locação financeira | 24.286.305 | 23.968.784 | 26.979.404 | 35.609.152 |
| Instrumentos financeiros derivados | (31.333.877) | (7.657.476) | (2.206.840) | (4.185.879) |
| Outros financiamentos | 51.258.437 | 178.555.864 | 643.565.142 | 117.781.329 |
| | **1.712.752.887** | **9.385.752.988** | **3.291.558.305** | **8.989.400.331** |

A diminuição na dívida bruta em 1.182 milhões de euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está relacionada essencialmente com os seguintes efeitos:

- O reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005 (Nota 38.2);
- O pagamento ao Estado Português de 454 milhões de euros no âmbito da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões concluída em dezembro de 2010 (Nota 38.8);
- Uma diminuição de 378 milhões de euros no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial (Nota 38.5); e
- Uma redução de 159 milhões de euros na dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, de 3.882 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 3.723 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (443 milhões de euros). Utilizando uma taxa de câmbio constante, a dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores teria aumentado 285 milhões de euros, refletindo essencialmente (Nota 38.2): (1) *senior notes* no montante de 1.500 milhões de Dólares Americanos emitidas pela Oi, S.A. em fevereiro de 2012, equivalentes a 2.741 milhões de Reais Brasileiros (280 milhões de euros consolidados proporcionalmente); (2) *debêntures* no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela Oi, S.A. em março de 2012 (204 milhões de euros consolidados proporcionalmente); (3) o reembolso de *debêntures* no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (153 milhões de euros consolidados proporcionalmente); e (4) o reembolso de *debêntures* no montante de 720 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela Oi, S.A. em junho de 2006 (74 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

Os efeitos mencionados acima foram parcialmente compensados pelas obrigações emitidas pela Portugal Telecom em julho de 2012, no montante de 400 milhões de euros, e pelas obrigações emitidas pela PT Finance em outubro de 2012, no montante de 750 milhões de euros tal como descrito na Nota 38.2.

## 38.1 Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 28 de agosto de 2007, a PT Finance emitiu obrigações no montante total de 750.000.000 euros, convertíveis em ações ordinárias da Portugal Telecom, nos seguintes termos:

- Preço de conversão: 13,9859 euros por ação ordinária da Portugal Telecom, ajustado para 11,60 euros em 30 de outubro de 2007, no seguimento do *spin-off* da PT Multimédia, para 11,06 euros em 28 de dezembro de 2010, para 9,4 euros em 31 de

maio de 2011 e para 8.91 em 22 de maio de 2012, no seguimento dos dividendos pagos em dezembro de 2010, em junho de 2011 e em maio de 2012, respetivamente, de acordo com os termos e condições destas obrigações;

- Valor nominal de cada obrigação: 50.000 euros;
- Maturidade: 28 de agosto de 2014, exceto se previamente adquiridas, canceladas ou convertidas; e
- Taxa de juro fixa: 4,125% por ano, paga semestralmente.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o valor de mercado da componente de capital foi reconhecido diretamente em capital próprio na rubrica "Outras reservas e resultados acumulados" na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros, enquanto a componente do passivo financeiro, inicialmente calculada com base numa taxa de juro de mercado de 5,51%, está registada ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado das obrigações convertíveis, determinado com base em informação de mercado, ascendia a 766 milhões de euros.

## 38.2 Empréstimos por obrigações não convertíveis

A tabela abaixo inclui informação detalhada sobre os empréstimos por obrigações não convertíveis em dívida em 31 de dezembro de 2012:

| Emitente (i) | Dívida | Moeda local (ii) | Euro (iii) | Data emissão | Maturidade esperada (iv) | Taxa de juro |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operações em Portugal:** | | | | | | |
| PT Finance | Eurobond | 750.000.000 | 750.000.000 | Out-12 | 2018 | 5,875% |
| Portugal Telecom | Eurobond | 400.000.000 | 400.000.000 | Jul-12 | 2016 | 6,25% |
| PT Finance | Eurobond | 600.000.000 | 600.000.000 | Fev-11 | 2016 | 5,625% |
| PT Finance | Eurobond | 750.000.000 | 750.000.000 | Nov-09 | 2019 | 5,00% |
| PT Finance | Fixed rate notes | 250.000.000 | 250.000.000 | Jul-09 | 2017 | 5,242% |
| PT Finance | Eurobond (v) | 934.000.000 | 934.000.000 | Abr-09 | 2013 | 6,00% |
| PT Finance | Floating rate notes | 50.000.000 | 50.000.000 | Ago-08 | 2013 | Euribor a 3 meses mais 1,50% |
| PT Finance | Eurobond | 500.000.000 | 500.000.000 | Jun-05 | 2025 | 4,50% |
| PT Finance | Eurobond | 500.000.000 | 500.000.000 | Mar-05 | 2017 | 4,375% |
| | Despesas de transação (vi) | | (17.963.117) | | | |
| | | | **4.716.036.883** | | | |
| **Operações no Brasil:** | | | | | | |
| Telemar Participações | Debentures | 500.000.000 | 47.378.865 | Abr-12 | Entre 2017 e 2019 | CDI + 1,20% |
| Oi | Debentures (vii) | 2.000.000.000 | 189.515.461 | Mar-12 | Entre 2017 e 2020 | IPCA+6,20% e CDI+0,94% |
| Oi | Senior Notes (viii) | 3.065.250.000 | 290.456.133 | Fev-12 | 2022 | 5,75% |
| Contax | Debentures | 400.000.000 | 65.649.697 | Dez-11 | Entre 2016 e 2018 | CDI+1,55% e IPCA+6,80% |
| Oi | Debentures | 2.350.000.000 | 222.680.667 | Dez-11 | Entre 2016 e 2018 | CDI + 1,15% |
| Telemar Participações | Debentures | 500.000.000 | 47.378.865 | Out-11 | Entre 2014 e 2018 | CDI + 1,35% |
| Oi | Senior Notes | 1.100.000.000 | 104.233.503 | Set-11 | 2016 | 9,75% |
| Oi | Debentures | 1.000.000.000 | 94.757.730 | Ago-11 | 2017 | CDI+1% |
| Oi | Senior Notes (ix) | 2.021.550.000 | 191.557.490 | Dez-10 | 2017 | 5,13% |
| Telemar | Senior Notes (viii) | 3.651.785.588 | 346.034.914 | Set-10 | 2020 | 5,50% |
| Telemar | Debentures | 2.000.000.000 | 189.515.461 | Nov-09 | 2014 | CDI+1,2% |
| Telemar | Bond (vii) | 290.295.523 | 27.507.745 | Abr-09 | 2019 | 9,50% |
| Telemar Participações | Debentures | 690.000.000 | 65.382.834 | Abr-08 | Entre 2012 e 2015 | Entre 1,4% e 1,55% |
| AG/LF | Debentures | 1.339.290.221 | 173.380.521 | Fev-08 | Semestralmente até 2020 | IPCA (inflação) +5,0% |
| Telemar | Debentures | 540.000.000 | 51.169.174 | Mar-06 | 2013 | 103% do CDI e CDI+0,55% |
| | Outros financiamentos e despesas de transação | | 57.396.121 | | | |
| | | | **2.163.995.181** | | | |
| | | | **6.880.032.064** | | | |

(i) Todas as emissões da PT Finance e da Portugal Telecom foram efetuadas no âmbito do Euro Medium Term Notes Program ("EMTN").

(ii) Todos os montantes estão expressos em euros, com exceção das emissões realizadas por empresas localizadas no Brasil, em que os montantes estão expressos em Reais Brasileiros e correspondem a 100% do montante emitido.

(iii) Relativamente às emissões de empresas localizadas no Brasil, os montantes são apresentados com base na respetiva percentagem de consolidação proporcional.

(iv) Os empréstimos são reembolsados na data final de maturidade, exceto quando indicado em contrário.

(v) O montante emitido no âmbito deste Eurobond foi de 1.000 milhões de euros. Durante os anos 2011 e 2012, a PT Finance adquiriu obrigações próprias com um valor nominal de 64.000.000 euros e 2.000.000 euros, respetivamente, as quais a Empresa pretende cancelar ou manter até ao vencimento. Em 2011, estas obrigações foram adquiridas pelo montante de 61.870.750 euros, resultando num ganho financeiro de 2.129.250 euros (Nota 19).

(vi) Despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais estão relacionadas com: (i) arredondamentos na definição da taxa do cupão; e (ii) comissões pré pagas. Estas despesas são reconhecidas em resultados ao longo do período dos empréstimos.

(vii) Estas obrigações foram emitidas em duas séries, uma primeira no montante de 400 milhões de Reais Brasileiros a vencer juros à taxa do CDI acrescida de um *spread* de 0,94% e uma segunda no montante de 1.600 milhões de Reais Brasileiros a vencer juros à taxa do IPCA acrescida de um *spread* de 6,20%.

(viii) Estas *Senior Notes* foram emitidas em dólares americanos.

(ix) Estas *Senior Notes* foram emitidas em euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reembolsadas as seguintes obrigações:

- O *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005;
- *Debêntures* no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros (153 milhões de euros) emitidas pela Oi, S.A. em maio de 2011; e
- *Debêntures* no montante de 720 milhões de Reais Brasileiros (74 milhões de euros) emitidas pela Oi, S.A. em junho de 2006.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor máximo utilizável no âmbito do Programa EMTN da PT Finance e da Portugal Telecom ascendia a 7.500.000.000 euros, dos quais 4.800.000.000 euros estavam utilizados em 31 de dezembro de 2012, conforme descrito acima.

O valor de mercado das restantes obrigações emitidas pelas operações em Portugal foi determinado com base em informação de mercado e ascendia a 4.810 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O valor de mercado estimado das obrigações emitidas pelas operações no Brasil ascendia a 2.256 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, o qual inclui algumas obrigações a valor contabilístico.

## 38.3 Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

| | | | | euros |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | 2011 | |
| | Moeda original | Euros | Moeda original | Euros |
| Reais Brasileiros | 3.732.585.091 | 1.380.598.125 | 4.683.838.637 | 1.938.755.179 |
| Euros | 1.593.444.233 | 1.593.444.233 | 997.361.633 | 997.361.633 |
| Outras moedas | | 23.448.925 | | 212.734.116 |
| | | **2.997.491.283** | | **3.148.850.928** |

Em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom tinha as seguintes *revolving credit facilities* com tomada firme:

| | | euros |
|---|---|---|
| **Data inicial** | **Maturidade** | **Montante** |
| abril de 2011 (i) | junho de 2016 | 800.000.000 |
| outubro de 2004 | janeiro de 2015 | 100.000.000 |
| janeiro de 2009 | janeiro de 2013 | 50.000.000 |
| | | **950.000.000** |

(i) Esta *revolving credit facility* foi assegurada em março de 2011 por um montante inicial de 900 milhões de euros e uma maturidade de três anos, a qual foi aumentada para 1.050 milhões em 12 de abril de 2011 e para 1.200 milhões de euros em 13 de abril de 2011. Em 2012, a Empresa alargou a maturidade de março de 2014 para junho de 2016, e o montante foi reduzido de 1.200 milhões de euros para 800 milhões de euros.

A Portugal Telecom contratou igualmente uma export credit facility, a qual inclui duas tranches com tomada firme de 80 milhões de euros e 100 milhões de euros, acordadas em 2011 e janeiro de 2013, respetivamente.

Para além de certos contratos de financiamento celebrados pelo Grupo Oi que estão a ser utilizados apenas parcialmente, conforme descrito abaixo, diversas empresas do Grupo Oi obtiveram as seguintes linhas de crédito ao abrigo das quais não estava utilizado qualquer montante em 31 de dezembro de 2012:

- Uma linha de crédito assegurada em dezembro de 2012 por um período de três anos, no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros (142 milhões de euros);
- Um contrato de financiamento celebrado em julho de 2012 por um período de dois anos, no montante de 200 milhões de dólares (39 milhões de euros);
- Uma linha de crédito assegurada em novembro de 2011 por um período de cinco anos, no montante de 1.000 milhões de Reais Brasileiros (194 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos bancários em dívida incluem essencialmente:

– Um montante de 750 milhões de euros utilizado no âmbito das *facilities* acima referidas nas operações em Portugal, e um montante de 61 milhões de euros utilizado no âmbito da *export credit facility*;

– Financiamentos obtidos pela Portugal Telecom junto do Banco Europeu de Investimento ("BEI") no montante de 602 milhões de euros com vencimento até 2021, incluindo essencialmente: (1) dois empréstimos obtidos em 2010 de 100 milhões de euros cada um, com o propósito de investir na rede de próxima geração da Portugal Telecom, com uma maturidade aproximada de 5 anos, (2) um empréstimo obtido em 2011 no montante de 140 milhões de euros, destinado a investigação e desenvolvimento, com vencimento em 2019, e (3) um empréstimo assegurado em 2012 no montante de 100 milhões de euros, com o propósito de garantir o financiamento do investimento na rede de próxima geração, com vencimento também em 2019;

– Um empréstimo obtido pela PT Finance em 2010 no montante de 50 milhões de euros e com maturidade entre 2013 e 2015;

– Contratos de financiamento celebrados em dezembro de 2012 pelo Grupo Oi com o BNDES, no montante total de 5.417 milhões de Reais Brasileiros, com o objetivo de financiar investimentos entre 2012 e 2014. Em dezembro de 2012, diversas empresas do Grupo Oi utilizaram o montante total de 2.000 milhões de Reais Brasileiros no âmbito destes contratos de financiamento, equivalente a 190 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom;

– Contratos de financiamento celebrados em dezembro de 2009 por diversas empresas do Grupo Oi com o BNDES, no montante total de 4.403 milhões de Reais Brasileiros, com o objetivo de financiar investimentos entre 2009 e 2011. Em 2009, 2010 e 2011, as empresas do Grupo Oi utilizaram os montantes de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, 1.093 milhões de Reais Brasileiros e 1.068 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente, no âmbito dos referidos contratos de financiamento. Os juros e o capital são pagos mensalmente até dezembro de 2018. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2012 era de 2.618 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 248 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom;

– Um financiamento de 4.300 milhões de Reais Brasileiros obtidos em maio de 2008 pela Telemar junto do Banco do Brasil para a aquisição de uma participação financeira na Brasil Telecom (agora Oi,S.A.). Os juros são pagos semestralmente, desde maio de 2015 até maio de 2018. No seguimento do reembolso de duas prestações em maio de 2010 e maio de 2011, no montante de 614 milhões de Reais Brasileiros cada uma, o montante remanescente em dívida é reembolsável em quatro prestações anuais, a começar em maio de 2015. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2012 era de 3.071 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 291 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom;

– Uma *credit facility* celebrada em novembro de 2006 pela Telemar com o BNDES, com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede fixa de telecomunicações, programada para o período entre 2006 e 2008. Este acordo está

dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A que se destinava especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de 1.771 milhões de Reais Brasileiros, e (ii) sub-crédito B que se destinava à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumprissem com o Processo Produtivo Básico, no valor de 200 milhões de Reais Brasileiros. Os juros vencem-se mensalmente e o capital é reembolsável em 60 prestações mensais desde julho de 2009. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2012 era de 456 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 43 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom;

– Uma *credit facility* celebrada em novembro de 2006 pela Brasil Telecom com o BNDES, no montante de 2.004 milhões de Reais Brasileiros (captação efetiva de 2.055 milhões de Reais Brasileiros). Os juros são pagos mensalmente e o capital é reembolsado em 60 prestações mensais desde junho de 2009 até maio de 2014. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2012 era de 399 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 38 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Taxa máxima | 4,81% | 6,56% |
| Taxa mínima | 0,67% | 0,20% |

Em 31 de dezembro de 2012, o justo valor da totalidade dos empréstimos bancários, calculado com base no método dos fluxos de caixa descontados, ascendia a 2.951 milhões de euros, o qual inclui determinados financiamentos de operações no Brasil a valor contabilístico.

## 38.4 Passivo relativo a *equity swaps* sobre ações próprias

Esta rubrica respeita a contratos de *equity swap* celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, originando o registo de um passivo financeiro pelo correspondente custo de aquisição no montante de 178.071.827 euros (Nota 44.2). Em dezembro de 2011 e 2012, a Portugal Telecom liquidou os montantes de 84.304.306 euros e 20.557.440 euros (Nota 47.m), respetivamente, pelo que o valor em dívida foi reduzido para 93.767.521 euros em 31 de dezembro de 2011 e para 73.210.081 euros em 31 de dezembro de 2012.

## 38.5 Papel comercial

A Portugal Telecom celebrou diversos programas de papel comercial, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 176 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, com maturidade em janeiro de 2013. Adicionalmente, no âmbito destes programas, a Empresa tinha disponível um montante de 200 milhões de euros com tomada firme em 31 de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2013, a Portugal Telecom contratou um novo programa de papel comercial, no montante total de 400 milhões de euros, incluindo um montante de 200 milhões de euros com tomada firme.

## 38.6 Locações

As obrigações com contratos de locação financeira em 31 de dezembro de 2012 estão relacionadas essencialmente com a locação de veículos e edifícios e com contratos para a aquisição de capacidade de satélite. A capacidade de satélite adquirida através de contratos de locação financeira é usada atualmente pela PT Comunicações para o seu serviço de televisão. Os equipamentos de transporte no âmbito de contratos de locação financeira, os quais incluem geralmente opções de compra na maturidade dos mesmos, foram adquiridos por diversas empresas do Grupo e estão a ser utilizados correntemente nos negócios do Grupo. Em 31 de dezembro de 2012, o valor contabilístico dos ativos adquiridos através de contratos de locação financeira apresenta a seguinte composição:

| | | | euros |
|---|---|---|---|
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Valor contabilístico |
| Propriedade industrial e outros direitos | 54.427.007 | 36.388.507 | 18.038.500 |
| Equipamento de transporte | 40.729.903 | 20.133.935 | 20.595.968 |
| Outros | 2.752.973 | 981.804 | 1.771.169 |
| | **97.909.883** | **57.504.246** | **40.405.637** |

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos pagamentos mínimos futuros ao abrigo de contratos de locação financeira é o seguinte:

| | | | euros |
|---|---|---|---|
| | Valor presente | Custos financeiros | Total |
| 2013 | 24.286.305 | 1.935.759 | 26.222.064 |
| 2014 | 16.816.152 | 995.468 | 17.811.620 |
| 2015 | 5.210.297 | 190.774 | 5.401.071 |
| 2016 | 1.069.796 | 76.401 | 1.146.197 |
| 2017 | 872.539 | 28.856 | 901.395 |
| | **48.255.089** | **3.227.258** | **51.482.347** |

## 38.7 Instrumentos financeiros derivados

Esta rubrica corresponde essencialmente à contratação de instrumentos financeiros derivados cujo objetivo consiste em minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de câmbio e de taxa de juro. O justo valor destes instrumentos era positivo em 39,0 milhões de euros e 6,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente (Nota 45.2).

## 38.8 Outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui essencialmente 111 milhões de euros relacionados com ações preferenciais emitidas pela Telemar Participações e 96 milhões de euros relacionados com certificados imobiliários indiretamente emitidos pelo Grupo Oi e adquiridos por instituições financeiras Brasileiras, ambos os montantes correspondentes aos valores consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.

A Telemar Participações emitiu 1.000.000 ações preferenciais em abril de 2008, ao valor nominal de 1.239,6 Reais Brasileiros por ação, no montante total de 1.239,6 milhões de Reais Brasileiros. Estas ações preferenciais foram integralmente subscritas pelo BNDES Participações, S.A., um dos principais acionistas da Telemar Participações, e as suas principais caraterísticas são: (1) prioridade na distribuição de um dividendo fixo equivalente a 5% ao ano do seu preço de emissão, ajustado pela inflação; (2) reembolsos anuais, desde abril de 2011, ao preço de emissão, ajustado pela inflação; (3) opção do detentor das ações preferenciais de exigir o reembolso através de ações da Telemar Norte Leste detidas pela Telemar Participações; (4) convertíveis em ações

ordinárias no caso do reembolso das ações preferenciais não ser efetuado de acordo com o previsto ou o dividendo fixo não ser pago; e (5) não terem direitos de voto. Considerando as características acima descritas, estas ações preferenciais estão classificadas como dívida e ascendiam a 1.176 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 111 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom, o que compara com 135 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Em Agosto de 2010, a Oi, S.A. e a Telemar transferiram diversos imóveis para as suas subsidiárias integrais Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4"), e Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5"). A Telemar e a Oi celebraram contratos de arrendamento pelos períodos de até 12 anos para o uso continuado de todos os imóveis transferidos para a Copart 4 e para a Copart 5, respetivamente. A Copart 4 e a Copart 5 cederam os valores a receber no âmbito destes contratos de locação à BSCS – Brazilian Securities Companhia de Securitização, a qual emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), suportados nesses créditos. Os CRI foram adquiridos por instituições financeiras brasileiras, tendo a Oi recebido um montante total de 1.585 milhões de Reais Brasileiros. A taxa de juros líquida agregada efetiva nesta transação é de 102% do CDI. A TNL usou o produto gerado nesta transação para pagar as dívidas de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2012, o total da dívida no âmbito destes arrendamentos era de 1.014 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 96 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom, o que compara com 150 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica incluía ainda um montante de 454 milhões de euros em dívida ao Estado Português no âmbito da transferência das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões, de um total de 922 milhões de euros que estava em dívida em 31 de dezembro de 2010. A Portugal Telecom reembolsou 17,4 milhões de euros e 450,0 milhões de euros (Nota 47.m) em janeiro e dezembro de 2011, respetivamente, e reembolsou o montante remanescente de 454 milhões de euros em dezembro de 2012 (Nota 47.m).

## 38.9 Dívida de médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2012, a maturidade da dívida de médio e longo prazo era como se segue:

| | euros |
|---|---|
| 2014 | 1.290.065.865 |
| 2015 | 381.648.577 |
| 2016 | 2.420.225.572 |
| 2017 | 1.449.539.628 |
| 2018 e anos seguintes | 3.844.273.346 |
| | **9.385.752.988** |

## 38.10 Condicionalismos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, os principais condicionalismos financeiros ("*covenants*") incluídos em contratos de dívida eram como segue:

- **Alteração de controlo**

  As obrigações convertíveis, as *credit facilities* no montante total de 1.180 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 602 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas atuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de acionistas. Em

determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores da Empresa, ou de dar diretivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores, também são aspetos a considerar como uma alteração de controlo.

As obrigações de 1.000 milhões de euros e 750 milhões de euros emitidas em 2009, as obrigações de 600 milhões de euros emitidas em 2011 e as obrigações de 750 milhões de euros emitidas em 2012 também estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom, conforme descrito acima, apenas se simultaneamente a notação de risco da Empresa for reduzida para sub-investment grade ou ocorrer uma redução da notação de risco (no caso da notação de risco já ser anteriormente sub-investment grade) durante o Período de Alteração de Controlo, conforme definido nos termos e condições destas obrigações.

- **Notações de risco**

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, no montante total de 82 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, estabelecem que, caso a notação de risco de longo prazo atribuída à Portugal Telecom pelas agências de notação seja reduzida da notação de risco atribuída no momento em que a cláusula foi incluída (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch), a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI. Em 31 de dezembro de 2012, o reembolso previsto destes financiamentos no montante total de 82 milhões de euros repartia-se entre 46 milhões de euros em 2013 e 36 milhões de euros em 2014.

Em 2011, a Portugal Telecom e o BEI acordaram em aumentar o *spread* desses empréstimos, sem qualquer outra consequência, como resultado da revisão da notação de risco da Portugal Telecom.

Em 23 de dezembro de 2011, a Moody's anunciou a redução da notação de risco de longo prazo da Portugal Telecom de Baa3 para Ba1. Em 16 de fevereiro de 2012, a S&P anunciou a revisão da notação de risco atribuída à Portugal Telecom, reduzindo a notação de risco de longo prazo de BBB- para BB+, e diminuindo a notação de risco de curto prazo de A-3 para B. No seguimento destes desenvolvimentos, a Portugal Telecom acordou com o BEI constituir um depósito a favor do BEI pelo montante correspondente a uma parcela do valor em dívida no âmbito dos financiamentos que incluem o condicionalismo relativo à notação de risco. O montante depositado nesta conta, no montante de 42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, será reduzido à medida que os financiamentos sejam reembolsados. A Portugal Telecom e o BEI acordaram ainda que quaisquer revisões adicionais em alta ou em baixa da notação de risco de crédito atribuída à Empresa terão como consequência, respetivamente, reduções ou aumentos no montante depositado, sem qualquer outra consequência, situação aplicável ao *downgrade* anunciado pela S&P em 11 de fevereiro de 2013, de BB+ para BB, com *outlook* negativo.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

Determinadas *credit facilities* no montante total de 980 milhões de euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, direta ou indiretamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas "*Material Subsidiaries*". "*Material Subsidiaries*" são aquelas empresas cujo ativo bruto seja igual ou superior a 10% do ativo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

- **Alienação de ativos**

As *credit facilities* no montante total de 150 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 602 milhões de euros em 31 de dezembro 2012 incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de ativos da Portugal Telecom.

- **Rácios financeiros**

  Determinadas *facilities* e empréstimos no montante total de 1.180 milhões de euros preveem a obrigação de assegurar que o rácio de dívida líquida consolidada/EBITDA não excede determinados valores, os quais variam em função dos financiamentos em causa. O rácio dívida líquida consolidada/EBITDA ascendeu a 3,3 e 2,6 em 2012 e 2011, respetivamente.

- ***Negative pledge***

  O Programa Euro Medium Term Notes, o empréstimo por obrigações convertíveis, as *credit facilities*, os empréstimos obtidos junto do BEI e os programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os ativos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

## 39. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Contas a pagar correntes** | | |
| Fornecedores conta corrente | 790.504.649 | 786.756.124 |
| Autorizações e concessões (i) | 105.952.728 | 127.083.681 |
| Fornecedores de imobilizado | 146.159.870 | 229.415.723 |
| Pessoal | 23.232.152 | 26.472.318 |
| Outros | 51.339.650 | 74.511.615 |
| | **1.117.189.049** | **1.244.239.461** |
| **Contas a pagar não correntes** | | |
| Autorizações e concessões (i) | 123.232.568 | 174.562.130 |
| Outros | 22.821.439 | 27.394.166 |
| | **146.054.007** | **201.956.296** |

(i) Estas rubricas refletem contas a pagar da TMN e da Oi aos reguladores de telecomunicações em Portugal e no Brasil, respetivamente, no âmbito da licença de 4G adquirida pela TMN em dezembro de 2011 (Nota 36) e da aquisição pela Oi de várias concessões e licenças de radiofrequência para fornecimento do serviço móvel ("SMP ") e de serviços de telefonia fixa, as quais foram obtidas em leilões públicos, incluindo a aquisição de uma licença de 4G em junho de 2012.

## 40. Acréscimos de custos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Fornecimentos e serviços externos | 317.913.096 | 407.123.815 |
| Juros e outras despesas financeiras | 235.896.594 | 279.659.632 |
| Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal | 188.040.699 | 145.758.210 |
| Descontos a conceder a clientes | 26.323.426 | 40.410.751 |
| Outros | 24.642.579 | 49.826.726 |
| | **792.816.394** | **922.779.134** |

## 41. Proveitos diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Faturação antecipada: | | |
| Tráfego não consumido | 124.202.506 | 112.290.139 |
| Outra faturação antecipada | 53.699.045 | 58.185.980 |
| Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes (Nota 3.p) | 53.688.249 | 27.110.366 |
| Programas de fidelização de clientes (Nota 3.p) (i) | 12.077.899 | 11.586.233 |
| Outros | 93.611.874 | 90.179.419 |
| | **337.279.573** | **299.352.137** |

(i) Esta rubrica corresponde às receitas diferidas no âmbito dos programas de fidelização de clientes de operações móveis, as quais são reconhecidas em resultados como receita no momento em que os pontos são consumidos.

## 42. Provisões e ajustamentos

Os movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram como segue:

| | | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Saldo 31 dez 2011** | **Alterações no perímetro de consolidação** | **Aumentos** | **Reduções** | **Ajustamentos de conversão cambial** | **Outros movimentos** | **Saldo 31 dez 2012** |
| **Ajustamentos** | | | | | | | |
| Contas a receber (Notas 25 e 26) | 428.424.539 | - | 141.008.482 | (43.397.400) | (17.307.387) | (140.984.224) | 367.744.010 |
| Existências (Nota 27) | 41.500.732 | - | 5.783.122 | (11.748.026) | (445.519) | (4.795.615) | 30.294.694 |
| Investimentos financeiros (Notas 33 e 34) | 45.246.798 | - | 2.656.811 | (121.854) | (1.194.186) | (28.252.029) | 18.335.540 |
| | **515.172.069** | **-** | **149.448.415** | **(55.267.280)** | **(18.947.092)** | **(174.031.868)** | **416.374.244** |
| **Provisões para riscos e encargos** | | | | | | | |
| Processos judiciais em curso (Nota 49) | 754.624.128 | - | 58.335.995 | (37.442.302) | (79.536.848) | (82.090.647) | 613.890.326 |
| Impostos (Nota 49) | 168.405.737 | - | 39.186.410 | (26.443.746) | (11.707.335) | (11.136.000) | 158.305.066 |
| Outras | 17.978.279 | 366.765 | 1.751.598 | (346.014) | (263.891) | (9.782.345) | 9.704.392 |
| | **941.008.144** | **366.765** | **99.274.003** | **(64.232.062)** | **(91.508.074)** | **(103.008.992)** | **781.899.784** |
| | **1.456.180.213** | **366.765** | **248.722.418** | **(119.499.342)** | **(110.455.166)** | **(277.040.860)** | **1.198.274.028** |

| | | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Saldo 31 dez 2010** | **Alterações no perímetro de consolidação** | **Aumentos** | **Reduções** | **Ajustamentos de conversão cambial** | **Outros movimentos** | **Saldo 31 dez 2011** |
| **Ajustamentos** | | | | | | | |
| Contas a receber (Notas 25 e 26) | 341.776.077 | 127.021.930 | 94.679.637 | (7.810.632) | (8.343.850) | (118.898.623) | 428.424.539 |
| Existências (Nota 27) | 46.744.879 | 2.541.206 | 4.053.438 | (10.920.937) | (210.042) | (707.812) | 41.500.732 |
| Investimentos financeiros (Notas 33 e 34) | 34.224.586 | 11.363.771 | 764.024 | (584.714) | (468.949) | (51.920) | 45.246.798 |
| | **422.745.542** | **140.926.907** | **99.497.099** | **(19.316.283)** | **(9.022.841)** | **(119.658.355)** | **515.172.069** |
| **Provisões para riscos e encargos** | | | | | | | |
| Processos judiciais em curso (Nota 49) | 27.263.459 | 779.457.712 | 84.165.932 | (14.896.270) | (38.373.627) | (82.993.078) | 754.624.128 |
| Impostos (Nota 49) | 54.761.153 | 112.087.423 | 21.130.226 | (13.296.010) | (5.498.424) | (778.631) | 168.405.737 |
| Outras | 46.605.721 | (528.776) | 2.226.487 | (1.780.544) | (129.981) | (28.414.628) | 17.978.279 |
| | **128.630.333** | **891.016.359** | **107.522.645** | **(29.972.824)** | **(44.002.032)** | **(112.186.337)** | **941.008.144** |
| | **551.375.875** | **1.031.943.266** | **207.019.744** | **(49.289.107)** | **(53.024.873)** | **(231.844.692)** | **1.456.180.213** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Provisões para riscos e encargos" foi classificada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira de acordo com a data expectável de liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| **Provisões correntes** | | |
| Processos judiciais em curso | 187.205.529 | 223.425.865 |
| Impostos | 77.697.595 | 75.837.723 |
| Outras | 6.656.256 | 12.895.490 |
| | **271.559.380** | **312.159.078** |
| **Provisões não correntes** | | |
| Processos judiciais em curso | 426.684.797 | 531.198.263 |
| Impostos | 80.607.471 | 92.568.014 |
| Outras | 3.048.136 | 5.082.789 |
| | **510.340.404** | **628.849.066** |
| | **781.899.784** | **941.008.144** |

## 42.1. Alterações no perímetro de consolidação

Em 2011, as alterações no perímetro de consolidação relativas a ajustamentos estão relacionadas essencialmente com a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 31 de março de 2011, enquanto essas alterações relativas a provisões incluem essencialmente as provisões correntes e não correntes dessas empresas, nos montantes de 213 milhões de euros (Nota 2.b) e 677 milhões de euros (Nota 2.b), totalizando 890 milhões de euros.

## 42.2. Aumentos e reduções

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os aumentos nas provisões e ajustamentos foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Provisões e ajustamentos | 200.168.432 | 187.166.417 |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 20) | 30.564.149 | 14.193.736 |
| Custo das mercadorias vendidas (Nota 10) | 5.751.812 | 3.532.983 |
| Outros (i) | 12.238.025 | 2.126.608 |
| | **248.722.418** | **207.019.744** |

(i) Em 2012, esta rubrica inclui essencialmente 9 milhões de euros relacionados com ajustamentos a determinadas contas a receber registadas na rubrica "Outros custos (ganhos), líquidos", tal como mencionado na Nota 15.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as reduções nas provisões e ajustamentos foram registadas nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

| | | euros |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Provisões e ajustamentos | 93.772.375 | 29.901.721 |
| Custo das mercadorias vendidas (Nota 10) | 10.526.575 | 9.378.626 |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 20) | 14.946.003 | 6.633.977 |
| Outros | 254.389 | 3.374.783 |
| | **119.499.342** | **49.289.107** |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2012 e 2011, a rubrica "Provisões e ajustamentos" da Demonstração Consolidada dos Resultados consiste em:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Aumentos nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros | 200.168.432 | 187.166.417 |
| Reduções nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros | (93.772.375) | (29.901.721) |
| Dívidas incobráveis | 2.346.006 | 2.006.963 |
| Recuperação de dívidas incobráveis | (3.163.640) | (3.007.549) |
| | **105.578.423** | **156.264.110** |

## 42.3. Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2012 e 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

## 42.4. Outros movimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os outros movimentos em provisões e ajustamentos incluem essencialmente:

- O *write-off* de contas a receber de clientes que já se encontravam integralmente ajustadas;
- A transferência dos ajustamentos para o investimento financeiro na Sportinveste Multimédia, no montante de 26 milhões de euros, uma vez que este investimento foi incluído na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 32) em 31 de dezembro de 2012; e
- O impacto da resolução desfavorável de algumas ações cíveis (contencioso e impostos) contra a Oi, o que resultou em pagamentos no montante de 76 milhões de euros e na utilização de depósitos judiciais no valor de 38 milhões de euros, cujos efeitos mais do que compensaram o efeito financeiro sobre as provisões existentes (27 milhões de euros).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os outros movimentos em provisões e ajustamentos incluem essencialmente:

- O *write-off* de contas a receber de clientes que já se encontravam integralmente ajustadas;
- O impacto da resolução desfavorável de algumas ações cíveis contra a Oi, o que resultou em pagamentos no montante de 62 milhões de euros e na utilização de depósitos judiciais no valor de 35 milhões de euros, cujos efeitos mais do que compensaram o efeito financeiro nas provisões existentes (17 milhões de euros); e
- O impacto da reclassificação das obrigações com remoção e desmantelamento de ativos de provisões para outros riscos e encargos para a rubrica "Outros passivos não correntes" (Nota 43).

## 43. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Outros passivos correntes** | | |
| Dividendos a pagar (i) | 47.439.879 | 214.743.143 |
| Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.viii) e 31) | - | 37.124.881 |
| Outros (ii) | 46.783.656 | 107.792.714 |
| | **94.223.535** | **359.660.738** |
| **Outros passivos não correntes** | | |
| Obrigações com desmantelamento de ativos (Nota 3.g) | 53.412.050 | 54.655.850 |
| Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.viii) e 31) | - | 95.849.637 |
| Outros | 207.209.145 | 251.084.093 |
| | **260.621.195** | **401.589.580** |

(i) Esta rubrica inclui essencialmente dividendos a pagar a interesses não controladores da Oi nos montantes de 43 milhões de euros e 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, e um montante de 185 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 a pagar aos acionistas da Portugal Telecom relativamente aos dividendos antecipados aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2011 (Nota 22), os quais foram pagos em 4 de janeiro de 2012.

(ii) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente uma conta a pagar a interesses não controladores da Brasil Telecom no montante de 81 milhões de euros, no seguimento da aprovação da distribuição de ações resgatáveis (Nota 1) no montante que foi liquidado em abril de 2012.

## 44. Capital próprio

### 44.1. Capital social

O capital social da Portugal Telecom, totalmente subscrito e realizado, ascende em 31 de dezembro de 2012 a 26.895.375 euros, representado por 896.512.500 ações, com um valor nominal de três cêntimos de euro cada e com a seguinte distribuição:

- 896.512.000 ações ordinárias; e
- 500 ações de Categoria A.

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom realizada em 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos estatutos da Empresa que eliminou os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (designados por "golden share"). Em consequência desta aprovação, estas ações não têm qualquer direito especial.

### 44.2. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica inclui:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Contratos de equity swap (Nota 38.4) | 178.071.827 | 178.071.827 |
| Ações detidas pela Oi | 159.449.089 | 148.311.037 |
| | **337.520.916** | **326.382.864** |

Os contratos de *equity swaps* foram celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias e reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, tendo originado o registo de um passivo financeiro pelo correspondente valor de aquisição.

No âmbito da parceria estratégia celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi, em que estava prevista a aquisição pela Oi de até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom, a Oi concluiu até 31 de dezembro de 2012 a aquisição de 89.651.205 ações da Portugal Telecom, representativas de 10,0% do capital social. A participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, nos montantes de 159.449.089 euros (Nota 1) e 148.311.037 euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, refletindo: (1) 64.557.566 ações da Portugal Telecom adquiridas durante o ano de 2011 por um montante total de 148.311.037 euros, dos quais 61.491.216 euros (Nota 2.b) estão relacionados com a aquisição de ações antes do final de março de 2011, data da conclusão da aquisição pela Portugal Telecom do investimento na Oi, e 86.819.821 euros (Nota 47.o) estão relacionados com a aquisição de ações durante o segundo trimestre de 2011; (2) 25.093.639 ações da Portugal Telecom adquiridas durante o segundo trimestre de 2012 por um montante total de 23.198.433 euros (Nota 47.o); e (3) ) uma diminuição de 12.060.381 euros (Nota 1) relacionada com a redução da participação da Portugal Telecom nas ações adquiridas pela Oi, correspondente ao efeito da reorganização societária do Grupo Oi concluída em março de 2012, em resultado da qual a percentagem de participação efetiva da Empresa na Oi foi reduzida.

## 44.3. Reserva Legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de dezembro de 2012, a reserva legal já se encontrava totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital social.

## 44.4. Reserva de ações próprias

A reserva de ações próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das ações canceladas ou ao custo de aquisição das ações próprias detidas pela Portugal Telecom. A reserva de ações próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta reserva refere-se às ações canceladas em 20 de dezembro de 2007, 24 de março de 2008 e 10 de dezembro de 2008.

## 44.5. Reserva de reavaliação e outras reservas e resultados acumulados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram como segue:

euros

| | Saldo 31 dez 2011 | Rendimento integral | Dividendos (Nota 22) | Reestruturação societária da Oi (Nota 1) | Outros movimentos | Saldo 31 dez 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio** | | | | | | |
| Perdas atuariais | | | | | | |
| Perdas atuariais líquidas (Nota 14) | (532.035.450) | (73.048.609) | - | - | - | (605.084.059) |
| Efeito fiscal (Nota 20) | 133.808.991 | 20.338.120 | - | - | - | 154.147.111 |
| Interesses não controladores | 2.924.555 | - | - | - | - | 2.924.555 |
| Ajustamentos de conversão cambial (i) | (185.477.426) | (375.944.392) | - | - | - | (561.421.818) |
| Derivados de cobertura | (2.111.598) | 16.766.328 | - | - | - | 14.654.731 |
| Outros | (58.307.027) | (19.248.043) | - | - | - | (77.555.070) |
| | **(641.197.955)** | **(431.136.596)** | **-** | **-** | **-** | **(1.072.334.551)** |
| **Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio** | | | | | | |
| Reservas de reavaliação de ativos tangíveis (ii) | 727.967.282 | - | - | - | (42.426.066) | 685.541.216 |
| Efeito fiscal | (171.423.688) | - | - | - | 10.606.517 | (160.817.171) |
| | **556.543.594** | **-** | **-** | **-** | **(31.819.549)** | **524.724.045** |
| **Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital** | **(84.654.361)** | **(431.136.596)** | **-** | | **(31.819.549)** | **(547.610.506)** |
| Resultados transitados e outras reservas | 3.044.138.811 | - | - | 49.235.831 | (185.788.526) | 2.907.586.116 |
| Resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom | 339.129.232 | 230.273.036 | (371.937.439) | - | 32.808.207 | 230.273.036 |
| Dividendos antecipados | (184.799.868) | - | - | - | 184.799.868 | - |
| | **3.113.813.814** | **(200.863.560)** | **(371.937.439)** | **49.235.831** | **-** | **2.590.248.646** |

(i) Esta rubrica inclui os ajustamentos de conversão cambial de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira desde 1 de janeiro de 2004 até à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (Nota 3.q). Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao euro, desde 31 de março de 2011, sobre os investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax.

(ii) As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas em futuros aumentos de capital, para ajustar o valor contabilístico dos ativos reavaliados que numa determinada data exceda o seu justo valor, ou para cobrir prejuízos acumulados.

euros

| | Saldo 31 dez 2010 | Rendimento integral | Dividendos (Nota 22) | Outros movimentos | Saldo 31 dez 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio** | | | | | |
| Perdas atuariais | | | | | |
| Perdas atuariais líquidas (Nota 14) | (451.497.830) | (80.537.620) | - | - | (532.035.450) |
| Efeito fiscal (Nota 20) | 112.874.458 | 20.934.533 | - | - | 133.808.991 |
| Interesses não controladores | - | 2.924.555 | - | - | 2.924.555 |
| Ajustamentos de conversão cambial | 95.204.032 | (280.681.458) | - | - | (185.477.426) |
| Derivados de cobertura | (1.699.950) | (411.648) | - | - | (2.111.598) |
| Outros | (38.294.552) | (20.012.475) | - | - | (58.307.027) |
| | **(283.413.842)** | **(357.784.113)** | **-** | **-** | **(641.197.955)** |
| **Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio** | | | | | |
| Reservas de reavaliação de ativos tangíveis (Nota 37) | 910.287.026 | (126.167.561) | - | (56.152.183) | 727.967.282 |
| Efeito fiscal (Nota 20) | (217.003.624) | 31.541.890 | - | 14.038.046 | (171.423.688) |
| | **693.283.402** | **(94.625.671)** | **-** | **(42.114.137)** | **556.543.594** |
| **Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital** | **409.869.560** | **(452.409.784)** | **-** | **(42.114.137)** | **(84.654.361)** |
| Resultados transitados e outras reservas | (676.310.472) | - | - | 3.720.449.283 | 3.044.138.811 |
| Resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom | 5.672.194.967 | 339.129.232 | (1.117.987.321) | (4.554.207.646) | 339.129.232 |
| Dividendos antecipados | (875.872.500) | - | (184.799.868) | 875.872.500 | (184.799.868) |
| | **4.529.881.555** | **(113.280.552)** | **(1.302.787.189)** | **-** | **3.113.813.814** |

# 45. Instrumentos financeiros

## 45.1 Riscos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta essencialmente a (i) riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de câmbio e taxas de juro, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Portugal Telecom têm como objetivo minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação destes derivados é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários. A Comissão Executiva monitora regularmente estes riscos financeiros.

Relativamente aos instrumentos financeiros da Oi, os quais representam a maioria do total de instrumentos financeiros do Grupo, a Comissão Executiva da Oi acorda anualmente com o Conselho de Administração a Diretriz de Risco a ser seguida, a qual é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo Oi, com 95% de confiança. De modo a assegurar a gestão do risco financeiro de acordo com os objetivos definidos, a Oi pode contratar instrumentos financeiros de cobertura, incluindo operações de derivados de cobertura como *swaps*, *forwards* e opções. A Oi e as suas subsidiárias não utilizam instrumentos financeiros derivados para quaisquer outros fins.

### 45.1.1. Risco de taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com os investimentos da Portugal Telecom no Brasil, na Unitel e em outras operações estrangeiras, e com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde a empresa opera.

Os riscos relacionados com os investimentos da Empresa em operações estrangeiras respeitam fundamentalmente aos investimentos na Oi e na Contax. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição líquida (ativos menos passivos, líquidos de interesses não controladores) ao Brasil ascendia a 8.625 milhões de Reais Brasileiros (3.190 milhões de euros) e 8.667 milhões de Reais Brasileiros (3.587 milhões de euros), respetivamente. A Portugal Telecom não tem qualquer instrumento contratado para cobertura do risco de taxa de câmbio associado aos investimentos em empresas estrangeiras.

Os riscos relacionados com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional das empresas do Grupo estavam relacionados essencialmente com a dívida denominada em moeda estrangeira contratada pela Oi e as suas subsidiárias, a qual representava 39,1% e 29,9% do total da dívida bruta do Grupo Oi em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente. No sentido de minimizar este risco, a Oi contratou instrumentos derivados de cobertura junto de instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente 97,4% e 96,2% da dívida da Oi denominada em moeda estrangeira estava coberta através de derivados de taxa de câmbio, *forwards* ou aplicações em moeda estrangeira, enquanto a parcela remanescente de 2,6% e 3,8%, respetivamente, nos montantes de 826 milhões de Reais Brasileiros e 319 milhões de Reais Brasileiros (78 milhões de euros e 34 milhões de euros, correspondentes à participação de 25,6% da Portugal Telecom consolidada proporcionalmente), estava exposta ao risco de variação na taxa de câmbio Dólar/Real.

Os efeitos nos resultados e no capital próprio da Portugal Telecom decorrentes de hipotéticas variações nas variáveis de risco relevantes são os seguintes:

- O impacto da valorização (desvalorização) do Real face ao Euro em 0,1, de 2,70 para 2,60 (2,80) seria um aumento (redução) dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente 123 milhões de euros (114 milhões de euros), o qual corresponde a ajustamentos de conversão cambial sobre os investimentos no Brasil;
- O impacto da valorização (desvalorização) do Dólar Americano face ao Euro em 0,1, de 1,32 para 1,22 (1,42) seria um aumento (redução) dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente 49 milhões de euros (42 milhões de euros), o qual corresponde a ajustamentos de conversão cambial sobre investimentos em empresas estrangeiras denominadas em Dólares Americanos, nomeadamente a Unitel;
- Mantendo todas as restantes variáveis constantes, o impacto da valorização (desvalorização) do Dólar Americano face ao Real em 0,1 durante o ano 2012 seria um aumento (redução) da contribuição da Oi para as despesas financeiras da Portugal Telecom em aproximadamente 1,7 milhões de euros, em resultado da parcela da dívida da Oi denominada em moeda estrangeira que não se encontrava coberta através de instrumentos financeiros derivados ou aplicações em moeda estrangeira;
- A maioria dos restantes ativos e passivos financeiros estão denominados na moeda funcional de cada empresa, direta ou indiretamente através da utilização de derivados. Consequentemente, variações nas taxas de câmbio não teriam qualquer impacto material nos resultados e no capital próprio das empresas onde esses ativos e passivos estão registados.

### 45.1.2. Risco de taxa de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados e obtidos com dívida e aplicações financeiras a taxas de juro variáveis. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na zona Euro e no Brasil. A dívida consolidada do Grupo está exposta basicamente às seguintes taxas: (1) Euribor, aplicável a

determinados financiamentos obtidos na zona Euro; (2) TJLP, uma taxa de juro de longo-prazo definida pelo Conselho Monetário Nacional do Brasil; (3) IPCA, o Índice de Preços do Consumidor publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; (4) CDI, uma taxa de juro interbancária para dívida denominada em Reais; e (5) Libor, uma taxa de juro interbancária para dívida denominada em Dólares Americanos. Com o propósito de reduzir o impacto deste risco, o Grupo contratou *swaps* de taxa de juro, de modo a converter a dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa.

Considerando os efeitos dos derivados contratados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, 37,1% e 38,9% da dívida consolidada, nos montantes de 4.115 milhões de euros e 4.779 milhões de euros, respetivamente, encontrava-se exposta a taxas de juros variáveis. Adicionalmente, o montante total de caixa e equivalentes de caixa mais os investimentos de curto prazo, nos valores de 3.387 milhões de euros e 5.668 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, também vencia juros a taxas de juro variáveis. Consequentemente, a exposição líquida do Grupo a taxas de juro variáveis ascendia a uma posição líquida de dívida no montante de 728 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e a uma posição líquida de caixa no montante de 889 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Se as taxas de juro de mercado alterassem em 1% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os juros suportados líquidos alterariam em aproximadamente 6 milhões de euros.

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor da dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

### 45.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está essencialmente relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes (Notas 25 e 26). O Grupo não apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes, espalhados por diversos negócios e áreas geográficas. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão do Grupo Portugal Telecom é: (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente; (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado. Deste modo, os critérios utilizados para calcular os ajustamentos para contas a receber têm por base estes fatores. O movimento destes ajustamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se divulgado na Nota 42. Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes que não se encontram ajustadas, no montante total de 1.156 milhões de euros (Nota 25), incluíam 916 milhões de euros com uma maturidade até noventa dias, 50 milhões de euros com uma maturidade entre noventa dias e cento e oitenta dias, 47 milhões de euros com uma maturidade entre cento e oitenta dias e um ano e 143 milhões de euros com uma maturidade acima de um ano, sendo que este ultimo valor inclui 117 milhões de euros para os quais o Grupo ou diferiu a respetiva receita ou possui contas a pagar às mesmas entidades e sobre o mesmo assunto, o que compensa o risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo entende que não existe a necessidade de reforçar os ajustamentos para contas a receber de cobrança duvidosa para além do montante já existente e incluído na Nota 42.

Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é a de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas e com reputação no mercado.

### 45.1.4. Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existente, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, para investimentos, para remuneração dos acionistas e para reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações, nas disponibilidades de caixa e no valor não utilizado de linhas de crédito, conforme discriminado abaixo e considerando a informação disponível à data sobre os mais variados fatores exógenos aos seus negócios, a Portugal Telecom entende que o Grupo tem capacidade para cumprir as suas obrigações estimadas.

Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de dezembro de 2012, o valor das disponibilidades de caixa, excluindo as operações no Brasil, acrescidas dos montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial (caixa disponível mediante um aviso de 2 ou 3 dias) e de linhas de crédito com tomada firme, totalizavam 3.016 milhões de euros, o que compara com 5.095 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. A maturidade média da dívida líquida em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era de 5,6 e 5,9 anos, respetivamente.

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos acionistas. A estrutura de capital do Grupo inclui a dívida (Nota 38), caixa e equivalentes de caixa (Nota 47.q), investimentos de curto prazo (Nota 24) e o capital atribuível aos acionistas da empresa-mãe (Nota 44), o qual inclui o capital social emitido, ações próprias, reservas e resultados acumulados. O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

Em 31 de dezembro de 2012, o *gearing ratio*, determinado como a proporção da dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo) sobre a dívida líquida mais o capital, ascendeu a 73,0%, o que compara com 63,9% em 31 de dezembro de 2011. O indicador do capital mais a dívida de longo prazo sobre o total dos ativos foi de 60,9% e de 54,9% em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente.

A tabela abaixo resume a maturidade das obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2012, em termos consolidados e não descontados:

| | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Total** | **Menos de um ano** | **De um a três anos** | **De três a cinco anos** | **A mais de cinco anos** |
| Dívida | **11.174,0** | 1.725,3 | 1.696,9 | 3.894,9 | 3.856,8 |
| Juros relativos à dívida bruta (i) | **3.067,8** | 596,5 | 902,3 | 710,9 | 858,0 |
| Pagamentos de benefícios de reforma (ii) | **1.009,1** | 146,0 | 286,4 | 200,9 | 375,8 |
| Licenças e concessões (iii) | **398,9** | 124,8 | 99,8 | 66,1 | 108,2 |
| Compromissos financeiros não contingentes (iv) | **392,8** | 392,8 | - | - | - |
| Locações operacionais (Nota 12) | **167,5** | 43,9 | 46,6 | 32,9 | 44,0 |
| **Total de obrigações contratuais** | **16.210,0** | **3.029,4** | **3.031,9** | **4.905,8** | **5.242,9** |

(i) As obrigações esperadas da Portugal Telecom relacionadas com os juros suportados de empréstimos obtidos foram calculadas com base na dívida bruta em 31 de dezembro de 2012, assumindo que os reembolsos ocorrerão nas datas previstas e considerando pressupostos relativamente às taxas de juro sobre a parcela da dívida contratada com taxas de juro variáveis, pelo que estas obrigações podem variar significativamente dos montantes aqui apresentados, dependendo de eventuais refinanciamentos futuros e das taxas de juro de mercado. Estas obrigações correspondem exclusivamente aos juros sobre a dívida bruta, não incluindo portanto quaisquer juros obtidos sobre caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente os pagamentos não descontados a efetuar pela PT Comunicações relativos a salários devidos a pré-reformados e suspensos e a contribuições estimadas para os fundos. Para a parcela de responsabilidades não financiadas e para efeitos de cálculos, a Portugal Telecom assumiu contribuições lineares ao longo dos próximos anos. O montante relativo às obrigações das operações em Portugal difere do passivo reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira essencialmente por este último ser apresentado pelo seu valor presente. Adicionalmente, esta rubrica inclui também as contribuições estimadas para cobrir o défice atuarial do plano da Oi BrTPREV.

(iii) Esta rubrica inclui (1) as taxas bianuais devidas à Anatel no âmbito dos acordos de concessão da Oi, equivalentes a 2,0% das receitas líquidas das empresas de rede fixa do Grupo Oi, provenientes da prestação do serviço local de rede fixa (excluindo impostos e contribuições sociais), e (2) os montantes em dívida à Anatel e à Anacom em 31 de dezembro de 2012 no âmbito de licenças adquiridas anteriormente (Nota 39).

(iv) Os compromissos financeiros não contingentes respeitam essencialmente a acordos celebrados com fornecedores para a aquisição de ativos fixos tangíveis (262 milhões de euros) e existências (58 milhões de euros), incluindo todos os montantes relativos a aquisição de equipamentos de rede, de telecomunicações e terminais móveis.

## 45.2 Instrumentos financeiros derivados

### Instrumentos financeiros derivados de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de modo a identificar os que cumprem os requisitos estabelecidos no IAS 39 para serem classificados como instrumentos de cobertura. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor (os instrumentos financeiros da Oi foram incluídos na tabela abaixo com base na respetiva percentagem de consolidação proporcional):

| 31 dez 2012 | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Tipo de operação** | **Maturidade (anos)** | **Valor nocional** | **Justo valor** | **Objetivo económico** |
| **Cobertura de fluxo de caixa** | | | | | |
| Portugal Telecom | Swaps de taxa de juro em EUR (i) | 1.0 - 2.0 | 71,4 | (2,3) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de juro em USD (ii) | 2,5 | 15,8 | (0,6) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Cross currency swaps USD/BRL (iii) | 2.5 - 8.2 | 470,9 | 51,6 | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de juro sobre a CDI (iv) | 7,8 | 35,0 | 3,9 | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |

(i) A Portugal Telecom contratou *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos da dívida de taxa variável.

(ii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos de dívidas contratadas em Dólar com taxas de juro variáveis. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Libor de Dólar e uma posição passiva em taxa pré-fixada.

(iii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de câmbio para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de Libor americana mais taxa pré-fixada e uma posição passiva em percentagem do CDI.

(iv) A Telemar contratou *swaps* de taxa de juro para conversão de uma posição de *swap* cambial passivo pré-fixado em Reais para um passivo em percentagem do CDI.

| 31 dez 2011 | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Tipo de operação** | **Maturidade (anos)** | **Valor nocional** | **Justo valor** | **Objetivo económico** |
| **Cobertura de fluxo de caixa** | | | | | |
| Portugal Telecom | Swaps de taxa de juro em EUR (i) | 0,2 - 2,0 | 163,6 | (6,3) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de juro em USD (ii) | 0,1 - 3,5 | 25,7 | (1,1) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de juro sobre a CDI (iii) | 8,8 | 18,4 | (0,1) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iv) | 2,8 - 8,8 | 370,1 | (2,1) | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| **Cobertura de justo valor** | | | | | |
| MTC | Forwards USD/NAD | 0,1 - 0,4 | 1,9 | 0,3 | Eliminar o risco de variação cambial nas despesas em dólares |

(i) A Portugal Telecom contratou swaps de taxa de juro para cobertura dos pagamentos da dívida de taxa variável.

(ii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos de dívidas contratadas em Dólar com taxas de juro variáveis. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Libor de Dólar e uma posição passiva em taxa pré-fixada.

(iii) A Telemar contratou *swaps* de taxa de juro para conversão de uma posição de *swap* cambial passivo pré-fixado em Reais para um passivo em percentagem do CDI.

(iv) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de câmbio para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de Libor americana mais taxa pré-fixada e uma posição passiva em percentagem do CDI.

### Instrumentos financeiros derivados classificados como detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Portugal Telecom tinha em aberto os seguintes instrumentos financeiros classificados de acordo com a IAS 39 como derivados detidos para negociação (os instrumentos financeiros da Oi foram incluídos na tabela abaixo com base na respetiva percentagem de consolidação proporcional):

| 31 dez 2012 | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Tipo de operação** | **Maturidade (anos)** | **Valor nocional** | **Justo valor** | **Objetivo económico** |
| Portugal Telecom | Swaps de taxa de juro em EUR | 0,4 | 4,5 | (0,1) | Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco e de taxa de juro |
| Oi | Swaps de taxa de juro em USD (i) | 3.1 - 9.1 | 659,1 | (2,7) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de juro sobre a CDI (ii) | 0.2 - 7.8 | 61,1 | 5,5 | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iii) | 1.2 - 3.1 | 29,1 | (0,4) | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de câmbio BRL/USD (iv) | 3,1 | 18,7 | (1,8) | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| Oi | Non delivery forward USD/BRL (v) | 0.1 - 0.2 | 481,1 | (10,1) | Eliminar o risco de desvalorização (valorização) do BRL face ao USD em instrumentos de dívida (aplicações financeiras) |
| Oi | Non delivery forward EUR/BRL (v) | 0.1 - 0.2 | 191,5 | (0,4) | Eliminar o risco de desvalorização do BRL face ao EUR em instrumentos de dívida |

(i) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos de dívidas contratadas em Dólar com taxas de juro variáveis. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Libor de Dólar e uma posição passiva em taxa pré-fixada.

(ii) A Telemar contratou *swaps* de taxa de juro para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "*spread*". Nestes contratos, a Empresa possui posição ativa em CDI mais "*spread*" e posição passiva em percentagem do CDI.

(iii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de câmbio para fazer a cobertura dos pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de Libor americana mais taxa pré-fixada e uma posição passiva em percentagem do CDI.

(iv) A Telemar contratou operações de *swap* cambial para reverter contratos de swap. No âmbito destas operações, a Empresa possui uma posição passiva em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e uma posição ativa em taxa pré-fixada em percentagem do CDI.

(v) A Telemar contratou operações de compra futura de Dólar e Euro via instrumentos NDF (*Non Deliverable Forward*) para se proteger de uma desvalorização do Real Brasileiro face aquelas moedas sobre a dívida exposta ao Dólar e ao Euro antes de considerados os efeitos destas operações. Adicionalmente, a Oi,S.A. (antiga Brasil Telecom) contratou operações de venda futura de Dólar via instrumentos NDF com o intuito de se proteger de uma desvalorização do Real Brasileiro face ao Dólar sobre as aplicações financeiras expostas ao Dólar antes de considerados os efeitos destas operações.

| 31 dez 2011 | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Tipo de operação** | **Maturidade (anos)** | **Valor nocional** | **Justo valor** | **Objetivo económico** |
| Portugal Telecom | Swaps de taxa de juro em EUR | 0,7 | 14,5 | (0,5) | Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco e de taxa de juro |
| Oi | Swaps de taxa de juro em USD (i) | 0,8 - 4,4 | 162,2 | (1,3) | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de juro sobre a CDI (ii) | 1,2 - 8,8 | 68,4 | 1,3 | Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iii) | 8,8 | 39,8 | 1,8 | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iii) | 0,1 - 4,1 | 39,7 | (6,9) | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| Oi | Swaps de taxa de câmbio BRL/USD (iv) | 4,1 | 25,8 | 0,8 | Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida |
| Oi | Non delivery forward USD/BRL (v) | 0,1 - 0,3 | 114,9 | 10,1 | Eliminar o risco de desvalorização (valorização) do BRL face ao USD em instrumentos de dívida (aplicações financeiras) |
| Oi | Non delivery forward EUR/BRL (v) | 0,1 - 0,6 | 219,1 | 2,8 | Eliminar o risco de desvalorização do BRL face ao EUR em instrumentos de dívida |

(i) A Oi e as suas subsidiárias contrataram swaps de taxa de juro para cobertura dos pagamentos de dívidas contratadas em Dólar com taxas de juro variáveis. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Libor de Dólar e uma posição passiva em taxa pré-fixada.

(ii) A Telemar contratou *swaps* de taxa de juro para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "*spread*". Nestes contratos, a Empresa possui posição ativa em CDI mais "*spread*" e posição passiva em percentagem do CDI.

(iii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de câmbio para fazer a cobertura dos pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de Libor americana mais taxa pré-fixada e uma posição passiva em percentagem do CDI.

(iv) A Telemar contratou operações de *swap* cambial para reverter contratos de swap. No âmbito destas operações, a Empresa possui uma posição passiva em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e uma posição ativa em taxa pré-fixada em percentagem do CDI.

(v) A Telemar contratou operações de compra futura de Dólar e Euro via instrumentos NDF (*Non Deliverable Forward*) para se proteger de uma desvalorização do Real Brasileiro face aquelas moedas sobre a dívida exposta ao Dólar e ao Euro antes de considerados os efeitos destas operações. Adicionalmente, a Brasil Telecom contratou operações de venda futura de Dólar via instrumentos NDF com o intuito de se proteger de uma desvalorização do Real Brasileiro face ao Dólar sobre as aplicações financeiras expostas ao Dólar antes de considerados os efeitos destas operações.

**Efeitos dos instrumentos financeiros derivados nas demonstrações financeiras consolidadas**

Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (valores em milhões de euros):

| | | | | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | | | 2011 | | | |
| | Outros ativos | Dívida (Nota 38) | Outros passivos | Total | Outros ativos | Dívida (Nota 38) | Outros passivos | Total |
| **Derivados de cobertura de justo valor** | | | | | | | | |
| Taxa de câmbio | - | - | - | **-** | 0,3 | - | - | **0,3** |
| **Derivados de cobertura de fluxos de caixa** | | | | | | | | |
| Taxa de câmbio e taxa de juro | - | 51,6 | - | **51,6** | - | (2,1) | - | **(2,1)** |
| Taxa de juro | 3,9 | - | (3,0) | **0,9** | - | - | (7,5) | **(7,5)** |
| **Derivados detidos para negociação** | | | | | | | | |
| Taxa de câmbio e taxa de juro | - | (12,6) | - | **(12,6)** | - | 8,5 | - | **8,5** |
| Taxa de juro | 5,5 | - | (2,8) | **2,7** | - | - | (0,5) | **(0,5)** |
| **Total** | **9,4** | **39,0** | **(5,8)** | **42,6** | **0,3** | **6,4** | **(8,0)** | **(1,3)** |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a variação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados foi registada nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados (valores em milhões de euros):

| | | | | | | | | milhões de euros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | | | | 2011 | | | |
| | Juros líquidos | Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos | Perdas (ganhos) em ativos financeiros, líquidos (Nota 18) | Total | Juros líquidos | Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos | Perdas (ganhos) em ativos financeiros, líquidos (Nota 18) | Total |
| Taxa de câmbio | - | 0,3 | - | **0,3** | - | (1,0) | - | **(1,0)** |
| Taxa de câmbio e taxa de juro | 45,6 | (70,6) | - | **(25,0)** | 35,8 | (86,5) | - | **(50,7)** |
| Taxa de juro | 1,5 | - | 3,8 | **5,4** | 1,5 | - | (0,6) | **1,0** |
| | **47,2** | **(70,3)** | **3,8** | **(19,3)** | **37,4** | **(87,5)** | **(0,6)** | **(50,7)** |

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as empresas do Grupo reconheceram os seguintes itens diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral:

- Ganhos não realizados de 20,6 milhões de euros e 24,5 milhões de euros, respetivamente, correspondentes a alterações no justo valor de derivados de taxa de câmbio e taxa de juro classificados como de cobertura de fluxos de caixa;
- Ganhos de 5,2 milhões de euros e perdas de 25,9 milhões de euros, respetivamente, correspondentes a ganhos e perdas não realizados transferidos, no momento da sua realização, da Demonstração do Rendimento Integral para a Demonstração dos Resultados.

## 45.3 Outras divulgações sobre instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tal como definido pelo IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das seguintes categorias de ativos e passivos financeiros, foi reconhecido como segue (valores em milhões de euros):

| | milhões de euros | |
|---|---|---|
| **Rubrica** | **2012** | **2011** |
| **Ativos financeiros registados ao custo amortizado:** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (nota 47.q) | 2.507,1 | 4.930,0 |
| Investimentos de curto-prazo (Nota 24) | 880,2 | 738,1 |
| Contas a receber - Clientes | 1.518,9 | 1.581,6 |
| Contas a receber - Outros (i) | 481,9 | 343,4 |
| Outros ativos correntes e não correntes - transações de QTE (Nota 31) | - | 133,0 |
| Investimentos em empresas associadas - empréstimos concedidos (Nota 33) | 5,6 | 15,6 |
| | **5.393,7** | **7.741,7** |
| **Passivos financeiros registados ao custo amortizado:** | | |
| Dívida - obrigações convertíveis (Nota 38) | 732,9 | 723,4 |
| Dívida - obrigações (Nota 38) | 6.880,0 | 6.943,4 |
| Dívida - empréstimos bancários (Nota 38) | 2.997,5 | 3.148,9 |
| Dívida - equity swaps sobre ações próprias (Nota 38) | 73,2 | 93,8 |
| Dívida - outros empréstimos (Nota 38) | 405,6 | 1.315,3 |
| Contas a pagar | 1.263,2 | 1.446,2 |
| Acréscimo de custos | 792,8 | 922,8 |
| Outros passivos correntes | 94,2 | 322,5 |
| Outros passivos não correntes | 210,8 | 243,4 |
| | **13.450,3** | **15.159,6** |
| **Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17:** | | |
| Dívida - locações financeiras (Nota 38) | 48,3 | 62,6 |
| Outros passivos correntes e não correntes - transações de QTE (Nota 43) | - | 133,0 |
| | **48,3** | **195,6** |
| **Derivados de cobertura de justo valor (Nota 45.2)** | | |
| Outros ativos (passivos) não-correntes - derivados de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa | 0,9 | (7,5) |
| Outros ativos não-correntes - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor | - | 0,3 |
| Dívida - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de fluxo de caixa | 51,6 | (2,1) |
| | **52,5** | **(9,4)** |
| **Derivados detidos para negociação (Nota 45.2)** | | |
| Dívida - derivados de taxa de câmbio e taxa de juro | (12,6) | 8,5 |
| Outros ativos (passivos) não correntes - derivados de taxa de juro | 2,7 | (0,5) |
| | **(9,9)** | **8,1** |

(i) As contas a receber incluem determinados ativos, que não respeitam os requisitos para que sejam classificados como ativos financeiros, os quais como tal foram excluídos desta rubrica.

A IFRS 7 define justo valor como a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as partes. Adicionalmente, esta norma estabelece que o justo valor deve ser baseado nos pressupostos que os participantes de mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou do passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver esses pressupostos. A hierarquia do justo valor atribui maior importância às informações de mercado disponíveis (dados observáveis) e menor importância às informações relativas a dados sem transparência (dados não observáveis). Com exceção da dívida, cujo justo valor é divulgado na Nota 38, e dos derivados, os quais se encontram registados ao justo valor, o valor de mercado dos restantes ativos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico. O valor de mercado dos instrumentos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- Com exceção das obrigações não convertíveis obtidas pelo Grupo Oi e pelos seus acionistas controladores no montante total de 2.164 milhões de euros (Nota 38), cujo justo valor foi determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado definida pela IFRS 7 (outros *inputs* observáveis que não valores cotados), o valor de mercado das restantes obrigações convertíveis e não convertíveis foi determinado com base em valores cotados em mercados ativos, o que é equivalente ao nível 1 da hierarquia de valor de mercado (valores cotados não ajustados em mercados ativos);

- No caso dos empréstimos bancários, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* diretamente observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado;
- No caso do passivo relativo ao contrato de *equity swaps* sobre ações próprias, o valor de mercado deste instrumento financeiro, o qual ascendia a um valor positivo de 4,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, foi determinado externamente através da diferença entre o preço de exercício destes *equity swaps* e a cotação da ação da Portugal Telecom aquela data, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado;
- No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados, o valor de mercado foi determinado externamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado;
- No caso de outros empréstimos não mencionados acima, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado.

A Portugal Telecom considera que o principal pressuposto utilizado na metodologia de fluxos de caixa descontados preparada internamente está relacionado com a taxa de desconto, a qual para os instrumentos financeiros contratados pela Portugal Telecom ou por qualquer das suas participadas detidas a 100%, com maturidades entre 1 mês e 11 anos, varia entre 1,6% e 5,6%. Adicionalmente, a Portugal Telecom também utilizou taxas *forward* de juro e de câmbio obtidas diretamente através de informações de mercado, tomando em consideração a maturidade e a moeda de cada instrumento financeiro.

## 46. Garantias e compromissos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha apresentado as seguintes garantias bancárias e cartas de conforto a favor de terceiros:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Cartas de fiança bancária e seguros garantia apresentados pela Oi a favor de tribunais e autoridades fiscais e regulatórias (i) | 1.190.429.712 | 871.729.739 |
| Garantias bancárias e outras garantias apresentadas por empresas Portuguesas a favor de tribunais e das autoridades fiscais (ii) | 323.524.881 | 273.675.513 |
| Garantias bancárias apresentadas pela Portugal Telecom a favor do BEI (iii) | 515.000.000 | 438.571.429 |
| Garantias bancárias e outras a favor de terceiros apresentadas por: | | |
| TMN (iv) | 32.397.785 | 17.206.927 |
| PT Comunicações (v) | 20.432.878 | 21.791.615 |
| Outras empresas | 11.554.299 | 4.787.157 |
| **Total** | **2.093.339.555** | **1.627.762.380** |

(i) As garantias bancárias e outras garantias apresentadas pela Oi pretendem essencialmente garantir compromissos decorrentes de ações judiciais, obrigações contratuais e licitações com a Anatel.

(ii) As garantias bancárias e outras apresentadas por empresas portuguesas do Grupo aos tribunais e autoridades fiscais incluem essencialmente 316 milhões de euros relacionados com liquidações fiscais recebidas pela Portugal Telecom relativas aos anos 2005 a 2009 relativamente a questões fiscais levantadas que se prendem essencialmente com a dedutibilidade de certos custos financeiros incorridos nesses anos e com uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma subsidiária, conforme explicado na Nota 49. De acordo com a legislação fiscal portuguesa, a Empresa apresentou estas garantias e submeteu um pedido de recurso, podendo desta forma continuar a contestar a liquidação numa instância superior e evitar o pagamento antecipado das respetivas liquidações fiscais. Em Portugal, estas duas condições devem ser cumpridas antes mesmo de o processo continuar, independentemente do montante da liquidação fiscal e da probabilidade de sucesso do recurso apresentado.

(iii) Estas garantias bancárias foram apresentadas pela Portugal Telecom ao Banco Europeu do Investimento no âmbito dos empréstimos obtidos junto deste banco (Nota 38.3).

(iv) As garantias bancárias solicitadas pela TMN incluem essencialmente a garantia bancária apresentada à Anacom no montante de 30 milhões de euros relacionada com o total das prestações devidas no âmbito da aquisição da licença de LTE concluída em dezembro de 2011.

(v) As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas essencialmente às seguintes entidades: (1) Autarquias e Câmaras Municipais, as quais estão relacio*nadas* essencialmente com o pagamento de taxas e outros *fees* em relação a processos referentes às taxas de ocupação da via pública; e (2) Anacom, as quais estão relacionadas essencialmente com o concurso público para a atribuição do direito de utilização nacional das frequências para o de serviço de televisão.

Adicionalmente, alguns empréstimos obtidos pelo Grupo Oi junto do BNDES estão garantidos por contas a receber ou por garantias apresentadas pela Oi,S.A. às suas subsidiárias.

## **47.** Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

### (a) Fluxos das atividades operacionais

Na sequência da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, os fluxos de caixa dessas empresas foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, enquanto em 2012 estes fluxos de caixa foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de janeiro, o que explica o aumento nos recebimentos de clientes, nos pagamentos a fornecedores e a empregados, e nos pagamentos de impostos indiretos.

### (b) Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento

Os pagamentos relacionados com impostos sobre o rendimento ascenderam a 156 milhões de euros e 165 milhões de euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, uma redução de 9 milhões de euros, refletindo essencialmente: (1) impostos retidos na fonte pagos pela Bratel Brasil e pela PT Móveis no primeiro trimestre de 2011, em resultado dos juros obtidos nas aplicações financeiras realizadas com os fundos recebidos pela alienação da Vivo; e (2) menores pagamentos nas operações em Portugal, refletindo essencialmente um recebimento no primeiro trimestre de 2012 relativo a um benefício fiscal; efeitos que mais do que compensaram (3) uma maior contribuição da Oi e da Contax refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (24 milhões de euros).

### (c) Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros

Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indiretos" (Nota 13), e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal e ICMS no Brasil. O aumento nesta rubrica de 336 milhões de euros reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (434 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

### (d) Aplicações financeiras de curto prazo

Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrente de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 140.048.426 euros em 2012, em comparação com 204.168.957 euros em 2011.

### (e) Recebimentos provenientes da alienação de investimentos financeiros

Em 2011, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros (Nota 33) recebido no âmbito da alienação do investimento na UOL.

### (f) Recebimentos provenientes da alienação de ativos tangíveis e intangíveis

Em 2012, esta rubrica inclui essencialmente os recebimentos obtidos pelo Grupo Oi com a alienação de imóveis e torres de telecomunicações móveis nos montantes totais de aproximadamente 30 milhões de euros (Nota 32) e 50 milhões de euros (Nota 37.5), respetivamente.

### (g) Recebimentos (pagamentos) provenientes de juros e proveitos similares

Os pagamentos respeitantes a juros e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares ascenderam a 535.056.755 euros e 308.144.601 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 e com os juros recebidos durante o primeiro trimestre de 2011 nas aplicações financeiras constituídas com os fundos provenientes da alienação do investimento da Vivo.

### (h) Dividendos recebidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os recebimentos provenientes de dividendos foram como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Unitel | 49.859.012 | 125.865.835 |
| CTM | 24.503.286 | 19.924.726 |
| Outras | 1.917.519 | 1.418.552 |
| | **76.279.817** | **147.209.113** |

### (i) Recebimentos provenientes de outras atividades de investimento

Em 2011, esta rubrica inclui essencialmente o reembolso no terceiro trimestre de 2011 dos empréstimos que haviam sido concedidos à Dedic antes da sua integração na Contax, no montante de 39 milhões de euros.

### (j) Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Esta rubrica respeita essencialmente à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011 e à aquisição de 100% do grupo Allus Global BPO Center (Business Process Outsourcing) pela Contax concluída em abril de 2011. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os pagamentos relativos à aquisição de investimentos financeiros foram como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax (Nota 2.b) | | |
| Preço de aquisição | - | 3.727.568.622 |
| Caixa e equivalentes na data de aquisição | - | (1.503.868.462) |
| Aquisição dos investimentos na Allus (Nota 2.b) | | |
| Preço de aquisição | - | 43.744.918 |
| Caixa e equivalentes na data de aquisição | - | (1.891.216) |
| Outras (i) | 5.176.694 | 114.183 |
| | **5.176.694** | **2.265.668.045** |

(i) Em 2012, esta rubrica inclui 4 milhões de euros (Nota 21) relacionados com a aquisição de determinados interesses não-controladores do Grupo Oi, tal como mencionado no Anexo II.

No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax, a Portugal Telecom pagou impostos relativos à transferência de fundos para o Brasil e pagou ainda *fees* de aconselhamento jurídico e de outra natureza relacionados com a conclusão da transação, pagamentos estes que foram incluídos na rubrica "Pagamentos relativos a outras atividades de investimento".

### (k) Pagamentos respeitantes à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis

O aumento de 293 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (146 milhões de euros), (2) o pagamento à Anacom em janeiro de 2012 da primeira prestação no âmbito da licença 4G/LTE adquirida pela TMN em dezembro de 2011 (83 milhões de euros), e (3) um aumento nos pagamentos efetuados pelas operações em Portugal relativos à aquisição de ativos tangíveis.

### (l) Recebimentos de atividades de investimento respeitantes a operações descontinuadas

Esta rubrica corresponde à terceira e ultima prestação recebida da Telefónica no montante de 2.000 milhões de euros, no âmbito da venda da participação de 50% na Brasilcel, concluída em setembro de 2010.

### (m) Empréstimos obtidos e reembolsados

Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 913.230.404 euros, conforme explicado na Nota 38, e incluem essencialmente: (1) o reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005; (2) o pagamento da última prestação ao Estado português no âmbito da transferência das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões, no montante de 454 milhões; (3) a redução de 378 milhões de euros nos montantes em dívida no âmbito de programas de papel comercial; (4) o reembolso de *debêntures* no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (153 milhões de euros consolidados proporcionalmente); (5) o pagamento de 21 milhões de euros relacionado com os contratos de *equity swaps* sobre ações próprias; e (6) reembolsos de diversos outros

financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas obrigações de 400 milhões de euros e 750 milhões de euros emitidas pela Portugal Telecom e pela PT Finance em julho e outubro de 2012, respetivamente, e por *senior notes* (1.500 milhões de dólares) e *debêntures* (2.000 milhões de Reais Brasileiros) emitidos pela Oi, S.A. no montante total de 484 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.455.229.558 euros, e incluem essencialmente: (1) o *Eurobond* de 600 milhões de euros emitido em janeiro de 2011; (2) o aumento do nível de utilização dos programas de papel comercial em 466 milhões de euros; (3) o montante de 750 milhões de euros utilizado no âmbito da nova credity facility assegurada em março de 2011; e (4) *debêntures* emitidas pela Brasil Telecom e pela TNL durante o período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011, no montante total de 6.450 milhões de Reais Brasileiros, o equivalente a 710 milhões de euros consolidados proporcionalmente. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) reembolsos efetuados pela TNL, durante o período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011, de financiamentos que estavam em dívida em 31 de março de 2011, no montante total de 3.500 milhões de Reais Brasileiros, o equivalente a 385 milhões de euros consolidados proporcionalmente; (2) o reembolso de 450 milhões de euros (Nota 38.8) relativo ao montante em dívida ao Estado Português no âmbito da transferência das responsabilidades não financiadas com pensões; e (3) um pagamento de 84 milhões de euros referente a contratos de equity swap sobre ações próprias (Nota 38.4).

### (n) Dividendos pagos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos dividendos pagos é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Portugal Telecom (Nota 22) | 556.737.307 | 1.117.987.321 |
| Oi e Contax (i) | 51.327.183 | 41.996.344 |
| Cabo Verde Telecom | 12.532.352 | 14.132.586 |
| MTC | 10.759.068 | 20.917.104 |
| Timor Telecom | 8.551.293 | 7.655.850 |
| Outras | 2.964.332 | 3.366.258 |
| | **642.871.535** | **1.206.055.463** |

(i) Os dividendos pagos pela Oi e pela Contax incluídos nesta rubrica correspondem à diferença entre a consolidação proporcional dos dividendos pagos por estas entidades e a consolidação dos montantes recebidos pelos seus acionistas controladores, nomeadamente a Telemar Participações, AG Telecom Participações, LF-Tel , Bratel Brasil e PT Brasil.

### (o) Pagamentos respeitantes a aquisição de ações próprias

Esta rubrica corresponde aos montantes totais pagos pela Oi durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011 pela aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da pareceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi (Nota 1). Em 2012, a Oi adquiriu um total de 25,1 milhões de ações da Portugal Telecom por um montante total de 100 milhões de euros, dos quais 23.198.433 euros (Nota 44.2) foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom como aquisição de ações próprias. No período de nove meses decorrido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011, a Oi adquiriu um total de 35,9 milhões de ações da Portugal Telecom por um montante total de 346 milhões de euros, dos quais 86.819.821 euros (Nota 44.2) foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom como aquisição de ações próprias.

### (p) Pagamentos respeitantes a outras atividades de financiamento

Esta rubrica inclui essencialmente (1) pagamentos respeitantes à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi (9 milhões de euros e 46 milhões de euros em 2012 e 2011, respetivamente), (2) pagamentos a acionistas não controladores da Africatel relativos a reduções de capital realizadas por esta empresa (13 milhões de euros e 6 milhões de euros em 2012 e 2011, respetivamente), e (3) um montante total de 296 milhões de euros pago pela Oi em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, incluindo 2.000 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1) pagos em relação ao exercício dos direitos de recesso e 762 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1) pagos aos anteriores acionistas não controladores da Brasil Telecom relativamente à bonificação de ações resgatáveis.

### (q) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição desta rubrica é como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Caixa | 33.415.830 | 55.375.299 |
| Depósitos à ordem | 154.324.536 | 167.295.800 |
| Depósitos a prazo | 1.752.528.636 | 3.592.915.730 |
| Outros depósitos bancários | | |
| Fundos de investimentos exclusivos detidos pelo Grupo Oi | 347.116.022 | 912.846.831 |
| Certificados de depósito bancário | 185.372.340 | 172.609.459 |
| Outros | 34.341.792 | 28.969.277 |
| | **2.507.099.156** | **4.930.012.396** |

## **48.** Partes relacionadas

### a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as transações ocorridas durante os exercícios findos nessas datas entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e entidades controladas conjuntamente são como segue:

| | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Contas a receber** | | **Contas a pagar** | | **Empréstimos concedidos** | |
| **Empresa** | **31 dez 2012** | **31 dez 2011** | **31 dez 2012** | **31 dez 2011** | **31 dez 2012** | **31 dez 2011** |
| **Oi** | 5.657.114 | 2.091.400 | - | - | - | - |
| **Outras empresas internacionais:** | | | | | | |
| Unitel (i) | 245.675.718 | 134.700.312 | 5.809.113 | 7.782.994 | - | - |
| Multitel | 7.517.277 | 6.572.238 | 323.322 | 56.493 | 936.627 | 899.967 |
| CTM | 154.198 | 267.296 | 15.743 | 126.389 | - | - |
| Outras | - | 927.814 | - | 26.760 | - | - |
| **Empresas nacionais:** | | | | | | |
| Páginas Amarelas | 4.383.690 | 4.117.229 | 6.517.948 | 11.012.396 | - | - |
| PT-ACS | 2.417.335 | 4.606.221 | 2.386.234 | 2.217.668 | - | - |
| Fundação PT | 569.949 | 263.520 | 11 | 21 | - | - |
| Sportinveste Multimédia | 103.641 | 63.327 | 643.387 | 535.574 | 32.282.861 | 32.618.668 |
| Siresp | 38.179 | 8.412 | - | - | 1.513.090 | 4.423.980 |
| Outras | 230.808 | 149.741 | 502.404 | 521.316 | 2.478.408 | 3.333.674 |
| | **266.747.909** | **153.767.510** | **16.198.162** | **22.279.611** | **37.210.986** | **41.276.289** |

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão relacionadas essencialmente com dividendos a receber no montantes de 215 milhões de euros e 122 milhões de euros, respetivamente (Nota 26).

| | | | | | | euros |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custos | | Receitas | | Juros cobrados | |
| **Empresa** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| **Oi** (i) | 2.522.765 | 2.032.352 | 120.709.992 | 79.581.553 | - | 503.185 |
| **Outras empresas internacionais:** | | | | | | |
| Unitel | 6.204.614 | 9.490.919 | 12.126.525 | 13.471.935 | - | - |
| Multitel | 289.008 | 183.277 | 2.308.074 | 1.518.082 | - | - |
| CTM | 64.517 | 90.610 | 292.401 | 271.993 | - | - |
| Outras | - | 300.613 | 1.943 | 130.008 | - | - |
| **Empresas nacionais:** | | | | | | |
| Páginas Amarelas (ii) | 26.880.377 | 36.496.709 | 2.210.809 | 2.256.988 | 1.560 | - |
| PT-ACS | 7.110.178 | 4.289.932 | 1.767.278 | 3.752.210 | - | - |
| Sportinveste Multimédia | 897.931 | 1.081.514 | 167.605 | 279.426 | 52.216 | 87.242 |
| Siresp | - | - | 14.274.932 | 15.102.300 | 107.634 | 132.210 |
| Outras | 735.207 | 5.994.031 | 4.188.132 | 3.855.932 | 62.680 | - |
| | **44.704.597** | **59.959.957** | **158.047.691** | **120.220.427** | **224.090** | **722.637** |

(i) Esta rubrica inclui essencialmente as transações entre a Oi e a Contax e corresponde aos montantes que resultam da diferença entre as percentagens de consolidação proporcional da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), diferença essa que não é eliminada no processo de consolidação. O aumento ocorrido em 2012, quando comparado com 2011, reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012, uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada principalmente com o declínio no negócio das listas telefónicas, conforme mencionado na Nota 7.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de lista telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia, no âmbito do acordo de acionistas desta empresa, com o objetivo de financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

### b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade, incluindo depósitos bancários, investimentos de curto prazo e financiamentos contratados pela Empresa com essas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e os saldos nessa data, excluindo os saldos em aberto relativos a depósitos, investimentos de curto prazo e financiamentos com os principais acionistas da Portugal Telecom, são como segue (incluindo IVA):

euros

| Empresa | Receitas e ganhos (i) | Custos e perdas (i) | Contas a receber | Contas a pagar |
|---|---|---|---|---|
| BES | 100.864.559 | 28.467.536 | 2.598.492 | 36.105 |
| Caixa Geral de Depósitos | 33.527.672 | 13.240.097 | 3.971.406 | 637.112 |
| Visabeira | 11.734.060 | 103.160.858 | 20.994.829 | 13.076.065 |
| Controlinveste | 2.670.350 | 52.691.602 | 512.548 | 10.355.585 |
| Ongoing | 857.306 | 3.895.190 | 3.164.133 | 1.078.681 |
| Barclays | 951.915 | 10.585.777 | 30.023 | - |
| BlackRock | 1.113 | 814.730 | - | - |
| UBS | 39 | 84.237 | 250 | - |
| | **150.607.014** | **212.940.027** | **31.271.681** | **25.183.548** |

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e *equity swaps*.

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 14.1), são geridos de acordo com uma política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de dezembro de 2012, a exposição total desses investimentos ao BES, Rocha dos Santos Holding e Portugal Telecom ascendia a 77 milhões de euros, 104 milhões de euros e 66 milhões de euros, respetivamente, o que compara com 43 milhões de euros, 79 milhões de euros e 56 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente.

Em 2012, o *Global Investment Opportunities* SICAV (regulado pelo CSSF Luxemburgo), detido pelo fundo de cuidados de saúde e gerido pela *Global Investment Opportunities Partners*, alienou e adquiriu a sociedades participadas pela *Ongoing Strategy Investment* participações financeiras em diversas empresas pelos montantes totais de 26 milhões de euros e 77 milhões de euros, respetivamente.

Em 2012, o fundo de cuidados de saúde subscreveu na sua percentagem de participação um aumento de capital público realizado pelo Banco Espírito Santo, no montante de 21 milhões de euros.

### c) Outros

Durante os exercícios de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 5,73 milhões de euros e 5,32 milhões de euros, respetivamente, um aumento explicado essencialmente pela alteração na composição da comissão executiva de 5 para 7 membros em abril de 2011.

Até 2010, nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos tinham direito a auferir (i) uma remuneração variável anual ("RVA") relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, com exceção da parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo ("RVMP"), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. A partir de 2011, nos termos da nova política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual deve ser paga no ano seguinte e os restantes 50% devem ser pagos 3 anos mais tarde se determinadas medidas de performance forem atingidas. A remuneração variável anual referente ao exercício de 2011 paga em 2012 aos sete administradores executivos ascendeu a 2,44 milhões euros e, em 2011, a remuneração variável anual de 2010 paga aos cinco administradores executivos ascendeu a 2,34 milhões de euros. Adicionalmente, no exercício de 2012, nos termos da política de remunerações estabelecida para os administradores executivos, a Portugal Telecom procedeu ao pagamento de um montante de 1,94 milhões de euros aos administradores executivos correspondente à RVMP de 2009, cujo pagamento havia sido diferido nesse ano. A Comissão de Avaliação, tendo em consideração a performance do Presidente do Conselho de Administração, no exercício das suas funções, durante o seu mandato de 3 anos findo em 2011, propôs à Comissão de Vencimentos o pagamento de um bónus, do qual 0,65 milhões de euros foram pagos em 2012 e um montante de igual valor foi diferido por um período de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2012, os pagamentos de remuneração variável que se encontravam diferidos ascendiam a 7,98 milhões de euros, os quais estão condicionados ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em vigor. A Portugal Telecom reconhece anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis.

No seguimento da recomendação de alguns acionistas na assembleia geral anual de 2011 e com base numa proposta da Comissão de Avaliação, a Comissão de Vencimentos aprovou uma remuneração variável extraordinária a pagar ao presidente do Conselho de Administração e aos cinco administradores executivos relativa à sua performance no âmbito da alienação da Vivo, concretizada em setembro de 2010, e da aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax (Nota 1). De acordo com os termos da política de remunerações de administradores, em 2011 foi pago ao presidente do Conselho de Administração e aos cinco administradores executivos 50% da remuneração variável extraordinária acima mencionada, no montante de 2,55 milhões de euros, ficando o pagamento dos restantes 50% diferido por um período de 3 anos, o qual está condicionado ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em vigor. No seguimento da transação da Vivo e com base numa recomendação do Conselho de Administração, em dezembro de 2010 a comissão executiva aprovou o pagamento à maioria dos colaboradores da Portugal Telecom de uma remuneração variável extraordinária no montante total de 14 milhões de euros.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, seis dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido em 2012 e 2011 uma compensação fixa total nos montantes de 2,39 milhões de Reais Brasileiros (0,95 milhões de euros) e 2,82 milhões de Reais Brasileiros (1,21 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento das remunerações acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom.

Nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 5,2 milhões de euros (26 dirigentes) e 5,6 milhões de euros (29 dirigentes), respetivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 2,5 milhões de euros e 3,6 milhões de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço. Em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom não tem nenhum valor em aberto com os membros do Conselho de Administração ou com o pessoal chave da gestão.

Em 31 de dezembro de 2012, um membro do Conselho de Administração e cinco dirigentes do Grupo Portugal Telecom tinham direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, cujas responsabilidades em 31 de dezembro de 2012 ascendiam a aproximadamente 3 mil euros e 82 mil euros, respetivamente.

Para informação adicional relacionada com as remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos dirigentes, remetemos os leitores para o Relatório do Governo da Sociedade incluído no Relatório Anual.

# 49. Processos judiciais em curso

## 49.1 Processos legais e contingências fiscais consolidadas

### (a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existem diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, para os quais o risco de perda foi classificado como provável, de acordo com a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos internos e externos, o Grupo registou provisões (Nota 42) para estes processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais para fazer face à saída provável de recursos, como segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Responsabilidade cível | 422.963.377 | 497.475.067 |
| Responsabilidade laboral | 186.174.481 | 252.874.349 |
| Outras responsabilidades | 4.752.468 | 4.274.712 |
| **Sub-total** | **613.890.326** | **754.624.128** |
| Impostos | 158.305.066 | 168.405.737 |
| **Total** | **772.195.392** | **923.029.865** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total das provisões inclui o efeito da consolidação proporcional de entidades controladas conjuntamente, nos montantes de 681 milhões de euros e 839 milhões de euros (Nota 49.3), respetivamente. Excluindo este efeito, as provisões ascenderam a 91 milhões de euros e 84 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Nota 49.2), respetivamente.

Em 2012, a redução no total das provisões consolidadas é essencialmente explicada por uma redução na Oi, refletindo o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro e, numa base de moeda constante, uma redução nas provisões para processos laborais e cíveis, tal como explicado em detalhe na Nota 49.3.

### (b) Processos com perda possível

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existem diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo para os quais o risco de um desembolso futuro de caixa foi considerado como possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

| | | euros |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| Responsabilidade cível | 165.195.120 | 171.113.694 |
| Responsabilidade laboral | 229.668.577 | 225.221.108 |
| Outras responsabilidades | 25.201.237 | 18.492.008 |
| **Sub-total** | **420.064.934** | **414.826.810** |
| Impostos | 1.694.325.712 | 1.964.042.026 |
| **Total** | **2.114.390.646** | **2.378.868.836** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total dos processos judiciais e contingências fiscais cujo risco de perda foi classificado como possível inclui o efeito da consolidação proporcional de entidades controladas conjuntamente nos montantes de 1.969 milhões de euros e 2.267 milhões de euros (Nota 49.3), respetivamente. Excluindo este efeito, esses processos judiciais e contingências fiscais ascenderam a 146 milhões de euros e 112 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Nota 49.2), respetivamente.

Em 2012, a redução no total dos processos judiciais e contingências fiscais cujo risco de perda foi classificado como possível é essencialmente explicada pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro e, numa base de moeda constante, pela redução nos processos fiscais da Oi.

## 49.2 Processos judiciais e contingências fiscais contra empresas subsidiárias em Portugal e algumas operações internacionais

Excluindo a Oi e a Contax, os processos judiciais e as contingências fiscais para os quais o risco de perda foi considerado como provável e como possível, os quais respeitam fundamentalmente às operações em Portugal, ascendiam a 91 milhões de euros e 146 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente, o que compara com 84 milhões de euros e 112 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente (Nota 49.1). Os seguintes processos judiciais em curso relatam as principais queixas, ações legais e contingências fiscais contra algumas empresas subsidiárias sedeadas em Portugal, alguns dos quais a Empresa considera que, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos e de acordo com a IAS 37, o risco de perda associado aos mesmos é remoto, motivo pelo qual, os respetivos valores em causa não estão incluídos nos montantes acima divulgados embora estejam descritos abaixo, em virtude da sua materialidade.

### a) Ações relacionadas com a taxa municipal de direitos de passagem

No seguimento da legislação de 1 de agosto de 1997, como operador da rede básica de telecomunicações, a Portugal Telecom ficou isenta da obrigação do pagamento de taxas municipais, direitos de passagem e outras taxas relacionadas com a rede e com as obrigações inerentes à Concessão. Adicionalmente, no passado, o Estado Português informou a Portugal Telecom de que esta legislação confirmou a isenção de pagamento de taxas estabelecida no contrato de Concessão, e de que continuará a tomar as ações necessárias para que a Portugal Telecom mantenha os benefícios económicos previstos no Contrato de Concessão.

A Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, estabeleceu um novo regime para o direito de passagem em Portugal, no qual cada município pode aplicar uma taxa de 0,25% sobre a faturação de cada cliente que possua uma assinatura de rede no município. Este regime foi implementado em 2005, não sendo aplicado retroativamente, não tendo impacto sobre os processos indicados anteriormente. Entretanto, o Decreto-Lei 123/2009, de 21 de maio, clarificou que nenhuma outra taxa deveria ser cobrada pelos municípios, além do regime estabelecido pela Lei 5/2004. Esta interpretação foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo de Portugal em diversas ações judiciais.

Não obstante, alguns municípios continuam ainda a defender que a Lei 5/2004 não derrogou outras taxas que os municípios queiram estabelecer, uma vez que a Lei 5/2004 não é aplicável ao domínio público municipal. Atualmente existem ações interpostas por alguns municípios sobre esta matéria.

### b) Processos regulatórios

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspeções, essencialmente pela ANACOM (regulador de telecomunicações), pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis. Atualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à PT Comunicações e à TMN por alegadas práticas anti-concorrenciais nos mercados da Televisão Digital Terrestre e da rede de telecomunicações móvel, respetivamente. A Portugal Telecom considera que as empresas do Grupo seguiram consistentemente uma política de cumprimento da legislação em vigor. A Portugal Telecom revê continuamente as suas ofertas comerciais de forma a reduzir o risco de incumprimento da legislação da concorrência. No entanto, se empresas do Grupo PT forem consideradas como estando em violação da legislação aplicável no âmbito destas ou de outras investigações, elas poderão vir a estar sujeitas a penalidades, multas ou outras sanções. Com base na legislação nacional, é, no entanto, permitida a interposição de recurso judicial relativamente a qualquer decisão adversa nestas matérias.

Em abril de 2007, a Autoridade da Concorrência acusou a PT Comunicações de abuso de posição dominante por alegada atribuição de descontos discriminatórios no mercado de circuitos alugados. Em resposta a esta acusação, a PT Comunicações contestou as alegações da Autoridade da Concorrência nesta matéria. Contudo, em 1 de setembro de 2008, a Autoridade da Concorrência impôs uma coima de 2,1 milhões de euros à PT Comunicações. Em 29 de setembro de 2008, a PT Comunicações recorreu para o Tribunal do Comércio de Lisboa e, em 29 de fevereiro de 2012, o Tribunal do Comércio de Lisboa absolveu a PT Comunicações da multa imposta pela Autoridade da Concorrência. A Portugal Telecom, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos, não tinha registado qualquer provisão para fazer face a esta situação.

Em 19 de janeiro de 2011, a Comissão Europeia iniciou uma investigação a um acordo celebrado entre a Telefónica e a Portugal Telecom com o alegado intuito de não concorrerem no mercado Ibérico de telecomunicações. Em outubro de 2011, a Portugal Telecom foi notificada de uma Declaração de Objeções da Comissão Europeia destinada à Portugal Telecom e à Telefónica sobre esta matéria, que apenas cobria a alegada cooperação entre as duas empresas posteriormente à transação da Vivo. Em resposta à Declaração de Objeções, a Portugal Telecom contestou a alegação da Comissão Europeia. Em janeiro de 2013, a Comissão Europeia adotou uma decisão de condenar a Empresa, conjuntamente com a Telefónica, S.A., por alegada violação do artigo 101 do TFEU, traduzida num suposto compromisso de não concorrência com incidência no mercado ibérico incluído no acordo de 28 de julho de 2010 relativo à aquisição pela Telefónica da participação da Portugal Telecom na operadora brasileira Vivo. À Portugal Telecom foi aplicada uma coima de 12.290.000 euros. A Portugal Telecom considera a sanção tornada pública injustificada e inadequada a qualquer eventual desvalor da sua conduta pelo que irá interpor recurso e não constituiu qualquer provisão para esta situação.

### c) Outros processos legais

Em março de 2004, a TV TEL Grande Porto – Comunicações, S.A. ("TV TEL"), uma empresa de telecomunicações sedeada no Porto, instaurou uma ação contra a PT Comunicações no Tribunal Judicial de Lisboa, alegando que a PT Comunicações, desde 2001, restringiu e/ou recusou de forma ilegal o acesso às suas condutas de telecomunicações no Porto, atrasando a instalação e o desenvolvimento da rede de telecomunicações da TV TEL. A TV TEL alega que a PT Comunicações tinha a intenção de se autofavorecer e de favorecer a CATVP-TV Cabo Portugal, S.A., uma empresa subsidiária da PT Multimédia e concorrente direto da TV TEL. A TV TEL reclama da Portugal Telecom o montante aproximado de 15 milhões de euros por danos e perdas alegadamente causadas, em resultado do atraso na instalação da sua rede de telecomunicações no Porto. Adicionalmente, a TV TEL solicitou que a PT Comunicações fosse obrigada a garantir acesso total às suas condutas no Porto. A PT Comunicações contestou a referida ação em junho de 2004, defendendo que: (1) a TV TEL não possui um direito de livre acesso à sua rede de condutas; (2) todos os pedidos da TV TEL foram legal e tempestivamente respondidos pela PT Comunicações de acordo com a sua política geral de gestão e acesso às suas infraestruturas; e (3) as perdas e danos invocados pela TV TEL não foram factualmente sustentados. O julgamento foi concluído em 2011 e as partes aguardam pela decisão judicial.

Em março de 2011, a Optimus - Comunicações S.A. ("Optimus") instaurou um processo contra a Portugal Telecom no Tribunal Judicial de Lisboa para o pagamento de aproximadamente 11 milhões de euros e, em outubro de 2011, a Onitelecom – Infocomunicações, S.A ("Oni") instaurou uma reclamação contra a Portugal Telecom no mesmo tribunal para o pagamento de aproximadamente 1,5 milhões de euros, ambos relacionados com o processo da Autoridade da Concorrência que terminou em 2011 por efeitos de prescrição, em relação ao qual a Autoridade da Concorrência tinha aplicado uma multa à Portugal Telecom no montante aproximado de 45 milhões de euros. A Optimus e a Oni sustentam a sua posição argumentado que sofreram perdas e danos em resultado da conduta da Portugal Telecom. No caso da ação da Optimus, a Empresa aguarda o agendamento do julgamento, enquanto em relação à ação da Oni, a Portugal Telecom foi absolvida por motivos de prescrição.

### d) Contingências fiscais

Existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo sedeadas em Portugal, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de certos encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2010 (169 milhões de euros) e com a dedutibilidade de uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (63 milhões de euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a parte destas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais para os anos de 2005 a 2009 no montante total de 316 milhões de euros (Nota 46). Em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom discorda fortemente destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais, pelo que não classifica estas contingências fiscais como prováveis ou possíveis.

## 49.3 Processos judiciais e contingências fiscais contra a Oi, Contax e os seus acionistas controladores

### (a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a natureza e o detalhe dos principais processos contra o Grupo Oi, a Contax e os seus acionistas controladores para os quais o risco de perda foi considerado como provável, e que como tal estão integralmente provisionados, são como segue:

milhões

| | | 31 dez 2012 | | 31 dez 2011 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Euros (proporcional) | Reais Brasileiros (100%) | Euros (proporcional) | Reais Brasileiros (100%) |
| **Cíveis** | **(i)** | | | | |
| Lei societária | (a) | 221,2 | 2.334,0 | 249,2 | 2.350,1 |
| Estimativas e multas ANATEL | (b) | 93,6 | 987,3 | 99,8 | 941,0 |
| Outras | | 94,8 | 999,2 | 135,0 | 1.271,7 |
| **Sub-total** | | **409,6** | **4.320,5** | **484,0** | **4.562,8** |
| **Laborais** | **(ii)** | | | | |
| Horas extra | (a) | 60,2 | 635,0 | 78,0 | 736,0 |
| Diferenças salariais e efeitos relacionados | (b) | 7,9 | 83,5 | 25,8 | 243,4 |
| Condições de trabalho perigosas | (c) | 16,4 | 172,9 | 24,0 | 226,3 |
| Indemnizações | (d) | 20,3 | 214,7 | 23,5 | 221,2 |
| Estabilidade e reintegração | (e) | 17,1 | 180,7 | 16,1 | 151,8 |
| Complementos adicionais de reforma | (f) | 9,3 | 98,1 | 8,1 | 76,4 |
| Honorários de advogados e peritos | (g) | 4,0 | 42,1 | 6,3 | 59,0 |
| Rescisões contratuais | (h) | 3,8 | 39,6 | 4,7 | 44,6 |
| Outras | (i) | 43,8 | 394,4 | 61,9 | 522,4 |
| **Sub-total** | | **182,8** | **1.861,0** | **248,3** | **2.281,0** |
| **Fiscais** | **(iii)** | | | | |
| ICMS (Imposto sobre o Valor Acrescentado) | (a) | 42,5 | 448,1 | 64,1 | 604,9 |
| FUNTEL | (b) | 13,5 | 142,6 | 12,8 | 120,6 |
| Outras | | 32,9 | 287,8 | 29,9 | 236,3 |
| **Sub-total** | | **88,9** | **878,5** | **106,9** | **961,8** |
| **Total (Nota 49.1)** | | **681,2** | **7.060,0** | **839,2** | **7.805,6** |

### (i) Contingências cíveis

#### (a) Lei Societária

Como sucessora da CRT (Companhia Rio Grandense de Telecomunicações), empresa adquirida em julho de 2000, a Oi está sujeita a várias ações cíveis interpostas contra essa entidade, nomeadamente diversas ações movidas por assinantes de linhas telefónicas no Estado do Rio Grande do Sul. A CRT assinou contratos de participação com seus assinantes de telefonia fixa, no âmbito dos quais os assinantes de telefonia fixa tinham direito a receber ações da CRT, sendo o número de ações emitidas para cada assinante determinado com base numa fórmula que dividia o custo da assinatura de telefonia fixa pelo valor contabilístico das ações da CRT. No princípio de junho de 1997, alguns assinantes de linha fixa da CRT moveram ações contra a empresa alegando que o cálculo usado para determinar o número de ações a que tinham direito de acordo com os contratos de participação estava incorreto e resultava num número menor de ações para cada assinante.

Adicionalmente, como sucessora das empresas Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A. ("Telems"), Telecomunicações de Goiás S.A. ("Telegoiás") e Telecomunicações do Mato Grosso S.A. ("Telemat"), operadoras adquiridas pela Brasil Telecom na privatização da Telebrás e que foram, subsequentemente, incorporadas na Brasil Telecom, a Oi, S.A. (antiga Bratel Telecom) está sujeita a diversas ações cíveis com relação a programas de telefone (*Programas Telefônicos Comunitários*) estabelecidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

A Brasil Telecom, com base em decisões proferidas nos tribunais de justiça em 2009, considera o risco de perda associado a estes processos como provável. Atualmente, as provisões para fazer face a estes processos são constituídas considerando (i) a existência de várias teses jurídicas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

No final de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme notícia divulgada no seu *site*, fixou critérios de indemnização a serem adotados pela Oi, S.A., em benefício dos acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indemnização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve ser calculada da seguinte forma: (i) definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respetiva integralização; (ii) após apurada a referida quantidade, passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor da sua cotação na Bolsa de Valores vigente no dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou alienã-las; e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária, a partir do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. No caso de existir sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Em 31 de dezembro de 2012, a Oi registou provisões no montante de 2.334 milhões de Reais Brasileiros para fazer face aquelas ações em que o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.350 Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011.

**(b) Estimativas e multas ANATEL**

A Oi recebe diversas notificações da ANATEL, relativas essencialmente ao não cumprimento de metas ou requisitos estabelecidos no Plano Geral ou Serviço Universal, ou no Plano Geral de Metas de Qualidade, tais como responder a reclamações relacionadas com erros de cobrança, pedidos por serviços de reparação em prazos determinados e pedidos de locais com acesso coletivo ou individual. Em 31 de dezembro de 2012, a Oi registou uma provisão de 987 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 941 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011.

### (ii) Processos laborais

Os seguintes processos laborais relatam as principais queixas contra a Oi originadas pelo desempenho da sua atividade:

**(a)** **Horas extraordinárias** – Ações judiciais referentes a pedidos de recebimento de horas extraordinárias, em virtude do número de horas trabalhadas ser alegadamente superior ao horário normal de trabalho.

**(b)** **Diferenças salariais e efeitos relacionados** – Ações judiciais movidas por funcionários que alegam terem recebido uma remuneração inferior a colegas de trabalho em situação semelhante, associada a outros requisitos na legislação brasileira.

**(c)** **Condições de trabalho perigosas** – Refletem, essencialmente, o resultado esperado desfavorável no que respeita a um pagamento adicional aos empregados que trabalham em condições classificadas como perigosas, principalmente próximo de instalações de alta voltagem.

**(d)** **Indemnizações** – Correspondem a pedidos de reembolso ou compensação por danos sofridos enquanto trabalhador da empresa, por várias razões, tais como: acidentes de trabalho, estabilidade temporária, danos morais, devolução de descontos em folhas de pagamento, subsídios de creche e bónus de produtividade previstos no acordo coletivo de trabalho.

**(e)** **Estabilidade/Reintegração** – Reclamação devido ao alegado incumprimento da condição especial do empregado, a qual proíbe a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

**(f)** **Complemento de reforma adicional** - Reclamações referentes a diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas inicialmente no cálculo do valor da pensão.

**(g)** **Honorários de advogados e peritos** – Montantes devidos a advogados e peritos nomeados pelo tribunal, quando a prova pericial é necessária durante a fase de averiguação dos processos.

**(h)** **Rescisões contratuais** – Valores devidos por reclamações decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS, entre outros valores que deveriam entrar em conta no cálculo do valor a indemnizar.

**(i)** **Outras contingências laborais** - Incluem essencialmente reclamações de ex-empregados de empresas subcontratadas por responsabilidade subsidiária da Oi, reclamações relativas a diferenças devidas quanto ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do reclamante, e ainda multas fiscais decorrentes de atrasos ou não pagamento de determinadas verbas previstas no contrato de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total estimado das contingências laborais contra a Oi e a Contax relativamente a processos cujo risco de perda foi considerado como provável ascendia a 1.861 milhões de Reais Brasileiros, em comparação com 2.281 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011.

### (iii) Contingências fiscais

**(a) ICMS (Imposto de valor acrescentado)**

De acordo com os regulamentos do ICMS em vigor nos diversos estados brasileiros, as empresas de telecomunicações são obrigadas a pagar ICMS sobre cada operação que envolve a venda de serviços de telecomunicações por elas fornecido. Essas mesmas regras permitem registar créditos de ICMS por cada uma das compras de ativos operacionais. As regras do ICMS permitirão deduzir esses créditos que se registam pela compra de ativos operacionais no pagamento do ICMS pela venda de serviços.

A Oi recebeu diversos autos de infração questionando o valor dos créditos fiscais que regista para compensar os valores devidos de ICMS. A maioria desses autos de infração baseia-se em duas questões principais: (1) se o ICMS de serviços sujeitos a ISS é devido; e (2) se alguns dos ativos adquiridos estão relacionados com os serviços de telecomunicações fornecidos e, portanto, com direito a crédito para compensar valores de ICMS. Uma pequena parcela desses autos de infração, cujos riscos de perda são considerados prováveis, questionam: (1) se certas receitas estão sujeitas a ICMS ou ISS; (2) a compensação e uso de créditos fiscais na compra de bens e outros materiais, incluindo aqueles necessários para manter a rede; e (3) o não cumprimento com determinadas obrigações acessórias (de natureza não monetária).

Em 31 de dezembro de 2012, a Oi registou provisões no montante de 448 milhões de Reais Brasileiros, as quais se destinam a fazer face a estas responsabilidades para as quais o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 605 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011.

**(b) FUNTTEL**

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) é um fundo criado para financiar a pesquisa em tecnologia de telecomunicações, para o qual a Oi tem que efetuar contribuições. Devido a uma alteração imposta pela ANATEL na base de cálculo das respetivas contribuições para o FUNTTEL, foi efetuado um questionamento pela Oi quanto à sua legalidade, tendo sido registada uma provisão para uma eventual contribuição adicional para este fundo. Em 31 de dezembro de 2012, a Oi registou uma provisão no montante de 143 milhões de Reais Brasileiros para fazer face às contribuições adicionais para o FUNTTEL, em comparação com 121 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011.

### (b) Processos com perda possível

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe e a natureza dos processos judiciais e das contingências fiscais da Oi e da Contax para os quais o risco de perda foi considerado como possível são como segue:

milhões

| | 31 dez 2012 | | 31 dez 2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Euros (proporcional) | Reais Brasileiros (100%) | Euros (proporcional) | Reais Brasileiros (100%) |
| **Contingências** | | | | |
| Civis | 409,6 | 4.320,5 | 484,0 | 4.562,8 |
| Laborais | 182,8 | 1.861,0 | 248,3 | 2.281,0 |
| Fiscais | 88,9 | 878,5 | 106,9 | 961,8 |
| **Sub-total** | **681,2** | **7.060,0** | **839,2** | **7.805,6** |
| Outras | 0,1 | 0,8 | 0,3 | 1,9 |
| **Total** | **681,3** | **7.060,8** | **839,5** | **7.807,5** |

#### (i) Contingências cíveis

Referem-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. O montante total incluído na tabela acima relativamente às contingências cíveis baseia-se exclusivamente nos montantes pedidos pelos autores, os quais são normalmente superiores à realidade do processo.

#### (ii) Contingências laborais

Estas contingências incluem essencialmente reclamações relativas a diferenças salariais, horas extra, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, a natureza dos quais se encontra descrita acima.

#### (iii) Contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2012, as contingências fiscais estimadas contra a Oi e a Contax relativamente aos processos cujo risco de perda foi considerado como possível ascendiam a 17.412 milhões de Reais Brasileiros, em comparação com 18.279 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011. A legislação fiscal societária no Brasil é extremamente complexa, estando a Oi e a Contax envolvidas atualmente em diversos processos fiscais relativamente a determinados impostos que as empresas entendem ser inconstitucionais, tendo sido apresentadas reclamações para evitar o respetivo pagamento. Estas contingências estão relacionadas essencialmente com o seguinte.

**(a)** **Imposto sobre o Valor Acrescentado ("ICMS")** - Autuações fiscais nos montantes de aproximadamente 5.755 milhões de Reais Brasileiros e 5.646 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, das quais se destacam (1) a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas em sede da ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e (2) o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

**(b)** **Impostos Municipais** - Autuações referentes a impostos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas relativas a aluguer de equipamentos, serviços de despertador, entre outros serviços de comunicação. Os montantes totais envolvidos são de aproximadamente 1.787 milhões de Reais Brasileiros e 2.487 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, os quais não estão provisionados por se entender, com base nas informações dos advogados responsáveis, que o risco de perda é possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do

ISS ou já são tributadas em sede de ICMS. Adicionalmente, fortalecendo os argumentos da defesa, o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre a locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados respeita a esta modalidade de receita.

**(c)** **INSS** - Processos nos montantes de aproximadamente 957 milhões de Reais Brasileiros e 1.590 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, relacionados, principalmente, com responsabilidade subsidiária, percentagem aplicável do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária.

**(d)** **Impostos federais** - As autuações de impostos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos impostos, nos montantes de aproximadamente 8.761 milhões de Reais Brasileiros e 6.085 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente.

## 50. Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2013, tal como mencionado nas Notas 1 e 32, a Portugal Telecom celebrou um acordo para a alienação à CITIC Telecom da participação de 28% detida pelo Grupo PT no capital da empresa associada CTM, por um montante total de 411,6 milhões de dólares, sujeito a determinados ajustamentos. A conclusão desta transação encontra-se sujeita à satisfação de um conjunto de condições precedentes.

Em 23 de janeiro de 2013, a Portugal Telecom tomou conhecimento da decisão da Comissão Europeia em condenar a Portugal Telecom, conjuntamente com a Telefónica, pelo suposto compromisso de não concorrência com incidência no mercado ibérico incluído no acordo de 28 de julho de 2010 relativo à aquisição pela Telefónica da participação da Portugal Telecom na operadora brasileira Vivo, tendo sido aplicada à Portugal Telecom uma coima de 12.290.000 euros. A Portugal Telecom considera a sanção tornada pública injustificada e inadequada, motivo pelo qual irá interpor recurso e não constituiu qualquer provisão para o efeito

# ANEXOS

## I Empresas subsidiárias

## II Empresas controladas conjuntamente

## III Empresas associadas

# I. Empresas subsidiárias

## Subsidiárias localizadas em Portugal:

| | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Dez 12 Efetiva** | **Dez 11 Efetiva** |
| Portugal Telecom (Empresa-mãe) | Nota 1 | Lisboa | Empresa-mãe | | | |
| Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda. (" Directel" ) | | Lisboa | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais. | Africatel (100%) | 75,00% | 75,00% |
| Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda | | Lisboa | Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet. | PT Comunicações (90%) | 90,00% | 90,00% |
| Openideia - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. | | Aveiro | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação. | PT Inovação (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Data Centre, SA | (a) | Covilhã | Prestação de serviços e fornecimento de produtos na área de sistemas e tecnologias de informação, incluíndo processamento de dados, domiciliação de informação e aspectos relacionados. | PT Portugal (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Inovação, SA (" PT Inovação" ) | | Aveiro | Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações. | PT Portugal (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão de Infra-estrutura de comunicações ACE | | Lisboa | Prestação de serviços postais. | PT Comunicações (51%) | 51,00% | 51,00% |
| Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA | | Lisboa | Gestão de fundos de pensões. | Portugal Telecom (82,05%) | 82,05% | 82,05% |
| PT Centro Corporativo, SA | | Lisboa | Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA | | Lisboa | Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Comunicações, SA | | Lisboa | Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão. | PT Portugal (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact") | | Lisboa | Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica. | PT Portugal (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Imobiliária, SA | | Lisboa | Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Investimentos Internacionais, SA (" PT II" ) | | Lisboa | Serviços de consultoria de negócio e gestão de negócios. Elaboração de projectos e estudos económicos e gestão de investimentos. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Móveis, SGPS, SA (" PT Móveis" ) | | Lisboa | Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis. | TMN (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Participações, SGPS, SA | | Lisboa | Gestão de participações sociais | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Portugal, SGPS, SA | | Lisboa | Gestão de participações sociais | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA (" PT Prestações" ) | | Lisboa | Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA | | Lisboa | Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial. | PT Portugal (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação , SA ("PT Sales") | | Lisboa | Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação. | PT Portugal (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Ventures, SGPS, SA | | Madeira | Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos Internacionais. | Africatel (100%) | 75,00% | 75,00% |
| PT-Sistemas de Informação, SA (" PT SI" ) | | Oeiras | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação. | PT Portugal (99,8%); PT Comunicações (0,1%); TMN (0,1%) | 100,00% | 100,00% |
| TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA | | Lisboa | Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | 100,00% |
| TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, SA (" TPT" ) | | Lisboa | Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação em Timor. | PT Participações (76,14%) | 76,14% | 76,14% |
| Use.it® - Virott e Associados, Lda. | (b) | Lisboa | Prestação de serviços de research, desenho, programação, sistemas de informação e de suporte. | PT SGPS (52,50%) | 52,50% | 52,50% |
| PT BlueClip | (c) | Lisboa | Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | - |

(a) Esta empresa foi constituída em 2011.

(b) Esta empresa não está atualmente a desenvolver qualquer atividade.

(c) Esta empresa foi constituída em 2012 e não está atualmente a desenvolver qualquer atividade.

## Subsidiárias localizadas no Brasil:

| | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Dez 12 | Dez 11 |
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Efetiva** | **Efetiva** |
| Bratel Brasil, SA | | São Paulo | Gestão de investimentos. | Bratel BV (98,77%); PT Brasil (1,23%) | 100,00% | 100,00% |
| Istres Holding S.A | (a) | São Paulo | Gestão de investimentos. | PT Inovação Brasil (90%); PT Brasil (10%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Brasil, S.A. | | São Paulo | Gestão de investimentos. | PT SGPS (99,99%); PT Comunicações (0,01%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. | | São Paulo | Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações. | PT Inovação (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil") | (a) | São Paulo | Gestão de participações sociais. | PT Brasil (100%) | 100,00% | 100,00% |

(a) Estas empresas não estão atualmente a desenvolver qualquer atividade.

## Subsidiárias localizadas em África:

| | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Dez 12 | Dez 11 |
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Efetiva** | **Efetiva** |
| Cabo Verde Móvel, S.A. | (a) | Praia | Exploração do serviço de telecomunicações móveis. | Cabo Verde Telecom (100%) | 30,00% | 30,00% |
| Cabo Verde Multimédia, S.A. | (a) | Praia | Exploração de serviços de multimédia. | Cabo Verde Telecom (100%) | 30,00% | 30,00% |
| Cabo Verde Telecom, SARL | (a) | Praia | Exploração de serviços de telecomunicações. | PT Ventures (40%) | 30,00% | 30,00% |
| Cellco - Ste Cellulaire du Congo SARL | (b) | Congo | Exploração de serviços de telecomunicações, no Congo. | PT II (61%) | 61,00% | 61,00% |
| Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA | | Praia | Gestão de call e de contact center. | PT Contact (100%) | 100,00% | 100,00% |
| CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SAR.L. | | São Tomé | Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe | Africatel (51%) | 38,25% | 38,25% |
| Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda. | | Praia | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde. | Directel (60%); Cabo Verde Telecom (40%) | 57,00% | 57,00% |
| Directel Uganda – Telephone Directories, Limited | (b) | Uganda | Publicação de listas telefónicas.. | Directel (100%) | 75,00% | 75,00% |
| Elta - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda. | | Luanda | Publicação de listas telefónicas.. | Directel (55%) | 41,25% | 41,25% |
| Openideia Marrocos, S.A. | | Casablanca | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação. | PT Inovação (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Openideia Angola, S.A. | | Luanda | Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação. | PT Inovação (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Kenya Postel Directories, Ltd. | | Nairobi | Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações. | Directel (60%) | 45,00% | 45,00% |
| LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda. | | Maputo | Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações. | Directel (50%) | 37,50% | 37,50% |
| Mobile Telecommunications Limited | (c) | Namíbia | Exploração do serviço móvel. | Africatel (34%) | 25,50% | 25,50% |
| TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique, S.A. | (b) | Maputo | Exploração do serviço móvel. | Portugal Telecom (98%) | 98,00% | 98,00% |
| STP Cabo, SARL | (d) | São Tomé e Principe | Gestora de cabo submarino | CST (74,5%) | 28,50% | 28,50% |

(a) A Portugal Telecom detém a maioria dos membros da comissão executiva da Cabo Verde Telecom, controlando deste modo as suas políticas financeiras e operacionais.

(b) Estas empresas não estão atualmente a desenvolver qualquer atividade.

(c) A Portugal Telecom celebrou com os restantes acionistas da MTC um acordo parassocial, que lhe atribui o poder necessário para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada.

(d) Esta empresa foi constituída em 2011 com o objetivo de gerir o cabo submarino localizado na costa africana.

## Outras subsidiárias:

| | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Dez 12 | Dez 11 |
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Efetiva** | **Efetiva** |
| Carrigans Finance S.A.R.L | (a) | Luxemburgo | Gestão de investimentos. | PT Móveis (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Bratel BV | | Amesterdão | Gestão de investimentos. | PT Móveis (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Africatel Holdings, BV | | Amesterdão | Gestão de investimentos. | Portugal Telecom (75%) | 75,00% | 75,00% |
| CVTEL, BV | | Amesterdão | Gestão de investimentos. | PT Móveis (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Direct Media Ásia, Ltd. | (a) | Hong Kong | Publicação de directórios B2B e similares em suporte de papel e/ou electrónico. | Directel (100%) | 75,00% | 75,00% |
| Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa") | (a) | Bruxelas | Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários. | Portugal Telecom (98,67%) | 98,67% | 98,67% |
| Portugal Telecom Internacional Finance B.V | | Amesterdão | Obtenção de fundos no mercado internacional. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Timor Telecom, SA | | Timor | Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor. | TPT (54,01%) | 41,12% | 41,12% |

(a) Estas empresas não estão atualmente a desenvolver qualquer atividade.

## II. Empresas consolidadas pelo método proporcional

| ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE - ACIONISTAS CONTROLADORES DA OI E CONTAX E OUTRAS ENTIDADES | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Dez 12 | Dez 11 |
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Efetiva** | **Efetiva** |
| PASA Participações, SA | | Brasil | Gestão de investimentos | Bratel Brasil, SA (35%) | 35,00% | 35,00% |
| EDSP75 Participações, SA | | Brasil | Gestão de investimentos | Bratel Brasil, SA (35%) | 35,00% | 35,00% |
| AG Telecom Participações, SA | | Brasil | Gestão de investimentos | PASA Participações, SA (100%) | 35,00% | 35,00% |
| LF Tel, SA | | Brasil | Gestão de investimentos | EDSP75 Participações, SA (100%) | 35,00% | 35,00% |
| Telemar Participações, SA | | Brasil | Gestão de investimentos | Bratel Brasil, SA (12.1%); AG Telecom Participações, SA (19.4%); LF Tel, SA (19.4%) | 25,62% | 25,62% |
| CTX Participações, SA | | Brasil | Gestão de investimentos | PT Brasil, SA (19.9%); AG Telecom Participações, SA (35%); LF Tel, SA (35%) | 44,37% | 44,37% |
| Ericsson Inovação S.A. | (a) | Brasil | Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis | Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. (49%) | 49,00% | - |

(a) Esta empresa foi constituída em 2012.

| ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE - GRUPO OI | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Dez 12 | Dez 11 |
| Empresa | Notas | Sede | Atividade | Direta | Efetiva | Efetiva |
| Oi, SA | (a) | Brasil | Concessionária dos serviços de telecomunicações no Brasil | Bratel Brasil, SA (15,6%); AG Telecom Participações, SA (4,5%); LF Tel, SA (4,5%); Telemar Participações, SA (17,7%) | 23,27% | 12,50% |
| Telemar Norte Leste S.A. | (b) | Brasil | Prestação de serviços de telecomunicações | Oi, SA (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Tele Norte Celular Participações S.A. | (c) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 25,20% |
| Tele Norte Leste Participações S.A. | (d) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 17,90% |
| TNL PCS S.A. | | Brasil | Prestação de serviços de telecomunicações móveis | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,20% |
| Paggo Empreendimentos S.A. | | Brasil | Gestão de investimentos | TNL PCS S.A. (100%) | 23,27% | 25,20% |
| Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda | | Brasil | Sistemas de pagamentos e de crédito | Paggo Empreendimentos S.A. (100%) | 23,27% | 25,20% |
| Paggo Administradora de Crédito Ltda | | Brasil | Sistemas de pagamentos e de crédito | Paggo Empreendimentos S.A. (100%) | 23,27% | 25,20% |
| Paggo Soluções e Meios de Pagamentos SA | | Brasil | Sistemas de pagamentos e de crédito | Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda | 11,63% | |
| Oi Serviços Financeiros S.A. | | Brasil | Investimentos em propriedades | Oi, SA (99,9%) | 23,24% | - |
| TNL.Net Participações S.A | (e) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 17,90% |
| TNL Trading S.A | (e) | Brasil | Importação e exportação de bens de consumo | - | - | 17,90% |
| Copart 4 Participações S.A. | | Brasil | Investimentos em propriedades | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| TNL Exchange S.A. | (e) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 17,90% |
| Coari Participações S.A. | (e) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 25,30% |
| Copart 5 Participações S.A. | | Brasil | Investimentos em propriedades | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Telemar Internet Ltda | | Brasil | Disponibilização de serviços de acesso à internet | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| SEREDE – Serviços de Rede S.A. | | Brasil | Gestão de redes | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Companhia AIX de Participações, S.A. | | Brasil | Serviços de transmissão de dados em alta velocidade | Telemar Norte Leste S.A. (50%) | 11,63% | 12,70% |
| 14 Brasil Telecom Celular S.A. | | Brasil | Prestação de serviços de telecomunicações móveis | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. | | Brasil | Serviços de transmissão de dados em alta velocidade | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| BrT Card Serviços Financeiros Ltda. | | Brasil | Prestação de serviços financeiros | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Vant Telecomunicações Ltda | (e) | Brasil | Exploração de serviços de multimédia | - | - | 12,50% |
| Brasil Telecom Call Center S.A. | | Brasil | Serviços de centrais de atendimento e telemarketing | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| BrT Serviços de Internet S.A. | | Brasil | Serviços de transmissão de dados em alta velocidade | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| IG Participações S.A. | (e) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 12,50% |
| Internet Group do Brasil S.A. | | Brasil | Disponibilização de serviços de acesso à internet | Oi, SA (32,5%); Telemar Norte Leste S.A. (13,6%) | 3,17% | 12,50% |
| Nova Tarrafa Participações Ltda | (e) | Brasil | Gestão de investimentos | - | - | 12,50% |
| Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. | | Brasil | Exploração de rede de cabos de fibra óptica | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. | | Bermuda | Exploração de rede de cabos de fibra óptica | Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Brasil Telecom of America Inc. | | Estados Unidos | Exploração de rede de cabos de fibra óptica | Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Brasil Telecom de Venezuela, SA | | Venezuela | Prestação de serviços de tráfego de dados | Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal | | Colômbia | Prestação de serviços de tráfego de dados | Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Caryopoceae Participações S/A | | Brasil | Investimentos em propriedades | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Tomboa Participações S.A | (e) | Brasil | Investimentos em propriedades | - | - | 25,30% |
| Bryophyta SP Participações S/A | | Brasil | Investimentos em propriedades | TNL PCS S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Tete Participações S/A | (e) | Brasil | Investimentos em propriedades | - | - | 25,30% |
| Carpi RJ Participações S.A | (e) | Brasil | Investimentos em propriedades | - | - | 25,30% |
| Circuito das Águas Telecom, S.A. | | Brasil | Investimentos em propriedades | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Dommo Empreendimentos Imobiliarios S.A. | | Brasil | Compra e venda de imóveis | Telemar Norte Leste S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Sumbe Participações S.A. | (e) | Brasil | Investimentos em propriedades | - | - | 12,50% |
| Rio Alto Participações S.A. | | Brasil | Investimentos em propriedades | Oi, SA (100%) | 23,27% | 12,50% |
| Oi Paraguay Comunicaciones SRL | | Paraguai | Prestação de serviços de tráfego de dados | Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. (99,9%); 14 Brasil Telecom Celular S.A. (0,1%) | 23,27% | 12,50% |
| Oi Brasil holdings Cooperatief UA | | Holanda | Sistemas de pagamentos e de crédito | Oi, SA (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Blackpool Participações ltda ("Blackpool") | (e) | Brasil | Holding | - | - | 25,30% |
| Pointer Networks S.A.("Pointer") | | Brasil | Internet Wifi | Telemar Internet Ltda (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Pointer Networks S.A. - Suc Argentina | | Argentina | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| Pointer Networks S.A. - Suc Peru | | Perú | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Wifi S.A. | | Urugaui | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Wifi Tec España | | Espanha | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX venezuela | | Venezuela | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Ukraine LLC | | Ucrânia | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX USA Inc | | Estados Unidos | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Bolivia | | Bolívia | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Wifi Canadá | | Canadá | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Chile Networks | | Chile | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Colombia | | Colômbia | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Paraguay S.A. | | Paraguai | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Portugal | | Portugal | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |
| VEX Panamá | | Panamá | Internet Wifi | Pointer Networks, S.A. (100%) | 23,27% | 25,30% |

(a) Conforme mencionado na Nota 1, no âmbito da Reorganização Societária do Grupo Oi, a Brasil Telecom foi redenominada Oi, S.A. e permaneceu a única empresa do Grupo Oi cotada nas bolsas de valores do Brasil e dos Estados Unidos da América. Em resultado desta operação, a Portugal Telecom passou a deter uma participação efetiva de 23,3% no capital da Oi, S.A., correspondente a 21,5% dos direitos de voto. A Telemar Participações, a qual controla e consolida integralmente a Oi, S.A., tem 56,4% dos direitos de voto nesta empresa.

(b) Em resultado do processo de Reorganização Societária do Grupo Oi, esta empresa passou a ser detida integralmente pela Oi, S.A.

(c) Durante o ano 2012, a Telemar adquiriu a participação de 0,3% dos interesses não controladores na Tele Norte Celular Participações, tendo esta empresa sido subsequentemente fundida na Telemar. A Tele Norte Celular Participações detinha anteriormente a participação de 100% na TNL PCS (operação móvel da Oi), a qual passou a ser detida pela Telemar.

(d) Esta empresa foi fundida na Brasil Telecom no âmbito da Reorganização Societária do Grupo Oi concluída em março de 2012.

(e) No âmbito de um processo de simplificação societária realizado pelo Grupo Oi no final de 2012, diversas empresas holding que eram detidas integralmente pelo Grupo Oi foram fundida nas respetivas empresas-mãe e consequentemente deixaram de existir. Estas fusões foram registadas a valor contabilístico e como tal não produziram quaisquer efeitos nestas demonstrações financeiras consolidadas.

| ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE - GRUPO CONTAX | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Dez 12 | Dez 11 |
| Empresa | Notas | Sede | Actividade | Directa | Efetiva | Efectiva |
| Contax Participações, SA (a) | | Brasil | Gestão de investimentos | CTX Participações, SA (34.2%); PT Brasil (4.3%) | 19,50% | 19,50% |
| Contax, SA | | Brasil | Serviços de call center | Contax Participações, SA (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Ability Comunicação Integrada Ltda. | | Brasil | Prestação de serviços de trade marketing | Contax Participações, SA (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Dedic | | Brasil | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação | Contax, SA (100%) | 19,50% | 19,50% |
| TODO BPO Soluções em Tecnologia S.A. | | Brasil | Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e de informática, o desenvolvimento de softwares e de soluções integradas, completas e customizadas | Contax, SA (80%) | 15,60% | 15,60% |
| Contax Sucursal Empresa Extranjera | | Argentina | Serviços de call center | Contax, SA (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Contax Colômbia S.A.S | | Colômbia | Prestação de serviços de teleatendimento em geral | Contax, SA (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Stratton Spain S.L. | | Espanha | Prestação de serviços de contact center | Contax, SA (100%) | 19,50% | 19,50% |
| GPTI Tecnologia de Informação S.A. | | Brasil | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação | Mobitel (Dedic) (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Allus Spain S.L., | | Espanha | Prestação de serviços de contact center | Stratton Spain S.L. (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Stratton Argentina S.A., | | Espanha | Prestação de serviços de contact center | Stratton Spain S.L. (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Stratton Peru S.A., | | Perú | Prestação de serviços de contact center | Stratton Spain S.L. (100%) | 19,50% | 19,50% |
| Multienlace S.A. | | Colômbia | Prestação de serviços de contact center | Contax Colômbia S.A.S (100%) | 19,50% | 19,50% |

(a) A CTX Participações, empresa que controla e consolida integralmente Contax Participações, tem 71,6% dos direitos de votos nesta empresa.

## III. Empresas associadas

### Empresas associadas localizadas em Portugal:

| | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Dez 12 Efetiva** | **Dez 11 Efetiva** |
| Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda | | Caldas da Rainha | Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários. | PT Comunicações (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Broadnet Portugal | | Lisboa | Disponibilização de serviços de acesso à internet. | Portugal Telecom (21,27%) | 21,27% | 21,27% |
| Caixanet – Telemática e Comunicações, SA | | Lisboa | Prestação de serviços financeiros através da internet. | PT Comunicações (10%); PT SI (5%) | 15,00% | 15,00% |
| Capital Criativo - SCR, SA | | Loures | Gestão de investimentos. | PT Comunicações (20%) | 20,00% | 20,00% |
| Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços, Lda. | | Lisboa | Gestão de redes. | PT Participações (25%) | 25,00% | 25,00% |
| INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, SA ("INESC") | | Lisboa | Gestão de redes. | Portugal Telecom (26,36%); PT Comunicações (9,53%) | 35,89% | 35,89% |
| INESC Inovação - Instituto de novas tecnologias | | Lisboa | Gestão de redes. | INESC (90%) | 32,30% | 32,30% |
| Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA | | Lisboa | Prestação de serviços de certificação electrónica. | PT Comunicações (20%) | 20,00% | 20,00% |
| Páginas Amarelas | (a) | Lisboa | Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras. | Portugal Telecom (19,88%); PT Comunicações (0,13%) | 20,00% | 25,00% |
| PT P&F ACE | | Lisboa | Prestação de serviços de consultoria, assessoria e apoio à implementação de processos de envelopagem. | PT Comunicações (49%) | 49,00% | 49,00% |
| Yunit Serviços, SA | | Lisboa | Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação | Portugal Telecom (33,33%) | 33,33% | 33,33% |
| Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, SA | | Lisboa | Gestão de redes. | PT Participações (30,55%) | 30,55% | 30,55% |
| Sportinvest Multimédia, SGPS, SA | | Lisboa | Gestão de Participações Sociais. | Portugal Telecom (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Tradeforum-Soluções de Comercio Electronico, A.C.E. | | Lisboa | Fornecimento de soluções de comércio electrónico business-to-business no mercado nacional e de soluções de automatização dos processos de compra. | Yunit Serviços (50%) | 16,50% | 16,50% |
| Vantec – Tecnologias de Vanguarda Sistemas de Informação, S.A. | | Lisboa | Comercialização de soluções e equipamentos para o sector audiovisual. | Portugal Telecom (25%) | 25,00% | 25,00% |

(a) A redução na participação detida nesta empresa associada reflete a reestruturação acionista das Páginas Amarelas, a ser concluída até ao final do ano de 2013 (Nota 33).

### Outras empresas associadas (incluindo as localizadas no Brasil):

| | | | | | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Notas** | **Sede** | **Atividade** | **Direta** | **Dez 12 Efetiva** | **Dez 11 Efetiva** |
| Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda. | | Luanda | Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação. | PT Ventures (40%) | 30,00% | 30,00% |
| Unitel, SARL. | | Luanda | Exploração do serviço móvel celular em Angola. | PT Ventures (25%) | 18,75% | 18,75% |
| CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SAR.L. | (a) | Macau | Prestação de serviços de telecomunicações públicas em Macau. | PT Comunicações (3%); PT Participações (25%) | 28,00% | 28,00% |
| Hungaro Digitel KFT | | Budapeste | Prestação de serviços de comunicações empresariais. | PT Participações (44.62%) | 44,62% | 44,62% |

(a) Em 31 de janeiro de 2013, conforme mencionado nas Notas 1 e 32, a Portugal Telecom celebrou um acordo para a alienação definitiva do investimento nesta empresa por um montante total de 411,6 milhões de dólares americanos. A conclusão desta transação encontra-se sujeita à satisfação de um conjunto de condições precedentes.

# Relatório e parecer da Comissão de Auditoria

# RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2012

## 1 – Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Sociedade" ou "PT SGPS") emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidados do Grupo Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

## 2 – Atividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2011, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de ações de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Portugal Telecom.

No exercício de 2011, a Comissão de Auditoria emitiu 7 Pareceres Prévios sobre Propostas de Transações com Partes Relacionadas, nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 111CA, de 23 de Fevereiro de 2011.

Ao longo do exercício de 2012, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Consolidados da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados no fecho das contas e dos critérios adoptados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas



COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt

Sociedade

demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e exercício de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS, a qual obteve em 2011 a renovação, pelo IIA, da sua certificação de qualidade.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2012 pelos Auditores Externos da Sociedade, por referência ao exercício de 2011, com base na metodologia definida pelo *COSO (Committee of Sponsoring Organizations)*, em conformidade com os requisitos definidos na *Section 404* do *Sarbanes-Oxley Act*, encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2012.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

As atividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de atividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2012, a divulgar no *website* da Sociedade após a emissão do seu Parecer sobre a aprovação da inclusão das contas anuais consolidadas no *Form 20-F* do exercício de 2012, a entregar na *U.S. SEC*, com o qual se encerrarão os trabalhos da Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2012.

**3 – Declaração de Responsabilidade**

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio da Comissão de Auditoria, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal das contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação;

- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

**4 - Parecer sobre o relatório e contas consolidados relativos ao exercício de 2012**

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Portugal Telecom do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais compreendem as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, da posição financeira, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa e respetivas notas anexas, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os princípios contabilísticos e as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 15 de março de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS

(José Guilherme Xavier de Basto)

(Mário João de Matos Gomes)



COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt

Sociedade Aberta • Número único de matrícula e identificação fiscal 503 215 058 • CRC de Lisboa • Capital Social € 26.895.375,00

# Certificação legal das contas consolidadas

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

## INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa") do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 20.095.743.017 Euros e um total do capital próprio de 2.854.044.314 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 230.273.036 Euros e um total dos interesses não-controladores de 560.677.750 Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos integrais, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRSs")), tal como adoptadas pela União Europeia.

## RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a actividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua

preparação, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação consolidada de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRSs")), tal como adoptadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2013

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por

Pedro Matos Silva (ROC nº 491)

# Relatório de Auditoria

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

# RELATÓRIO DE AUDITORIA
# CONTAS CONSOLIDADAS

## Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 20.095.743.017 Euros e capitais próprios de 2.854.044.314 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 230.273.036 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos integrais, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 14 de Março de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

# Relatório do Governo da Sociedade

O presente relatório visa divulgar a estrutura e as práticas de governo societário adotadas pela Sociedade no sentido de cumprir com o disposto no Código de Governo das Sociedades, na versão publicada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") em janeiro de 2010, bem como com as melhores práticas internacionais de governo societário, tendo sido elaborado de acordo com o disposto nos artigos 7.º e 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010.

ÍNDICE

**CAPÍTULO 0. REGRAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO 6**
REGRAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO APLICÁVEIS À PORTUGAL TELECOM 6
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM 6
**INTRODUÇÃO 22**
ESTRUTURA DA PT 22
GOVERNO DA SOCIEDADE 23
**CAPÍTULO I. ASSEMBLEIA GERAL 26**
I.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL 26
I.2. MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – INÍCIO E TERMO DOS MANDATOS 26
I.3. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL 27
I.4. INDICAÇÃO DA ANTECEDÊNCIA EXIGIDA PARA O BLOQUEIO DAS AÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL 27
I.5. INDICAÇÃO DAS REGRAS APLICÁVEIS AO BLOQUEIO DAS AÇÕES EM CASO DE SUSPENSÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL 27
I.6. NÚMERO DE AÇÕES A QUE CORRESPONDE UM VOTO 27
I.7. LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO OU CONTAGEM DE VOTO 27
I.8. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO 28
I.9. EXISTÊNCIA DE REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA 28
I.10. DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MODELO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA 28
I.11. EXIGÊNCIA DE PRAZO QUE MEDEIE ENTRE A RECEÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA E A DATA DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL 29
I.12. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR MEIOS ELETRÓNICOS 29
I.13. EXTRATOS DE ATAS DAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS 29
I.14. ACERVO HISTÓRICO SOBRE ASSEMBLEIAS GERAIS 30
I.15. INDICAÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES PRESENTE(S) NAS ASSEMBLEIAS GERAIS 30
I.16. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL NA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E AVALIAÇÃO 30
I.17. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EM PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES 30
I.18. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EM SISTEMAS DE BENEFÍCIOS DE REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES 31
I.19. PREVISÃO ESTATUTÁRIA DE SUJEIÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL, DE CINCO EM CINCO ANOS, DE NORMA DE LIMITAÇÃO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA 31
I.20. MEDIDAS DEFENSIVAS QUE PROVOQUEM EROSÃO NO PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE 31
I.21. ACORDOS SIGNIFICATIVOS COM CLÁUSULAS DE MUDANÇA DE CONTROLO 31
I.22. ACORDOS COM ADMINISTRAÇÃO E DIRIGENTES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE CESSAÇÃO DE FUNÇÕES NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO 32
**CAPÍTULO II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO 33**
SECÇÃO I. TEMAS GERAIS 33
II.1. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE 33
Conselho de Administração 33
Comissão Executiva 34
Comissão de Auditoria 35
Revisor Oficial de Contas 35
II.2. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS CONSTITUÍDAS COM COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE 35
Comissão de Avaliação 35
Comissão de Governo Societário 36
Estruturas de Apoio à Comissão Executiva 37

II.3. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE **39**
A. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO 39
Conselho de Administração 39
Comissão Executiva 39
Competências do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente Executivo 40
Repartição de pelouros na Comissão Executiva 41
Deveres de informação da Comissão Executiva 42
B. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 43
Comissão de Auditoria 43
Revisor Oficial de Contas 44
C. COMISSÕES E ESTRUTURAS DE APOIO 44
Comissão de Avaliação 44
Comissão de Governo Societário 46
Estruturas de Apoio à Comissão Executiva 47
II.4. RELATÓRIO ANUAL SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA COMISSÃO DE AUDITORIA **48**
II.5. SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO **48**
A. GESTÃO DE RISCOS 48
B. PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS 49
Dicionário de Riscos 50
Metodologia de Gestão de Riscos 51
Registo de Riscos Centralizado 52
C. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO 53
D. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO 55
II.6. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO **56**
II.7. REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE **57**
Regulamento interno e modo de funcionamento do Conselho de Administração 57
Modo de funcionamento da Comissão Executiva 57
Regulamento interno e modo de funcionamento da Comissão de Auditoria 57
Modo de atuação do Revisor Oficial de Contas 58
Modo de funcionamento da Comissão de Avaliação e da Comissão de Governo Societário 58
Conflitos de interesses, número máximo de cargos acumuláveis e outras incompatibilidades 58
SECÇÃO II. ADMINISTRAÇÃO **59**
II.8. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS **59**
II.9. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE **59**
II.10. PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A DELIBERAÇÕES DE AUMENTO DE CAPITAL **64**
II.11. POLÍTICA DE ROTAÇÃO DOS PELOUROS – DESIGNAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS **64**
Política de rotação de pelouros 65
Regras sobre designação e substituição dos membros do Conselho de Administração 66
Regras sobre designação e substituição dos membros dos órgãos de fiscalização 66
II.12. NÚMERO DE REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, BEM COMO REFERÊNCIA À REALIZAÇÃO DAS ATAS DESSAS REUNIÕES **66**
II.13. NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA E ENVIO DE RESPETIVAS ATAS E CONVOCATÓRIAS **66**
II.14. MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS – REGRAS DE INCOMPATIBILIDADE E CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA **67**
Conselho de Administração 67
Comissão de Auditoria 68
II.15. REGRAS PARA AVALIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO **70**
Conselho de Administração 70
Comissão de Auditoria 70
II.16. PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS **71**
II.17. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS **72**
II.18. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, INDICAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR SI EXERCIDAS, PELO MENOS, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, NÚMERO DE ACÇÕES DA SOCIEDADE DE QUE SÃO TITULARES, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO **72**
II.19. FUNÇÕES QUE OS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCEM EM OUTRAS SOCIEDADES, DISCRIMINANDO-SE AS EXERCIDAS EM OUTRAS SOCIEDADES DO MESMO GRUPO **72**

SECÇÃO III. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL **72**
II.24. AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO **73**
II.29. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DA SOCIEDADE **73**
SECÇÃO IV. REMUNERAÇÃO **74**
Comissão de Vencimentos 74
Independência dos membros da Comissão de Vencimentos 74
II.30. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO **75**
II.31. REMUNERAÇÃO AUFERIDA INDIVIDUALMENTE PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE **75**
II.32. ALINHAMENTO COM INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, REMUNERAÇÃO BASEADA NO DESEMPENHO E DESINCENTIVO A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS **77**
II.33. RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES EXECUTIVOS: **77**
*a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;* 77
*b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;* 77
*c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;* 77
*d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;* 78
*e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;* 79
*f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;* 80
*g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;* 80
*h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;* 81
*i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;* 81
*j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;* 81
*l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;* 82
*m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração;* 82
*n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;* 83
*o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;* 83
*p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;* 83
*q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.* 83
II.34. REFERÊNCIA AO FACTO DE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO INTEGRAR COMPONENTES VARIÁVEIS **83**
II.35. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES **84**
SECÇÃO V. COMISSÕES ESPECIALIZADAS **84**
II.36. COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, DE GOVERNO E DE NOMEAÇÕES **84**
II.37. NÚMERO DE REUNIÕES DAS COMISSÕES E ATAS DESSAS REUNIÕES **85**
II.38. REFERÊNCIA AO FACTO DE UM MEMBRO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES POSSUIR CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES **85**
II.39. INDEPENDÊNCIA DAS PESSOAS CONTRATADAS PELA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES **85**
**CAPÍTULO III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA** **87**
III.1. ESTRUTURA DE CAPITAL **87**
III.2. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS **87**
III.3. IDENTIFICAÇÃO DE ACIONISTAS TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS **88**
III.4. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE AÇÕES **88**

III.5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO **88**
III.6. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE **88**
Quórum constitutivo da Assembleia Geral 88
Quórum deliberativo da Assembleia Geral 88
III.7. MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES **89**
III.8. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES DO EMITENTE **89**
III.9. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADOTADA PELA SOCIEDADE **91**
Política de distribuição de dividendos 91
Dividendos distribuídos nos últimos exercícios 91
III.10 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES E SIMILARES **91**
III.11. NEGÓCIOS COM A ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO OU COM SOCIEDADES QUE SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO **91**
III.12. NEGÓCIOS COM TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA **92**
III.13. INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO NA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS COM TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA **92**
III.14. DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS (NÚMERO, VALOR MÉDIO E VALOR MÁXIMO) RELATIVOS AOS NEGÓCIOS SUJEITOS À INTERVENÇÃO PRÉVIA DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO **92**
III.15. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA COMISSÃO DE AUDITORIA **92**
III.16. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA DE UM GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR OU A OUTRO SERVIÇO SIMILAR **93**
III.17. INDICAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA AO AUDITOR E A OUTRAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE SUPORTADA PELA SOCIEDADE E OU POR PESSOAS COLETIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO E, BEM ASSIM, DISCRIMINAÇÃO DA PERCENTAGEM RESPEITANTE A CADA TIPO DE SERVIÇOS **93**
III.18. REFERÊNCIA AO PERÍODO DE ROTATIVIDADE DO AUDITOR EXTERNO **95**

**ANEXO I** **96**
Regras norte-americanas aplicáveis à PT como *Foreign Private Issuer* 96

**ANEXO II** **99**
Código de Ética 99
Código de Ética para *Senior Financial Officers* 100
Procedimentos adotados pela PT para cumprimento de regras aplicáveis a Transações de Dirigentes e com Partes Relacionadas 100
*a) Transações dos Dirigentes do Grupo* 100
*b) Transações com Partes Relacionadas* 100
Política de Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social 101

**ANEXO III** **103**
Funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades 103
Qualificações profissionais e atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos 111

**ANEXO IV** **120**
Declaração do Conselho de Administração sobre a remuneração aplicável aos dirigentes do Grupo PT na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Cód.VM 120

**ANEXO V** **121**
Declaração da Comissão de Vencimentos sobre a Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Portugal Telecom, SGPS S.A. em vigor durante o exercício de 2012 121

# CAPÍTULO 0. REGRAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

## REGRAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO APLICÁVEIS À PORTUGAL TELECOM

A Portugal Telecom, SGPS S.A. ("Portugal Telecom", "PT", "Sociedade" ou "Empresa") cumpre um conjunto significativo de Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas publicadas em janeiro de 2010 ("Recomendações da CMVM")[1] – cuja avaliação consta do presente Relatório –, com reflexos no respetivo modelo de governo societário, de cariz anglo-saxónico, e previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais. A integridade, transparência e rigor deste modelo têm sido, igualmente, reforçados pela conformação da Sociedade com as normas de natureza vinculativa e *best practices* aplicáveis aos *foreign private issuers* com valores mobiliários admitidos à negociação na *New York Stock Exchange* ("NYSE").

Com efeito, enquanto emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na NYSE, qualificável como *foreign private issuer*, a PT encontra-se sujeita às normas de natureza vinculativa previstas, nomeadamente, na *Rule 10A-3 on Listing Standards Relating to Audit Committees*, emitida pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC") para efeitos de regulamentação da *Section 10A(m)* do *Securities Exchange Act*, tal como alterado pelo *Sarbanes-Oxley Act*, e as *Final Rules* aprovadas pela NYSE em matéria de governo societário (*Section 303A Corporate Governance Standards*), que se encontram descritas no Anexo I ao presente relatório.

A PT encontra-se igualmente sujeita a outras normas que são adotadas a nível interno e que relevam na estrutura do seu governo societário, de que se destacam os Regulamentos do Conselho de Administração e das suas comissões internas, bem como o Regulamento da Comissão de Auditoria.

Por outro lado, a PT aprovou diversas normas internas de conduta e de transparência, em concreto, o Código de Ética do Grupo, o Código de Ética para *Senior Financial Officers*, as regras sobre Transações de Dirigentes e Transações com Partes Relacionadas, bem como uma Política de Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social. No Anexo II ao presente relatório, encontra-se uma descrição sumária destas normas.

A PT adota ainda regras e estruturas de controlo interno, gestão de risco e *whistleblowing*.

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

Ao longo do ano de 2012, a Portugal Telecom deu continuidade à tarefa de consolidação dos princípios e práticas de governo da Sociedade, em linha com os principais desenvolvimentos

[1] Disponíveis em www.cmvm.pt (http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Documents/CodigodeGovernodasSociedadesCMVM2010.pdf).

regulatórios verificados em 2010, em especial, as alterações ao Código das Sociedades Comerciais e ao Código dos Valores Mobiliários, tendentes à transposição da denominada Diretiva dos Acionistas, bem como a entrada em vigor do Regulamento n.º 1/2010 da CMVM e das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em janeiro de 2010.

Neste âmbito, o atual modelo e princípios de governo societário da Portugal Telecom:

- Respeitam as regras legais de conteúdo vinculativo aplicáveis ao modelo de governo de cariz anglo-saxónico previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Cumprem as regras de conteúdo vinculativo relativas à constituição de um *Audit Committee* em conformidade com o *Sarbanes-Oxley Act*, a *Rule 10A-3* da SEC e a *Section 303A on Corporate Governance Standards* da NYSE; e
- Têm vindo a acolher progressivamente as recomendações e *best practices* neste domínio que podem contribuir para o reforço do respetivo modelo e práticas de governo.

A Sociedade adota as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em janeiro de 2010, com exceção das Recomendações I.3.3, I.6.1, II.1.2.2, II.1.3.1 e II.1.5.3, as quais não são cumpridas pelas razões de seguida identificadas.

O elevado nível de cumprimento das melhores práticas de governo pela Portugal Telecom foi reconhecido pelo estudo independente desenvolvido, em 2012, pela Universidade Católica Portuguesa, a pedido da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, no âmbito do qual foi atribuído à Sociedade o *rating* máximo de AAA, tendo por referência o respetivo relatório de governo de 2011 e o cumprimento das mencionadas Recomendações da CMVM.

De salientar, também, que no âmbito do Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas em Portugal relativo a 2011, e divulgado em 2012 pela CMVM, esta entidade considerou que a Sociedade cumpriu globalmente 98% das Recomendações da CMVM.

No quadro *infra* indicam-se os Capítulos do presente Relatório de Governo da Sociedade onde se descrevem as medidas tomadas pela Sociedade com vista ao cumprimento das referidas Recomendações da CMVM.

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| I. ASSEMBLEIA GERAL | | |
| I.1 Mesa da Assembleia Geral | | |
| *I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.* | Sim | Capítulo I. |
| *I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.* | Sim | Capítulo I.3. |
| I.2 Participação na Assembleia Geral | | |
| *I.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.* | Não aplicável | Capítulo I.4. |
| | Não aplicável | Capítulo I.5. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| *I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.* | | |
| I.3 Voto e exercício do direito de voto | | |
| *I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.* | Sim | Capítulos I.9. e I.10. |
| *I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.* | Sim | Capítulo I.11. |
| *I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.* | Não (1) | |
| I.4 Quórum deliberativo | | |
| *As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.* | Sim | Capítulo I.8. |
| I.5 Atas e informação sobre deliberações adotadas | | |
| *Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.* | Sim | Capítulos I.13. e I.14. |
| I.6 Medidas relativas ao controlo das sociedades | | |
| *I.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.* | Não (2) | |
| *I.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no* | Sim | Capítulo I.20. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| *património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.* | | |
| II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | | |
| II.1 Temas gerais | | |
| *II.1.1 Estrutura e competência* | | |
| *II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.* | Sim | Introdução, Governo da Sociedade |
| *II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.* | Sim | Capítulo II.5. |
| *II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.* | Sim | Capítulos II.5. e II.6. |
| *II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.* | Sim | Capítulos II.5. e II.9. |
| *II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.* | Sim | Capítulo II.7. |
| *II.1.2 Incompatibilidades e independência* | | |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| *II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.* | Sim | Capítulo II.1., Conselho de Administração |
| *II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.* | Não (3) | Capítulo II.14., Conselho de Administração |
| *II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.* | Sim | Capítulo II.14., Conselho de Administração |
| *II.1.3 Elegibilidade e nomeação* | | |
| *II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.* | Não (4) | Capítulo II.14., Comissão de Auditoria |
| *II.1.3.2 O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.* | Sim | Capítulo II.16 |
| *II.1.4 Política de comunicação de irregularidades* | | |
| *II.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.* | Sim | Capítulo II.35. |
| *II.1.4.2. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.* | Sim | Capítulo II.35. |
| *II.1.5 Remuneração* | | |
| *II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este* | Sim | Capítulos II.31., II.32., II.33. e II.34. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|---|
| | *efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:* | | |
| | *(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.* | Sim | |
| | *(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.* | Sim | |
| | *(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.* | Sim | |
| | *(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.* | Sim | |
| | *(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.* | Não aplicável | |
| | *(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.* | Não aplicável | |
| | *(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.* | Sim | |
| | *(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.* | Sim | |
| *II.1.5.2* | *A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além* | Sim | Capítulos II.29. e II.30. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|---|
| | *do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.* | | |
| *II.1.5.3* | *A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.* | Não (5) | Capítulo II.29. |
| *II.1.5.4* | *"Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. (…)"* | Não aplicável | Capítulos II.31. e II.33. |
| *II.1.5.6* | *Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.* | Sim | Capítulo I.15. |
| *II.1.5.7* | *Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.* | Esta Recomendação já não se encontra em vigor | |
| II.2 Conselho de Administração | | | |
| *II.2.1* | *Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.* | Sim | Capítulo II.3., A., Comissão Executiva |
| *II.2.2* | *O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.* | Sim | Capítulo II.3., A., Comissão Executiva |
| *II.2.3* | *"Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve (…)."* | Não aplicável | Capítulo II.1., Conselho de Administração e Capítulo II.8. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| *II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.* | Sim | Capítulo II.17. |
| *II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.* | Sim | Capítulo II.11. |
| II.3 Comissão Executiva | | |
| *II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.* | Sim | Capítulo II.3., A., Deveres de informação da Comissão Executiva |
| *II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.* | Sim | Capítulo II.13. |
| *II.3.3 "O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão (…)."* | Não aplicável | |
| II.4 Comissão de Auditoria | | |
| *II.4.1 "O conselho geral e de supervisão (…)"* | Não aplicável | |
| *II.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.* | Sim | Capítulo II.4. |
| *II.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.* | Sim | Relatório disponível no *site* da PT, Capítulo II.4. |
| *II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.* | Sim | Capítulos II.3., B., Comissão de Auditoria e III.17. |
| | Sim | Capítulos II.24. e III.17. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| *II.4.5 O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.* | | |
| *II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.* | Sim | Capítulos II.5. e II.6. |
| II. 5 Comissões especializadas | | |
| *II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.* | Sim | Capítulo II.2., Comissão de Avaliação e Comissão de Governo Societário |
| *II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.* | Sim | Secção IV, Independência dos Membros da Comissão de Vencimentos e Capítulo II.38 |
| *II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.* | Sim | Capítulo II.39. |
| *II.5.4 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.* | Sim | Capítulo II.37. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA | | |
| III.1 Deveres gerais de informação | | |
| *III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.* | Sim | Capítulo III.16. |
| *III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:*<br>*a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;*<br>*b) Estatutos;*<br>*c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;*<br>*d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;*<br>*e) Documentos de prestação de contas;*<br>*f) Calendário semestral de eventos societários;*<br>*g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;*<br>*h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.* | Sim | Capítulo III.16. |
| *III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.* | Sim | Capítulo III.18. |
| *III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.* | Sim | Capítulo III.17. |
| *III.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.* | Sim | Capítulo III.17. |

| RECOMENDAÇÃO DA CMVM | CUMPRIMENTO | RELATÓRIO |
|---|---|---|
| IV. CONFLITOS DE INTERESSES | | |
| IV.1. Relações com acionistas | | |
| *IV.1.1 Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.* | Sim | Capítulos III.12. e III.13 |
| *IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.* | Sim | Capítulo III.13 |

**(1) Recomendação da CMVM n.º I.3.3, relativa à proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista**

Segundo esta recomendação, as sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação.

Em coerência com o que tem preteritamente defendido, a PT considera que, não sendo o princípio de que a cada ação corresponde um voto universalmente aceite e podendo gerar ineficiências na organização e funcionamento da Assembleia Geral, é justificável manter a previsão estatutária de um número mínimo de 500 ações para exercer um voto, contida no n.º 5 do artigo 13.º.

Com efeito, aquele princípio não se encontra consagrado noutras jurisdições ou mercados de referência, tendo a sua adoção sido afastada pela União Europeia no final de 2007 (fosse por via de diretiva fosse através de mera recomendação).

Por outro lado, com a previsão estatutária de um número mínimo de ações para exercer um voto, pretende-se que a Assembleia Geral funcione eficientemente, permitindo a participação efetiva de Acionistas que reúnam aquele patamar. Esta disposição não tem qualquer pretensão de constituir uma medida defensiva ou um "*control enhancing mechanism*".

Ainda de acordo com a Recomendação da CMVM n.º I.3.3., as sociedades cujos estatutos estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados, não cumprem a mencionada proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista.

Importa, neste âmbito, referir que a PT não adota a Recomendação da CMVM n.º I.3.3., uma vez que os respetivos Estatutos contêm uma limitação à contagem dos votos, no sentido de não serem contados os votos emitidos por um só acionista titular de ações ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro acionista, que excedam 10% da totalidade do capital (artigo 13.º, n.º 10).

No essencial, e pelas razões melhor explicitadas em (2) *infra*, estas limitações estatutárias representam uma medida de ampliação da democracia acionista e contribuem para a dispersão do capital social e maior transparência do governo da Sociedade.

Saliente-se, aliás, que na União Europeia foi amplamente discutida a questão da proporcionalidade entre titularidade e controlo das ações detidas em "sociedades cotadas", tendo sido produzidos vários estudos no âmbito dos quais se conclui ser impossível estabelecer uma ligação causal inequívoca entre os desvios ao princípio de proporcionalidade e a performance financeira ou o *corporate governance* de uma "sociedade cotada".

**(2) Recomendação da CMVM n.º I.6.1, sobre medidas de defesa contra ofertas públicas de aquisição e limitações ao exercício do direito de voto**

Apesar de existirem ações representativas do capital social da PT da categoria A que resultaram do respetivo processo de privatização, a PT entende que os respetivos Estatutos não contêm quaisquer cláusulas defensivas contrárias aos interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, até porque as ações da categoria A deixaram de conferir direitos especiais ao Estado enquanto seu titular, por força das alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 26 de julho de 2011.

Por outro lado e tal como acima referido, os Estatutos da PT estipulam uma limitação à contagem dos votos, no sentido de não serem contados os votos emitidos por um só acionista titular de ações ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro acionista, que excedam 10% da totalidade do capital, não prevendo que, de cinco em cinco anos, tais

cláusulas estatutárias sejam sujeitas a deliberação da Assembleia Geral no sentido de decidir acerca da sua manutenção ou não nos seus estatutos. Nestes termos, a PT não adota igualmente a Recomendação da CMVM n.º I.6.1.

Na verdade, esta disposição, que traduz intrinsecamente – e que surgiu historicamente em diversos países da Europa como – uma medida de ampliação da democracia acionista (reduzindo o poder de voto dos maiores acionistas e ampliando correspondentemente o poder de voto das minorias), é também normalmente entendida como suscetível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição. Porém, ao possível efeito de diminuição da frequência de ofertas públicas (uma vez que a obtenção de controlo requer patamares mais elevados de participação acionista) não deve deixar de ser contraposto o efeito de incentivo à melhoria das condições de atratividade das ofertas públicas, já que só níveis mais elevados de adesão pelos destinatários permitem alcançar limiares de controlo.

Saliente-se, ainda, que, no contexto da oferta pública de aquisição (OPA) da qual a PT foi objeto durante o exercício de 2006, a referida disposição estatutária (ver referência ao artigo 13.º dos estatutos *supra*) conheceu uma particular visibilidade. Efetivamente, nos termos e condições da oferta pública geral de aquisição de ações representativas do capital social da PT cujo anúncio preliminar foi publicado, a 6 de fevereiro de 2006, pelas sociedades Sonaecom, SGPS, SA e Sonaecom, BV, a eliminação da referida restrição de voto constituía uma condição a que a referida oferta pública se encontrava sujeita.

Convocada, porém, a Assembleia Geral para o dia 2 de março de 2007, para se pronunciar sobre a eliminação de tal disposição, ainda que apenas no contexto da oferta pública em causa, a proposta foi rejeitada pela maioria dos votos emitidos e com a não oposição das ações da categoria A.

Assim, a situação permaneceu inalterada, assente na convicção de que as limitações estatutariamente previstas contribuem para uma dispersão do capital social e maior transparência do governo da Sociedade.

Desta forma, a PT entende que as medidas adotadas com o efeito de impedir o êxito das ofertas públicas de aquisição respeitam os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, assim como correspondem à sua vontade expressa na referida Assembleia Geral de 2 de março de 2007.

**(3) Recomendação da CMVM n.º II.1.2.2 relativa ao número de Administradores não executivos independentes, o qual não deve ser inferior a um quarto do número total de Administradores**

Nos relatórios anuais sobre o governo das sociedades cotadas referentes a 2010 e 2011, ambos divulgados em 2012, a CMVM considerou relevantes, para efeitos da apreciação da independência dos administradores e como presunções inilidíveis de ausência de independência, as circunstâncias previstas nas alíneas do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais (aplicáveis por remissão da Recomendação da CMVM n.º II.1.2.3).

Nos termos daquelas presunções, a independência é afetada caso o administrador seja titular ou atue em nome ou por conta de titular de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social e/ou tenha sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

Alguns dos Administradores não executivos da Sociedade encontram-se naquelas situações em virtude de atuarem em nome ou por conta de titulares de participações qualificadas na PT ou de entidades com estes em relação de domínio ou de grupo, ou de terem sido reeleitos por mais de dois mandatos, conforme melhor descrito nos Capítulo II.1., II.14. e II.15. deste Relatório.

A Sociedade discorda da referida posição da CMVM, entendendo que a permanência em funções não constitui uma causa de perda automática de independência pelos membros da administração, devendo antes ser realizada uma avaliação da independência material e casuística, por parte *(i)* do Conselho de Administração no que respeita aos administradores que não integram a Comissão de

Auditoria; ou *(ii)* da Comissão de Auditoria no que concerne aos membros deste órgão de fiscalização, nos termos melhor explicitados em (4) *infra*.

A PT considera que a reeleição em funções de administração dos referidos administradores, recentemente deliberada pelos seus Acionistas, na Assembleia Geral eletiva realizada em 27 de abril de 2012, com 93,61% de votos favoráveis: *(i)* não afeta a sua isenção e imparcialidade, designadamente, tendo em conta as sucessivas mutações no órgão de administração e na estrutura acionista dispersa da Sociedade ao longo de sucessivos mandatos; e *(ii)* o seu valioso contributo para um adequado desempenho das funções de supervisão cometidas à administração não executiva, atendendo, sobretudo, à sua experiência, empenho e conhecimento do setor e da Sociedade, bem como ao reconhecimento da sua isenção e imparcialidade dentro dos órgãos sociais e da Sociedade como um todo.

Mais se entende que os referidos Administradores não executivos são plenamente independentes à luz do enquadramento legal aplicável aos órgãos de administração e reúnem as condições necessárias para desempenhar as suas funções e cumprir os seus deveres de atuação diligente e no interesse da Sociedade, igualmente de modo independente, em particular ponderando: *(i)* os critérios definidos nas regras internas da Sociedade, melhor descritas nos Capítulos II.14. e II.15. deste Relatório, as quais se encontram substancialmente em linha com os princípios gerais subjacentes às recomendações europeias[2] e às Recomendações da CMVM[3] e refletem e permitem uma avaliação da independência material e casuística; bem como *(ii)* os critérios previstos na *Section 303A Corporate Governance Standards* da NYSE.

Em conclusão, de acordo com a interpretação até aqui adotada pela CMVM relativamente à aplicação dos critérios de independência previstos na Recomendação da CMVM n.º II.1.2.3 vigente neste data, a Sociedade não se encontra em cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.1.2.2. Contudo, e em linha com a avaliação qualitativa e substantiva empreendida pela PT, o órgão de administração da Sociedade inclui um número de membros independentes adequado à sua dimensão e estrutura acionista, apto a desempenhar o papel de supervisão e *accountability* que lhe é especialmente cometido.

**(4) Recomendação da CMVM n.º II.1.3.1 sobre a independência do Presidente da Comissão de Auditoria**

Nos relatórios anuais sobre o governo das sociedades cotadas referentes a 2010 e 2011, ambos divulgados em 2012, a CMVM considera que a Sociedade não cumpre esta Recomendação, tendo por fundamento que a independência do Presidente da Comissão de Auditoria é prejudicada, à luz da alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo facto de ter sido reeleito por mais de dois mandatos para o exercício de funções não executivas no órgão de administração da Sociedade.

Pelas razões melhor explicitadas no Capítulo II.14. deste Relatório, a Sociedade discorda da posição da CMVM, entendendo que o Presidente da sua Comissão de Auditoria é independente e dispõe de formação e conhecimentos adequados.

[2] À luz da Recomendação da Comissão Europeia 2005/162/CE, de 15 de fevereiro de 2005, como princípio geral, são considerados independentes os administradores que não mantenham quaisquer relações comerciais, familiares ou outras – com a Sociedade, com titulares de participações qualificadas ou com as estruturas orgânicas de qualquer um deles – "*que possam originar um conflito de interesses suscetível de prejudicar a sua capacidade de apreciação*".

[3] As Recomendações da CMVM remetem para os requisitos aplicáveis aos membros dos órgãos de fiscalização previstos nos artigos 414.º e 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, segundo os quais, como princípio geral, são considerados independentes os administradores que não se encontrem associados a quaisquer grupos de interesses específicos na Sociedade nem em quaisquer circunstâncias suscetíveis de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Considerando, com base em pareceres jurídicos e nos moldes melhor descritos no Capítulo II.14. *infra*, que aquela disposição não determina a perda automática de independência no caso em apreço, a PT efetuou uma avaliação material e global da independência do Presidente da Comissão de Auditoria, tendo concluído pela sua independência, não se encontrando o mesmo, de qualquer forma, associado a qualquer grupo de interesses específico na Sociedade nem em qualquer circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Ademais, a PT entende que a permanência em funções não executivas, assim como a reeleição no órgão de fiscalização, recentemente deliberada pelos Acionistas da Sociedade na Assembleia Geral eletiva realizada em 27 de abril 2012, com 93,61% de votos favoráveis: por um lado, não afetam a sua isenção e imparcialidade, em especial atentas as sucessivas mutações na composição da administração da PT e na estrutura acionista dispersa da Sociedade ao longo de sucessivos mandatos; e, por outro, afiguram-se ainda como um contributo e qualidade relevantes para um adequado desempenho das suas funções de supervisão e fiscalização, em cumprimento dos seus deveres fundamentais de cuidado e de lealdade, no interesse da Sociedade.

Tal contributo e qualidade resultam especialmente relevantes, sobretudo, em face dos seguintes aspetos: *(i)* das suas qualificações e do conhecimento e experiência relativamente ao setor e à Sociedade; *(ii)* do reconhecimento da sua isenção e imparcialidade dentro dos órgãos sociais e da Sociedade como um todo, o qual se revela essencial ao desempenho das funções típicas do presidente do órgão de fiscalização; e *(iii)* da continuidade necessária para dar resposta às exigências que se colocam ao órgão de fiscalização da PT, enquanto emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na *Euronext Lisbon* e na NYSE.

**(5) Recomendação da CMVM n.º II.1.5.3. sobre a inclusão no conteúdo da declaração sobre a política de remunerações, prevista na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, das remunerações dos dirigentes**

Esta Recomendação alarga o conteúdo da declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização prevista na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no sentido de esta incluir informação sobre as remunerações dos dirigentes, o que, no entendimento da CMVM, pressupõe a submissão desta política à Assembleia Geral Anual no âmbito de um ponto da ordem de trabalhos respeitante à referida declaração sobre a política remuneratória.

Por sua vez, a PT tem entendido que as referidas informações acerca das remunerações dos dirigentes da Sociedade, que não os membros dos referidos órgãos sociais, devem constar de documento preparado pelo órgão de administração e apresentado à Assembleia Geral Anual juntamente com os documentos de prestação de contas, no ponto da ordem de trabalhos respeitante à aprovação do relatório e contas.

Com efeito, os dirigentes da Sociedade que não integram aqueles órgãos são quadros da empresa, não sendo a definição da respetiva política remuneratória da competência nem da Assembleia Geral nem da Comissão de Vencimentos da PT, constituindo antes matéria relativa à gestão da Sociedade.

Esta alocação de competências não constitui sequer uma especificidade do modelo de governo da PT. Com efeito, a remuneração dos quadros dirigentes constitui em qualquer modelo de governo uma matéria respeitante à gestão de recursos humanos, a qual se situa claramente no âmbito da competência do órgão de administração.

Por estas razões, a Sociedade não pode deixar de considerar que a Recomendação em causa não se coaduna com as regras legais vigentes, segundo as quais: *(i)* as matérias de gestão são competência primordial do órgão de administração; *(ii)* a definição da remuneração dos órgãos sociais e apenas essa é uma competência primordial da assembleia geral de acionistas, a qual pode nomear uma comissão de vencimentos, ficando esta obrigada ao denominado exercício de *say on pay* consagrado na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Este entendimento não prejudica o dever do Conselho de Administração de prestar contas e esclarecimentos à Assembleia Geral da Sociedade no que concerne à política de remuneração dos dirigentes, nos mesmos termos em que o faz em relação a qualquer matéria que entre no âmbito da sua competência, sendo assim, na opinião da PT, o foro próprio para esse efeito o relatório e contas submetido anualmente à Assembleia Geral.

Desta feita e no sentido de assegurar a transparência e *accountability* das decisões da administração neste domínio, o Conselho de Administração submeterá esta política aos Senhores Acionistas em anexo ao relatório anual de governo.

# INTRODUÇÃO

## ESTRUTURA DA PT

A PT é um operador global de telecomunicações líder a nível nacional em todos os segmentos em que atua, e oferece, de forma global e integrada, os seus serviços, produtos e soluções a um universo que ultrapassa os 100 milhões de clientes.

A PT está focada em três regiões geográficas principais: Portugal, Brasil e África. Dispõe de um portfólio de negócios diversificado em que qualidade e inovação constituem aspetos determinantes, estando empenhada em melhorar o desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios.

No mercado português, a PT é uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes: Residencial, Pessoal e Empresas.

A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no setor das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais. Destaca-se a atuação no mercado brasileiro, ao qual o Grupo PT tem dedicado uma parte significativa dos seus investimentos.

A PT está formalmente organizada nos seguintes segmentos de negócio: telecomunicações em Portugal (PT Comunicações e TMN), telecomunicações no Brasil (Oi) e Outros, incluindo os negócios internacionais em África, os negócios de *contact centre* em Portugal e no Brasil, os negócios de TI e inovação, e empresas instrumentais. As unidades são coordenadas pela empresa *holding*, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do centro corporativo. O *report* das empresas participadas é funcional e não hierárquico, sendo possível desta forma assegurar uma articulação efetiva.

**Portugal Telecom**

Telecomunicações em Portugal

Segmentos de clientes

| | | |
|---|---|---|
| Residencial | 100% | PT Comunicações |
| Pessoal | 100% | TMN |
| Empresas | | |

Telecomunicações no Brasil

| | |
|---|---|
| 25,6% | Oi |

Outros negócios de telecomunicações

| | |
|---|---|
| 25% | Unitel (1) |
| 40% | CVT (1) |
| 34% | MTC (1) |
| 51% | CST (1) |
| 41,12% | Timor Telecom |
| 28% | CTM (2) |

Outros negócios

| | |
|---|---|
| 100% | PT Sistemas de Informação |
| 100% | PT Inovação |
| 100% | PT PRO |
| 100% | PT Contact |
| 44,4% | Contax |

(1) Participações detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.
(2) Em 13 janeiro de 2013, a PT anunciou ter celebrado um acordo definitivo para a venda da sua participação na CTM à Citic Telecom International Holdings Limited.

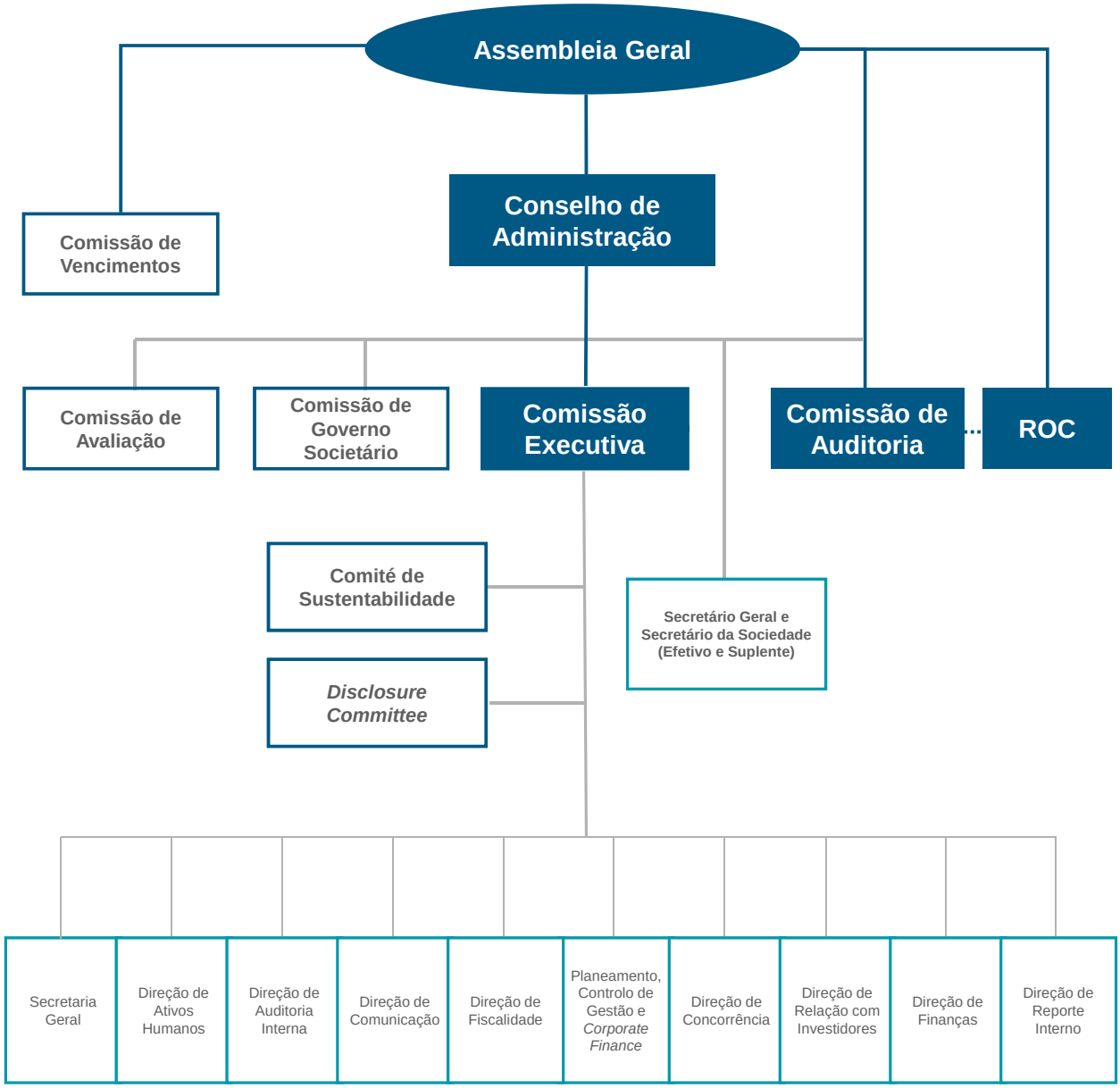
## GOVERNO DA SOCIEDADE

A PT adota um modelo de governo de cariz anglo-saxónico, o qual assenta na existência de um Conselho de Administração, uma Comissão de Auditoria constituída no seu seio por administradores não executivos, mas especialmente designada pela Assembleia Geral, e um Revisor Oficial de Contas, eleito sob proposta da Comissão de Auditoria.

A estrutura orgânica da PT integra, ainda, uma Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral e responsável pela fixação das remunerações dos titulares dos órgãos sociais.

Os membros dos órgãos sociais e da Mesa da Assembleia Geral são eleitos por um triénio, podendo ser reeleitos, uma ou mais vezes, dentro dos limites previstos na lei.

O modelo de governo da PT pode ser apresentado em termos esquemáticos da seguinte forma:




Este modelo de governo societário assume os valores da eficácia, simplicidade, transparência e rigor como seus pilares básicos e confere à PT uma estrutura adequada às particularidades e necessidades da Empresa e que é positivamente acolhida pelo mercado.

Neste contexto, a PT conta com uma Comissão Executiva com poderes delegados pelo Conselho de Administração, à qual compete uma atuação de carácter predominantemente operacional, cabendo ao Conselho de Administração supervisionar a sua atuação, com o apoio de uma Comissão de Governo Societário e de uma Comissão de Avaliação, atuando cada uma destas comissões internas no âmbito das respetivas competências específicas que lhes foram delegadas pelo órgão de administração. Esta tarefa de supervisão é, ainda, reforçada pela função desempenhada pelos administradores não executivos independentes que integram o Conselho de Administração.

A PT dispõe ainda de estruturas de apoio à Comissão Executiva, em concreto, um *Disclosure Committee* e um Comité de Sustentabilidade, bem como de um conjunto de departamentos operacionais que asseguram uma gestão eficaz e transparente da Sociedade.

A Comissão de Auditoria, juntamente com o Revisor Oficial de Contas, desempenha as funções de fiscalização que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, competindo designadamente àquele órgão social o exercício de funções de representação da Sociedade nas relações com os auditores externos e a supervisão do sistema de controlo interno e de gestão de risco implementado na PT.

Por sua vez, a Assembleia Geral da PT delibera sobre as matérias que lhe são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos da Sociedade, bem como sobre as matérias que não se encontram compreendidas nas atribuições dos outros órgãos da Sociedade.

Assim, verificando-se a plena implementação e consolidação do modelo de governo adotado na Assembleia Geral de 22 de junho de 2007, para efeitos do cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.1.1.1, e com base na reflexão levada a cabo pela Comissão de Governo Societário nos termos da Recomendação da CMVM n.º II.5.1(ii), considera-se que este modelo de governo assegura o efetivo desempenho de funções e articulação dos órgãos sociais da PT, revelando-se adequado às particularidades da Sociedade e sem que se verifiquem quaisquer constrangimentos ao seu funcionamento, não existindo igualmente qualquer circunstância que prejudique o regular funcionamento do sistema de *checks and balances* adotado que justifique alterações à orgânica ou práticas de governo da PT.

Com efeito, e como resulta do acompanhamento feito pela Comissão de Governo Societário, este modelo tem-se revelado adequado a catalisar as *best practices* nacionais e internacionais em matéria de governo societário e a contribuir para a *accountability* da Sociedade e da sua gestão perante os seus Acionistas, os investidores e o mercado.

# CAPÍTULO I. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral, constituída pelos Acionistas com direito de voto, reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria ou por Acionistas que representem pelo menos 2% do capital social.

As reuniões são realizadas na sede social ou noutro local escolhido pelo Presidente da Mesa nos termos da lei, não podendo ser efetuadas através de meios telemáticos. A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Os Acionistas podem participar diretamente na Assembleia Geral ou nela fazer-se representar, nos mais amplos termos previstos pelo Código das Sociedades Comerciais, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, devidamente assinada, e dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Para este efeito, os Acionistas poderão recorrer ao formulário de carta de representação que é disponibilizado no sítio da Internet www.telecom.pt, conforme informação divulgada pela Sociedade nas respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em cumprimento do disposto no artigo 23.º do Código dos Valores Mobiliários.

No exercício das suas competências, designadamente na preparação, convocação e condução das Assembleias Gerais de Acionistas, bem como na resposta a questões colocadas ou requerimentos formulados pelos Acionistas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da PT, além de contar com a assistência do Vice-Presidente e do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, tem ao seu dispor os serviços da Secretaria-Geral da Sociedade, a qual conta com os recursos humanos e técnicos necessários para a adequada realização da Assembleia Geral, tendo nomeadamente em consideração o número de participantes e a ordem de trabalhos de cada reunião. É ainda assegurado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral o necessário apoio logístico para o exercício das suas funções, podendo os Acionistas contactar a Mesa da Assembleia Geral através dos seguintes meios:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

| | |
|---|---|
| Endereço Postal: | Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 40-10.º piso, 1069-300 Lisboa |
| Telefone: | +351.800.207.369 |
| Fax: | +351.215.001.890 |
| E-mail: | assembleia-ptsgps@telecom.pt |

Os membros da Mesa da Assembleia Geral cumprem os requisitos de independência do n.º 5 do artigo 414.º e o regime de incompatibilidades do n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais e aplicáveis em virtude do disposto no artigo 374.º-A do mesmo Código.

## I.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

*Mesa da Assembleia Geral*

| | |
|---|---|
| António Menezes Cordeiro | *Presidente* |
| Eduardo Vera-Cruz Pinto | *Vice-Presidente* |
| Francisco Leal Barona | *Secretário* |

## I.2. MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – INÍCIO E TERMO DOS MANDATOS

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em 27 de abril de 2012 para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014.

## I.3. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Por determinação da Comissão de Vencimentos aprovada durante o exercício de 2008, a remuneração anual do Presidente da Mesa da Assembleia Geral corresponde a 42.000 euros.

## I.4. INDICAÇÃO DA ANTECEDÊNCIA EXIGIDA PARA O BLOQUEIO DAS AÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico nacional, pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de maio, da Diretiva 2007/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, relativa ao exercício de certos direitos dos acionistas de sociedades cotadas, estas sociedades deixaram de poder exigir aos seus acionistas o bloqueio das respetivas ações para efeitos de confirmação da titularidade dos direitos de voto e participação em Assembleia Geral.

Deste modo, a Recomendação da CMVM n.º I.2.1 e, bem assim, o ponto I.4 do Anexo I ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010 já não se encontram vigentes.

## I.5. INDICAÇÃO DAS REGRAS APLICÁVEIS AO BLOQUEIO DAS AÇÕES EM CASO DE SUSPENSÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Conforme referido no ponto anterior, à luz das regras atualmente vigentes não é admissível a exigência, pelas sociedades cotadas aos seus acionistas, do bloqueio das respetivas ações para efeitos de participação em Assembleia Geral.

Devem, em consequência, considerar-se não vigentes a Recomendação da CMVM n.º I.2.2 e o ponto I.5 do Anexo I ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010.

## I.6. NÚMERO DE AÇÕES A QUE CORRESPONDE UM VOTO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, a cada 500 ações corresponde um voto, podendo os Acionistas possuidores de um número inferior de ações agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número de ações necessário ao exercício do direito de voto. Apenas podem estar presentes na reunião da Assembleia Geral os Acionistas com direito de voto.

No âmbito de programas de *American Depository Receipts* (ADR) ou de *Global Depository Receipts* (GDR) que tenham por objeto ações da Sociedade são considerados como Acionistas os titulares dos ADR ou dos GDR e como mero representante destes a entidade em nome de quem as ações se encontrem inscritas, desde que cumpram as condições estabelecidas pelos Estatutos para o exercício desse direito, as quais são comunicadas aos titulares de direito de voto em cada convocatória da Assembleia Geral.

## I.7. LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO OU CONTAGEM DE VOTO

Para além do referido no Capítulo I.6. anterior, e de acordo com o artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade, não serão contados os votos emitidos por um acionista titular de ações ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro acionista, que excedam 10% da totalidade dos direitos de voto correspondentes ao capital social, considerando-se como

pertencendo ao acionista as ações detidas por pessoas que se encontrem nas situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sendo a limitação de cada pessoa abrangida proporcional ao número de votos que emitir.

Não existem quaisquer ações que não confiram direito de voto.

## I.8. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral delibera, em primeira convocação ou em convocação subsequente, pela maioria dos votos emitidos, sem prejuízo da exigência de maioria qualificada nos casos previstos na lei.

Deste modo, o quórum constitutivo e deliberativo da Assembleia Geral estabelecido nos Estatutos da PT não difere do estabelecido no Código das Sociedade Comerciais.

As normas aplicáveis às deliberações de alteração de estatutos encontram-se descritas no Capítulo III.6.

Os Estatutos da PT não preveem qualquer sistema de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

## I.9. EXISTÊNCIA DE REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os Estatutos da Sociedade preveem que o exercício do voto por correspondência possa abranger todas as matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela fixados, sendo os votos exercidos dessa forma considerados no momento do escrutínio da votação por adição aos direitos de voto exercidos no decurso da Assembleia Geral.

Dispõem igualmente os Estatutos que os termos e condições para o exercício do voto por correspondência devem ser definidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória, com vista a assegurar as suas autenticidade, regularidade, segurança, fiabilidade e confidencialidade até ao momento da votação.

A autenticidade do voto deverá ser assegurada perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral mediante comunicação com a assinatura reconhecida nos termos legais, tratando-se de pessoas coletivas, ou mediante comunicação acompanhada de cópia simples de documento de identificação, tratando-se de pessoas singulares. De forma a garantir a confidencialidade do voto, as referidas comunicações deverão ser remetidas em envelope fechado que apenas será considerado no momento do escrutínio da votação.

Por outro lado, os Estatutos preveem que os votos emitidos por correspondência valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação que venham eventualmente a ser apresentadas em momento posterior à respetiva emissão, sendo que a presença em Assembleia Geral de acionista que tenha exercido o respetivo direito de voto por correspondência, ou de seu representante, determina a revogação do voto expresso por aquela forma.

## I.10. DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MODELO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

De acordo com a prática adotada na PT, a votação por correspondência deverá ser exercida de acordo com o seguinte procedimento:

- Os Acionistas com direito a voto poderão, de harmonia com o artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, exercê-lo por correspondência, desde que, até à hora e data fixadas na convocatória, façam chegar uma comunicação dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com assinatura reconhecida (ou, no caso de pessoas singulares, com assinatura simples acompanhada de fotocópia do respetivo bilhete de identidade), da qual conste a morada para onde devam ser enviados os boletins de voto e demais documentação. Em resposta, proceder-se-á ao envio dos respetivos boletins de voto e demais documentação, devendo esses Acionistas remeter ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por forma a que sejam por este recebidos, até à hora e data fixadas na convocatória da Assembleia Geral um sobrescrito fechado contendo outro sobrescrito fechado com os boletins de voto devidamente preenchidos;
- Sem prejuízo da obtenção de boletins de voto através da Internet nos termos do parágrafo seguinte, existem boletins de voto à disposição dos Acionistas na sede da Sociedade, podendo igualmente ser facultados por entrega em mão, por via postal ou por correio eletrónico;
- Poderão, ainda, alternativamente, os Acionistas retirar do sítio da Internet www.telecom.pt os boletins de voto e remetê-los, dirigindo-os ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, devidamente preenchidos e em sobrescrito fechado, de modo a que sejam recebidos, juntamente com um sobrescrito contendo a fotocópia do bilhete de identidade (ou, no caso de pessoas coletivas, documento de reconhecimento de assinatura nos termos legais) até à data e hora fixadas na convocatória.

## I.11. EXIGÊNCIA DE PRAZO QUE MEDEIE ENTRE A RECEÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA E A DATA DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

O prazo implementado para a receção de declarações de voto por correspondência de acordo com a prática adotada pela PT desde a Assembleia Geral Anual de 2008 é de 3 dias úteis de antecedência relativamente à data da reunião da Assembleia Geral, em cumprimento com a Recomendação da CMVM n.º I.3.2.

## I.12. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR MEIOS ELETRÓNICOS

As regras estatutárias descritas no Capítulo I.9. são aplicáveis ao exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

De acordo com a prática implementada na Sociedade, os Acionistas poderão votar através do sítio da Internet www.telecom.pt, com observância dos requisitos no mesmo estabelecidos, desde que até à hora e data fixadas na convocatória da Assembleia Geral, façam chegar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma comunicação, elaborada de acordo com o modelo disponibilizado no mesmo sítio da Internet, comunicação essa que deverá conter a assinatura reconhecida (ou, no caso de pessoas singulares, a assinatura simples acompanhada de fotocópia do respetivo bilhete de identidade), da qual conste um endereço postal, para onde pretenda que seja enviada a palavra-chave a ser disponibilizada pela Sociedade.

Estes Acionistas poderão exercer o seu direito de voto no período fixado na convocatória da Assembleia Geral.

## I.13. EXTRATOS DE ATAS DAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

A PT divulgou ao mercado, dentro do prazo de 5 dias contados desde a realização da Assembleia Geral de 27 de abril de 2012, informação respeitante às deliberações aí tomadas pelos Acionistas, capital representado e resultados das votações.

A PT disponibilizou ainda no seu *website* extratos de ata da reunião da Assembleia Geral de Acionistas que teve lugar em 2012.

A PT cumpre, deste modo, a Recomendação da CMVM n.º I.5.

## I.14. ACERVO HISTÓRICO SOBRE ASSEMBLEIAS GERAIS

Nos termos do artigo 21.º-C do Código dos Valores Mobiliários, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente as devam acompanhar e os demais elementos de informação preparatória, são postos à disposição dos Acionistas na sede social e no sítio na Internet da Sociedade na data da publicação da convocatória da Assembleia Geral e sempre em prazo não inferior aos 21 dias antecedentes à reunião. Estes documentos são também divulgados na língua inglesa.

Aquando da preparação da Assembleia Geral Anual, os documentos de prestação de contas são igualmente disponibilizados aos Acionistas no Sistema de Difusão da Informação da CMVM simultaneamente com a divulgação da convocatória.

Com vista a facilitar o acesso a estes documentos, especialmente aos Acionistas estrangeiros, a Direção de Relação com Investidores procede, mediante solicitação, ao envio dos mesmos por correio, fax ou correio eletrónico.

Adicionalmente, o texto das propostas apresentadas por Acionistas à Assembleia Geral são disponibilizados no *website* da Sociedade nos termos legais e regulamentares.

Por outro lado, a PT divulga a súmula das deliberações tomadas em Assembleia Geral no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e no seu próprio *website*, bem como através da Direção de Relação com Investidores.

A PT mantém no seu *website*, relativamente aos três anos precedentes, um acervo histórico das ordens de trabalhos e deliberações tomadas em Assembleia Geral, bem como informação sobre o capital social representado e os resultados das votações nas respetivas reuniões, adotando deste modo a Recomendação da CMVM n.º I.5.

## I.15. INDICAÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES PRESENTE(S) NAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Nas Assembleias Gerais realizadas pela Sociedade, pelo menos um dos membros da Comissão de Vencimentos tem sempre estado presente, em conformidade com a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.6. Na Assembleia Geral realizada no dia 27 de abril de 2012, esteve presente o Dr. Álvaro Pinto Correia, Presidente da Comissão de Vencimentos da PT no mandato em curso.

## I.16. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL NA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E AVALIAÇÃO

As políticas de remunerações implementadas na PT encontram-se referenciadas nos Capítulos II.29. e II.30., sendo levadas ao conhecimento e discussão dos Acionistas em todas as Assembleias Gerais Anuais.

Acresce que, nos termos da lei, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração (e da fiscalização) da Sociedade.

## I.17. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EM PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES

Não existe qualquer plano de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

## I.18. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EM SISTEMAS DE BENEFÍCIOS DE REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES

Não existem planos de benefícios de reforma patrocinados pela PT aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

O sistema de benefícios de reforma aplicável a alguns dos dirigentes da Sociedade, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, encontra-se descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras consolidadas, sendo levado ao conhecimento e discussão dos Acionistas em todas as Assembleia Gerais Anuais.

## I.19. PREVISÃO ESTATUTÁRIA DE SUJEIÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL, DE CINCO EM CINCO ANOS, DE NORMA DE LIMITAÇÃO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA

Os Estatutos da PT contêm uma limitação à contagem dos votos, no sentido de não serem contados os votos emitidos por um só Acionista titular de ações ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro Acionista, que excedam 10% da totalidade do capital social (artigo 13.º, n.º 10), não prevendo que, de cinco em cinco anos, tais cláusulas estatutárias sejam sujeitas a deliberação pela Assembleia Geral no sentido de decidir acerca da sua manutenção ou não nos Estatutos.

## I.20. MEDIDAS DEFENSIVAS QUE PROVOQUEM EROSÃO NO PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE

A Sociedade não adota quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

## I.21. ACORDOS SIGNIFICATIVOS COM CLÁUSULAS DE MUDANÇA DE CONTROLO

A PT, no normal exercício da sua atividade, celebrou alguns acordos que poderão ser alterados ou cessar em caso de mudança de controlo da Sociedade, sendo de destacar, pela sua relevância, o Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações de Emissão da Telemar Participações S.A., da Pasa Participações S.A., da EDSP75 Participações S.A. e de outras Empresas Oi, celebrado no dia 25 de janeiro de 2011.

Ao abrigo de tal acordo, as sociedades que integram o Grupo Oi terão o direito de adquirir ao Grupo PT, que estará obrigada a vender, a participação por si direta e indiretamente detida no Grupo Oi, no caso de se verificar uma alteração da estrutura de controlo da PT, conforme definida no acordo. Esta opção de compra permanecerá em vigor enquanto a PT detiver uma participação acionista, direta ou indireta, na Telemar Participações S.A.

Adicionalmente, o Aditivo ao Acordo de Acionistas da Telemar Participações S.A., celebrado igualmente no dia 25 de janeiro de 2011 entre a PT e acionistas da Telemar Participações S.A., prevê que o acionista controlador, direto ou indireto, de qualquer uma das partes (incluindo a PT) não poderá deixar de exercer o controlo sobre tal parte sem que esta haja previamente apresentado uma proposta de alienação das ações por si detidas na Telemar Participações S.A. às restantes partes no acordo.

Em acréscimo, cumpre ainda referir o acordo parassocial celebrado entre a PT e a Samba Luxco S.a r.l. ("Helios"), em 13 de agosto de 2007, com respeito à sociedade Africa PT, B.V. (atualmente denominada "Africatel, B.V."), constituída no contexto da parceria estratégica estabelecida entre aquelas sociedades com o intuito de criarem e desenvolverem, conjuntamente, um prestador de serviços de telecomunicações operante em toda a África subsariana. Nos termos de tal acordo parassocial, caso venha a existir uma mudança de controlo na Portugal Telecom, a Helios terá uma opção de venda à PT da totalidade da participação por si detida na Africatel, B.V.

Finalmente, no exercício de 2011 a PT celebrou contratos de financiamento, no valor global de 1.200.000 euros que contêm cláusulas de mudança de controlo, tendo igualmente emitido, através da PT International Finance BV, durante o exercício de 2012 um Eurobond no valor de 750.000.000 euros cujos termos e condições incluem cláusulas de mudanças de controlo que todavia apenas são acionadas quando acompanhadas por *downgrade* no *rating* da PT em consequência da operação em causa.

A PT descreve as diversas situações que constituem condicionalismos financeiros (*covenants*) para a Sociedade, no que respeita a cláusulas de mudança de controlo, nos termos da Nota 38 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2012.

Não existem contratos significativos que entrem em vigor em caso de mudança de controlo da PT.

## I.22. ACORDOS COM ADMINISTRAÇÃO E DIRIGENTES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE CESSAÇÃO DE FUNÇÕES NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO

Não existem quaisquer acordos entre a PT e os titulares do órgão de administração ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

# CAPÍTULO II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## SECÇÃO I. TEMAS GERAIS

### II.1. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

**Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos em 27 de abril de 2012 para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014. A 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade tinha a seguinte composição:

| *Titulares (data da primeira designação)* | *Conselho de Administração* | *Comissão Executiva* | *Comissão de Auditoria* | *Comissão de Governo Societário* | *Comissão de Avaliação* | *Independência (5)* | *N.º de ações* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Henrique Granadeiro (2003) | Presidente | | | Presidente | Presidente (2) | Sim | 150 |
| Zeinal Bava (2000) | Vogal | Presidente Executivo | | | Vogal (3) | | 63.161 |
| Luís Pacheco de Melo (2006) | Vogal | Vogal (CFO) | | | | | 45 |
| Alfredo Baptista (2011) | Vogal | Vogal | | | | | 8.193 |
| Carlos Alves Duarte (2009) | Vogal | Vogal | | | | | 40 |
| Manuel Rosa da Silva (2009) | Vogal | Vogal | | | | | 90 |
| Pedro Durão Leitão (2011) | Vogal | Vogal | | | | | 758 |
| Shakhaf Wine (2009) | Vogal | Vogal | | | | | - |
| Amílcar de Morais Pires (2006) | Vogal | | | | | | 3.242 |
| Fernando Portella (2012) (1) | Vogal | | | | | | - |
| Francisco Soares (2006) | Vogal | | | Vogal | Vogal | Sim | - |
| Gerald S. McGowan (2003) | Vogal | | | Vogal | | Sim | 30.000 |
| João de Mello Franco (1998) | Vogal | | Presidente | Vogal | Vogal (4) | Sim | 13.308 (6) |
| João Nuno Palma (2012) | Vogal | | | Vogal | | | 1.436 |
| Joaquim Goes (2000) | Vogal | | | Vogal | Vogal | | 2.437 |
| José Xavier de Basto (2007) | Vogal | | Vogal | | | Sim | - |
| José Cabral dos Santos (2012) | Vogal | | | | | | - |
| Maria Helena Nazaré (2009) | Vogal | | | | | Sim | - |
| Mário João de Matos Gomes (2009) | Vogal | | Vogal | | | Sim | - |
| Milton Silva Vargas (2009) | Vogal | | | | Vogal | | - |
| Nuno de Almeida e Vasconcellos (2006) | Vogal | | | | | | 11.190 |
| *Titulares (data da primeira designação)* | *Conselho de Administração* | *Comissão Executiva* | *Comissão de Auditoria* | *Comissão de Governo Societário* | *Comissão de Avaliação* | *Independência (5)* | *N.º de ações* |
| Otávio Marques de Azevedo (2011) | Vogal | | | | Vogal | | - |
| Paulo Varela (2009) | Vogal | | | Vogal | | | 7.134 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Rafael Mora Funes (2007) | Vogal | Vogal | Vogal | 501 (7) |

(1) O administrador Fernando Magalhães Portella foi designado por cooptação em 25 de outubro de 2012, em substituição do administrador cessante Pedro Jereissati, conforme renúncia comunicada à Sociedade na mesma data.

(2) Por inerência ao cargo de Presidente do Conselho de Administração.

(3) Por inerência ao cargo de Presidente Executivo.

(4) Por inerência ao cargo de Presidente da Comissão de Auditoria.

(5) Avaliação da independência feita de acordo com as Ordens de Serviço n.ºs 3,08 e 4,08 do Conselho de Administração e Comissão de Auditoria da PT e o n.º 5 do art. 414.º do Código das Sociedades Comerciais, conforme aplicável, e que poderá diferir em relação a alguns administradores da avaliação feita de acordo com o entendimento da CMVM, quanto à alínea b) do n.º 5 do art. 414º do Código das Sociedades Comerciais e à Recomendação da CMVM n.º II.1.2.3, expresso nos relatórios sobre o governo das sociedades cotadas relativos a 2010 e 2011, o qual foi tido em conta pela PT na sua declaração de não cumprimento das Recomendações da CMVM n.ºs II.1.2.2 e II.1.3.1. Para informação mais detalhada sobre esta matéria *vide* Capítulos II.14 e II.15 *infra*.

(6) Das quais, 322 são detidas pela respetiva cônjuge.

(7) Detidas, na totalidade, pela respetiva cônjuge.

Na sua reunião de 25 de outubro de 2012, o Conselho de Administração deliberou designar, por cooptação, para completar o mandato correspondente ao triénio 2012-2014, Fernando Magalhães Portella como administrador não executivo, na sequência da renúncia apresentada na mesma data pelo administrador não executivo Pedro Jereissati. Tendo em conta que nenhuma Assembleia Geral de Acionistas foi entretanto convocada, os Acionistas serão chamados a deliberar sobre a ratificação desta cooptação de um membro do Conselho de Administração da Sociedade na Assembleia Geral Anual de Acionistas que terá lugar em abril de 2013.

O Conselho de Administração da PT é composto por um número mínimo de 15 e máximo de 25 membros, que são eleitos pelos Acionistas em Assembleia Geral por maioria dos votos emitidos. De harmonia com a lei societária, os Acionistas titulares de, pelo menos, 10% do capital social e que tenham votado vencido na eleição do Conselho de Administração podem designar um membro do órgão de administração.

O mandato dos administradores é de três anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, e não existindo restrições quanto à reeleição de administradores.

No dia 3 de outubro de 2008, o Conselho de Administração aprovou o seu regulamento de funcionamento nos termos do qual os membros não executivos deste órgão social deverão corresponder, pelo menos, à maioria dos administradores em exercício. De entre os 24 administradores da Sociedade em funções a 31 de dezembro de 2012, 7 eram administradores executivos e 17 eram não executivos, o que excede largamente tal quota e, ademais, se encontra em plena conformidade com a Recomendação da CMVM n.º II.1.2.1.

**Comissão Executiva**

O Conselho de Administração nomeia o Presidente da Comissão Executiva ("Presidente Executivo") e os respetivos vogais, sendo estes últimos designados mediante proposta do Presidente desta Comissão.

*Composição*

| | |
|---|---|
| Zeinal Bava | *Presidente* |
| Luís Pacheco de Melo | *Vogal (CFO)* |
| Alfredo Baptista | *Vogal* |
| Carlos Alves Duarte | *Vogal* |
| Manuel Rosa da Silva | *Vogal* |
| Pedro Durão Leitão | *Vogal* |
| Shakhaf Wine | *Vogal* |

**Comissão de Auditoria**

Respeitando os requisitos previstos no artigo 423.º-B do Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da PT, a Comissão de Auditoria é composta exclusivamente por administradores não executivos, que satisfazem os requisitos de independência definidos no n.º 5 do artigo 414.º do mesmo Código, conforme melhor explanado no Capítulo II.14 *infra*, e possuem curso superior adequado ao exercício das suas funções, tendo pelo menos um de tais membros conhecimentos em contabilidade e auditoria.

Os membros da Comissão de Auditoria são designados pela Assembleia Geral em conjunto com os demais administradores, devendo as listas propostas para a composição do Conselho de Administração indicar, nos termos dos Estatutos da Sociedade, os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e o respetivo Presidente.

| *Composição*<br>*(data da primeira designação)* | |
|---|---|
| João de Mello Franco<br>*(22/06/2007)* | *Presidente* |
| José Xavier de Basto<br>*(22/06/2007)* | *Vogal* |
| Mário João de Matos Gomes<br>*(27/03/2009)* | *Vogal* |

**Revisor Oficial de Contas**

O mandato do Revisor Oficial de Contas efetivo para o triénio de 2012-2014 teve início em 27 de abril de 2012, sendo titular do cargo a sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Pedro João Reis de Matos Silva, Revisor Oficial de Contas.

No desempenho das suas competências, a Comissão de Auditoria da PT atestou a independência do Revisor Oficial de Contas e avalia positivamente o trabalho por este desenvolvido no exercício de 2012.

A remuneração da Sociedade Revisora Oficial de Contas acima referida paga e/ou devida por referência ao exercício de 2012 foi de 242.500 euros, incluindo os serviços prestados às seguintes sociedades do Grupo: Portugal Telecom, PT Investimentos Internacionais, PT Ventures, PT Participações, Timor Telecom, PT Imobiliária e PT Compras.

## II.2. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS CONSTITUÍDAS COM COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

**Comissão de Avaliação**

Em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de governo societário e, bem assim, com as recomendações da CMVM nesse âmbito e com as *Final Rules* aprovadas pela *New York Stock Exchange* sobre governo societário, aprovadas na sequência do *Sarbanes-Oxley Act*, o Conselho de Administração da PT deliberou, em 15 de outubro de 2008, delegar numa Comissão de Avaliação as competências necessárias para a avaliação dos membros executivos do órgão de administração e do Conselho de Administração no seu todo, bem como competências consultivas em matéria de seleção dos membros dos órgãos de administração das sociedades mais relevantes do Grupo PT.

Deverá ser destacado aliás que, desde a Assembleia Geral Anual de 2009, tem vindo a ser adotada na PT a prática inovadora entre as sociedades portuguesas admitidas à negociação de submeter aos acionistas nas Assembleias Gerais eletivas um relatório elaborado pela Comissão de Avaliação sobre o

processo de seleção dos administradores cuja eleição é proposta nessas Assembleias Gerais, podendo dizer-se que, também nesta matéria, a PT se encontra na vanguarda das boas práticas.

Nos termos da delegação de poderes, a Comissão de Avaliação é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Presidente Executivo, pelo Presidente da Comissão de Auditoria e por quatro administradores não executivos, incluindo, pelo menos, um administrador independente, correspondendo os respetivos mandatos ao do Conselho de Administração. A Comissão de Avaliação é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, salvo se este exercer também as funções de Presidente Executivo, caso em que a Comissão de Avaliação é presidida por um dos seus membros não executivos indicado para o efeito pelo Conselho de Administração.

Cumpre ainda salientar que a presença do Presidente Executivo nesta Comissão não prejudica o cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.5.1, uma vez que aquele, nos termos do respetivo Regulamento, está impedido de votar em deliberações respeitantes, por um lado, à avaliação anual do desempenho dos membros da Comissão Executiva e, por outro, ao processo de seleção de administradores não executivos da PT.

*Composição*

| | |
|---|---|
| Henrique Granadeiro [(1)] | *Presidente* |
| Zeinal Bava [(2)] | *Vogal* |
| Francisco Soares | *Vogal* |
| João de Mello Franco [(3)] | *Vogal* |
| Joaquim Goes | *Vogal* |
| Milton Silva Vargas | *Vogal* |
| Otávio Marques de Azevedo | *Vogal* |
| Rafael Mora Funes | *Vogal* |

(1) Por inerência do cargo de Presidente do Conselho de Administração.
(2) Por inerência do cargo de Presidente Executivo.
(3) Por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Auditoria.

**Comissão de Governo Societário**

Em cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis, e procurando adotar as recomendações e as melhores práticas internacionais, em 31 de dezembro de 2012 e nesta data, existe no seio do Conselho de Administração, para além da Comissão Executiva e da Comissão de Avaliação, uma comissão responsável pela avaliação e desenvolvimento do modelo de governo societário: a Comissão de Governo Societário.

A Comissão de Governo Societário é composta por membros não executivos do Conselho de Administração com experiência e conhecimentos adequados à reflexão sobre o modelo de governo societário e ao acompanhamento permanente da adoção das melhores práticas de governo societário dentro do Grupo PT, à luz das características específicas da empresa. O Presidente da Comissão de Governo Societário é designado pelo Conselho de Administração.

*Composição*

| | |
|---|---|
| Henrique Granadeiro | *Presidente* |
| Francisco Soares | *Vogal* |
| Gerald S. McGowan | *Vogal* |
| João de Mello Franco | *Vogal* |
| João Nuno Palma | *Vogal* |
| Joaquim Goes | *Vogal* |
| Paulo Varela | *Vogal* |
| Rafael Mora Funes | *Vogal* |

**Estruturas de Apoio à Comissão Executiva**

As decisões dos investidores relativamente à alocação de capitais a empresas cotadas têm em conta, atualmente, não só as avaliações económicas, como também a transparência da informação e os níveis de segurança, sustentabilidade e fiabilidade da gestão executiva das sociedades.

Deste modo, a Comissão Executiva nomeou, no âmbito da delegação de competências efetuada pelo Conselho de Administração, duas estruturas de apoio para um melhor desempenho das suas atribuições.

A composição das estruturas de apoio da Comissão Executiva é a seguinte:

*Disclosure Committee*

| | |
|---|---|
| Luís de Sousa Macedo | *Presidente* |
| Francisco Nunes | *Vogal* |
| Nuno Prego | *Vogal* |
| Carlos Cruz | *Vogal* |
| Nuno Vieira | *Vogal* |
| Guy Pacheco | *Vogal* |
| Bruno Saldanha | *Vogal* |

*Comité de Sustentabilidade*

O Comité de Sustentabilidade é constituído por um Comité de Gestão e por um conjunto de 7 subcomités, todos presididos pelo Presidente Executivo da PT e com a seguinte composição:

Comité de Gestão:
- Presidente Executivo da PT;
- Administradores da PT Comunicações, TMN, PT PRO, PT Inovação, PT SI, PT Compras e PT II responsáveis pelo pelouro da sustentabilidade no âmbito da respetiva empresa;
- Administrador delegado da Fundação PT;
- Responsável pela área da sustentabilidade.

Subcomité de Energia e Ambiente:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- Diretores com a responsabilidade de gestão de energia das empresas: na rede, nos SI e nas áreas administrativas;
- Responsáveis pela gestão e encaminhamento de resíduos;
- Responsáveis pela compra de equipamentos e de serviços nas diversas empresas do Grupo PT;
- Responsável pela gestão de frotas.

Subcomité de Relações Laborais, Direitos Humanos e SST:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- Diretor responsável pelo desenvolvimento de

competências;
- Diretor responsável pelos recursos humanos das empresas do Grupo PT;
- Responsável pelo relacionamento com representantes de colaboradores;
- Responsáveis pela SST nas empresas do Grupo PT;
- Responsável pelo relacionamento com fornecedores;
- Responsável pelos programas de voluntariado interno e externo das empresas do Grupo PT.

Subcomité de Relacionamento com *Stakeholders*:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- Diretor responsável pelo relacionamento com analistas e Acionistas;
- Diretor responsável pelo relacionamento com clientes;
- Diretor responsável pelo relacionamento com colaboradores e seus representantes;
- Diretor responsável pelo relacionamento com fornecedores;
- Diretor responsável pelo relacionamento com os *media*;
- Diretor responsável pelo relacionamento com entidades reguladoras de estado;
- Diretor responsável pelo relacionamento com ONGs;
- Diretor responsável pela gestão de risco.

Subcomité de Comunicação Corporativa, Marca e *Marketing* de Produtos e Serviços:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- Diretor de comunicação corporativa;
- Diretores de *marketing* de produtos e serviços das empresas do Grupo PT;
- Responsável pela gestão de marcas;
- Responsável pelos *social media*.

Subcomité de Inovação e Desenvolvimento de Serviços e Soluções:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- Diretor do OPEN;
- Diretor de implementação da rede;
- Diretor de desenvolvimento de SI;
- Responsáveis pela gestão de produtos voz, TV, banda larga e soluções empresariais;
- Diretor de melhoria contínua.

Subcomité de Relacionamento com Fornecedores:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- Diretor de relacionamento com fornecedores;

- Responsáveis pela aquisição de serviços e materiais;
- Responsáveis pela contratação de *outsourcer*.

Subcomité de partilha de práticas de sustentabilidade com as empresas participadas a nível internacional:
- Presidente Executivo da PT;
- Equipa responsável pela área da sustentabilidade;
- PT II;
- Responsáveis pela sustentabilidade e/ou pela cidadania corporativa das empresas participadas.

## II.3. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE

### A. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência de outros órgãos sociais, estabelecendo a orientação estratégica do Grupo PT e supervisionando a atividade de gestão corrente da Comissão Executiva.

De modo a garantir a existência de uma estrutura mais adequada às necessidades de gestão da PT, o Conselho de Administração delegou poderes de gestão corrente na Comissão Executiva e atribuiu competências específicas à Comissão de Governo Societário, em matéria de acompanhamento do sistema de governo societário, e à Comissão de Avaliação, em matéria de remunerações, de avaliação do desempenho dos administradores e no âmbito dos processos de seleção, nos termos descritos no presente relatório.

Sem prejuízo das competências próprias da Comissão de Auditoria, cabe igualmente ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade dispõe de sistemas eficazes de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para além das matérias excluídas por lei, ao Conselho de Administração está vedada a adoção de deliberações sobre matérias cuja competência é atribuída pelos Estatutos à Assembleia Geral. Os Acionistas, por seu turno, apenas poderão deliberar sobre matérias de gestão a pedido do órgão de administração.

Em contrapartida, o Conselho de Administração encontra-se autorizado a aumentar o capital social, com o parecer favorável da Comissão de Auditoria e precedendo-lhe deliberação da Assembleia Geral, nos termos descritos no Capítulo II.10 do presente relatório.

#### Comissão Executiva

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da Empresa, retendo as funções de supervisão e controlo. Deste modo, o Conselho de Administração atribuiu à Comissão Executiva todos os poderes para o efeito necessários, sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas, com exceção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais de Acionistas;
- Relatórios e contas anuais, a submeter à aprovação da Assembleia Geral Anual de Acionistas;

- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15.º dos Estatutos;
- Mudança de sede da Sociedade;
- Projetos de cisão, fusão e transformação da Sociedade, a propor à Assembleia Geral de Acionistas, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões e acordos de parceria estratégica que envolvam sociedades do Grupo PT, sempre que, nestes casos, tais operações não consubstanciem meras reestruturações internas do Grupo PT enquadradas nos objetivos gerais e princípios fundamentais aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas;
- Projetos de aumentos de capital a propor à Assembleia Geral de Acionistas;
- Alterações estatutárias a propor à Assembleia Geral de Acionistas;
- Definição dos objetivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas, designadamente, à tecnologia a adotar, desenvolvimento das redes e prestações de serviços;
- Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade e modificações importantes na organização da Empresa;
- Planos de atividades, orçamentos e planos de investimentos anuais;
- Definição do montante a propor anualmente à Assembleia Geral de Acionistas para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva.

Deste modo, encontra-se cumprida a Recomendação da CMVM n.º II.2.2, por não se encontrar delegada qualquer competência do Conselho de Administração no que respeita a *(i)* determinação da estratégia e políticas gerais da Sociedade, *(ii)* definição da estrutura empresarial do Grupo PT e *(iii)* decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou características especiais, nomeadamente por, quanto a este último aspeto, tais matérias serem de competência reservada do Conselho de Administração nos termos do respetivo Regulamento interno.

**Competências do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente Executivo**

Nos termos dos Estatutos, das normas de funcionamento do Conselho de Administração e da delegação de poderes na Comissão Executiva, competem ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente Executivo as seguintes funções:

*Presidente do Conselho de Administração*
- Representar o Conselho de Administração e promover a comunicação entre a Sociedade e os seus Acionistas;
- Coordenar a atividade do Conselho de Administração, procedendo à distribuição de matérias pelos respetivos vogais, quando a isso aconselharem as conveniências de gestão;
- Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração;
- Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração;
- Zelar para que as deliberações sobre as matérias da competência do Conselho de Administração (que não tenham sido delegadas na Comissão Executiva) sejam adotadas por este órgão social.

*Presidente Executivo*
- Coordenar a atividade da Comissão Executiva, procedendo à distribuição de matérias pelos respetivos vogais, quando a isso aconselharem as conveniências de gestão;
- Convocar e dirigir as reuniões da Comissão Executiva;
- Zelar pela correta execução das deliberações da Comissão Executiva.

Desde a aprovação do regulamento de funcionamento do Conselho de Administração, em 3 de outubro de 2008, passou a ser da competência do Presidente do Conselho de Administração o exercício das seguintes funções:

- Acompanhar e consultar a Comissão Executiva sobre o desempenho das competências nesta delegadas;
- Contribuir para o efetivo desempenho das respetivas funções e competências por parte dos administradores não executivos e das comissões específicas do Conselho de Administração, bem como assegurar os mecanismos necessários para que estes recebam atempadamente a informação necessária com vista à tomada de decisões de forma independente e esclarecida pelos mesmos;
- Presidir à Comissão de Avaliação.

O referido regulamento de funcionamento dispõe igualmente que, no caso de o Presidente do Conselho de Administração desempenhar simultaneamente as funções de Presidente Executivo, as atribuições referidas nas três alíneas anteriores deverão ser desempenhadas por um membro não executivo daquele órgão social.

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração prevê ainda a possibilidade de realização de reuniões *ad hoc* entre os administradores não executivos e exige que estes reúnam pelo menos uma vez por ano com o Presidente da Comissão de Avaliação da PT, sendo tal cargo exercido, por inerência de funções, pelo Presidente do Conselho de Administração.

**Repartição de pelouros na Comissão Executiva**

No quadro do processo de decisão empresarial no que respeita às linhas de negócio do Grupo PT e ao Governo da Sociedade, a 31 de dezembro de 2012, os membros da Comissão Executiva eram responsáveis pelos seguintes pelouros:

| Comissão Executiva | Funções Corporativas | Funções Executivas |
|---|---|---|
| **Zeinal Bava**<br>Presidente Executivo | • Estratégia<br>• Recursos Humanos<br>• Inovação<br>• Relação com Investidores<br>• Comunicação e Imagem Corporativa<br>• Auditoria Interna<br>• Regulação e Concorrência<br>• Relações Institucionais e Internacionais<br>• Sustentabilidade | • PT Portugal<br>• Grupo Oi<br>• PT Investimentos Internacionais<br>• PT Inovação<br>• Fundação PT |
| **Luís Pacheco de Melo**<br>CFO | • Planeamento e Controlo de Gestão<br>• Reporte Financeiro<br>• *Corporate Finance*<br>• Operações Financeiras e Tesouraria<br>• Fiscalidade<br>• Controlo Interno e Gestão de Risco<br>• Estratégia de Contratação de Serviços<br>• Gestão Financeira e Cobranças<br>• Fundo de Pensões | • PT Centro Corporativo<br>• PT Pro<br>• PT Compras<br>• PT ACS<br>• Previsão |
| **Alfredo Baptista** | • Redes<br>• Sistemas de Informação<br>• Desenvolvimento de Produto e Serviços | • PT SI |
| **Carlos Alves Duarte** | • Segmento Empresarial (*Corporate* e PME) | |
| **Manuel Rosa da Silva** | • *Customer Care*<br>• Instalação e Manutenção<br>• Melhoria Contínua<br>• Rede de Distribuição<br>• Segurança Física de Edifícios, Redes e Sistemas | • PT Contact |
| **Pedro Leitão** | • Segmento Consumo (Residencial/SoHo e Pessoal) | |
| **Shakhaf Wine** | • Participações no Brasil | • PT Brasil<br>• Grupo Oi<br>• PT Inovação Brasil |

A Comissão de Governo Societário, no seu Relatório sobre as práticas de governo e o desempenho do órgão de administração, entendeu que a Comissão Executiva e o respetivo Presidente atuaram, ao longo de 2012, dentro do âmbito da respetiva delegação de competências e realizaram um efetivo reporte da sua atividade ao Conselho de Administração, de acordo com o previsto na OS do Conselho de Administração n.º 001/09CA, de 27 de março de 2009, relativa à delegação de poderes na Comissão Executiva e seu funcionamento.

### Deveres de informação da Comissão Executiva

Nos termos definidos na respetiva delegação de funções, a Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada, em cada reunião do Conselho de Administração ou sempre que se mostre necessário, informação aos restantes administradores dos factos mais relevantes relacionados com a execução dos poderes que lhe foram delegados, nomeadamente sobre a execução das políticas e opções estratégicas cujos objetivos gerais hajam sido definidos pelo Conselho de Administração, bem como sobre a execução dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimentos anuais aprovados pelo mesmo órgão.

A Comissão Executiva presta igualmente as informações adicionais relativas ao estado da gestão que o Conselho de Administração entenda solicitar, devendo proceder com diligência aos atos de execução relacionados com quaisquer indicações que o Conselho de Administração lhe transmita, em resultado das informações prestadas.

Por fim, quando para tal solicitada, a Comissão Executiva presta as informações requeridas pelos restantes órgãos sociais em tempo útil e de forma adequada, atuando assim em pleno cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.3.1.

## B. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

### Comissão de Auditoria

Enquanto órgão de fiscalização, a Comissão de Auditoria tem, além das demais competências legais e estatutárias, as seguintes competências específicas:

- Aprovar e divulgar relatório anual da sua atividade fiscalizadora, com menção expressa de eventuais constrangimentos com que se tenha deparado;
- Aprovar um plano de ação anual que contemple designadamente as medidas necessárias ao cumprimento das suas competências no ano seguinte;
- Informar e discutir com o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, conforme apropriado, quaisquer situações identificadas no exercício das suas competências;
- Discutir e dar parecer prévio à Comissão Executiva e aos Auditores Externos sobre quaisquer relatórios, documentação ou informação a divulgar a autoridades competentes;
- Adotar os procedimentos necessários para garantir o cumprimento pela Sociedade das disposições legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira e pronunciar-se e dar parecer prévio no âmbito das suas competências legais e estatutárias, e sempre que entenda necessário ou conveniente, sobre quaisquer relatórios, documentação ou informação a divulgar ou a submeter pela Sociedade perante as autoridades competentes;
- Analisar e emitir a sua opinião sobre os assuntos relevantes relacionados com aspetos contabilísticos e de auditoria e sobre o impacto nas demonstrações financeiras das alterações às normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade e às suas políticas contabilísticas;
- Fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da Sociedade, bem como supervisionar e avaliar os procedimentos internos relativamente a matérias contabilísticas e de auditoria;
- Propor à Assembleia Geral de Acionistas a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Responsabilidade direta e exclusiva para a nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da Sociedade, bem como para a fiscalização das suas habilitações e independência e para aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por entidades suas associadas - os auditores externos da Sociedade devem reportar e estar sujeitos à supervisão direta e exclusiva da Comissão de Auditoria, a qual anualmente obterá e procederá à revisão com estes de um Relatório sobre a Auditoria Externa;
- Resolver quaisquer divergências entre a Comissão Executiva e os auditores externos, no que respeita à informação financeira a incluir nos documentos de prestação de contas a reportar às entidades competentes bem como no que respeita ao processo de preparação dos relatórios de auditoria a emitir pelos referidos auditores externos;
- Fiscalizar a qualidade, integridade e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos do Grupo PT, bem como do seu sistema de auditoria interna, incluindo a revisão anual da sua adequação e eficácia;
- Receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas por Acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros e implementar os procedimentos destinados à

receção, registo e tratamento daquelas quando relacionadas com aspetos contabilísticos e de auditoria ou com procedimentos de controlo interno nestas matérias;
> Emitir parecer prévio vinculativo sobre as propostas de transações relevantes da Sociedade ou das suas subsidiárias com partes relacionadas, conforme descrito no Capítulo III.13. deste relatório.

Adicionalmente, e por força das alterações introduzidas no Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, cabe ainda à Comissão de Auditoria atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos legalmente exigidos, bem como exprimir a sua concordância com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício.

**Revisor Oficial de Contas**

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, e à semelhança da Comissão de Auditoria, também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do órgão de administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

## C. COMISSÕES E ESTRUTURAS DE APOIO

**Comissão de Avaliação**

A Comissão de Avaliação tem as funções, competências e responsabilidades necessárias para assistir o Conselho de Administração nos seguintes domínios:

> Avaliação do desempenho global do Conselho de Administração;
> Avaliação do desempenho dos membros da Comissão Executiva da Sociedade, com base em critérios aprovados pela Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Adicionalmente, a Comissão de Avaliação tem ainda as funções e competências necessárias para exercer poderes consultivos em matéria de critérios de seleção dos membros dos órgãos de administração da PT e das suas subsidiárias mais relevantes, bem como dos membros das comissões específicas constituídas no seio do Conselho de Administração da Sociedade.

Em particular, cabe à Comissão de Avaliação:

> Apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão de Vencimentos, consoante aplicável, uma comunicação sobre o grau de cumprimento pela Sociedade das disposições legais e regulamentares, recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes nas áreas

específicas de avaliação, remuneração e seleção, e estudar e recomendar a adoção das medidas que se revelem necessárias ou convenientes para assegurar o cumprimento de tais regras;

- Assistir o Conselho de Administração no âmbito da avaliação anual do desempenho deste órgão, apresentando para o efeito um relatório escrito de avaliação anual de desempenho, e avaliar anualmente o desempenho dos membros da Comissão Executiva, de acordo com os critérios objetivos aprovados pela Comissão de Vencimentos para efeitos e no âmbito do processo de fixação da componente variável da remuneração dos administradores executivos, ouvido o Presidente Executivo;
- Proceder, para efeitos da fixação pela Comissão de Vencimentos dos critérios relevantes em matéria de remuneração, à definição, para cada mandato e anualmente, dos objetivos da Comissão Executiva, tendo em conta os planos aprovados pelo Conselho de Administração;
- Propor e discutir com a Comissão de Vencimentos a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade e emitir parecer sobre a declaração anual relativa à política de remunerações a submeter pela Comissão de Vencimentos à Assembleia Geral Anual de Acionistas;
- Discutir as minutas padrão de contratos de administração e dos contratos com os restantes membros dos órgãos sociais e negociar as respetivas condições particulares;
- Elaborar e rever periodicamente os critérios de seleção e o resumo das qualificações, conhecimentos e experiência profissional tidos como perfil adequado ao desempenho de funções como membro do órgão administração das subsidiárias mais relevantes da PT;
- Assessorar o Conselho de Administração no desempenho das suas funções e competências relativas à cooptação dos administradores da Sociedade, seleção dos administradores (por iniciativa do Presidente do Conselho de Administração ou de Acionistas com capacidade de apresentação de listas a sufrágio) e designação e preenchimento das vagas dos administradores que integram as comissões específicas do Conselho de Administração da Sociedade, e, bem assim, dos administradores que compõem a Comissão Executiva, neste último caso sob proposta do respetivo Presidente;
- Aconselhar a Comissão Executiva relativamente à seleção e critérios relevantes em matéria de fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração das subsidiárias mais relevantes da PT.

Durante o exercício de 2012, no âmbito das competências delegadas pelo Conselho de Administração e enquanto estrutura de apoio técnico à Comissão de Vencimentos, a Comissão de Avaliação desenvolveu, principalmente, as seguintes atividades:

- Preparação de comunicação ao Conselho de Administração e à Comissão de Vencimentos sobre o grau de cumprimento pela Sociedade das normas, recomendações e orientações aplicáveis nas áreas específicas de avaliação, remuneração e seleção;
- Preparação de relatório de autoavaliação, incluindo a avaliação do respetivo regulamento de funcionamento;
- Aprovação de recomendação à Comissão de Vencimentos relativa à declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, para efeitos da respetiva submissão à Assembleia Geral Anual referente ao exercício de 2012;
- Aprovação de recomendação à Comissão de Vencimentos sobre a política remuneratória dos órgãos sociais para o mandato em curso;
- Aprovação de relatório divulgado aos Acionistas relativamente ao processo de seleção dos Administradores da Portugal Telecom para o mandato 2012-2014;
- Apreciação de proposta de cooptação para efeitos do preenchimento de uma vaga no Conselho de Administração da Sociedade para o mandato 2012-2014;
- Avaliação do desempenho dos membros da Comissão Executiva da Portugal Telecom, de acordo com os critérios objetivos aprovados pela Comissão de Vencimentos, para efeitos da fixação da componente variável da sua remuneração respeitante a 2011;
- Acompanhamento da evolução regulatória na área remuneratória, em particular:
    - O *benchmarking* nacional e internacional em matéria de remunerações fixas e de diferimento de parte da componente variável;

- As regras da *Securities and Exchange Commission* e da *New York Stock Exchange* de implementação das disposições relevantes do *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act* ("*Dodd-Frank Act*"), com impacto relativamente aos *foreign private issuers*.

**Comissão de Governo Societário**

O Conselho de Administração delegou na Comissão de Governo Societário as funções, competências e responsabilidades necessárias para o assistir no desempenho da sua função de supervisão da atividade social nas seguintes áreas:

> Adoção, revisão e avaliação permanente do modelo de governo societário, das normas e procedimentos internos relativos à estrutura e governo da Sociedade, bem como aos princípios e práticas de conduta do Grupo PT em cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias e, bem assim, das recomendações, padrões e melhores práticas, nacionais e internacionais, nesta matéria, apresentando ao Conselho de Administração, até à data de aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral Anual de Acionistas, uma comunicação, sob a forma escrita, acerca do grau de cumprimento pela Sociedade de tais normas;
> Avaliação do desempenho do Conselho de Administração no que respeita às práticas de governo deste órgão.

Em particular, a Comissão de Governo Societário tem como atribuições as seguintes:

> Propor ao Conselho de Administração, rever e reavaliar o modelo de governo da Sociedade, incluindo a estrutura organizativa, funcionamento, responsabilidades e regras internas do Conselho de Administração;
> Estudar, rever e reavaliar os princípios e práticas de governo societário do Grupo, designadamente no tocante às relações do Grupo PT e, em particular, da Sociedade com o mercado, os Acionistas e outros *stakeholders*, às qualificações, independência e responsabilidade dos administradores bem como à prevenção e gestão de conflitos de interesses e à disciplina da informação;
> Assistir o Conselho de Administração na avaliação do seu desempenho no que respeita às práticas de governo, com vista a contribuir para a eficácia, transparência e aperfeiçoamento deste processo;
> Estudar, rever e reavaliar os valores, princípios e práticas que deverão reger a conduta dos colaboradores do Grupo PT, incluindo o estudo, revisão, interpretação e supervisão da aplicação dos códigos de ética ou conduta aprovados ou a aprovar pela Sociedade.

Durante o exercício de 2012, a Comissão de Governo Societário desenvolveu, principalmente, as seguintes atividades:

> Preparação de relatório sobre as práticas de governo da Sociedade e de comunicação ao Conselho de Administração sobre o grau de cumprimento pela Sociedade das regras vigentes em matéria de governo societário, bem como de parecer relativo ao relatório de governo referente ao ano de 2011;
> Preparação de relatório de autoavaliação, incluindo a avaliação do respetivo regulamento de funcionamento e apresentação ao Conselho de Administração de propostas de alteração destinadas a contribuir para o eficaz desempenho das suas funções;
> Análise de *benchmarking* e discussão com outros emitentes e/ou noutros *fora* sobre as melhores práticas de governo societário, destacando-se o acompanhamento das diversas iniciativas levadas a cabo, em 2012, pela AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado ("AEM") e pelo Instituto Português de *Corporate Governance* ("IPCG"), incluindo, *inter alia*:
    - O "Relatório sobre o Grau de Acolhimento de Recomendações sobre o Governo das Sociedades em Portugal e Apuramento do Índice e *Rating* de Governo Societário

Católica *Lisbon* / AEM", no qual foi atribuído à Sociedade o *rating* máximo AAA, tendo por referência o relatório de governo de 2011;
- As intervenções e comentários da AEM relativamente ao anteprojeto de código de governo do IPCG bem como no sentido da alteração da regulamentação e recomendações da CMVM, contribuindo assim para uma análise crítica e construtiva daquelas regras;
- As diversas iniciativas do IPCG com vista à aprovação de um Código de Governo que possa constituir uma alternativa no panorama nacional, onde até aqui apenas vigoraram regras de governo societário da iniciativa da CMVM;

> Preparação de comentários ao anteprojeto de Código de Governo do IPCG, *(i)* incluindo uma análise comparativa deste documento face ao Código de Governo da CMVM em vigor e a códigos de outras jurisdições de referência e *(ii)* procurando colaborar na aprovação de um Código de Governo adequado às especificidades do mercado português, cuja adoção a PT ponderará em 2013 após uma avaliação do seu contributo para as práticas de governo da Empresa e das evoluções regulatórias que se espera tenham lugar durante o ano;

> Análise da avaliação realizada pela CMVM relativamente ao grau de cumprimento pela Sociedade das recomendações constantes do respetivo Código de Governo, e discussão e aprovação de carta de resposta da Portugal Telecom;

> Análise do Plano de Ação sobre Direito das Sociedades Europeu e Governo das Sociedades divulgado pela Comissão Europeia, em dezembro de 2012, o qual vem propor a implementação de algumas medidas relevantes na sequência da consulta pública a que a Portugal Telecom apresentou resposta em 2011; e

> Contribuição de forma pró-ativa para que o modelo de governo do Grupo PT seja considerado uma "*best practice*", a nível nacional e internacional.

**Estruturas de Apoio à Comissão Executiva**

As atribuições das estruturas de apoio à Comissão Executiva são as seguintes:

***Disclosure Committee***

Cabe ao *Disclosure Committee* definir, documentar e divulgar procedimentos adequados a uma correta recolha, tratamento e reporte de informação, bem como rever toda a informação divulgada pela PT, nomeadamente: *press release*, relatórios e contas (anuais, semestrais e trimestrais), *Forms 20-F*, comunicados para a CMVM e SEC e questionários enviados a órgãos de comunicação social.

Com esse propósito deve o *Disclosure Committee* aprovar e executar os procedimentos e controlos necessários para assegurar que a divulgação de informação pela PT aos Acionistas e investidores:

> Cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis;
> É exata, completa e realizada atempadamente; e
> Representa com fiabilidade a situação financeira e os resultados das operações do Grupo PT em todos os aspetos materialmente relevantes para o adequado conhecimento sobre a sua condição e *performance* financeira.

***Comité de Sustentabilidade***

Ao Comité de Sustentabilidade compete garantir que a sustentabilidade empresarial é integrante e coerente com a estratégia do Grupo PT e transversal a todas as suas empresas.

O Comité de Sustentabilidade tem os seguintes objetivos globais:

> Reforçar a atuação do Grupo PT enquanto empresa sustentável, tornando-o reconhecido como tal interna e externamente;
> Assegurar as condições necessárias para a integração da PT nos índices internacionais de sustentabilidade, ambicionando a sua liderança;
> Promover a melhoria de *performance* sustentável nas empresas participadas, estimulando a inclusão deste tema na agenda das respetivas Comissões Executivas, pelo menos, 2 vezes por ano.

As responsabilidades deste Comité incluem:

- > Aprovar e desenvolver a estratégia transversal de sustentabilidade empresarial integrante e coerente com a estratégia do Grupo;
- > Assegurar a criação, dentro do Grupo PT, das condições necessárias para o seu crescimento sustentado, segundo a ótica tridimensional, nas vertentes económica, ambiental e social, de acordo com critérios internacionais;
- > Recomendar às empresas do Grupo PT a nomeação de um administrador responsável pelo pelouro da sustentabilidade que garanta a implementação operacional da estratégia de sustentabilidade e a participação ativa e empenhada nos subcomités criados neste âmbito;
- > Garantir a comunicação interna e externa, reforçando a atuação da PT enquanto empresa sustentável e tornando-a reconhecida como tal.

A PT integra, desde setembro de 2010, o *Dow Jones Sustainability World Index* no setor das telecomunicações, com desempenhos sucessivamente crescentes, estando entre as cinco melhores empresas das telecomunicações a nível mundial. O *Dow Jones Sustainability Index* é um dos mais conceituados índices a nível mundial, que analisa a *performance* das empresas cotadas na Bolsa de Nova Iorque em termos de sustentabilidade, sendo considerado uma referência para analistas e investidores. A Portugal Telecom está atualmente presente nos mais importantes índices de sustentabilidade mundiais, a saber, *o Dow Jones Sustainability World Index* e o *FTSE4Good*, do qual faz parte já desde 2005.

## II.4. RELATÓRIO ANUAL SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA COMISSÃO DE AUDITORIA

O relatório anual das atividades da Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2012 é colocado à disposição dos Acionistas no *website* da Sociedade logo após a emissão do respetivo Parecer sobre a inclusão dos documentos de prestação de contas no *Form 20-F*, a entregar à SEC, com o qual a Comissão de Auditoria conclui as suas atividades relativas ao exercício de 2012, dando, assim, cumprimento às Recomendações da CMVM n.os II.4.2 e II.4.3.

## II.5. SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

Conforme já mencionado no Capítulo 0 do presente Relatório de Governo, a PT é uma entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na NYSE, qualificável como *foreign private issuer*, e como tal encontra-se sujeita às normas de natureza vinculativa previstas, nomeadamente, na *Rule 10A-3 on Listing Standards Relating to Audit Committees*, emitida pela SEC para efeitos de regulamentação da Secção 10A(m) do *Securities Exchange Act*, tal como alterado pelo *Sarbanes-Oxley Act*, e às *Final Rules* aprovadas pela NYSE em matéria de governo societário (*Section 303A Corporate Governance Standards*), descritas no Anexo I ao presente relatório.

### A. GESTÃO DE RISCOS

A PT definiu como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos que possam afetar as suas operações, a execução do plano e o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração. Estes mecanismos assentam num modelo de gestão de risco integrado e transversal que, entre outros, procura assegurar a implementação de boas práticas de *corporate governance* e a transparência na comunicação com o mercado e os Acionistas.

Como abordagem estruturada e sistematizada, a gestão de risco está integrada com o processo de planeamento estratégico e gestão operacional da Sociedade, dependendo do compromisso de todos os colaboradores na adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação dos riscos.

A Gestão de Riscos é promovida pela Comissão Executiva em articulação com as equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas, ameaças e oportunidades que possam afetar a prossecução do plano e dos objetivos estratégicos.

As funções Auditoria Interna e Gestão de Risco, com reporte hierárquico ao Presidente Executivo e CFO e funcional à Comissão de Auditoria, apoiam a Comissão Executiva da Sociedade na implementação do sistema de gestão de riscos e na avaliação permanente dos procedimentos de gestão de risco instituídos, de modo a assegurar os seguintes objetivos:

- Implementação de um modelo corporativo de gestão de risco alinhado com os objetivos estratégicos do Grupo PT;
- Identificação e análise dos principais riscos a que a PT e as suas subsidiárias se encontram expostas no âmbito do desenvolvimento e prossecução da sua atividade;
- Identificação e análise dos principais fatores de risco e eventos que podem afetar de modo significativo o normal funcionamento da PT e das suas subsidiárias nas seguintes vertentes:
    - Impacto;
    - Probabilidade de ocorrência;
    - Nível de controlo associado e capacidade de reação em situações de crise;
    - Velocidade a que o risco ou evento se poderá materializar;
    - Identificação de melhorias no controlo e acompanhamento de planos de mitigação associados a fatores de risco críticos;
- Melhorar a qualidade da informação que suporta o processo de tomada de decisões;
- Comunicação dos resultados do modelo de gestão de riscos e realização de alertas em caso de ocorrência ou identificação de novos riscos críticos.

Importa igualmente referir que todo o processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por Administradores não executivos independentes. No âmbito das competências deste órgão no que respeita à fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos, destacam-se as seguintes atribuições:

- Supervisionar a adoção de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira, operacional, ou outros riscos relevantes ligados à atividade do Grupo PT, bem como de medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar tais riscos;
- Avaliar anualmente os procedimentos internos relativos a matérias de deteção de riscos e salvaguarda do património da Sociedade;
- Fiscalizar a análise, revisão e implementação das medidas e planos com vista ao acompanhamento, melhoramento e/ou correção do sistema de controlo interno e das medidas e planos propostos no âmbito dos sistemas de gestão de risco da Sociedade.

## B. PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

O processo de Gestão de Riscos implementado na PT assenta em metodologia internacionalmente reconhecida – COSO II, desenvolvida pelo *Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*. Esta abordagem assenta na identificação e análise de *key value drivers e* fatores de incerteza que possam afetar a geração de valor e o cumprimento do plano e objetivos estratégicos.

Considerando a necessidade da PT dispor de mecanismos claros de avaliação e gestão dos riscos que afetam os seus negócios, foram definidas as seguintes componentes na implementação do processo de gestão de riscos:

- **Dicionário de Riscos** para assegurar a descrição, de modo claro e objetivo, de uma linguagem de risco comum, a utilizar não só internamente como também nas várias divulgações efetuadas ao mercado sobre esta matéria;
- **Metodologia de Gestão de Riscos** que formaliza os processos e procedimentos de identificação, análise, mitigação e reporte de riscos relevantes;
- **Repositório Centralizado** de toda a informação associada a cada risco relevante, simplificando a análise de correlação entre os vários fatores de riscos registados, bem como a

hierarquização da resposta e a identificação de sinergias entre as várias ações de mitigação dos riscos.

De salientar que o modelo instituído se enquadra igualmente nos objetivos de sustentabilidade empresarial classificados como estratégicos para o Grupo PT, sendo objeto de análise e *benchmark* com as melhores práticas do sector por parte do *Dow Jones Sustainability Index*. De salientar que, em 2009, 2010 e 2011, a PT foi reconhecida nesta matéria com a classificação de 97% no âmbito do processo de avaliação para integração neste índice.

**Dicionário de Riscos**

O Dicionário de Riscos permite catalogar os fatores de risco que, de um modo geral, possam afetar a PT e suas subsidiárias, contribuindo desta forma para uma linguagem de risco comum e transversal a toda a organização. No entanto, este dicionário não pretende ser determinístico, uma vez que podem ser identificados novos riscos, sendo atualizado de modo sistemático e sempre que justificável.

Esta componente do processo de gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes categorias de risco, consoante a sua natureza:

- **Riscos Estratégicos:** Correspondem aos riscos dependentes de forças externas ao Grupo PT, e que podem afetar o seu desempenho, estratégia, operações e organização. Por natureza, as origens dos riscos da envolvente implicam que tenham que ser adequadamente antecipados os impactos associados e atempadamente identificadas a materialização dos fatores de risco associados, assim como a estratégia de mitigação em caso de crise;
- **Riscos Operacionais:** São resultantes e inerentes às atividades de negócio e processos internos, podendo a Gestão assegurar o controlo dos mesmos na sua origem, de forma preventiva.
- **Riscos Financeiros:** Associados ao desempenho financeiro do Grupo PT e à transparência na sua comunicação ao mercado.

No quadro abaixo apresentam-se os riscos atualmente identificados ao nível do Modelo de Gestão de Riscos do Grupo PT e sobre os quais se desenvolve todo o processo de gestão de riscos.

| | | |
|---|---|---|
| **Riscos Estratégicos** | ▪ Concorrência<br>▪ Envolvente Económica<br>▪ Inovação<br>▪ Expetativas Acionistas<br>▪ Legal<br>▪ Fiscal<br>▪ Regulação<br>▪ Necessidades dos Clientes | ▪ Político/Soberania<br>▪ Setor de Atividade<br>▪ *Governance*<br>▪ Reputação e Imagem<br>▪ Gestão de Licenças/Concessões<br>▪ Carteira de negócios/investimentos<br>▪ Envolvente Social e Relacionamento com *Stakeholders* |
| **Riscos Operacionais** | ▪ Ambiental<br>▪ Canal de venda e suporte a clientes<br>▪ Infraestrutura de Redes / Plataformas<br>▪ Infraestrutura de SI/TI<br>▪ Desenvolvimento de Produtos e Serviços<br>▪ Erosão da Marca<br>▪ Falhas de Serviço/Deficiência de Produto<br>▪ Logística<br>▪ Higiene e Segurança<br>▪ Ineficiência<br>▪ Interrupção do Negócio<br>▪ Obtenção/desenvolvimento e retenção de talento | ▪ Qualidade de Serviço<br>▪ Compras<br>▪ Gestão de Parceiros/*Outsourcing*<br>▪ *Revenue Assurance/Billing*<br>▪ Autoridade/limites<br>▪ Comunicação<br>▪ Liderança<br>▪ Incentivos de Desempenho<br>▪ Segurança de Informação e Proteção de Ativos<br>▪ Fraude<br>▪ Estrutura Organizacional<br>▪ Avaliação de desempenho<br>▪ *Pricing*<br>▪ Compromissos contratuais/gestão contratual |

| | | |
|---|---|---|
| **Riscos Financeiros** | ▪ Crédito<br>▪ *Equity*<br>▪ Cambial<br>▪ Taxa de Juro<br>▪ *Cash Flow* / Liquidez | ▪ Instrumentos Financeiros<br>▪ Acesso a Financiamento<br>▪ *Reporting* Financeiro<br>▪ Evolução da Cotação da Empresa<br>▪ Garantias |

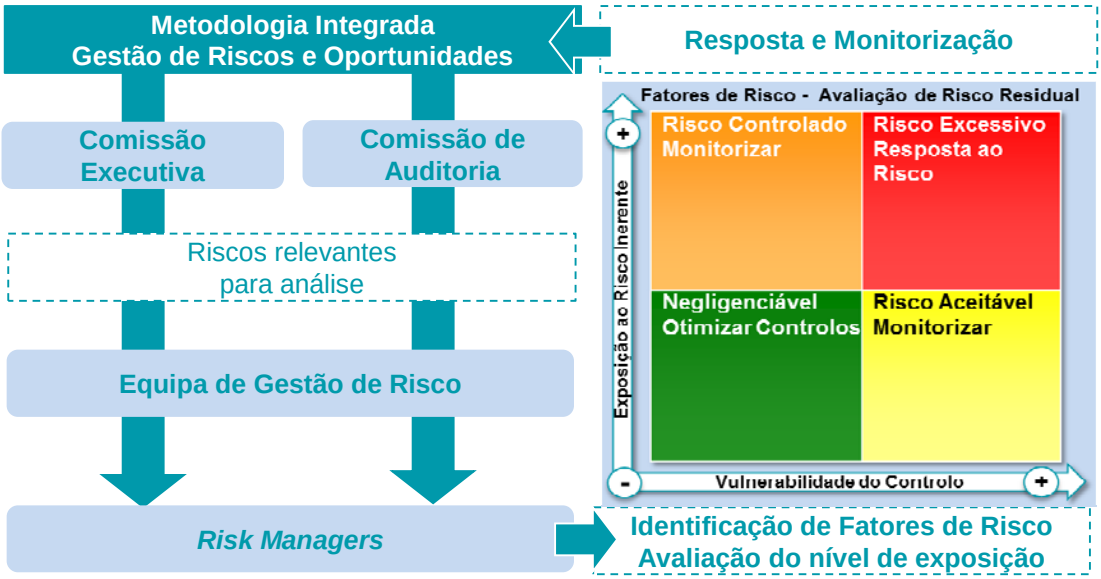
## Metodologia de Gestão de Riscos

A metodologia de gestão de riscos formaliza os procedimentos e responsabilidades adequadas a uma gestão alinhada com a estratégia e nível de exposição/tolerância ao risco definidos para o Grupo PT. Esta ferramenta identifica:

- Os intervenientes pela avaliação e aprovação dos riscos e fatores de risco que afetam os negócios do Grupo PT;
- Os responsáveis pela gestão dos riscos identificados e a forma como esses riscos deverão ser analisados e mitigados;
- Os processos para monitorização das ações de mitigação para cada risco, consoante a estratégia de gestão de risco adotada pela Comissão Executiva e supervisionada pela Comissão de Auditoria;
- Os processos de divulgação e reporte da informação resultante do processo de gestão de riscos.

A operacionalização da metodologia de gestão de riscos é um processo interativo e cíclico que pode ser resumido pelos seguintes quadro e diagrama:

| **Metodologia de Gestão de Riscos** | |
|---|---|
| **Comissão Executiva** | • Identificar os principais riscos que afetam o Grupo PT<br>• Definir os *Risk Managers*<br>• Decidir sobre atuação e hierarquização de ações de mitigação |
| **Comissão de Auditoria** | • Avaliar o modelo de gestão de riscos<br>• Propor melhorias e alterações ao modelo<br>• Rever os principais riscos |
| **Função Gestão de Risco** | • Apoiar na definição e implementação de um modelo de gestão de riscos alinhado com as melhores práticas<br>• Monitorizar o modelo de gestão de riscos, assegurando a integração da informação proveniente das diferentes empresas do Grupo PT<br>• Apoiar a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria na definição dos riscos materialmente relevantes<br>• Acompanhar os planos de ação necessários para garantir o correto tratamento dos riscos identificados |
| **Gestão do Negócio**<br>***Risk Managers*** | • Gerir os riscos materialmente relevantes<br>• Implementar as ações necessárias para assegurar um controlo adequado<br>• Avaliar e quantificar o risco residual a que a empresa se encontra exposta<br>• Identificar áreas críticas e exposição e propor ações de mitigação<br>• Realimentar o Modelo de Gestão de Riscos, alertando para novas situações de exposição ou degradação do ambiente de controlo |
| **Função Auditoria Interna** | • Avaliar a efetividade dos mecanismos de controlo ao nível da fiabilidade e integridade dos relatórios financeiros e operacionais, eficiência das operações e cumprimento com leis e regulamentos. |




Durante o exercício de 2012, foi efetuada a reavaliação das áreas de risco que podem afetar de modo mais significativo a capacidade do Grupo PT atingir os seus objetivos estratégicos, nomeadamente: *(i)* crescer em escala; *(ii)* aumentar a contribuição internacional; *(iii)* liderar o mercado de consumidores na convergência e o mercado de empresas em TIC; *(iv) top tier* no setor em tecnologia, experiência do cliente e eficiência operacional; *(v)* referência ao nível da sustentabilidade empresarial nos países onde o Grupo PT atua.

Na sequência desta análise foram hierarquizados os riscos relevantes para serem objeto de análise e avaliação detalhada, envolvendo 40 direções/áreas operacionais responsáveis pela gestão dos referidos riscos, de modo a identificar os eventos e fatores que podem afetar as operações e atividades do Grupo PT, assim como os processos e mecanismos de controlo que lhes estão associados.

Para os 312 fatores de risco identificados, foi mensurado o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco e, consoante o nível de exposição ou risco residual, foi definida a estratégia de resposta ao risco, nomeadamente: *(i)* **reduzir o risco**, através da implementação de controlos que reduzam a probabilidade de ocorrência do risco ou do seu impacto caso este se venha a materializar; *(ii)* **aceitar o risco**, nas situações em que o risco residual é considerado aceitável e em que a implementação de controlos adicionais tem um custo superior aos benefícios esperados; *(iii)* **partilhar o risco**, reduzindo a exposição do Grupo PT através da sua transferência total ou parcial para outras entidades, recorrendo a seguros, derivados ou *joint-ventures*; ou *(iv)* **evitar o risco**, abandonando a atividade ou processos que geram o risco (ex: abandonar uma área geográfica ou alienar um negócio). De salientar que foi analisada a implementação das medidas de mitigação previstas para 2012, tendo-se observado que todas as situações classificadas como prioritárias em termos de mitigação de risco foram atempadamente implementadas.

**Registo de Riscos Centralizado**

A implementação de um repositório centralizado de toda a informação associada a cada risco relevante para o Grupo PT é um fator crítico para uma adequada análise e hierarquização das ações de resposta aos riscos relevantes. O registo de riscos atualmente implementado associa a cada risco:

- Fatores de risco que, caso venham a materializar-se, podem afetar de modo relevante o Grupo PT;
- Objetivos estratégicos potencialmente afetados;
- Estruturas, procedimentos e indicadores de controlo existentes para monitorizar e mitigar os fatores de riscos;
- Avaliação qualitativa do controlo e do risco residual associado a cada fator de risco;

- Avaliação quantitativa do impacto, probabilidade de ocorrência e velocidade a que o fator de risco se pode materializar;
- Planos de melhoria ou de resposta a riscos críticos.

Numa perspetiva de evolução contínua dos processos de gestão de riscos, encontra-se previsto, para o ano de 2013, a conclusão da implementação de uma nova ferramenta *online* de registo de riscos, que permitirá aumentar a abrangência da análise e agilizar o processo de identificação, avaliação e atualização dos riscos.

Alinhado com o objetivo estratégico de ser uma referência na sustentabilidade empresarial, encontra-se também previsto, durante o ano de 2013, uma evolução do modelo de gestão de risco na vertente da envolvente social e relacionamento com s*takeholders* em articulação com o Comité de Sustentabilidade do Grupo PT, reforçando a análise já existente nos temas na ecoeficiência, direitos humanos e da cadeia de valor, incluindo relacionamento com fornecedores.

## C. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

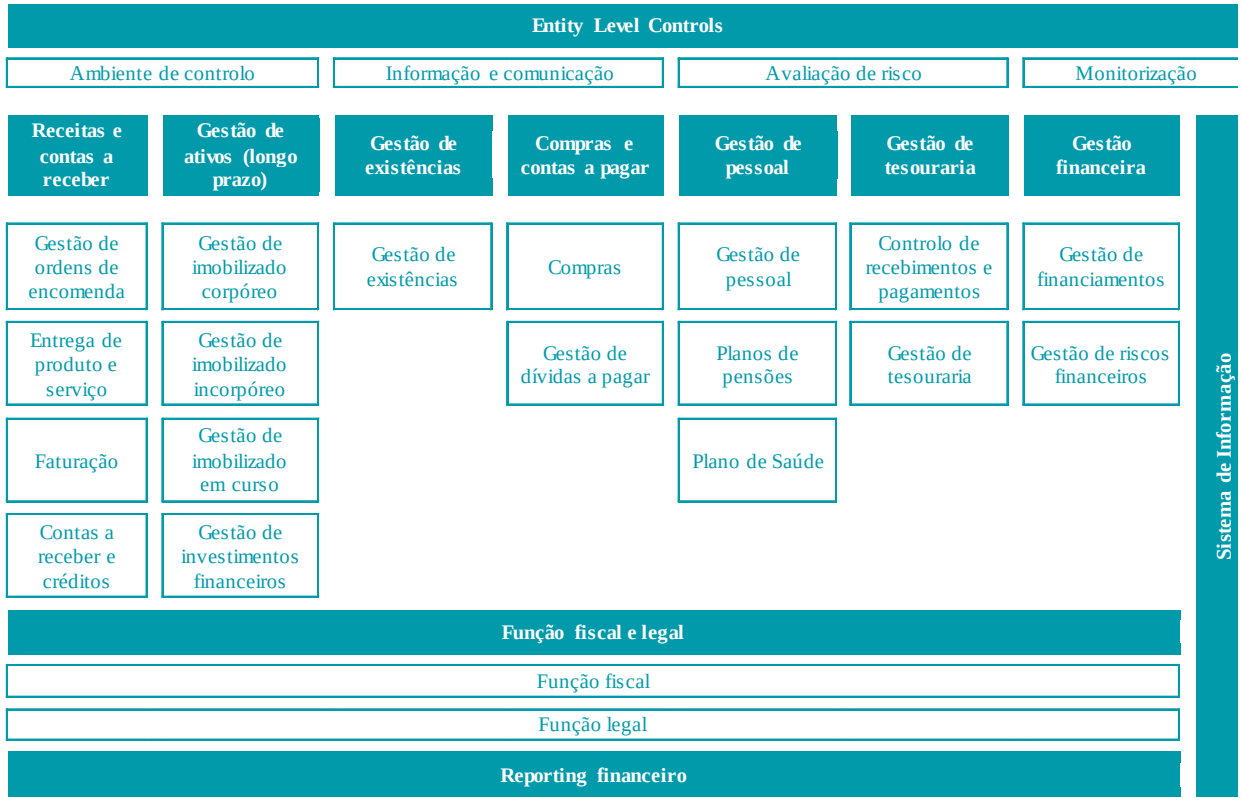
O Sistema de Controlo Interno implementado na PT foi baseado num modelo internacionalmente reconhecido - COSO (*Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission)* -, fazendo uso dos *layers* estabelecidos nesse modelo, nomeadamente: *(i)* Controlos de alto nível ("*Entity Level Controls*"); *(ii)* Controlos de Sistemas de Informação ("*IT Level Controls*"); e *(iii)* Controlos ao nível dos processos ("*Process Level Controls*"). Adicionalmente, e considerando as exigências da SEC, foram identificados os objetivos necessários para assegurar que os processos, sistemas e unidades de negócio com impacto a montante do relato financeiro têm controlos adequados e operacionais.

O Núcleo de Controlo Interno, que reporta hierarquicamente ao CFO e funcionalmente à Comissão de Auditoria, tem como responsabilidade promover uma visão de um sistema de controlo interno estruturado, sustentável e orientado para a gestão dos riscos identificados pela organização, não exclusivamente vocacionado para o *compliance* com normativos aplicáveis.

A identificação das unidades de negócio e processos sobre os quais se procede ao desenho, implementação de controlos e melhoria de controlos já existentes tem por base a identificação de riscos financeiros efetuada pelos principais responsáveis do Grupo, os resultados do processo de Gestão de Riscos, a materialidade ao nível do relato financeiro dos processos e, por fim, eventuais requisitos legais.

São desenhados manuais e implementados controlos para as unidades de negócio com maior representatividade no Grupo PT, sendo ainda de destacar que, relativamente às de menor dimensão e no âmbito da melhoria do ambiente de Controlo Interno e Gestão de Riscos, para além do obrigatório, a PT definiu um conjunto de requisitos mínimos de controlo interno, sobretudo aplicáveis aos negócios internacionais, que serviram como orientação adicional do Grupo PT na definição de políticas corporativas.

O Grupo PT implementou controlos para cada ciclo de negócio e respetivas classes de transações, encontrando-se estes descritos nos manuais de controlo interno.




A identificação e o desenho dos controlos relevantes para relato financeiro, quer sejam preventivos, detetivos ou corretivos, é documentada em manuais próprios, de acordo com os *layers* estabelecidos no COSO. Os manuais são revistos sempre que ocorram alterações nos processos, ou de forma periódica, de modo a atestar a sua aderência à realidade das operações da empresa.

A descrição dos processos constantes dos Manuais de Controlo Interno é composta, entre outros, pela descrição detalhada dos procedimentos efetuados, pela identificação dos responsáveis pela sua execução, pela identificação dos objetivos de controlo de cada atividade, pela periodicidade de execução do controlo e a evidência que o suporta, pela identificação das *User Development Applications* (UDA's), e se o controlo visa mitigar um risco de fraude ou assegura a segregação de funções (SoD). Desta forma, para além de estar assegurado o conhecimento geral dos controlos existentes, é possível garantir a realização de auditorias quanto à efetividade dos controlos.

Ao nível da tipologia de controlos e conforme acima mencionado, foram identificados os seguintes controlos:

- 60 controlos de **Alto Nível**, cujo objetivo é assegurar uma supervisão e garantia geral de que o ambiente de controlo interno existe, sendo executados essencialmente pelo Conselho de Administração, pela Comissão Executiva, pela Comissão de Auditoria e pela alta gestão;
- 1.226 controlos **Funcionais**, executados ao nível dos processos e de acordo com os ciclos de negócio e classes de transações identificadas no quadro acima. Os processos estão desenhados *end-to-end*, considerando a intervenção das várias entidades jurídicas onde os mesmos são executados;
- 1.033 controlos de **Sistemas de informação**, cujos manuais têm como referência a *framework* de *Governance CobiT* (*Control Objectives for Information and Related Technology*), também esta baseada em COSO, e que incluem os controlos nas aplicações identificadas como críticas. A redução de controlos face ao ano anterior resulta maioritariamente da reestruturação ocorrida nas direções de sistemas de informação.

Atualmente, o Grupo PT tem identificados cerca de 192 processos e 2.319 controlos críticos para relato financeiro. Relativamente aos sistemas de informação, o Grupo PT identificou 20 sistemas críticos, entre eles os sistemas de *billing,* o SAP e o sistema de consolidação.

O Núcleo de Controlo Interno efetua o acompanhamento trimestral das deficiências reportadas e situações detetadas no âmbito das auditorias *SOX*, quer pelo auditor interno quer pelo externo, para os vários processos, garantindo a definição de planos de ação para mitigação dos riscos detetados e para a resolução dos mesmos.

Adicionalmente, a Empresa desenhou um manual específico para endereçar um dos riscos operacionais identificados: o risco de Fraude. O objetivo é documentar as fraudes usuais no sector de atividade em que a PT se insere, de forma a permitir uma melhor gestão deste risco específico. Este manual, para além da descrição dos procedimentos de fraude, contém uma identificação dos controlos e dos responsáveis pela sua execução ao nível do Grupo PT. O manual é revisto sempre que se julgue necessário, contando com os *inputs* resultantes de trabalhos realizados pela Auditoria Interna na prossecução da sua atividade, bem como de eventuais denúncias e por realização de *benchmarks* com outras empresas do setor.

Relativamente aos negócios em Portugal, o Grupo PT tem também implementado um Sistema de Gestão Integrado (SGI) assente nas normas da Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14000) e Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001), em que está certificado.

A política de gestão do SGI enfatiza a importância da organização ao nível do respeito pelo compromisso estratégico tanto ao nível da qualidade, ambiente e saúde, higiene e segurança no trabalho, como também ao nível da sustentabilidade, através da implementação de políticas de responsabilidade social ou de disseminação de uma cultura de excelência e qualidade transversal a todos os processos da organização. Estas práticas estão sempre focadas na superação das expetativas de todos os *stakeholders* do Grupo PT, nomeadamente, dos clientes, Acionistas, sociedade, parceiros e demais entidades relacionadas com a organização.

O Grupo PT também tem implementada uma metodologia de análise, avaliação e cumprimento da legislação aplicável no âmbito das nossas certificações, adotando uma postura proativa na melhoria contínua dos nossos processos tendo em conta a mitigação dos riscos operacionais, ambientais e de SHST que estão identificados no decurso da atividade corrente. O Grupo PT tem igualmente um compromisso de disseminar as melhores práticas nos seus fornecedores e parceiros, garantindo desta forma uma consciência sustentável para o negócio na sociedade que o rodeia.

## D. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Direção de Auditoria Interna é o departamento responsável, ao nível da estrutura corporativa, pela avaliação do sistema de controlo interno do Grupo PT e pelos processos existentes para gestão de risco, a nível nacional e internacional.

O plano de atividades da Direção de Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Comissão de Auditoria e pela Comissão Executiva do Grupo PT, no qual são definidas as auditorias a realizar e o respetivo âmbito. Estas têm como objetivo verificar que a Sociedade possui mecanismos de controlo adequados ao nível da fiabilidade e integridade dos relatórios financeiros e operacionais, da eficiência das suas operações e do cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Na elaboração do Plano Anual de Auditorias é utilizada a informação recolhida ao nível do Modelo de Gestão de Riscos, de modo a garantir que as auditorias realizadas endereçam as principais áreas e fatores de risco, que podem afetar materialmente a capacidade da Sociedade cumprir o seu plano estratégico.

Neste contexto, são conduzidas ao longo do ano auditorias operacionais, de conformidade, financeiras e de sistemas de informação às principais áreas operacionais da Sociedade, quer a nível nacional quer internacional, de modo a assegurar os seguintes objetivos:

- Auditorias Operacionais – avaliação dos procedimentos de gestão dos riscos operacionais e dos mecanismos que garantam eficiência operacional e que tenham impacto relevante na prossecução da estratégia da Sociedade e nos principais vetores de criação de valor (*key value drives*), nas diferentes geografias onde opera;
- Auditorias de Conformidade – garantir a conformidade com legislação, normativos e políticas internas que possam afetar materialmente a estratégia da Sociedade;
- Auditorias Financeiras – assegurar a efetividade dos mecanismos de controlo associados à captura, processamento e divulgação de informação financeira e contabilística. Neste âmbito, são realizadas auditorias ao abrigo da Lei *Sarbanes-Oxley*, as quais, por requisito deste normativo, avaliam os procedimentos de controlo associados à preparação das Demonstrações Financeiras, que são objeto de certificação por parte do Auditor Externo.
- Auditorias dos Sistemas de Informação – verificação da efetividade dos controlos que endereçam os riscos associados aos Sistemas de Informação, e que permitem assegurar a segurança, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio e a recuperação dos sistemas em caso de interrupção das operações.

A Direção de Auditoria Interna é responsável pela realização de auditorias internas nas diversas unidades de negócio detidas pela Portugal Telecom, a nível nacional e internacional, exercendo um papel de coordenação funcional das diversas equipas de auditoria existentes em algumas unidades internacionais, por exemplo no Brasil e na Namíbia.

A evolução da execução do Plano de Atividades definido, assim como os resultados agregados das auditorias realizadas, são reportados trimestralmente à Comissão de Auditoria e à Comissão Executiva da Sociedade para acompanhamento da evolução do sistema de controlo interno e de gestão de riscos.

A avaliação do sistema de controlo interno é conduzida de acordo com a metodologia adotada pelo Grupo PT, a qual é baseada no COSO *(Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission)*, no COBIT *(Control Objectives for Information and Related Technology)*, nos requisitos da SEC (*Securities and Exchange Commission*) e PCAOB, na medida em que a Sociedade se encontra cotada na NYSE e é obrigada ao cumprimento da secção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

A Direção de Auditoria Interna, no desempenho das atividades e funções atribuídas, norteia a sua conduta pelas Normas para Prática Profissional da Auditoria Interna emanadas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), tendo-se este departamento submetido a um processo de revisão de qualidade, durante 2011, através do qual renovou a sua certificação de qualidade, emitida pelo IIA.

## II.6. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

No que respeita a esta matéria, remete-se para o Capítulo II.5.

## II.7. REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

**Regulamento interno e modo de funcionamento do Conselho de Administração**

No dia 3 de outubro de 2008, o Conselho de Administração adotou o seu regulamento interno de funcionamento. O texto integral deste regulamento de funcionamento pode ser consultado no *website* da Sociedade, no *link* http://www.telecom.pt/NR/rdonlyres/3A5CB127-53A8-4A8F-B96A-765D72A75BD5/1449457/RegulamentoCA_4abr10p1.pdf.

Nos termos do artigo 24.º dos Estatutos e deste regulamento de funcionamento, o Conselho de Administração reúne mensalmente e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente, por dois administradores ou pela Comissão de Auditoria.

O Conselho de Administração não pode funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, podendo o Presidente do Conselho de Administração, em casos de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria se esta estiver assegurada através de voto por correspondência ou por procuração, não podendo contudo um administrador representar mais do que um outro administrador.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o Presidente voto de qualidade.

**Modo de funcionamento da Comissão Executiva**

Nos termos dos Estatutos e da respetiva delegação de poderes, a Comissão Executiva fixa as datas e a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reúne extraordinariamente sempre que for convocada pelo respetivo Presidente, por dois dos seus vogais ou pela Comissão de Auditoria.

A Comissão Executiva não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, podendo o Presidente, em caso de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria se esta estiver assegurada através do voto por correspondência ou por procuração, não podendo qualquer membro da Comissão Executiva representar mais do que outro membro da mesma, e ainda por *conference call* ou videoconferência.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o Presidente voto de qualidade.

Os Acionistas poderão solicitar à administração da Sociedade informações sobre o modo de funcionamento da Comissão Executiva, nos termos legais.

**Regulamento interno e modo de funcionamento da Comissão de Auditoria**

A Comissão de Auditoria adotou um regulamento interno de funcionamento, o qual pode ser consultado no seguinte endereço eletrónico: http://ir.telecom.pt/NR/rdonlyres/67EC0B7D-5B4B-49DA-B5E0-87B32C5D3B22/1411230/Regulamento_Comisso_de_Auditoria_PT.pdf.

Nos termos do referido Regulamento, a Comissão de Auditoria reúne-se, pelo menos, uma vez em cada dois meses, em data e local fixados pelo respetivo Presidente, sem prejuízo de poderem ser convocadas reuniões extraordinárias pelo mesmo ou a pedido da maioria dos membros desta Comissão.

Adicionalmente, a Comissão de Auditoria pode reunir, por sua iniciativa, pelo menos uma vez em cada trimestre de cada exercício, separadamente, com a Comissão Executiva, com o Departamento de Auditoria Interna Corporativa e com os Auditores Externos da Sociedade, devendo os seus membros participar nas reuniões da Comissão Executiva em que se apreciem os documentos de prestação de contas anuais.

A Comissão de Auditoria não deve funcionar sem a presença da maioria dos seus membros, podendo o seu Presidente, em casos de reconhecida urgência ou impossibilidade justificada, dispensar a presença dessa maioria se esta estiver assegurada através de voto por correspondência ou por procuração, não podendo, no entanto, um dos membros representar mais do que outro membro da Comissão de Auditoria.

As deliberações da Comissão de Auditoria são tomadas por maioria dos votos expressos e o respetivo Presidente tem voto de qualidade.

**Modo de atuação do Revisor Oficial de Contas**

O Revisor Oficial de Contas é um órgão social singular, que exerce as suas funções de acordo com o respetivo regime jurídico e normas profissionais específicas.

**Modo de funcionamento da Comissão de Avaliação e da Comissão de Governo Societário**

Cada uma destas comissões reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e sempre que convocada pelo respetivo Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer um dos seus membros. Tais comissões não podem funcionar sem que esteja presente ou devidamente representada a maioria dos seus membros, sendo as suas deliberações tomadas por maioria dos votos expressos e tendo o respetivo Presidente voto de qualidade. O Presidente Executivo está impedido de votar no âmbito da Comissão de Avaliação em deliberações respeitantes, por um lado, à avaliação anual do desempenho dos membros da Comissão Executiva e, por outro, ao processo de seleção de administradores não executivos.

Para além destas regras, o regulamento de funcionamento do Conselho de Administração prevê a prestação de informação por parte da Comissão de Avaliação e da Comissão de Governo Societário aos membros do Conselho de Administração que não as integrem.

Os regulamentos de funcionamento da Comissão de Avaliação e da Comissão de Governo Societário encontram-se disponíveis para consulta no *site* da PT nos seguintes endereços eletrónicos, respetivamente: http://www.telecom.pt/NR/rdonlyres/D89CD20B-7B0D-44D6-B9BB-B646F3E162AF/1455001/Comisso_Avaliao_mar2011p.pdf e http://www.telecom.pt/NR/rdonlyres/37D12C5A-E282-4AC8-BAE7-0BFCB830CBD5/1449459/Regulam_CGovSocietrio30Abr09p.pdf.

**Conflitos de interesses, número máximo de cargos acumuláveis e outras incompatibilidades**

De acordo com o regulamento interno do Conselho de Administração, cabe a cada administrador informar atempadamente o Presidente do Conselho de Administração e a Comissão de Governo Societário de qualquer interesse, direto ou indireto, que tenha por conta própria ou de terceiro, potencial ou efetivamente em conflito com o interesse da Sociedade no contexto de determinada deliberação, ou de qualquer outra situação relativa ao administrador ou a um terceiro a ele ligado suscetível de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade, descrevendo a natureza e extensão de tal interesse ou situação.

Em face de tal informação, se o Presidente do Conselho de Administração, a Comissão de Governo Societário, ou o administrador em causa, concluírem pela existência de um conflito de interesses, tal administrador não deverá participar na discussão nem na votação das deliberações em causa.

Para além das normas previstas na lei e nos regulamentos e recomendações da CMVM e da NYSE, e sem prejuízo da política de rotação de pelouros descrita no Capítulo II.11. *infra*, a PT não adotou quaisquer outras normas de que resultem limitações ao número máximo de cargos acumuláveis ou outras incompatibilidades aplicáveis aos membros do Conselho de Administração ou da Comissão de Auditoria.

SECÇÃO II. ADMINISTRAÇÃO

## II.8. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS

O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

De qualquer modo, a Sociedade tem implementados mecanismos que garantem decisões independentes e informadas dos administradores não executivos para a eventualidade de o Presidente do Conselho de Administração desempenhar funções executivas. *Vide* Capítulo II.3., Competências do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente Executivo.

## II.9. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Decorrente do processo de gestão dos riscos que possam afetar adversamente a atividade da PT, destacam-se os seguintes:

| **Riscos Relevantes** | | |
|---|---|---|
| **Riscos Estratégicos** | **Regulação** | O Grupo PT está sujeito ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou ações das entidades reguladoras nacionais, comunitárias ou internacionais que possam originar pressões competitivas crescentes e afetar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio.<br>A gestão do risco de regulação está entregue à Direção de Regulação, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao setor com impacto para o Grupo PT, sendo a estratégia de gestão de cada fonte de risco articulada com as diversas áreas operacionais.<br>No âmbito do acompanhamento dos vários riscos e oportunidades relacionadas com a regulação, realçamos os seguintes temas: *(i)* Redes de Nova Geração; *(ii)* Segurança das redes e comunicações; *(iii)* Ofertas retalhistas e tarifários; *(iv)* Ofertas de referência grossistas; *(v)* Serviço Universal; *(vi)* Espetro radioelétrico; *(vii)* Mercados relevantes de Banda Larga; *(viii)* Regulamento de *roaming;* e *(ix)* Dividendo Digital.<br>Para maior detalhe sobre aspetos regulatórios que poderão impactar a atividade da Portugal Telecom, consultar o Capítulo sobre Enquadramento Regulatório no Relatório e Contas. |
| | **Concorrência** | Existe a possibilidade de ocorrência de uma redução das receitas do Grupo PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou de novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de *(i)* desenvolvimento de novos produtos e serviços convergentes; *(ii)* políticas de *marketing* e vendas agressivas; *(iii)* introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; *(iv)* aumento da produtividade e redução de custos; *(v)* fusão e consolidação de operadores; e *(vi)* reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.<br>No mercado português, a PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes:<br>(1) **Residencial**: aumento dos clientes de retalho impulsionado pelo desempenho do MEO, o serviço de televisão por subscrição da PT que apresenta uma proposta de valor muito diferenciada, oferecendo uma experiência *multiscreen* única: mais de 150 canais em direto, incluindo conteúdos exclusivos, em alta definição e 3D; *video on demand*; aluguer de jogos e músicas; encontrando-se disponível em vários equipamentos dentro e fora de casa. Esta oferta privilegia a interatividade com o cliente e inclui customização da oferta multimédia através de *widgets* ao nível de notícias, desporto, serviços de conveniência, entre outros, e que podem ser parametrizados de |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | forma pessoal pelos clientes e contribuindo para a sua fidelização.<br><br>Em Janeiro de 2013, a PT lançou o novo MEO, o qual inclui o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço *quadruple play*, verdadeiramente convergente fixo-móvel, incluindo TV, internet, telefone e telemóvel – o M4O. Tal como referido na Conferência de Tecnologia e Inovação da PT, realizada em outubro em Lisboa, tendo presente as tendências de consumo dos seus clientes, a estratégia da PT para o segmento residencial e pessoal consiste na aposta na convergência fixo-móvel e de serviços, voz, internet e TV.<br><br>A proposta de valor da PT assenta numa estratégia de convergência para o segmento de consumo, através do MEO, e da oferta M4O, e da TMN, e numa estratégia de *cloud*, ancorada na sua abrangente rede de *data centres*, no segmento de empresas e negócios. Este lançamento reforça o posicionamento da PT como o operador, em Portugal, com uma oferta verdadeiramente integrada e convergente.<br><br>(2) **Pessoal**: serviços inovadores e com valor acrescentado para o cliente, disponíveis em mobilidade (TV móvel, aluguer de músicas, agregador de redes sociais), suportados por um portfólio abrangente de *smartphones*, incluindo equipamentos exclusivos, e por ofertas de banda larga móvel competitivas até 150Mbps em 4G LTE. Estas ofertas permitem a transferência automática de tráfego 3G/4G LTE para a Rede PT Wifi, de forma transparente para o cliente (tecnologia EAP-SIM) aumentando a cobertura e capacidade de mobilidade do cliente e contribuindo para a sua satisfação; e<br><br>(3) **PMEs e Segmento Empresarial**: aumentar a base de receitas para além da conetividade, aproveitando oportunidades no setor das TIC com base em soluções avançadas para empresas e nos investimentos em centros de dados de desempenho superior efetuados pela PT, adequando a oferta à cada vez maior procura de largura de banda e virtualização.<br><br>A proposta de valor do Grupo PT para este segmento encontra-se sustentada em quatro pilares: *(i)* maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais, incluindo serviços adicionais de convergência fixo-móvel suportados em fibra, e que permitem agregar VPN, gestão de LANs e serviços de vídeo; *(ii)* transformação das TI suportada por uma difusão acelerada do *cloud computing*, permitindo aos clientes reduções significativas de custos; *(iii)* especialização e capitalização de economias de escala com enfoque no *outsourcing* e BPO; e *(iv)* introduzir uma perspetiva de parceria e consultadoria de negócio que capture para os clientes as mais-valias da oferta PT, alargando o leque dos serviços prestados.<br><br>Durante o ano de 2012, o portfólio de P&S da empresa foi reforçado através do lançamento de soluções inovadoras e convergentes, alicerçadas numa infraestrutura tecnológica de última geração ao nível das Redes Fixa, Móveis e *Data Center*. Este facto permite colocar a Empresa numa posição privilegiada para responder de forma pró-ativa aos desafios colocados ao nível da concorrência, antecipando potenciais alterações que se possam vir a verificar a curto/médio prazo com os principais operadores concorrentes.<br><br>Ao nível internacional, a PT continuará focada no desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no setor das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais.<br><br>De realçar que estas ações são complementadas por um *benchmark* constante do Grupo PT face à atividade da concorrência e outros *players* relevantes da indústria, de modo a assegurar a liderança e excelência da oferta aos seus clientes. |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | **Inovação** | Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, o Grupo PT está sujeito ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas.<br><br>A aposta em inovação continua a ser uma prioridade para a Portugal Telecom, dado o seu papel-chave na prossecução de um crescimento sustentado, em particular num contexto económico difícil, que obriga a uma maior competitividade na oferta de produtos e serviços e, simultaneamente, a uma maior eficiência no seu desenvolvimento e entrega ao mercado.<br><br>O Grupo PT é historicamente uma das empresas portuguesas com um maior volume de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Nesta área, o Grupo PT detém ativos estratégicos que lhe permitem assegurar a concretização de projetos inovadores, nos quais se incluem:<br>• PT Inovação: empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.<br>• Programa de Desenvolvimento e inovação OPEN: com o objetivo de implementar práticas sistematizadas de pesquisa e processamento de informação, com o envolvimento de toda a organização, para a concretização de projetos inovadores.<br>• Planeamento estratégico das infraestruturas de rede e do *rollout* de novas tecnologias, envolvendo a elaboração de relatórios e análises periódicas da evolução, normalização, adoção de novas tecnologias pelo setor, incluindo a realização de *benckmarks* internacionais.<br>• Parcerias estratégicas com fornecedores ao nível tecnológico, equipamentos e conteúdos.<br><br>Neste âmbito, de realçar ainda a realização da *"Technology & Innovation Conference"*, em outubro de 2012, na qual foi apresentada a investidores internacionais a forma como o Grupo PT está a alavancar o investimento realizado em tecnologias e redes "*state of the art*", bem como o *roadmap* de inovação previsto para os segmentos B2C e B2B. Este evento incluiu, para além de apresentação da equipa de gestão da PT e demonstrações das soluções mais inovadoras da Empresa, a participação de parceiros tecnológicos estratégicos.<br><br>Para maior detalhe sobre as iniciativas e ações desenvolvidas neste âmbito, consultar o Capítulo sobre Investigação e Desenvolvimento do Relatório e Contas. |
| | **Envolvente económica** | A crise financeira internacional poderá prolongar a recessão ao nível da economia portuguesa e mundial e atrasar a retoma, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços e, consequentemente, ao nível da *performance* operacional e financeira do Grupo PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da *performance* operacional e financeira da PT.<br><br>A equipa de gestão atua proativamente na identificação de ameaças e oportunidades ao nível da indústria, setor e geografias onde está presente, de modo a diversificar o portfólio de ativos e consequentemente assegurar o crescimento e rentabilidade do negócio. |
| **Riscos Financeiros** | **Cambial** | A PT detém investimentos financeiros em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o Euro, nomeadamente no Brasil e em alguns países africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao Euro afetam a conversão dos resultados atribuídos à Portugal Telecom e, deste modo, os resultados e situação patrimonial do Grupo PT. Adicionalmente, a PT está igualmente exposta ao risco de taxa de câmbio decorrente de dívida denominada em moeda diferente do Euro.<br><br>A Sociedade não tem como política fazer a cobertura do valor do |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | investimento financeiro. No entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o seu efetivo recebimento.<br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar o Capítulo sobre Instrumentos Financeiros do Relatório e Contas. |
| | **Taxa de Juro** | Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com dívida contratada a taxa de juro variável.<br>O crescimento da incerteza e volatilidade dos mercados financeiros em geral e os prémios de risco nos mercados aumentaram significativamente. A instabilidade dos mercados financeiros e a flutuação da taxa de juro da dívida soberana portuguesa potenciam a materialização deste fator de risco. Nesse sentido, as condições atuais dos mercados financeiros poderão afetar negativamente a capacidade de acesso a capital por parte da PT, e do qual necessita para suportar o seu crescimento e as suas estratégias e para gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direção de Finanças Corporativa.<br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar o Capítulo sobre Instrumentos Financeiros do Relatório e Contas. |
| | A Portugal Telecom contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efetuada após a análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, envolvendo a consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras dos diferentes cenários.<br>Para detalhe sobre instrumentos derivados contratados e níveis de exposição de risco referido, consultar o Capítulo do Relatório e Contas referente a esta matéria. | |
| | **Crédito** | O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo PT. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.<br>O risco de crédito nas operações está relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo PT, sendo que o objetivo da gestão é: *(i)* limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade do saldo a receber de cada cliente; *(ii)* monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; *(iii)* realizar uma análise de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e *(iv)* analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.<br>Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo PT em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas, tendo em consideração o respetivo *rating* de crédito. |
| | **Liquidez** | O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfazerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, para investimento, para remuneração acionista e para reembolso de dívida.<br>De modo a mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | todas as suas obrigações contratuais. Adicionalmente, a estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno acionista. O Grupo PT revê periodicamente a sua estrutura de capital, considerando os riscos associados a cada uma das classes de capital.<br><br>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, e ações de mitigação do mesmo, consultar o Capítulo sobre Instrumentos Financeiros do Relatório e Contas. |
| **Riscos Operacionais** | **Capacidade da Infraestrutura** | A capacidade e disponibilidade das infraestruturas de rede são aspetos fundamentais para que o Grupo PT assegure a continuidade das operações críticas em termos de prestação de serviço ao cliente dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos seus clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, o Grupo PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco não só ao nível da disponibilidade da infraestrutura, mas também no aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos seus clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infraestruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição do Grupo PT à ocorrência de avarias e incidentes.<br><br>Neste âmbito são realizadas as seguintes ações de acompanhamento e mitigação do risco:<br>• Securização da rede *core* de telecomunicações;<br>• Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha;<br>• Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias;<br>• Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (*Quality of Service*) e QoE (*Quality of End user Experience*) definidos;<br>• Investimento em redes de nova geração e ações de manutenção preventiva;<br>• Investimento em sistemas de informação de suporte à atividade das equipas técnicas;<br>• Investimento em *Data Center* de modo a assegurar a resiliência e capacidade da infraestrutura.<br><br>O reforço da resiliência dos processos e operações que suportam os serviços *Core* do Grupo PT, face a incidentes e desastres, é coordenado pelo gabinete de continuidade de negócio, que atua a dois níveis:<br>• **Prevenção**: Preparação da resposta para reduzir o impacto de incidentes nos processos críticos que suportam os serviços;<br>• **Resposta e Recuperação**: Suportado por planos de continuidade de negócio e *Disaster Recover* para acelerar a recuperação dos processos críticos.<br><br>De realçar, ainda em 2012, o lançamento da oferta 4G LTE do grupo com uma cobertura prevista superior a 90% da população, e que permite velocidades de dados na ordem dos 150Mbps. |
| | **Parcerias estratégicas** | A estratégia de crescimento a nível nacional e internacional está assente num conjunto de alianças e parcerias que afetam de modo positivo a capacidade de competir da Sociedade. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido um papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.<br><br>Estas alianças não se encontram limitadas a uma única área, e incluem como parceiros: *(i)* fornecedores de tecnologia; *(ii)* fornecedores associados à construção de infraestruturas; *(iii)* especialistas em I&D; *(iv)* fornecedores de equipamentos terminais; e *(v)* fornecedores de |

| Riscos Relevantes | | |
|---|---|---|
| | | conteúdos, entre outros. |
| | **Ambiental** | A prossecução de uma adequada política ambiental tem sido uma preocupação da Portugal Telecom, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na *(i)* responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados, e *(ii)* responsabilidades perante Governos ou terceiros pelo custo de remoção de resíduos acrescido de eventuais indemnizações.<br>Neste âmbito, o Grupo PT tem reforçado os princípios e ações de gestão ambiental, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: *(i)* Consumos de recursos; *(ii)* Produção e encaminhamento de resíduos; *(iii)* Emissões atmosféricas; *(iv)* Ruído e campos eletromagnéticos; *(v)* Modelo sustentável de seleção e contratação de fornecedores; e *(vi)* Campanhas de sensibilização e formação.<br>De realçar, igualmente, que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas, internas e externas, sendo também efetuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias a implementar. |
| | **Obtenção e Retenção de talento** | A capacidade da empresa obter e reter talento é um vetor essencial para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a Portugal Telecom atua tanto a nível nacional como internacional. Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direção de Recursos Humanos, que atua:<br>• No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos necessários para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro do Grupo PT;<br>• Na identificação dos elementos-chave do Grupo PT, para depois implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão. |

## II.10. PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A DELIBERAÇÕES DE AUMENTO DE CAPITAL

Os poderes do Conselho de Administração da PT encontram-se descritos no Capítulo II.3., Conselho de Administração.

Os Estatutos da PT autorizam o Conselho de Administração a, com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, e por entradas em dinheiro, em valor até 15.000.000 euros, devendo, no entanto, esta decisão ser precedida de deliberação da Assembleia Geral que fixe os parâmetros a que fiquem submetidos o reforço ou reforços de capital em causa, devendo tal definição ser efetuada nos termos previstos nos Estatutos. Esta autorização foi renovada pelos Acionistas na Assembleia Geral Anual de 27 de abril de 2012.

Em dezembro de 2008, fazendo uso desta autorização, o Conselho de Administração procedeu à emissão de obrigações convertíveis em ações, o que incluiu, nos termos da deliberação da Assembleia Geral que aprovou os respetivos parâmetros, a aprovação de um aumento de capital implícito na deliberação de emissão daquelas obrigações em montante não excedente do correspondente a 15% do capital social da PT à data da deliberação de emissão das obrigações convertíveis, sem prejuízo da eventual ultrapassagem de tal limite em virtude de reajustamentos do preço de conversão.

## II.11. POLÍTICA DE ROTAÇÃO DOS PELOUROS – DESIGNAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS

**Política de rotação de pelouros**

Em 2010, o Conselho de Administração aprovou um conjunto de princípios gerais que passaram a nortear a rotação dos respetivos pelouros, tendo como principais objetivos:

> o pleno cumprimento da delimitação legal de competências em matéria de eleição dos órgãos sociais, em especial o papel soberano da Assembleia Geral de Acionistas neste domínio;
> a prossecução do interesse da Sociedade; e
> o progressivo acompanhamento das melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, em especial, a Recomendação da CMVM n.º II.2.5.

Esta política de rotação tem por base os seguintes pressupostos:

> A eleição dos administradores compete aos Acionistas reunidos em Assembleia Geral;
> Cabe ao Conselho de Administração designar os membros da Comissão Executiva e das comissões especializadas daquele órgão, por proposta do seu Presidente, e substituir por cooptação os administradores em falta (sujeita a ratificação pela Assembleia Geral);
> A Comissão de Avaliação assiste o Conselho de Administração em matérias de seleção, cooptação e preenchimento de vagas nas respetivas comissões.

No desempenho das suas competências e atentos os limites decorrentes da lei, dos Estatutos e de deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade, o Conselho de Administração da Portugal Telecom procurará, na medida do possível e adequado ao interesse da Sociedade, respeitar os seguintes princípios gerais:

a) A alocação de pelouros aos administradores da Sociedade terá como critérios primordiais: *(i)* o seu *know-how*, conhecimentos, aptidões e experiência; e *(ii)* a diversidade de áreas de especialização, qualificações, experiências e perspetivas no seio do Conselho de Administração e de cada comissão;

b) A rotação dos pelouros dos administradores da Sociedade não assume natureza vinculativa ou automática e será ponderada pelo Conselho de Administração, a título subsidiário face aos critérios referidos em a) *supra*, quando possa contribuir para o melhor desempenho do Conselho de Administração e/ou das suas comissões assim como para a prossecução do interesse da Sociedade;

c) A rotação de pelouros será objeto da referida ponderação casuística pelo Conselho de Administração no início de cada mandato ou sempre que seja necessário preencher uma vaga no seio daquele órgão ou das suas comissões;

d) O Conselho de Administração procurará que a composição das suas comissões assegure um equilíbrio adequado entre continuidade, experiência acumulada e novas perspetivas;

e) A rotação periódica de pelouros do Conselho de Administração será meramente progressiva, aplicando-se ao número de membros das respetivas comissões considerado adequado por aquele órgão;

f) Os pelouros dos membros executivos do Conselho de Administração serão atribuídos pela Comissão Executiva, na sequência de proposta do Presidente desta Comissão, privilegiando o *know-how*, aptidões e experiência exigíveis para cada pelouro e dando-se, em regra, prevalência à continuidade e acumulação de experiência sobre a mera rotação, em especial no que respeita a pelouros altamente especializados (tais como o pelouro financeiro e pelouros técnicos);

g) Os membros não executivos das comissões especializadas do Conselho de Administração ficam tendencialmente sujeitos a rotação entre comissões especializadas após o decurso de cada três mandatos, em conformidade com os princípios previstos em a) a e) *supra*;

h) A Comissão de Avaliação do Conselho de Administração pronuncia-se, a título prévio, sobre a observância dos princípios gerais enformadores da política de rotação.

Aquando da adoção desta política, o Conselho de Administração considerou, ainda, que a mesma é reforçada pelos seguintes mecanismos de *accountability* da administração já implementados pela Sociedade: *(i)* a duração dos mandatos por 3 anos, com possibilidade de reeleição; *(ii)* a apreciação e avaliação periódicas da administração pelos Acionistas na Assembleia Geral Anual; e *(iii)* as funções desempenhadas pela Comissão de Avaliação do órgão de administração.

**Regras sobre designação e substituição dos membros do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral nos termos descritos no Capítulo II.1.

À Comissão de Avaliação da PT foram atribuídas competências no âmbito do processo de designação dos administradores, nos termos melhor descritos no Capítulo II.16.

Os Estatutos determinam que a falta de qualquer administrador a mais de metade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração durante um exercício, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, se considere como falta definitiva desse administrador. Tal falta definitiva deve ser declarada pelo Conselho de Administração, devendo proceder-se à substituição do administrador em causa nos termos da lei e dos Estatutos.

**Regras sobre designação e substituição dos membros dos órgãos de fiscalização**

Os membros dos órgãos de fiscalização são designados pela Assembleia Geral, no caso do Revisor Oficial de Contas, sob proposta da Comisão de Auditoria, nos termos descritos no Capítulo II.1.

Os Estatutos determinam que a falta de qualquer membro da Comissão de Auditoria considera-se como falta definitiva nos termos das faltas dos membros do Conselho de Administração enquanto tais. A falta definitiva deve ser declarada pela Comissão de Auditoria, devendo proceder-se à substituição do membro em causa nos termos da lei e dos Estatutos.

A substituição do Revisor Oficial de Contas é realizada nos termos da lei.

## II.12. NÚMERO DE REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, BEM COMO REFERÊNCIA À REALIZAÇÃO DAS ATAS DESSAS REUNIÕES

Durante o exercício de 2012, tiveram lugar 16 reuniões do Conselho de Administração e 14 reuniões da Comissão de Auditoria.

Os órgãos de administração e fiscalização lavram atas das suas reuniões, podendo os participantes nas reuniões ditar para a ata a súmula das suas intervenções.

## II.13. NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA E ENVIO DE RESPETIVAS ATAS E CONVOCATÓRIAS

Durante o exercício de 2012, tiveram lugar 29 reuniões da Comissão Executiva. Das reuniões da Comissão Executiva são lavradas atas, podendo os participantes ditar para a ata a súmula das suas intervenções.

O Presidente Executivo remete ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria as convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva de modo a permitir uma adequada informação dos titulares desses cargos.

## II.14. MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS – REGRAS DE INCOMPATIBILIDADE E CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA

### Conselho de Administração

No Capítulo II.1. encontram-se discriminados os administradores executivos e os administradores não executivos, bem como, entre estes últimos, aqueles que são considerados independentes.

Todos os membros não executivos do Conselho de Administração (para além, naturalmente, dos administradores que integram a Comissão de Auditoria) cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, todas as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção das previstas nas alíneas b) e h), em conformidade com o disposto na Recomendação da CMVM n.º II.1.2.3.

Neste contexto, importa referir que a PT efetuou uma avaliação global, material e casuística da independência dos seus administradores, orientada por princípios gerais destinados a aferir que estes não se encontram associados a quaisquer grupos de interesses específicos na Sociedade nem em quaisquer circunstâncias suscetíveis de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

A avaliação da independência dos administradores que integram a Comissão de Auditoria foi realizada por este órgão social, nos termos da Ordem de Serviço n.º 4,08 aprovada pelo Conselho de Administração e pela Comissão de Auditoria, em 31 de janeiro de 2008, conforme adiante melhor explicitado.

Já a avaliação da independência dos administradores que não integram a Comissão de Auditoria foi efetuada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo Societário, de acordo com: *(i)* os critérios definidos na Ordem de Serviço n.º 3,08 aprovada pelo Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2008, a qual prevê um conjunto de critérios substancialmente em linha com os princípios gerais subjacentes às recomendações europeias e às recomendações da CMVM, melhor descritos em II.15. *infra*, assim como *(ii)* os critérios previstos na *Section 303A Corporate Governance Standards* da *New York Stock Exchange*.

Neste âmbito, e conforme consta do Capítulo II.1. *supra,* considerou-se prejudicada a independência dos administradores executivos, bem como dos administradores não executivos que atuam em nome ou por conta de titulares de participações qualificadas na PT ou de entidades com estes em relação de domínio ou de grupo.

Por seu turno, e no que respeita aos administradores não executivos da PT que foram reeleitos nestas funções por mais de dois mandatos, por deliberação adotada por 93,61% dos votos favoráveis dos acionistas presentes ou representados, na Assembleia Geral eletiva de 27 de abril transato, o Conselho de Administração entendeu que, não obstante o disposto na alínea b) do n.º 5 do art. 414.º do Código das Sociedades Comerciais aplicável por remissão da Recomendação da CMVM n.º II.1.2.3:

a) A permanência em tais funções não constitui uma causa de perda automática de independência;

b) *In casu*, a sua reeleição não afeta a sua isenção e imparcialidade, designadamente, tendo em conta as sucessivas mutações no órgão de administração e na estrutura acionista dispersa da Sociedade ao longo de sucessivos mandatos;

c) Estes administradores trazem um valioso contributo para um adequado desempenho das funções de supervisão cometidas à administração não executiva, atendendo, sobretudo, à sua

experiência, empenho e conhecimento do setor e da Sociedade, bem como ao reconhecimento da sua isenção e imparcialidade dentro dos órgãos sociais e da Sociedade como um todo.

Conclui-se, assim, que todos os administradores considerados independentes pela PT, a 31 de dezembro de 2012, conforme consta do Capítulo II.1. *supra*, reúnem as condições necessárias para desempenhar as suas funções e cumprir os seus deveres de atuação diligente e no interesse da Sociedade de modo independente. Deste modo, o Conselho de Administração considera que o órgão de administração da Sociedade inclui um número de membros independentes adequado à sua dimensão e estrutura acionista (superior a um quarto do total dos seus membros conforme II.1. *supra*), apto a desempenhar o papel de supervisão e *accountability* que lhes é especialmente cometido.

Este entendimento contrasta com a atual posição da CMVM expressa nos relatórios anuais sobre o governo das sociedades cotadas referentes a 2010 e 2011, ambos divulgados em 2012, razão pela qual se declara incumprida a Recomendação da CMVM n.º II.1.2.2.

Com efeito, a interpretação até aqui adotada pela CMVM relativamente à aplicação dos critérios de independência previstos na Recomendação da CMVM n.º II.1.2.3 vigente, nesta data, considera as presunções previstas nas alíneas do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais como causas automáticas de perda da independência. De acordo com esta interpretação, a 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da PT não conta com um quarto de administradores independentes de entre o total dos seus membros, uma vez que o Presidente do Conselho de Administração e o administrador Gerald S. McGowan já foram reeleitos nas funções de administradores da PT por mais de dois mandatos e, como tal, não são considerados independentes.

Pelas razões acima aduzidas e sem prejuízo de ter tido em conta este entendimento da CMVM na declaração de não cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.1.2.2, reitera-se que a PT refuta esta posição da CMVM, empreendendo uma avaliação global, material e casuística da independência dos seus administradores, suportada nas melhores práticas de governo e destinada a promover que a gestão não executiva disponha das condições necessárias ao exercício imparcial de uma função de supervisão ativa e orientada para a prossecução do interesse da PT.

**Comissão de Auditoria**

Tendo em conta as regras internas em matéria de independência e as comunicações efetuadas pelos respetivos membros, a 31 de dezembro de 2012, a Comissão de Auditoria cumpre o disposto nos n.$^{os}$ 4 e 5 do artigo 423.º-B do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que a totalidade dos seus membros é independente, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, e dispõe de formação e conhecimentos adequados.

Note-se, porém, que, nos respetivos relatórios anuais sobre o governo das sociedades cotadas referentes a 2010 e 2011, ambos divulgados em 2012, a CMVM apresentou uma posição divergente com o entendimento da PT, considerando que a Sociedade não cumpre a Recomendação da CMVM n.º I.1.1.3.

Com efeito, caso seja seguido o entendimento da CMVM no sentido de considerar que é relevante, para efeitos da alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, a reeleição em qualquer órgão social (e não apenas a reeleição no órgão de fiscalização), o Presidente da Comissão de Auditoria, ainda que tenha sido eleito pela primeira vez para o órgão de fiscalização em 22 de junho de 2007, foi reeleito por mais de dois mandatos para o exercício de funções não executivas no órgão de administração da Sociedade.

Neste contexto, cumpre salientar que sempre foi entendimento da PT, suportado por pareceres obtidos a propósito das especificidades do respetivo modelo de governo, que o número de mandatos relevantes para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais respeita apenas à reeleição em idênticas funções de fiscalização.

Em particular, considerando que as exigências e os critérios legais de independência se colocam primeira e imperativamente aos membros dos órgãos de fiscalização e que os membros da Comissão de Auditoria assumem uma dupla função, enquanto "administradores" e "fiscalizadores", entende-se que há uma prevalência do regime legal aplicável aos "fiscalizadores" no que respeita à composição deste órgão e à aferição da independência dos seus membros.

Ademais, a *ratio* da presunção prevista naquela alínea b) não pode deixar de ser a rotação no seio do órgão de fiscalização. Posto isto, importa referir que a reeleição noutros órgãos sociais pode ser relevante, mas apenas para efeitos do critério geral de aferição da independência previsto no proémio do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais. Dito por outras palavras, tal reeleição não deve ser considerada como uma causa de perda automática de independência, devendo antes ser apreciado casuisticamente se a mesma prejudica ou não a isenção de análise ou de decisão do membro em causa.

Ora, a este respeito, importa ter em consideração que a PT efetuou uma avaliação material e global da independência do Presidente da sua Comissão de Auditoria, à semelhança dos demais membros deste órgão, tendo concluído pela sua independência, não se encontrando o mesmo, de qualquer forma, associado a qualquer grupo de interesses específico na Sociedade nem em qualquer circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Ainda com base na referida análise material da independência, no caso em apreço, a permanência em funções não executivas por diversos mandatos na Sociedade não se entende prejudicar a isenção face aos interesses em presença, designadamente face à administração e aos acionistas da Sociedade, em especial considerando: por um lado, a estrutura acionista da Sociedade com um amplo grau de dispersão no nosso mercado; e, por outro, as sucessivas mutações na composição do órgão de administração da PT (incluindo na gestão executiva) e na estrutura acionista da PT verificadas ao longo dos mandatos em que o Presidente da Comissão de Auditoria tem vindo a desempenhar funções de administração não executiva.

Desta feita, pelas razões acima expostas, e sem prejuízo do entendimento divergente expresso pela CMVM e tido em conta pela Sociedade na declaração de não cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.1.3.1, a PT considera que o Presidente da sua Comissão de Auditoria é independente e dispõe de formação e conhecimentos adequados.

Mais se salienta que, ainda que se adote aquela posição da CMVM, a permanência em funções não executivas, assim como a reeleição no órgão de fiscalização, recentemente deliberadas pelos acionistas da Sociedade, por uma percentagem de 93,61% de votos favoráveis emitidos na Assembleia Geral eletiva realizada em 27 de abril de 2012, no entendimento da Comissão de Auditoria, não só não afetam a sua isenção e imparcialidade como se afiguram um contributo e qualidade relevantes para um adequado desempenho das suas funções de supervisão e fiscalização, em cumprimento dos seus deveres fundamentais de cuidado e de lealdade, no interesse da Sociedade.

Tal contributo e qualidade resultam, sobretudo, dos seguintes aspetos: *(i)* das suas qualificações e do seu conhecimento e experiência relativamente ao setor e à Sociedade; *(ii)* do reconhecimento da sua isenção e imparcialidade dentro dos órgãos sociais e da Sociedade como um todo, o qual se revela essencial ao desempenho das funções típicas do presidente do órgão de fiscalização; bem como *(iii)* da continuidade necessária para dar resposta às exigências que se colocam ao órgão de fiscalização da PT, enquanto emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na *Euronext Lisbon* e na NYSE.

Aliás, convém salientar que *(i)* a independência dos membros da Comissão de Auditoria da Sociedade é também aferida de acordo com as regras da SEC e da NYSE aplicáveis à Comissão de Auditoria da PT, que se encontram descritas no Capítulo seguinte e que *(ii)* todos os membros da Comissão de Auditoria são independentes à luz destas normas, incluindo o membro da Comissão de Auditoria Mário João de Matos Gomes, que é o "*audit committee financial expert*" nos termos do disposto no *Item 16A* do *Form 20-F*, apresentado anualmente na SEC.

## II.15. REGRAS PARA AVALIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Na qualificação da independência dos administradores nos termos *supra* referidos, foram considerados o conceito de independência constantes da Ordem de Serviço interna n.º 3,08 relativa à independência dos membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, com exceção dos membros da respetiva Comissão de Auditoria, aprovada em 31 de janeiro de 2008, assim como os critérios previstos na *Section 303A Corporate Governance Standards* da *New York Stock Exchange*.

Em particular, a mencionada Ordem de Serviço prevê um conjunto de critérios que refletem e permitem uma avaliação da independência material e casuística, substancialmente em linha com os princípios gerais subjacentes: *(i)* às recomendações europeias, à luz das quais são considerados independentes os administradores que não mantenham quaisquer relações comerciais, familiares ou outras – com a sociedade, com titulares de participações qualificadas ou com as estruturas orgânicas de qualquer um deles – "*que possam originar um conflito de interesses suscetível de prejudicar a sua capacidade de apreciação*"; e *(ii)* às Recomendações da CMVM que remetem para os requisitos aplicáveis aos membros dos órgãos de fiscalização, previstos nos artigos 414.º e 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, segundo os quais são considerados independentes os administradores que não se encontrem associados a quaisquer grupos de interesses específicos na Sociedade nem em quaisquer circunstâncias suscetíveis de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Na aferição da inexistência de qualquer associação a grupos de interesses específicos na PT ou circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, os membros do órgão de administração da Sociedade, bem como o próprio Conselho de Administração têm nomeadamente em consideração as regras de incompatibilidades previstas no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b) do n.º 1 deste artigo, bem como as situações que afetam a independência previstas nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 414.º daquele Código.

Conforme previsto na Ordem de Serviço n.º 3,08, os membros do Conselho de Administração da Sociedade, com exceção dos membros da Comissão de Auditoria, devem enviar ao Presidente do Conselho de Administração, nos 10 dias úteis seguintes à sua eleição ou cooptação e até ao dia 31 de janeiro de cada ano, declarações elaboradas de acordo com um Anexo à referida Ordem de Serviço.

Sempre que se verifique uma alteração superveniente da situação de qualquer um dos membros do Conselho de Administração no que respeita à sua independência, o administrador em questão deve enviar ao Presidente do Conselho de Administração uma declaração atualizada, nos 10 dias úteis seguintes à ocorrência de tal alteração superveniente.

O Conselho de Administração avalia a independência dos seus membros não executivos que não integram a Comissão de Auditoria tendo por base tais declarações, bem como qualquer outra informação de que tenha conhecimento.

Os critérios de independência previstos na Ordem de Serviço n.º 3,08 são aplicáveis aos membros da Comissão de Governo Societário e da Comissão de Avaliação enquanto tais. Por seu turno, a Comissão de Auditoria adota critérios de independência específicos, conforme se descreve de seguida.

### Comissão de Auditoria

Para efeitos de aferição da independência, da inexistência de situações de incompatibilidade e da especialização dos membros da Comissão de Auditoria, considerados enquanto tal, a Comissão de Auditoria e o Conselho de Administração da PT adotaram, em 31 de janeiro de 2008, a Ordem de Serviço interna n.º 4,08, que foi elaborada com base no conceito de independência constante do número 5 do artigo 414.º, na lista de incompatibilidades prevista no artigo 414.º-A e no conceito de

especialização constante do n.º 4 do artigo 414.º, todos do Código das Sociedades Comerciais e aplicáveis por remissão do artigo 423.º-B do mesmo Código, tendo ainda em consideração os termos das demais regras de mercado aplicáveis, incluindo as vigentes no mercado norte-americano, designadamente no *Securities Exchange Act of 1934*, no *Sarbanes-Oxley Act*, na *Rule 10A-3 on Listing Standards Relating to Audit Committees* da SEC e nas *Final Rules* aprovadas nos termos da *Section 303A* on *Corporate Governance Standards* da NYSE.

Nos termos desta Ordem de Serviço, os membros da Comissão de Auditoria devem enviar ao Presidente deste órgão social, nos 10 dias úteis seguintes à sua designação e até ao dia 31 de janeiro de cada ano, declarações elaboradas de acordo com um Anexo àquela Ordem de Serviço n.º 4,08.

Adicionalmente, sempre que um membro da Comissão de Auditoria tenha ou deva ter conhecimento de que se verifica ou irá verificar-se uma alteração superveniente relativamente ao cumprimento dos requisitos de independência, incompatibilidades e especialização que lhe sejam aplicáveis, o membro em questão deve enviar ao Presidente da Comissão de Auditoria uma declaração atualizada, com antecedência razoável ou, se tal não for possível, imediatamente após a verificação dessa alteração.

A Comissão de Auditoria aprecia, em cada momento, a conformação dos seus membros com as regras sobre incompatibilidades, independência e especialização aplicáveis tendo por fundamento as declarações dos seus membros, bem como qualquer outra informação de que tenha conhecimento.

Acresce que, caso a Comissão de Auditoria conclua que, em determinado momento, os seus membros não cumprem, ou poderão vir a não cumprir, os requisitos quanto a incompatibilidades, independência ou especialização previstos no Código das Sociedades Comerciais, este órgão social desencadeia os mecanismos necessários à substituição dos membros que se revele necessária para que a composição deste órgão social esteja conforme com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

A independência dos membros da Comissão de Auditoria da Sociedade é também aferida de acordo com os designados *Independence Tests* constantes da *Section 303-A on Corporate Governance Standards* emitidos pela NYSE, os quais lhes são aplicáveis em virtude de a Sociedade ser uma entidade com ações admitidas à negociação na NYSE, sob a forma de ADR's.

## II.16. PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Os candidatos aos cargos de administração não executiva são eleitos pela Assembleia Geral. Nas Assembleias Gerais eletivas que vêm sendo realizadas na PT, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não executivos, têm sido propostos pelos Acionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores executivos no processo de escolha dos administradores não executivos.

Por outro lado, a Comissão de Avaliação conta, entre as suas atribuições, com a competência para assistir o Conselho de Administração no âmbito do processo de seleção de administradores para a Sociedade, quer por solicitação do Presidente do Conselho de Administração (nomeadamente em caso de cooptação), quer por iniciativa de Acionistas com capacidade de apresentação de listas a sufrágio.

As atribuições do Conselho de Administração e da Comissão de Avaliação neste âmbito correspondem ao exercício das funções de gestão da Sociedade que incumbem ao órgão de administração, no que se refere às competências especializadas do Conselho de Administração, ou seja, a intervenção desta Comissão no processo de seleção de candidatos a administradores não executivos compreende, essencialmente, a definição do perfil objetivo adequado das pessoas a eleger, tendo em consideração critérios gerais e abstratos de boa gestão, sem prejuízo de a decisão de seleção de candidatos em

concreto incumbir ao Conselho de Administração, nos casos de cooptação (sujeita a ratificação pela Assembleia Geral), ou aos Acionistas, no caso de eleição em Assembleia Geral.

A Comissão de Avaliação conta com 6 administradores não executivos entre os seus 7 membros e é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que é um administrador não executivo. O único membro desta Comissão que exerce funções de administração executiva na Sociedade é o Presidente Executivo, que, nos termos do Regulamento da Comissão de Avaliação, está impedido de votar no âmbito das deliberações relativas, por um lado, à avaliação anual do desempenho dos membros da Comissão Executiva e, por outro, aos processos de cooptação ou eleição de administradores da PT, quando esteja em causa a seleção de administradores não executivos.

Deste modo, encontra-se limitada a interferência dos administradores executivos na seleção de candidatos a administradores não executivos, em pleno cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.1.3.2.

## II.17. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração prevê a possibilidade de realização de reuniões *ad hoc* entre os administradores não executivos e exige que estes reúnam, pelo menos uma vez por ano, com o Presidente da Comissão de Avaliação da PT.

Os membros não executivos do Conselho de Administração elaboraram um relatório das atividades desenvolvidas durante o exercício de 2012, o qual foi aprovado na reunião realizada entre os mesmos a 27 de fevereiro de 2013 e que se encontra divulgado no relatório anual de gestão, em cumprimento da Recomendação da CMVM n.º II.2.4.

## II.18. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, INDICAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR SI EXERCIDAS, PELO MENOS, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, NÚMERO DE ACÇÕES DA SOCIEDADE DE QUE SÃO TITULARES, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO

Os *curricula* dos administradores da PT encontram-se no Anexo III.

No Capítulo II.1. encontra-se discriminado o número de ações da Sociedade detido por cada administrador, o ano da primeira designação e a data do termo do mandato.

## II.19. FUNÇÕES QUE OS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCEM EM OUTRAS SOCIEDADES, DISCRIMINANDO-SE AS EXERCIDAS EM OUTRAS SOCIEDADES DO MESMO GRUPO

As funções exercidas noutras sociedades pelos administradores encontram-se discriminadas no Anexo III.

## SECÇÃO III. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

A informação prevista nos ***Capítulos II.20. a II.23.*** do Regulamento da CMVM n.º 1/2010 não é aplicável à PT, tendo em conta que a Sociedade adotou um modelo de governo anglo-saxónico.

## II.24. AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

A PT adota o modelo de governo anglo-saxónico, pelo que não dispõe de um Conselho Fiscal. A informação prestada de seguida tem por referência a Comissão de Auditoria.

A avaliação anual do auditor externo consta do relatório anual das atividades da Comissão de Auditoria que é disponibilizado no *website* da Sociedade, conforme referido no Capítulo II.4.

Até à presente data, a Comissão de Auditoria da PT em caso algum encontrou razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de auditor externo da Sociedade, pelo que a Recomendação da CMVM n.º II.4.5, não tendo nunca sido suscetível de aplicação nesta parte, considera-se integralmente cumprida.

Para meros efeitos informativos, importa referir a respeito desta matéria que, nos termos do respetivo regulamento interno, a Comissão de Auditoria tem responsabilidade direta e exclusiva pela nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da Sociedade, bem como pela fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas, não atribuindo a lei e os Estatutos da Sociedade qualquer competência à Assembleia Geral para deliberar sobre a destituição com justa causa do auditor externo.

A informação prevista nos ***Capítulos II.25. a II.28.*** do Regulamento da CMVM n.º 1/2010 não é aplicável à PT, tendo em conta que a Sociedade adotou um modelo de governo anglo-saxónico.

## II.29. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DA SOCIEDADE

A política de remunerações aplicável aos dirigentes do Grupo PT na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, com exceção daqueles que integram os órgãos de administração ou fiscalização, encontra-se descrita na declaração sobre esta matéria a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Anual de Acionistas a realizar em abril de 2013. Tal declaração consta do Anexo IV ao presente relatório e será submetida aos Acionistas enquanto parte integrante do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012.

Do mesmo modo, na Assembleia Geral Anual de Acionistas realizada em 27 de abril de 2012, foi submetida à apreciação dos Acionistas a declaração do Conselho de Administração sobre a política de remunerações aplicável aos dirigentes do Grupo PT, com exceção daqueles que integrem os órgãos de administração ou fiscalização, em texto integrado no Relatório e Contas relativo ao exercício de 2011.

Não obstante a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.3. referir que a declaração sobre a política de remunerações prevista na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, a submeter à Assembleia Geral também deve incluir as remunerações de dirigentes, a PT entende não dever adotar a parte final desta Recomendação, visto considerar que as informações acerca das remunerações dos dirigentes da Sociedade, que não os membros dos referidos órgãos sociais, devem constar de documento preparado pelo órgão de administração e apresentado à Assembleia Geral Anual juntamente com os documentos de prestação de contas, no ponto da ordem de trabalhos respeitante à aprovação do relatório e contas.

Com efeito, os dirigentes da Sociedade que não integram aqueles órgãos são quadros da Empresa, não sendo a definição da respetiva política remuneratória da competência nem da Assembleia Geral nem da Comissão de Vencimentos da PT, constituindo antes matéria relativa à gestão da Sociedade.

Esta alocação de competências não constitui sequer uma especificidade do modelo de governo da PT. Com efeito, a remuneração dos quadros dirigentes constitui em qualquer modelo de governo uma matéria respeitante à gestão de recursos humanos, a qual se situa claramente no âmbito da

competência do órgão de administração.

Por estas razões, a Sociedade não pode deixar de considerar que a Recomendação em causa não se coaduna com as regras legais vigentes, segundo as quais: *(i)* as matérias de gestão são competência primordial do órgão de administração; *(ii)* a definição da remuneração dos órgãos sociais, e apenas essa, é uma competência primordial da assembleia geral de acionistas, a qual pode nomear uma comissão de vencimentos, ficando esta obrigada ao denominado exercício de *say on pay* consagrado na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Este entendimento não prejudica o dever do Conselho de Administração de prestar contas e esclarecimentos à Assembleia Geral da Sociedade no que concerne à política de remuneração dos dirigentes, nos mesmos termos em que o faz em relação a qualquer matéria que entre no âmbito da sua competência, sendo assim, na opinião da PT, o foro próprio para esse efeito o relatório e contas submetido anualmente à Assembleia Geral.

Desta feita e no sentido de assegurar a transparência e *accountability* das decisões da administração neste domínio, o Conselho de Administração submeterá esta política aos Senhores Acionistas em anexo ao relatório anual de governo.

Não existem na PT outros trabalhadores cuja atividade profissional possa ter impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.

## SECÇÃO IV. REMUNERAÇÃO

### Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos, eleita pelos Acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado (tendo nomeadamente em conta a avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação) e a situação económica da Sociedade.

Com vista à consecução dessa tarefa, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores e da Sociedade, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos, e reúne sempre que for necessário.

Os atuais membros da Comissão de Vencimentos foram eleitos em 27 de abril de 2012 para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014. Tendo em conta a suspensão de funções de um dos membros da Comissão de Vencimentos, os Acionistas serão chamados a deliberar sobre a nomeação de um novo membro da Comissão de Vencimentos para completar o mandato correspondente ao triénio 2012-2014.

*Composição*

| | |
|---|---|
| Álvaro Pinto Correia | *Presidente* |
| Francisco Esteves de Carvalho | *Vogal* |
| Francisco Barros Lacerda | *Vogal* (1) |

(1) Com funções suspensas desde 24 de agosto de 2012.

### Independência dos membros da Comissão de Vencimentos

Sem prejuízo da necessária articulação desta Comissão com o Conselho de Administração, a composição da Comissão de Vencimentos procura obter o maior grau possível de independência relativamente aos titulares do órgão de administração. Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos integra qualquer órgão social ou comissão da Sociedade e nenhum dos membros da

Comissão de Vencimentos tem qualquer ligação familiar a qualquer titular do órgão de administração por via de casamento, parentesco ou afinidade em linha reta até ao terceiro grau, inclusive.

A PT cumpre, deste modo, a primeira parte da Recomendação da CMVM n.º II.5.2.

## II.30. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

A política de remunerações dos membros executivos e não executivos do órgão de administração (incluindo nessa política os membros do órgão de fiscalização) em vigor durante o exercício de 2012 encontra-se descrita na declaração da Comissão de Vencimentos sobre esta matéria aprovada pelos Acionistas na Assembleia Geral Anual de 2012, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho. Tal declaração encontra-se reproduzida no Anexo V ao presente relatório.

Na Assembleia Geral Anual de Acionistas a ter lugar em abril de 2013 será, do mesmo modo, submetida à apreciação dos Acionistas, em ponto autónomo da ordem de trabalhos, a declaração da Comissão de Vencimentos sobre a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT para 2013.

## II.31. REMUNERAÇÃO AUFERIDA INDIVIDUALMENTE PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e do Regulamento da CMVM n.º 1/2010, indicam-se de seguida as remunerações individuais pagas aos membros do órgão de administração e da Comissão de Auditoria da Sociedade em 2012:

| | | | | | Comissões a 31 de dezembro de 2012 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Fixo de 2012 | Variável de 2011 | Prémio de mandato 2009-2011 | Total | Auditoria | Governo Societário | Avaliação |
| **Comissão Executiva** | | | | | | | |
| Zeinal Abedin Mahomed Bava | 695.038 | 589.929 | - | 1.284.967 | | | Vogal |
| Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo | 486.526 | 363.267 | - | 849.793 | | | |
| Alfredo José Silva de Oliveira Baptista | 486.526 | 247.682 | - | 734.208 | | | |
| Carlos António Alves Duarte | 486.526 | 330.243 | - | 816.769 | | | |
| Manuel Francisco Rosa da Silva | 486.526 | 330.243 | - | 816.769 | | | |
| Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão | 486.526 | 247.682 | - | 734.208 | | | |
| Shakhaf Wine (a) | 486.526 | 330.243 | - | 816.769 | | | |
| | **3.614.193** | **2.439.289** | **-** | **6.053.482** | | | |
| **Comissão de Auditoria** | | | | | | | |
| João Manuel de Mello Franco | 271.404 | - | - | 271.404 | Presidente | Vogal | Vogal |
| José Guilherme Xavier de Basto | 126.574 | - | - | 126.574 | Vogal | | |
| Mário João de Matos Gomes (b) | 183.736 | - | - | 183.736 | Vogal | | |
| | **581.714** | **-** | **-** | **581.714** | | | |
| **Conselho de Administração** | | | | | | | |
| Henrique Manuel Fusco Granadeiro | 617.812 | - | 652.500 | 1.270.312 | | Presidente | Presidente |
| Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires | 44.058 | - | - | 44.058 | | | |
| Fernando Magalhães Portella (c) | 8.154 | - | - | 8.154 | | | |
| Francisco Teixeira Pereira Soares | 132.174 | - | - | 132.174 | | Vogal | Vogal |
| Gerald Stephen McGowan | 75.528 | - | - | 75.528 | | Vogal | |
| João Nuno de Oliveira Jorge Palma (d) | - | - | - | - | | Vogal | |
| Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes | 118.786 | - | - | 118.786 | | Vogal | Vogal |
| José Pedro Cabral dos Santos (d) | - | - | - | - | | | |
| Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré | 44.058 | - | - | 44.058 | | | |
| Milton Amilcar Silva Vargas | 75.528 | - | - | 75.528 | | | Vogal |
| Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos | 69.234 | - | - | 69.234 | | | |
| Otávio Marques de Azevedo | 75.528 | - | - | 75.528 | | | Vogal |
| Paulo José Lopes Varela | 87.316 | - | - | 87.316 | | Vogal | |
| Rafael Luís Mora Funes | 118.786 | - | - | 118.786 | | Vogal | Vogal |
| Pedro Jereissati (e) | 68.090 | - | - | 68.090 | | | |
| | **1.535.052** | **-** | **652.500** | **2.187.551** | | | |
| | **5.730.959** | **2.439.289** | **652.500** | **8.822.747** | | | |

(a) A remuneração do administrador executivo Shakhaf Wine é paga através da PT Brasil, subsidiária da PT no Brasil, e em moeda local, sendo apresentado na tabela o contravalor em euros.
(b) Para além do montante referido no quadro *supra* pago pela PT, o administrador não executivo Mário de Matos Gomes auferiu ainda uma remuneração no montante de 7.838 euros paga pela Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. pelas funções de Presidente do Conselho Fiscal nela desempenhadas.
(c) O administrador Fernando Magalhães Portella foi designado por cooptação para o exercício de funções em 25 de outubro de 2012.
(d) Os administradores não executivos João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos prescindiram de remuneração por incompatibilidade com outras obrigações profissionais.
(e) O administrador não executivo Pedro Jereissati renunciou às funções que exercia na PT em 25 de outubro de 2012.

A remuneração variável paga durante o exercício de 2012 aos membros da Comissão Executiva constante do quadro acima refere-se ao desempenho dos administradores executivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, o prémio pago durante o exercício de 2012 ao Presidente do Conselho de Administração constante do quadro refere-se ao prémio relativo ao mandato terminado em 31 de dezembro de 2011 fixado pela Comissão de Vencimentos nos termos da política de remunerações em vigor.

Relativamente ao órgão de fiscalização da Sociedade, e considerando que esta adotou o modelo de governo anglo-saxónico conforme anteriormente explicado, os seus membros são administradores não executivos, recebendo uma remuneração fixa mensal tendo em conta o previsto na política de remunerações.

A remuneração recebida pelos restantes administradores não executivos corresponde igualmente a uma remuneração fixa mensal considerando o número de comissões em que participam e nos termos previstos na política de remunerações.

Durante o exercício de 2012, a Sociedade não adotou nem se mantiveram vigentes quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações a favor de membros dos órgãos de administração e fiscalização (ou de quaisquer outros dirigentes, na aceção do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários).

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas de forma agregada na Nota 48 às demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012.

II.32. ALINHAMENTO COM INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, REMUNERAÇÃO BASEADA NO DESEMPENHO E DESINCENTIVO A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS

Conforme resulta da política de remunerações vigente em 2012 descrita no Anexo V, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, baseando-se na avaliação do desempenho e desincentivando a assunção excessiva de riscos.

II.33. RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES EXECUTIVOS:

*a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;*

*Vide* informação constante dos Capítulos II.31. e II.32.

*b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;*

A Comissão de Vencimentos determina as remunerações dos membros executivos do órgão de administração tendo por base critérios objetivos por si aprovados e a avaliação do desempenho dos administradores executivos realizada pela Comissão de Avaliação, no âmbito das suas competências específicas, ouvido o Presidente Executivo.

Do mesmo modo, os administradores executivos são avaliados no âmbito da avaliação do desempenho do próprio Conselho de Administração.

Acresce que, nos termos da lei, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração (e da fiscalização) da Sociedade.

Por fim, importa referir que a Comissão de Governo Societário possui competências que, não obstante corresponderem a poderes que lhe são delegados pelo Conselho de Administração, determinam que esta comissão avalie as práticas de governo adotadas pela Sociedade e pelo respetivo órgão de administração.

*c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;*

A determinação da remuneração variável a atribuir por conta do desempenho do exercício é feita com base numa percentagem da remuneração fixa anual, calculada utilizando a média ponderada do grau de consecução de um conjunto de indicadores ligados ao desempenho e sustentabilidade da Sociedade, sendo que para cada um dos indicadores deverá atingir-se no mínimo 85% dos objetivos estabelecidos para esse indicador.

No âmbito da avaliação de tal desempenho é considerada a evolução dos seguintes indicadores:

> O *total shareholder return* (TSR), considerando como tal o retorno gerado pela ação PT, incluindo não apenas a variação da cotação mas também o rendimento pago (dividendo);
> As receitas globais do Grupo PT;
> O EBITDA – CAPEX global do Grupo PT;
> O índice de sustentabilidade aplicado à PT (com a metodologia do *Dow Jones Sustainability Index*); e
> O cumprimento das metas estratégicas a nível nacional e internacional.

*d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;*

A importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente que se encontravam em vigor durante o exercício de 2012, estão descritos na declaração sobre a política de remunerações que consta do Anexo V.

Nestes termos, a remuneração dos administradores executivos para o mandato 2012-2014 é composta por uma remuneração fixa e por uma remuneração variável única atribuída anualmente mas com a manutenção da verificação dos níveis de sustentabilidade da empresa implícita na opção pelo diferimento por um período de três anos do pagamento de 50% de tal remuneração variável, condicionado à manutenção do desempenho positivo da Sociedade nas condições definidas.

A remuneração fixa tem por limite um valor anual fixado pela Comissão de Vencimentos (a abonar 14 vezes por ano), determinado em função do cargo desempenhado, diferenciando-se a remuneração auferida pelo Presidente do Conselho de Administração, pelos membros da Comissão de Auditoria (e, de entre estes, o respetivo Presidente e Vogal especialista financeiro), pelos demais administradores não executivos (e, de entre estes, os membros das comissões especializadas do Conselho de Administração), bem como pelo Presidente e vogais da Comissão Executiva.

A remuneração variável dos administradores executivos encontra-se dependente da consecução dos objetivos fixados e poderá ascender até 160% da remuneração fixa no caso de consecução de 100% dos objetivos definidos, em linha com os valores fixados na política de remunerações do mandato anterior.

Após a determinação da remuneração variável de acordo com esta metodologia, a Comissão de Vencimentos pode aumentar ou diminuir em até 10% a remuneração variável do Presidente da Comissão Executiva e dos seus demais membros, sob proposta, respetivamente, do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva. Em qualquer caso, e ainda que o grau de consecução dos objetivos pré-definidos seja superior a 100%, o montante de remuneração variável não superará em mais de 12,5% a remuneração variável correspondente à consecução de 100% dos objetivos acrescida da referida majoração.

A determinação da remuneração variável a atribuir por conta do desempenho do exercício é feita com base numa percentagem da remuneração fixa anual, calculada utilizando a média ponderada do grau de consecução de um conjunto de indicadores ligados ao desempenho e sustentabilidade da Sociedade, definidos pela Comissão de Vencimentos eleita na Assembleia Geral Anual de 2012, sendo que para cada um dos indicadores deverá atingir-se no mínimo 85% dos objetivos estabelecidos para esse indicador. No âmbito da avaliação de tal desempenho é considerada a evolução dos seguintes indicadores:

> O *total shareholder return* (TSR), considerando como tal o retorno gerado pela ação PT, incluindo não apenas a variação da cotação mas também o rendimento pago (dividendo);

- > As receitas globais do Grupo PT;
- > O EBITDA – CAPEX global do Grupo PT;
- > O índice de sustentabilidade aplicado à PT (com a metodologia do *Dow Jones Sustainability Index*); e
- > O cumprimento das metas estratégicas a nível nacional e internacional.

Refira-se ainda que, aquando da preparação da nova política de remunerações dos órgãos sociais em 2012, foi efetuado um novo estudo de *benchmarking* abrangendo cerca de 140 empresas, o qual permitiu confirmar a razoabilidade da relação entre as remunerações fixa e variável fixadas para os membros da Comissão Executiva nos mandatos 2009-2011 e 2012-2014.

Do *supra* exposto resulta a razoabilidade global da componente variável face à componente fixa da remuneração, pelo que a PT considera cumprida a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.1., alínea ii).

Na Assembleia Geral Anual de 2013 será submetida à aprovação dos Acionistas a declaração da Comissão de Vencimentos relativa à política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da PT aplicável ao mandato 2012-2014, que no essencial mantém a política definida em 2012 e que foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas que teve lugar em 27 de abril de 2012.

*e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;*

Nos termos das políticas de remunerações em vigor nos últimos exercícios, o pagamento de 50% da remuneração variável total atribuída a cada um dos administradores executivos em cada exercício tem sido objeto de diferimento pelo período de três anos, ficando o seu pagamento condicionado a que o desempenho positivo da PT não seja afetado nos termos mencionados na política de remunerações em vigor.

Assim, em 31 de dezembro de 2012, nos termos da política de remuneração dos administradores executivos em vigor, encontram-se diferidos os seguintes montantes relativos a remuneração variável cujo pagamento, de acordo com tal política, apenas está previsto ocorrer nos anos indicados, sujeito às condições definidas:

| | Ano de Referência (Ano de pagamento) | | |
|---|---|---|---|
| | **2010 (2014)** | **2011 (2015)** | **Total** |
| **Comissão Executiva** | | | |
| Zeinal Abedin Mahomed Bava | 660.904 | 589.929 | 1.250.833 |
| Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo | 420.575 | 363.267 | 783.842 |
| Alfredo José Silva de Oliveira Baptista | - | 247.682 | 247.682 |
| Carlos António Alves Duarte | 420.575 | 330.243 | 750.818 |
| Manuel Francisco Rosa da Silva | 420.575 | 330.243 | 750.818 |
| Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão | - | 247.682 | 247.682 |
| Shakhaf Wine (a) | 420.575 | 330.243 | 750.818 |
| | **2.343.204** | **2.439.289** | **4.782.493** |

(a) A remuneração do administrador executivo Shakhaf Wine é paga através da PT Brasil, subsidiária da PT no Brasil, e em moeda local, sendo apresentado na tabela o contravalor em euros.

Durante o exercício de 2012 foi paga aos administradores executivos a seguinte remuneração variável de médio prazo referente a 2009, cujo pagamento se encontrava diferido nos termos da política de remunerações em vigor:

| **Comissão Executiva** | |
|---|---|
| Zeinal Abedin Mahomed Bava | 509.463 |
| Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo | 356.623 |
| Carlos António Alves Duarte | 356.623 |
| Manuel Francisco Rosa da Silva | 356.623 |
| Shakhaf Wine (a) | 356.623 |
| | **1.935.957** |

(a) A remuneração do administrador executivo Shakhaf Wine é paga através da PT Brasil, subsidiária da PT no Brasil, e em moeda local, sendo apresentado na tabela o contravalor em euros.

*f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;*

O pagamento de 50% da remuneração variável atribuída em cada exercício a cada um dos administradores executivos encontra-se diferido por um período de três anos e condicionado a que o desempenho positivo da Sociedade não seja afetado nos termos da política de remunerações em vigor. Para mais informações sobre as condições de pagamento dos montantes diferidos, *vide* a política de remunerações dos órgãos sociais da PT que se encontrava em vigor em 2012, constante do Anexo V ao presente relatório.

Acresce que, durante o exercício de 2012, foram definidos pela Comissão de Vencimentos eleita na Assembleia Geral Anual do ano transato indicadores de desempenho da Sociedade a verificar no momento em que o pagamento dos montantes diferidos é devido. Tais indicadores são os seguintes:

- A geração de *cash flow* ao longo do período em causa, tal como medida pela métrica EBITDA-Capex, deve ser positiva;

- A situação líquida do ano *n+3*, excluídos quaisquer movimentos extraordinários ocorridos após o termo do ano *n*, e abatida, para cada exercício, de um valor correspondente a um *pay-out* de 40% sobre o lucro líquido apurado nas contas consolidadas de cada exercício do período de diferimento (independentemente do *pay-out* efetivo), deve ser superior à apurada no termo do exercício *n*.

Consideram-se movimentos extraordinários, no período que medeia entre o ano *n* e *n+3*, nomeadamente, os encaixes de aumento de capital, compra ou venda de ações próprias, atribuição extraordinária de dividendos ou outra forma de remuneração acionista, *pay-out* anual diferente de 40% do resultado consolidado do respetivo exercício ou outros movimentos que, afetando a situação líquida, não derivem de resultados operacionais da Empresa (incluindo ganhos e perdas atuariais e ajustamentos de conversão de capital).

A situação líquida do ano *n+3* deve ser apurada com base nas regras contabilísticas aplicadas no exercício *n*, para garantir a comparabilidade.

*g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;*

Não aplicável. *Vide* Capítulo II.31.

*h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;*

Não aplicável.

*i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;*

Não existiram, em 2012, quaisquer sistemas de prémios, bónus anuais ou benefícios não pecuniários significativos de qualquer natureza.

*j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;*

A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração não prevê a atribuição em termos gerais deste tipo de remuneração, sem prejuízo da possibilidade de atribuição de um prémio ao Presidente do Conselho de Administração (*vide* a política de remunerações que se encontrava em vigor no exercício de 2012 e que constitui o Anexo V ao presente relatório).

A respeito deste último ponto, cumpre salientar que, conforme se refere no ponto I. do Anexo V, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração corresponde a uma quantia fixa anual indexada à remuneração anual fixa do Presidente da Comissão Executiva, sem incluir uma componente variável.

É aí igualmente informado que este facto não invalida a capacidade reconhecida à Comissão de Avaliação do Conselho de Administração de propor à Comissão de Vencimentos a atribuição de um prémio especial ao Presidente do Conselho de Administração, no final do mandato, em função da avaliação do desempenho das suas funções (nomeadamente no que se refere às suas competências estatutárias), sem estar porém dependente do desempenho da Sociedade. Assim, aquando da definição da política de remunerações, e à semelhança da anterior política de remunerações, foi considerado que o desempenho do Presidente do Conselho de Administração podia justificar, pela sua qualidade, a atribuição do referido prémio, tendo em conta critérios não relacionados com o desempenho ou valor da sociedade.

Acresce que a definição dos elementos essenciais da política remuneratória dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da PT, eleitos na Assembleia Geral de 27 de abril de 2012 para cumprir o mandato 2012-2014, teve lugar em momento anterior a tal eleição, tendo sido, aliás, submetida a aprovação dos acionistas da Sociedade na mesma Assembleia Geral, tendo-se então pretendido que, à semelhança do mandato anterior, nenhum dos administradores não executivos, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, tivesse qualquer parcela da sua remuneração dependente do cumprimento de objetivos pré-fixados, por forma a evitar que a independência daqueles face à gestão executiva pudesse ser afetada.

Pelo exposto, e uma vez que a *ratio* subjacente à possibilidade de atribuição de um tal prémio ao Presidente do Conselho de Administração, no final do mandato, era substantivamente diferente da que norteia a atribuição e/ou pagamento da componente variável (anual ou plurianual) de remuneração aos administradores executivos, a PT entende estar cumprida a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.1., alínea viii).

Assim, e ao abrigo da política de remunerações anteriormente em vigor, a Comissão de Avaliação, tendo em consideração a performance do Presidente do Conselho de Administração, no exercício das suas funções, durante o seu mandato de três anos findo em 2011, propôs à Comissão de Vencimentos o pagamento de um bónus, do qual 652.500 euros foram pagos em 2012 e um montante igual foi diferido por um período de três anos.

Para além desta previsão, cumpre informar que durante o exercício de 2011, e na sequência da recomendação transmitida por diversos acionistas na Assembleia Geral anual desse ano, a Comissão de Vencimentos, mediante proposta da Comissão de Avaliação, deliberou atribuir um prémio extraordinário ao Presidente do Conselho de Administração e aos membros da Comissão Executiva, na sequência das transações ocorridas em 2010 relativas à aquisição da Vivo por parte da Telefónica e à aquisição pela PT de uma posição de controlo conjunto no Grupo Oi, encontrando-se diferido o pagamento de parte do montante fixado nos termos da política de remunerações em vigor na Sociedade.

Deste modo, encontra-se diferido por um período de três anos, e sujeito às condições fixadas na política de remunerações da Sociedade, o pagamento dos seguintes montantes, relativos ao prémio extraordinário atribuído em 2011:

| | |
|---|---|
| Henrique Manuel Fusco Granadeiro | 800.000 |
| Zeinal Abedin Mahomed Bava | 1.000.000 |
| Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo | 237.500 |
| Carlos António Alves Duarte | 87.500 |
| Manuel Francisco Rosa da Silva | 137.500 |
| Shakhaf Wine (a) | 287.500 |
| | **2.550.000** |

(a) A remuneração do administrador executivo Shakhaf Wine é paga através da PT Brasil, subsidiária da PT no Brasil, e em moeda local, sendo apresentado na tabela o contravalor em euros.

*l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;*

No exercício de 2011 não foram pagas, nem se tornaram devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

*m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração*;

Sem prejuízo do referido no parágrafo seguinte, em 2012 não se encontravam fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei.

Sem embargo, nos termos descritos na política de remunerações constante do Anexo V ao presente relatório e que se encontrava em vigor no exercício de 2012, salvo acordo ou deliberação da Comissão de Vencimentos em contrário, a PT e os seus administradores devem atuar em conformidade com o princípio geral segundo o qual, em caso de destituição ou de cessação por acordo da relação de administração, não será paga qualquer compensação aos administradores quando a mesma seja devida, comprovadamente, ao seu desadequado desempenho.

Constando tal princípio da sua política remuneratória – a qual é submetida anualmente à Assembleia Geral de Acionistas – a PT entende que esta consubstancia um instrumento adequado e suficiente para disciplinar esta matéria, não sendo necessário estabelecer quaisquer outros instrumentos contratuais específicos de proibição de pagamentos de compensações em caso de desadequado desempenho do administrador. A PT cumpre, deste modo, a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.1., alínea vii).

*n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;*

No exercício de 2012 não foram pagos quaisquer montantes aos administradores executivos (nem a administradores não executivos) da PT por sociedades em relação de domínio ou de grupo para além dos divulgados no ponto II.31.

Adicionalmente, cumpre referir que, durante o exercício de 2012, sociedades brasileiras pertencentes ao Grupo Oi e Grupo Contax (controlados conjuntamente pela PT) pagaram a 6 administradores da PT, relativamente ao desempenho de funções executivas nessas sociedades, um montante total em moeda local, líquido das retenções devidas ao abrigo da legislação brasileira, equivalente a 952.000 euros, tendo este montante sido fixado pelos órgãos societários competentes daquelas sociedades nos termos da legislação brasileira.

*o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;*

Um dos administradores é abrangido pelo plano de benefícios de reforma patrocinado pela PT (TLP) e do qual são beneficiários mais de 11.000 colaboradores e ex-colaboradores. Ver informação constante da Nota 14 às demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012.

*p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;*

Aos membros da Comissão Executiva (bem como ao Presidente do Conselho de Administração) são apenas aplicáveis, com as devidas adaptações, os benefícios em vigor para os quadros superiores dirigentes que se encontram descritos na Nota 48 às demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2012.

*q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.*

Nos termos descritos na política de remunerações que se encontrava em vigor no exercício de 2012 e que consta do Anexo V ao presente relatório, salvo acordo ou deliberação da Comissão de Vencimentos em contrário, a PT e os seus administradores devem atuar em conformidade com o princípio geral segundo o qual os administradores não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes fosse fixada pela Sociedade.

## II.34. REFERÊNCIA AO FACTO DE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO INTEGRAR COMPONENTES VARIÁVEIS

Não se encontra prevista qualquer forma de remuneração variável para os membros não executivos do órgão de administração nem para os membros do órgão de fiscalização (sem prejuízo da possibilidade de atribuição de um prémio ao Presidente do Conselho de Administração, prevista nas políticas de remunerações em vigor na Sociedade nos últimos exercícios). Para mais informações, *vide* a política de remunerações dos órgãos sociais da PT em vigor em 2012, que consta do Anexo V ao presente relatório, e o ponto II.33 j) *supra*.

## II.35. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Em 2005, a PT instituiu um conjunto de procedimentos denominado "Sistema de Participação Qualificada de Práticas Indevidas", ou "*Whistleblowing*". No âmbito deste Sistema, consideram-se "práticas indevidas" todos os atos ou omissões, dolosos ou gravemente negligentes, que sejam imputados à conduta de membros dos órgãos sociais e demais dirigentes, diretores, quadros e restantes colaboradores de empresas do Grupo, nomeadamente em assuntos relativos à Contabilidade, ao Controlo Interno ou à Auditoria, que possam ter reflexos nas demonstrações financeiras ou nas informações enviadas à entidade reguladora portuguesa, a CMVM, ou à norte-americana, a SEC, ou causar dano ao património da PT.

Tendo em conta este enquadramento, o *Whistleblowing* é qualquer reporte de informação efetuado por quem acredite existir evidência de alguma das seguintes situações:

- Violação de lei, regra ou regulamento;
- Má gestão;
- Abuso de autoridade; ou
- Elevado desperdício de fundos.

Após a sua implementação, a existência do Sistema de Participação Qualificada de Práticas Indevidas foi publicitada através de comunicação pessoal dirigida a cada um dos colaboradores e da inserção de um texto no *website* da PT.

Qualquer colaborador e qualquer pessoa exterior ao Grupo PT (no sentido de não pertencer aos quadros da empresa – por exemplo, um acionista, cliente ou fornecedor) pode participar práticas indevidas através de um *website* especialmente criado para o efeito: https://napq.telecom.pt.

A participação é automaticamente cifrada (encriptada) e pode ser expedida a partir de qualquer computador (dentro ou fora da PT), sendo praticamente impossível a sua identificação.

Será sempre garantida, quer a confidencialidade da participação, quer o anonimato do seu autor, a menos que os próprios inequivocamente pretendam e declarem o contrário.

Em caso algum é tolerada qualquer represália contra quem realize as referidas participações.

A Comissão de Auditoria assegura a receção e o acompanhamento das participações que, num primeiro momento, são recebidas por um Núcleo de Análise de Participações Qualificadas (NAPQ), o qual procede ao seu tratamento e as envia à Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria é competente para tomar as decisões necessárias, dando conhecimento destas ao Presidente Executivo e ao CFO, bem como a outras entidades, internas ou externas, cujo envolvimento se imponha ou justifique.

# SECÇÃO V. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

A PT dispõe de três comissões especializadas do Conselho de Administração, bem como de duas estruturas de apoio à Comissão Executiva, que serão igualmente tomadas em consideração na informação prestada nesta Secção.

## II.36. COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, DE GOVERNO E DE NOMEAÇÕES

As composições da Comissão de Avaliação, da Comissão de Governo Societário, do *Disclosure Committee* e do Comité de Sustentabilidade foram indicadas no Capítulo II.2.

A estrutura de governo da PT não comporta atualmente uma comissão autónoma com competência

para identificação de candidatos aos cargos de administração. No entanto, foram atribuídas à Comissão de Avaliação determinadas competências em matéria de seleção de candidatos para os cargos de administração, conforme descrito no Capítulo II.3., Comissão de Avaliação.

## II.37. NÚMERO DE REUNIÕES DAS COMISSÕES E ATAS DESSAS REUNIÕES

Durante o exercício de 2012, tiveram lugar 7 reuniões da Comissão de Avaliação, 3 reuniões da Comissão de Governo Societário, 7 reuniões do *Disclosure Committee* e 1 reunião do Comité de Sustentabilidade. De todas as reuniões destas comissões são lavradas atas.

## II.38. REFERÊNCIA AO FACTO DE UM MEMBRO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES POSSUIR CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, adotando a PT, deste modo, a segunda parte da Recomendação da CMVM n.º II.5.2.

## II.39. INDEPENDÊNCIA DAS PESSOAS CONTRATADAS PELA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

No desempenho das suas competências exclusivas de fixação de remunerações nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Vencimentos da PT é apoiada pela Comissão de Avaliação do Conselho de Administração, a qual, tal como acima descrito, exerce os poderes consultivos necessários a proporcionar apoio técnico à Comissão de Vencimentos, nos termos previstos no Regulamento Interno da Comissão de Avaliação.

A título de exemplo, deverá a Comissão de Avaliação:

(a) Proceder à definição, para cada mandato e anualmente, dos objetivos da Comissão Executiva da Sociedade, tendo em conta os planos aprovados pelo Conselho de Administração e para efeitos da fixação pela Comissão de Vencimentos dos critérios relevantes em matéria de remuneração;
(b) Propor e discutir com a Comissão de Vencimentos a política a seguir pela Sociedade, para cada mandato e a longo prazo, em matéria de remunerações fixas e variáveis;
(c) Proceder à apreciação anual do desempenho dos membros da Comissão Executiva, de acordo com os critérios objetivos aprovados pela Comissão de Vencimentos para efeitos do processo de fixação da componente variável, após audição do Presidente da Comissão Executiva.

Assim, sem prejuízo das competências legais e estatutárias do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos, o modelo de avaliação e fixação de remunerações na PT tem como catalisador a Comissão de Avaliação, enquanto comissão no seio do Conselho cujo objetivo primordial é reforçar a transparência, *accountability* e especialização dos processos de avaliação e definição da política e dos montantes remuneratórios.

Tendo em conta o elevado e crescente grau de complexidade destas matérias, eminentemente ligadas à atração e retenção de ativos bem como à implementação de objetivos estratégicos e assunção de risco, o Conselho de Administração da PT entendeu que a criação desta comissão consultiva constitui um elemento essencial de apoio ao órgão de administração e à Comissão de Vencimentos.

Com efeito, os membros desta comissão especializada, pelos seus conhecimentos específicos do negócio e do mercado, assim como da estratégia e objetivos da PT, potenciam um processo de tomada de decisão esclarecido e transparente pelo órgão de administração e pela Comissão de Vencimentos.

Neste contexto, no exercício de 2012, para efeitos do desempenho das suas competências, a Comissão de Vencimentos não recorreu aos serviços de empresas contratadas pela PT nem aos atuais consultores da Sociedade para a prestação de outros serviços.

Saliente-se, ainda, que a Comissão de Avaliação pode contratar, nos termos previstos no respetivo regulamento, consultores independentes, auditores, assessores jurídicos ou outros, para prestarem os serviços e a assistência necessários ao cumprimento das suas competências e atribuições.

# CAPÍTULO III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

## III.1. ESTRUTURA DE CAPITAL

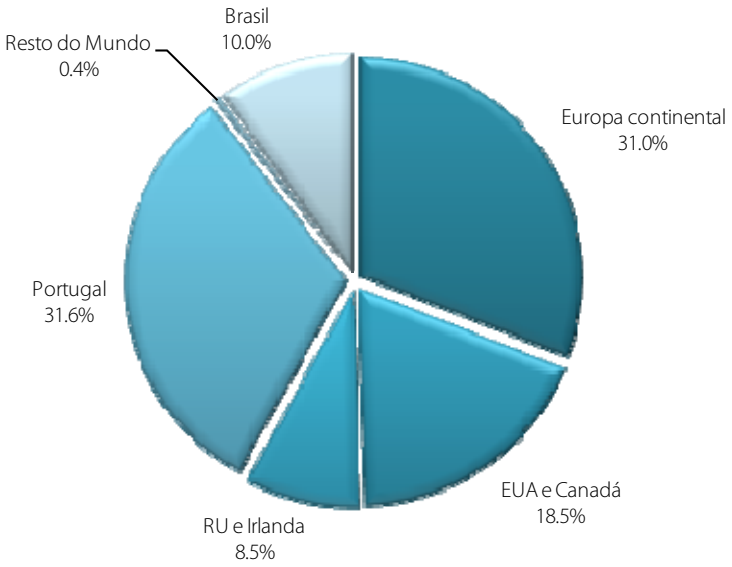
O capital social da PT é, desde 10 de dezembro de 2008, de 26.895.375 euros, encontrando-se integralmente realizado e representado por 896.512.500 ações, com o valor nominal de três cêntimos de Euro cada.

Quinhentas dessas ações pertencem à categoria A, o que equivale a uma percentagem de 0,0000558% da totalidade do capital social. As ações da categoria A são, nos termos estatutários, obrigatoriamente detidas maioritariamente pelo Estado Português ou por entidades que pertençam ao sector público, sendo atualmente detidas pelo Estado Português.

Na sequência de deliberação aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 26 de julho de 2011, as ações da categoria A deixaram de atribuir quaisquer direitos especiais ao Estado Português enquanto acionista da PT.

A totalidade das ações ordinárias da PT está admitida à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon. As ações da categoria A não se encontram admitidas à negociação em qualquer mercado regulamentado ou não regulamentado.

## III.2. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS



| Participações qualificadas | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Data da informação** | **Entidades** | **Nº de Ações** | **% do capital** | **% dos direitos de voto** |
| 30-Dez-12 | Grupo Espirito Santo | 90.268.306 | 10,07% | 10,07% |
| 10-Jul-12 | RS Holding, SGPS, S.A. | 90.111.159 | 10,05% | 10,05% |
| 31-Mar-12 | Telemar Norte Leste, SA | 89.651.205 | 10.00% | 10.00% |
| 31-Dez-12 | Grupo Caixa Geral de Depósitos | 56.909.791 | 6,35% | 6,35% |
| 6-Fev-12 | Norges Bank | 44.442.888 | 4,96% | 4,96% |
| 12-Jan-12 | UBS AG | 42.024.498 | 4,69% | 4,69% |
| 31-Dez-10 | Grupo Visabeira | 23.642.885 | 2,64% | 2,64% |
| 7-Dez-09 | BlackRock Inc. | 21.025.118 | 2,35% | 2,35% |
| 3-Fev-10 | Controlinveste Comunicações | 20.419.325 | 2,28% | 2,28% |
| 14-Dez-12 | Grupo Barclays [1] | 19.525.168 | 2,18% | 2,18% |
| 17-Out-12 | Wellington Management Company | 18.409.822 | 2,05% | 2,05% |
| 26-Out-12 | Ontario Teachers' Pension Plan Board | 18.000.000 | 2,01% | 2,01% |

(1) A PT divulgou ainda, no dia 28 de janeiro de 2013, que o Barclays passou a deter uma participação e uma posição económica longa inferior a 2% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto.

A informação atualizada sobre as participações qualificadas na Sociedade pode ser consultada em www.telecom.pt e no *site* da CMVM.

## III.3. IDENTIFICAÇÃO DE ACIONISTAS TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS

Na sequência de deliberação aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 26 de julho de 2011, as ações da categoria A deixaram de atribuir quaisquer direitos especiais ao Estado Português enquanto acionista da PT. Deste modo, atualmente não há ações representativas do capital social da PT que atribuam direitos especiais aos respetivos titulares.

## III.4. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE AÇÕES

A Sociedade não adota quaisquer limites especificamente respeitantes à transmissibilidade de ações. Contudo, os Estatutos preveem que os Acionistas que exerçam, direta ou indiretamente, atividade concorrente com a atividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT não podem ser titulares, sem prévia autorização da Assembleia Geral, de ações ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Sociedade.

## III.5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

A Sociedade não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

## III.6. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

**Quórum constitutivo da Assembleia Geral**

Quando estejam em causa alterações dos Estatutos, a Assembleia Geral só poderá deliberar em primeira convocatória se estiverem presentes ou representados Acionistas que detenham pelo menos ações correspondentes a um terço do capital social. Em segunda convocatória este requisito não é exigido, podendo a Assembleia deliberar sobre qualquer assunto, qualquer que seja o número de Acionistas presentes.

**Quórum deliberativo da Assembleia Geral**

Quando estejam em causa alterações dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral delibera por maioria de dois terços dos votos expressos.

No entanto, se na Assembleia Geral reunida em segunda convocatória estiverem presentes ou representados Acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, a deliberação sobre alterações dos Estatutos pode ser tomada pela maioria absoluta dos votos emitidos, não sendo assim exigida uma maioria de dois terços.

Deste modo, os Estatutos da PT não fixam qualquer quórum constitutivo ou deliberativo superior ao estabelecido na lei.

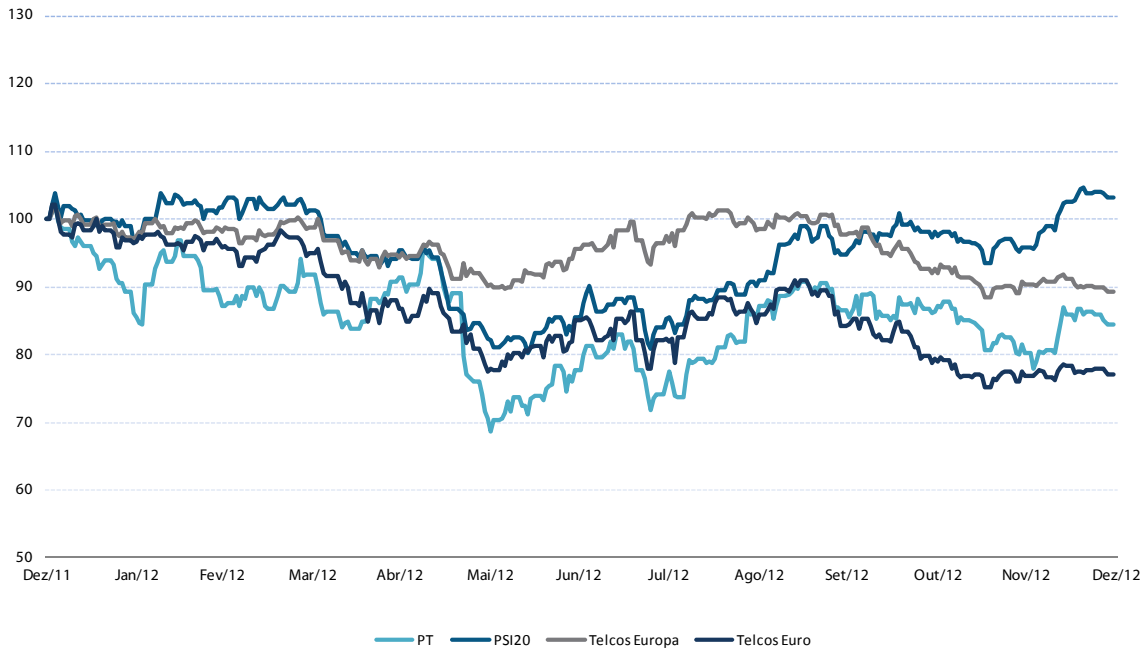
O Conselho de Administração encontra-se, porém, autorizado a aumentar o capital social, com o parecer favorável da Comissão de Auditoria e precedendo-lhe deliberação da Assembleia Geral, nos termos descritos no Capítulo II.10. Pode igualmente deslocar a sede da sociedade dentro do território nacional, mediante autorização da Assembleia Geral.

## III.7. MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES

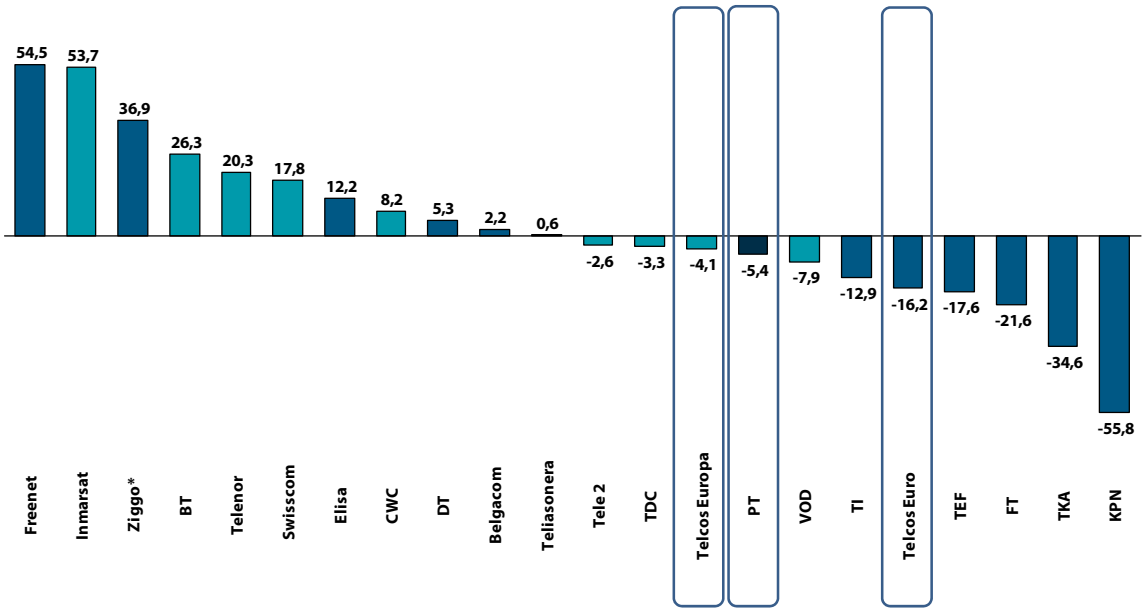
Não existe qualquer sistema que preveja especificamente uma participação dos trabalhadores no capital social da Empresa que implique que os respetivos direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos trabalhadores.

## III.8. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES DO EMITENTE

**Evolução da cotação da ação em 2012**



**Desempenho acionista em 2012 (retorno total)**




| Factos relevantes anunciados durante o exercício de 2012 | |
|---|---|
| 20 dezembro | Portugal Telecom adquire participação na Sport TV |
| 17 dezembro | Portugal Telecom atinge cem milhões de clientes |
| 29 novembro | Resultados dos primeiros nove meses de 2012 |
| 8 novembro | *Trading update* dos resultados dos primeiros nove meses de 2012 |
| 29 outubro | Conferência de Tecnologia & Inovação da PT |
| 10 outubro | Emissão de *Eurobond* |
| 2 agosto | Resultados do 2º trimestre de 20112 |
| 24 julho | Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016 – resultados da subscrição |
| 13 julho | Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016 |
| 29 junho | Portugal Telecom anuncia extensão da linha de crédito até 2016 e que está refinanciada até junho de 2016 |
| 27 junho | Política de remuneração acionista para 2012-2014 e extensão do refinanciamento até final de 2015 |
| 4 junho | Meo alcança a liderança no mercado de *triple-play* |
| 23 maio | Alteração de condições relativas às obrigações permutáveis com maturidade em 2014 |
| 17 maio | Resultados do 1º trimestre de 2012 |
| 7 maio | Portugal Telecom informa sobre Pagamento de Dividendos |
| 30 abril | Relatório Anual – *Form* 20-F |
| 27 abril | Nomeação da Comissão Executiva e Presidente Executivo |
| 27 abril | Assembleia Geral Anual de Acionistas da Portugal Telecom |
| 17 abril | Oi anuncia política de dividendos |
| 13 abril | Portugal Telecom informa sobre Notação de risco da *Moody's* |
| 5 abril | Conclusão da simplificação societária da Oi |
| 30 março | Resultados anuais de 2011 |
| 30 março | Proposta de atribuição de dividendo relativo ao exercício de 2011 |
| 29 fevereiro | Renúncia de Administrador Não Executivo |
| 27 fevereiro | Aprovação da simplificação societária da Oi |
| 21 janeiro | Portugal Telecom informa sobre Notação de risco da S&P |

## III.9. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADOTADA PELA SOCIEDADE

**Política de distribuição de dividendos**

A Sociedade adota uma política de distribuição de dividendos que, em termos gerais, considera as oportunidades de negócio, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios, ponderando igualmente o custo e oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração, subordinada à observância da legislação portuguesa e dos Estatutos da Sociedade.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, pelo menos 40% dos resultados líquidos anuais distribuíveis da PT deverão ser distribuídos aos Acionistas a título de dividendo, sem prejuízo de a Assembleia Geral poder deliberar, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição.

Neste contexto, em 27 de junho de 2012, a PT anunciou que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconómico atual e das condições dos mercados financeiros, decidiu adotar uma estratégia financeira mais prudente, de forma a reforçar a flexibilidade financeira da Sociedade, através de uma maior redução da dívida e da extensão das maturidades.

Neste sentido, a PT anunciou que o Conselho de Administração aprovou, para os anos fiscais de 2012 a 2014, uma política de remuneração acionista que inclui um dividendo anual em numerário de 0,325 euros por ação e um programa de recompra de ações próprias de 200 milhões de euros para o período de três anos, equivalente a um adicional de 0,225 euros por cada ação em circulação.

A referida proposta de dividendo em numerário e do programa de recompra de ações próprias encontram-se sujeita às condições de mercado, à condição financeira da PT, aos limites legais relativos à distribuição de bens a acionistas, bem como às necessárias aprovações pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data.

**Dividendos distribuídos nos últimos exercícios**

Os dividendos brutos por ação referentes aos três últimos exercícios, foram os seguintes:

- 2011 – 0,65 euros
- 2010 – 2,30 euros (1,65 euros a título de dividendo excecional e 0,65 euros a título de dividendo ordinário)
- 2009 – 0,575 euros

Em execução da política acima referida, o Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral Anual uma proposta de atribuição aos Acionistas de um montante por ação, relativo ao exercício de 2012, de 0,325 euros, a pagar após a Assembleia Geral Anual de 2013. Será igualmente submetida a aprovação pelos Acionistas autorização para aquisição de ações próprias que permitirá ao Conselho de Administração proceder à execução do plano de recompra de ações próprias acima referido.

## III.10 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES E SIMILARES

Durante o exercício de 2012, a Sociedade não adotou nem se mantiveram vigentes quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações a administradores ou colaboradores do Grupo PT ou a terceiros.

## III.11. NEGÓCIOS COM A ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO OU COM SOCIEDADES QUE SE

ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

Os negócios relevantes com membros de órgãos sociais ou com sociedades em relação de domínio ou de grupo com a PT encontram-se descritos na Nota 48 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2012.

III.12. NEGÓCIOS COM TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

Os negócios relevantes com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer das relações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários encontram-se descritos na Nota 48 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2012.

III.13. INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO NA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS COM TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

Em dezembro de 2009 e dezembro de 2010, o Regulamento sobre transações com partes relacionadas foi objeto de algumas modificações que visaram essencialmente adequá-lo às alterações introduzidas no IAS 24 e no Código de Governo das Sociedades emitido pela CMVM e, bem assim, adotar as melhores práticas de mercado nesta matéria.

De acordo com a atual versão deste Regulamento, sem prejuízo de determinadas operações nele excecionadas (designadamente, quando realizadas em condições normais de mercado), sempre que estejam em causa transações da PT ou de alguma das suas subsidiárias com partes relacionadas, incluindo os titulares de participação qualificada ou entidades com eles relacionadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a Euro 100.000 (cem mil euros) por trimestre, a realização das mesmas apenas poderá ser aprovada uma vez obtido parecer favorável prévio da Comissão de Auditoria, confirmando que, face à fundamentação apresentada, a transação proposta cumpre as regras relativas a conflitos de interesse e observa o tratamento igualitário dos fornecedores ou prestadores de serviço do Grupo PT, nomeadamente quanto aos termos e condições acordados.

Para este efeito, a Comissão de Auditoria deverá ser instruída com a informação relevante quanto à transação sobre que é chamada a pronunciar-se, incluindo informação suficiente sobre as características da transação em causa, designadamente do ponto de vista estratégico, financeiro, legal e fiscal, informação sobre a natureza da relação existente entre a PT e a acionista em causa e o impacto da transação na situação financeira do Grupo PT.

Acresce que as transações realizadas com titulares de participação qualificada ou entidades com eles relacionadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a Euro 1.000.000 (um milhão de euros) por ano estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Administração.

III.14. DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS (NÚMERO, VALOR MÉDIO E VALOR MÁXIMO) RELATIVOS AOS NEGÓCIOS SUJEITOS À INTERVENÇÃO PRÉVIA DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Durante o exercício de 2012, foram objeto de parecer prévio da Comissão de Auditoria 7 transações com partes relacionadas, com um valor médio de 7.609.143 euros e um valor máximo de 30.400.000 euros.

III.15. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA COMISSÃO DE AUDITORIA

Informação já disponibilizada no Capítulo II.4.

## III.16. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA DE UM GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR OU A OUTRO SERVIÇO SIMILAR

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus Acionistas e outros membros da comunidade financeira.

A Direção de Relação com Investidores tem como objetivo assegurar um adequado relacionamento com Acionistas, investidores, analistas e mercados financeiros, em particular com os Mercados e Bolsas de Valores onde a PT está cotada, bem como com as respetivas entidades reguladoras: a CMVM e a SEC.

Esta Direção elabora regularmente apresentações, comunicados e *press releases* sobre os resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como sobre qualquer informação privilegiada que afete o Grupo PT como um todo. Presta igualmente todo e qualquer tipo de esclarecimentos à comunidade financeira em geral - Acionistas, investidores e analistas.

Ao longo de 2012, a PT prosseguiu as suas atividades de relação com investidores, realizando diversos eventos, nomeadamente *roadshows*, apresentações a investidores e analistas, reuniões e *conference-calls*, tendo ainda participado em conferências na Europa e nos Estados Unidos.

A qualidade das atividades de relação com investidores continuou a ser reconhecida pela comunidade financeira, a nível nacional e internacional. Qualquer interessado poderá aceder à Direção de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

| Nuno Vieira<br>Direção de Relação com Investidores | |
|---|---|
| Telefone: | +351.21.500.1701 |
| Fax: | +351.21.500.0800 |
| E-mail: | nuno.t.vieira@telecom.pt |
| Morada: | Av. Fontes Pereira de Melo, 40-9º, 1069-300 Lisboa – Portugal |
| Telefone Geral da Empresa: | +351.21.500.2000 |
| *Websites*: | http://www.telecom.pt; http://ir.telecom.pt |

Para além de outra informação, a Direção de Relação com Investidores mantém atualizada no *website* da PT a seguinte informação, em português e inglês:

- A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Os Estatutos;
- A identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com a CMVM e com o mercado;
- As funções e meios de acesso ao Gabinete de Apoio ao Investidor acima descritos;
- Durante cinco anos, os documentos de prestação de contas relativos a cada exercício, semestre e trimestre;
- O calendário anual de eventos societários, que é divulgado no início de cada ano e inclui, entre outra informação, as reuniões da Assembleia Geral e divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- As convocatórias das Assembleias Gerais e, bem assim, as propostas apresentadas para discussão e votação pelos Acionistas, com uma antecedência mínima de 21 dias face à data da reunião.

## III.17. INDICAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA AO AUDITOR E A OUTRAS

PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE SUPORTADA PELA SOCIEDADE E OU POR PESSOAS COLETIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO E, BEM ASSIM, DISCRIMINAÇÃO DA PERCENTAGEM RESPEITANTE A CADA TIPO DE SERVIÇOS

Durante o exercício de 2012, a remuneração anual paga aos Auditores Externos da PT, Deloitte & Associados, SROC, S.A. ("Auditores Externos") e sociedades que integram a rede internacional da Deloitte foi de 1.801.922 euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Montante (€) | % | Montante (€) | % |
| Serviços de revisão legal de contas e auditoria | 1.386.274 | 77 | 3.077.946 | 77 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 254.934 | 14 | 707.320 | 18 |
| Serviços de consultoria fiscal | 89.868 | 5 | 162.993 | 4 |
| Outros serviços que não de revisão legal de contas e auditoria | 70.846 | 4 | 30.000 | 1 |
| Total | 1.801.922 | 100 | 3.978.259 | 100 |

Os serviços diversos dos serviços de auditoria prestados à Sociedade pelo Auditor Externo e entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, foram previamente aprovados pela Comissão de Auditoria, na sequência de uma análise de cada serviço em concreto, na qual foram especialmente ponderados os seguintes aspetos: *(i)* o facto de a prestação daqueles serviços não afetar a independência do Auditor Externo e as salvaguardas aplicadas; e *(ii)* a posição do Auditor Externo relativamente à prestação daqueles serviços, designadamente a sua experiência e conhecimento da empresa.

Em acréscimo, embora a contratação de serviços diversos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo seja admissível, a mesma é encarada numa base de exceção. Assim, tal como acima referido, em 2012, tais serviços atingiram apenas cerca de 9% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.

De forma a salvaguardar a independência dos Auditores Externos, destacam-se os seguintes poderes da Comissão de Auditoria exercidos durante o exercício de 2012:

- Nomeação e contratação dos Auditores Externos e responsabilidade pelo estabelecimento da sua remuneração, bem como a pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos Auditores Externos;
- Supervisão direta e exclusiva por parte da Comissão de Auditoria;
- Avaliação das habilitações, independência e desempenho dos Auditores Externos e obtenção anual diretamente dos Auditores Externos de informação escrita sobre todas as relações existentes entre a Sociedade e os Auditores ou pessoas suas associadas, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso; com efeito, a Comissão de Auditoria, com vista à avaliação da sua independência, obteve dos Auditores Externos informação sobre a respetiva independência à luz do artigo 62.º-B do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro, que altera o estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu *site* na Internet. Este relatório versa sobre um conjunto de matérias reguladas no artigo 62.º-A do Decreto-Lei n.º 224/2008, nomeadamente as relativas ao sistema de controlo interno de qualidade da firma de Auditores e ao processo de controlo de qualidade realizado pelas entidades competentes;
- Definição da política de contratação pela Sociedade de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os Auditores Externos;
- Análise com os Auditores Externos do âmbito, planeamento e recursos a utilizar na prestação dos seus serviços;

> Responsabilidade pela resolução de qualquer divergência entre a Comissão Executiva e os Auditores Externos no que respeita à informação financeira.

Neste contexto, destaca-se, em particular, que a independência dos Auditores Externos foi salvaguardada pela execução da política da Sociedade de pré-aprovação dos serviços a contratar aos Auditores Externos (ou a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede), a qual resulta da aplicação das regras emitidas pela SEC nesta matéria. De acordo com esta política, a Comissão de Auditoria procede à pré-aprovação global da proposta de prestação de serviços dos Auditores Externos e à pré-aprovação específica de outros serviços que venham a ser prestados pelos Auditores Externos, em particular dos serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não de revisão legal de contas e auditoria.

Salienta-se também que, em conformidade com as regras da SEC, a Comissão de Auditoria, no âmbito das suas responsabilidades, definiu regras sobre as limitações e restrições que o Grupo PT tem de cumprir na eventual intenção de contratação de colaboradores da empresa de Auditoria Externa.

No desempenho das suas competências e em linha com as Recomendações da CMVM n.º II.4.4 e II.4.5, a Comissão de Auditoria da Sociedade atestou da independência dos Auditores Externos e avalia positivamente o trabalho por estes desenvolvido no exercício de 2012.

Refira-se, por fim, que o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na Sociedade é anualmente objeto de certificação pelos Auditores Externos, nos termos estipulados na *Section 404* do *Sarbanes-Oxley Act*, não tendo sido reportadas pelos Auditores Externos ou Internos quaisquer deficiências classificadas como *Material Weakness*, que pudessem pôr em causa a efetividade do sistema implementado ou o seu ajustamento às necessidades do Grupo. Adicionalmente, e com vista ao pleno cumprimento da Recomendação da CMVM n.º III.1.4., os Auditores Externos verificaram igualmente a aplicação das políticas e sistemas de remuneração vigentes na Sociedade durante o exercício de 2012. Para informação adicional sobre este tema, recomenda-se a consulta do Relatório de Atividade da Comissão de Auditoria referido no Capítulo II.4. do presente Relatório.

## III.18. REFERÊNCIA AO PERÍODO DE ROTATIVIDADE DO AUDITOR EXTERNO

O atual Auditor Externo da PT SGPS (Deloitte & Associados, SROC, S.A., sociedade que anteriormente adotava a designação António Dias & Associados, SROC, S.A.) iniciou funções em meados de 2004, pelo que, com a conclusão dos trabalhos de auditoria das contas anuais de 2011, completou o período de exercício de funções correspondente ao terceiro mandato dos órgãos sociais.

Não obstante, atendendo a que, segundo a Recomendação da CMVM n.º III.1.3, a manutenção do Auditor Externo por mais de três mandatos dos órgãos sociais deve ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização, em reunião para o efeito realizada em 30 de abril de 2012, a Comissão de Auditoria procedeu à análise do historial de contratação, qualificações, especialização, condições de independência e relacionamento profissional e das vantagens e custos da eventual substituição do Auditor Externo e decidiu, por unanimidade, proceder à renovação do correspondente mandato para o triénio 2012-2014.

É firme convicção da Comissão de Auditoria que existem fundamentos válidos e suficientes para que se mantenha o Auditor Externo responsável pela auditoria externa da consolidação do Grupo PT no mandato que tem o seu início no exercício de 2012, continuando-se, por via desta fundamentação, a respeitar a *supra* referida Recomendação da CMVM n.º III.1.3.

# ANEXO I

**Regras norte-americanas aplicáveis à PT como *Foreign Private Issuer***

Enquanto emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na *New York Stock Exchange* ("NYSE") – *foreign private issuer* –, a PT está sujeita a um conjunto de regras em matéria de governo societário, de natureza imperativa, que passamos a elencar, as quais são por esta integralmente cumpridas:

> As seguintes disposições do *Sarbanes-Oxley Act* de 2002 ("SOX")[4], bem como as regras da *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") que desenvolvem estas normas[5] (sublinhando-se, assim, que a PT está em conformidade quer com as regras previstas no SOX, quer com as regras emanadas pela SEC):

| ***Sarbanes-Oxley Act*** | |
|---|---|
| *Sections 201 e 202* | Proibição da prestação pelos auditores de certos serviços diversos de auditoria ("*non-audit services*") e aprovação prévia de serviços de auditoria. |
| *Section 203* | Rotatividade do sócio da empresa de auditoria. |
| *Section 204* | Relatório do auditor à comissão de auditoria. |
| *Section 206* | Proibição da contratação como auditor de empresa na qual determinados quadros da emitente (*CEO, Controller, CFO, Chief Accounting Officer* ou qualquer outra pessoa com funções de supervisão do reporte financeiro) tenham desempenhado funções e participado na sua auditoria no ano anterior. |
| *Section 301* | Requisitos aplicáveis à comissão de auditoria (incluindo em matéria de independência). |
| *Section 302 e 906* | Certificação do *Form 20-F* pelo *CEO* e *CFO*. |
| *Section 303* | Proibição do exercício de influência indevida no decurso de auditorias pelos administradores, quadros e quaisquer pessoas que atuem sob a sua direção. |
| *Section 304* | Restituição de incentivos remuneratórios pelo *CEO* e *CFO* na sequência de *restatement* à informação financeira. |
| *Section 306* | Proibição de certas transações por *insiders* durante determinados *blackout periods*. |
| *Section 307* | Responsabilidade profissional e obrigação de reporte pelos advogados da emitente de potenciais violações da lei aplicável ao mercado de valores mobiliários e de deveres fiduciários. |
| *Section 402* | Proibição da emitente de conceder empréstimos a administradores e quadros executivos ("*executive officers*"). |

[4] Disponível em http://pcaobus.org/About/History/Documents/PDFs/Sarbanes_Oxley_Act_of_2002.pdf.
[5] Disponíveis em http://www.sec.gov.

| ***Sarbanes-Oxley Act*** | |
|---|---|
| *Section 406* | Divulgação da existência ou não de um código de ética da emitente (e a sua justificação, em caso negativo) e de alterações ou exceções ao código de ética. |
| *Section 407* | Divulgação da existência de um especialista financeiro ("*financial expert*") na comissão de auditoria (e justificação da sua inexistência, quando aplicável). |

> A Sociedade está, ainda, sujeita às seguintes regras constantes da *Section* 303A *Corporate Governance Standards* (requisitos em matéria de governo corporativo) do *NYSE Listed Company Manual* ("Manual da NYSE"),[6] as quais são integralmente cumpridas pela PT:

| ***Section 303A*** | |
|---|---|
| Regras imperativas | As "*foreign private issuers*" com valores mobiliários admitidos na NYSE podem conformar-se com as práticas do seu país de origem, ao invés das normas previstas na *Section 303A*, exceto no que respeita ao estabelecido nas *Sections 303A.06, 303A.11 e 303A.12(b)* e *(c)*. |
| *Section 303A.06* | As sociedades cotadas devem possuir uma comissão de auditoria que satisfaça os requisitos estabelecidos na *Rule* 10A-3 do *Securities Exchange Act* de 1934 ("*Rule* 10A-3"). |
| *Section 303A.11* | As "*foreign private issuers*" com valores mobiliários admitidos à negociação devem divulgar informação sobre todas as diferenças substanciais entre as suas práticas de governo societário e as práticas adotadas pelas sociedades nacionais ao abrigo dos requisitos de admissão da NYSE. |
| *Section 303A.12(b)* | O *CEO* deve notificar, prontamente e por escrito, a NYSE sobre qualquer incumprimento das normas estabelecidas na *Section 303A* aplicáveis à sociedade cotada de que um quadro executivo ("*executive officer*") da sociedade cotada tome conhecimento. |
| *Section 303A.12(c)* | A sociedade cotada deve submeter à NYSE uma *Written Affirmation* anual e, bem assim, uma *Written Affirmation* intercalar nos termos e quando exigido pelo *Written Affirmation Form* intercalar estabelecido pela NYSE. |

> Na sequência da *Section* 301 do SOX e da Section 303A.06 do Manual da NYSE, a PT deve estar em conformidade com o disposto na *Rule* 10A-3 *on Listing standards relating to audit committees* (requisitos aplicáveis às comissões de auditoria) aprovada pela SEC[7].

> Neste contexto, a Sociedade constituiu uma comissão de auditoria em *full compliance* com as seguintes regras previstas na *Rule* 10A-3 (optando por não beneficiar das *exemptions* nesta previstas para *foreign private issuers*):

[6] Disponível em: http://nysemanual.nyse.com/lcm/.
[7] Disponível em: http://www.ecfr.gov/cgi-bin/text-idx?c=ecfr&SID=e891245b9c0e3dea7691375ca8882ab6&rgn=div8&view=text&node=17:3.0.1.1.1.1.67.107&idno=17.

| ***Rule 10A-3*** | **Requisitos aplicáveis à comissão de auditoria** |
|---|---|
| Parágrafo *(b)(1)(i)* | Cada um dos membros da comissão de auditoria deverá ser independente e integrar o conselho de administração da emitente. |
| Parágrafo *(b)(1)(ii)* | De modo a ser considerado independente, o membro da comissão de auditoria não poderá, salvo na qualidade de membro da comissão de auditoria, do conselho de administração ou de outra comissão deste órgão:<br>(a) Aceitar da emitente ou de qualquer uma das suas subsidiárias, direta ou indiretamente, qualquer remuneração por consultoria ou aconselhamento prestados, ou qualquer outra forma de remuneração, salvo em situações excecionais previstas nesta *Rule;* ou<br>(b) Ser uma pessoa associada ("*affiliated person*"), tal como definida nesta *Rule*, da emitente ou de qualquer das suas subsidiárias. |
| Parágrafos *(b)(2) e(3)* | A comissão de auditoria será diretamente responsável:<br>(a) pela nomeação, remuneração, cessação de funções e supervisão da atividade das empresas de auditoria contratadas para efeitos da preparação ou emissão de um relatório de auditoria ou da prestação de outros serviços de auditoria, revisão ou verificação para a emitente, estando tais empresas de auditoria sujeitas a obrigações de reporte diretamente perante a comissão de auditoria;<br>(b) por estabelecer procedimentos destinados à *(i)* receção, retenção e processamento de reclamações recebidas pela emitente em matérias contabilísticas, de controlo interno em questões contabilísticas ou de auditoria e à *(ii)* apresentação, com carácter confidencial e anónimo, pelos trabalhadores de questões sobre matérias contabilísticas e de auditoria. |
| Parágrafos *(b)(4) e (5)* | Autonomia na contratação de consultores e disponibilização de recursos financeiros à comissão de auditoria. |

# ANEXO II

## Código de Ética

O Código de Ética do Grupo PT, cujo texto foi revisto em 17 de dezembro de 2009, aplica-se a todos os colaboradores do Grupo PT de modo a garantir um conjunto de padrões éticos comuns a todas as empresas, sendo a sua atualização e implementação monitorizadas em permanência pela Comissão de Governo Societário.

Os objetivos, valores e normas enunciados no Código de Ética integram a cultura da PT, a qual deve presidir à conduta profissional de todos os trabalhadores do Grupo, impondo a sua divulgação junto de investidores, clientes, fornecedores, autoridades reguladoras e concorrentes.

Os valores que enformam os princípios e normas de conduta do Código de Ética do Grupo PT, e que são melhor concretizados no respetivo texto, consistem nomeadamente:

- Na proteção dos interesses e direitos de todos os Acionistas e na salvaguarda e valorização dos bens da propriedade das empresas que integram o Grupo PT;
- Na observância dos deveres de lealdade e confidencialidade e na garantia do princípio da responsabilidade dos colaboradores do Grupo PT pela forma como exercem as respetivas funções;
- Na boa governança do Grupo PT;
- No cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis às diversas atividades empresariais do Grupo;
- Na solução de conflitos de interesses e na submissão dos colaboradores do Grupo PT aos pertinentes limites no respeitante a transações económicas;
- Na observância institucional e individual de elevados padrões de integridade, lealdade e honestidade, tanto nas relações com os investidores, clientes e entidades reguladoras, como nas relações interpessoais entre os colaboradores do Grupo PT;
- Na boa-fé negocial e no cumprimento escrupuloso das obrigações contratuais relativamente a clientes e fornecedores;
- Na observância de práticas concorrenciais vigorosas e leais;
- No reconhecimento da igualdade de oportunidades, do mérito individual e da necessidade de respeitar e valorizar a dignidade da pessoa humana nas relações profissionais;
- Na justiça e igualdade de tratamento, garantindo a não discriminação em razão da raça, género, idade, orientação sexual, credo, estado civil, deficiência física, orientação política ou de opiniões de outra natureza, origem étnica ou social ou naturalidade;
- Na garantia da segurança e bem-estar no local de trabalho;
- Na responsabilidade social e ambiental junto das comunidades onde desenvolve as suas atividades empresariais.

O texto integral do Código de Ética da PT encontra-se disponível para consulta no *website* oficial da Empresa (www.telecom.pt) e pode ser também disponibilizado através da Direção de Relação com Investidores.

**Código de Ética para *Senior Financial Officers***

O Conselho de Administração da PT aprovou o "Código de Ética para *Senior Financial Officers*", reforçando a importância das normas éticas específicas aplicáveis a todos os colaboradores da PT que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos na elaboração, análise e divulgação de demonstrações financeiras, *press releases* ou qualquer outra informação a divulgar aos mercados relacionada com alguma das entidades que integram o Grupo.

O Código de Ética para *Senior Financial Officers* reforça os princípios de honestidade e responsabilidade, e regula aspetos como o relato de conflitos de interesses, a competência e profissionalismo, o sigilo profissional, o cumprimento das normas aplicáveis às diversas empresas do Grupo PT e a responsabilidade pela divulgação de informação, tendo o seu âmbito sido dado a conhecer a todos os colaboradores relevantes, mediante a assinatura anual de uma declaração de cumprimento.

Este Código encontra-se igualmente disponível no *website* da Sociedade.

**Procedimentos adotados pela PT para cumprimento de regras aplicáveis a Transações de Dirigentes e com Partes Relacionadas**

Com vista ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Sociedade em matéria de Transações de Dirigentes e com Partes Relacionadas, a PT adotou um conjunto de procedimentos tendo em vista garantir o adequado cumprimento de tais normas.

***a) Transações dos Dirigentes do Grupo***

Em 2006, as transações dos dirigentes da PT foram objeto de regulação através do Regulamento sobre Transações dos Dirigentes do Grupo PT que substituiu o anterior Regulamento Interno sobre Operações por conta própria dos Quadros de Alta Direção.

Este Regulamento foi emitido em linha com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/2006, de 15 de março, ao Código dos Valores Mobiliários, designadamente no sentido da ampliação do âmbito objetivo e subjetivo das matérias e definições indicadas nas regras legais e regulamentares aplicáveis, visando complementar o regime de Governo Societário e as boas práticas de conduta já implementadas na PT para reforço da prevenção do abuso de mercado.

Contudo, em 2008, a Sociedade entendeu dever rever esse documento de modo a adequar as suas normas aos novos condicionalismos e a agilizar a inserção de informação no âmbito da base de dados implementada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários neste âmbito, tendo nomeadamente em consideração que, desde a aprovação de tal Regulamento, ocorreram diversos factos com implicações na estrutura da PT, em particular o *spin-off* da sua subsidiária PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (atualmente ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.).

Deste modo, tal alteração veio concretizar o modo de cumprimento das obrigações legais de comunicação, pelos dirigentes da PT, das transações realizadas com a sua participação.

As transações dos dirigentes são divulgadas no Sistema de Divulgação da Informação da CMVM nos termos legais e regulamentares.

***b) Transações com Partes Relacionadas***

A Sociedade tem em vigor, desde 2006, um Regulamento sobre transações com partes relacionadas visando implementar um conjunto de procedimentos orientados para garantir a correta identificação

e divulgação de transações com partes relacionadas e bem assim definir os conceitos relevantes de "transação" e "partes relacionadas".

O Regulamento prossegue o duplo objetivo de *(i)* permitir que as demonstrações financeiras da PT evidenciem, se e quando aplicável, a possibilidade de a posição financeira e resultados da Sociedade poderem ser afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos pendentes com as mesmas; e *(ii)* salvaguardar o interesse da PT em situações de potencial conflito de interesses face aos interesses de pessoas ou entidades que se entende terem a possibilidade de influenciar, direta ou indiretamente, a sua gestão.

De acordo com tais regras, encontram-se previstos procedimentos e mecanismos de controlo interno que garantem a correta identificação e divulgação de transações com partes relacionadas, envolvendo uma etapa prévia de definição, identificação e transparência no processo de decisão de transações, culminando com a divulgação das transações relevantes de acordo com as normas do Código dos Valores Mobiliários e da regulamentação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e da SEC.

Em dezembro de 2009 e dezembro de 2010, o Regulamento sobre transações com partes relacionadas foi objeto de algumas modificações que visaram essencialmente adequá-lo às alterações introduzidas no IAS 24 e no Código de Governo das Sociedades emitido pela CMVM e, bem assim, adotar as melhores práticas de mercado nesta matéria.

Neste âmbito, destacou-se como alteração mais significativa a previsão de regras de avaliação prévia, pela Comissão de Auditoria, da realização de determinadas transações com partes relacionadas, quando se encontrem cumpridos os requisitos de materialidade descritos no Regulamento.

Nestes termos, e em síntese, passou a estar sujeita a parecer favorável prévio da Comissão de Auditoria a realização pelo Grupo PT de transações com partes relacionadas cujo valor agregado por entidade seja superior a 100.000 euros por trimestre, cabendo ainda ao Conselho de Administração da PT a aprovação das transações de valor agregado por entidade superior a 1.000.000 euros por ano quando realizadas com acionistas titulares de participações qualificadas ou com direitos de voto especiais, com os respetivos familiares ou com entidades que com eles estejam numa das relações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários. O parecer da Comissão de Auditoria deve confirmar que, face à fundamentação apresentada, a transação proposta cumpre as regras relativas a conflitos de interesses e observa o tratamento igualitário dos fornecedores ou prestadores de serviços do Grupo PT, nomeadamente quanto aos termos e condições acordados.

As transações com administradores da PT ou das suas subsidiárias, independentemente do valor, estão igualmente sujeitas a autorização prévia do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respetivo, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

As transações com partes relacionadas são identificadas nos termos legais e divulgadas no âmbito da informação financeira anual, semestral e trimestral.

**Política de Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social**

A estratégia de sustentabilidade empresarial e a responsabilidade social corporativa da PT estão integradas, de forma coerente e transversal, em todo o Grupo PT e assentam no desenvolvimento e monitorização de um vasto conjunto de práticas e processos em três vertentes principais: económica, ambiental e social. Por este motivo, a PT definiu com objetivo estratégico posicionar-se como uma referência na sustentabilidade em Portugal e nos países onde opera.

Nesse âmbito, a PT é signatária e participa ativamente num conjunto de organismos internacionais ligados à promoção das melhores práticas conducentes ao desenvolvimento sustentável. É signatária dos princípios de sustentabilidade da *United Nations Global Compact*, da carta de Responsabilidade

Social da *Union Network International*, da carta de sustentabilidade da ETNO – European Telecommunications Network Operators Association e é membro da *Business Council for Sustainable Development of Portugal* (BCSD Portugal).

O relatório de sustentabilidade é publicado anualmente, a par do relatório e contas consolidadas, e é elaborado de acordo com as linhas orientadoras do *Global Reporting Initiative* (GRI). O relatório é auditado por uma entidade externa e independente. O documento descreve o conjunto de práticas e de indicadores económicos, sociais e ambientais que permitem evidenciar o desempenho da Empresa na ótica tridimensional da sustentabilidade, bem como os compromissos que a PT assume perante os seus *stakeholders*.

Cumpre ainda referir que, em setembro de 2010, a PT passou a integrar o *Dow Jones Sustainability World Index* no setor das telecomunicações, com desempenhos sucessivamente crescentes, estando entre as cinco melhores empresas das telecomunicações a nível mundial. O *Dow Jones Sustainability Index* é um dos mais conceituados índices a nível mundial, que analisa a *performance* das empresas cotadas na Bolsa de Nova Iorque em termos de sustentabilidade, sendo considerado uma referência para analistas e investidores. A Portugal Telecom está atualmente presente nos mais importantes índices de sustentabilidade mundiais, a saber, o *Dow Jones Sustainability Index* e o FTSE4Good, do qual faz parte já desde 2005.

# ANEXO III

Funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades

As funções desempenhadas em outras sociedades por cada um dos administradores são as seguintes:

- ***Henrique Granadeiro (Presidente do Conselho de Administração)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Presidente do Conselho Geral da Fundação Portugal Telecom

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente do Conselho Geral da Universidade de Lisboa
Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia
Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
Administrador não executivo da Fundação Eugénio de Almeida
Vogal da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados no Mercado
Membro do Conselho Assessor do Banco ING

- ***Zeinal Bava (Presidente Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal, SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom, Inovação, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom – Investimentos Internacionais, Consultoria Internacional, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Participações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Data Center, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Blueclip – Serviços de Gestão, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom
Membro do Conselho de Administração da Oi, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Telemar Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Contax Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da CTX Participações, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música
Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal África
Membro do Conselho Geral da Fundação Portuguesa das Comunicações
Membro do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa

- ***Alfredo José Silva de Oliveira Baptista (Administrador Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Administrador da PT Portugal, SGPS S.A.
Administrador da PT Comunicações, S.A.
Administrador da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, S.A.
Administrador da Portugal Telecom Data Center, S.A.
Administrador do SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Não aplicável.

- ***Amílcar de Morais Pires (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente do Conselho de Administração da AVISTAR, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração do Bank Espírito Santo (International) Limited
Presidente do Conselho de Administração do BIC – International Bank, Ltd (BIBL)
Administrador do Banco Espírito Santo, S.A.
Administrador da BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Administrador do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
Administrador da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.
Administrador do Espírito Santo PLC (Dublin)
Administrador do Banco Espírito Santo Oriente, S.A.
Administrador do BES Finance Limited
Administrador da ES Tech Ventures, Sociedade de Participações Sociais, S.A.
Administrador da Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços, ACE
Administrador do BES África SGPS, S.A.
Administrador não executivo de Execution Noble Limited
Administrador não executivo de Execution Noble & Company Limited
Administrador não executivo de Execution Noble Research Limited
Administrador não executivo do Espírito Santo Bank (Florida)

- ***Carlos Alves Duarte (Administrador Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Administrador executivo da PT Portugal, SGPS S.A.
Administrador executivo da PT Comunicações, S.A.
Administrador executivo da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Administrador da Portugal Telecom Data Center, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.
Presidente da Mesa da Assembleia Geral do INESC

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Não aplicável.

- ***Fernando Magalhães Portella (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Membro do Conselho de Administração da Oi, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.
Diretor Presidente do Grupo Jereissati

- ***Francisco T. Pereira Soares (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente da Comissão Ambiente do CEEP – Centro Europeu de Empresas com Participação Pública e de Interesse Económico Geral, Bruxelas
Consultor da Parpública, S.A.

- ***Gerald McGowan (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

"Of Counsel" Lukas, Nace, Gutierrez & Sachs

- ***João de Mello Franco (Administrador não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Administrador e Presidente da Comissão de Auditoria da EDP Renováveis, S.A.
Presidente do Conselho Fiscal da Sporting SAD

- ***João Nuno de Oliveira Jorge Palma (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Administrador Executivo da Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Administrador da Parcaixa, SGPS, S.A.
Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. – Moçambique
Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo – Compras e Serviços Partilhados, ACE
Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo IV – Gestão de Imóveis, ACE
Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Caixa-Imobiliária, S.A.

- ***Joaquim Goes (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Administrador do Banco Espírito Santo, S.A.
Administrador da E.S.VENTURES, SCR, S.A.
Administrador da BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Presidente da Espírito Santo Informática, ACE
Presidente da E.S. – Recuperação de Crédito, ACE
Presidente da OBLOG – Consulting, S.A.
Presidente da BES – Companhia de Seguros, S.A.
Administrador da Glintt, Global Intelligent Technologies, SGPS S.A.

- ***José Xavier de Basto (Administrador não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Membro da Comissão de Matérias Financeiras do Millennium BCP, S.A., desde abril de 2009
Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC)

- ***José Pedro Cabral dos Santos (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.
Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas
Vogal não executivo do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimentos, S.A.
Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, IP

- ***Luís Pacheco de Melo (Administrador Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Presidente do Conselho de Administração da PT Centro Corporativo, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Imobiliária, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Prestações – Mandatária de Aquisições de Gestão de Bens, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde
Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.
Presidente do Conselho de Administração da TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Timor Telecom, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, Consultoria Internacional, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Participações, S.A.
Administrador da Portugal Telecom Data Center, S.A.
Administrador da PT Blueclip – Serviços de Gestão, S.A.
Administrador da Africatel Holdings B.V.
Administrador da Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.
Administrador da Unitel, S.A.
Administrador da Oi, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Não aplicável.

- ***Manuel Rosa da Silva (Administrador Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Administrador da PT Portugal, SGPS S.A.
Administrador executivo da PT Comunicações, S.A.
Administrador executivo da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Administrador da Sportinveste – Multimédia, SGPS, S.A.
Administrador da Sportinveste – Multimédia, S.A.

- ***Maria Helena Nazaré (Administradora não Executiva)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente do Conselho Consultivo da Fundação Galp Energia
Presidente da Sociedade Portuguesa de Física
Presidente da European University Association desde março de 2011
Coordenadora do Grupo de Trabalho da EUA sobre Internacionalização e Investigação
Membro do Painel de Avaliação Institucional da EUA, desde 2004
Coordenadora da Comissão Especializada para a Investigação e Transferência de Conhecimento do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Membro do Expert Group instituído pela Comissão Europeia para o Desenvolvimento do Espaço Europeu de Investigação
Presidente da Fundação João Jacinto de Magalhães
Membro do Conselho Executivo da Fundação das Universidades Portuguesas
Membro do Steering Committee Institutional Evaluation EUA, desde 2005

- ***Mário João de Matos Gomes (Administrador não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Presidente do Conselho Fiscal da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Não aplicável.

- ***Milton Almicar Silva Vargas (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A., desde julho de 2009
Membro Efetivo do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo (BES) – Portugal, desde julho de 2012
Membro Efetivo do Conselho de Administração do Fleury S.A., desde julho de 2009
Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A., desde dezembro de 2009

- ***Nuno de Almeida e Vasconcellos (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente do Conselho de Administração da Rocha dos Santos Holding, SGPS, SA
Presidente do Conselho de Administração de Ongoing Strategy Investments, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Ongoing TMT
Presidente do Conselho de Administração da Ongoing Media
Presidente do Conselho de Administração da Ongoing Telecom
Presidente do Conselho de Administração da Económica SGPS
Presidente do Conselho de Administração da Rocksun, SA
Presidente do Conselho de Administração de Insight Strategic Investments, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Ongoing Comunicações – Participações, S.A.
Administrador não-executivo de Heidrick & Struggles

- ***Otávio Marques de Azevedo (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Presidente Executivo da Andrade Gutierrez, S.A.
Presidente da Andrade Gutierrez Telecomunicações, Ltda.
Presidente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A.
Presidente do Conselho de Administração da CTX Participações S.A.
Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)
Membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)
Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNI)
Membro do Conselho de Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
Membro do Conselho Superior de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

- ***Paulo José Lopes Varela (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Visabeira, SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Global, SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Vista Alegre Atlantis, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Real Life Technologies, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Ria Stone, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Investimentos Financeiros SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Estudos e Investimentos S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Saúde – Serviços de Saúde, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Moçambique, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visagreen, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Marmonte, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Naturenergia – Agro-Energias, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Angola, Lda.
Presidente do Conselho de Administração da GATEL
Presidente do Conselho de Administração da CONSTRUCTEL
Presidente do Conselho de Administração da Constructel Sweden AB
Vice-Presidente da Constructel Infrastructures SAS
Administrador do Banco Único, S.A.

Administrador da Constructel Bélgica
Administrador da AMBITERMO S.A.
Administrador da HPP Viseu, S.A.
Administrador do PCI – Parque de Ciência e Inovação, S.A.
Administrador da Selfenergy
Gerente da TV Cabo Angola, Lda.
Gerente da Constructel GmbH

- ***Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão (Administrador Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Administrador da PT Portugal, SGPS S.A.
Administrador da PT Comunicações, S.A.
Administrador da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Administrador da PT Sales – Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.
Administrador da PT Blueclip – Serviços de Gestão, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Não aplicável.

- ***Rafael Luís Mora Funes (Administrador não Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Não aplicável.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Vice-Presidente do Conselho de Administração/COO da Ongoing Strategy Investments, SGPS S.A.
Presidente do Conselho de Administração da BRZ Tech
Presidente do Conselho de Administração da IBT Internet Business Technologies
Membro do Supervisory Board da Escola de Negócios do INDEG – ISCTE

- ***Shakhaf Wine (Administrador Executivo)***

*Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT:*

Presidente Executivo e Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil S.A.
Presidente Executivo da PT Multimédia.com Brasil Ltda.
Presidente Executivo da Bratel Brasil, S.A.
Presidente Executivo da Istres Holdings, S.A.
Membro da Diretoria da CTX Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Contax Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Oi, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Telemar Participações, S.A.

*Funções desempenhadas noutras entidades:*

Não aplicável.

Qualificações profissionais e atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos

*Henrique Granadeiro (Presidente do Conselho de Administração)*
*Português, 69 anos*

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS S.A. de 2006 a março de 2008 | Presidente do Conselho de Administração da Africatel Holdings B.V. de 2007 a 2008 | Presidente do Conselho de Administração da PT Rede Fixa, SGPS, S.A. de 2006 e 2009 | Presidente do Conselho de Administração da PT Centro Corporativo, S.A. de 2006 a 2008 | Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal, SGPS S.A. de 2006 a 2007 | Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom de 2006 a 2008 | Membro do Conselho Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação de 2006 a 2009 | Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música de 2006 a 2009 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal África de 2006 a 2009 | Vice-Presidente da Direção da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação durante 2009 | Membro do Conselho de Administração não executivo da OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, S.A. de 2005 a 2007 | Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Resources de 2005 a 2007 | Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. de 2006 a 2007 | Administrador executivo da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. de 2002 a 2006 | Administrador não executivo da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., em 2001 | Presidente da Comissão Executiva da Lusomundo Media, SGPS, S.A. de 2002 a 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Diário de Notícias de 2002 a 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Jornal do Fundão de 2002 a 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Jornal de Notícias de 2002 a 2004 | Presidente da Comissão Executiva da TSF de 2002 a 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Açoreano Oriental de 2002 a 2004 | Presidente da Comissão Executiva do DN da Madeira de 2002 a 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria, S.A. de 2000 a 2004 | Membro do Conselho de Administração da Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria, S.A. de 2004 a 2007 | Membro do Conselho de Administração da Parfil SGPS, S.A. de 2001 a 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Margrimar - Mármores e Granitos S.A. de 1999 a 2005 | Presidente do Conselho de Administração da Marmetal – Mármores e Materiais de Construção, S.A. de 1999 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Controljornal SGPS, S.A. de 1990 a 2001 | Membro do Conselho de Administração da Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial S.A. de 1990 a 2001 | Administrador da Marcepor – Mármores e Cerâmicas de Portugal, S.A. em 1990 | Presidente da Fundação Eugénio de Almeida de 1989 a 1992 | Presidente do IFADAP – Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas de 1987 a 1990 | Administrador-delegado da Fundação Eugénio de Almeida de 1981 a 1987 | Membro do Conselho de Administração da M.N. Tiago, Construções S.A. durante 1981 | Membro do Conselho de Administração da Standard Eléctrica durante 1981 | Embaixador de Portugal na OCDE de 1979 a 1981 | Chefe da Casa Civil do Presidente da República de 1976 a 1979 | Licenciado em Organização e Administração de Empresas pelo Instituto Universitário de Évora (Departamento de Sociologia).

*Zeinal Bava (Presidente Executivo)*
*Português, 47 anos*

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012. Designado Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS S.A. desde março de 2008 | Membro do Conselho Geral da Cotec Portugal desde outubro de 2009 a maio de 2012 | Membro do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações, S.A. desde abril de 2011 a fevereiro de 2012 | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. de setembro 2007 a dezembro de 2011 | Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, S.A. desde novembro de 2008 a julho de 2010 | Presidente do Conselho de Administração da PT Centro Corporativo, S.A. de março de 2006 a abril de 2009 | Presidente do Conselho de Administração da PT – Sistemas de Informação, S.A. de

setembro de 2007 a abril de 2009 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Luso Brasileira desde junho de 2009 a setembro de 2009| Presidente do Conselho de Administração da PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. de fevereiro de 2003 a junho de 2008 | Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. de março de 2003 a outubro de 2007 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, NV de dezembro de 2002 a outubro de 2007 | Presidente da Comissão Executiva da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. de maio de 2003 a setembro de 2007 | Presidente do Conselho de Administração da TV Cabo Portugal, S.A. de março de 2004 a Setembro de 2007 | Presidente do Conselho de Administração da PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. até setembro de 2007 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. de novembro de 2002 a setembro de 2007 | Presidente do Conselho de Administração da Lusomundo Cinemas, S.A. até setembro de 2007 | Presidente do Conselho de Administração da Lusomundo Audiovisuais, S.A. até setembro de 2007 | Presidente do Conselho de Administração da PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A. até setembro de 2007 | Presidente da Comissão Executiva da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. de dezembro de 2005 a maio de 2006 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, S.A. de abril de 2004 a abril de 2006 | Presidente do Conselho de Administração da PT Prestações – Mandatária de Aquisições de Gestão de Bens, S.A. de março de 2004 a 2006 | Membro do Conselho de Administração da PT Rede Fixa, SGPS S.A., de março de 2006 a junho de 2009 | Membro do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, S.A. de maio de 2004 a abril de 2006 | Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. de junho de 2003 a abril de 2006 | Vice-Presidente executivo do Conselho de Administração da PT Comunicações, S.A. de janeiro de 2004 a dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração das Páginas Amarelas, S.A. de janeiro de 2004 a maio de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. de maio de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, S.A. de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, S.A. de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, S.A. de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A. de julho de 2002 a março de 2004 | Membro do Conselho de Administração do BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. de maio de 2001 a outubro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, S.A. de abril de 2001 a dezembro de 2003 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS S.A. de 2000 a 2002 | Merrill Lynch – Executive Director e Relationship Manager para a Portugal Telecom, de 1998 a 1999 | Deutsche Morgan Grenfell – Executive Director e Relationship Manager para a Portugal Telecom de 1996 a 1998 | Warburg Dillon Read – Diretor executivo de 1989 a 1996 | Licenciado em Engenharia Eletrónica e Eletrotécnica pela University College London.

*Alfredo Baptista (Administrador Executivo)*
*Português, 61 anos*

Eleito pela primeira vez em 2011. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Administrador da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde 2006 a 2011 | Presidente Executivo da PT Prime de 2000 a 2002 | Vice-Presidente da PT Prime, SA de 1999 a 2000 | Diretor Geral de Negócios Empresariais de 1996 a 1999 | Administrador da PT Internacional de 1996 a 1997 | Administrador da Portugal Telecom, SA de 1994 a 1996 | Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Telecomunicações pelo Instituto Superior Técnico.

*Amílcar de Morais Pires (Administrador não Executivo)*
*Português, 51 anos*

Eleito pela primeira vez em 2006. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Admitido no Banco Espírito Santo, Departamento Financeiro, em 1986 |

Nomeado Subdiretor e colocado na Direção do Departamento de Mercados Financeiros e Títulos, em 1989 | Membro do Conselho de Administração da Soginpar, Sociedade de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., de julho de 1991 a fevereiro de 1992 | Diretor Adjunto do Departamento de Mercados Financeiros e Títulos e membro do Conselho de Administração da ESER, Socª, até 1995 | Diretor-Coordenador do Departamento Financeiro, Mercados e Estudos e responsável pela gestão da Tesouraria do BES | Assessor para o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. em julho de 2000 | Diretor-geral do Banco Espírito Santo, S.A. em março de 2003 | Administrador do Banco Espírito Santo, S.A. desde março de 2004 | Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.

*Carlos Alves Duarte (Administrador Executivo)*
*Português, 52 anos*

Eleito pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Administrador executivo da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde 2008 até 2011 | Presidente do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, S.A. desde maio de 2006 até abril de 2011 | Administrador e Presidente da Comissão Executiva da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde julho de 2003 até março de 2008 | Administrador executivo da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde maio de 2003 a fevereiro de 2009 | Administrador do BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. desde janeiro de 2006 até outubro de 2007 | Presidente da Comissão Executiva da Oni Telecom, desde junho de 2000 até março de 2003 | Presidente da Comissão Executiva da Oni Açores, desde junho de 2000 até março de 2003 | Presidente Executivo da EDS Ibéria e Diretor Geral da EDS Portugal, desde novembro de 1996 até maio de 2000 | Entre outras funções, foi General Manager da IBM Global Services desde dezembro de 1986 até outubro de 1996 | Presidente do Conselho de Administração da Rigorsoft desde 1995 até novembro de 1996 | Administrador executivo da Compensa, SA, desde 1995 até novembro de 1996 | Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, Pós-Graduado em Engenharia de Soldadura pelo ISQ, Master em Gestão de Marketing e Vendas pela DS, com vários cursos de Pós-Graduação na London Business School (Reino Unido), IESE (Espanha) e Universidade Católica (Portugal).

*Fernando Magalhães Portella (Administrador não Executivo)*
*Brasileiro, 61 anos*

Eleito pela primeira vez em 2012 | Membro do Conselho da TNL de maio de 2008 a fevereiro de 2012 | Diretor Presidente da Organização Jaime Câmara de julho de 2006 a janeiro de 2011 | Membro do Conselho Consultivo da Intermédica Sistema de Saúde S.A. de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2010 | Licenciado em Engenharia Agronómica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Possui MBA Executivo pela Columbia University. É Alumni pela Harvard Business School onde completou o General Management Program e o Corporate Leader Program, ambos na Harvard Business School.

*Francisco T. Pereira Soares (Administrador não Executivo)*
*Português, 63 anos*

Eleito pela primeira vez em 2006. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Administrador da Gadsa – Arquivo e Depósito, S.A. de outubro de 2006 a outubro de 2008 | Consultor económico na Casa Civil do Presidente da República de 2001 a 2006 | Presidente da Comissão Executiva da API Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A. de janeiro de 2003 a outubro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da API Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A. de maio de 2004 a janeiro de 2005 | Administrador da NAER – Novo Aeroporto, S.A. de 2001 a 2002 | Administrador e Presidente da Comissão Executiva do I.P.E. – Tecnologias de Informação. SGPS S.A. de 2000 a 2001 | Administrador executivo do I.P.E. – Investimentos e Participações Empresariais, S.A. de 1996 a 2000 | Presidente do Conselho de Administração do I.P.E. Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A. de

1996 a 2000 | Membro da Direção da Ambelis – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A. de 1994 a 1996 | Licenciado em Economia no ISCEF (Universidade Técnica de Lisboa) 1972 | *Master of Science in Management* no Arthur D. Little Management Education Institute, Cambridge Massachusetts, EUA (1979) | *Master in Public Administration* na Harvard University, John F. Kennedy School of Government, Cambridge Massachusetts, EUA (1981).

*Gerald McGowan (Administrador não Executivo)*
*Norte-americano, 66 anos*

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Membro da Conselho de Administração da Virgina Center for Innovative Technology de 2004 a 2007 | Embaixador dos Estados Unidos em Portugal de 1998 até 2001 | Membro do Conselho de Administração da "Overseas Private Investment Corporation" (OPIC) de 1996 a 1997 | Membro do Conselho de Administração da Virginia Port Authority de 2002 a 2003 | Membro da Conselho de Administração da Cellular Telecomunications Industry Association de 1992 a 1994 | Licenciado em Direito na Georgetown University Law Center (J.D. 1974) e Georgetown University (B.S.B.A. 1968).

*João de Mello Franco (Administrador não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria)*
*Português, 66 anos*

Eleito pela primeira vez para a Comissão de Auditoria em 2007 tendo sido Administrador não executivo desde 1998. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | É membro da Comissão de Governo Societário desde 2005, tendo sido seu Presidente entre 2006 e 2009 | É membro da Comissão de Avaliação desde 2008 e foi membro da Comissão de Vencimentos entre 2003 e 2008 | Administrador não executivo da EDP Renováveis, S.A. desde 2008 sendo Presidente da Comissão de Auditoria desde esse ano e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas desde o mesmo ano | Presidente do Conselho Fiscal do Sporting Clube de Portugal e da Sporting SAD desde 2011 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Imobiliária de 2001 a 2004 | Administrador da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A. de 1997 a 2000 | Presidente do Conselho de Administração da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A. de 2000 a 2001 | Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração da LISNAVE de 1995 a 1997 | Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi de 1994 a 1995 | Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. de 1991 a 1994 | Presidente do Conselho de Administração de TLP – Telefones de Lisboa e Porto, S.A. de 1989 a 1994 | Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico | Formação complementar em Gestão Estratégica e Alta Direção de Empresas (PADE).

*João Nuno Palma (Administrador não Executivo)*
*Português, 46 anos*

Eleito pela primeira vez em 2012 | Administrador Executivo (CFO) da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS de março de 2010 a dezembro de 2011 | Administrador Executivo do Banco Caixa Geral, de fevereiro de 2008 a março de 2010 | Assessor do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008 | Administrador Executivo da Sogrupo SI de junho de 2004 a dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração (CFO) da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa de agosto de 2003 a novembro de 2007 | Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL) | Pós-graduação em Negócios, pela Associação de Estudos Superiores de Empresa da Universidade de Navarra.

*Joaquim Goes (Administrador não Executivo)*
*Português, 46 anos*

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. de agosto de 2002 a setembro de 2007 | Administrador da ESDATA, Espírito Santo Data, SGPS S.A. de 1999 a 2009 | Administrador da Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S.A. de 2002 a 2006 | Presidente do Conselho de Administração de E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, S.A. de 2000 a 2006 | Membro do Conselho de Administração de BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. de maio de 2001 a julho de 2007 | Diretor do Departamento de Marketing Estratégico do Banco Espírito Santo, S.A. de 1995 a 1999 | Diretor do Gabinete de Estudos e de Planeamento Estratégico da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SA de 1994 a 1995 | Consultor sénior da Roland Berger & Partner, Munique de 1991 a 1993 | Consultor da Roland Berger & Partner, Portugal de 1989 a 1991 | Licenciado em Administração e Gestão de Empresas | Especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa | MBA pelo INSEAD, Fontainebleau.

*José Xavier de Basto (Administrador não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria)*
*Português, 74 anos*

Eleito pela primeira vez em 2007. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Consultor Fiscal | Docente aposentado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra | Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1960). Curso Complementar em Ciências Políticas-Económicas (1961).

*José Pedro Cabral dos Santos (Administrador não Executivo)*
*Português, 52 anos*

Eleito pela primeira vez em 2012 | Diretor Central da Direção de Grandes Empresas da Caixa Geral de Depósitos de março de 2002 a março de 2012 | Vogal não executivo do Conselho de Administração da Lusofactor, Sociedade de Factoring, S.A. de março de 2003 a maio de 2008 | Diretor da Direção de Grandes Empresas, responsável pela área Norte da Direção, de outubro de 1999 a fevereiro de 2002 | Diretor da Direção Comercial Norte, responsável pela Coordenação do segmento de Grandes Empresas de janeiro de 1998 a setembro de 1999 | Diretor Coordenador (Grupo BFE/Grupo BPI), inicialmente do Banco Borges & Irmão e posteriormente com funções alargadas ao Banco de Fomento e Exterior e Banco BPI, de junho de 1994 a dezembro de 1997 | Quadro Técnico da Finindústria – Sociedade de Investimentos e de Financiamento Industrial e posteriormente subdiretor do Finibanco e Administrador não executivo da Finicrédito SFAC, de março de 1989 a maio de 1994 | Técnico Estagiário e posteriormente Quadro Técnico da União de Bancos Portugueses, de março de 1984 a fevereiro de 1989 | Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

*Luís Pacheco de Melo (Administrador Executivo)*
*Português, 46 anos*

Eleito pela primeira vez em 2006. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Administrador da Tele Norte Leste Participações, S.A. desde abril de 2011 a fevereiro de 2012 | Membro do Conselho de Administração da Vivo Participações, S.A. de julho de 2006 a julho de 2010 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel de julho de 2006 a julho de 2010 | Administrador executivo da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS S.A. de junho de 2002 a abril de 2006 | Diretor central e membro convidado da Comissão Executiva do BES Investimento de 1998 a 2002 | Associado e diretor da UBS Warburg de 1994 a 1998 | Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, com MBA pelo IESE Barcelona.

*Manuel Rosa da Silva (Administrador Executivo)*
*Português, 45 anos*

Eleito pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Administrador da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. de abril 2007 a dezembro 2011 | Administrador da PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. de julho de 2009 a janeiro de 2011 | Administrador da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicação e Multimédia, SGPS S.A., de abril de 2006 a outubro de 2007 | Administrador da PT Comunicações, S.A., de 2004 a 2006 | Diretor Corporativo de Corporate Finance na Portugal Telecom, SGPS, S.A. de 2002 a 2003 | Diretor Corporativo de Investor Relations na Portugal Telecom, SGPS, S.A., de 2002 a 2003 | CFO da PTM.com, Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A., de 2000 a 2002 | Vice-Presidente da Merill Lynch Londres | Diretor de fusões e aquisições na Morgan Grenfell Londres | Associado da Banca de Investimento na SG Warburg Londres | Consultor na KPMG Consulting Londres, onde trabalhou com a equipa Europeia de Telecomunicações em diversos projetos na Europa, Estados Unidos da América, Europa Oriental e América Latina | Licenciado em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa.

*Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré (Administradora não Executiva)*
*Portuguesa, 63 anos*

Eleita pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzida em 2012 | Vice-Presidente da European University Association de 2009 a 2011 | Reitora da Universidade de Aveiro de 9 janeiro 2002 a 22 fevereiro 2010 | Presidente da Comissão de Coordenação do Programa de Avaliação Institucional da European University Association (EUA) 2007-2009 | Presidente da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade de Aveiro - em Comissão de Serviço, entre junho de 2000 e janeiro de 2002 | Vogal do Conselho de Administração da Administração do Porto de Aveiro, S.A. (1999-2000) | Presidente da Associação Columbus: Rede de Universidades Europeias e Latino Americanas | Coordenadora da Unidade de Investigação "Física de Semicondutores em Camadas, Optoelectrónica e Sistemas Desordenados" (1996-1999) | Vice-Reitora da UA (1991-1998) | Presidente do Instituto de Investigação da Universidade de Aveiro (1995-1998) | Presidente do Conselho Executivo da Fundação João Jacinto de Magalhães (1993 – 1998) | Membro da Comissão de Coordenação da *International Conference of Defects in Semiconductors* (1997) | Vice-Presidente do Conselho Científico da Universidade de Aveiro (1990-1991) | Presidente do Conselho Diretivo do Departamento de Física (1978-1980; 1986-1988) | Licenciada em Física pela Universidade de Lisboa, em 1972 | *Doctor of Philosophy: Solid State Physics*, Wheatstone Physics Laboratory, pelo King's College London, University of London, em 1978 | Doutor em Física – Especialidade de Física do Estado Sólido, Universidade de Aveiro, em 1979 | Agregação em Física – Universidade de Aveiro, em 1987.

*Mário João de Matos Gomes (Administrador não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria)*
*Português, 65 anos*

Eleito pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Desde meados de 1971, e durante cerca de doze anos após a sua licenciatura, esteve integrado nos quadros técnicos de uma das ao tempo maiores firmas internacionais de auditores e consultores de gestão (Arthur Andersen & Co.), onde desempenhou funções de direção técnica nos departamentos de auditoria e de assessoria fiscal | Desde janeiro de 1983, e durante cerca de quatro anos, desempenhou funções de Consultor Permanente - Assessor do Conselho de Administração de importante empresa metalo-eletromecânica, em especial em aspetos relacionados com a melhoria dos seus sistemas de informação de gestão e de controlo das operações | Desde janeiro de 1974 até março de 2009 desempenhou com continuidade as funções de revisão legal das contas / auditoria de empresas industriais, comerciais e de serviços de razoável dimensão e projeção tanto nacional como internacional, tendo ainda adquirido experiência do exercício destas atividades num instituto público, bem como nos sectores das telecomunicações, segurador, para-bancário e do mercado de capitais | Integra atualmente a Comissão de Inscrição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), com a qual também tem

colaborado na execução dos Programas de Controlo de Qualidade dos trabalhos de Auditores e de ROC, no exercício de funções de Controlador-Relator | Na OROC, integrou anteriormente e ao longo de vários anos as Comissões de Estágio e de Formação Profissional, tendo ainda exercido as funções de Presidente da Comissão Técnica das Entidades Seguradoras, com uma intervenção relevante na elaboração da Diretriz de Revisão/Auditoria 830 – Exame dos Elementos Financeiros e Estatísticos das Empresas de Seguros e das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões | Entre meados de 1985 e meados de 2001, exerceu as funções de Assistente Convidado do ISEG, onde lecionou a Cadeira de Auditoria | Preparou um Manual e Curso de Auditoria, em ligação tanto com a docência universitária, como com ações de formação específica realizadas para clientes e outros interessados, bem como com o convite que lhe foi feito pela Comissão Técnica de Formação da OROC, na década de 80, para que assumisse a responsabilidade pelo desenvolvimento e condução de várias ações de formação nesta matéria, destinadas quer à preparação dos então candidatos ao exame de aptidão profissional para ROC, quer à reciclagem interna dos Membros da OROC | Licenciado em Finanças pelo ISEG (1971).

*Milton Almicar Silva Vargas (Administrador não Executivo)*
*Brasileiro, 56 anos*

Eleito pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Diretor Departamental Estatutário desde dezembro de 1997 até março de 2000, Diretor Executivo Gerente desde março de 2000 até março de 2002 e Diretor Vice-Presidente Executivo, desde março de 2002 até junho de 2009 do Banco Bradesco, S.A. | Participou também da Administração das demais empresas do Grupo Bradesco | Foi Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), Membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI, Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, Membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN, e representante do Bradesco no Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – IPECAFI | Membro do Conselho de Administração da CPMBráxis de julho de 2009 até julho de 2012 I Licenciado em Administração de Empresas pela UNIFIEO – Centro Universitário FIEO de Osasco.

*Nuno de Almeida e Vasconcellos (Administrador não Executivo)*
*Português, 48 anos*

Eleito pela primeira vez em 2006. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Membro do Conselho Geral do ISCTE de 2009 a 2011 | Membro da Direção do Automóvel Clube de Portugal de 2007 a 2011 | *Managing partner* em Portugal na área de consultoria da Heidrick & Struggle de 1995 a 2006 | Membro do Conselho de Remunerações de uma entidade bancária até 2007 | Diretor de Andersen Consulting (atual Accenture) de 1987 a 1995 | Licenciado em Gestão de Empresas pelo Curry College, em Boston.

*Otávio Marques de Azevedo (Administrador não Executivo)*
*Brasileiro, 61 anos*

Eleito pela primeira vez em 2011. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Presidente do Conselho Consultivo da Anatel entre 2001 e 2002 | Licenciado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Minas Gerais e em Engenharia Económica pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-graduação em Planeamento Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas.

*Paulo José Lopes Varela (Administrador não Executivo)*

*Português, 44 anos*

Eleito pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Desde sempre ligado ao Grupo Visabeira (onde iniciou as suas funções em 1992), residiu durante alguns anos em Moçambique e Angola, onde na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Visabeira Moçambique e Visabeira Angola, tinha por missão a representação Institucional, coordenação geral de todas as atividades das empresas participadas pelo Grupo Visabeira nesses mercados, bem como representar a sócia Grupo Visabeira nos órgãos de administração das suas participadas e planeamento e definição estratégica dos negócios do Grupo, incluindo a sua gestão financeira integrada | Em 2002 foi nomeado Vice-Presidente do Grupo Visabeira, SGPS, S.A. | Em novembro de 2009 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Vista Alegre Atlantis, S.A. | Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

*Pedro Leitão (Administrador Executivo)*
*Português, 42 anos*

Eleito pela primeira vez em 2011. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Administrador não executivo das Páginas Amarelas, S.A. de novembro de 2007 a outubro de 2012 | Administrador da Tele Norte Leste Participações, S.A. de abril de 2011 a fevereiro de 2012 | Administrador da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. de setembro de 2007 a dezembro de 2011 | Administrador da PT Multimédia, SGPS S.A. de 2004 a 2007 | Administrador da TV Cabo Portugal, S.A. de 2004 a 2007 | Administrador da PT Conteúdos, SGPS S.A. de 2004 a 2007 | Administrador da Lusomundo Audiovisuais, S.A. de 2004 a 2007 | Administrador Delegado PTM.com, SGPS S.A. de 2002 a 2004 | Administrador Delegado da Telepac, S.A. de 2002 a 2004 | Administrador Delegado da Saber e Lazer, S.A. de 2002 a 2004 | Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa | MBA pela Kellogg School of Management – Northwestern University (EUA).

*Rafael Luís Mora Funes (Administrador não Executivo)*
*Espanhol, 47 anos*

Eleito pela primeira vez em 2007. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Membro da Comissão de Sustentabilidade e Governo do Grupo Millennium BCP até 2007 | Licenciado em Economia e Gestão pela Universidade de Málaga.

*Shakhaf Wine (Administrador Executivo)*
*Brasileiro, 43 anos*

Eleito pela primeira vez em 2009. O mandato anterior terminou a 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012 | Membro do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações, S.A. de abril de 2011 a fevereiro de 2012 | Vice-Presidente do Conselho da Brasilcel N.V., Presidente do Comité de Controle da Brasilcel N.V. e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vivo Participações S.A. até setembro de 2010 | Membro do Conselho de Administração da Universo Online S.A. até janeiro de 2011 | Presidente do Conselho de Administração da Mobitel, S.A. até junho de 2011 | Membro do Conselho de Administração da PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional S.A. de maio de 2006 até março de 2009 | Membro do Conselho de Administração da PT Participações SGPS S.A. de março de 2008 até março de 2009 | Membro do Conselho de Administração da PT Móveis - Serviços de Telecomunicações SGPS S.A. de maio de 2006 até março de 2009 | Membro do Conselho de Administração da PT Ventures SGPS S.A. de maio de 2006 até março de 2009 | Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. de março de 2004 até outubro de 2006 | Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Celular Participações, S.A. de março de 2004 até fevereiro de 2006 | Membro do Conselho de Administração

da Tele Leste Participações S.A. de julho de 2005 até fevereiro de 2006 | Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações S.A. de março de 2004 até fevereiro de 2006 | Membro do Conselho de Administração do Banco1.net S.A. de abril de 2003 até julho de 2004 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia.com Participações Ltda. de abril de 2005 até novembro de 2007 | Diretor de Banco de Investimento e responsável por relacionamento com clientes corporativos Europeus no grupo de Telecomunicações Globais da Merrill Lynch International entre 1998 e 2003 | Diretor Associado Sênior nos departamentos de América Latina e Grupos de Telecomunicações de Deutsche Morgan Grenfell entre 1993 e 1998 | *Trader* de câmbio interbancário e *dealer* do Banco Central do Brasil no Banco Icatu entre 1991 e 1993 | Licenciado em Economia pela PUC, Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro.

# ANEXO IV

**Declaração do Conselho de Administração sobre a remuneração aplicável aos dirigentes do Grupo PT na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Cód.VM**

As remunerações definidas para os dirigentes do Grupo PT na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Cód.VM são determinadas no seio de cada empresa operacional do Grupo, por uma comissão de vencimentos composta por dois administradores executivos do Grupo PT e pelo diretor corporativo com responsabilidade na área dos Recursos Humanos e têm em conta as funções desempenhadas em cada área de negócio e órgão social ou direção.

As remunerações fixas têm vindo a ser objeto de um processo de harmonização interna, tendo igualmente vindo a ser realizado um *benchmark* com empresas similares.

Para além de uma remuneração fixa, os referidos dirigentes – designadamente os administradores das subsidiárias – auferem uma remuneração variável, estando a definição do seu valor global dependente de diversos fatores.A remuneração variável é concretamente fixada anualmente tendo em conta a avaliação do desempenho individual no período imediatamente precedente feita pela Comissão Executiva da PT, a realização dos objetivos na sua área de atuação ou pelouro, bem como a sua contribuição para a consecução dos objetivos globais definidos para o Grupo PT.

Na fixação desta remuneração variável são designadamente considerados indicadores quantitativos, nomeadamente operacionais e financeiros, e indicadores de natureza qualitativa (tais como competências de gestão e liderança), os quais são ponderados conjuntamente com a natureza das funções exercidas e a importância relativa da empresa em causa na estrutura do Grupo Portugal Telecom.

Adicionalmente, na avaliação do desempenho destes dirigentes é feita uma análise dos riscos por eles assumidos, mormente dos riscos de negócio enunciados no ponto II.5 do presente Relatório de Governo, e do cumprimento pelos mesmos dos mecanismos de *checks and balances* instituídos no Grupo, designadamente através do envolvimento das diversas direções corporativas relevantes e respetivos membros da administração das subsidiárias em causa nos processos de decisão que importem assunção de riscos. É também tido em conta nesta avaliação o cumprimento em geral das normas aplicáveis à atividade da empresa, que se revela de especial importância tendo em conta a senioridade das funções desempenhada pelos referidos dirigentes.

A política de remunerações aqui descrita tem assim em vista, designadamente, contribuir para o alinhamento dos interesses dos dirigentes – em especial os administradores das subsidiárias – com os interesses de longo prazo da Sociedade.

# ANEXO V

**Declaração da Comissão de Vencimentos sobre a Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Portugal Telecom, SGPS S.A. em vigor durante o exercício de 2012**

Considerando que:

1. Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho ("Lei das Remunerações"), o órgão de administração ou a comissão de remunerações, caso exista, das sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado ("Sociedades Emitentes") deve submeter anualmente à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

2. Por sua vez, a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.2 constante do Código de Governo das Sociedades, aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em janeiro de 2010 ("Código de Governo da CMVM"), recomenda a submissão à apreciação pela Assembleia Geral Anual de Acionistas de uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, com um conjunto de elementos adicionais;

3. Enquanto estrutura de apoio técnico da Comissão de Vencimentos, cabe à Comissão de Avaliação do Conselho de Administração da PT SGPS emitir parecer a apresentar àquela sobre a declaração anual relativa à política de remunerações;

4. A presente política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da PT SGPS foi elaborada pela Comissão de Vencimentos em funções e será a aplicável durante o exercício de 2012, sem prejuízo de algum ajustamento que a Comissão de Vencimentos que venha a ser eleita para o mandato 2012-2014 entenda dever fazer.

De acordo com o preceituado na Lei das Remunerações e na Recomendação da CMVM n.º II.1.5.2, a Comissão de Vencimentos da PT SGPS vem submeter à aprovação da Assembleia Geral Anual de Acionistas a seguinte declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização que será aplicável no exercício 2012, a qual integra os seguintes modelos desenvolvidos e implementados em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais:

## I. Política de remuneração dos administradores não executivos, incluindo os membros da Comissão de Auditoria:

A compensação dos membros não executivos do Conselho de Administração, incluindo os membros da Comissão de Auditoria, segue um modelo rígido determinado por uma compensação anual fixada pela Comissão de Vencimentos (a abonar 14 vezes por ano), sem senhas de presença.

Esta remuneração fixa tem em consideração o facto de alguns administradores também exercerem funções em alguma(s) da(s) comissão(ões) delegada(s) do Conselho de Administração, com vista a apoiar o exercício da sua função de supervisão, bem como o desempenho de poderes próprios não delegáveis, e também o facto de serem considerados independentes nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais. Em particular, o Presidente de qualquer comissão interna do Conselho (que não acumule o cargo de Presidente do Conselho de Administração, da Comissão Executiva ou da Comissão de Auditoria) assim como os membros independentes que integrem mais do que uma comissão interna recebem um suplemento correspondente a duas vezes a remuneração de um Vogal.

Do mesmo modo, esta remuneração fixa pondera o desempenho de funções como membro do órgão de fiscalização, em especial como Presidente ou como Vogal especialista financeiro no seio da Comissão de Auditoria, tendo em conta que o desempenho de funções neste órgão social implica o cumprimento não só das normas Portuguesas como das regras imperativas a que a Sociedade se encontra sujeita, enquanto *foreign private issuer* com valores admitidos à negociação na *New York Stock Exchange* ("NYSE"), designadamente as decorrentes do *Sarbanes-Oxley Act* e da regulamentação da *Securities and Exchange Commission* e da NYSE.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração da PT SGPS corresponde a uma quantia fixa anual indexada à remuneração anual fixa do Presidente da Comissão Executiva, sem incluir uma componente variável. Este facto não invalida a capacidade reconhecida à Comissão de Avaliação do Conselho de Administração de vir a propor à Comissão de Vencimentos a atribuição de um prémio ao Presidente do Conselho de Administração, no final do mandato, em função da avaliação do desempenho das suas funções (nomeadamente no que se refere às suas competências estatutárias), sem estar porém dependente do desempenho da Sociedade. Pretende-se assim que nenhum dos administradores não executivos, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, tenha qualquer parcela da sua remuneração dependente do cumprimento de objetivos pré-fixados, por forma a evitar que a independência daqueles face à gestão executiva pudesse ser afetada.

Deste modo, em linha com a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.1, ainda que esta política remuneratória esteja estruturada de modo a permitir um alinhamento com os interesses da Sociedade e um nível remuneratório que promova o adequado desempenho, não está prevista qualquer forma de remuneração variável para os membros não executivos do órgão de administração nem para os membros do órgão de fiscalização (sem prejuízo da possibilidade de atribuição de um prémio ao Presidente do Conselho de Administração, nos termos descritos no parágrafo anterior).

## II. Política de remuneração dos administradores executivos:

A remuneração dos membros da gestão executiva tem em consideração a performance da PT SGPS, no curto e médio prazo, bem como o face a outras empresas comparáveis do setor na Europa. Os montantes auferidos pelos membros da Comissão Executiva ao abrigo desta política remuneram o respetivo desempenho de funções na PT SGPS e em sociedades integralmente detidas por esta em cada exercício.

A remuneração dos administradores executivos é composta por uma vertente fixa e por outra variável, conforme se descreve de seguida.

### a. <u>Remuneração fixa</u>:

O valor da remuneração fixa da equipa executiva foi determinado tendo em conta um estudo de *benchmarking* alargado com empresas cotadas nas principais praças financeiras, o qual abrangeu cerca de 140 empresas. No referido estudo, foram analisadas empresas pertencentes aos segmentos Tier 1 Telecom da Europa (que inclui a Deutsche Telekom, a France Telecom, a British Telecom, a Telecom Itália e a Telefónica) e Tier 2 Telecom da Europa (que inclui a KPN, a Belgacom, a Telenor e a Telecom Áustria) e também empresas que integram os segmentos USA Telecom Sector; TOP 5 UK, USA e Brasil; IBEX 35; CAC40 e DJ Eurostoxx 50.

O referido estudo permitiu concluir que a remuneração total fixada para os membros da Comissão Executiva no anterior mandato na comparação com o Tier 2 do setor na Europa se encontrava genericamente em linha com o 2º quartil, situando-se a remuneração fixa do Presidente da Comissão Executiva abaixo desse quartil.

Na determinação desta componente fixa, foi também tido em conta que as remunerações do Presidente da Comissão Executiva e dos vogais da Comissão Executiva sofreram, no mandato que

terminou em 31 de dezembro de 2011, por iniciativa do Presidente da Comissão Executiva, uma redução de 10% face à remuneração fixada para o mandato anterior. Deste modo, e tendo em conta a linha de continuidade seguida na definição da composição da Comissão Executiva tal como se encontra proposta, bem como a magnitude do desafio de execução operacional nos diversos mercados estratégicos em que o Grupo PT se encontra presente, entende-se dever ser mantido o mesmo nível de remuneração fixa definida no mandato 2009-2011.

**b. <u>Remuneração variável</u>:**

Na fixação da componente variável da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração teve-se também em consideração que durante o exercício de 2011 se procedeu a uma alteração da política de remuneração até à data em vigor por forma a acolher as alterações no plano legislativo e recomendatório que haviam sido introduzidas recentemente e que se entendeu deverem continuar a ser adotadas.

No contexto de tais alterações, entendeu-se dever ser simplificado o modelo de remuneração variável (cujas componentes em 2011 passaram a designar-se por remuneração variável anual e remuneração variável de médio prazo) estabelecendo-se agora uma remuneração variável única atribuída anualmente mas com a manutenção da verificação dos níveis de sustentabilidade da Empresa implícita na opção pelo diferimento por um período de três anos do pagamento de 50% da remuneração variável, condicionado à manutenção do desempenho positivo da Sociedade nas condições definidas. Deste modo, mantém-se uma ligação entre a remuneração variável e a consecução das metas de médio e longo prazo da Sociedade de acordo com as melhores práticas seguidas a nível nacional e internacional.

A remuneração variável dos Administradores executivos encontra-se dependente da consecução dos objetivos fixados e poderá ascender até 160% da remuneração fixa (sendo 50% diferido por um período de três anos conforme descrito abaixo) no caso de consecução de 100% dos objetivos definidos, em linha com os valores fixados na política de remunerações do mandato anterior.

A política de remuneração variável na PT SGPS rege-se pelos seguintes princípios orientadores destinados a assegurar um claro alinhamento entre os interesses dos administradores executivos e os interesses da Sociedade, em harmonia com a Recomendação da CMVM n.º II.1.5.1:

- A prossecução e realização de objetivos, através da qualidade, capacidade de trabalho, dedicação e *know-how* do negócio;
- Uma política de incentivo e de compensação da PT SGPS que permita a atração, a motivação e manutenção dos "melhores profissionais" existentes no mercado e, bem assim, a estabilidade da equipa executiva;
- A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada e consubstanciada na definição e controlo da realização de objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis de curto e de médio-longo prazo, tendo assim em conta a evolução do desempenho da empresa e do Grupo;
- O desenvolvimento de uma cultura de orientação para o mercado e suas *best practices*, medida, sempre que possível, através da comparação da *performance* dos objetivos da empresa com um conjunto de empresas e/ou organizações no seu mercado de referência (nacional e internacional);
- A prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade empresarial. Para tal, tem vindo a ser implementada uma filosofia de gestão que desenvolve a sua atividade em três dimensões: económica, ambiental e social.

Não existem atualmente planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações em vigor na Sociedade.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos do Grupo foi indexada à prossecução de objetivos ao nível do Grupo.

A determinação da remuneração variável a atribuir por conta do desempenho do exercício é determinada com base numa percentagem da remuneração fixa anual, calculada utilizando a média ponderada do grau de consecução de um conjunto de indicadores ligados ao desempenho e sustentabilidade da Sociedade, sendo que para cada um dos indicadores deverá atingir-se no mínimo 85% dos objetivos estabelecidos para esse indicador.

Em cada ano do mandato em curso, apenas 50% da remuneração variável fixada relativamente ao exercício em causa é paga em numerário pela Sociedade, sendo diferido o pagamento dos 50% remanescentes por um período de três anos, ficando o pagamento de tal remuneração variável a cada membro da Comissão Executiva condicionado a que o desempenho positivo da Sociedade como tal considerado pela Comissão de Avaliação no período de diferimento não seja comprovadamente afetado em consequência direta de conduta do administrador em causa. Na verificação do desempenho positivo da Sociedade no período considerado, a Comissão de Avaliação terá em conta os indicadores que venham a ser definidos, a conjuntura económica e financeira da Sociedade, do país e do contexto internacional, bem como do setor em que o mesmo se insere, para além de fatores excecionais e que não se encontrem sob o controlo da gestão e que possam afetar o desempenho da Sociedade.

Caso o Administrador executivo cesse por qualquer motivo as suas funções, o pagamento dos montantes da remuneração variável determinados e que se encontrem diferidos será efetuado no momento da cessação da relação de administração, desde que até essa data o desempenho positivo da Sociedade como tal considerado pela Comissão de Avaliação não seja comprovadamente afetado em consequência direta de conduta de tal administrador.

Após a determinação da remuneração variável de acordo com esta metodologia, a Comissão de Vencimentos pode aumentar ou diminuir em até 10% a remuneração variável do Presidente da Comissão Executiva e dos seus demais membros, sob proposta, respetivamente, do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva. Em qualquer caso, e ainda que o grau de consecução dos objetivos pré-definidos seja superior a 100%, o montante de remuneração variável não superará em mais de 12,5% a remuneração variável correspondente à consecução de 100% dos objetivos acrescida da referida majoração.

**c. <u>Alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade</u>:**

Conforme resulta do acima exposto, a remuneração variável dos administradores executivos da PT SGPS encontra-se dependente do seu desempenho, bem como da sustentabilidade e da capacidade de atingir determinados objetivos estratégicos do Grupo.

A atual política remuneratória permite ainda, tal como foi confirmado no estudo de *benchmarking* acima referido, um equilíbrio globalmente razoável entre as componentes fixa e variável e o diferimento de parte significativa da remuneração variável, ficando o seu pagamento condicionado à não afetação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período nos termos acima descritos.

Desta forma, procura-se contribuir para: *(i)* a maximização do desempenho a longo prazo e o desincentivo da assunção excessiva de risco; *(ii)* a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo e o cumprimento das regras aplicáveis à sua atividade; e *(iii)* o alinhamento dos interesses da gestão com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

Ainda com vista a reforçar a componente de avaliação do desempenho dos administradores, salvo acordo ou deliberação da Comissão de Vencimentos em contrário, a Sociedade e os seus administradores devem atuar em conformidade com os seguintes princípios:

1) Os administradores não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;

2) O desadequado desempenho pode afetar o grau de cumprimento dos *supra* mencionados objetivos e, consequentemente, a remuneração variável em sede de avaliação individual e coletiva;

3) Em caso de destituição ou de cessação por acordo da relação de administração não será paga qualquer compensação aos administradores quando a mesma for devida comprovadamente ao seu desadequado desempenho.

**d. <u>Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores</u>:**

A Sociedade não tem definida uma política geral sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores. No entanto, casuisticamente, atendendo às circunstâncias em que a cessação de funções tem lugar, têm sido fixados os montantes compensatórios devidos aos administradores cessantes, conforme informação divulgada no Relatório de Governo da Sociedade.

## III. Política de remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é remunerado de acordo com as práticas e condições remuneratórias normais para serviços similares, na sequência da celebração de contrato de prestação de serviços e mediante proposta da Comissão de Auditoria da Sociedade.

A Comissão de Vencimentos da PT SGPS

# Glossário

| | |
|---|---|
| ARPU | Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período, incluindo receitas de interligação e de roaming-out. |
| Capex | Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo. |
| Cash flow | A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período. |
| Curtailment costs | Custos decorrentes do programa de redução de efectivos. |
| Resultados líquidos por acção diluídos | Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas. |
| EBITDA | Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma. |
| Empresas | Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo. |
| Margem EBITDA | Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. |
| Free cash flow | Free cash flow = cash flow operacional+/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa. |
| FTTH | Fibre-to-the-home. Rede de fibra óptica. Rede de nova geração que permite levar fibra óptica até às instalações do cliente. |
| GSM | Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados. |
| HDTV | High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução superior à dos formatos tradicionais. |
| IAS/IFRS | International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico promovido pelo International Accounting Standards Board. Foi adoptado a partir de 1 de janeiro de 2005. |
| Resultado | Resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de |

# Glossário

| | |
|---|---|
| operacional | redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. |
| IP | Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet. |
| IPTV | Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga. |
| RDIS | Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo. |
| ISP | Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet. |
| MMS | Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo. |
| MOU | Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período. O MOU dos segmentos não inclui minutos de interligação. |
| Dívida líquida | Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis. |
| NGAN | Next generation access network. Rede de alta velocidade capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia. |
| Cash flow operacional | Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneio +/- provisões não monetárias. |
| PRB | Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma. |
| PSTN | Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre. |
| RGU de retalho por acesso | Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS. |
| SARC | Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clientes. SARC = (70% dos custos de marketing e publicidade + comissões + subsidios) / (adições brutas + upgrades). |
| Serviços cloud | Serviços com modelo de prestação alternativo para disponibilização de recursos virtualizados de TI/SI, acedidos centralmente por via de uma rede, em modelo as a service, e com pagamento por utilização (pay as you use), tendo como âmbito de oferta infra-estutura (IaaS), software (SaaS) e plataformas (PaaS), e crescentemente outro tipo de |

| | |
|---|---|
| | ofertas e.g. Comunicação (CaaS) e Segurança. |
| SMS | Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas. |
| Oferta Triple-play | Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet. |
| Pessoal | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo. |
| Planos Tribais | Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário. |
| Receitas não voz como % das receitas | Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz. |
| Residencial | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo. |
| VoD | Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de videos. |
| Wholesale, outros e eliminações | Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal. |
| 3G | 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM. |
| 4G | 4Generation. Quarta geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes movéis (LTE/LTE Advanced) com grande eficiência de espectro, elevados débitos de pico, baixa latência e flexibilidade de frequências, o que permite melhores serviços de banda larga e multimédia. |

# Conselho de Administração

| Presidente do Conselho de Administração | Presidente Executivo | Administradores não executivos |
|---|---|---|
| Henrique Granadeiro | Zeinal Bava | Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires |
| | **Administradores executivos** | Fernando Magalhães Portella |
| | Luís Pacheco de Melo | Francisco Teixeira Pereira Soares |
| | Alfredo José Silva de Oliveira Baptista | Gerald Stephen McGowan |
| | Carlos Alves Duarte | João Manuel de Mello Franco |
| | Manuel Rosa da Silva | João Nuno de Oliveira Jorge Palma |
| | Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão | Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes |
| | Shakhaf Wine | José Guilherme Xavier de Basto |
| | | José Pedro Cabral dos Santos |
| | | Maria Helena Nazaré |
| | | Mário João de Matos Gomes |
| | | Milton Almicar Silva Vargas |
| | | Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos |
| | | Otávio Marques de Azevedo |
| | | Paulo José Lopes Varela |
| | | Rafael Luís Mora Funes |

# Indicadores chave

## Dados operacionais • Portugal

| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 5.052 | 4.795 | 5,4% |
| PSTN/RDIS | 2.604 | 2.648 | (1,6%) |
| Clientes de banda larga | 1.225 | 1.105 | 10,8% |
| Clientes de TV | 1.223 | 1.042 | 17,4% |
| Clientes móveis ('000) | 7.598 | 7.444 | 2,1% |
| Póspagos | 2.469 | 2.378 | 3,8% |
| Prépagos | 5.129 | 5.066 | 1,2% |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 257 | 268 | (4,2%) |
| PSTN/RDIS | (43) | (48) | 9,5% |
| Clientes de banda larga | 119 | 104 | 14,7% |
| Clientes de TV | 181 | 212 | (14,6%) |
| Clientes móveis ('000) | 154 | 24 | n.s. |
| Póspagos | 91 | 87 | 4,8% |
| Prépagos | 63 | (63) | 200,5% |
| Dados em % das receitas de serviço (%) | 32,6 | 27,7 | 4,9pp |

## Dados operacionais • Segmento Residencial

| | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 3.841 | 3.557 | 8,0% |
| PSTN/RDIS | 1.692 | 1.674 | 1,1% |
| Clientes de banda larga | 1.015 | 911 | 11,4% |
| Clientes de TV | 1.135 | 972 | 16,7% |
| Clientes únicos | 1.881 | 1.881 | (0,0%) |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 284 | 300 | (5,3%) |
| PSTN/RDIS | 18 | 1 | n.s. |
| Clientes de banda larga | 104 | 102 | 2,5% |
| Clientes de TV | 162 | 198 | (17,8%) |
| ARPU (euros) | 31,6 | 30,8 | 2,8% |
| Receitas não-voz em % das receitas (%) | 63,4 | 58,5 | 4,9pp |

# Indicadores chave

| Dados operacionais • Segmento Pessoal | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Clientes móveis ('000) | 6.024 | 5.932 | 1,5% |
| Póspagos | 1.093 | 1.064 | 2,8% |
| Prépagos | 4.931 | 4.868 | 1,3% |
| Adições líquidas ('000) | 92 | (31) | n.s. |
| Póspagos | 30 | 42 | (30,2%) |
| Prépagos | 62 | (73) | 185,2% |
| MOU (minutos) | 93 | 89 | 5,0% |
| ARPU (euros) | 8,7 | 9,7 | (10,8%) |
| Cliente | 8,0 | 8,7 | (8,8%) |
| Interligação | 0,7 | 1,0 | (29,1%) |
| SARC (euros) | 27,9 | 27,8 | 0,1% |
| Dados em % das receitas de serviço (%) | 33,2 | 30,9 | 2,4pp |

| Dados operacionais • Segmento Empresas | 2012 | 2011 | Δ11/12 |
|---|---|---|---|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 1.019 | 1.087 | (6,3%) |
| PSTN/RDIS | 725 | 826 | (12,3%) |
| Clientes de banda larga | 207 | 193 | 7,7% |
| Clientes de TV | 86 | 68 | 26,9% |
| RGU de retalho por acesso | 1,41 | 1,32 | 6,8% |
| Clientes móveis ('000) | 1.514 | 1.445 | 4,8% |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | (68) | (30) | (131,3%) |
| PSTN/RDIS | (101) | (46) | (119,3%) |
| Clientes de banda larga | 15 | 2 | n.s. |
| Clientes de TV | 18 | 14 | 27,8% |
| Clientes móveis ('000) | 69 | 56 | 23,5% |
| ARPU (euros) | 23,8 | 25,8 | (7,7%) |
| Receitas não-voz em % das receitas (%) | 50,3 | 46,4 | 3,8pp |

# Indicadores chave

| Dados operacionais • Oi | | | |
|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **Δ11/12** |
| **Residencial (RGUs '000)** | **18.337** | **17.810** | **3,0%** |
| Linhas fixas | 12.478 | 13.046 | (4,4%) |
| Clientes de Banda larga fixa | 5.102 | 4.412 | 15,6% |
| Clientes de TV por subscrição | 757 | 351 | 115,7% |
| ARPU (R$) | 69,2 | 65,0 | 6,2% |
| **Mobilidade Pessoal** | **46.305** | **43.264** | **7,0%** |
| Clientes prépago | 39.832 | 37.978 | 4,9% |
| Clientes póspago + Oi controle | 6.472 | 5.285 | 22,5% |
| **Empresas** | **8.971** | **7.848** | **14,3%** |
| Linhas fixas | 5.422 | 5.083 | 6,7% |
| Clientes de Banda larga | 594 | 523 | 13,6% |
| Clientes móveis | 2.955 | 2.242 | 31,8% |
| **Outros** | **727** | **771** | **(5,7%)** |
| **RGUs ('000)** | **74.339** | **69.693** | **6,7%** |

# Informação adicional aos acionistas

## Negociação das ações e ADRs

As ações da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova York, sob a forma de ADR - American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é eqivalente a uma ação ordinária. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 ações com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 acções na Euronext e na Bolsa de Nova York. Na mesma data, o número de ADRs registrados ascendia a 36.182.751, representando 4,0% do total do capital social da PT.

Em 31 de Dezembro de 2012 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha para efeitos contabilísticos: 41.483.905 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de *equity swaps* na PT SGPS, SA, e (2) 20.843.905 ações próprias detidas através da participação de 23,3% nas 89.651.205 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 31 de dezembro de 2012, o número total de ações em circulação da PT era 855.028.595.

| Informação Bolsista | | |
|---|---|---|
| | **2012** | **2011** |
| **Em 31 de dezembro** | | |
| Capital social (euros) | 26.895.375 | 26.895.375 |
| Número de ações | 896.512.500 | 896.512.500 |
| Número de ações em circulação | 855.028.595 | 859.534.271 |
| Cotação (euros) | 3,749 | 4,450 |
| Capitalização bolsista (milhões de euros) | 3.361 | 3.989 |
| Dividendo bruto por ação (euros) | 0,325 | 0,65 |
| *Dividend yield* | 8,6% | 9,6% |
| Resultado líquido (milhões de euros) | 230 | 339 |
| Pay-out-ratio | 120,7% | 164,8% |
| **Cotações / transações** | | |
| Cotação máxima (euros) | 4,550 | 8,848 |
| Cotação mínima (euros) | 3,054 | 4,399 |
| Cotação média (euros) | 3,797 | 6,771 |
| Transações em volume (milhões de ações) | 872 | 702 |
| Transações em valor (milhões de euros) | 3.289 | 4.897 |
| **Variação anual** | | |
| Portugal Telecom | (15,7%) | (46,9%) |
| PSI-20 | 2,9% | (27,6%) |
| DJ Stoxx Telecom Europa | (10,7%) | (6,2%) |

## Calendário financeiro 2013

19 de abril | Assembleia Geral de Acionistas

23 de maio | Resultados do primeiro trimestre de 2013

30 de julho | Trading Update do primeiro semestre de 2013

29 de agosto | Resultados do primeiro semestre de 2013

14 de novembro | Resultados dos primeiros nove meses de 2013

# Informação adicional aos acionistas

## Contatos

### Relação com Investidores

Nuno Vieira
Diretor de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069 - 300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800
E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

### Banco depositário

Deutsche Bank Trust Company Americas
ADR Division
Floor 27
60 Wall Street
New York 10005-2836
Fax: +1(732)544-6346

Os detentores de ADRs podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

### Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

### Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 2000